



Relatório do
Biênio

2023 / 2024



PODER JUDICIÁRIO
ESTADO DO RIO DE JANEIRO



Relatório do **Biênio**

2023 / 2024

Des. Ricardo Rodrigues Cardozo
PRESIDENTE

ADMINISTRAÇÃO SUPERIOR

PRESIDENTE

Desembargador Ricardo Rodrigues Cardozo

CORREGEDOR-GERAL DA JUSTIÇA

Desembargador Marcus Henrique Pinto Basílio

1º VICE-PRESIDENTE

Desembargador Caetano Ernesto da Fonseca Costa

2º VICE-PRESIDENTE

Desembargadora Suely Lopes Magalhães

3º VICE-PRESIDENTE

Desembargador José Carlos Maldonado de Carvalho

ÓRGÃO ESPECIAL

VAGAS DE ANTIGUIDADE

Desembargador Luiz Zveiter

Desembargador Claudio de Mello Tavares

Desembargadora Maria Inês da Penha Gaspar

Desembargadora Maria Augusta Vaz Monteiro de Figueiredo

Desembargador Milton Fernandes de Souza

Desembargador Nagib Slaibi Filho

Desembargador Adriano Celso Guimarães

Desembargador José Carlos Varanda dos Santos

Desembargadora Gizelda Leitão Teixeira

Desembargadora Suely Lopes Magalhães

Desembargador Edson Aguiar de Vasconcelos

Desembargador Carlos Eduardo da Rosa da Fonseca Passos

Desembargador Henrique Carlos de Andrade Figueira

VAGAS DE ELEIÇÃO

Desembargador Caetano Ernesto da Fonseca Costa

Desembargador Ricardo Rodrigues Cardozo

Desembargador José Carlos Maldonado de Carvalho

Desembargador Marcus Henrique Pinto Basílio

Desembargador José Muñoz Piñeiro Filho

Desembargador Cláudio Luís Braga Dell'Orto

Desembargadora Claudia Pires dos Santos Ferreira

Desembargador Fernando Cerqueira Chagas

Desembargador Joaquim Domingos de Almeida Neto

Desembargador Cesar Felipe Cury

Desembargador Augusto Alves Moreira Junior

Desembargador Luiz Fernando de Andrade Pinto

CONSELHO DA MAGISTRATURA

Desembargador Ricardo Rodrigues Cardozo
Desembargador Marcus Henrique Pinto Basílio
Desembargador Caetano Ernesto da Fonseca Costa
Desembargadora Suely Lopes Magalhães
Desembargador José Carlos Maldonado de Carvalho
Desembargadora Ana Maria Pereira de Oliveira
Desembargador Gilmar Augusto Teixeira
Desembargador Agostinho Teixeira de Almeida Filho
Desembargador Heleno Ribeiro Pereira Nunes
Desembargador Luciano Silva Barreto

COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO E NORMAS (COLEN)

Desembargador Andre Emilio Ribeiro Von Melentovytch
Desembargadora Mônica Feldman de Mattos
Desembargadora Nadia Maria de Souza Freijanes
Desembargador Luiz Marcio Victor Alves Pereira
Desembargadora Lídia Maria Sodré de Moraes

COMISSÃO DE REGIMENTO INTERNO (COREI)

Desembargadora Sandra Santarém Cardinali
Desembargadora Lúcia Regina Esteves de Magalhães
Desembargador Renato Lima Charnaux Sertã
Desembargadora Mafalda Lucchese
Desembargador Eduardo Abreu Biondi

JUÍZES AUXILIARES DA PRESIDÊNCIA

Juiz José Claudio de Macedo Fernandes
Juíza Ana Paula Monte Figueiredo Pena Barros
Juiz Daniel Vianna Vargas
Juiz João Luiz Ferraz de Oliveira Lima
Juíza Renata Guarino Martins
Juiz Alberto Republicano de Macedo Junior
Juiz Rodrigo Moreira Alves
Juiz Marcelo Martins Evaristo da Silva
Juiz Bruno Vinícius da Rós Bodart da Costa

UNIDADES EXECUTORAS DA ADMINISTRAÇÃO SUPERIOR

CHEFE DE GABINETE DA PRESIDÊNCIA (GABPRES)

Gilvan Alves Faria

SUBCHEFE DE GABINETE

Mariana Simas Claveland de Oliveira

SECRETARIA-GERAL DE ADMINISTRAÇÃO (SGADM)

Jacqueline Leite Vianna Campos

SECRETARIA-GERAL DE CONTRATOS E LICITAÇÕES (SGCOL)

Erick Roberto Huguenin da Silveira Gomes

SECRETARIA-GERAL DE GESTÃO DE PESSOAS (SGPES)

Gabriel Albuquerque Pinto

SECRETARIA-GERAL DE GOVERNANÇA, INOVAÇÃO E COMPLIANCE (SGGIC)

Carlos Mauro Brasil Cherubini

SECRETARIA-GERAL DE LOGÍSTICA (SGLOG)

Bruno Coelho Silva

SECRETARIA-GERAL DE PLANEJAMENTO, COORDENAÇÃO E FINANÇAS (SGPCF)

Eliezer Viana de Oliveira

SECRETARIA-GERAL DE SEGURANÇA INSTITUCIONAL (SGSEI)

Francisco Costa Matias de Carvalho

SECRETARIA-GERAL DE SUSTENTABILIDADE E RESPONSABILIDADE SOCIAL (SGSUS)

Antônio Francisco Ligiero

SECRETARIA-GERAL DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO (SGTEC)

Daniel de Lima Haab

SECRETARIA-GERAL DE DADOS GERENCIAIS E ANÁLISE DE INDICADORES (SGDAI)

Rodrigo de Oliveira Rocha

SECRETARIA-GERAL JUDICIÁRIA (SGJUD)

Rafaella Sapha Acioli Soares

NÚCLEO DE AUDITORIA INTERNA (NAI)

Sthefania Mendonça Rodrigues

OUVIDORIA GERAL

Juíza Juliana Kalichsztein

Escolas para Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados, Servidores e Auxiliares da Justiça

ESCOLA DA MAGISTRATURA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Desembargador Marco Aurélio Bezerra de Melo (Diretor-Geral)

CONSELHO CONSULTIVO DA ESCOLA DA MAGISTRATURA – EMERJ

Desembargador Claudio Luis Braga Dell'Orto (Vice-Presidente)

Desembargador Claudio Brandão de Oliveira (Diretor Administrativo)

ESCOLA DE MEDIAÇÃO

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DA ESCOLA DE MEDIAÇÃO - EMEDI

Desembargador Cesar Felipe Cury (Presidente)

Juíza Ana Paula Monte Figueiredo Pena Barros (Juíza Auxiliar da Presidência)

Juiz Gustavo Quintanilha Telles de Menezes

Juiz Daniel Konder de Almeida

Gabriel Albuquerque Pinto (Secretário Geral de Gestão de Pessoas)

Claudia Maria Ferreira de Souza (Assessora III do Gabinete do NUPEMEC)

Adriano Moura da Fonseca Pinto (Diretor da EMEDI)

ESCOLA DE ADMINISTRAÇÃO JUDICIÁRIA

CONSELHO CONSULTIVO DA ESCOLA DE ADMINISTRAÇÃO JUDICIÁRIA – ESAJ

Desembargador Sérgio Seabra Varella (Presidente)

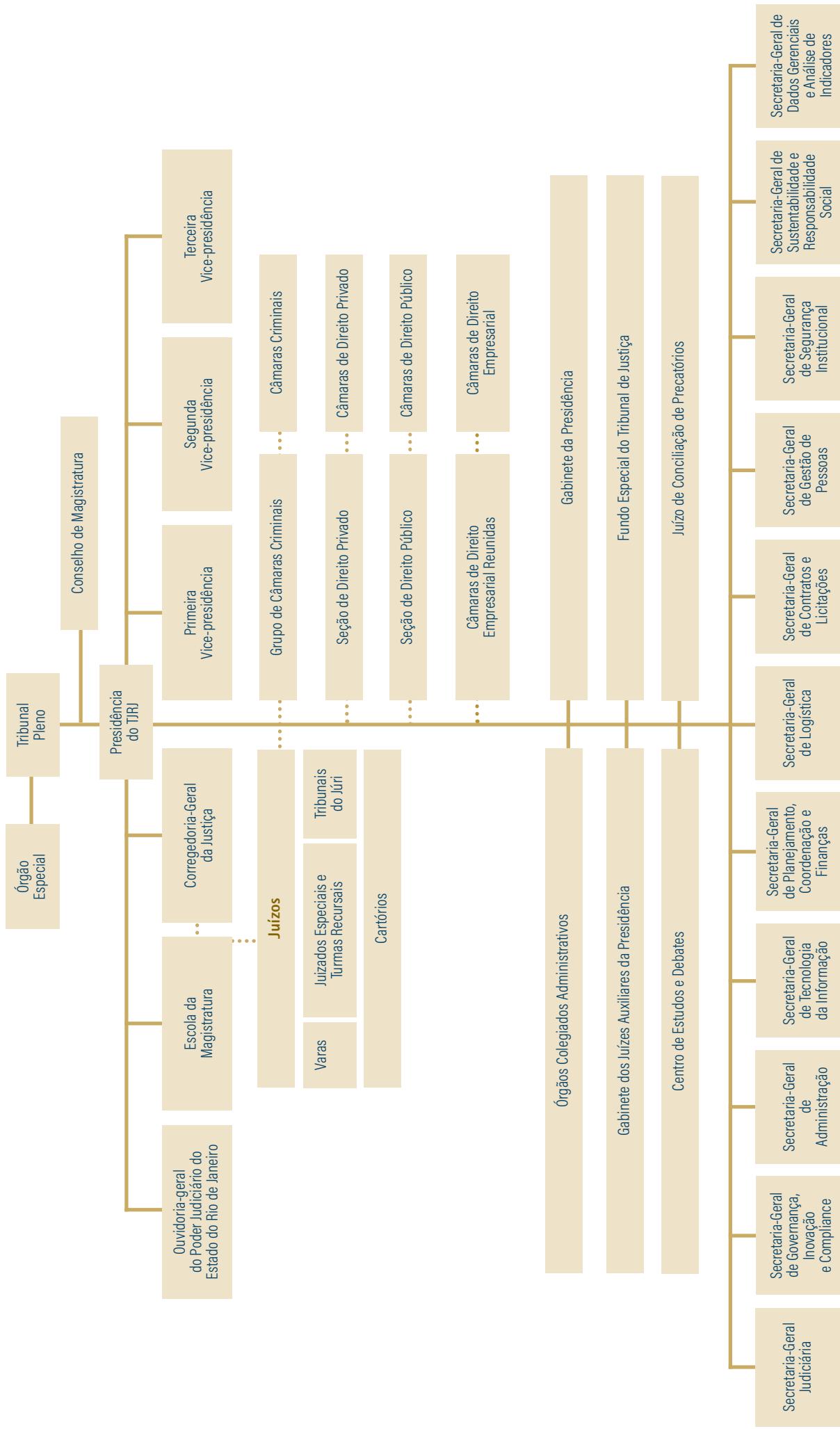
Desembargadora Fernanda Xavier de Brito

Juiz Bruno Monteiro Rulière (Juiz Auxiliar da Corregedoria)

Gabriel Albuquerque Pinto (Secretário Geral de Gestão de Pessoas)

Lúcia Frota Pestana de Aguiar Silva (Diretora da ESAJ)

Organograma | Administração Superior



Direcionadores Estratégicos do PJERJ

Missão

Resolver os conflitos de interesses em tempo adequado à sua natureza, visando à pacificação social e efetividade de suas decisões.

Visão

Até 2026, tornar-se o tribunal mais produtivo entre os tribunais estaduais de grande porte.

Valores

- Ética
- Probidade
- Transparência
- Integridade
- Acesso à Justiça
- Celeridade
- Responsabilidade social e ambiental
- Imparcialidade
- Efetividade
- Modernidade

Política da Qualidade

Prestar jurisdição e apoio à solução de conflitos mediante a valorização de magistrados e servidores, implementando práticas de gestão que impulsionem a instituição a alcançar seus objetivos.

Sumário

1.	Apresentação	13
2.	Plano Geral do Relatório	17
3.	Planejamento e Gestão	21
4.	Prêmio de Qualidade CNJ	33
5.	Garantia dos Direitos Fundamentais	37
6.	Fortalecimento da Relação Institucional do Judiciário com a Sociedade	67
7.	Agilidade e Produtividade na Prestação Jurisdicional	179
8.	Consolidação do Sistema de Precedentes Obrigatórios	257
9.	Aperfeiçoamento da Gestão Administrativa e Governança Judiciária	263
10.	Aperfeiçoamento da Gestão da Justiça Criminal	333
11.	Enfrentamento da Corrupção e da Improbidade Administrativa	355
12.	Promoção da Sustentabilidade	359
13.	Prevenção de Litígios e Adoção de Soluções Consensuais para os Conflitos	379
14.	Aperfeiçoamento da Gestão de Pessoas	397
15.	Fortalecimento da Estratégia Nacional de TIC e de Proteção de Dados	431
16.	Aperfeiçoamento da Estrutura Predial, Logística e Segurança	449
17.	Aperfeiçoamento da Gestão Orçamentária e Financeira	515
18.	Palavras Finais	529

1. Apresentação





1. Apresentação

A atual gestão foi iniciada direcionando as ações do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro na busca por uma Justiça mais operosa, eficiente, moderna, inclusiva e responsável. Para tanto, adotou-se um programa centrado em três eixos de atuação: Governança Institucional, Governança Administrativa e Governança Tecnológica.

Partindo da premissa da continuidade administrativa, novos conceitos foram trazidos ao Tribunal. A estrutura do Judiciário fluminense foi remodelada, com a inserção de áreas e competências mais adequadas aos desafios de uma sociedade moderna, que almeja das instituições públicas não apenas o cumprimento do seu mister, mas também ações de natureza social, favorecendo a inclusão e a acessibilidade em prol de uma sociedade sustentável e igualitária.

Com esse escopo, foram evidenciados os melhores esforços para a modernização tecnológica do Tribunal, além da promoção de iniciativas para a reorganização e o fortalecimento da área de dados estatísticos gerenciais.

A instalação da Secretaria-Geral de Dados Gerenciais e Análise de Indicadores (SG-DAI) foi um marco nesse processo, conferindo robustez à área, especialmente com a criação da Sala Íris, nossa Central de Informações Gerenciais do Poder Judiciário. Esse novo espaço concentra informações importantes sobre o Judiciário e oferece painéis gerenciais atualizados, tanto para dados administrativos quanto judiciais, facilitando o acesso e a análise de informações.

Em busca da inclusão social, o Tribunal incentivou e desenvolveu uma linguagem clara e fácil, para garantir que todos os cidadãos possam acessar e compreender os atos e textos pertinentes à atividade jurisdicional. O uso da Linguagem Simples não interfere no que se convencionou ser um texto jurídico, mas facilita o entendimento dos documentos, especialmente por pessoas sem formação técnico-jurídica. Neste particular, o esforço do Tribunal foi recompensado com a conquista do prêmio “Selo Linguagem Simples”, do Conselho Nacional de Justiça.

Em adição, ressalte-se a instalação do Laboratório de Inovação, denominado IdeaRio, cujo objetivo principal é receber, analisar e desenvolver ideias capazes de impulsionar novos projetos no âmbito do Poder Judiciário Estadual. Hoje, resta consolidado no Tribunal um espaço dedicado ao novo, ao porvir, ao futuro, à permanente modernização, um local onde são e serão pensadas formas criativas para aprimorar a prestação dos nossos serviços à sociedade.

Importante destacar, ainda, as ações promovidas pela Justiça fluminense para o enfrentamento ao racismo e à discriminação de toda sorte. O empenho do Tribunal

na sensibilização a respeito das questões raciais, contribuindo para a construção de uma sociedade mais justa, livre de preconceitos e discriminações, foi também reconhecido com a menção honrosa no 1º Prêmio Equidade Racial do Poder Judiciário.

No mesmo sentido, procurando resgatar a dignidade e a cidadania, o Tribunal criou o Centro de Atendimento Integrado às Pessoas em Situação de Rua, projeto pioneiro no país, reunindo em um só local diversos serviços prestados por órgãos federais, estaduais e municipais. Este projeto devolve esperança às pessoas, fazendo com que sejam de fato cumpridos os direitos fundamentais previstos na Constituição da República. Ter facilitado seu acesso à Justiça, sentir que o Estado também a acolhe é fundamental para que a pessoa em situação de rua seja reinserida na sociedade e possa escrever uma nova história de vida.

Ao final, sublinha-se o êxito dos programas de sustentabilidade da instituição e afirma-se, mais uma vez, a felicidade por ter proporcionado o impulsionamento do Tribunal rumo a uma nova mentalidade, relacionada ao comprometimento com uma conduta socialmente responsável.

Desembargador Ricardo Rodrigues Cardozo
PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

2. Plano Geral do Relatório





2. Plano Geral do Relatório

Este relatório está organizado a partir dos macrodesafios do planejamento do Mapa Estratégico do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro (TJRJ).

São eles: garantia dos direitos fundamentais, fortalecimento da relação institucional do Judiciário com a sociedade, agilidade e produtividade na prestação jurisdicional, enfrentamento à corrupção e à improbidade administrativa, consolidação do sistema de precedentes obrigatórios, promoção da sustentabilidade, aperfeiçoamento da gestão da Justiça Criminal, aperfeiçoamento da gestão administrativa e da governança judiciária, prevenção de litígios e adoção de soluções consensuais para os conflitos, aperfeiçoamento da gestão de pessoas, fortalecimento da estratégia nacional de TIC e de proteção de dados, aperfeiçoamento da estrutura predial, logística e de segurança e, por fim, aperfeiçoamento da gestão orçamentária e financeira.

Na sequência do relatório, são apresentadas as seguintes seções:

- Planejamento e Gestão;
- Prêmio de Qualidade CNJ;
- Garantia dos Direitos Fundamentais;
- Fortalecimento da Relação Institucional do Judiciário com a Sociedade;
- Agilidade e Produtividade na Prestação Jurisdicional;
- Consolidação do Sistema de Precedentes Obrigatórios
- Aperfeiçoamento da Gestão Administrativa e Governança Judiciária;
- Aperfeiçoamento da Gestão da Justiça Criminal;
- Enfrentamento da Corrupção e da Improbidade Administrativa;
- Promoção da Sustentabilidade;
- Prevenção de Litígios e Adoção de Soluções Consensuais para os Conflitos;
- Aperfeiçoamento da Gestão de Pessoas;
- Fortalecimento da Estratégia Nacional de TIC e de Proteção de Dados;
- Aperfeiçoamento da Estrutura Predial, Logística e Segurança;
- Aperfeiçoamento da Gestão Orçamentária e Financeira.

A seção de planejamento e gestão demonstra como se deu a elaboração, a execução e o acompanhamento do Plano Estratégico da gestão no biênio 2023/2024. As demais seções se estruturam de acordo com os macrodesafios adotados no mapa estratégico e os respectivos objetivos, desenvolvidos pela Administração.

São relatadas, também, iniciativas da Administração que concorreram para o desenvolvimento de cada macrodesafio específico trabalhado pelo TJRJ e para o aprimoramento das atividades desta Corte, ao longo do biênio.

3. Planejamento e Gestão





3. Planejamento e Gestão

Revisão, execução e acompanhamento do Plano Estratégico

O início de gestão foi marcado pela revisão do Plano Estratégico e da Matriz de Indicadores Estratégicos, por meio do Ato Executivo nº 93/2023, para fins de alinhamento do Planejamento Estratégico aos objetivos da Administração Superior.

No âmbito nacional, tal estratégia, estabelecida pela Resolução nº 325/2020 do Conselho Nacional de Justiça, previu o estabelecimento de temas – macrodesafios – com o desenvolvimento de objetivos em todas as Cortes do país, cujo período de planejamento prosseguiria além de uma gestão.

Dessa forma, vários projetos tiveram sua continuidade assegurada, conforme afirmado no Plano Estratégico aprovado para o biênio 2023/2024, garantindo que ações importantes iniciadas por gestões passadas pudessem ser continuadas, condição necessária à efetividade e à eficiência operacional.

Seguindo tal premissa, a Comissão de Governança, Estratégia e Planejamento (CO-GEP) formalizou a documentação do planejamento estratégico, a qual foi homologada pelo Presidente do Tribunal de Justiça.

Objetivos e temas de planejamento estão reunidos em um Mapa Estratégico que explicita a direção da atuação administrativa e o alinhamento à estratégia nacional instituída pelo Conselho Nacional de Justiça.

Em 2024 a Visão de Futuro, direcionador estratégico fundamental da Instituição, foi atualizada, uma vez que o Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro busca ser reconhecido como o Tribunal mais produtivo entre os tribunais estaduais de grande porte, até 2026.

Também em 2024, foi estabelecido o Modelo Basilar de Gestão (MBG) do PJERJ composto da seguinte forma:

I - Gestão Estratégica – focada no alinhamento das ações do Tribunal com sua missão, visão e valores, garantindo a consecução de seus objetivos institucionais de longo prazo;

II - Gestão por Processos – visa a otimização dos processos de trabalho, promovendo a padronização, a eficiência operacional e a qualidade na prestação dos serviços judiciais;

III - Gestão por Resultados – orientada para o alcance de resultados específicos, mensuráveis e alinhados às metas estratégicas do Tribunal, com foco na prestação de contas, na responsividade e na transparência.

Ressalte-se, ainda, a criação do Ranking da Governança, com a finalidade de avaliar a implementação da governança interna do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro (TJRJ), por meio das Secretarias-Gerais, Diretorias-Gerais e unidades assemelhadas que integram a estrutura administrativa, com base nos critérios de eficiência, transparência e responsabilidade.

Mapa Estratégico do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro

APRENDIZADO E CRESCIMENTO	MISSÃO	VISÃO
	<ul style="list-style-type: none"> Resolver os conflitos de interesses em tempo adequado a sua natureza, visando à pacificação social e à efetividade de suas decisões. 	<ul style="list-style-type: none"> Até 2026, tornar-se o tribunal mais produtivo entre os tribunais estaduais de grande porte.
	POLÍTICA DA QUALIDADE	VALORES DO TJRJ
	<ul style="list-style-type: none"> Prestar jurisdição e apoio à solução de conflitos mediante a valorização de magistrados e servidores, implementando práticas de gestão que impulsionem a instituição a alcançar seus objetivos. 	<ul style="list-style-type: none"> Ética, probidade, transparência, integridade, acesso à justiça, celeridade, responsabilidade social e ambiental, imparcialidade, efetividade, modernidade.
	GARANTIA DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS	FORTALECIMENTO DA RELAÇÃO INSTITUCIONAL DO JUDICIÁRIO COM A SOCIEDADE
	<ul style="list-style-type: none"> Promoção da garantia dos direitos fundamentais Promoção da garantia dos direitos das minorias e inclusão social 	<ul style="list-style-type: none"> Aprimoramento da Comunicação Interna Facilitação da Comunicação com a mídia e com a sociedade civil
	AGILIDADE E PRODUTIVIDADE NA PRESTAÇÃO JURISDICIONAL	ENFRENTAMENTO À CORRUPÇÃO E À IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA
	<ul style="list-style-type: none"> Incremento das políticas de priorização das atividades de 1º grau Aprimoramento de mecanismos de celeridade jurisdicional, buscando a razoável duração do processo Priorização da fase de execução dos processos Aprimoramento do modelo de gestão das execuções fiscais 	<ul style="list-style-type: none"> Priorização da tramitação de processos de desvio de recursos públicos Aprimoramento da fiscalização e do controle do gasto público no PJERJ
	APERFEIÇOAMENTO DA GESTÃO ADMINISTRATIVA E DA GOVERNANÇA JUDICIÁRIA	CONSOLIDAÇÃO DO SISTEMA DE PRECEDENTES OBRIGATÓRIOS
	<ul style="list-style-type: none"> Fortalecimento da autonomia do Poder Judiciário Garantia do alinhamento estratégico das unidades do PJERJ Aprimoramento das políticas de controle interno Simplificação de processos internos e adoção de práticas de gestão 	<ul style="list-style-type: none"> Priorização do julgamento de casos análogos Redução dos processos de litigância serial
	PREVENÇÃO DE LITÍGIOS E ADOÇÃO DE SOLUÇÕES CONSENSUAIS PARA OS CONFLITOS	APERFEIÇOAMENTO DA GESTÃO DA JUSTIÇA CRIMINAL
	<ul style="list-style-type: none"> Incremento da adoção de meios alternativos de composição de litígios 	<ul style="list-style-type: none"> Promoção da aplicação de penas e medidas alternativas Aperfeiçoamento de rotinas cartorárias Aprimoramento do sistema carcerário
	APERFEIÇOAMENTO DA GESTÃO DE PESSOAS	PROMOÇÃO DA SUSTENTABILIDADE
	<ul style="list-style-type: none"> Valorização dos Magistrados e da carreira da Magistratura Valorização dos Servidores e da carreira de Serventuário da Justiça Aprimoramento da capacitação e das competências institucionais 	<ul style="list-style-type: none"> Promoção da gestão sustentável ambiental, de contratações, de documentos e qualidade de vida
	APERFEIÇOAMENTO DA ESTRUTURA PREDIAL, LOGÍSTICA E DE SEGURANÇA	FORTALECIMENTO DA ESTRATÉGIA NACIONAL DE TIC E DE PROTEÇÃO DE DADOS
	<ul style="list-style-type: none"> Aprimoramento da segurança dos Magistrados, servidores e edificações Infraestrutura predial como mecanismo de efetividade jurisdicional Aprimoramento logístico do PJERJ 	<ul style="list-style-type: none"> Aprimoramento da gestão da infraestrutura e dos equipamentos de TI Aprimoramento dos sistemas institucionais e geração de inovações tecnológicas Ampliação do acesso à tecnologia Aprimoramento da governança de TIC Promoção da proteção de dados organizacionais
	APERFEIÇOAMENTO DA GESTÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA	
	<ul style="list-style-type: none"> Aprimoramento da governança financeira e orçamentária do PJERJ Promoção da melhoria dos resultados da aplicação de recursos públicos 	

Planejamento Estratégico do sexênio 2021/2026

Planejamento Estratégico do sexênio 2021/2026 foi aprovado com a edição da Resolução TJ/OE, Nº 11/2021, que instituiu as diretrizes para o Planejamento Estratégico Institucional do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro.

Na Resolução TJ/OE nº 12/2021, foram aprovados o Plano Estratégico, o Plano de Ação Governamental (PAG) – que garante os recursos necessários para a implementação de projetos e iniciativas – a Matriz de Indicadores Estratégicos e o Plano de Comunicação da Estratégia do TJRJ.

Por meio do Ato Executivo nº 93/2023, o Presidente do Tribunal de Justiça, Desembargador Ricardo Rodrigues Cardozo, revisou o Plano Estratégico e a Matriz de Indicadores Estratégicos, alinhando-os aos objetivos da atual Administração Superior.

A Política de Gestão Estratégica do TJRJ, estabelecida na Resolução TJ/OE Nº 11/2021, está baseada nos seguintes objetivos:

- Continuidade administrativa;
- Integração das unidades do TJRJ, com base na implementação de diretrizes institucionais para nortear a atuação estratégica de todos os seus órgãos;
- Definição de conceitos e metodologias padronizadas para os processos de formulação e planejamento, execução e controle da gestão estratégica;
- Implementação de grupos formais de avaliação de questões relacionadas à governança institucional, como integridade, compliance, accountability, riscos, entre outros, além do alinhamento da estratégia organizacional das diretrizes de governança a serem estabelecidas.

Projetos Estratégicos – biênio 2023/2024

O Plano Estratégico foi revisado pela Comissão de Governança, Estratégia e Planejamento (COGEP) contemplando 20 Projetos Estratégicos aprovados pela Administração Superior do PJERJ.

Seguindo a diretriz estabelecida pelo Desembargador Ricardo Rodrigues Cardozo, Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, dos 20 projetos aprovados, 6 são de continuidade, a fim de garantir que ações importantes iniciadas sejam continuadas, condição necessária à efetividade e à eficiência operacional (ATO EXECUTIVO TJ Nº 93/ 2023).

Novos Projetos:

1. Aprimorar a segurança nas instalações do PJERJ com a implementação do sistema de controle de acesso;
2. Aquisição e implantação de Infraestrutura de Nuvem (Cloud);

3. Contratação para Fornecimento e Instalação de Sistema Fotovoltaica;
4. Curso mestrado profissional em Direito para magistrados;
5. Implantação de Reconhecimento Facial junto ao monitoramento de imagens de áreas privativas e selecionadas;
6. Implantação do sistema e-Proc;
7. Implementação do Programa de Integridade/Compliance e Gestão de Riscos;
8. Implementação e atualização do gerenciamento de serviços baseados no ITIL4;
9. Implementação e Execução de Política de Governança Institucional;
10. Implementação e Execução de Política de Inovações no PJERJ;
11. Incentivo à redução do contencioso tributário no âmbito do PJERJ;
12. Novo Sistema de Pessoal;
13. Política de Revitalização do Museu da Justiça;
14. Recepção completa e adequada da Nova Lei de Licitações (14.133/21) nas contratações do PJERJ, objetivando o aumento do grau de integridade, transparência e governança das contratações do PJERJ.

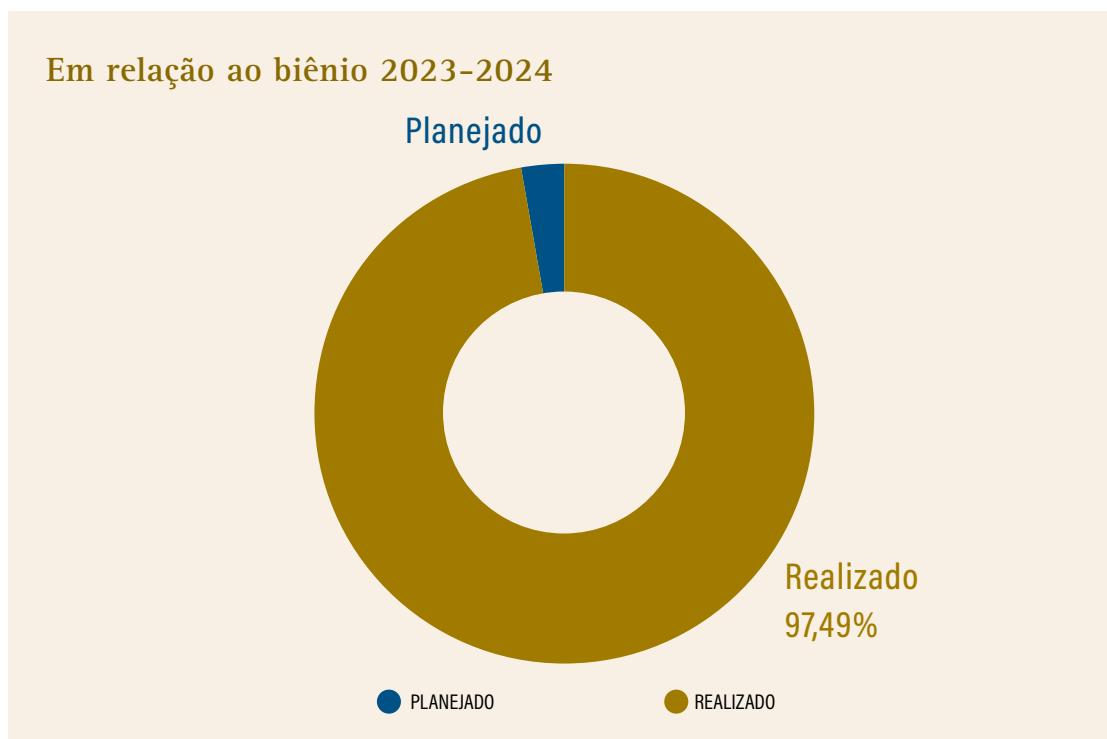
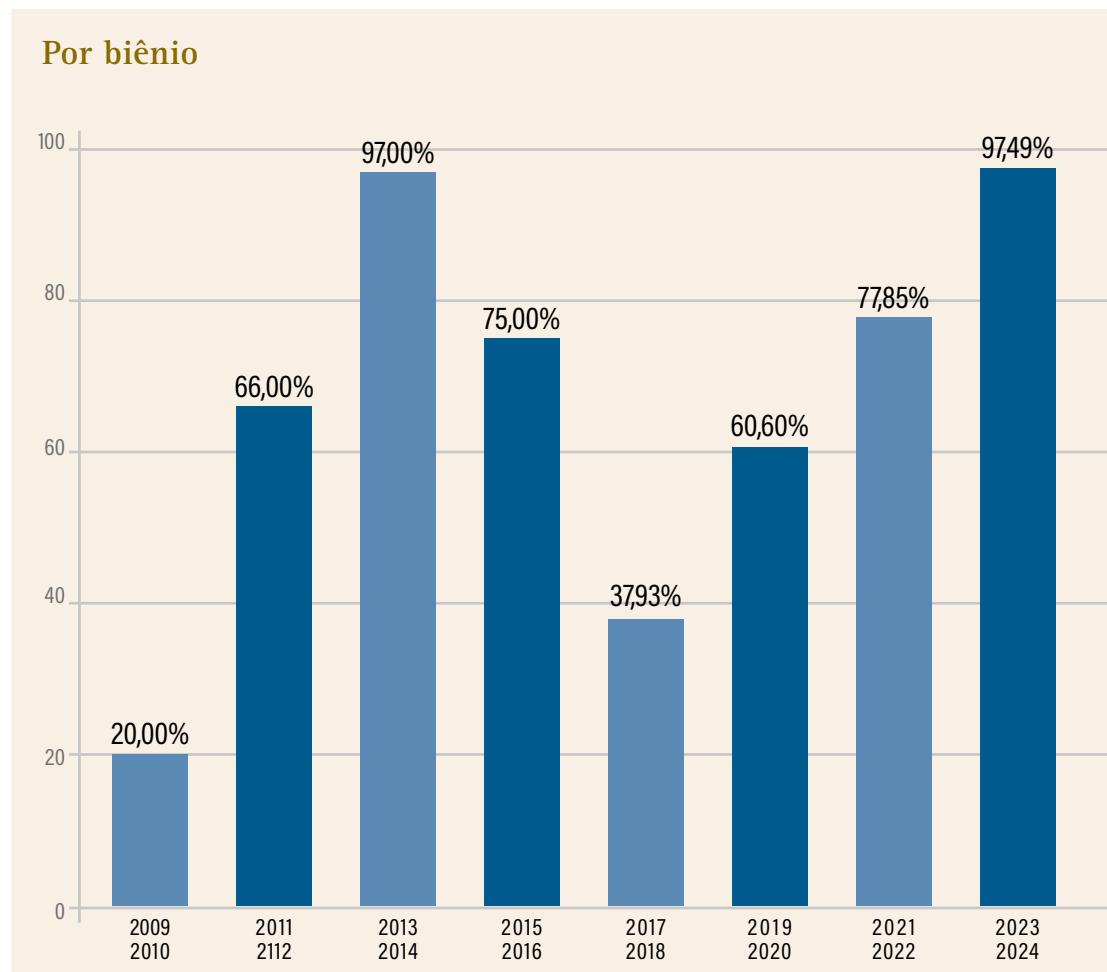
Continuidade:

1. Aprimoramento do Sistema de Pesquisa na Base de Dados de Jurisprudência;
2. Aprimoramento e monitoramento das medidas de prevenção e combate a incêndio e pânico;
3. Digitalização de processos físicos;
4. Implantação do Alarme de Pânico nas Comarcas do Estado do Rio de Janeiro;
5. Novo Sistema de Controle de Acesso de Usuários aos Sistemas Corporativos – Fase 2;
6. Modernização da Gestão Fiscal.

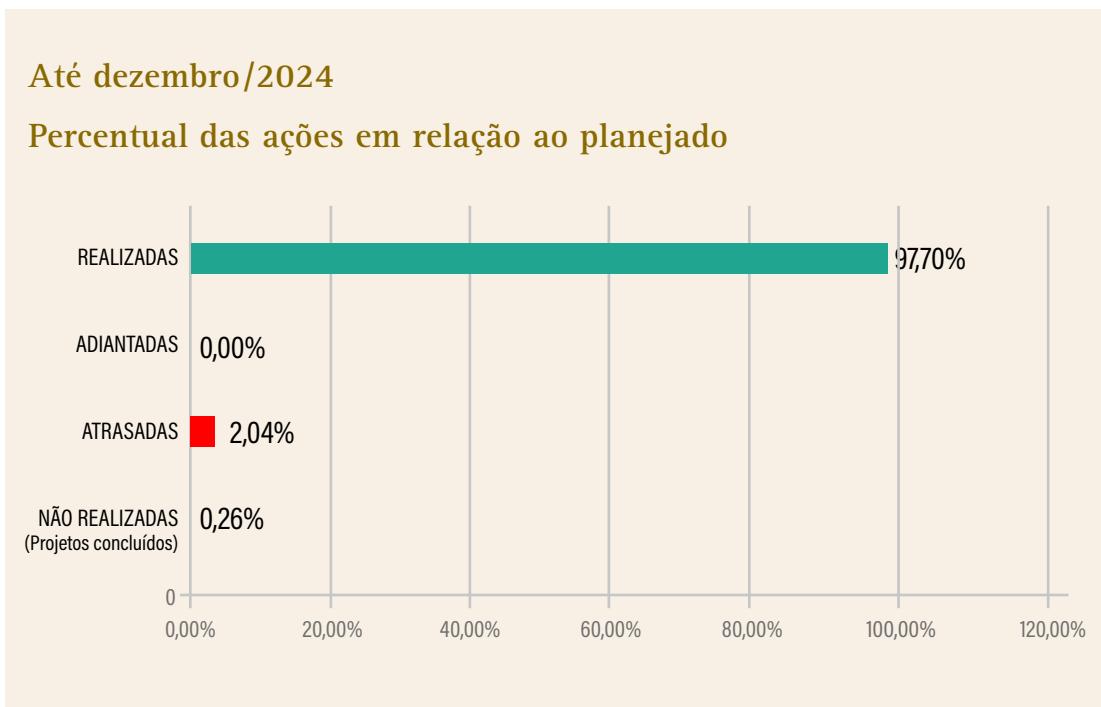
O acompanhamento da fase executiva dos projetos estratégicos se baseia na análise dos dados, verificando-se junto aos respectivos gestores o percentual e a pontualidade de cumprimento das ações, diligenciando as respectivas pendências da Secretaria responsável ou de outras Secretarias.

Até outubro de 2024, o percentual de implementação dos projetos estratégicos atingiu 85,26% em relação ao total de ações planejadas para o biênio 2023/2024.

Implementação dos Projetos Estratégicos



Implementação dos Projetos Estratégicos

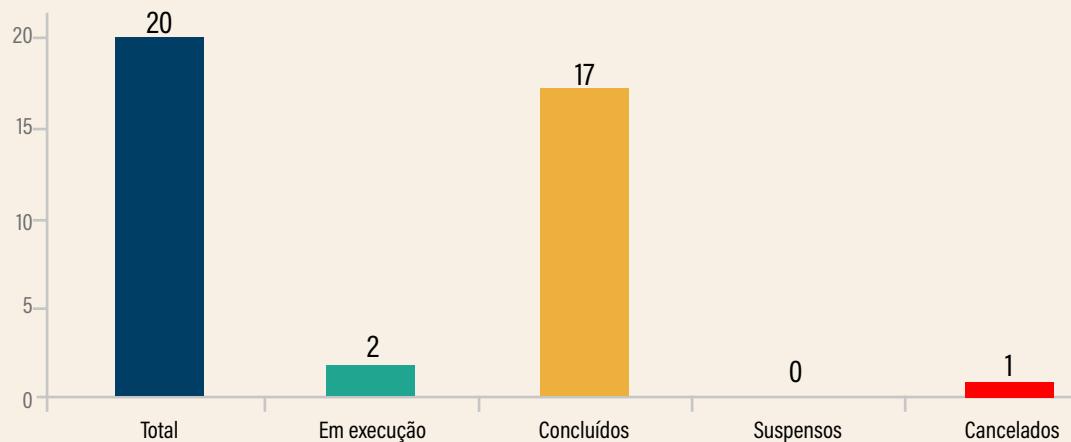


Situação dos Projetos Estratégicos até dezembro de 2024

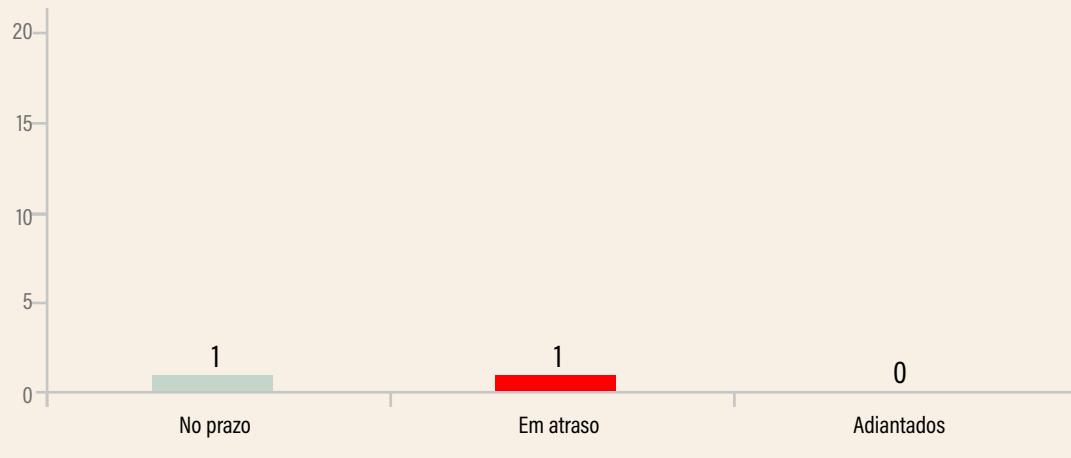
SITUAÇÃO	ID PE (GRP)	NOME DO PROJETO ESTRATÉGICO
ATRASADO	GRP 80	Modernização da Gestão Fiscal (continuidade)
NO PRAZO	GRP 101	Política de Revitalização do Museu da Justiça
CONCLUÍDO	GRP 92	Recepção completa e adequada da Nova Lei de Licitações (14.133/21) nas contratações do PJERJ, objetivando o aumento do grau de integridade, transparência e governança das contratações do PJERJ
CONCLUÍDO	GRP 91	Aprimorar a segurança nas instalações do PJERJ com a implementação do sistema de controle de acesso
CONCLUÍDO	GRP 93	Aquisição e implantação de Infraestrutura de Nuvem (Cloud)
CONCLUÍDO	GRP 96	Contratação para Fornecimento e Instalação de Sistema Fotovoltaica
CONCLUÍDO	GRP 103	Implantação do sistema e-Proc
CONCLUÍDO	GRP 94	Implementação e atualização do gerenciamento de serviços baseados no ITIL4
CONCLUÍDO	GRP 78	Novo Sistema de Controle de Acesso de Usuários aos Sistemas Corporativos – Fase 2 (continuidade)
CONCLUÍDO	GRP 71	Aprimoramento e monitoramento das medidas de prevenção e combate a incêndio e pânico (continuidade)
CONCLUÍDO	GRP 81	Digitalização de Processos Físicos (continuidade)
CONCLUÍDO	GRP 99	Implementação do Programa de Integridade/ Compliance e Gestão de Riscos
CONCLUÍDO	GRP 63	Aprimoramento do Sistema de Pesquisa na Base de Dados de Jurisprudência (continuidade)
CONCLUÍDO	GRP 95	Curso mestrado profissional em Direito para magistrados
CONCLUÍDO	GRP 98	Implantação de Reconhecimento Facial junto ao monitoramento de imagens de áreas privativas e selecionadas
CONCLUÍDO	GRP 74	Implantação do Alarme de Pânico nas Comarcas do Estado do Rio de Janeiro (continuidade)
CONCLUÍDO	GRP 102	Implementação e Execução de Política de Governança Institucional
CONCLUÍDO	GRP 90	Implementação e Execução de Política de Inovações no PJERJ
CONCLUÍDO	GRP 97	Incentivo à redução do contencioso tributário no âmbito do PJERJ
CANCELADO	GRP 100	Novo Sistema de Pessoal

Quantidade de Projetos Estratégicos

Dezembro /2024



Projetos em execução



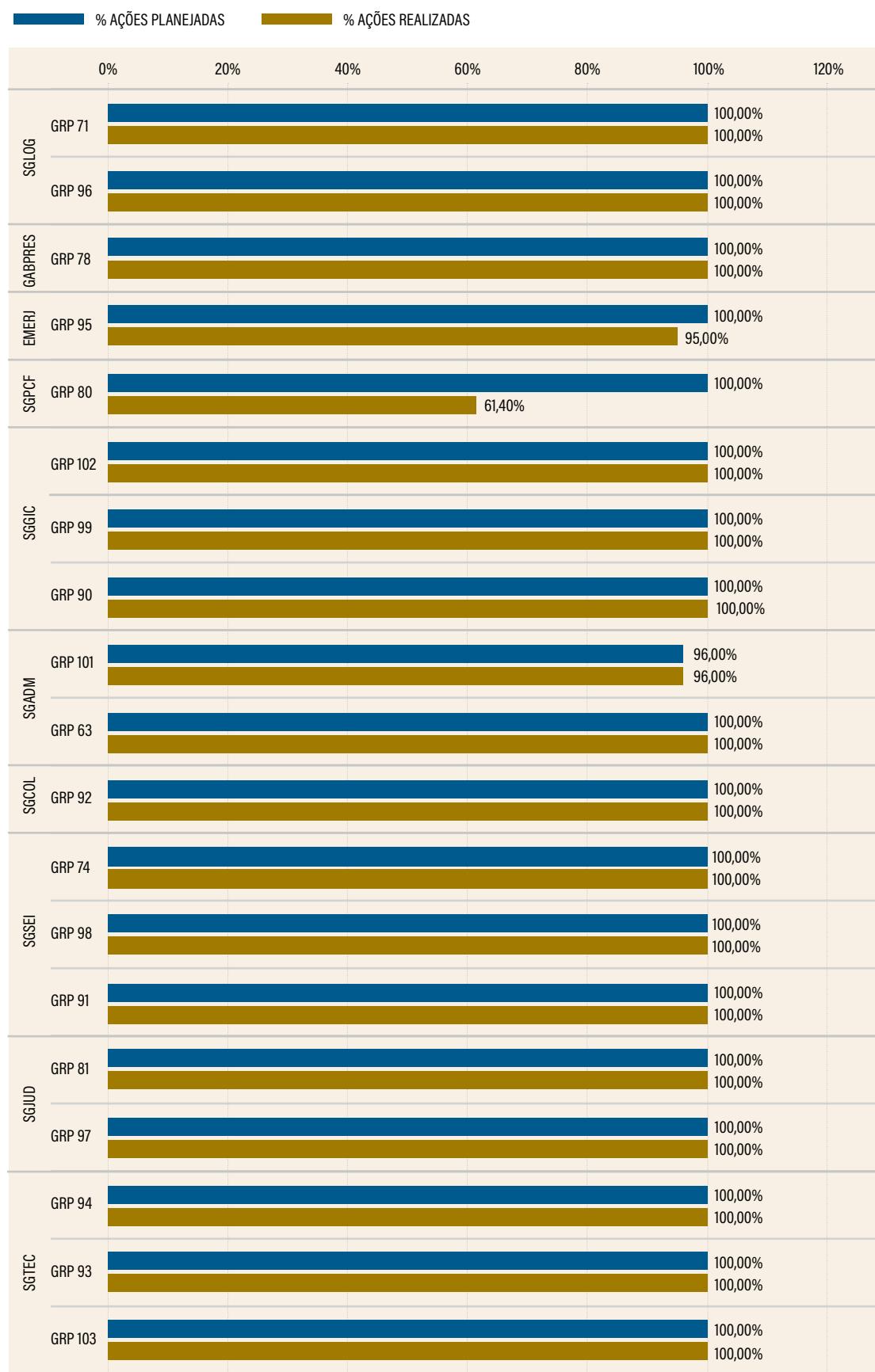
Execução Orçamentária - Exercícios 2023 e 2024

UNIDADE	ID GRP	NOME DO PROJETO ESTRATÉGICO	CUSTOS ESTIMADOS	CUSTOS EXECUTADOS
EMERJ	95	Curso mestrado profissional em Direito para magistrados	R\$ 718.542,00	R\$ 0,00 **
GABPRES	78	Novo Sistema de Controle de Acesso de Usuários aos Sistemas Corporativos – Fase 2 (continuidade)	R\$ 540.000,00	R\$ 243.000,00
SGADM	63	Aprimoramento do Sistema de Pesquisa na Base de Dados de Jurisprudência (continuidade)	R\$ 37.037,86	R\$ 33.334,00
	101	Política de Revitalização do Museu Da Justiça	R\$ 218.024,00	R\$ 178.024,00
SGCOL	92	Recepção completa e adequada da Nova Lei de Licitações (14.133/21) nas contratações do PJERJ, objetivando o aumento do grau de integridade, transparência e governança das contratações do PJERJ	R\$ 150.000,00	R\$ 46.000,00
SGGIC	99	Implementação do Programa de Integridade/ Compliance e Gestão de Riscos	R\$ 68.800,00	R\$ 52.976,00
	102	Implementação e Execução de Política de Governança Institucional	R\$ 1.231,68	R\$ 1.047,00
	90	Implementação e Execução de Política de Inovações no PJERJ	R\$ 2.463,36	R\$ 20.629,00
SGJUD	81	Digitalização de Processos Físicos (continuidade)	R\$ 3.043.250,00	R\$ 2.096.936,00
	97	Incentivo à redução do contencioso tributário no âmbito do PJERJ	R\$ 0,00	R\$ 0,00
SGLOG	71	Aprimoramento e monitoramento das medidas de prevenção e combate a incêndio e pânico (continuidade)	R\$ 21.521.730,48	R\$ 10.977.395,00
	96	Contratação para Fornecimento e Instalação de Sistema Fotovoltaica	R\$ 4.223.080,00	R\$ 1.627.520,00
SGPCF	80	Modernização da Gestão Fiscal (continuidade)	R\$ 3.990.165,98	R\$ 3.111.704,00
SGSEI	91	Aprimorar a segurança nas instalações do PJERJ com a implementação do sistema de controle de acesso	R\$ 4.653.765,28	R\$ 930.000,00
	98	Implantação de Reconhecimento Facial junto ao monitoramento de imagens de áreas privativas e selecionadas	R\$ 872.146,00	R\$ 181.250,00
	74	Implantação do Alarme de Pânico nas Comarcas do Estado do Rio de Janeiro (continuidade)	R\$ 428.421,07	R\$ 428.421,00
SGTEC	93	Aquisição e implantação de Infraestrutura de Nuvem (Cloud)	R\$ 6.602.755,56	R\$ 0,00
	103	Implantação do Sistema e-Proc	R\$ 0,00	R\$ 0,00
	94	Implementação e atualização do gerenciamento de serviços baseados no ITIL4	R\$ 0,00	R\$ 0,00

* Fonte: SGPCF/ASPLO - 09/07/2024 (informações prestadas semestralmente)

** Fonte: EMERJ

Percentual de implementação – até dezembro/2024



4º Prêmio de Qualidade CNJ





4. Prêmio CNJ de Qualidade

Sobre o Ranking da Transparéncia, em 2023, o TJERJ obteve o índice de 91,71 % de cumprimento dos requisitos exigidos, demonstrando substancial melhora em comparação com os anos anteriores. Em 2022, por exemplo, o resultado foi de 86,1% de cumprimento e, em 2021, 68,6%.

Em 2024, contudo, o Tribunal envidou ainda mais esforços para cumprimento dos requisitos exigidos, melhorando a disponibilização de informações ao cidadão, o que culminou com o alcance do índice 99,13% no Ranking, o maior alcançado desde a primeira edição do prêmio.

5. Garantia dos Direitos Fundamentais





5. Garantia dos Direitos Fundamentais

A implementação de ações estruturadas para promover as melhores práticas de sustentabilidade, de responsabilidade social e de promoção da cidadania constitui uma decisão estratégica da gestão e faz parte dos valores institucionais do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro.

As ações desenvolvidas pela Secretaria Geral de Sustentabilidade e Responsabilidade Social (SGSUS) estão em consonância com o Mapa Estratégico do PJERJ e fazem parte dos Macrodesafios “Garantia dos Direitos Fundamentais” (perspectiva sociedade) e “Promoção da Sustentabilidade” (perspectiva processos internos), bem como estão alinhadas com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Agenda 2030 da ONU.

Acompanhamento do saldo da conta de Prestação Pecuniária Judicial

A SGSUS é responsável pelo acompanhamento dos valores depositados por meio de GRERJ Eletrônica no código 2217-8 (Prestação Pecuniária Judicial), em razão do Art. 1º do Ato Executivo nº 1453/2014, que regulamenta as disposições contidas na Resolução do Conselho Nacional de Justiça nº 154/2012 sobre a matéria. Os referidos valores devem ser destinados à entidade pública ou privada com finalidade social, ou que desempenhem atividades de caráter essencial à segurança pública, educação e saúde, desde que atendam às áreas vitais de relevante cunho social e que tenham sede ou exerçam a atividade a ser custeada no Estado do Rio de Janeiro.

No Edital em andamento (Processo 2022-06009606) várias instituições apresentaram seus projetos. Foram registrados 172 processos, resultando na seleção de 55 instituições, que receberam neste ano um total de R\$ 6.600.000,00 (seis milhões e seiscentos mil reais), atendendo a critérios rigorosos de documentação e certidões.

A distribuição dos recursos cobriu todas as regiões fluminenses, beneficiando projetos em 48 municípios e atendendo a cerca de 73% das demandas requeridas. Notavelmente, 28 das entidades selecionadas solicitaram sistemas de captação de energia solar, representando 48% dos projetos com foco em sustentabilidade.

Foi realizado um levantamento em 20 (vinte) instituições que instalaram sistemas de captação de energia solar. Verificou-se uma economia global de aproximadamente R\$ 35.300,00 (trinta e cinco mil e trezentos reais), o que poderá resultar, sem considerar outros fatores como aumento de consumo de carga e reajuste das tarifas, em uma economia acumulada de aproximadamente R\$ 424.000,00 por ano. Sem falar no benefício à sustentabilidade pelo uso de uma fonte de energia mais limpa.

Além do acompanhamento dos valores, a SGSUS também é encarregada de visitar as entidades beneficiadas para avaliar suas condições físicas, emitir relatórios e encaminhá-los à Comissão de Aplicação dos Recursos da Prestação Pecuniária (COAPP). Após a aprovação da COAPP, as instituições recebem os fundos, e a SGSUS realiza visitas subsequentes para assegurar a conformidade com os planos de trabalho estabelecidos.

Neste biênio, quando do vencimento dos primeiros prazos para execução dos projetos, prorrogações devidas a remanejamentos e dilação de prazo para cumprimento do objeto, por razões excepcionais, foram fiscalizadas 54 instituições, o que totalizou 5.564 km percorridos.

Parcerias e Convênios

As parcerias, convênios e demais ajustes formalizados com Organizações da Sociedade Civil (OSC), Órgãos Públicos diversos e outros entes, constituem um dos mecanismos utilizados para viabilizar as ações de cunho social e ambiental.

Ajustes não onerosos celebrados ou prorrogados em 2023/2024

A SGSUS/DEAJU/DIACO atualmente presta auxílio, na condição de órgão técnico, em 273 (duzentos e setenta e três) convênios/acordos de cooperação, que têm por finalidade encaminhar, por meio das Centrais de Penas e Medidas Alternativas, beneficiários das penas ou medidas alternativas aplicadas pelos Juízos Criminais, para entidades ou órgãos públicos, a fim de dar efetividade ao caráter socioeducativo das referidas penas e medidas. Dentre esses, 37 (trinta e sete) foram celebrados no ano de 2023 e 43 (quarenta e três) até o mês de novembro de 2024, havendo ainda 48 (quarenta e oito) convênios/acordos de cooperação em processamento na Divisão, o que reforça o compromisso do TJRJ com as ações de ressocialização dos beneficiários.

Em relação aos ajustes não onerosos de cunho social e ambiental com finalidade diversa do cumprimento de medidas alternativas aplicadas pelos Juízos Criminais, no período a SGSUS acompanhou e auxiliou a formalização de diversas avenças, dentre protocolos de intenções, convênios ou acordos de cooperação, de modo a robustecer a responsabilidade genuína do TJRJ com as ações de cunho social e ambiental. Dentre esses, destacamos os seguintes:

- **SEI 202306074186** – Formalização de acordo de cooperação técnica interinstitucional visando a criação e instalação do Comitê Interinstitucional de Atenção à População em Situação de Rua do Estado do Rio de Janeiro – CIPOP-RUA/RJ,

com o objetivo de lhes assegurar acesso à Justiça, documentação, habitação, saúde, educação e empregabilidade.

- **SEI 202306112355** – Formalização de acordo de cooperação técnica com a União, representada pela Superintendência da Receita Federal do Brasil da 7ª Região Fiscal, para implantar Ponto de Atendimento Virtual da Receita Federal - PAV, CIPOP-RUA/RJ, para auxiliar na prestação de serviços da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil, a serem realizados por servidores, designados pelo TJRJ e treinados pela RFB, mediante orientação de obtenção dos serviços pelo site da RFB ou no portal de serviços da RFB (Portal e-CAC) ou triagem, recepção e solicitação de juntada de documentos a um Processo Digital, para pessoas físicas (CPF), oferecendo assim à população em situação de rua e vulneráveis, alternativas para utilização dos serviços prestados, bem como redução do fluxo de contribuintes e profissionais nas unidades de atendimento da Receita Federal do Brasil.
- **SEI 202306127742** – Formalização de acordo de cooperação técnica com o Instituto Nacional do Seguro Social - INSS objetivando implantar Ponto de Atendimento Permanente do INSS, no CENTRO DE ATENDIMENTO INTEGRADO ÀS PESSOAS EM SITUAÇÃO DE RUA E VULNERÁVEIS - CIPOP-RUA/RJ, para auxiliar na orientação, instrução e requerimento de benefícios e serviços previdenciários e assistenciais, com encaminhamento à análise do INSS, oferecendo assim ao cidadão que se encontre em situação de rua ou de vulnerabilidade, alternativas para utilização dos serviços prestados nas unidades de atendimento do INSS.
- **SEI 202306104339** – Acompanhamento e instrução de solicitação da Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro a respeito de coleta seletiva, nas salas por essa ocupada, nos Fóruns de Volta Redonda e Barra Mansa.
- **SEI 202406011401** – Renovação de convênio 003/238/2024 com o Estado do Rio de Janeiro, por intermédio da Secretaria de Estado de Saúde - SES, cujo objeto consiste no fornecimento de subsídios técnicos-normativos para análise de pedidos de liminar e tutela provisória nas ações que tenham por objeto o fornecimento, pelo Poder Público, de medicamentos, insumos para saúde, insumos nutricionais, tratamentos médicos, procedimentos médicos não emergenciais (consultas, exames, cirurgias, e internação hospitalar), para as serventias com competência fazendária da Comarca da Capital, bem como emissão de pareceres técnicos para os pedidos judiciais de urgência/emergência durante o plantão judiciário. No acompanhamento do tema, releva informar as tratativas para formalizar aditivo que visa incluir no citado Convênio de Cooperação, o Município do Rio de Janeiro (registro SEI! nº 202306145497) nas demandas relativas ao assessoramento técnico à Magistratura do PJERJ.
- **SEI 202306065610** – Formalização do aditivo 003/424/2024 para prorrogação do Protocolo de Intenções, celebrado entre este Tribunal de Justiça e a Mitra Arquiepiscopal do Rio de Janeiro, objetivando promover a integração institucional e a promoção de atividades voltadas ao desenvolvimento de ações relacionadas à sustentabilidade, fomento das ações em prol das políticas públicas de acessibilidade.

lidade e vulnerabilidade, bem como ações e programas de mútuo interesse, nas áreas de atuação do Tribunal e da Mitra.

- **SEI 202406011534** – Formalização do Acordo de Cooperação 003/276/2024 firmado entre este Tribunal de Justiça e Faculdades Católicas, objetivando a cooperação técnica para encaminhamento de alunos voluntários de todos os cursos de graduação, pós-graduação “lato-sensu”, mestrado e doutorado, ministrados pela PUC-RIO.
- **SEI 202306116686** – Acompanhamento de solicitação visando a criação e concessão de logins de rede, com perfil específico para os participantes dos projetos sociais do TJERJ administrados pela SGSUS.
- **SEI 202206116808** – Auxílio na formalização de Protocolo de Intenções visando a execução do projeto piloto Vida Compartilhada, por meio de aplicativo (APP) desenvolvido para ambiente Web, Android e IOS, que contribuirá para o acompanhamento da efetividade e eficiência no cumprimento da decisão judicial que determinar a guarda compartilhada, bem como dirimir conflitos e auxiliar futuras decisões judiciais, por meio de informações prestadas diretamente pelos genitores no APP.
- **SEI 202406076344** – Tratativas para renovação do Termo de Convênio de Cooperação 003/0525/2019 que implementou o projeto Transportando Para Aprendizagem cujo objeto consiste no fornecimento de cartões eletrônicos, com crédito de passagens de ônibus convencional municipal e/ou intermunicipal, para jovens em situação de vulnerabilidade indicados pelos Juízos competentes, ou pela Comissão de Articulação de Programas Sociais (COAPS), objetivando viabilizar o acesso de jovens, preferencialmente, aos cursos de formação técnico-profissionais.
- **SEI 202406030722** – Formalização de convênio relativo ao Projeto “Estudar para Qualificar”, a ser celebrado entre este Tribunal de Justiça e Universidade do Estado do Rio de Janeiro-UERJ, visando oportunizar aulas de reforço e/ou cursos educacionais diversos, objetivando a inserção profissional dos participantes de projetos de inclusão social.
- **SEI 2024-06096934** – Tratativas para formalização Acordo de Cooperação Técnica do Programa Novos Caminhos, cujo objeto consiste em viabilizar a empregabilidade dos(as) jovens acolhidos(as) institucionalmente, no âmbito territorial de jurisdição de cada Tribunal, por meio de capacitação e da articulação com outros órgãos públicos, empresas, empresários e instituições da sociedade civil.
- **SEI 2024-06121761** – Tratativas para formalização de Protocolo de intenções para participação de jovens indicados pelas 1^a e 2^a varas da Infância, da juventude e do Idoso da Capital, para participarem do projeto Beleza Solidária.

Ajustes Onerosos em 2024

Em relação aos ajustes onerosos, neste biênio, a SGSUS iniciou a execução de 2 (dois) Termos de Colaboração (projeto Começar de Novo e projeto Justiça Pelos

Jovens), finalizou o Chamamento Público e iniciou a execução do projeto Inclusão Legal, conduziu integralmente o Chamamento Público e o início da execução do projeto Jovens Mensageiros e, da mesma forma, conduziu integralmente a licitação e o início da execução do contrato 003/505/2023, visando a contratação de empresa para prestação de serviço especializado de diagnósticos por perícia de DNA dos beneficiários da gratuidade de justiça.

No decorrer do biênio, a Secretaria foi responsável pela adoção das medidas necessárias para resguardar a regular execução dos citados ajustes, medidas essas que incluem pedidos de reajustes, revisões, acréscimos e supressões e prorrogações.

Atualmente, 4 (quatro) pedidos de repactuação e 3 (três) pedidos de prorrogação encontram-se em trâmites de formalização.

Ademais, 2 (dois) Chamamentos Públicos, que irão selecionar instituições para execução dos projetos Começar de Novo e Justiça pelos Jovens, em substituição às atuais parceiras, bem como uma licitação para nova contratação de empresa para fornecimento de licença de uso para software de solução em libras, estão em fase de planejamento, por meio dos processos administrativos 2024-06126974, 2024-06126826 e 2024-06116182.

A SGSUS também figura na qualidade de unidade requisitante, atuando nos papéis de Gestor e/ou Fiscal, nos seguintes ajustes:

- **SEI 2020-0615218** – Termo de Colaboração do projeto Inclusão Legal, cujo objeto consiste na conjunção de esforços para a execução do projeto Inclusão Legal, visando promover a inserção/reinserção no mercado de trabalho de maiores de 18 (dezoito) anos: mulheres em situação de violência doméstica e familiar, pessoas com vulnerabilidade social, arrimos de família, pessoas com necessidades especiais, idosos e refugiados legalizados no Brasil, por meio do manejo de resíduos sólidos ou, jardinagem ou, ainda, da execução de atividades acessórias às atividades meio, nas unidades organizacionais do Poder judiciário.
- **SEI 2020-0674883** – Termo de Colaboração do projeto Começar de Novo, cujo objeto consiste em promover a inserção/reinserção no mercado de trabalho de maiores de 18 (dezoito) anos, egressos do sistema penitenciário com condenação criminal transitada em julgado.
- **SEI 2020-0674522** – Termo de Colaboração do projeto Justiça pelos Jovens, cujo objeto consiste em promover a inserção no mercado de trabalho de jovens entre 16 (dezesseis) e 24 (vinte e quatro) anos, que cumprem ou cumpriram medida socioeducativa ou, ainda, em remissão suspensiva.
- **SEI 2023-06016962** – Termo de Colaboração do projeto Jovens Mensageiros, cujo objeto consiste na conjugação de esforços para promover a inserção no mercado de trabalho e a elevação da escolaridade de jovens em situação de vulnerabilidade social e/ou oriundos de famílias de baixa renda, que estejam com

o ensino médio completo ou em curso, e que sejam maiores de 18 (dezoito) e menores de 24 (vinte e quatro) anos.

- **SEI 2021-0660622** - Contrato 003/686/2022, firmado com a empresa RYBENÁ TECNOLOGIAS ASSISTIVAS LTDA, para prestação de serviço de fornecimento de licença de uso para software de solução de libras
- **SEI 2022-06126822** - Contrato 003/505/2023, firmado com a empresa PERITOSLAB FORENSE LTDA, para prestação de serviço especializado de diagnósticos por perícia de DNA dos beneficiários da gratuidade de justiça.

Prestação de Contas

A prestação de contas das parcerias firmadas com as Organizações da Sociedade Civil para o desenvolvimento dos Projetos Sociais onerosos da SGSUS é realizada de acordo com a lei nº 13.019, regulamentada neste Tribunal pelo Ato Normativo 06/2018, cujo objetivo é a comprovação da regular utilização dos recursos utilizados pelas instituições parceiras, bem como a análise da conformidade das documentações apresentadas.

Atualmente, encontram-se em execução os projetos Jovens Mensageiros, Justiça pelos Jovens, Começar de Novo e Inclusão Legal, cujo processamento das notas de débito, assim como a análise das prestações de contas foram realizadas no ano de 2023 e 2024.

Ao longo do biênio 2023 / 2024 a Divisão de Controle e Fiscalização (DICOF) movimentou 1.280 processos relacionados às atividades de controle dos recursos financeiros, na ordem de R\$ 13.464.063,52, destinados aos projetos sociais abaixo elencados por meio da autuação, instrução e análise dos processos de notas de débito e prestações de contas.

Para garantir a transparência às referidas parcerias, celebradas pelo Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro (Poder Judiciário) por meio da SGSUS, foi disponibilizado o link: <https://portaltj.tjrj.jus.br/secretaria-geral-de-sustentabilidade-e-responsabilidade-social-sgsus-/departamento-de-sustentabilidade-desus-/divisao-de-controle-e-fiscalizacao-dicof-/relacao-de-parcerias-celebradas>

Esse recurso permite ao cidadão consultar as notas de débito dos repasses e as respectivas prestações de contas.

Por fim, importa destacar que, ao longo do biênio em referência, a DICOF promoveu o aprimoramento das ferramentas e metodologias destinadas ao controle dos recursos sob sua gestão. Dessa forma, foi possível a restituição de um montante total de R\$ 1.593.899,54 ao Fundo Especial do Poder Judiciário. Esse valor corresponde ao saldo remanescente do Termo de Colaboração nº 003/088/2019, vigente entre 31/01/2019 e 29/01/2024.

Movimentação no biênio

1. Projeto: Jovens Mensageiros

Termo de Colaboração: 003/088/2019

OSC: Lar Fabiano de Cristo (LFC)

Valores Repassados: R\$ 3.687.423,66

2. Projeto: Justiça Pelos Jovens

Termo de Colaboração: 003/034/2023

OSC: Centro Integrado de Estudos e Prog-

ramas de Desenvolvimento Sustentável (CIEDS)

Valores Repassados: R\$ 3.895.403,14

Projeto Jovens Mensageiros	
Mês	Valor Repassado
jan/23	297.691,38
fev/23	296.146,57
mar/23	294.937,99
abr/23	294.494,30
mai/23	276.165,71
jun/23	283.030,77
jul/23	289.003,65
ago/23	311.678,45
set/23	296.536,41
out/23	254.164,56
nov/23	244.463,07
dez/23	225.561,33
jan/24	195.187,73
Uniformes	17.797,45
Vota de Diferença	110.564,29
Total	R\$ 3.687.423,66

Projeto Justiça Pelos Jovens	
Mês	Valor Repassado
mar/23	314.413,70
abr/23	314.413,70
mai/23	80.894,24
jun/23	97.777,20
jul/23	142.833,23
ago/23	163.713,51
set/23	131.862,19
out/23	126.058,64
nov/23	191.691,15
dez/23	222.050,73
jan/24	160.710,48
fev/24	146.402,22
mar/24	138.921,07
abr/24	143.374,06
mai/24	179.291,77
juni/24	181.700,28
jul/24	176.575,76
ago/24	255.864,43
set/24	283.836,00
out/24	219.953,35
nov/24	192.148,33
Uniforme	16.400,00
Uniforme	8,4
Uniforme	23.286,32
Uniforme	67,7
Uniforme	4,2
Uniforme	12,6
Total	R\$ 3.895.403,14

3. Projeto: Começar de Novo

Termo de Colaboração: 003/033/2023

OSC: Centro Integrado de Estudos e Prog-

ramas de Desenvolvimento Sustentável (CIEDS)

Valores Repassados: R\$ 2.964.449,96

4. Projeto: Inclusão Legal

Termo de Colaboração: 003/345/2023

OSC: Centro Integrado de Estudos e Prog-

ramas de Desenvolvimento Sustentável (CIEDS)

Valores Repassados: R\$ 2.405.304,58

Termo de Colaboração: 003/406/2024

OSC: Centro Integrado de Estudos e Prog-

ramas de Desenvolvimento Sustentável (CIEDS)

Valores Repassados: R\$ 511.482,18

Projeto Começar de Novo	
Mês	Valor Repassado
abr/23	316.543,88
mai/23	316.543,88
ago/23	98.006,89
set/23	171.066,16
out/23	100.099,39
nov/23	96.139,96
dez/23	134.633,44
jan/24	168.307,53
fev/24	136.971,98
mar/24	134.851,84
abr/24	139.029,56
mai/24	142.189,36
jun/24	174.842,62
jul/24	166.534,04
ago/24	165.217,79
set/24	157.536,71
out/24	157.320,70
nov/24	174.199,07
Uniformes	338
Uniformes	14.240,00
Uniformes	8,4
Uniformes	10.905,38
Uniformes	71,4
Uniformes	4,2
Total	R\$ 2.964.449,96

Projeto Inclusão Legal	
Mês	Valor Repassado
out/23	267.841,73
nov/23	267.841,73
dez/23	110.356,02
jan/24	110.121,49
fev/24	107.765,17
mar/24	91.731,56
abr/24	92.072,25
mai/24	193.438,95
jún/24	246.958,47
jul/24	186.804,38
ago/24	165.217,79
set/24	187.559,60
out/24	184.072,31
nov/24	173.051,65
Uniformes	19.495,40
Uniforme	488,04
EPI	488,04
Total	R\$ 2.405.304,58

Programas de Cidadania

As ações solidárias e as campanhas institucionais fizeram parte do comprometimento da SGSUS com a responsabilidade social e com o desenvolvimento das melhores práticas de promoção da cidadania. Elas consistiram em ações de sensibilização e mobilização do público interno e externo do PJERJ.

- **Hemorio**



Em parceria com o HEMORIO, a SGSUS promoveu campanhas de doação de sangue e palestras no Palácio da Justiça, Avenida Erasmo Braga nº 115 - Lâmina III. Em 2023, foram realizadas campanhas no dia 22 de março, com a coleta de 96 bolsas de sangue, e em 14 de setembro, com a coleta de 103 bolsas de sangue. Em 2024, a SGSUS promoveu campanhas de doação de sangue e palestras. No dia 20 de março, foi realizada nova campanha no Palácio da Justiça, com a coleta de 84 bolsas de sangue. No dia 28 de agosto, ocorreu a 2ª campanha no ano, com a coleta de 95 bolsas de sangue.

- **Campanha de Cadastro de Doadores de Medula Óssea**



A ação tem por objetivo realizar o cadastro para futuros doadores de medula óssea. A doação de medula óssea é um procedimento fundamental para tratar doenças como a leucemia e linfomas. No entanto, muitas pessoas que precisam de um transplante não encontram doadores compatíveis na família. Por esse motivo, o cadastro de doadores voluntários é essencial.

Em 2024, em parceria com o Instituto Herbert Viana (UERJ), o Tribunal de Justiça realizou a campanha no dia 30 de abril, na Avenida Erasmo Braga nº 115 - Lâmina III, com o cadastro de 46 doadores.

- **Casamento Comunitário**

O Casamento Comunitário faz parte do conjunto de ações desenvolvidas pela SGSUS. No evento ora citado, é realizada a conversão da união estável em casamento para pessoas que comprovadamente já coabitam, são hipossuficientes e residentes no Estado do Rio de Janeiro.

Cumpre informar que esta ação é uma parceria com a Catedral do Estado do Rio de Janeiro, desde 2015.

Neste ano, participaram do evento 200 casais hipossuficientes, que são cadastrados pela Instituição religiosa, e toda a documentação é analisada pelo Tribunal, bem como a montagem da logística e estrutura do evento.

Em 2023, foram realizados os seguintes casamentos comunitários:

- Nas dependências do TJRJ (Museu da Justiça), foi realizada a conversão de União Estável em Casamento de 49 casais hipossuficientes, no dia 18 de maio, e de 50 casais hipossuficientes, no dia 01 de dezembro;
 - Na Arquidiocese do Rio de Janeiro, foi realizada a conversão de União Estável em Casamento de 185 casais hipossuficientes, no dia 26 de agosto.
- Em 2024, foram realizados os seguintes casamentos comunitários:
- Nas dependências do TJRJ (Museu da Justiça), foi realizada a conversão de União Estável em Casamento de 40 casais hipossuficientes, no dia 29 de maio;
 - Na Arquidiocese do Rio de Janeiro, foi realizada a conversão de União Estável em Casamento de 150 casais hipossuficientes, no dia 24 de agosto.
 - Nas dependências do TJRJ (Museu da Justiça), foi realizada a conversão de União Estável em Casamento de 56 casais hipossuficientes, no dia 12 de novembro.



- **Ação Social Merck**



A ação oferece serviços gratuitos nas áreas de saúde, cultura e cidadania às comunidades carentes da região de Jacarepaguá, atendendo aproximadamente 2.000 pessoas entre idosos, adultos, jovens e crianças. A parceria com o Tribunal de Justiça já existe desde 2018, com a presença de Juízes voluntários deste Poder Judiciário e Defensores Públicos e tem como responsabilidade os seguintes serviços: conversão de união estável em casamento; conversão de separação em divórcio; divórcio consensual; registro de nascimento tardio; reconhecimento de paternidade/ maternidade; retificação de registro.

No ano de 2024, o evento ocorreu no dia 15 de junho e contou com 2 divórcios, 1 retificação de registro e 06 conversões de União Estável em Casamento.

- **Campanha Suipa**

A Sociedade União Internacional Protetora dos Animais (SUIPA) realizou, em parceria com a SGSUS, uma campanha no Fórum da Capital para a doação de produtos de necessidade básica, adoção de animais e venda de produtos.

Em 2023, houve uma edição em 26 e 27 de junho, na qual arrecadaram-se 46Kg de ração, 1 casa de transporte, 10 potes de comida, remédios diversos e foram adotados 2 gatos e 1 cachorro. Foi realizada outra edição da campanha, durante o mês de dezembro, nos dias 12 a 14, em que foram adotados 2 cachorros e 2 gatos.

Em 2024, na campanha entre os dias 18 a 21 de junho, foram arrecadados: 232 Kg de ração e 862 unidades de produtos de necessidade básica.

- **Campanha Outubro Rosa**

A ação é voltada para a prevenção ao câncer de mama, com a instalação de um ponto de coleta nas dependências do Tribunal para o recebimento de cabelos, turbantes e lenços. Além disso, conta com a presença de cabeleireiros voluntários do salão Werner com o objetivo de cortar os cabelos de possíveis doadores. Todos os itens recebidos são entregues para Instituições que amparam mulheres em tratamento de câncer de mama.

Em 2023, em evento realizado em 18 de outubro, foram obtidos 47 mechas, 79 lenços e 1 chapéu.

Em 2024, o evento foi realizado nos dias 23 e 24 de outubro. Neste ano, foram arrecadadas 124 doações distribuídas em: 60 mechas, 1 aplique, 3 perucas, 9 toucas, 4 faixas, 23 turbantes e 24 lenços, com 41 participantes.



• Campanha Natal Solidário

Em dezembro de 2023, foi realizada a campanha para obtenção de brinquedos novos. Esta ação ocorreu em parceria com a Secretaria Estadual de Saúde e todos os brinquedos arrecadados são distribuídos. Foram arrecadados e distribuídos 430 brinquedos.

Em dezembro de 2024, foram arrecadados 499 brinquedos novos e 32 sandálias havaianas.



• Campanha de Doação de Roupas Masculinas

A Campanha tem por objetivo arrecadar roupas masculinas para homens que se encontram em situação de rua. São válidas, para a doação, roupas limpas e em bom estado de conservação, como camisas, calças, bermudas, meias, cuecas, sapatos, casacos e semelhantes.

Todas as peças foram entregues ao Centro de Atendimento Integrado às Pessoas em Situação de Rua e Vulneráveis (CIPOP-RUA/RJ), que reúne diversos serviços prestados pelo Judiciário fluminense e órgãos federais, estaduais e municipais, como inscrição em programas sociais, registro civil, rede de moradia, entre outros.

A ação foi uma iniciativa da Secretaria Geral de Sustentabilidade e Responsabilidade Social (SG-SUS).

SUS), e esta foi a primeira vez que realizamos uma ação desta natureza.

A ação ocorreu entre os meses de maio e junho de 2024.

• Campanha Mc Dia Feliz

A Campanha é realizada nas dependências do Tribunal de Justiça e tem por objetivo a venda antecipada de tickets do Big Mac. Toda renda arrecadada é revertida para o Instituto Ronald MC Donald, em apoio às instituições de luta contra o câncer infanto-juvenil. A campanha é realizada no Fórum Central, no Fórum Regional da Barra e no Fórum Regional do Méier.



As campanhas realizadas nos anos de 2023 e 2024 bateram recorde de vendas antecipadas de tickets, com as vendas de 627 tickets e 692 tickets, respectivamente.

• Seminário AA

Em 2023, no dia 31 de maio, foi realizado o seminário AA: “Alcoolismo e Saúde Mental - transtorno afetivo emocional/depressão e ansiedade”, com a presença dos palestrantes: Dra. Thabata da Silva Cardoso Luiz e Dr. João Delfim de Aguiar Nadaes. Ao todo, 1560 pessoas participaram do encontro.

Em 2024, no dia 24 de abril, foi realizado o seminário AA: “Alcoolismo e Família”, com a presença dos palestrantes: psicólogas Elys Chargel e Patrícia Glycério, mediadora do TJRJ Célia Passos e depoimentos pessoais de membros do AA e AL-ANON. No dia 25 de setembro, foi realizada mais uma edição do Seminário com o tema “Alcoolismo na Juventude”. Ao todo, 1605 pessoas participaram dos encontros deste ano.



• Feira Gastronômica

A Feira Gastronômica, realizada no Fórum Central da Capital, é uma ação que tem por objetivo promover a aproximação e a integração entre os funcionários, valorizando seu potencial culinário, bem como promovendo a elevação de sua autoestima, já que todos os produtos comercializados são produzidos exclusivamente por servidores, ativos e inativos, do Quadro Permanente do Tribunal de Justiça e funcionários terceirizados. Em 2023, a feira teve uma edição nos dias

13, 14 e 15 de junho. Em 2024, a feira teve uma edição em 20 de fevereiro e edições no dia 2 de março, 2 de abril, 7 de maio, nos dias 4, 11 e 12 de junho, 2 de julho, 6 de agosto, 3 e 17 de setembro, 1 e 15 de outubro e 5 de novembro.

• Feira Orgânica

Alimentos orgânicos são aqueles produzidos sem uso de agrotóxicos sintéticos, transgênicos ou fertilizantes químicos. A SGSUS promove a Feira de Produtos Orgânicos e Naturais na Lâmina I do Fórum Central do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro.

A feira ora citada é realizada em parceria com a Associação de Agricultores Biológicos do Estado do Rio de Janeiro (ABIO).

Os alimentos orgânicos são vendidos por produtores certificados pela ABIO, de acordo com mecanismos específicos da legislação brasileira, a exemplo do Sistema Participativo de Garantia (SPG), o qual envolve todos os componentes de rede de produção orgânica, atendendo às normas de preservação ambiental e estimulando o desenvolvimento sustentável.



Em 2023, a feira teve uma edição em 4 de abril, com a participação de um grupo indígena, e edições nos dias 2 e 3 de maio, 6 de junho, 4 de julho, 1 e 8 de agosto, 5 e 19 setembro, 3 e 24 de outubro, 7 de novembro e nos dias 5 e 12 de dezembro. Em 2024, A feira teve uma edição em 20 de fevereiro, uma edição no dia 2 de março, 02 de abril, 7 de maio, nos dias 04, 11 e 12 de junho, 02 de julho, 06 de agosto, 03 e 17 de setembro, 01 e 15 de outubro, 05 de novembro, 03 e 10 de dezembro.

• Festa Julina do PJERJ

O evento tem como finalidade a comercialização de alimentos produzidos exclusivamente por servidores ativos, inativos e funcionários terceirizados. Na ação, não há ônus para o Tribunal de Justiça, uma vez que os participantes arcam com a despesa do aluguel de suas barracas, necessitando, apenas, da disponibilização do espaço para a montagem e divulgação do evento. Em 2023, foi realizada uma edição no período de 11 a 13 de julho na Rua Dom Manuel s/nº, térreo. Em 2024, teve edição nos dias 03, 04 e 05 de julho. Foram apresentadas comidas típicas com receitas nordestinas.



• Feira de Artesanato

A feira tem o propósito de promover a integração dos servidores ativos e inativos, com a exposição de trabalhos artesanais feitos por servidores aposentados e artesãos indicados por funcionários.

Em 2023, a feira teve uma edição nos dias 09, 10 e 11 de maio de 2023 e outra edição entre os dias 28 a 30 de novembro.

Em 2024, a feira teve uma edição nos dias 08, 09 e 10 de maio de 2024 e uma segunda edição nos dias 07, 08 e 09 de agosto e a última edição do ano nos dias 26, 27, 28 e 29 de novembro do corrente ano.



• Programa Voluntariado

O “Programa de Voluntariado Continuado” foi desenvolvido considerando os termos da Lei do Voluntariado (Lei Federal nº 9.608/98), que define o serviço de voluntariado como atividade não remunera-



da que tenha objetivos cívicos, culturais, educacionais, científicos, recreativos ou de assistência à pessoa. No âmbito do TJ, as condições do exercício do voluntariado são pormenorizadas na Resolução TJ/OE nº 16/2018 e o processo de trabalho estabelecido na RAD-SGSUS-011 (Coordenar Programa de Voluntariado).

- No ano de 2023, no total, participaram 1424 voluntários.
- No ano de 2024, no total, participaram 1114 voluntários.

• Projeto Uni-Duni-Tê

O projeto Uni-Duni-Tê visa aproximar o Poder Judiciário da população infanto-juvenil, por meio de palestras para alunos, levando conhecimento sobre o funcionamento do Poder Judiciário e outras instituições que compõem o Sistema de Garantias de Direitos da Infância e da Juventude, bem como noções gerais sobre a Constituição Federal Brasileira, o Estatuto da Criança e do Adolescente, Estatuto do Torcedor, Código Ambiental, Violência Doméstica e outros temas. O projeto tem como benefício esperado a construção de uma sociedade mais igualitária e consciente do exercício da cidadania. O projeto teve 108 participantes no ano de 2023 e não esteve ativo em 2024.



• Projeto Bem-me-Quer

O projeto Bem-me-Quer oferece, aos juízes das Varas de Família, alternativa de encaminhar as partes envolvidas nos processos judiciais litigiosos de separação ou divórcio, união estável, alimentos e/ou guarda dos filhos, a um grupo de reflexão. O objetivo é conscientizar pais, mães e demais familiares envolvidos, de que o litígio continuado acarreta prejuízos à formação da estrutura psicológica dos filhos.

Em 2023, o “Bem-me-Quer” realizou 21 palestras e alcançou 165 beneficiários litigantes em Vara de Família, nesses encontros.

Em 2024, o programa realizou 19 palestras, alcançando 170 litigantes beneficiados nas Varas de Família por meio desses encontros.



Palestras Associadas aos Programas de Cidadania

Palestras do Casamentos Comunitário em 2023

- 17/05/2023 – Palestra do Dr. Gilberto de Mello Nogueira Abdelhay Junior - juiz da 1ª vara de família, com os casais do casamento comunitário, com 96 participantes.
- 10/11/2023 – Palestra do Dr. Gilberto de Mello Nogueira Abdelhay Junior - juiz da 1ª vara de família, com os casais do casamento comunitário com a participação, com 98 participantes.

Palestras do Casamentos Comunitário em 2024

- 15/05/2024 – Palestra do Dr. Gilberto de Mello Nogueira Abdelhay Junior - juiz da 1ª Vara de Família, com os casais do casamento comunitário, com 80 participantes.
- 18/08/2024 – Palestra do Dr. Gilberto de Mello Nogueira Abdelhay Junior - juiz da 1ª Vara de Família, com os casais do casamento comunitário, com 300 participantes.

Palestras da Justiça Cidadã em 2023

Santa Cruz

- 03/08/2023 – Palestra “Organização Judiciária, Estrutura do Poder Judiciário e Justiça estadual X Federal” – Palestrantes Servidor Público Marcos Rolim e Des. Tereza Cristina Gáulia, com 44 participantes.
- 08/08/2023 – Palestra “Justiça Restaurativa” – Palestrante Servidora Amanda Torres Simonato, com 36 participantes.
- 10/08/2023 – Palestra “Direito Constitucional - Direitos Fundamentais” – Palestrante Juiz André Souza Brito, com 45 participantes.
- 15/08/2023 – Palestra “Justiça Itinerante” – Palestrante: Juiz Vitor Moreira Lima, com 40 participantes.
- 17/08/2023 – Palestra “Juizados Especiais e Responsabilidade Social” – Palestrante: Juíza Ana Paula Azevedo Gomes, com 37 participantes.
- 22/08/2023 – Palestra “Varas Criminais, Juizados Especiais Criminais (JECRIM) e Varas de Execuções Penais (VEP)” – Palestrante: Juiz Marcelo Alberto Chaves Villas, com 35 participantes.
- 24/08/2023 – Palestra “Direito das famílias” – Palestrante: Dra. Mylene Glória Pinto Vassal, com 34 participantes.
- 29/08/2023 – Palestra “Estatuto da Criança e do Adolescente e Estatuto do Idoso” – Palestrante: Sra. Luiza Rodrigues Martins, com 34 participantes.

- 31/08/2023 – Palestra “Direito do Trabalho e Previdenciário” – Palestrantes: advogado Márcio Luiz Cabral de Azevedo e advogada Nathaly dos Santos e Silva, com 38 participantes.
- 05/09/2023 – Palestra “Violência Doméstica e Lei Maria da Penha” – Palestrantes: juiz Eduardo Marques Hablitschek, com 36 participantes.
- 12/09/2023 – Palestra “Técnicas para Solução de Conflitos” – Palestrante: advogada Thayza Vitória Vinhas Silva, com 42 participantes.
- 14/09/2023 – Palestra “Atribuições da Defensoria Pública” – Palestrante: defensora Gislaine Kepea, com 37 participantes.
- 19/09/2023 – Palestra “Atribuições do Ministério Público” – Palestrante: promotor de Justiça Marcio Benisti, com 34 participantes.
- 21/09/2023 – Palestra “Órfãos e Sucessões” – Palestrante: servidor Marcos Rolim, com 36 participantes.
- 26/09/2023 – Palestra “Atribuições dos Cartórios Extrajudiciais” – Palestrante: advogada Luiza Alves de Castro, com 39 participantes.
- 28/09/2023 – Palestra “Posse, Propriedade, Usucapião” – Palestrante: juíza Monique abreu David, com 39 participantes.
- 03/10/2023 – Palestra “Estatuto da Pessoa com Deficiência” – Palestrante: servidor Márcio Castro Aguiar, com 38 participantes.
- 05/10/2023 – Palestra “Direito do Consumidor”- Encerramento” – Palestrante: juiz Eric Scapim e Des. Tereza Cristina Gaulia, com 38 participantes.

Palestras da Justiça Cidadã em 2023

Centro

- 17/10/2023 – Palestra “Organização Judiciária, Estrutura do Poder Judiciário e Justiça Estadual X Federal” – Palestrantes: Servidor Público Marcos Rolim e Des. Tereza Cristina Gáulia, com 36 participantes.
- 19/10/2023 – Palestra “Direito Constitucional - Direitos Fundamentais” – Palestrante: advogado Sérgio Antunes, com 40 participantes.
- 26/10/2023 – Palestra “Atribuições do Ministério Público” – Palestrante: promotor público Guilherme Peña, com 30 participantes.
- 31/10/2023 – Palestra “Juizados Especiais/Responsabilidade Civil” – Palestrante: advogado Márcio Luiz Cabral, com 25 participantes.
- 07/11/2023 – Palestra “Varas Criminais, Juizados Especiais Criminais e Vara de Execuções Penais” – Palestrante: advogado Marcelo Alberto Chaves Villas, com 32 participantes.
- 09/11/2023 – Palestra “Direito do Trabalho” – Palestrante: advogada Lilian Me-nezes Guerra, com 28 participantes.
- 14/11/2023 – Palestra “Estatuto da Criança e do Adolescente/Estatuto do Idoso” – Palestrante: advogada Luiza Rodrigues Martins, com 20 participantes.
- 16/11/2023 – Palestra “Estatuto da Pessoa com Deficiência” – Palestrante: servidor Márcio Castro Aguiar, com 23 participantes.

- 21/11/2023 – Palestra “Violência Doméstica e Lei Maria da Penha” – Participantes: juiz Eduardo Marques Hablitschek, com 25 participantes.
- 23/11/2023 – Palestra “ Técnicas para Soluções de Conflitos” – Palestrante: servidora Andréa Christina Vaz Barbosa, com 21 participantes.
- 28/11/2023 – Palestra “ Direito das Famílias” – Palestrante: advogada Patrícia Correa com 24 participantes.
- 30/11/2023 – Palestra “Justiça Itinerante” – Palestrante: juiz Vitor Meireles, com 23 participantes.
- 05/12/2023 – Palestra “ Órfãos e Sucessões” – Palestrante: servidor Marcos Rolim, com 21 participantes.
- 07/12/2023 – Palestra “ Justiça Restaurativa” – Palestrante: servidora Amanda Torres Simonato, com 22 participantes.
- 12/12/2023 – Palestra “Posse, Propriedade, Usucapião” – Palestrante: juiz Danilo Borges, com 17 participantes.
- 14/12/2023 – Palestra “ Atribuições da Defensoria Pública/ Apresentação de Projeto Social” – Participantes: defensora pública Gislaine Kepe e Nivalda de Aguiar, com 23 participantes.
- 19/12/2023 – Palestra “Direito do Consumidor” - Encerramento – Palestrantes: juiz Eric Scapim e Des. Tereza Cristina Gaulia, com 28 participantes.

Palestras da Justiça Cidadã em 2023

Méier

- 14/05/2024 – Palestra “Organização Judiciária, Estrutura do Poder Judiciário e Justiça Estadual X Federal” – Palestrantes: Des. Tereza Cristina Gaulia e Servidor Público Marcos Rolim, com 50 participantes.
- 16/05/2024 – Palestra “Direito Constitucional” – Palestrante: Dra. Mirela Erbisti, com 46 participantes.
- 21/05/2024 – Palestra “Atribuições da Defensoria Pública” – Palestrante: Dr. João Luiz e Dra. Simone, com 41 participantes.
- 23/05/2024 – Palestra “Atribuições do Ministério Público” – Palestrante: Dr. Bruno Guimarães, com 45 participantes.
- 28/05/2024 – Palestra “Juizados Especiais e Responsabilidade Social” – Palestrante: Dra. Maria Aparecida Silveira de Abreu e Dr. André Arruda, com 35 participantes.
- 04/06/2024 – Palestra “Órfãos e Sucessões ” – Palestrante: Dra. Cristina Gomes Campos de Seta, com 42 participantes.



- 06/06/2024 – Palestra “Posse, Propriedade, Usucapião” – Palestrante: Dra. Cristina Gomes Campos de Seta, com 34 participantes.
- 11/06/2024 – Palestra “Estatuto da Criança e do Adolescente e Estatuto do Idoso” – Palestrante: Dra. Agnes Mussliner (criança) e Dra. Cristiane Branquinho (Idoso), com 37 participantes.
- 13/06/2024 – Palestra “Estatuto da Pessoa com Deficiência – Lei 13146/2016” – Palestrante: Dr. Geraldo Nogueira, com 39 participantes.
- 18/06/2024 – Palestra “Violência Doméstica e Lei Maria da Penha” – Palestrante: Dra. Adriana Pimentel Figliuolo Horta Fernandes, com 39 participantes.
- 20/06/2024 – Palestra “Técnicas para Solução de Conflitos” – Palestrante: Des. Luiza Bottrel e dinâmica de grupo, com 30 participantes.
- 24/06/2024 – Palestra “JURISTUR” – Palestrante: Integrantes da AMAERJ, com 21 participantes.
- 25/06/2024 – Palestra “Direito das Famílias” – Palestrante: Dra. Raquel Santos Pereira Chrispino, com 34 participantes.
- 27/06/2024 – Palestra “Justiça Restaurativa” – Palestrante: Dra. Claudia Márcia Gonçalves Vidal, com 30 participantes.
- 02, 04, 09, 11/07/2024 – Palestras do Programa Justiça Cidadã.

Programas de Inclusão Social

Os programas de Inclusão Social da Secretaria Geral de Sustentabilidade e Responsabilidade Social foram criados com o desejo de contribuir para a promoção social, incluir pessoas em situação de vulnerabilidade, buscando como resultado a mudança de paradigmas e melhora da qualidade de vida. Eles foram idealizados com a finalidade de oportunizar aos participantes a capacitação orientada para o mercado de trabalho, inclusão educacional e projetos sociais e culturais. Os projetos contam com o apoio de instituições parceiras para o acompanhamento e sua execução.

Atualmente, encontram-se em execução o programa Jovens Mensageiros, o programa Justiça pelos Jovens, o programa Começar de Novo, o programa Inclusão Legal e os subprogramas Estudar para Qualificar, Circuito Cultural e Informática para Todos.

Jovens Mensageiros



O projeto, destinado a jovens na faixa etária de 18 a 24 anos em situação de vulnerabilidade social, visa à inclusão social e à capacitação para o mercado de trabalho por meio de uma experiência profissional supervisionada, desempenhando atividades acessórias à mensageria no PJERJ. O projeto também contribui para a elevação da escolaridade, possibilitando a reestruturação das vidas dos participantes e de suas famílias. Cabe ressaltar que o projeto contribui para a operacionalização de atividades de remessa de expedientes em todo o Tribunal.

Em 2023, atuaram 129 jovens, com média mensal de 86 Jovens Mensageiros que movimentaram 11.339.244 expedientes, perfazendo a média de 11.141 expedientes por Jovem Mensageiro, no período.

Em 2024, o projeto teve um período de inatividade a partir de fevereiro, mas retornou no mês de setembro. Nesse reinício, atuaram 47 jovens, que participaram na movimentação de 4.220.572 expedientes entre setembro e dezembro, perfazendo a média de 89.799 expedientes por Jovem Mensageiro, no período.

Justiça pelos Jovens



O programa Justiça pelos Jovens oportuniza uma experiência profissional a jovens de 16 a 24 anos, provenientes de medidas socioeducativas, estimulando e proporcionando o desenvolvimento de suas potencialidades e a construção de novos valores. Os jovens atuam nas unidades organizacionais judiciais e administrativas como auxiliares administrativos de documentação em geral.

- Em 2023, atuaram cerca de 67 jovens.
- Em 2024, atuaram cerca de 94 jovens.

Começar de Novo

Trata-se de um programa de ressocialização de cidadãos oriundos do sistema penitenciário por meio de atividades laborativas desenvolvidas no PJERJ. Tem como público alvo os egressos que cumpriram pena privativa de liberdade integralmente, ou foram beneficiados por qualquer causa extintiva da punibilidade após terem cumprido parte da sanção imposta, o agraciado pela liberdade condicional e os condenados em penas restritivas de direitos. A finalidade do programa é oferecer oportunidade de trabalho aos indivíduos em situação de vulnerabilidade social e econômica.



- Em 2023, o programa contemplou 40 participantes.
- Em 2024, o programa contemplou 62 participantes.

Inclusão Legal



O programa “Inclusão Legal” visa promover a inserção/reinserção, no mercado de trabalho, de maiores de 18 anos, mulheres em situação de violência doméstica e familiar, pessoas de vulnerabilidade social, arrimos de família, pessoas de necessidades especiais, idosos e refugiados legalizados no Brasil.

- Em 2023, atuaram no programa 26 participantes.
- Em 2024, atuaram no programa 57 participantes.

Círcito Cultural

A atividade visa agregar valor aos participantes dos projetos de inclusão social, mediante a promoção de atividades culturais, com visitas guiadas a museus e centros históricos.

Em 2023, o Círcito Cultural teve a participação total de 128 jovens dos programas Jovens Mensageiros e Justiça pelos Jovens, na visita ao Cristo Redentor, em 10 visitas.

Em 2024, o “Círcito Cultural” teve a participação de integrantes dos programas Jovens Mensageiros, Começar de Novo, Inclusão Legal, Jovens Mensageiros e Justiça pelos Jovens, em visita ao Cristo Redentor, Pequena África e CCBB. Foram 6 visitas ao Cristo Redentor, 6 visitas a Pequena África e 02 visitas ao “CCBB”, totalizando 14 visitas culturais, guiadas. No total, ocorreram 324 participações.



Programa Informática para Todos

O Programa Informática para Todos, iniciado em novembro de 2024, destina-se a inclusão digital dos participantes dos projetos sociais da SGSUS e de jovens de abrigos, vinculados a I e II Vara de Infância e Juventude e Idoso da Capital.



Palestras dos Programas de Ação Social e Acessibilidade em 2023

- 10/02/2023 – Palestra “Prevenção de Infecções Sexualmente Transmissíveis” – Palestrante Sr. Márcio de Araújo Farias, direcionada a 65 jovens do projeto Jovens Mensageiros.
- 27/04/2023 - Oito palestras sobre “Autismo” – Palestrantes: Juíza Keyla Blank de Cnop, Sra. Berenice Piana, Dra. Ana Rosa Frota Aguiar, Sra. Cristina Lúcia Pereira de Farias, Sra. Jade da Mota, Dra. Marina Magalhães Lopes, Sra. Renata Pereira da Silva Gusmão, Kleyton da Silva Gusmão. Direcionada a 30 integrantes dos projetos Jovens Mensageiros e Justiça pelos Jovens.
- 17/05/2023 – Palestra sobre o “Dia Mundial da Reciclagem - A importância da reciclagem na redução do uso dos recursos naturais”. Palestrante Dr. Vinicius Crespo, direcionada a 85 integrantes dos projetos Jovens Mensageiros e Justiça pelos Jovens.
- 13/06/2023 - Seminário Sustentabilidade e Judiciário – Palestrantes: Sra. Eliane Omena, Sra. Carmynie Xavier, Sr. Pablo Saldo e Sr. Paulo Protásio. Direcionada a 58 integrantes dos projetos Jovens Mensageiros e Justiça pelos Jovens.
- 22/06/2023 – Palestra “Inteligência Artificial e Sustentabilidade” – Palestrante: Sra. Gabriella Amorim. Direcionada a 15 integrantes dos projetos Jovens Mensageiros e Justiça pelos Jovens.
- 29/06/2023 – Palestra sobre o “Dia nacional da Luta Contra a Esclerose Lateral Amiotrófica – ELA” – Palestrante: Subsecretário de Cuidados Especiais Guilherme Bussinger; médico Marco Orsini; médico Guilherme Barros; e advogado e diretor da Diretoria de Pessoa com Deficiência da OAB Geraldo Nogueira. Direcionada a 10 integrantes dos projetos Jovens Mensageiros e Justiça pelos Jovens.
- 05/07/2023 - Palestra sobre a “Carreira Militar” – Palestrante: Coronel R1 (PTTC) Jonas de Oliveira Santos Filho. Direcionada a 102 integrantes dos projetos Jovens Mensageiros e Justiça pelos Jovens.
- 04/08/2023 – Palestra “Violência Doméstica Contra Mulher” – Palestrante Dra. Simone Estrellita. Direcionada a 123 integrantes dos projetos Jovens Mensageiros, Justiça pelos Jovens e Começar de Novo.
- 20/09/2023 e – Palestra LGBTQIA+ - Palestrantes: Sra. Márcia Guimarães e Sra. Anne Cláudia Félix da Silva. Direcionada a 62 integrantes dos projetos Jovens Mensageiros, Justiça pelos Jovens e Começar de Novo.
- 22/09/2023 – Palestra LGBTQIA+ - Palestrantes: Sra. Cristiana da Silva Maciel e Sra. Camilla Doudement Oliveira. Direcionada a 57 integrantes dos projetos Jovens Mensageiros, Justiça pelos Jovens e Começar de Novo.
- 22/11/2023 – Palestra “Dia da Consciência Negra” – Prof. Pedro Henrique Oliveira - Direcionada a 152 integrantes dos projetos Jovens Mensageiros, Justiça pelos Jovens, Começar de Novo e Inclusão Legal.

Palestras dos Programas de Ação Social e Acessibilidade em 2024

- 25/01/2024 – Palestra motivacional – “O segredo da antena - a grande descoberta” – Palestrante Marco Gomes, direcionada a 144 participantes dos programas Começar de Novo, Inclusão Legal, Jovens Mensageiros e Justiça pelos jovens.

- 31/01/2024 – Palestra “Infecções sexualmente transmissíveis” – Palestrante Dra. Danielle Provençano Borghi, direcionada a 104 participantes dos programas Começar de Novo, Inclusão Legal, Jovens Mensageiros e Justiça pelos jovens.
- 01/03/2024 – Palestra “Roda de conversa: leis, regras e convivência social” – Palestrante Dra. Lucia Mothe Glioche, direcionada a 13 participantes dos programas Justiça pelos jovens.
- 07/03/2024 – Palestra “Encontro com a equipe do subprograma estudar para qualificar” – Palestrante Profª. Marcia Lisboa, direcionada a 37 participantes dos programas Começar de Novo, Inclusão Legal e Justiça pelos jovens.
- 15/03/2024 – Palestra “Encontro N.A.” – Palestra direcionada a 10 participantes dos programas Começar de Novo e Inclusão Legal.
- 05/04/2024 – Palestra “Encontro N.A.” – Palestra direcionada a 7 participantes dos programas Começar de Novo e Justiça pelos jovens.
- 19/04/2024 – Palestra “A criminalidade e a oportunidade no mercado formal de trabalho” – Palestrante Dra. Daniela Barbosa Assumpção de Souza, direcionada a 120 participantes dos programas Começar de Novo, Inclusão Legal e Justiça pelos jovens.
- 24/05/2024 – Palestra “Acesso à tecnologia da informação e o código de ética” – Palestrante Nilson de Almeida Araújo, direcionada a 50 participantes dos programas Começar de Novo, Inclusão Legal e Justiça pelos jovens.
- 20/09/2024 – Palestra “A importância dos livros na formação profissional” – Palestrante: presidente da academia brasileira de letras Merval Pereira direcionada a 175 participantes dos programas Jovens Mensageiros, Começar de Novo, Inclusão Legal e Justiça pelos jovens.
- 25/09/2024 – Seminário “Alcoolismo na Juventude” em parceria com o Alcoólicos Anônimos – palestrantes: médica Tania Carluccio Viana, psicólogo e psicanalista Marcelo Augusto Orofino e a juíza Vanessa Cavalieri, membros do A.A. e do Al-Anon, grupo de apoio.
- 02/10/2024 – Palestra “ELEIÇÕES 2024 - Voto Consciente” – palestrantes: presidente do TRE-RJ - Henrique Carlos de Andrade Figueira, Desembargadora eleitoral TRE-RJ - Daniela Bandeira de Freitas, Desembargador eleitoral TRE-RJ- Rafael Estrela Nobrega e Juiz auxiliar da Presidência do TRE-RJ - Bruno Monteiro Rulière. Direcionada a 185 participantes dos programas Jovens Mensageiros, Começar de Novo, Inclusão Legal e Justiça pelos jovens.

Serviços de Acessibilidade

A SGSUS realiza o planejamento, a implementação e o monitoramento das ações que visem ao atendimento da Resolução do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) nº 401/2021, por meio do Serviço de Projetos, Programas Especiais e Acessibilidade (SEPPE), e em parceria com as áreas de saúde e engenharia.

Em 2023, foram realizadas reuniões com o setor de Engenharia e Arquitetura para fins de melhorias na acessibilidade do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de



Janeiro. Foram desenvolvidas diversas mudanças de acessibilidade nos prédios do TJERJ e no portal Corporativo, conforme listados no documento do link: <http://www.tjrj.jus.br/documents/10136/18742863/acoes-acessibilidade-deeng-dipea-se-par-r01.pdf/17bf63db-75ce-a24c-e00c-eb073baa4280?version=1.0>

Disponibilizou-se o folder de divulgação do setor de Acessibilidade no site e em diversos locais do TJRJ e vídeos com áudio descrição para que todos possam ter acesso aos conteúdo do TJRJ.

Em promoção à acessibilidade, em janeiro foi realizada a palestra “Programa de Integração Funcional - pif012023 - Sustentabilidade e Programas Sociais”, com 51 participantes de forma presencial e, no dia 29 de junho de 2023, a palestra em alusão ao “Dia Nacional de Luta Contra a Esclerose Lateral Amiotrófica”, com 45 participantes;

O dia 3 de dezembro é o “Dia Internacional da Pessoa com Deficiência”, em comemoração foi realizada uma ação social em 30 de novembro de 2023, promovida pela Comissão Permanente de Acessibilidade e Inclusão (COMAI) e pela SGSUS. Centenas de pessoas com deficiência participaram do mutirão que ofereceu, de forma gratuita, diversos serviços necessários à inclusão. Foi realizada uma palestra com a presença dos palestrantes: Dra. Regina Lúcia Passos, Dr. Rafael Rodrigues Carneiro, Dr. Rodrigo Rocha de Jesus, Sra. Cláudia Cavalcante, Dra. Cláudia Márcia Gonçalves Vidal, Sra. Deborah Prates, Prof. Dr. Armando Nembri, Sr. Márcio Castro de Aguiar, Dra. Rosane Pitanga.

Foi disponibilizado o Manual de Atendimento a Pessoas com Transtorno do Espectro Autista produzido pelo CNJ por meio do link: https://portaltj.tjrj.jus.br/documents/10136/191279995/Manual_de_atendimento_a_pessoas_com_TEA_final.pdf/

Em 2024, a COMAI com a participação da SGSUS promoveu uma ação social para pessoa com deficiência (PCD) nos dias 26 e 27 de setembro, no fórum central da Capital. Foram realizados centenas de atendimentos em diversos serviços, englobando atendimentos odontológicos e outros de saúde, ofertas de emprego destinadas exclusivamente para PCDs, celebração de casamentos, obtenção de documentos, tais como Certidão de Nascimento, CPF, Vale Social, etc.

Dentre as diversas iniciativas, em destaque:

Dicionário de Linguagem Simples em Libras

Em 2024 foi produzido o “Dicionário de Linguagem Simples em Libras” com o objetivo de esclarecer os termos e conceitos jurídicos de forma simples e objetiva, o TJRJ criou o Dicionário Jurídico a partir da iniciativa do Laboratório de Inovação IdeaRio, do Departamento de Inovação e Desenvolvimento (DEIND) da Secretaria-Geral de Governança, Renovação e Compliance (SGGIC).

A partir dessa ideia, foi criado o Projeto “Linguagem Simples Acessível” que consiste em interpretar os termos do dicionário para o público com deficiência auditiva, disponibilizando vídeos em LIBRAS na página do Instagram do Tribunal de Justiça, assim como nos totens de comunicação e página da acessibilidade.

Os vídeos começaram a ser gravados em julho de 2024 e divulgados a partir de agosto.

Alguns termos já disponibilizados: 1^a instância, 2^a instância, absolvição, anulação, apelação, autor, autos do processo, certidão, citação, culposo, defensoria pública, desembargador, doloso, gratuidade de justiça, habeas corpus, hipossuficiente, inadimplência, juiz, litígio, mandado de pagamento, mandado de prisão, ministério público, parte, réu e sentença.

Ação social em homenagem ao dia nacional de luta da pessoa com deficiência

21 de setembro é o dia Nacional de Luta da Pessoa com Deficiência. Por ocasião do evento, foi realizado o rebaixamento da calçada entre a Lâmina III do Fórum e o Museu da Justiça, melhorando a acessibilidade.

Painéis debatem a acessibilidade para pessoas deficientes

Em paralelo à ação social, por solicitação da COMAI e SGSUS, a ESAJ em 2024 iniciou uma série de painéis sobre a importância de garantir a acessibilidade na sociedade e o papel do Judiciário na questão.

Atualização da página de acessibilidade

Constantemente é realizada a atualização da página de acessibilidade do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro.



Neste local, são encontradas informações como:

- Atos de instituição, composição, integrantes da COMAI e suas atas de reuniões;
- Contato das equipes de acessibilidade;
- Eventos realizados;
- Legislações aplicadas ao tema;
- LIBRAS, com a inclusão de vídeos de primeiro acolhimento e termos jurídicos;
- Informações de acessibilidade e servidores;
- Notícias, cartilhas, orientações, artigos e destaque;
- Relatórios de atividades e boas práticas;
- Calendário Inclusivo.

Projeto o Som do Silêncio

O projeto de disponibilização de abafadores para pessoas com TEA no TJERJ é uma importante medida de inclusão e acessibilidade, que demonstra o compromisso da instituição com a diversidade e o respeito aos direitos de todos os cidadãos.

Os abafadores estarão disponibilizados na recepção do TJERJ no Fórum da Capital. E, futuramente, pretende-se a ampliação para as demais Comarcas.

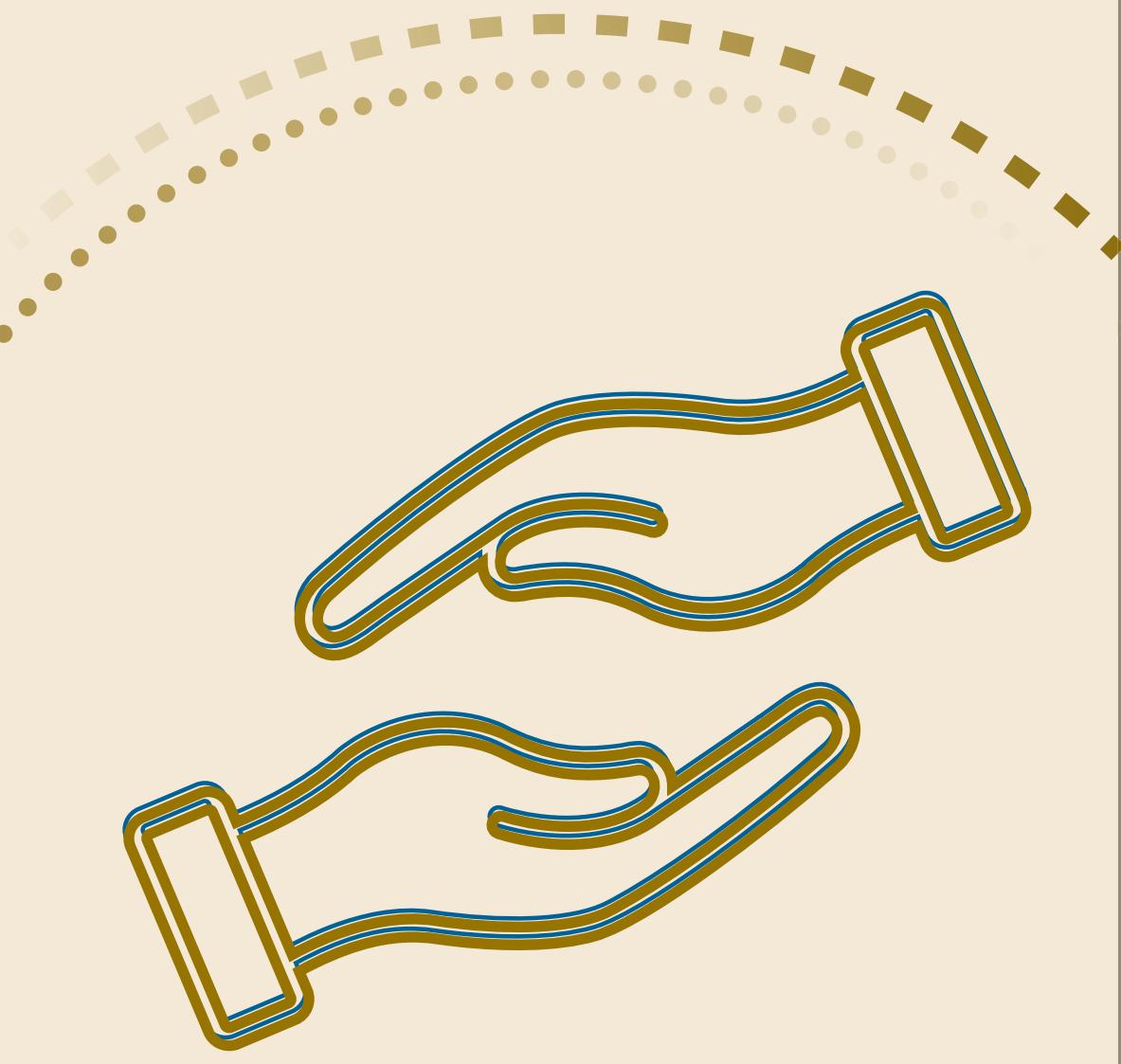
Palestras em 2024 do Serviço de Acessibilidade



- 20/03/2024 – Palestra “Conscientização sobre PcDs aos colaboradores do TJRJ”
– Palestrante Marcio Aguiar, direcionada a 20 participantes.
- 03/04/2024 – Palestra “Conscientização sobre PcDs aos colaboradores do TJRJ”
– Palestrante Marcio Aguiar, direcionada a 20 participantes.
- 05/04/2024 – Palestra “Conscientização sobre PcDs aos colaboradores do TJRJ”
– Palestrante Marcio Aguiar, direcionada a 21 participantes.
- 12/04/2024 – Palestra “Conscientização sobre PcDs aos colaboradores do TJRJ”
– Palestrante Marcio Aguiar, direcionada a 23 participantes.
- 19/04/2024 – Palestra “Conscientização sobre PcDs aos colaboradores do TJRJ”
– Palestrante Marcio Aguiar, direcionada a 13 participantes.

- 17/05/2024 – Palestra “**Conscientização sobre PcDs aos colaboradores do TJRJ**”
– Palestrante Marcio Aguiar, direcionada a 12 participantes.
- 22/05/2024 – Palestra “**Conscientização sobre PcDs aos colaboradores do TJRJ**”
– Palestrante Marcio Aguiar, direcionada a 12 participantes.
- 24/05/2024 – Palestra “**Conscientização sobre PcDs aos colaboradores do TJRJ**”
– Palestrante Marcio Aguiar, direcionada a 13 participantes.
- 29/05/2024 – Palestra “**Empregabilidade PCD**” – Palestrante Flávia Cortinovis e Dejane Nascimento, direcionada a 175 participantes.
- 12/06/2024 – Palestra “**Conscientização sobre PcDs aos colaboradores do TJRJ**”
– Palestrante Márcio Aguiar, direcionada a 12 participantes.
- 12/09/2024 – Palestra “**Entendendo o Processo de Luto**” – Palestrante Marcia Torres, com 45 participantes.
- 26 e 27/09/2024 – Palestra “**Dia Nacional de Luta da PcD**” – com 2931 participações online.

6. Fortalecimento da Relação Institucional do Judiciário com a Sociedade





6. Fortalecimento da Relação Institucional do Judiciário com a Sociedade

Portal do Conhecimento

O Portal do Conhecimento do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro (Poder Judiciário RJ) é um repositório virtual de conteúdos organizados, constituído por acervos selecionados de jurisprudência, doutrina, legislação e diversas publicações jurídicas. Esses materiais são elaborados com o objetivo de construir, reter e compartilhar conhecimentos que auxiliem na realização das atividades jurídico-administrativas da Instituição. Além disso, o Portal tem a função de informar a sociedade civil, cujos interesses estão relacionados às ações do Poder Judiciário.

Reformulação do Portal do Conhecimento

No Portal do Conhecimento do Poder Judiciário RJ, foram implementadas no biênio diversas melhorias e novas funcionalidades.

Destaca-se a criação de um submenu dedicado aos “Atos Formais de Gestão Administrativa”, abrangendo resoluções, avisos e atos executivos. Além disso, foi introduzida uma seção de “Perguntas Frequentes” (FAQ), com atualizações diárias, visando esclarecer dúvidas da sociedade.

O layout do Portal passou por mudanças significativas, incluindo uma nova logomarca desenvolvida em colaboração com o Departamento de Comunicação Interna (DECOL). Adicionalmente, foram criados Ementários Temáticos mensais relacionados a efemérides relevantes para a área jurídica.

Outras iniciativas englobaram a inserção de um botão para Notas Técnicas do Centro de Inteligência, a reformulação dos Atos Normativos para melhor apresentação e a renomeação do “Espaço de Multimídias e Comunidades de Práticas” para “Espaço Multimídias e Boas Práticas,” incluindo o desenvolvimento de uma página dedicada às Boas Práticas.

Foram implementadas, ainda, diversas ações de acessibilidade:

- a) Introdução da ferramenta RYBENÁ, proporcionando maior acessibilidade ao Portal, por meio do uso de um software de Libras (Língua Brasileira de Sinais);
- b) Inclusão de descrições nas imagens nos ementários, juntamente com a utilização da hashtag “paratodosverem” no Boletim SEDIF, visando tornar o conteúdo mais acessível;

c) Adoção sistemática da prática de descrever imagens com a hashtag “paratodosverem” em todos os newsletters e e-mails que divulgam os produtos da DICAC, promovendo a acessibilidade em todas as comunicações;

Essas medidas visam garantir que o conteúdo do Portal seja acessível a todas as pessoas, incluindo aquelas com deficiência visual ou auditiva, contribuindo para uma experiência mais inclusiva e igualitária.

Outras melhorias implementadas no Portal do Conhecimento:

- Desenvolvimento da página Política de Prevenção e Enfrentamento do Assédio Moral, do Assédio Sexual e da Discriminação, em agosto de 2024, para atender demanda da Secretaria Geral de Administração que divulga as ações da política de prevenção e enfrentamento do assédio moral, do assédio sexual e da discriminação no Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro.

A nova página contém legislação, cartilhas, canais de comunicação e atendimento no âmbito do Poder Judiciário.

Política de Prevenção e Enfrentamento do Assédio Moral, do Assédio Sexual e da Discriminação

A política de prevenção e enfrentamento do assédio moral, do assédio sexual e da discriminação, tem como finalidade promover o trabalho digno, saudável, seguro e sustentável no âmbito do Poder Judiciário (art. 1º da [Resolução CNJ 351 de 28/10/2020](#)).

Legislação

[Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável](#)

[Objetivo 5 da Agenda 2030 - Alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas](#)

[Legislações CNJ](#)

[Legislações PJERJ](#)

[Tratados de Direitos Humanos das Mulheres](#)

[Código de Ética do Servidor e do Colaborador do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro \(Art. 2º, incisos VII e VIII, e Art. 3º, inciso II\)](#)

Cartilhas

[Prevenção e combate ao Assédio: o que você precisa saber](#)

[Racismo Institucional: Como identificar?](#)

[Violência cibernética contra as mulheres](#)

[Gênero e Direitos Humanos no Poder Judiciário Brasileiro](#)

Atendimento e canais de comunicação



COGEN
1º GRAU

Comitê de Promoção da Igualdade de Gênero e de Prevenção e Enfrentamento dos Assédios Moral e Sexual e da Discriminação no 1º Grau de Jurisdição



COGEN
2º GRAU

Comitê de Promoção da Igualdade de Gênero e de Prevenção e Enfrentamento dos Assédios Moral e Sexual e da Discriminação no 2º Grau de Jurisdição

Comitês de Promoção da Igualdade de Gênero e de Prevenção e Enfrentamentos dos Assédios Moral e Sexual e da Discriminação - COGENS (art. 15 da Resolução 351 de 28/10/2020)

Canal de Acolhimento - Este canal busca acolher e escutar todos os magistrados(as), servidores(as), terceirizados(as), estagiários(as), aprendizes, voluntários(as) e quaisquer outros(as) prestadores(as) de serviços, integrantes do Poder Judiciário, que se encontram em situações de assédio e/ou discriminação.

Ouvidoria Mulher
 Telefone (21) 3133-4730
ouvidoriamulher@tjrj.jus.br

Ouvidoria Geral
 - Link de acesso direto: <https://www4.tjrj.jus.br/ESOU/HomeVisitante/Index>
 - Atendimento Presencial:
 Rua Dom Manuel s/n, Palácio da Justiça, 4º andar – sala 430 – Bloco F – Lâmina I – Rio de Janeiro – RJ /
 Horário de Funcionamento: das 11h às 18h.
 - Telefones: Capital – 159 ou 0800-2852000 (ligação gratuita).
 Capital e demais localidades: (21) 3133-3915 ou 0800-2852000 (ligação gratuita)

- **Feriados locais e suspensão de prazos**

Página com expressivo número de acessos desde a sua criação. Seu objetivo principal é a divulgação dos atos oficiais do PJERJ que suspendem ou prorrogam prazos processuais, decretos que estabelecem pontos facultativos no estado do Rio de Janeiro e leis que instituem feriados nacionais e no estado do Rio de Janeiro.

Sua localização no Portal do Conhecimento foi alterada e atualmente está disponibilizada na área Acesse. A página contempla todas as Comarcas e todos os Fóruns do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro, além disso, divulgou atos executivos, normativos, avisos, resoluções e decretos com 250 novos links em 2023/2024.

- **Menu superior**

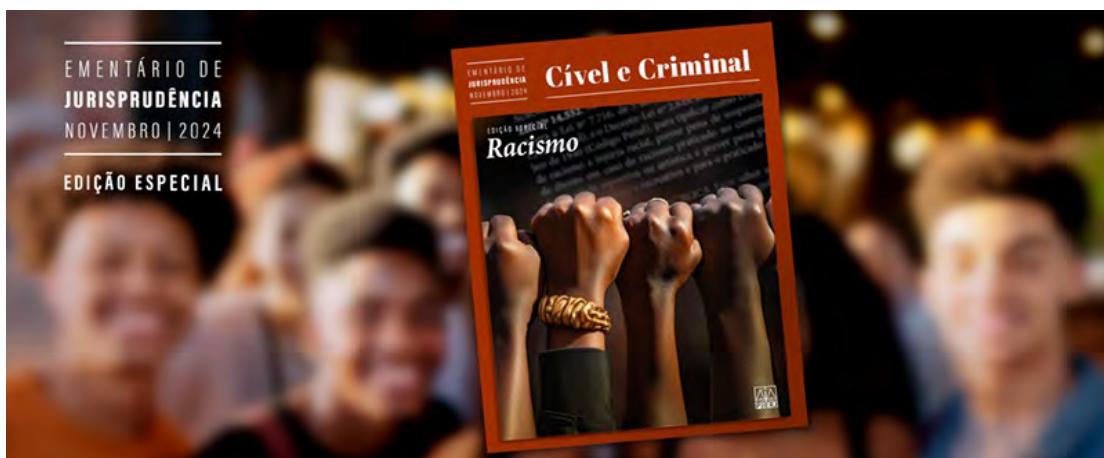
O menu superior do Portal do Conhecimento agora oferece acesso ao Diário de Justiça eletrônico Nacional (DJEN/CNJ), ferramenta de publicação dos atos judiciais dos órgãos do Poder Judiciário. Além disso, permanece a possibilidade de consulta ao Diário da Justiça eletrônico do Estado do Rio de Janeiro (DJERJ), abrangendo os Cadernos I e V, que tratam de matérias administrativas e Editais e demais publicações.

- **Seções “Em Destaque” e “Outras Notícias”**

O Portal do Conhecimento possui uma área destinada a publicação de matérias referentes à Gestão do Conhecimento e às ações relevantes para o público interno e externo do Poder Judiciário. No biênio 2023/2024, foram publicadas 439 matérias no Portal do Conhecimento, sendo 197 na seção “Em Destaque” e 242 em “Outras Notícias”. Abaixo, exemplos de publicações:



TJRJ admite incidente de assunção de competência sobre procedimentos em execução fiscal



Edição de novembro traz seleção de julgados que envolvem o racismo



Primeira Seção do STJ aprova novas Súmulas e cancela a Súmula 222 no sistema de consulta à jurisprudência

- **Seção “Publicações”**

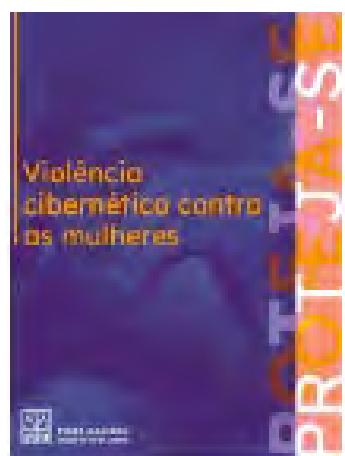
Na Estante Jurídica, houve o desenvolvimento de uma nova página para os Ementários de Jurisprudência - Edições Especiais, que agora conta também com um texto de apresentação, facilitando o acesso à informação.

Já na Estante Institucional, um botão de acesso ao Diário da Justiça Eletrônico foi disponibilizado, ampliando a acessibilidade e praticidade para os usuários. Além disso, foram incorporados dois importantes documentos: o Manual de Padronização de Ementas e o Protocolo para Julgamento com Perspectiva Racial.

Foram ainda disponibilizadas cinco novas cartilhas de grande relevância:

- Conhecendo os Direitos das Pessoas Idosas,
- Direito às Origens no Contexto da Adoção,
- Cooperação Judiciária Nacional,
- Violência Cibernética contra as Mulheres
- Racismo Institucional, como identificar?

Com essas adições, a página agora reúne um total de 37 cartilhas, abrangendo diversos temas de interesse social e promovendo o acesso à informação de forma clara e objetiva.



Seção "Gestão em Destaque"

Foram implementados dois combos no Portal do Conhecimento, visando centralizar informações estratégicas e relevantes.

No “Planejamento Estratégico,” foram agregadas páginas dos principais tópicos relacionados ao tema, incluindo Governança, Plano Estratégico, Projetos Estratégicos e Indicadores Estratégicos.

No combo “TJ e Sociedade,” destaca-se a criação do menu Observatório Judicial da Violência contra a Mulher. Esse combo compreende uma apresentação geral e páginas dedicadas a programas e projetos específicos, como Projeto Violeta, Protocolo Violeta Laranja, Programa Mãos EmPENHAdas, Patrulha Maria da Penha, Semente da Paz, Projeto Inspirar, Projeto Sorrindo para o Futuro, Projeto Novos Rumos, Ronda Maria da Penha - Guarda Protetiva e Aplicativo Maria da Penha.

Essas iniciativas contribuem para uma organização eficaz do conteúdo, facilitando o acesso e compreensão de informações estratégicas e programas relevantes para o Tribunal de Justiça e a sociedade em geral.



Mídias Sociais

A equipe do Serviço de Difusão dos Acervos do Conhecimento (SEDIF), em parceria com o Serviço de Redes Sociais, utiliza as mídias sociais do TJRJ como instrumento de divulgação da jurisprudência do TJRJ, dos produtos das unidades da DICAC e de matérias de utilidade pública. Neste biênio, o grupo intensificou as postagens no Instagram e no LinkedIn, em razão do perfil do público-alvo e da abrangência do primeiro, além de começar a publicar nas mídias Threads e Whatsapp. No biênio, foram realizados 336 posts, com elaboração de textos de retranca e de divulgação.



Inconstitucionalidades Indicadas

Página que divulga as decisões em ações de inconstitucionalidade, encaminhadas pelo Órgão Especial, em cumprimento ao artigo 103, caput e parágrafo primeiro e artigo 109 do Regimento Interno do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro ou artigo 28, parágrafo único, da Lei nº 9.868, de 10/11/1999. Foram inseridas 240 decisões em ações de inconstitucionalidades no biênio 2023/2024.

Enunciados relativos ao FETJ

Inclusão da alteração dos Enunciados nº 16, 33 e 42, relativos ao Fundo Especial do TJ, que dispõem sobre a cobrança da taxa judiciária (Processo SEI 2023-06086933 e Avisos CGJ nº 178/2024 e 179/2024).

Teses da COJES

Atualização das Teses fixadas na Turma Recursal de Uniformização Cível, com enunciados aprovados em processos de Incidente de Uniformização de Jurisprudência.

Cadastro de referências legislativas no sistema informatizado para lançamento nos Precedentes do sistema eJUD pelo NUGEPAC

As referências legislativas cadastradas em sistema informatizado podem ser utilizadas no Banco de Sentenças Selecionadas, nas Ações Coletivas e nos Precedentes do NUGEPAC.

Foram inseridas 256 referências legislativas em 2024.

Criação da Revista de Direito do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro

Em 2023 foi criada a “Revista de Direito do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro”, com a instituição do Conselho Editorial, por meio do Ato Executivo nº 68/2023, publicado em 23 de março de 2023.

O Conselho Editorial possui atribuições que incluem definir e manter a política editorial, estabelecer normas para a publicação, propor melhorias no conceito “Qua-lis”, definir estratégias para o fator de impacto e indexações, deliberar sobre casos não previstos, avaliar critérios dos artigos submetidos, encaminhar para avaliadores, e garantir a publicação em conformidade com requisitos da CAPES e outras normativas científicas. O objetivo é assegurar a qualidade, relevância e conformidade da revista com padrões acadêmicos e científicos.

Foram tomadas diversas medidas para impulsionar a Revista de Direito do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro, tais como: a instauração de um processo administrativo no Sistema SEI, para adquirir o software gratuito de editoração OJS; a expedição de ofícios aos Tribunais de Justiça, STJ e Tribunais Regionais Federal, para a captação de artigos, buscando enriquecer o conteúdo da Revista; bem como a criação de um corpo de revisores internos e externos, responsáveis pela revisão e avaliação crítica dos artigos submetidos, para garantir a qualidade editorial.

Essas iniciativas visam promover a excelência na publicação, desde a infraestrutura técnica até o conteúdo científico da Revista.

No biênio foram publicados os 1º, 2º e 3º Volume da Revista de Direito do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro, totalizando 48 artigos.

Projeto Oráculo da Justiça

A concepção do Oráculo da Justiça originou-se da iniciativa do servidor Wanderlei Barreiro Lemos, também conhecido como W. B. Lemos ou o palhaço/performer Esperando Leitor. Ele distribuía diariamente fragmentos impressos de pensamentos de autores clássicos do Direito, Filosofia e Literatura, visando oferecer uma reflexão diária e sorte aos destinatários.

A proposta evoluiu para o Portal do Conhecimento, onde foi criado um ícone para acesso ao “pensamento do dia”. Essa ferramenta lúdica tem como objetivo disseminar conhecimento e valores éticos de justiça.

O aplicativo Oráculo da Justiça, inspirado no formato de horóscopo, busca não apenas ampliar o acesso e a imagem institucional, mas também proporcionar conhecimento ético, jurídico, histórico, filosófico e literário, utilizando conteúdo de obras relevantes.

Até o momento, 44 artes (ilustrações e textos) foram elaboradas e a página do Oráculo já contabilizou 2.855 acessos até 30/11/2023. A iniciativa promete contribuir significativamente para a difusão do saber e valores éticos por meio de uma abordagem atrativa e acessível.

Desde 30/11/2023 até 02/12/2024 foram contabilizados 1.025 acessos e durante o biênio 2023/2024 foram disponibilizadas 142 mensagens do oráculo da justiça no Portal do Conhecimento.

Ementários Semanais

Práticas de divulgação e compartilhamento de jurisprudências representam uma estratégia eficaz para fornecer informações atualizadas e relevantes à comunidade jurídica. Ao publicar semanalmente no Diário de Justiça Eletrônico e disponibilizar no Portal do Conhecimento, o Tribunal demonstra seu compromisso com a transparência e a disseminação do conhecimento jurídico.

Os Ementários Cíveis, Ementários das Turmas Recursais e Ementários Criminais, publicados em diferentes semanas do mês, abrangem uma variedade de julgados, garantindo uma cobertura abrangente das áreas cível, criminal e fazendária. A possibilidade de encaminhamento de jurisprudências pelos Gabinetes dos Desembargadores ou pelas Secretarias das Câmaras adiciona uma dimensão colaborativa e diversificada ao processo de seleção.

Em conjunto, essas práticas contribuem para a construção de um corpo de jurisprudência robusto, acessível e relevante, beneficiando não apenas os profissionais

do direito, mas também a sociedade em geral ao promover a transparência e compreensão do sistema judicial.

- Publicação de ementários semanais no diário Oficial e disponibilização no Portal do Conhecimento (51 Ementários Cíveis, 22 Ementários Criminais e 22 Ementários de Turmas Recursais);

Releases Semanais

Elaborados 95 releases de acórdãos disponibilizados nos Ementários semanais para divulgação no Portal do Conhecimento e redes sociais.

Pesquisa selecionada

Atualizados e/ou criados 1456 títulos na pesquisa selecionada com a inserção de 4719 acórdãos.

Ementários Mensais Temáticos

Foram disponibilizados 20 ementários temáticos. Atividade teve início em março de 2023.



2023: março: Dia da Mulher; abril: Saúde; maio: Liberdade de Imprensa; junho: Meio Ambiente; julho: Criança e Adolescente; agosto: Feminicídio; setembro: Acessibilidade e Inclusão; outubro: Idosos; novembro: Racismo; dezembro: Direitos Humanos;

2024: março: Violência Doméstica; abril: Propriedade Intelectual; maio: Adoção; junho: Meio Ambiente; julho: Criança e adolescente; agosto: Direito à Saúde; setembro: Direito do Consumidor; outubro: Direito dos Animais; novembro: Racismo; dezembro: Acessibilidade e Inclusão;

Publicações de Periódicos

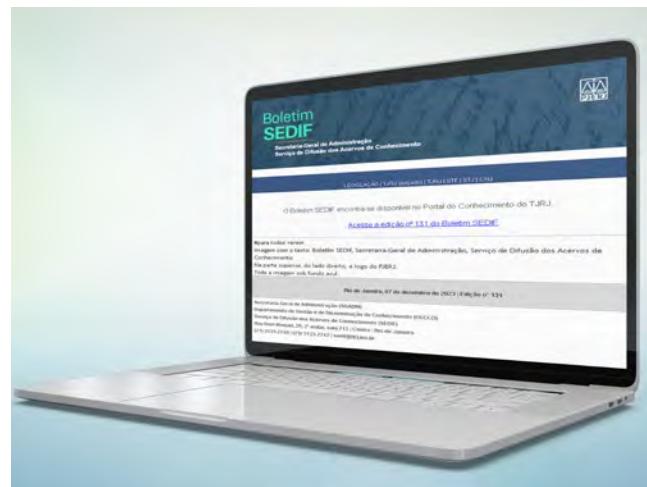
a) Boletim SEDIF

O boletim é produzido pela equipe do SEDIF, que monitora diariamente no sistema corporativo do TJRJ as decisões indicadas por desembargadores para divulgação, além de acompanhar os processos de Incidentes de Resolução de Demandas Repetitivas e Assunção de Competência, as notícias nos Portais Institucional e do Conhecimento, e os Ementários de Jurisprudência. Em relação aos julgados do STJ e STF, incluindo recursos repetitivos, repercussão geral, súmulas e notícias, a seleção considera o potencial reflexo na atuação do Judiciário fluminense e a repercussão social.

A legislação é pesquisada diariamente nos sites oficiais do Planalto, Diário Oficial do Estado do Rio, ALERJ e Diário Oficial do Município do Rio.

Ao longo do biênio, foram divulgados 611 boletins, sendo 259 com matérias de todas as áreas do Direito, 259 exclusivamente de conteúdos cíveis e 93 abordando temas criminais.

Essa prática contribui para manter a comunidade jurídica e a sociedade informadas sobre decisões relevantes, legislação e atualidades jurídicas.

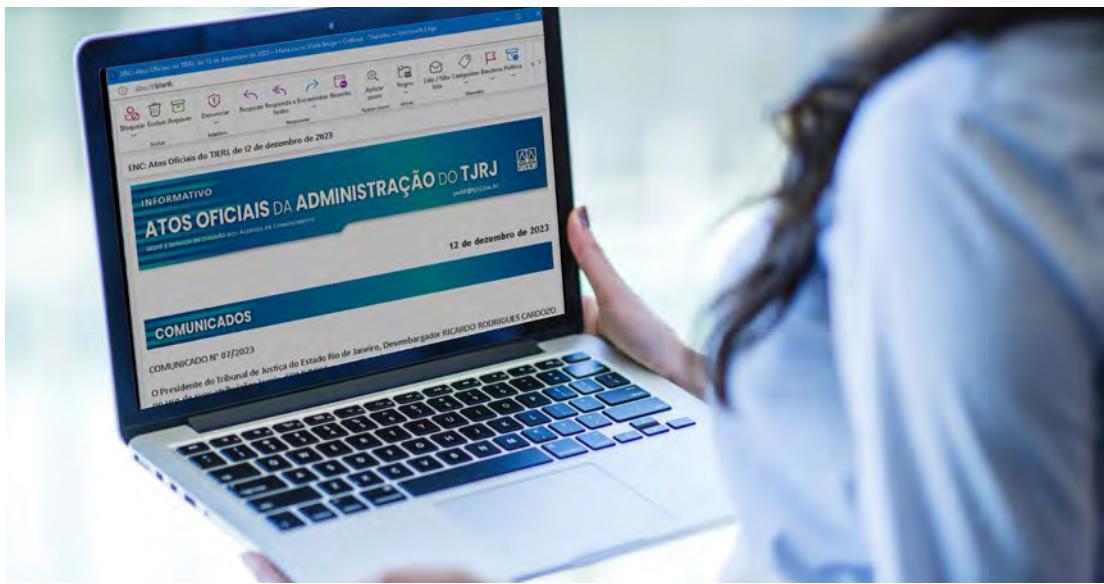


Boletim SEDIF

b) Atos Oficiais da Administração

Foi implementado um novo layout para o Informativo dos Atos da Administração do TJRJ, aprimorando a apresentação e a usabilidade deste recurso.

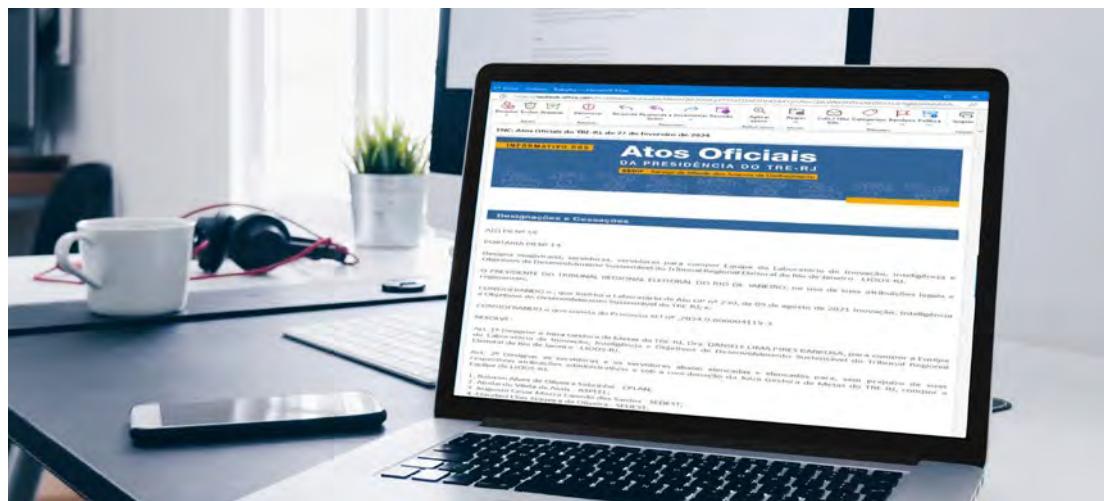
No período, foram elaborados e enviados aos magistrados do Judiciário fluminense 457 informes com seleção de atos oficiais da Presidência do TJERJ e de outros órgãos internos judiciais e administrativos.



c) Atos Oficiais do TRE-RJ

No biênio, foram editados e encaminhados 213 boletins com seleção de Atos da Presidência do Tribunal Regional Eleitoral (TRE-RJ), referentes à designação e à cessação de designação de magistrados do TJRJ convocados para o TRE, bem como Resoluções e Editais de interesse desses magistrados.

Em novembro de 2023, foi implementado um novo layout para o Informativo dos Atos da Presidência do TRE, aprimorando a apresentação e a usabilidade deste recurso.



Museu da Justiça

Em 2023, foi iniciado o Projeto Estratégico de Revitalização do Museu da Justiça, com o objetivo de integrá-lo ao “corredor cultural” do Rio de Janeiro, promovendo modernização museológica para incentivar o turismo e visitação. O plano visa preservar e disseminar a memória do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro.

Revitalização do Museu:

O processo de revitalização do Museu envolveu várias etapas e iniciativas, incluindo:

- Contratação da empresa Fora Produção Cultural, com o objetivo de captar recursos externos para a revitalização do Museu. Essa medida indica um esforço em buscar financiamento externo para apoiar as melhorias necessárias;
- Contratação da Gerúndio Produções LTDA em agosto de 2023, com término em novembro do mesmo ano.
- Finalização das Obras nas Salas Específicas: Conclusão das obras de revitalização nas salas 305, 307, 309 e 302; e início das obras das novas salas expositivas 206 e 207. Esse marco indica um avanço significativo no projeto de revitalização, com salas específicas recebendo atenção especial para aprimorar o espaço.
- Atualização do Regimento Interno: revisão e atualização do Regimento Interno do Museu. A inserção de capítulos sobre doação e locação de espaços sugere uma abordagem mais abrangente e atualizada em termos de governança e gestão de recursos e espaços dentro do Museu.

Essas ações indicam um esforço coordenado para modernizar, financiar e otimizar o funcionamento do Museu, tornando-o mais eficiente e adequado às necessidades atuais. O investimento em captação de recursos, contratações especializadas e melhorias nas instalações contribui para a revitalização e fortalecimento do Museu como uma instituição cultural.

Foram, ainda, implementadas diversas ações de acessibilidade, visando promover a inclusão e tornar o espaço mais acessível para todos os visitantes. Algumas dessas ações incluem:

- Repcionistas Capacitadas em Libras: A presença de recepcionistas capacitadas em Libras durante os eventos do museu, proporcionando atendimento inclusivo para pessoas com deficiência auditiva;
- Capacitação em Audiodescrição: Servidores, terceirizados e estagiários matricularam-se no curso de audiodescrição oferecido pela Escola Virtual de Governo, visando aprimorar as habilidades de comunicação para pessoas com deficiência visual;
- Gravação de Eventos com a DETEL: A equipe acionou o DETEL para gravar todos os eventos, disponibilizando os links no ranking da Transparência, garantindo acesso a conteúdo para quem não pôde participar presencialmente;

- Sinalização Inclusiva nas Salas do DECCO: Solicitação de confecção e atualização das placas das salas do DECCO para incluir simbologia em Braile, facilitando a orientação para pessoas cegas e com baixa visão;
- Descrição de Imagens nas Comunicações: Adoção da prática de incluir descrições das imagens nos boletins informativos, convites de eventos e no site do museu, utilizando a hashtag “ParaTodosVerem”, promovendo acessibilidade para pessoas com deficiência visual;
- Documentários Legendados: Disponibilização de documentários legendados, produzidos pelo Museu, no Portal do Conhecimento, garantindo que o conteúdo seja acessível para pessoas com deficiência auditiva.

Programas Realizados pelo Serviço de Agenda Cultural:

Promovida pelo Museu da Justiça, a Agenda Cultural do Pjerj desenvolve programas que buscam proporcionar ao público experiência singular de apreciação artística e estimular o conhecimento no campo da Justiça, fortalecendo o diálogo com a sociedade.

Em 2023, a Agenda Cultural do Pjerj promoveu 17 programas, realizados em 472 sessões e atendeu um público total (participação presencial/virtual e visualizações) de 242.996 pessoas.

Em 2024, até novembro, a Agenda Cultural do Pjerj promoveu 17 programas, realizados em 666 sessões e atendeu um público total (participação presencial/virtual e visualizações) de 170.044 pessoas, com os seguintes destaques:

Visitas Mediadas no Museu da Justiça – Rio de Janeiro e Niterói

Conduzida por educadores, a visita apresenta à população – de forma interativa – a arquitetura, a história e as funções dos diversos salões e tribunais históricos.

Programa Artes Integradas

O Programa Artes Integradas oferece experiências combinando artes visuais e cênicas, como desenho, pintura, modelagem e práticas teatrais, estimulando criatividade, ludicidade e improvisação.

Música no Museu

O Música no Museu, com mais de 25 anos, promove concertos gratuitos de música de qualidade no MUSEU-Rio desde 2019 e, em 2024, realizou seu primeiro evento no MUSEU-Niterói.

Visita teatralizada com o personagem Ruy Barbosa

O Museu da Justiça retomou a visita teatralizada com Ruy Barbosa, apresentando um novo roteiro no MUSEU-Rio e inéditas histórias no MUSEU-Niterói.

Parcerias do Museu – Vamos Falar Sobre Isso?

O Museu da Justiça realizou a 41ª edição do projeto Vamos Falar Sobre Isso?, em parceria com o Museu do Amanhã e a Secretaria de Envelhecimento Saudável, debatendo Governança Global e Tragédias Climáticas no contexto fluminense.

Parcerias do Museu – Ciclo de Palestras – Democracia na Balança

Em 2024, o Ciclo de Debates “Democracia na Balança”, em parceria com a Universidade Salgado de Oliveira, reuniu especialistas para discutir temas históricos e contemporâneos sobre democracia e direitos humanos no Brasil.

Museu é Arte

O programa Museu é Arte promove entrevistas híbridas com profissionais de diversas áreas artísticas, refletindo sobre o fazer artístico contemporâneo, a sociedade, a cultura brasileira e a história da arte.

Seminário “Direitos Humanos e Povos Indígenas: historicidade, perspectivas e desafios”

O Museu da Justiça, em parceria com a UFRJ, realizou o Seminário “Direitos Humanos e Povos Indígenas”, discutindo a luta histórica por direitos indígenas sob uma perspectiva anticolonial e as tensões com o sistema capitalista.

Semana das Crianças

O Museu da Justiça e a SGSUS celebraram o Dia das Crianças com oficinas, contação de histórias e a exposição “Nosso Olhar”, promovendo sustentabilidade e distribuindo sementes.

Encontro Estagiários de Serviço Social: Anticapacitismo e Formação Profissional

O Encontro discutiu a inclusão de estagiários com deficiência no Tribunal de Justiça, abordando acessibilidade e a formação dos futuros assistentes sociais.

Gestão de Acervos Arquivísticos

O DEGEA, Departamento de Gestão de Acervos Arquivísticos, tem como função central a administração do acervo documental do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro (PGERJ). Suas atribuições abrangem desde o atendimento e coordenação de solicitações de arquivamento e desarquivamento até a criação e manutenção de uma visão integrada de todo o processo de gestão documental dentro do PGERJ.

Seguem listadas abaixo as principais realizações desenvolvidas em 2023 e 2024:

- Implementação da Central de Digitalização do Arquivo de São Cristóvão - CDA em outubro de 2023, por meio da contratação da empresa Arquivos Doc (Termo 003/0531/2023), que passou a ser a responsável pela digitalização dos processos físicos existentes nas serventias, bem como dos processos físicos arquivados no

- Departamento de Gestão de Acervos Arquivísticos (DEGEA) com pedido de desarquivamento. Entre janeiro e novembro de 2024 foram digitalizados 100.162 processos;
- Implementação de um novo contrato de apoio operacional, celebrado com a empresa PRO-MEMÓRIA Serviços Ltda. (Termo nº 003/077/2023), o que possibilitou a retomada das atividades de arquivamento, desarquivamento e descarte, que foram interrompidas em janeiro de 2023 devido a um pedido de rescisão encaminhado pela contratada anterior;
 - Em cumprimento à Resolução CNJ 324/2020 e à Resolução TJ/OE 08/2022, está sendo viabilizada a implementação do Repositório Arquivístico Digital Confiável - RDC-arq, sistema de tratamento e preservação de documentos digitais considerados importantes para a Instituição, especialmente devido ao seu valor permanente/histórico.
 - As plataformas Archivematica e Atom, integrantes do RDC-arq, foram instaladas em ambientes de nuvem, assegurando a manutenção da segurança da informação, bem como a autenticidade dos documentos produzidos digitalmente sob custódia do DEGEA.
 - Por meio do Termo nº 003/0737/2024 houve a contratação direta da Fundação de Desenvolvimento da Pesquisa – FUNDEP, na qualidade de Fundação de Apoio, para a prestação de serviço técnico especializado de gestão administrativo-financeira do Projeto de Pesquisa “Estudo para preservação do acervo arquivístico digital do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro”, a ser executado pelo Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBCIT), no valor de R\$ 697.990,15, no prazo de 36 meses, com publicação no DJERJ em 1º/10/2024;
 - O Grupo de Pesquisa Histórica (GPH), do DEGEA, concluiu, em março de 2023, a pesquisa intitulada “Minorias: violência contra a mulher (1900-2020)”. Os resultados foram apresentados por meio de uma videoconferência na plataforma TEAMS, com o título “A História do Silêncio”, refletindo a abordagem dos dados e informações encontrados. Durante a pesquisa, foram identificados 798 casos de violência contra a mulher no Estado do Rio de Janeiro, por meio da consulta a periódicos, resultando na localização de uma parcela significativa de processos judiciais no período estudado.
 - O GPH também pesquisou a temática das “escalas de liberdade” em processos identificados na série pós-abolição do acervo permanente. Na série são identificados processos históricos relevantes que discorrem sobre a trajetória de libertos no estado do Rio de Janeiro. Com o auxílio do Professor de História da UFRJ, Doutor Cesar de Miranda e Lemos, definiu-se que a série comportará processos de 13/05/1888 a 1988, ano da Constituição Cidadã e da efeméride dos 100 anos da abolição da escravidão no Brasil.

- GPH ainda revisou o instrumento de pesquisa, catálogo da escravidão, que está em fase de reformulação, visando à retirada de processos da série pós-abolição e inclusão no Fundo Documental da Casa de Suplicação (1808-1833) que abordam o tema.

Em 2023 foram atendidos 93 pesquisadores (de forma remota e presencial) resultando em 1.193 documentos disponibilizados, contendo temas históricos e de interesse social, que contribuíram para monografias, dissertações, teses, obras acadêmicas, trabalhos jornalísticos e resgate de genealogia familiar.

Em 2024 (janeiro a novembro) foram atendidos 186 pesquisadores que tiveram acesso a 7.067 processos para fins de pesquisa.

- Realização de reuniões do Comitê Gestor do PRONAME, que, dentre os assuntos tratados, destacaram-se: (1) III Encontro Nacional de Memória do Poder Judiciário, ocorrido de 10 a 12 de maio de 2023 em Porto Alegre - RS; (2) o Prêmio “CNJ Memória do Poder Judiciário – edição 2023; (3) o IV Encontro Nacional de Memória do Poder Judiciário de 2024; (4) o Manual de Digitalização de Documentos do Poder Judiciário; (5) a consulta pública do MoReq-Jus; (6) a revisão das Tabelas de Temporalidade da área fim; (7) o módulo de Gestão Documental do PJe e RDC-arq; (8) a minuta do acordo entre o CNJ e o Arquivo Nacional para disponibilização dos arquivos permanentes do Poder Judiciário no Diretório Brasil de Arquivos (Dibrarq) e (9) a revisão do Regimento Interno do Comitê do Proname.
- Foram recebidas visitas técnicas da Coordenadoria de Gestão de Documentos do Departamento Geral de Administração e Finanças da Subsecretaria de Administração da Secretaria de Estado de Fazenda do Rio de Janeiro – SEFAZ/RJ, da Empresa de Pesquisa Energética - EPE e do Tribunal de Justiça do Estado de Roraima – TJRR, interessados em conhecer a gestão documental e seus instrumentos arquivísticos, os critérios para o atendimento ao pesquisador, o tratamento do acervo permanente/histórico, bem como o arquivamento, desarquivamento e descarte de documentos. As visitas fortaleceram o diálogo sobre gestão de documentos e arquivos entre as instituições e proporcionaram a disseminação do conhecimento advindas das fontes geradoras de arquivos.
- Participação no Grupo de Trabalho (TJRJ, TRT1, TRF2, TRE-RJ e Justiça Militar-RJ), destinado a apresentar candidatura coletiva dos Tribunais que integram o FOJURJ para sediarem, em 2025, o V Encontro Nacional da Memória do Poder Judiciário (ENAM).
- Implementação de ação de sustentabilidade, que orienta servidores do PJERJ, por meio do Aviso nº 13/2023, a devolverem ao DEGEA os sacos plásticos utilizados na atividade de desarquivamento, para reaproveitamento destes.

- Implementação de novo procedimento para medição e controle das demandas de coletas de caixas-arquivo, em função do novo contrato de apoio operacional (Termo nº 003/077/2023), utilizando as ferramentas do Microsoft Office 365 e dos sistemas corporativos do PJERJ.
- Solicitações de melhoria e desenvolvimento dos sistemas corporativos (ARQGER, GRERJ-Eletrônica, DCP e SISCOMA) para operacionalização do Centro de Digitalização do Arquivo Central.
- Realizado na EMERJ em 13/5/2024 o evento “O Arquivo do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro – Revisitando o 13 de maio”, proposto e organizado pela equipe da DIGED;
- Realização de evento com o tema “Analizando o Percurso da Violência contra a Mulher entre 1900 e 2020: Um Diálogo entre o Poder Judiciário e a Academia”, realizado em 4/12/2024 através do Fórum Permanente de Violência Doméstica, Familiar e de Gênero da Escola da Magistratura do Estado do Rio de Janeiro – EMERJ;
- Alteração na destinação final do “Inventário” para guarda permanente (Processo SEI 2024-06109501): Foi sugerido pela DIGED e aprovado pela COPAD, em votação em plenário virtual, a alteração da destinação final dos inventários, que passaram a ser de guarda permanente;
- Eliminação de 373.929 processos em 2023 e 163.700 de janeiro a novembro de 2024, gerando economia de R\$ 75.685,05.

Ação de destaque	Economia objetiva gerada
Eliminação de 352.187 processos em 2023 (dados até novembro de 2023)	R\$49.579,34

Comunicação interna

Fundado na atual gestão, Departamento de Comunicação Interna foi bem-sucedido na implementação de um projeto de comunicação visual, textual e audiovisual marcado pela dinamicidade e assertividade: um exemplo disso foi a disponibilização de totens digitais nos corredores mais movimentados do Fórum Central, que funcionam como uma alternativa mais moderna, econômica e sustentável aos cartazes impressos, evitando desperdícios e ofertando ao público um conteúdo sempre atualizado.



Totens digitais nos corredores mais movimentados do Fórum Central

Outro projeto que se destaca é o Estúdio TJRJ, um espaço multimídia inaugurado em outubro de 2023 para gravação de podcasts, videocasts, entrevistas e outras produções audiovisuais.



A cerimônia de lançamento do Estúdio TJRJ contou com a presença do presidente Ricardo Rodrigues Cardozo e do ministro Luiz Fux, do Supremo Tribunal Federal, que participaram do primeiro episódio do podcast Fórum Aberto, mais uma iniciativa do DECOI.

Produção textual e fotográfica

Ciente da importância de manter um fluxo constante de informações atualizadas no site institucional do TJRJ, o Departamento de Comunicação Interna também foi responsável pela elaboração de 638 matérias de interesse do público interno no biênio 2023/2024, das quais se destacam as seguintes:

2023

- Fevereiro



27/02 – TJRJ cria 1ª Escola de Mediação do país

- Março



09/03 – No Dia da Mulher, TJRJ lança Programa de Proteção Feminina

- Abril

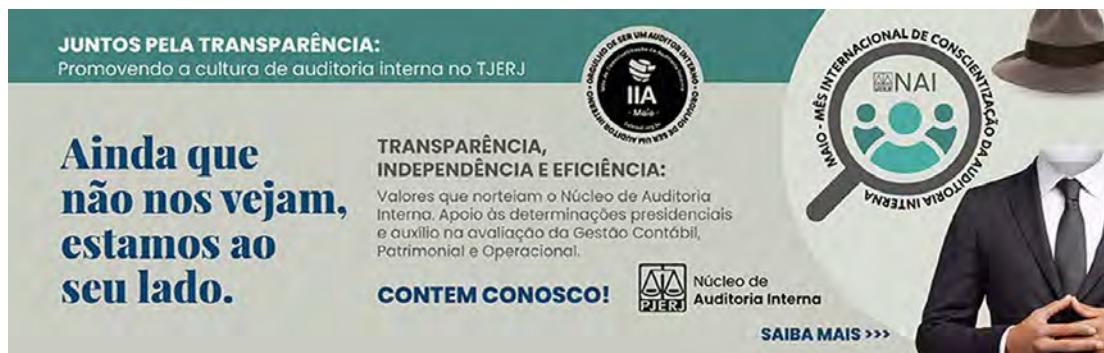


11/04 – TJRJ reinicia Programa Justiça pelos Jovens



18/04 – Inovação: magistrados e servidores participam do ciclo de formação de laboratoristas

- Maio



04/05 - TJRJ lança campanha no Mês da Conscientização da Auditoria Interna

- Junho



19/06 - Manual do TJRJ simplifica linguagem aos cidadãos

- Julho



06/07 - Núcleo de Auditoria Interna do TJRJ recebe prêmio por ações de valorização do trabalho do auditor

- Agosto



“

 Que esse Código de Ética sirva sempre como um norte para todo o quadro de servidores e colaboradores do TJRJ, uma referência nacional que merece toda nossa consideração e respeito

Ministra Rosa Weber, presidente do STF



“

 Nós, do Judiciário, temos o dever de nos comportar como quem está a serviço da sociedade, procurando atender às demandas da população da melhor maneira possível, e sempre com integridade

Ministro do STF Luis Roberto Barroso



“

 No Código, buscamos inserir valores e respeito à ética, à sensibilidade, à ponderação e ao equilíbrio nas decisões

Desembargador Ricardo Rodrigues Cardozo, presidente do TJRJ



“

25/08 - Código de Ética é lançado pelo TJRJ com a presença de ministros

- Setembro

14/09 - Bradesco vence licitação: Guia de Custas Judiciais poderá ser paga pelo PIX



29/09 - Presidente do TJRJ inaugura a exposição “Justiça da Infância e da Juventude - 100 anos” no Museu da Justiça

- Outubro



10/10 - Ministro Luiz Fux e presidente Ricardo Cardozo inauguram Estúdio TJRJ

- Novembro

14/11 - Campanha Menos é Mais: unidades judiciais e administrativas do TJRJ devolvem 8 mil bens e equipamentos

- Dezembro



15/12 - TJRJ recebe menção honrosa do Prêmio “Corregedoria Ética” do CNJ



19/12 - TJRJ lança a Revista de Direito totalmente digital com artigos de ministros dos tribunais superiores

2024

- Janeiro



18/01 – Tribunal de Justiça do Rio ganhará novo portal

- Fevereiro



26/02 – Pacto Nacional pela Linguagem Simples: TJRJ se antecipa e cumpre determinações do CNJ

- Março



08/03 – TJRJ lança a cartilha “Violência Cibernética contra a Mulher”

12/03 – Novo Regimento Interno do TJRJ já está em vigor

- Abril



16/04 – Eproc: magistrados que atuam na execução fiscal recebem capacitação

- Maio



06/05 – Ato executivo do TJRJ prevê auxílio às vítimas das chuvas no RS



14/05 – Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro conquista selo A3P do Ministério do Meio Ambiente

- Junho



25/06 – TJRJ apresenta ao TRF5 soluções de tecnologia para o setor de precatórios

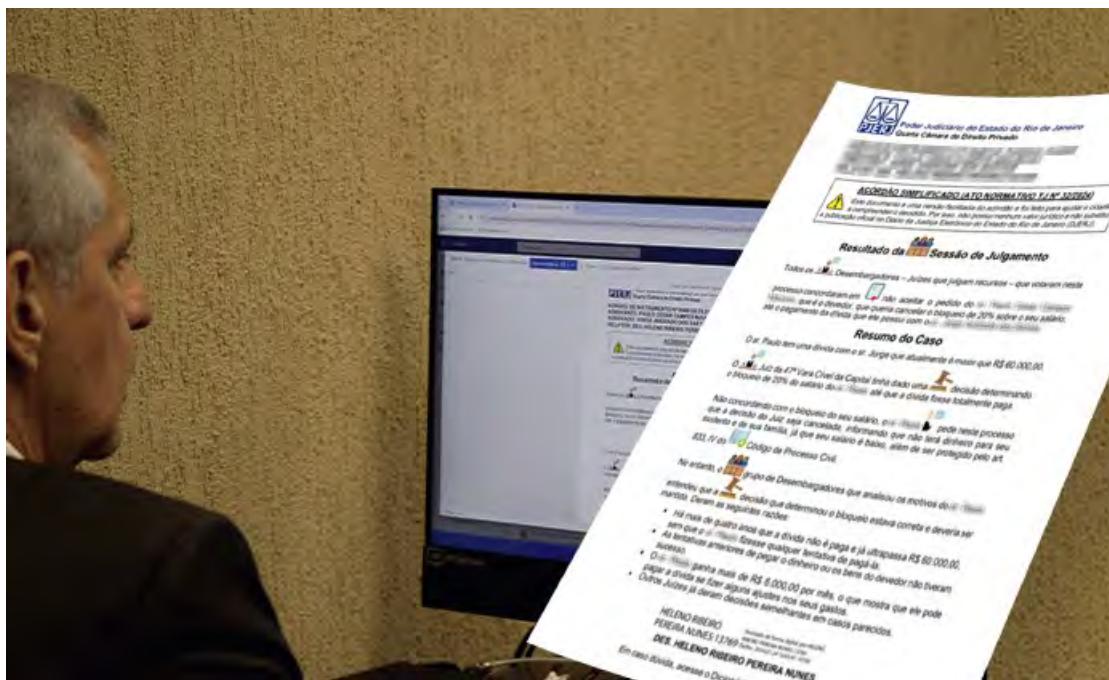
- Julho



04/07 – TJRJ disponibiliza plataforma on-line de resolução de conflitos com uso de inteligência artificial



22/07 – Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro lança Programa de Integridade



29/07 – Magistrados utilizam linguagem simples em atos processuais

- Agosto



19/08 – “Como vai você?”: Departamento de Saúde cria questionário para avaliar a qualidade de vida de magistrados(as) e servidores(as)



21/08 – Tribunal do Rio é o primeiro do país a receber mediadores judiciais concursados



30/08 – ASSIS: nova ferramenta de IA auxiliará magistrados na elaboração de minutas de sentença

- Setembro



05/09 – TJRJ reunirá órgãos e instituições parceiras em ação social voltada às pessoas com deficiência



06/09 – Novo botão ‘Sistemas Judiciais’ facilita acompanhamento de processos judiciais eletrônicos



27/09 – TJRJ anuncia o L Concurso para Ingresso na Magistratura de Carreira

- Outubro



07/10 – Projeto Inspirar: mulheres privadas de liberdade participam de roda de leitura



15/10 – Outubro Rosa: TJRJ e TRF2 lançam medida em prol da saúde da mulher



17/10 – Desembargadores participam de workshop inédito sobre o sistema eproc



29/10 – Resgate da cidadania: Cipop Rua/RJ completa sete meses com uma média de 240 serviços prestados por dia

- Novembro



22/11 – TJRJ conquista premiações nacionais de inovação

- Dezembro



03/12 – COMAI recebe mães atípicas em última reunião de 2024



06/12 – Presidentes do STJ e do Tribunal de Nova Iorque conhecem os projetos de inovação e de segurança do TJRJ



06/12 – TJRJ anuncia o ‘Painel Unificado da 1ª Instância’

Em complemento à produção textual, o DECOI realizou a cobertura fotográfica de toda a agenda interna e externa do presidente do TJRJ, totalizando 432 eventos e 12.480 fotos no biênio 2023/2024.



Inauguração da Praça da Justiça

Por fim, foram produzidas 71 edições do boletim informativo TJRJ Conecta, de periodicidade semanal. A iniciativa foi concebida pelo Departamento de Comunicação Interna com o objetivo de promover a integração e o compartilhamento de informações relevantes entre os membros do Judiciário fluminense.

Veiculado semanalmente no formato newsletter, o boletim conta com uma seleção de notícias, vídeos institucionais e banners de divulgação de iniciativas recentes do Tribunal. Além disso, como parte do compromisso em promover uma cultura de acessibilidade e inclusão no TJRJ, todas as edições do informativo são acompanhadas por um texto descriptivo detalhado, permitindo a compreensão plena do conteúdo por magistrados, servidores e colaboradores com deficiência visual.

The image shows two columns of the TJRJ Conecta newsletter. The left column includes:

- Edição nº 66 - 14 a 21 de outubro**
- Laboratório de Inovação do TJRJ ganha Selo Linguagem Simples**
- II Fórum debate a violência doméstica e de gênero no Tribunal de Justiça do Rio**
- Desembargadores participam de workshop inédito sobre o sistema eproc**
- Ecoar vozes para transformar o futuro**
- Juizes do TJRJ participam de evento sobre gestão de preceitos no STF e no STJ**
- Nova desembargadora é nomeada após votação no Tribunal Pleno**
- Presidente do TJRJ participa da cerimônia de posse da nova diretoria da Fijor**
- COGENs capacitam gestores para prevenção dos assédios, da discriminação e da violência contra a mulher**
- Outubro rosa**
- Doe cabelos, lenços e turbantes**

The right column includes:

- Edição nº 73 - 11 a 18 de dezembro**
- Boas festas!**
- Inauguração do Núcleo de Atendimento Integrado - NAI**
- TJRJ sedia 3º Encontro do Colegiado de Vice-Presidentes dos Tribunais de Justiça do Brasil**
- eProc acelera processos e aumenta produtividade do Judiciário fluminense**
- Representantes do TJRR vêm ao Rio conhecer práticas de gestão e inovação do TJRJ**
- Confraternização de fim de ano reúne integrantes de projetos sociais do TJRJ**
- TJRJ leva atendimento a povos indígenas com o Programa Justiça Itinerante nas Aldeias**
- Campanha de Natal do TJRJ e dos Correios arrecada presentes para crianças de abrigos**

Boletim Informativo Conecta é publicado semanalmente no Portal PJERJ

Identidade Visual

Uma identidade visual sólida e consistente é essencial para a comunicação eficaz com o público, seja ele externo ou interno. Nesse sentido, com acessibilidade e um design gráfico moderno, a Divisão de Identidade Visual transmitiu informações a todo o TJRJ de forma clara e impactante.

No biênio 2023/2024, foram confeccionadas 7.378 peças de comunicação visual, entre cartilhas, banners, manuais, boletins informativos, logos, projetos expográficos e outros produtos, com um índice de 100% de atendimento das demandas recebidas.

- **Marcas e Logotipos**

Foram criadas ou reformuladas dezenas de marcas alinhadas à missão, aos valores e aos objetivos específicos dos projetos, campanhas e setores do Tribunal, contribuindo para uma identificação rápida e clara dessas iniciativas, bem como para o aumento de sua visibilidade e engajamento nos mais diversos contextos. Por exemplo:

-



NUPEMEC



**ESCOLA DE
MEDIAÇÃO**



Centenário da Vara
da Infância e Juventude



Grupo de Trabalho
para o Desenvolvimento
de Ações e Políticas Voltadas
para Mulheres Negras



**JUSTIÇA
RESTAURATIVA**
Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro



FOJURJ
FÓRUM DO PODER JUDICIÁRIO NO RJ
TJRJ | TRE RJ | TRF2 | TRT1



estúdio
TJRJ

Fórum Alberto
o podcast do TJRJ



IdeaRio
Laboratório de Inovação



MINI DOCS
TJRJ



*Quem
sente
na pele*



X CONSEPRE
ENCONTRO DO CONSELHO DE PRESIDENTES
DOS TRIBUNAIS DE JUSTIÇA DO BRASIL



5º Encontro de
Mediadores
Rio de Janeiro



- Reformulação do site institucional

Com base em um estudo do GT Layout, um projeto de reformulação da identidade visual do site institucional do TJRJ.



Two side-by-side images illustrating the responsive design of the website. On the left, a smartphone displays the website's mobile version, which is compact and organized. On the right, a larger screen shows the desktop version, which is more detailed and includes a sidebar with navigation links. Both screens feature the TJRJ logo at the top.

Two side-by-side images highlighting the website's layout features. The left image shows a laptop and a smartphone displaying the website, with text overlaying the laptop screen stating "No Desktop, Celular e Tablet" and "Simples, objetivo e de fácil navegação!". The right image shows a smartphone displaying the website, with text overlaying the screen stating "Novo layout", "Conteúdo organizado por público-alvo", and "Fácil navegação". Both images feature the TJRJ logo at the bottom.

- **Campanhas e projetos**

A Divisão de Identidade Visual trabalha em parceria com todas as Secretarias-Gerais do TJRJ, produzindo peças nos mais diversos formatos para a divulgação de suas campanhas e projetos. Por exemplo:



Projetos da publicação do Código de Ética do Servidor e do Colaborador e da cartilha Racismo Institucional – Como identificar?



Identidade visual para o Programa Segurança da Informação e para Projeto TJRJ Apoia Boas Práticas



Reformulação da Revista de Direito do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro

Mídia Audiovisual

Atendendo à crescente demanda do Tribunal e da sociedade por conteúdo audiovisual, a Divisão de Mídia Audiovisual tem como principais atribuições a produção de vídeos institucionais, podcasts, videoclipes e boletins de notícias, além do gerenciamento do Estúdio TJRJ.

A versatilidade é a característica principal dos produtos da Divisão de Mídia Audiovisual (DIMAU). Em uma ampla gama de formatos, serviços, campanhas e informações importantes sobre o Tribunal são divulgados ao público de modo dinâmico, cativante e rico em elementos visuais.

- **TJRJ em Ação**



No biênio 2023/2024, foram produzidos 39 episódios do TJRJ em Ação, com duas edições especiais.

Apresentado no formato de noticiário de TV, TJRJ em Ação é um veículo de reportagem sobre os acontecimentos mais recentes da instituição. Em seus episódios, o programa conta com entrevistas de magistrados, servidores e colaboradores, cobertura de eventos e divulgação de projetos relevantes do Tribunal.

A importância do projeto está vinculada à necessidade de promover a transparência e a disseminação de informações relevantes por meio de uma abordagem dinâmica e acessível.

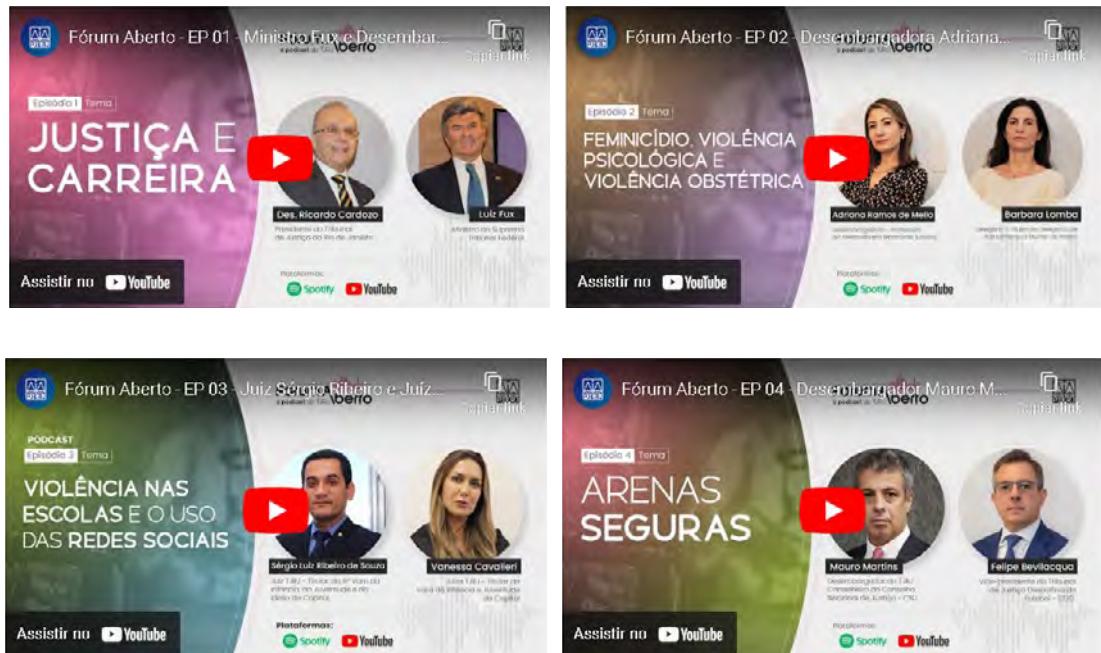
- **Fórum Aberto**

Fórum Aberto é o videocast do TJRJ. A cada episódio, magistrados e profissionais do Direito e de outras áreas do conhecimento são convidados a participar de uma conversa sobre questões de interesse da sociedade, sempre com o objetivo de estabelecer um diálogo aberto com a população, solucionando suas dúvidas mais comuns.

O principal objetivo do podcast é aproximar o cidadão do Judiciário, desmistificando tabus e



percepções do senso comum sobre a função exercida pelo Tribunal. Outra consequência positiva do programa é a promoção da inclusão, da diversidade e do respeito aos direitos humanos, parte essencial da construção de uma sociedade mais justa e democrática.

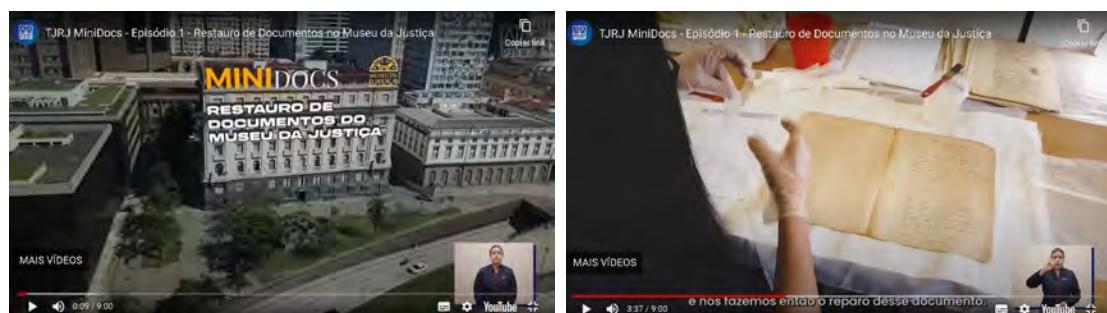


No biênio 2023/2024, foram produzidos oito episódios do Fórum Aberto.

- **TJRJ MiniDocs**

Ao longo do biênio, foram produzidos três minidocumentários sobre a contribuição do Tribunal de Justiça para temas relevantes à sociedade.

No 1º minidocumentário, a equipe do Departamento de Comunicação Interna acompanha o trabalho da nova unidade de preservação da memória do Poder Judiciário fluminense: o Laboratório de Conservação e Restauro de Documentos do Museu da Justiça.



Vídeo – Centenário da Vara da Infância

O 2º vídeo retrata a importância do trabalho do Juizado do Torcedor e dos Grandes Eventos para a garantia da paz nos estádios de futebol. Além de depoimentos de representantes dos clubes, do Maracanã e de magistrados integrantes do Juizado, a equipe do DECOI acompanhou dois jogos clássicos do futebol carioca em tempo real.



MiniDoc: 2º edição “Juizado do Torcedor e dos Grandes Eventos” e o 3º é “Proteção à Mulher”.

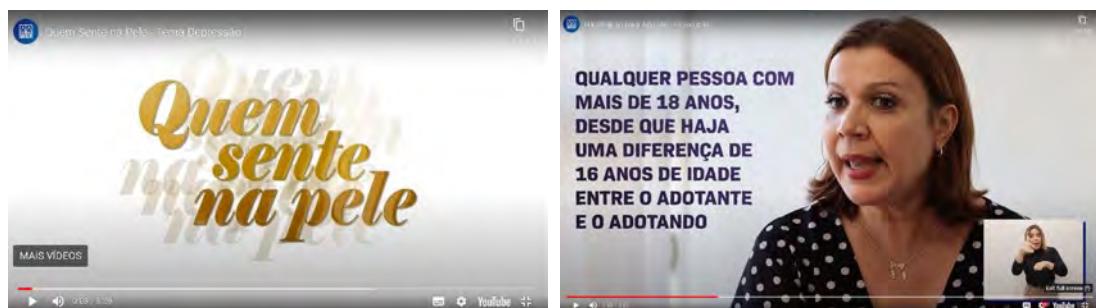
Por fim, o 3º MiniDoc tem como tema principal o trabalho de proteção à mulher realizado pela Coordenadoria Estadual da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar (COEM). O documentário aborda a articulação com as redes estadual e municipal de enfrentamento à violência contra a mulher, bem como os principais projetos da COEM, como o App Maria da Penha, o Projeto Violeta, o Protocolo Violeta Laranja, a Sala Lilás e o Observatório Judicial da Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher.

- **Vídeos institucionais**

No biênio 2023/2024, foram produzidos 183 vídeos institucionais, com 424 gravações. Alguns exemplos:



Programa Segurança da Informação: Melhores práticas



Série de vídeos – “Quem sente na pele” e “Habilitação para adoção”



Vídeos “Centenário da Vara da Infância e Juventude” e “Justiça Itinerante”

Acessibilidade

Para garantir uma experiência inclusiva aos espectadores, todos os vídeos produzidos pela DIMAU contam com legendas e tradução em Língua Brasileira de Sinais (Libras). Alguns vídeos também incluem audiodescrição.

Ao promover a acessibilidade em nossos vídeos institucionais, estamos reforçando o compromisso do Departamento de Comunicação Interna com a igualdade de oportunidades, o respeito à diversidade e a quebra de barreiras comunicacionais.



Vídeo – Dia Nacional de Luta da Pessoa com Deficiência

Gestão de conteúdo do site

- Novo portal

O novo site do TJRJ é fruto de uma parceria entre a Assessoria de Conteúdo do Site (ASSIT) e a Divisão de Identidade Visual (DIVIS). Em seu processo de elaboração, análises realizadas por meio de ferramentas como mapa de calor e Design Thinking subsidiaram a identificação das páginas mais acessadas do site institucional. Um estudo de cores também foi conduzido pelo grupo com o objetivo de otimizar a navegação.

Outras medidas implementadas pela ASSIT foram a reprodução automática de vídeos no site, a atualização de páginas e portais, melhorias na acessibilidade e a busca pela uniformidade na formatação dos textos e na identidade visual.

- Criação e reformulação de páginas

Sala Íris




- eproc

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO DE SÃO JOSÉ PÁGINA INICIAL EPROC

The screenshot shows the homepage of the eproc system. The main visual features a large dark blue circle containing the text 'O FUTURO DO TJRJ É eproc'. To the right, the word 'JUSTIÇA' is written in bold capital letters, with three arrows pointing from it to the words '+ÁGIL', '+ACESSÍVEL', and '+INTUITIVA'. Below this, the phrase 'PARA TODOS' is centered. On the left side of the page, there is a vertical sidebar with the title 'EPROC' and several menu items: 'O Projeto', 'Cronograma de Implantação', 'Material para Capacitação', 'Novidades da versão', 'Legislação', and 'Perguntas Frequentes'. At the bottom of the page, there is a section titled 'Total de Processos no eproc:' followed by a counter showing '1 9 3 1 8'. There are also icons for 'Suporte', 'Fériados e Suspensão de Prazos', 'Custas judiciais e GRU/RJ', and 'Acesso ao Sistema' with options for 'eproc 1º Grau' and 'eproc 2º Grau'.

- Plataforma +Acordo

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO PÁGINA INICIAL > ADVOGADO > SERVIÇOS > + ACORDO

The screenshot shows the homepage of the +Acordo platform. The main visual is a large green rounded rectangle containing the text '+acordo' in white. Below this, there is a teal button with the text 'Acesse o sistema' in white. To the left of the main visual, there is a sidebar with the title '+ ACORDO' and several menu items: 'Acesso ao + Acordo', 'Assista ao vídeo e conheça a plataforma', 'O Projeto', and 'Manuais + Acordo'. The background of the page is white with some light gray horizontal lines separating the sections.

- Escola de Mediação

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO | PÁGINA INICIAL | ESCOLA DE MEDIAÇÃO (EMEDI)

ESCOLA DE MEDIAÇÃO (EMEDI)

Notícias Emedi

Estrutura

Institucional

Cursos

Normatização

Eventos



É uma iniciativa pioneira do IJRH e visa contemplar a formação, o aprofundamento e a pesquisa dos diversos meios adequados de resolução de conflitos que compõem o sistema multiportas.

Tem o propósito de servir à sociedade, através dos diversos atores que participam do cenário de uma controvérsia: magistrados, servidores, advogados, defensores públicos, membros do Ministério Público, procuradores, jurisdicionados, psicólogos, assistentes sociais.

Contemplará Cursos na linha determinada pelo CNJ na Política Judiciária Nacional de tratamento adequado dos conflitos, além de cursos de extensão para público interno e externo; no campo da mediação e conciliação judiciais, de gestão processual e inovações colaborativas, além de saberes interdisciplinares essenciais na resolução de controvérsias.

Em conjunto com o NUPEMEC e os CEJUSCs, atuará para que as práticas autocompositivas e heterocompositivas possam alcançar seus objetivos concretos de equilíbrio social, considerando ainda as vantagens que o uso da tecnologia pode representar nesse processo.

Uma Escola de todos e para todos.

- Governança Institucional

“Normas de Autogovernos e Mecanismos de Controle Interno e Externo e Políticas de Comunicação”

Governança Institucional

Compreende-se por governança o sistema composto por um conjunto de estruturas, processos, normas e práticas da instituição, com o intuito de executar os mecanismos de liderança, estratégia e controle para o exercício das funções de direcionar, monitorizar e avaliar a gestão, com vistas à prestação de serviços de interesse da sociedade.

O TJRJ estabeleceu seu sistema de governança institucional por meio da edição do [Ato Normativo T3 nº 16/2023](#) e vinculadas a ele políticas de governança nas seguintes áreas:

Estrutura de Governança	Gestão Estratégica
Conheça as instâncias responsáveis pelas diretrizes, direcionamento, monitorização e apoio à Governança. Ato Normativo T3 nº 16/2023	Você sabe como o Tribunal de Justiça do Rio traça estratégias para alcançar seus objetivos? Ato Normativo T3 nº 09/2023
Gestão da Qualidade	Gestão de Riscos
Conheça o conjunto de ações adotadas pelo TJRJ que busca aprimorar, de forma contínua, a prestação de serviços.	Conheça os mecanismos implementados pelo TJRJ para administrar e controlar potenciais ameaças. Ato Normativo T3 nº 11/2023
Auditória Interna	LGPD
Conheça o setor responsável por assessorar a Presidência do TJRJ na avaliação da gestão contábil, orçamentária, financeira, patrimonial e operacional.	Saiba quais as medidas adotadas pelo TJRJ para proteger os dados pessoais dos usuários. Ato Normativo T3 nº 03/2023
Transparência	Gestão Participativa
Acompanhe o controle e gestão dos recursos administrativos.	Conheça as Propostas de Metas Nacionais do Poder Judiciário para 2025.
Inovação	Contratações
Conheça as práticas inovadoras do TJRJ. Ato Normativo T2 nº 08/2023	Acompanhe as contratações realizadas pelo TJRJ. Ato Normativo T2 nº 14/2023

- Ouvidoria

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO | PÁGINA INICIAL | CARTA DE SERVIÇOS AO CIDADÃO - OUVIDORIA

CARTA DE SERVIÇOS AO CIDADÃO - OUVIDORIA

Video Institucional

Fale com a Ouvidoria - Serviço de Informação ao Cidadão

Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD/SIC) | Lei de Acesso à Informação (LAI/SIC)

Ouvidoria Geral

Ouvidoria Mulher

Ouvidoria Interna

Criação

Estatísticas/Relatório SIC

Perguntas mais Frequentes

Transparéncia Institucional

Regulamentação

Lista dos Ouvidores do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro

Pesquisa de Satisfação

Termos da Política de Uso e de Tratamento de Dados Pessoais dos Serviços prestados pela Ouvidoria Geral do TJRJ

 **Ouvidoria GERAL**

Carta de Serviços ao Cidadão

Compromisso e padrão de qualidade:

A Ouvidoria do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro tem a missão servir de canal de comunicação direta entre o cidadão e a instituição. A Ouvidoria orienta, informa e colabora no aprimoramento das atividades desenvolvidas pelo Tribunal, bem como promove a articulação com os demais órgãos administrativos, judiciais e extrajudiciais para o eficaz atendimento das demandas que lhe são encaminhadas. Por intermédio da Ouvidoria, o cidadão pode sugerir, reclamar, criticar, elogiar e solicitar informações relacionadas às atividades do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro.

Cabe à Ouvidoria prestar o Serviço de Informação ao Cidadão - SIC, a fim de garantir o efetivo direito constitucional à informação, proteção de dados e ampliação da transparéncia, em cumprimento às Leis n. 12.527 de 19 de novembro de 2011 (Lei de Acesso à Informação) e nº 13.709 de 14 de agosto de 2018 (Lei Geral de Proteção de Dados).

- Linguagem Simples

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO | PÁGINA INICIAL | INSTITUCIONAL | ESTRUTURA DO TJDJ | SECRETARIAS DEZAS | PESQUISA GERAL | LEI DE INFORMAÇÃO, INovaçõE, COMUNICAçõE, SIC/IC | INSTITUTAM/IC | INovaçõE E DESENVOLVIMENTO (ENPRE) | LABORATÓRIO IDEÁRIO | LINGUAGEM SIMPLES

LABORATÓRIO IDEÁRIO

Como funciona

Fale com a gente

Traga seu problema ou sua ideia

Projetos Concluídos

Projetos em criação

Contêiner de ideias

Linguagem Simples

RenovaJud



O Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro foi premiado com o Selo Linguagem Simples, criado pelo CNJ. Essa conquista mostra o compromisso em usar uma linguagem clara e fácil de entender, para garantir que todos os cidadãos possam acessar e compreender as informações.

Linguagem Simples para o Cidadão



A ferramenta permite a transcrição do texto jurídico para sua versão simplificada. Ao passar o mouse nas palavras em negrito, aparecerá sua explicação. Se houver imagens associadas, elas também serão exibidas no gerador.



Produção Gráfica

Em 2024 foram atendidas 657 solicitações de serviços gráficos diversificados, como a impressão de cartilhas, relatórios, folders, cartazes e placas de sinalização visual, o que representa um aumento de 20,3% em relação ao total de solicitações atendidas no mesmo período de 2023.

De janeiro a novembro de 2024, também foram produzidas 149,2 mil unidades de capas de processo.

Comunicação externa

TJRJ terá posto especial para casos de violência contra a mulher na Sapucaí

Tribunal também está criando protocolo de atendimento. Posto terá juíza como responsável.

Por g1 Rio (14/02/2023)

Mulheres vítimas de violência terão atendimento especializado no Posto de Atendimento do TJRJ no Sambódromo durante o carnaval do Rio.

O Tribunal afirma que está criando também um protocolo de atendimento em casos de violência contra a mulher durante os desfiles na Marquês de Sapucaí.

O Posto de Atendimento do Juizado Especial dos Grandes Eventos terá uma juíza como responsável e as mulheres terão um espaço próprio para fazerem as denúncias.

“Os casos de feminicídio têm crescido e o Carnaval é uma época em que os abusos e violências contra as mulheres tendem a aumentar. O objetivo do Tribunal de Justiça do Rio é fazer um atendimento especializado, para que as mulheres se sintam mais seguras na hora de fazerem as denúncias”, afirmou o presidente do TJRJ, desembargador Ricardo Rodrigues Cardozo.



Responsabilidade social, transparéncia e inovação

Por Justiça e Cidadania (2 de fevereiro de 2023) | Da Redação

Três dias antes de tomar posse como presidente do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro (TJRJ), em pleno turbilhão da transição, o Desembargador Ricardo Cardozo gentilmente concedeu entrevista à Revista JC para falar sobre os planos de sua gestão. Eleito em primeiro escrutínio com o voto de 99 dos 185 desembargadores,

o magistrado é um profundo conhecedor do Tribunal, no qual, além de corregedor e agora presidente, já ocupou o cargo de diretor-geral da Escola da Magistratura do Estado do Rio de Janeiro (Emerj), dentre inúmeras outras atribuições institucionais.



Na carta que enviou aos magistrados e servidores quando se lançou candidato a presidente, em agosto de 2022, Cardozo já havia enumerado alguns dos principais projetos que pretende colocar em prática, como: o aprimoramento dos canais de comunicação interna e externa, em busca de transparência e participação democrática dos servidores e da sociedade fluminense; a criação das secretarias de Responsabilidade Social e Sustentabilidade e de Governança; a construção de novos fóruns em Magé e Seropédica; e a modernização do parque tecnológico.

Nascido em Niterói, o Desembargador Ricardo Cardozo formou-se bacharel pela Faculdade de Direito da Universidade Federal Fluminense (UFF) em 1979. Foi defensor público do Estado do Rio de Janeiro por cinco anos antes de ingressar na magistratura fluminense, em 1988, tendo sido promovido a desembargador em 2003. Foi ainda juiz eleitoral titular da 246ª Zona Eleitoral, coordenador regional eleitoral das áreas de Campo Grande e Santa Cruz, na Zona Oeste do Rio de Janeiro, presidente da 15ª Câmara Cível e professor de diversas faculdades de Direito.

Integram a gestão, como corregedor-geral da Justiça o Desembargador Marcus Henrique Pinto Basílio, como 1º vice-presidente o Desembargador Caetano Ernesto da Fonseca Costa, como 2ª vice-presidente a Desembargadora Suely Lopes Magalhães, como 3º vice-presidente o Desembargador José Carlos Maldonado de Carvalho e como diretor-geral da Emerj o Desembargador Marco Aurélio Bezerra de Melo.

Confira a seguir os melhores momentos da entrevista.

REVISTA JUSTIÇA & CIDADANIA – Desembargador, nossa entrevista acontece com o senhor ainda na condição de corregedor geral da Justiça. Qual é o balanço que faz de sua passagem pelo cargo?

DESEMBARGADOR RICARDO CARDozo – Como corregedor procurei humanizar a Corregedoria. O que não significa ser complacente com os maus feitos, mas ter um olhar compreensivo tanto para o servidor quanto para o juiz no que toca às suas atividades. Por que o juiz não alcançou aquela meta? Por que o servidor não produz? É preciso indagar se a meta não foi alcançada porque o Tribunal também não está dando ao juiz meios para atingi-la, ou se o servidor agiu de determinada forma porque não teve condições de fazer diferente. Nossa preocupação na Corregedoria foi ter esse foco mais humanizado e partir disso para dar, tanto ao servidor quanto ao magistrado de primeiro grau, a oportunidade de sanar aqueles problemas. Não foi uma corregedoria punitiva. Puniu-se quando realmente tinha que punir. Várias vezes arquivei porque entendi o problema, mas dei ao juiz a oportunidade de se organizar-se e tratar melhor aquele problema.

Outra coisa que também fiz e me deixou muito satisfeito foi reorganizar administrativamente a Corregedoria. Aliás, também o estou fazendo com o Tribunal. Onde chego, reorganizo, pretendendo otimizar os serviços. Sem falsa modéstia, hoje entrego ao Desembargador Basílio uma Corregedoria absolutamente organizada. Para minha imensa satisfação, citando apenas um exemplo, uma diretoria nossa com quatro subdepartamentos e várias subdivisões recebeu o grau máximo na certificação ISO, porque estava tudo absolutamente correto.

Estou entregando a Diretoria de Serviços Extrajudiciais - atividade que sempre causa certo temor, porque o juiz não domina essa matéria - inteiramente organizada, com menos de 500 processos em curso, processos rotineiros que sempre vai haver. Está com as prestações de contas todas em dia, o que me traz muita satisfação. Digo ao Desembargador Basílio que o fato de ter passado pela corregedoria também vai facilitar muito a vida dele, porque serei um presidente que conhece todos os problemas pelos quais o corregedor passa, as angústias, e vou tentar minorá-las.

(...) Ainda sobre os serviços extrajudiciais, para complementar, hoje participei de audiência pública com o Corregedor Nacional de Justiça, Ministro Luis Felipe Salomão, para tratar do projeto do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) para criar um serviço de registros públicos¹ totalmente informatizado e interligado, no Brasil inteiro.

¹ NOTA DA REDAÇÃO: O Desembargador se refere ao Sistema Eletrônico dos Registros Públicos (SERP), que entrou em vigor na data da entrevista (31/1/2023) e ao qual devem aderir todos os estabelecimentos regulados pela Lei dos Registros Públicos (Lei no 6.015/1973), conforme determina a Medida Provisória no 1.085/2021, que aprovada em maio de 2022 modificou a lei então vigente sobre registros eletrônicos (Lei no 11.977/2009).

Fui convidado porque apresentamos o primeiro código da atividade extrajudicial adaptado à nova legislação, no qual introduzimos todas as modalidades de serviços on-line. Toda a sociedade vai sentir logo a diferença. Vamos poder fazer escrituras on-line sem ir ao cartório, aqui ou no exterior. Vamos ter vários atos de simplificação, todos eles autorizados pela nova legislação que entra em vigor. Foi um trabalho de aproximadamente um ano, que fizemos ouvindo os delegatários, não é nada de cima para baixo, mas um projeto compartilhado, no qual apenas fomos os condutores. São os delegatários que vivem o dia a dia, que sabem onde dói o calo. Temos que ouvi-los e também a sociedade, os advogados que atuam na área. O que resultou nisso, que logo a sociedade fluminense vai sentir. Hoje mesmo o Ministro Salomão me disse, numa conversa on-line, que ele está se utilizando desse nosso projeto como subsídio para essas reformas que ele quer fazer no âmbito do CNJ.

RJC – Por que o senhor decidiu ser candidato a presidente do Tribunal?

DRC – Como disse no dia em que fui eleito, estou vivendo um momento muito especial. Sempre soube o que desejava e esperava para minha vida pessoal e profissional. Desde juiz, tive um objetivo na vida que era galgar e chegar a este patamar. Chegar à chefia do Poder Judiciário sempre foi tratada por mim como uma missão, não como vaidade. Essa busca é lídima, mas o caminho a trilhar deve ser feito com seriedade, ética e respeito. Aprendi a conhecer o Tribunal nos diversos cargos de administração que exercei. Vou cumprir minha missão com a dedicação de quem se preparou a vida toda para exercê-la, com presteza, respeito ao ordenamento jurídico, em consonância com o trabalho de nossos magistrados e servidores, e, especialmente, com atenção aos anseios da sociedade que deposita na Justiça a sua esperança, fé e confiança. Estou pronto para dar continuidade, modernizar, garantir os direitos que todos nós temos.

RJC – Quais são os principais desafios da sua gestão?

DRC – Se queremos uma Justiça operosa, eficiente, moderna, inclusiva e responsável temos muito a fazer. Numa sociedade marcada por profundas desigualdades, o Judiciário ganha especial importância, pois dele se espera o desafio de garantir a eficácia dos direitos com o oferecimento de um serviço de qualidade. Sobre os desafios temos vários, mas destaco dois em especial. O primeiro refere-se à reforma administrativa. Fruto da minha experiência, verifiquei que o TJRJ não está preparado e aparelhado convenientemente para o mundo digital e virtual. Ainda se pensa como se estivéssemos em um mundo analógico. Daí a estrutura administrativa pesada, carregada, burocratizada. Isso precisa mudar. O segundo grande desafio é a informática, que precisamos seguir modernizando para tirar proveitos que tornem a prestação jurisdicional mais rápida e eficiente. Justiça seja feita à administração anterior, que deu início ao processo de renovação digital. É preciso dar continuidade e o farei.

RJC – E as principais metas para o biênio 2023-2024?

DRC – Apresentei meu plano de gestão para desembargadores e juízes há algum tempo. Ele contempla os projetos especiais que pretendo realizar. Dividi em três áreas: institucional, administrativa e tecnológica. Quero dar continuidade a todas as conquistas da atual administração, especialmente no plano financeiro. Pretendo, na área administrativa, proceder a reforma de que falei anteriormente. Desejo que a carreira da magistratura ande, nunca fique parada, especialmente agora, quando há a entrância única. Na área tecnológica, o objetivo é investir maciça-mente, explorar ecossistemas e plataformas digitais. A área de tecnologia da infor-mação (TI) merecerá especial atenção, principalmente ante ao grande volume de dados disponíveis, que demandam o devido tratamento para que deles se extraia conhecimento, tornando a informação acessível ao magistrado e servidor como meio de melhora e facilitação do desempenho funcional.

RJC – O Estado do Rio de Janeiro está em regime de recuperação fiscal. O orça-mento do TJRJ para 2023 será suficiente para melhorar a remuneração e garantir os direitos funcionais de magistrados e servidores? Como o senhor pretende gerir o fundo financeiro do Tribunal de Justiça?

DRC – Os direitos de nossos servidores e magistrados estão assegurados. Em junho de 2022 o governador sancionou, após aprovação pela Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro (Alerj), o novo plano de cargos. O plano é uma conquista e vamos cumprir. A Assembleia aprovou, em dezembro, a proposta orçamentária do Governo do Estado para 2023 e ela contempla o orçamento do Judiciário flu-minense. O fundo financeiro do Tribunal de Justiça será gerido como sempre foi, ou seja, com responsabilidade.

RJC – Os tribunais brasileiros enfrentam um histórico congestionamento de pro-cessos. O que o presidente tem em mente para contribuir para a diminuição desse acervo? Investimentos em tecnologia? Mediação?

DRC – Como eu disse, nosso plano de gestão tem três eixos e um deles é voltado para o desenvolvimento tecnológico. Acredito muito nos programas de inteligência artificial, que poderão identificar recursos e fornecer soluções. Estamos em plena migração de uma cultura analógica para digital. O Judiciário deve caminhar firme e célere para alcançar uma governança totalmente digital. A tecnologia é fun-damental. É nosso foco o investimento maciço em capacitação tecnológica. Vamos explorar os ecossistemas e plataformas digitais. É preciso tratar o grande volume de dados hoje disponíveis, extraíndo conhecimento, tornando a informação acessível ao magistrado, ao servidor e para aqueles que buscam nossos serviços. Objetivamos colocar a inteligência artificial a serviço do magistrado e dos serviços do Tribunal.

Avaliamos, também, que o Tribunal deve desenvolver sistemas de mineração de dados, o que nos ajudará a implantar modelos e planos de fornecimento de ser-viços, com previsões de demandas, e a detectar problemas previamente. Serão seis

pilares para balizamento da gestão tecnológica: inteligência artificial, hardware, software, pessoal qualificado, atenção ao big data e atenção à mineração de dados.

No âmbito da mediação o Tribunal já conta com iniciativas como, por exemplo, a plataforma +Acordo, desenvolvida em parceria com a PUC-Rio, que permite a solução pré-processual on-line de resolução de conflitos. Essa plataforma pode ser ampliada e, sem dúvida, é um bom instrumento. A mediação sempre será um dos caminhos que vamos trabalhar para evitar o aumento do acervo de processos. A ninguém interessa a manutenção de litígios.

RJC – Alguns magistrados do TJRJ apontam que enquanto faltam juízes e serventuários na primeira instância, haveria juízes “sobrando” na segunda instância, com magistrados em cargos administrativos cumprindo funções que poderiam ser desempenhadas por servidores. O senhor pretende promover reformas no organograma do Tribunal para melhorar o equilíbrio entre as duas instâncias?

DRC – Meu plano de gestão tem o eixo da governança institucional. O magistrado que presta a jurisdição, seja do 1º ou 2º grau, há de ter nossa consideração e respeito. A Associação dos Magistrados do Estado do Rio de Janeiro (AMAERJ) será ouvida nos assuntos que tenham repercussão sobre a atividade funcional dos juízes. Haverá diálogo. Por outro lado, temos o eixo da governança administrativa. Destaquei a necessidade de remodelagem da estrutura administrativa do Tribunal, inserindo novas áreas e conceitos mais compatíveis com o mundo moderno, que se alicerça na tecnologia e virtualidade.

Como novidade, está prevista a criação da Secretaria-Geral de Governança, Planejamento e Compliance. Nela estará inserido o laboratório de inovação, denominado IdeiaRio, cuja missão é pensar projetos para o Tribunal. Nessa linha, também teremos a Secretaria-Geral de Responsabilidade Social e Sustentabilidade. É hora de consolidar programas que indiquem a preocupação do Tribunal com ações de natureza social, que favoreçam a inclusão e a acessibilidade, indicando a preocupação do TJRJ com uma sociedade sustentável. Por fim, teremos a Secretaria-Geral de Administração, que apoiará os órgãos colegiados permanentes e transitórios, mas também com a função de divulgar o conhecimento produzido pelo Poder Judiciário. A meta também é desburocratizar o trabalho. Não é possível num mundo digital se pensar em papel e em etapas e estágios que podem ser suprimidos pelo uso da inteligência artificial.

RJC – O senhor tem algum projeto para ajudar a proteger a mulher que sofre violência no Estado do Rio de Janeiro?

DRC – O combate à violência doméstica e contra a mulher seguirá sendo prioridade em nossa gestão. O TJRJ tem trabalho de vanguarda nessa área. Temos o Observatório Judicial de Violência Contra a Mulher, no qual, além de dados, qualquer pessoa encontra informações sobre nossos programas e projetos de como agir e pedir proteção nesses casos. O Tribunal conta com os Juizados Especial de Violência

Doméstica e com instrumentos como o Aplicativo Maria da Penha, através do qual a vítima pode pedir ajuda de qualquer dispositivo eletrônico, por meio de um link. Vamos avançar nessa área, sempre prioritária para o Judiciário fluminense.

Homenagem a Rui Barbosa

Por Justiça e Cidadania | 5 de abril de 2023

Ricardo Cardozo | Presidente do TJRJ



Advogado, político, escritor, filólogo, jornalista, tradutor e orador. Essas são algumas das definições das quais nos lembramos quando pensamos em Rui Barbosa, que há cem anos nos deixava. Falar de um dos maiores líderes e defensores da Justiça brasileira é não apenas uma honra, mas uma grande responsabilidade, pela sua importância para todos aqueles que, como eu, defendem a liberdade, a igualdade e a democracia.

O nosso “Águia de Haia” – nome que recebeu após atuar como delegado do Brasil na II Conferência da Paz, em Haia (Holanda, 1907) – foi não só um grande diplomata, mas um profícuo criador de frases, até hoje relembradas: “A força do Direito deve superar o direito da força”, “Maior que a tristeza de não haver vencido é a vergonha de não ter lutado” são duas dessas frases históricas que demonstram bem o caráter desse grande jurista.

Porém, a frase “Justiça atrasada não é justiça, senão injustiça qualificada e manifesta” é a que mais me toca, enquanto magistrado e presidente do Tribunal de Justiça do Rio. Por isso, em meu discurso de posse, me comprometi a buscar uma justiça operosa, eficiente, moderna, inclusiva e responsável, e esse será o caminho que pretendo seguir nos dois anos da minha gestão.

Rui Barbosa acreditava no Judiciário como um Poder essencial à garantia da ordem institucional e do cumprimento da Constituição. Essa posição ficou clara no

livro “O dever do advogado”, considerado um clássico sobre a ética profissional do Direito: “Quando quer e como quer que se cometa um atentado, a ordem legal se manifesta necessariamente por duas exigências, a acusação e a defesa, das quais a segunda por mais execrando que seja o delito, não é menos especial à satisfação da moralidade pública do que a primeira. A defesa não quer o panegírico da culpa, ou do culpado. Sua função consiste em ser, ao lado do acusado, inocente, ou criminoso, a voz dos seus direitos legais”.

Após o fim da monarquia e a instauração do governo republicano, assumiu as pastas da Justiça e da Fazenda, sendo favorável à promulgação de uma nova Constituição que modificasse as desigualdades existentes na Constituição de 1824. A nova Carta, promulgada no dia 24 de fevereiro de 1891, foi escrita por uma comissão de cinco pessoas e teve Rui Barbosa como revisor final.

Como ministro da Justiça, Rui Barbosa foi um dos incentivadores da criação do Supremo Tribunal Federal (STF), que teria por missão garantir os direitos e as liberdades da sociedade civil. Foi, também, o responsável pelo primeiro pedido de habeas corpus no STF, em 1892, contra a prisão de opositores do então presidente Floriano Peixoto.

Muito do que vemos hoje no Poder Judiciário devemos às ideias desse grande homem e com o Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro não seria diferente. Voltando novamente ao meu discurso de posse, fiz questão de que minhas palavras iniciais versassem sobre o comprometido com os princípios garantidores da ordem democrática, do respeito às instituições e às hierarquias, como ele defendia.

O Brasil deve muito a Rui Barbosa, não apenas na área do Direito. Foi um dos mais aguerridos defensores da abolição da escravatura, tendo participado de uma sociedade abolicionista fundada, em 1866, pelo poeta Castro Alves. Quase 20 anos depois, em 1885, já era um dos grandes oradores da causa, pronunciando diversas conferências em defesa da emancipação e da libertação dos escravos no Brasil, até a abolição da escravidão, em 13 de maio de 1888. Foi um processo longo, precedido de pressão internacional e uma grande mobilização dos grupos abolicionistas.

Tendo nascido na Bahia em 1849, seus biógrafos contam que desde criança sempre fora estudioso e bom aluno. Foi também brilhante orador e, com o incentivo de seu pai, João José Barbosa de Oliveira, tornou-se, desde jovem, estudioso da língua portuguesa.

Formou-se em Direito pela Universidade de Direito do Largo de São Francisco, em São Paulo, em 1870. Na época esse era o melhor curso de Direito do País, e lá Rui Barbosa teve contato com pessoas que se tornaram personalidades importantes na história brasileira.

Foi membro fundador da Academia Brasileira de Letras em 1897, ocupando a cadeira nº 10, e seu presidente entre 1908 e 1919. Foi também presidente do Instituto dos Advogados Brasileiros entre 1914 e 1916.

Rui Barbosa também foi defensor do ensino gratuito e obrigatório e acreditava que apenas através do desenvolvimento científico e educacional o País evoluiria. Propôs um sistema de ensino que preparasse as crianças e os jovens para a vida e permitisse aos brasileiros que estudassem da infância até a universidade.

No parecer denominado “Reforma do Ensino Primário e várias instituições complementares da instrução pública”, publicado no ano de 1883, defendeu um sistema nacional de ensino que contemplasse os conteúdos de desenho, música, canto, ciências e Educação Física no ensino primário.

Rui Barbosa foi, sem dúvida, um homem de muitas facetas e muitos talentos. Que seu legado continue inspirando não só os profissionais do Direito, mas todos aqueles que amam a liberdade e a democracia.

A receita para um Judiciário mais eficaz e humano

Correio da Manhã | 28 de julho de 2023

Por: Des. Ricardo Cardozo²

Uma das missões de minha gestão é democratizar o acesso à Justiça não apenas para aqueles que moram na Capital, mas para todos os cidadãos do nosso estado. Com esse propósito, desde que tomei posse, tenho visitado as comarcas regionais e do interior, para conhecer de perto a realidade e as reivindicações dos juízes que lá trabalham.

Acredito que é preciso aproximar a Administração do Tribunal a todas as comarcas, levando transparência e informações sobre nossa atuação, identificando os principais desafios e, sempre que possível, oferecendo soluções práticas e eficazes. Os juízes, por sua vez, têm a oportunidade de nos apresentar boas ideias e, juntos, somos capazes de melhorar cada vez mais a prestação jurisdicional.

Nesses encontros, apresento os projetos estratégicos da Administração: tecnologia, inovação, parcerias com a Escola de Administração Judiciária, integração entre as Secretarias, capacitação de magistrados como gestores e a digitalização dos processos.

Quero transformar nosso Tribunal no melhor em tecnologia e informação, mas nosso trabalho é, principalmente, feito por pessoas. Por isso, sempre reforço que é indispensável que o juiz e os servidores estejam nas varas, trabalhando presencialmente. Quando chega, o advogado precisa saber que encontrará, além de um sistema informatizado e moderno, pessoas prontas para atendê-lo e resolver suas demandas da melhor maneira possível.

Dando continuidade ao projeto de aproximar minha administração dos magistrados de todas as comarcas, nesta quarta-feira, dia 26, estarei visitando, junto com juízes auxiliares, o Fórum de Volta Redonda, onde conversaremos com magistrados

2 - Ricardo Rodrigues Cardozo é desembargador, presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro

de Volta Redonda, Barra Mansa, Barra do Piraí, Pinheiral, Porto Real/Quatis, Resende, Itatiaia, Rio das Flores, Valença e Piraí.

Já estivemos em Petrópolis, na Região Serrana do Rio; na Baixada fluminense; na Região dos Lagos; nos fóruns regionais da Barra e do Méier. Nessas visitas reafirmei a importância do trabalho conjunto em prol da sociedade e anunciei, entre outras iniciativas, os planos de modernização na área de informática, que inclui a aquisição de mais de 10 mil novos computadores, que vão substituir as máquinas mais antigas do Tribunal.

Estamos entrando em uma nova era, onde a tecnologia, a informatização, a eficiência operacional e de gestão já são uma realidade. Porém, sem a atuação de pessoas envolvidas e dedicadas ao trabalho, nada disso será eficaz. Essa é a mensagem que pretendo deixar em todos os fóruns que visitar: um Judiciário eficaz se faz com tecnologia, gestão e pessoas capacitadas.

Ricardo Rodrigues Cardozo: Tribunal de Justiça do Rio investe na especialização como forma de trazer mais segurança jurídica para o Rio de Janeiro

O Dia RJ Online | Notícias | O Diaredacao@odia.com.br | quarta-feira, 12 de julho de 2023

A previsibilidade e a continuidade na aplicação das leis proporcionam um cenário estável e coerente que é fundamental para que haja segurança entre as relações de negócios. Com esse pensamento, o Tribunal de Justiça do Rio, em minha gestão, tem buscado a especialização como um caminho para a segurança jurídica, oferecendo uma base forte para a atuação dos nossos magistrados e gerando maior confiança por parte dos empresários e dos investidores.

A capacidade do nosso estado em atrair investimentos é proporcional à habilidade do Poder Judiciário em oferecer melhor clareza e compreensão em relação a tomada de decisões, com um grau satisfatório de certeza quanto ao que esperar. Em outras palavras: quanto maior a segurança jurídica, mais tranquilos ficarão os investidores, e quanto mais investimento em nosso estado, mais oportunidades de trabalho e geração de renda para todos.

A instalação das novas Câmaras de Direito Empresarial que acontecerá em breve no Tribunal de Justiça do Rio será uma grande contribuição do Poder Judiciário fluminense em prol da segurança jurídica, pois acredito que a especialização é a melhor maneira de uniformizar entendimentos importantes e auxiliar na tomada de decisões, impulsionando o desenvolvimento socioeconômico do nosso estado.

Os cidadãos são igualmente beneficiados quando há clareza e estabilidade por parte das instituições, pois podem tomar decisões com menor risco de serem surpreendidos com medidas incoerentes ou sem continuidade com as que se vinham praticando até então.

Por fim, a segurança jurídica diminui a pressão sobre o Judiciário, que deixa de ser inundado por ações que poderiam ser evitadas com regras mais claras e compreensíveis para todos.

TJRJ promove mutirão de registro civil nos dias 9, 10 e 11 de maio

O mutirão visa atender, em especial, a população de rua, mais vulnerável e, em geral, sem documentação.

Por g1 Rio (07/05/2023)

O Tribunal de Justiça do Rio participa, nos dias 9, 10 e 11 de maio, da “Semana Nacional do Registro Civil - Registre-se”, promovida pela Corregedoria Nacional de Justiça em parceria com tribunais de todo o país. O mutirão visa atender, em especial, a população de rua, mais vulnerável e, em geral, sem documentação.

A ação, organizada no Rio pela Corregedoria Geral da Justiça do Estado do Rio de Janeiro e pelo Programa Justiça Itinerante do TJRJ em parceria com dezenas de órgão públicos, acontece na Praça do Expedicionário, no Beco da Música, ao lado do Fórum Central, das 8h às 13h.

O atendimento é gratuito e através do mutirão será possível obter Certidão de Nascimento, 2^a via da Certidão de Nascimento, Casamento e Óbito, Carteira de Identidade, CPF, Certificado de Reservista, Título de Eleitor, CadÚnico, e Cadastro Nacional de Informações Sociais (CNIS), entre outros documentos.

No local haverá ainda a oferta de serviços como corte de cabelo, banho, barbeamento, vacinas contra a gripe e Covid (disponíveis na quarta-feira, dia 10), além de atendimento do projeto Passaporte da Cidadania da Pastoral do Menor.

Quase 3 milhões de brasileiros não possuem Certidão de Nascimento

No Brasil, de acordo com dados do Conselho Nacional de Justiça, quase três milhões de pessoas não possuem certidão de nascimento. O presidente do Tribunal de Justiça do Rio, desembargador Ricardo Rodrigues Cardozo, destaca a importância do esforço concentrado pela erradicação do sub-registro.

Justiça Itinerante realiza mutirão especial de atendimento neste sábado em Jardim Gramacho

A ‘Justiça Itinerante levando cidadania em Jardim Gramacho’ acontecerá no Colégio Estadual Lara de Villela, na Rua Avaré nº 19, das 9h às 15h.

Por Extra – Rio de Janeiro (16/06/2023)



Servidores do TJRJ fazem atendimento inicial no Justiça Itinerante

Foto: Divulgação

O Programa Justiça Itinerante do Tribunal de Justiça do Rio promove, neste sábado, atendimento jurídico e serviços para moradores do bairro Jardim Gramacho, em Duque de Caxias, na Baixada Fluminense. A “Justiça Itinerante levando cidadania em Jardim Gramacho” acontecerá no Colégio Estadual Lara de Villela, na Rua Avaré nº 19, das 9h às 15h.

Ainda sob impacto da convivência com o maior lixão da América Latina – o Aterro Sanitário de Jardim Gramacho, oficialmente fechado em 2012 após 34 anos de funcionamento – a população da região vai poder ter acesso a diferentes atendimentos jurídicos no ônibus da Justiça Itinerante, como registro tardio de nascimento; correção de erro em Certidões de Nascimento, Casamento ou Óbito; colocação de nome na certidão de filhos; registro de filhos após o prazo oficial; pedidos de pensão alimentícia para filhos; solicitação de guarda de criança ou adolescente; pedidos de divórcio; e interdição de pessoa portadora de doença mental ou anomalia psíquica, por exemplo.

O presidente do Tribunal de Justiça do Rio, desembargador Ricardo Rodrigues Cardozo, destaca que a edição especial da Justiça Itinerante em Jardim Gramacho é mais uma porta do Judiciário fluminense que se abre para dar atendimento à população.

– Será uma ótima oportunidade para quem precisa recuperar ou adquirir esses documentos gratuitamente e com o suporte de diversos órgãos públicos – enfatiza Cardozo.

Com diferentes parceiros de órgãos públicos como o Detran, ProconRJ, Defensoria Pública e MPRJ, a edição especial da cidadania levará até a população serviços para obtenção de 2^a via de certidões; carteira de identidade; emissão ou regularização do título de eleitor; isenção para documentos; defesa do consumidor; e inscrições em vagas de trabalho.

TJRJ pagou mais de R\$ 163 milhões em precatórios judiciais e evitou a evasão de mais de R\$ 5 milhões em fraudes

Por: Agenda Poder (28 de setembro de 2023)

Desde o início deste ano, o Departamento de Precatórios Judiciais (DEPJu) do Tribunal de Justiça do Rio expediu 2.181 ofícios de transferência para pagamento preferencial a idosos, portadores de deficiência e pessoas com doença grave, no valor total de R\$ 163.215.262,15, 142% acima da média histórica para o período.

Todo esse trabalho foi realizado em meio a uma apuração interna do TJRJ para a detecção e prevenção de estelionatos envolvendo precatórios. Essa apuração identificou casos de fraudes no total de R\$ 7.792.905,78.



Para evitar novos casos desse tipo de crime, foram editados os Atos Normativos TJRJ n. 6/2023, 12/2023 e 15/2023, com o objetivo de proporcionar mais segurança a partes e advogados, principalmente em casos que envolvem beneficiários maiores de 80 anos e com créditos superiores a R\$ 250.000,00. Essas providências auxiliaram o Departamento a detectar e evitar novas tentativas de fraudes em casos que somam mais de R\$ 5 milhões, resguardando o patrimônio de beneficiários vulneráveis.

“Todos esses dados denotam a dedicação com que o Tribunal de Justiça promove o adequado pagamento dos precatórios devidos às pessoas vulneráveis, sem descurar do necessário cuidado para evitar que estas sejam vítimas de fraudes ou abusos. Além disso, o Departamento de Precatórios tem prestado toda a assistência necessária aos precatoristas e seus advogados, somando, apenas nos meses de agosto e setembro, mais de 3.800 atendimentos presenciais ou por via remota”, afirmou o presidente do TJRJ, desembargador Ricardo Rodrigues Cardozo.

Em todos os casos de fraudes detectados, tanto o Ministério Público quanto a Seccional da Ordem dos Advogados do Brasil no Rio de Janeiro foram informados.

Justiça do Rio disponibiliza expedição gratuita de certidão de processos judiciais

O requerimento deve ser realizado através do site do TJRJ e o documento terá um prazo de validade de 90 dias

Por: EXTRA Rio (06/12/2023)

O Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, disponibiliza, gratuitamente, as certidões de distribuição de processos judiciais cíveis, criminais e fazendários em todo o estado. O requerimento deve ser realizado pelo site do TJRJ. As certidões serão expedidas de forma eletrônica e terão prazo de validade de 90 dias.

O formato eletrônico utiliza o Código Identificador de Certidão (CIC), que possibilita a consulta e validação do documento na página do Tribunal de Justiça e permite sua utilização, sem a necessidade de nova emissão, dentro do prazo de validade. O usuário preencherá o requerimento eletrônico e, no prazo legal de até 8 dias, receberá a certidão por meio do endereço eletrônico informado. Após o recebimento, o usuário poderá visualizar e validar a certidão, sem necessidade de se deslocar até o cartório respectivo.

O CIC contido na certidão poderá ser validado na página de consulta de Selos/CIC do Portal Extrajudicial da Corregedoria Geral da Justiça do Estado do Rio de Janeiro, digitando seu número e a sequência aleatória dentro do site. O formulário de requerimento de certidão pode ser acessado diretamente na página inicial do TJRJ ou no Portal Extrajudicial da CGJ.

Segundo o TJRJ, essas certidões servem para informar sobre a existência ou inexistência de processos no nome pesquisado e costumam ser exigidas para formalização de contratos de compra e venda, locação, em processos de licitação, concorrência, para empréstimos e em concursos públicos, entre outros. Há sites privados que disponibilizam estes documentos, porém, cobram pela sua expedição e envio e não têm qualquer relação com o Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro.

Cresce o número de brigas na Justiça do Rio

Juízes fluminenses proferiram 20% de sentenças a mais em 2023 que no ano anterior

O Globo - Blogs | oglobo / Blogs / Ancelmo Gois (Domingo, 28 de janeiro de 2024 às 07:00)

O Tribunal de Justiça do Rio terminou 2023 com sua produtividade em alta. Em um ano em que foram recebidos 1.955.015 novos processos, os juízes fluminenses proferiram 2.204.817 sentenças, cerca de 20% a mais do que no ano anterior. A produção a todo vapor também reduziu o acervo geral de ações, que diminuiu em torno de 30% de 2019 a 2023, chegando a 6.739.475.

A quantidade de decisões aumentou em torno de 11% em relação ao ano anterior, chegando a 3.043.070. O número de audiências também teve um salto de cerca de 65% em relação a 2022, com 687.143 realizadas.

‘O excesso de judicialização no Brasil requer que repensem a forma de atuação do Judiciário, investindo em instrumentos como mediação, conciliação, inteligência artificial e meios de resolução pré-processual. Todos saem ganhando com a celeridade da resolução das demandas’, destacou o presidente do Tribunal de Justiça do Rio, desembargador Ricardo Cardozo.

Carnaval com Justiça

As vítimas de violência encontrarão no Juizado dos Grandes Eventos, no Sambódromo, um local acolhedor

O Globo Online | Notícias

Por Ricardo Rodrigues Cardozo* (Terça-feira, 6 de fevereiro de 2024 às 00:01)

A explosão de cores e ritmos do carnaval representa mais do que festa nas ruas e na Marquês de Sapucaí. É um palco onde as mulheres, adornadas com fantasias, reivindicam a liberdade de ocupar os espaços que quiserem. Só que essa mesma liberdade, independentemente do período festivo, enfrenta todos os dias diferentes formas de violência, como o assédio e a importunação.

Onde entra o Judiciário nesse cenário catártico, alegre, mas que muitas vezes prescinde de aspectos básicos das relações, como o respeito à dignidade?

Um fato é incontestável: em época de festa, a Justiça não tira folga. Nos dias momescos, as redes sociais do Tribunal estarão nos blocos. A campanha #CurtacomRes-

* Ricardo Rodrigues Cardozo, desembargador, é presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro

peito, do Tribunal de Justiça, focada na segurança e bem-estar dos foliões, mapeará grandes aglomerações para difundir informações que assegurem a coexistência da alegria do carnaval com o respeito e a proteção.

A atuação do TJRJ não se limita ao monitoramento digital e à difusão de campanhas. Ela transcende as barreiras do virtual, marcando presença física no coração da folia. Na Marquês de Sapucaí, a Justiça está presente, vigilante e ativa, assegurando que a celebração da diversidade cultural e a liberdade feminina aconteçam num ambiente de respeito e segurança. As vítimas de violência encontrarão no Juizado dos Grandes Eventos, instalado no Sambódromo, um local acolhedor e humanizado.

Esse envolvimento direto do Judiciário em eventos culturais de grande magnitude reflete um novo paradigma: uma Justiça mais acessível, presente e engajada na realidade social. A campanha #CurtacomRespeito e a presença constante do TJRJ nos pontos de festa não são apenas medidas de proteção; são também símbolos de um Judiciário que se adapta e responde aos desafios contemporâneos.

As iniciativas do TJRJ no carnaval, sobretudo o foco na proteção das mulheres, demonstram um compromisso firme com a mudança de perspectivas e a promoção de um ambiente festivo e inclusivo. O tribunal mostra que está pronto para atuar a qualquer momento, estabelecendo um novo padrão de Justiça proativa e responsável. Assim, a experiência da folia, no bloco ou na Sapucaí, rica em tradição e alegria, torna-se também um exemplo de como a cultura e a Justiça precisam caminhar juntas, em harmonia.

Não é Não! PM reforça ações preventivas de violência contra a mulher no Carnaval

TV Globo - Rio de Janeiro | Bom Dia RJ (Quarta-feira, 7 de fevereiro de 2024 às 08:11)



A conciliação é a melhor estrada para o bem comum da sociedade

Não há vencedor e vencido, mas uma cooperação das partes envolvidas

O Globo Online | Notícias | Por Ricardo Cardozo

Terça-feira, 27 de fevereiro de 2024 às 00:02

A conciliação é uma estrada que, quando bem pavimentada, se torna o melhor caminho para a resolução dos conflitos da sociedade. A lide entre dois lados é substituída pela composição de interesses em busca da melhor solução. Nesse resultado, não há vencedor e vencido, mas uma cooperação das partes envolvidas pelo bem comum.

O Poder Judiciário, regido pelo Princípio da Inércia, só deve agir, em regra, quando instado, não se podendo excluir da apreciação jurisdicional ameaça ou lesão a direto. Equidistante dos interesses das partes, no entanto, o juiz, ao aplicar o ordenamento jurídico, embora garanta uma solução de mérito ao conflito, é também obrigado a conduzir os envolvidos por uma via mais longa e que pode apresentar percalços por imposição legal. A conclusão nem sempre atende às expectativas dos envolvidos.

A conciliação e a mediação, por outro lado, envolvem as partes na condução do litígio. Almeja-se um equilíbrio e uma colaboração das partes para a construção de um novo resultado.

Um exemplo disso foi a audiência de conciliação no Supremo Tribunal Federal sobre a apreensão de menores no Rio de Janeiro. Ficou decidido que os adolescentes só poderão ser apreendidos quando houver flagrante de delito e mediante ordem judicial e que o estado e o município terão até 90 dias para apresentar um Plano de Segurança Pública voltado para repreensão de adolescentes em conflito com a lei e também um Plano de Abordagem Social que não viole os direitos convencionais, constitucionais e legais das crianças.

Com a participação de todos os interessados, no caso o estado e o município do Rio, Defensoria Pública, Ministério Público do Rio de Janeiro e Ministério Público Federal, foi possível estabelecer uma estratégia visando combater a prática de atos infracionais por crianças e adolescentes no Rio de Janeiro. Com o objetivo de promover segurança para a população sem violar os direitos dos menores, foram divididas responsabilidades e assumidos compromissos de todos os atores. Abre-se, assim, um novo canal de diálogo e conexão entre as partes do processo em direção ao bem comum da coletividade.

Afinal, como se refere Calamandrei, é do juiz que se espera na vida prática, aquela tutela que em abstrato a lei promete e se o juiz não for vigilante, a voz do Direito permanecerá evanescente e distante, como as incansáveis vozes dos

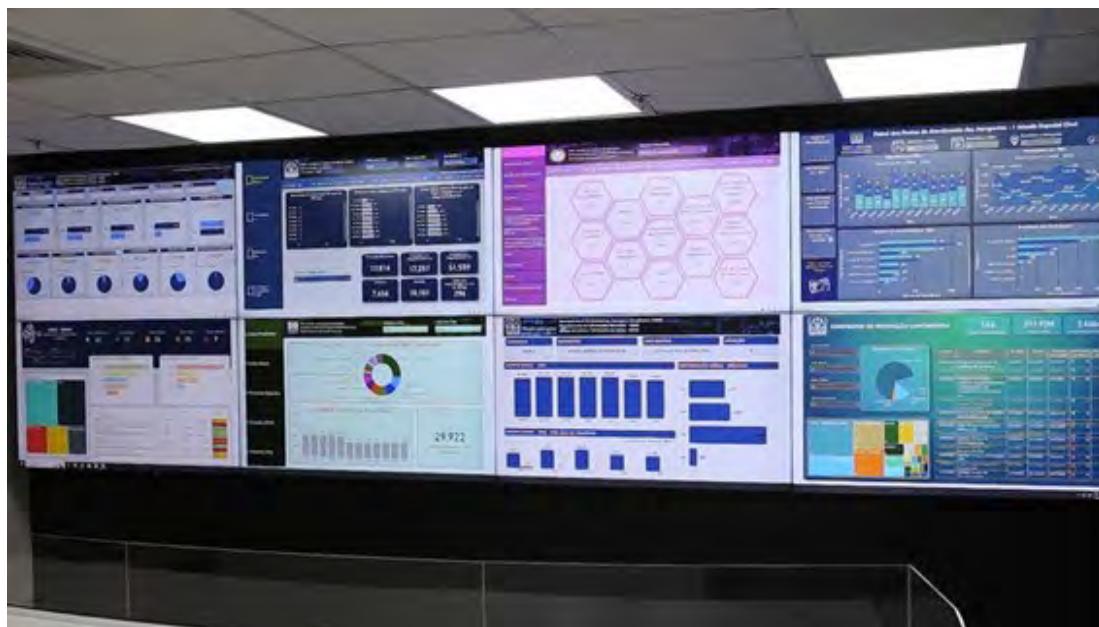
sonhos. Portanto, numa sociedade marcada por profundas desigualdades, cabe ao Judiciário o desafio de preservar a eficácia dos direitos, sendo a conciliação ferramenta essencial nesta função, abrindo novas possibilidades e garantindo a Justiça para todos.

TJRJ inaugura sala para monitorar em tempo real as atividades do Judiciário

Além da Sala Iris, como foi batizado o espaço equipado com monitores, também foi inaugurado o IdeaRio, um ‘laboratório de inovação’ para criar e desenvolver soluções para dar mais agilidade e acessibilidade à Justiça.

O Globo Online | Rio | Por O GLOBO - Rio de Janeiro

Segunda-feira, 11 de março de 2024 às 14:22



Acompanhar em tempo real dados e indicadores relativos aos principais serviços e atividades administrativas do Tribunal de Justiça do Rio (TJRJ). Esse é o objetivo da Central de Informações Gerenciais do TJRJ, batizada de Sala Iris, inaugurada nesta segunda-feira no 10º andar da Lâmina II do Fórum Central. A poucos metros dali, passou a funcionar também o IdeaRio, um ‘laboratório de inovação’ com objetivo de criar e desenvolver soluções para dar mais agilidade e acessibilidade ao trabalho da Justiça.

Na Sala Iris, uma série de monitores mostra, em tempo real, informações tão diferentes como o número de ações em andamento por Vara, qual o total de servidores lotados em determinado cartório, ou até para consumo de água em fórum do estado.

- Aqui o propósito é que a gente monitore todo o poder Judiciário, tanto a área administrativa quanto a área judicial. A administração vai poder saber o que que está

ocorrendo em determinada Vara, em determinada Comarca em tempo real - disse o presidente do TJRJ, desembargador Ricardo Rodrigues Cardozo.

Os dados, que serão disponibilizados também on-line a partir da semana que vem, incluirão ainda a parte administrativa do Tribunal.

- Administração vai ter uma visão, por exemplo, de todos os contratos de licitação em curso, o que vai vencer, o que precisa ser renovado, o custo de cada coisa desde a mais simples até a mais complexa, o tempo de a vida útil dos itens que compõem Acervo do Tribunal, vai estar tudo disponível absolutamente transparente. Ou seja, o que a gente está fazendo é o que há de mais moderno hoje para a gente poder oferecer uma prestação jurisdicional eficiente - detalha Ricardo Rodrigues Cardozo.

No IdeaRio, ambiente pensando com mobiliário colorido e espaço para reunião voltado a estimular a criatividade para desenvolvimento e adoção de práticas inovadoras no dia a dia do Judiciário. A ideia é que o espaço seja um catalizador de ideias criativas e eficientes por meio do emprego de metodologias ágeis e ferramentas de Design Thinking.

- Ideias são sempre bem-vindas, mas precisam ser trabalhadas. A gente precisa saber se a ideia é viável, precisa ajustar. Então, esse espaço tem esse propósito, um ambiente colorido, informal, que chama pela criatividade - explica o presidente do TJRJ.

Centro de Atendimento Integrado às Pessoas em Situação de Rua será instalado na Central do Brasil

Atividades do projeto devem ter início em abril

O Dia RJ Online | Notícias | O Diaredacao@odia.com.br

Quarta-feira, 20 de março de 2024 às 19:08

Rio - O Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro (TJRJ) anunciou a inauguração do Centro de Atendimento Integrado às Pessoas em Situação de Rua, que será instalado na Rua Senador Pompeu, no Centro, próximo à Central do Brasil. Nesta sexta-feira (22) será assinado o termo de cooperação técnica no para a instalação do Comitê Interinstitucional de Atenção às Pessoas em Situação de Rua do Estado do Rio com o objetivo de inaugurar o espaço.

O Centro de Atendimento será voltado para as necessidades de pessoas em situação de rua no que se refere ao acesso à Justiça e expedição de documentos. Pioneiro no país, o projeto tem como objetivo reunir em um só local diversos serviços prestados por órgãos federais, estaduais e municipais.

O espaço deve iniciar suas atividades na primeira semana de abril e vai funcionar de segunda a sexta-feira, das 11h às 17h, com horário de chegada até às 16h. Inicialmente, serão distribuídas 50 senhas diárias, mas o número poderá ser estendido de acordo com a demanda.

A coordenação do projeto está a cargo dos desembargadores do TJRJ Renata Cotta, Renata Fadel e Vitor Marcelo Rodrigues, da Comissão de Articulação de Programas Sociais. Segundo os coordenadores, a Central do Brasil foi escolhida por ser a área com maior quantidade de pessoas em situação de rua. Além disso, o local é próximo ao restaurante popular e ao hotel popular que será inaugurado. O imóvel foi disponibilizado pelo Governo do Estado.



“Esse projeto resgata a esperança, a dignidade e a cidadania das pessoas, fazendo com que sejam de fato cumpridos os direitos fundamentais previstos na Constituição Federal. Ter facilitado seu acesso à Justiça, sentir que o Estado também o acolhe é fundamental para que a pessoa em situação de rua seja reinserida na sociedade e possa escrever uma nova história de vida”, afirma o presidente do TJRJ, desembargador Ricardo Cardozo.

Estarão presentes no local os seguintes órgãos: Tribunal de Justiça do Rio, Tribunal Regional Federal (TRF) da 2a Região, Tribunal Regional do Trabalho (TRT) da 1a Região, Tribunal Regional Eleitoral (TRE), Governo do Estado do Rio de Janeiro, Prefeitura Municipal do Rio, Ministério Público Estadual, Ministério Público Federal, Defensoria Pública da União, Defensoria Pública do Estado, Detran, INSS, Receita Federal, Comando Militar do Leste (Junta Militar), Associação de Registradores de Pessoas Naturais (Arpen), OAB e Fundação Leão XIII.

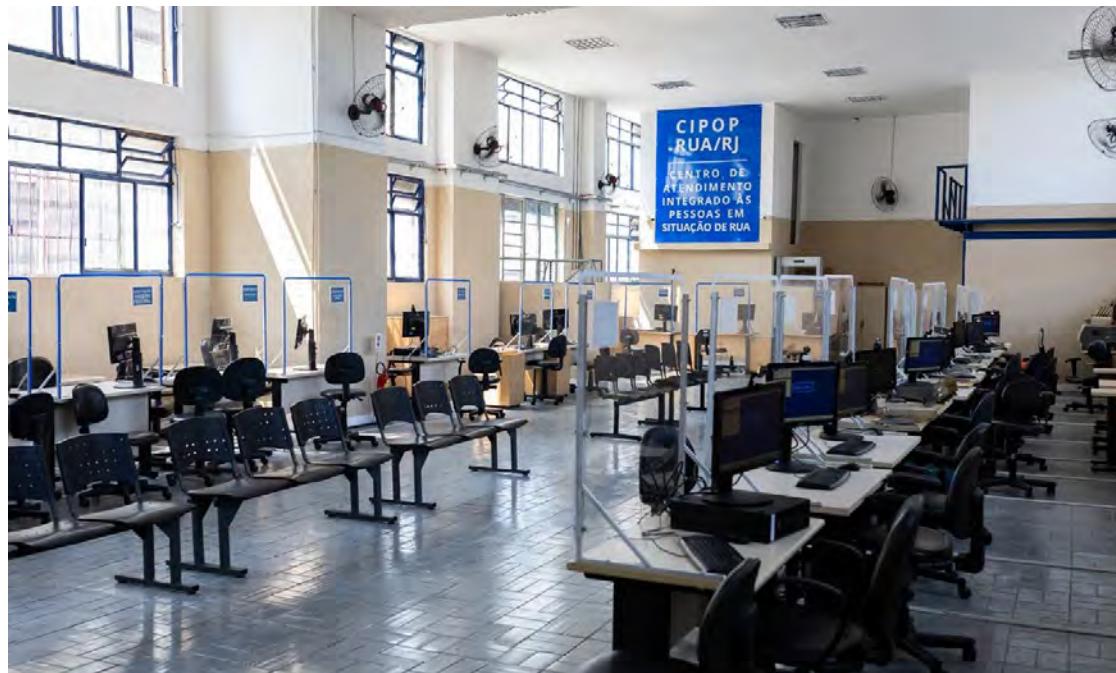
A inauguração e a assinatura do termo acontecerão às 11h, no Plenário Desembargador Estenio Cantarino Cardozo.

Segundo a comissão, a intenção é levar a iniciativa a Niterói e à Baixada até o final do ano.

Tribunal de Justiça do Rio terá centro de atendimento para as pessoas em situação de rua na Central do Brasil

O espaço será voltado para o atendimento das necessidades de acesso à Justiça e expedição de documentos de forma permanente; a estreia está prevista para início deste mês

O Globo Online | Rio (Segunda-feira, 1 de abril de 2024 às 15:29)



O Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro (TJRJ) assegurou a inauguração de um Centro de Atendimento Integrado às Pessoas em Situação de Rua que ficará localizado na rua Senador Pompeu, no Centro da cidade, junto à Central do Brasil, ainda nos próximos dias. Nesta segunda, às 17h, será assinado o termo de cooperação técnica, que vai permitir o funcionamento neste início de abril.

O espaço será voltado para o atendimento das necessidades das pessoas em situação de rua no que se refere ao acesso à Justiça e expedição de documentos de forma permanente. As atividades iniciadas dentro dos próximos dias acontecerão de segunda a sexta-feira, das 11h às 17h.

Segundo o TJRJ, o projeto piloto reunirá em um só local diversos serviços prestados por órgãos federais, estaduais e municipais. Com o objetivo de “solucionar de forma eficaz grande parte das inúmeras dificuldades enfrentadas pela população de rua de modo a permitir sua reinserção social de forma autônoma e sustentável, levando ao pleno exercício da cidadania”:

“Esse projeto resgata a esperança, a dignidade e a cidadania das pessoas, fazendo com que sejam de fato cumpridos os direitos fundamentais previstos na Constituição Federal. Ter facilitado seu acesso à Justiça, sentir que o Estado também o acolhe é fundamental para que a pessoa em situação de rua seja reinserida na so-

ciedade e possa escrever uma nova história de vida”, afirma o presidente do TJRJ, desembargador Ricardo Cardozo.

A coordenação do projeto está a cargo dos desembargadores do TJRJ Renata Cotta, Renata Fadel e Vitor Marcelo Rodrigues, da Comissão de Articulação de Programas Sociais. De acordo com os magistrados, “a Central do Brasil foi escolhida porque, pelo censo de 2022, é a área que apresenta a maior quantidade de pessoas em situação de rua, somente o Município do Rio tem cerca de 8 mil pessoas nessa condição”.

Além disso, de acordo com o TJRJ, o imóvel disponibilizado pelo governo está localizado próximo ao restaurante popular e ao hotel popular que será inaugurado ao lado.

Ampliação do projeto

Ainda segundo a comissão, em um segundo momento, a intenção é levar a iniciativa a Niterói e à Baixada Fluminense até o final do ano, “dando continuidade à facilitação do acesso à Justiça em um ambiente favorável e acolhedor”.

No espaço próximo a Central do Brasil, o atendimento será feito por uma equipe multidisciplinar com presença dos seguintes órgãos: Tribunal de Justiça do Rio, Tribunal Regional Federal (TRF) da 2ª Região, Tribunal Regional do Trabalho (TRT) da 1ª Região, Ministério do Trabalho, Ministério Público do Trabalho, Tribunal Regional Eleitoral (TRE), Governo do Estado do Rio de Janeiro, Prefeitura Municipal do Rio, Ministério Público Estadual, Ministério Público Federal, Defensoria Pública da União, Defensoria Pública do Estado, Detran, INSS, Receita Federal, Comando Militar do Leste (Junta Militar), Associação de Registradores de Pessoas Naturais (Arpen), OAB e Fundação Leão XIII.

RICARDO CARDozo* – Rumo à modernização do Judiciário

No Judiciário, a IA surge como apoio indispensável, capaz de otimizar o trabalho dos magistrados, fornecendo “insights” e facilitando a pesquisa jurídica

Jornal O Globo | Opinião | RICARDO CARDozo

Terça-feira, 16 de abril de 2024 às 00:00

A interseção entre a crescente influência da inteligência artificial e a busca por inovação no sistema judiciário é cada vez mais evidente, especialmente com a recente inauguração da Sala Íris e do IdeaRio pelo Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro. Esses dois espaços representam um marco na modernização do Judiciário fluminense, promovendo uma visão de futuro em que tecnologia e criatividade se encontram para aprimorar a entrega de justiça à população.

A presença da inteligência artificial no contexto jurídico não apenas reflete a evolução tecnológica, mas também levanta questões cruciais sobre a natureza da ju-

* Ricardo Cardozo é presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro (TJ-RJ)

risdição e o papel humano na tomada de decisões legais. A compreensão da IA é fundamental para navegar nesse cenário em constante transformação, onde a máquina se torna uma ferramenta valiosa, mas jamais substitui a capacidade humana de discernimento.

No âmbito do Judiciário, a IA surge como apoio indispensável, capaz de otimizar o trabalho dos magistrados, fornecendo insights e facilitando a pesquisa jurídica. A inovação no TJ-RJ tem como protagonista a Sala Íris, com suas telas de projeção, que mostram dados e indicadores referentes a cada serviço em execução no tribunal. A Sala Íris possibilitará que o TJ-RJ obtenha acompanhamento em tempo real do desempenho da prestação jurisdicional em todo o estado e das demais atividades administrativas.

Ao mesmo tempo, o IdeaRio, laboratório de inovação do TJ-RJ, encoraja a busca por soluções criativas e eficientes para os desafios enfrentados pelo Judiciário. Com um ambiente propício ao surgimento de ideias, esse espaço reúne diferentes atores - servidores, magistrados, acadêmicos e cidadãos - na missão de repensar e aprimorar os processos judiciais.

Os frutos do IdeaRio já são visíveis, com iniciativas voltadas para a simplificação da linguagem jurídica e a disseminação do uso de recursos visuais a fim de facilitar a compreensão do cidadão. Projetos como o Gerador de Visual Law prometem revolucionar a acessibilidade do sistema judicial, adaptando documentos jurídicos de forma simplificada e interativa.

No entanto, a integração da inteligência artificial e da inovação no Judiciário traz consigo desafios e responsabilidades. A regulação cuidadosa do uso da IA é essencial para mitigar riscos, garantindo a autenticidade e a integridade dos dados e preservando a confiança e a equidade no sistema judicial.

Em última análise, a jornada rumo à modernização do Judiciário fluminense é impulsionada pela visão de um sistema mais eficiente, acessível e alinhado às necessidades da sociedade. A inteligência artificial acelerará o trabalho do Judiciário e não substituirá pessoas.

Quadrilha de advogados: documentos fraudados são usados para receber precatórios do Estado

TV Globo - Rio de Janeiro | RJTV - 2ª Edição (Terça-feira, 30 de abril de 2024 às 19:11)



Não é bem assim!

Jornal O Globo | Opinião | RICARDO RODRIGUES CARDODO³

Terça-feira, 7 de maio de 2024 às 00:00

A imprensa brasileira e a sociedade têm criticado o projeto no Senado que visa a valorizar o tempo de serviço da magistratura (VTM), propondo um acréscimo de 5% nos subsídios a cada cinco anos, até um máximo de 35%.

Essas críticas enfocam principalmente o efeito fiscal que a medida pode acarretar. O projeto inicial, destinado à magistratura e ao Ministério Público, expandiu-se para outras carreiras, aumentando a preocupação com o impacto financeiro.

A magistratura é uma carreira de Estado essencial para a manutenção da Justiça independente, e incentivos remuneratórios são fundamentais para atrair e manter profissionais qualificados. A perda de interesse por parte dos candidatos mais capacitados já é uma realidade, com muitos profissionais de Direito optando pelo setor privado, em busca de melhores oportunidades.

Internacionalmente, valoriza-se o tempo de serviço como contribuinte para a maturidade e a experiência necessárias à tomada de decisões judiciais. Estudos, como o de Susanne Burri e Sanne Taekema, destacam como a experiência judicial é essencial para a habilidade de emitir decisões ponderadas, considerando não só a lei, mas o contexto social.

* Ricardo Rodrigues Cardozo é presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro

Logo, é sensato valorizar o tempo de serviço. O VTM não deve ser visto como incremento salarial, mas como meio de reter magistrados experientes na carreira, equilibrando o impacto fiscal com economias geradas pela retenção de magistrados.

Críticas ao projeto podem não ser o melhor caminho se o objetivo é garantir uma magistratura independente e capaz. Comparar a remuneração dos magistrados com o salário médio da população brasileira ignora a disparidade socioeconômica e os problemas de políticas públicas. Além disso, a estrutura atual de remuneração na magistratura pode levar a incongruências, como juízes novatos ganhando mais que desembargadores experientes devido a cargos extras.

O VTM é um mecanismo para garantir que magistrados continuem em suas carreiras, evitando aposentadorias prematuras em busca de melhores condições no setor privado. Críticas são válidas quando fundamentadas e construtivas. Uma magistratura eficiente é vital para a democracia, e a discussão deve considerar o longo prazo e o interesse público.

Campanha Registre-se emite documentos para pessoas em vulnerabilidade

Agência Brasil | Notícias (Segunda-feira, 13 de maio de 2024 às 15:10)

Tribunais de Justiça de todo o país participam da Campanha “Registre-se”. A iniciativa da Corregedoria Nacional de Justiça tem por objetivo promover inclusão social, por meio da emissão de documentos para pessoas em situação de vulnerabilidade.

O IBGE calcula que cerca de três milhões de brasileiros não têm Registro Civil. O número representa 2,59% por cento da população. Só no Rio de Janeiro, são 200 mil pessoas. Mas, a situação é ainda pior nos estados do Norte e do Nordeste.

Para mudar este cenário, instituições e órgãos federais, estaduais e municipais participam da campanha que acontece durante a Semana Nacional de Identificação. Até sexta-feira (17), será possível obter a Carteira de Identidade, CPF, a segunda via do Título de Eleitor e certidão de nascimento, fundamentais para o exercício da cidadania.

Durante o mutirão também é possível solicitar a inclusão no CadÚnico e acessar outros benefícios sociais.

O presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, desembargador Ricardo Rodrigues Cardozo, fala sobre a importância do trabalho em prol da cidadania.

No Rio de Janeiro, nesta terça (14), na quarta (15) e na quinta-feira (16), a ação organizada pela Corregedoria Geral da Justiça do Estado e pelo Programa Justiça Itinerante do TJRJ vai oferecer, em um ponto de grande circulação da capital, serviços como corte de cabelo, barba, banho, vacinas e almoço. A novidade deste ano é a parceria com o Tribunal Regional do Trabalho, que também estará apoiando a iniciativa.

Justiça do Rio em transformação

TJRJ investe maciçamente em tecnologia

O Globo Online | Notícias | Por Ricardo Rodrigues Cardozo*

Terça-feira, 4 de junho de 2024 às 00:02

Recentemente li no GLOBO um artigo de uma advogada candidata à presidência da OAB-RJ que atribuía a lentidão da Justiça fluminense à falta de servidores e juízes. Falava, evidentemente, para seu eleitorado, porque não fosse isso, analisaria a questão de forma mais séria e profunda.

Fizesse a leitura do Relatório Justiça em Números 2024, do CNJ, e constataria que entre os grandes tribunais, o do Rio detém o índice de 105,1% de atendimento à demanda, 33% superior à média nacional.

Embora com carência de magistrados, ainda se conserva pela 15ª vez como o mais produtivo do Brasil.

A produtividade aumentou 22,5% em relação a 2022. O desempenho é 53% superior à média nacional. Tem a maior carga de trabalho do país, 68% a mais que a média estadual. E tem o maior acesso à Justiça entre os tribunais de grande porte.

Podemos melhorar? Sim, podemos e devemos, porque a sociedade não merece Justiça lenta.

Hoje, o TJRJ investe maciçamente em tecnologia. Este ano, em relação a dois anos atrás, triplicou os investimentos na área tecnológica.

Ferramentas que utilizam a inteligência artificial estão em desenvolvimento e brevemente serão disponibilizadas para os servidores e magistrados.

Um novo sistema mais amigável para a tramitação de processos (EPROC) será disponibilizado a partir de outubro. As rotinas processuais serão abreviadas.

O Tribunal do Rio está remetendo à Assembleia Legislativa uma proposta de organização judiciária que considerará a implementação de núcleos jurisdicionais onde juízes com a mesma competência poderão processar e julgar feitos por todo o estado. Será um novo modelo que permitirá uma equalização melhor do trabalho, sem necessidade da criação de novas varas ou nomeação de novos servidores e juízes.

Um novo mundo desponta com o auxílio da tecnologia e é justamente por isso que o gestor moderno tem o dever de considerar todo o arcabouço tecnológico para não onerar o Estado.

Essa visão nem sempre é alcançada pelas pessoas. Por isso a ideia tacanha de que tudo se resolve com mais funcionários e burocracia, em especial se há interesse eleitoral em jogo. É ano de eleição. Que o eleitorado se lembre disso.

*Ricardo Rodrigues Cardozo é presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro

VIOLENCIA FINANCEIRA

Crime de abuso contra idosos cresce e Justiça planeja criar vara exclusiva
Jornal O Globo | Rio | VERA ARAÚJO (Segunda-feira, 24 de junho de 2024 às 00:00)

Num prédio de classe média alta de Copacabana, na Zona Sul do Rio, uma infestação de baratas fez com que vizinhos acionassem o síndico para uma dedetização de emergência. O serviço não resolveu o problema. Até que a atenção dos vizinhos foi voltada para a soleira da porta de uma das unidades do edifício, por onde saíam os insetos. Sem sucesso nas reclamações com a moradora, o síndico recorreu à Justiça. Após visitas consecutivas, o oficial de justiça chegou à proprietária, uma idosa, e descobriu que ela era vítima de suposto abuso financeiro. Sem condições de cuidar de si própria e de administrar os imóveis que tem no bairro, coube ao pastor da igreja dela alugá-los, sem prestar contas.

O processo, que corre em segredo na 1ª Vara da Infância, da Juventude e do Idoso, da Comarca da Capital, é apenas um dos casos que vêm chegando à Justiça com frequência. Dados do Instituto de Segurança Pública (ISP) mostram um aumento nos registros de crimes contra idosos no ano passado, na comparação com 2022. Os registros de apropriação de rendimento de idosos passaram de 14 em 2022 para 18 no ano passado. As ocorrências de extorsões contra idosos também subiram, passando de 334 para 441, um aumento de 32%.

É na 1ª Vara da Infância, da Juventude e do Idoso que também corre o processo da socialite Regina Gonçalves, de 88 anos, cuja fortuna é alvo de uma disputa entre o marido, o ex-motorista José Marcos Chaves Ribeiro, e a família dela, que se tornou pública em maio deste ano. Outro caso de repercussão foi o do aposentado Paulo Roberto Braga, de 68 anos, um mês antes. Ele estava acompanhado da sobrinha Erika de Souza Vieira para fazer um saque de R\$ 17 mil, de empréstimo, numa agência bancária, em Bangu, quando um funcionário do banco desconfiou do estado dele. Um paramédico atestou que Paulo estava morto. Erika é ré por tentativa de estelionato e vilipêndio a cadáver. A polícia abriu inquérito para investigar se houve homicídio culposo, quando não há intenção de matar. Ela afirma que não percebeu que o tio havia morrido.

SOLIDÃO E VULNERABILIDADE

A juíza titular da 1ª Vara da Infância, da Juventude e do Idoso, Lysia Maria da Rocha Mesquita, alerta sobre a vulnerabilidade das pessoas acima dos 60 anos quando vivem sozinhas ou não têm alguém de confiança ao seu lado. Responsável pela área da Zona Sul e da Tijuca, a magistrada percebe que os casos de abusos financeiros são mais comuns que maus-tratos, por exemplo.

- A Zona Sul é uma região onde há muitos idosos com boas aposentadorias, que recebem pensão de militares ou mesmo são donos de vários imóveis, que vivem,

muitas vezes, da renda desses aluguéis. Mas isso não quer dizer que só as pessoas de classe média sejam alvo de aproveitadores. Com o BPC (benefício assistencial à pessoa idosa) é possível contrair um empréstimo consignado com facilidade, porque é uma renda regular e oficial. Há idosos que sustentam a família inteira por vontade própria ou porque sofrem o abuso financeiro - explica a juíza Lysia.

Ainda há situações, lembra a magistrada da 2ª Vara da Infância, da Juventude e do Idoso, Claudia Motta, em que o idoso mora em abrigos e hospitais, mas o parente ou qualquer conhecido é quem fica com o cartão do benefício, ou da pensão do beneficiário, para fazer os saques em proveito próprio.

- Quando esse tipo de abuso chega à Justiça, temos formas de evitar que a pessoa desvie o dinheiro do idoso, restringindo o valor judicialmente. Quando o idoso não tem parentes que possam cuidar dele, uma possibilidade, é a nomeação de um curador profissional, que ficará atento não só à questão financeira, como também será responsável pelo bem-estar do curatelado, dependendo do seu grau de dependência - comentou a magistrada Claudia, cuja área de atuação abrange parte da Zona Norte do Rio.

Coordenadora do Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça da Pessoa Idosa do Ministério Público do Rio (CAO Idoso do MPRJ), a promotora de Justiça Elisa Macedo enfatiza que, segundo Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), 75% dos idosos contribuem para a renda familiar.

- A situação atual é reflexo das dificuldades financeiras que o país atravessa. O idoso contribuiu a vida inteira e, com falta de empregos, muita gente que mora com ele vive na informalidade, sem as garantias trabalhistas. Quando há a violência praticada contra a pessoa idosa, configurando o abuso financeiro, ocorre o crime e a necessidade da medida protetiva de abrigamento da vítima. Na esfera criminal, o curador terá que responder na Justiça - esclarece Elisa, ressaltando que 90% dos casos de violência ocorrem em casa.

O abuso financeiro praticado em desfavor de pessoa idosa é um tipo especial, previsto no artigo 102 do Estatuto do Idoso. À ação penal para esse crime é pública, não depende de representação da vítima. A coordenadora orienta que as pessoas denunciem. Segundo o MP-RJ, no ano passado, a ouvidoria recebeu 411 denúncias referentes à negligência contra idosos, 238 sobre abusos financeiros, 229 de violência psicológica e 194 de abandono da família, só na capital. Os números registrados este ano, até o último dia 7, no entanto, revelam que denúncias de ordem financeira vêm ultrapassando as demais: 86 contra 84 por negligência.

A promotora defende que a institucionalização do idoso deve ser a última medida. O ideal, opina ela, é que os idosos em vulnerabilidade recebam o suporte de um curador, nem que seja na parte financeira.

"UMA VIZINHA ME ENGANOU"

Aposentada da Funarte, Rute Coelho, de 77 anos, mora no Abrigo Cristo Redentor, em Bonsucesso, desde 2022. Após o divórcio, sem filhos, ela passou a sofrer de depressão. Ela conta que uma vizinha se aproximou, vendeu a casa que ela tinha, em Água Santa, aproveitando-se de seu estado mental, e contraiu dezenas de empréstimos.

- Uma vizinha me enganou. Ela se aproximou de mim, nem me lembro direito como. Até hoje não recebo meu salário na íntegra, porque vai tudo de empréstimos que essa pessoa fez. Fui parar na favela de Costa Barros com ela, mas escapei. Só agora passei a receber R\$ 600, mas o meu salário é muito mais. A minha sorte é que vim para o abrigo --diz Rute, calçada de pantufas, um dos mimos que comprou com as sobras do salário.

Outra moradora do abrigo, M. , de 83 anos, era vendedora numa loja de sapatos e, ao se aposentar, deixou o FGTS e suas economias no banco, tirando apenas o necessário para o sustento. Foi o gerente de sua conta, em São Cristóvão, quem estranhou os valores que ela vinha retirando, superiores ao padrão. Sempre em companhia da cuidadora, a idosa sacou cerca de R\$ 300 mil em curto período. Desconfiado, em setembro do ano passado ele chamou a polícia. Um inquérito foi instaurado na 17º DP (São Cristóvão). De sorriso largo, M. não se dá conta do golpe que sofreu, devido a problemas psiquiátricos.

O presidente do Tribunal de Justiça do Rio, desembargador Ricardo Rodrigues Cardozo, quer deixar como legado uma vara exclusiva para a pessoa idosa: - Há dez anos eu já havia proposto a transformação de uma vara em um Juízo de Idoso, mas não foi possível. Hoje, como presidente, estou esperando a aprovação do projeto de lei que enviamos à Alerj. A população está envelhecendo, e temos que dar atenção a este grupo.

Canais para denúncias de violência contra idosos: Disque 100 da Ouvidoria Nacional dos Direitos Humanos do Ministério da Mulher da Família e dos Direitos Humanos; 0800 023 4567, Superintendência de Políticas para Pessoa Idosa, da Secretaria de Desenvolvimento Social e Direitos Humanos; 127 (capital) e (21) 22627015 (demais localidades) da Ouvidoria do MP-RJ.

Ministro Fachin, do STF, fala sobre a modernização tecnológica do TJ-RJ

Magistrado fez visita institucional ao presidente do Tribunal fluminense, desembargador Ricardo Rodrigues Cardozo

O Globo - Blogs | oglobo / Blogs / Ancelmo Gois (Terça-feira, 2 de julho de 2024 às 19:23)

Na tarde dessa terça-feira, o vice-presidente do STF, ministro Edson Fachin, visitou o Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro (TJ-RJ). Recebido pelo presidente do Tribunal, desembargador Ricardo Rodrigues Cardozo, o ministro ficou admirado com a Sala Íris e o laboratório IdeaRio, espaços de inovação e modernização do Judiciário fluminense.



“O TJRJ, um dos maiores tribunais do país, tem tido protagonismo e dado exemplo na área de tecnologia da informação. Acompanho e aplaudo a atual gestão, que é voltada para atender ao jurisdicionado, sem deixar de pensar em grandes projetos”.

A Sala Íris (Central de Informações Gerenciais do TJRJ) possibilita que o Tribunal tenha um acompanhamento em tempo real do desempenho da prestação jurisdicional em todo o estado, assim como das demais atividades administrativas.

O local é equipado com telas de projeção que mostram dados e indicadores de cada serviço executado no tribunal, além de possuir uma equipe especializada em coleta de dados estatísticos e operação de sistema tecnológicos.

Já o laboratório de inovação IdeaRio busca implementar práticas inovadoras e criativas para melhorar a prestação jurisdicional, otimizar processos e promover uma justiça mais ágil, acessível e alinhada às necessidades da sociedade.

TJRJ apresenta perfil dos novos magistrados aprovados no último concurso

Entre os dados mais relevantes, observa-se que 13 dos novos magistrados são mulheres; a faixa etária predominante é de 25 a 34 anos

Blog do Ancelmo Gois | Notícias | Por Ancelmo Gois (Terça-feira, 13 de agosto de 2024 às 03:30)

O Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro (TJRJ) divulgou, nesta segunda-feira, os resultados de uma pesquisa que traça o perfil dos 23 novos magistrados aprovados no último concurso para a magistratura.

O estudo revela uma nova geração de juízes, majoritariamente jovem e com forte presença feminina. Entre os dados mais relevantes, observa-se que 13 dos novos

magistrados são mulheres, representando 56,5% do total. A faixa etária predominante é de 25 a 34 anos, englobando 87% dos aprovados.



Outros pontos de destaque da pesquisa incluem:

- Formação acadêmica: 78% dos novos juízes são oriundos de universidades públicas.
- Experiência: 48% atuariam em diversas competências jurídicas, enquanto 26% têm experiência específica nas áreas cível e criminal.
- Consumo de mídia: 74% utilizam regularmente redes sociais, e 65% consomem conteúdo de blogs e podcasts.
- Confiança na imprensa: 73% dos novos magistrados declararam confiar nos meios de comunicação tradicionais.

A pesquisa também revelou que a grande maioria dos novos magistrados (95,6%) não possui filhos e 78% são solteiros, refletindo uma tendência de priorização da carreira nesta fase inicial.

O levantamento foi realizado durante uma aula sobre “O Judiciário e a Imprensa” ministrada pelo assessor especial de imprensa José Carlos Tedesco aos novos magistrados.

O módulo faz parte do programa do 38º Curso Oficial de Formação Inicial organizado pela Escola da Magistratura do Estado do Rio de Janeiro (Emerj). Para o presidente do TJRJ, desembargador Ricardo Rodrigues Cardozo, o curso contribui na preparação dos novos juízes para o início de uma jornada árdua, mas honrosa, dedicada a servir a sociedade fluminense.

“A tarefa de julgar é uma das mais sublimes e exigentes do serviço público. Cada decisão que proferirem terá impacto profundo na vida das pessoas. Portanto, cabe-nos a interpretação da lei com sabedoria, aplicando-a de forma a garantir que o julgamento seja justo e equitativo. Este é um compromisso que exige dedicação e abnegação”.

Plataforma utiliza inteligência artificial para acelerar acordos pré-processuais do TJRJ

Extra Online | Notícias (Terça-feira, 13 de agosto de 2024 às 14:56)

A implementação da Plataforma +Acordo pelo Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro (TJRJ) marcou um avanço na resolução de disputas. A ferramenta on-line, que utiliza inteligência artificial, agiliza acordos em casos pré-processuais. Atualmente, a plataforma atende a casos envolvendo a Light e o Termo de Ocorrência de Irregularidade (TOI), mas a expectativa é que passe a abranger outras empresas e tipos de processos, além de novas funcionalidades, como negociação direta entre as partes e mediação on-line.

A plataforma guia o advogado desde o cadastro do cliente até a homologação do acordo. Após inserir as informações e documentos necessários, o sistema analisa o caso e, se possível, formula uma proposta de acordo, apresentada ao advogado.

- É um projeto inovador. O objetivo é facilitar a solução dos conflitos já conhecidos pelo Tribunal. Aquelas questões que já são pacificadas, nas quais há pouca oscilação na jurisprudência, são transferidas para a plataforma - ressalta o desembargador Cesar Cury, presidente do Núcleo Permanente de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos (Nupemec).

Mais eficiência

Inicialmente voltada para conflitos com a concessionária de energia elétrica Light, a plataforma trouxe mais celeridade e eficiência para os advogados. A ferramenta se conecta diretamente ao sistema da distribuidora, permitindo a análise ágil de documentos e a elaboração de propostas de acordo em tempo recorde.

- Foi uma coisa que eu resolvi em pouco menos de vinte dias - comemora o advogado Roniele Silva que diz que a tramitação do processo judicial tradicional poderia se estender por até cinco anos.

A plataforma também oferece aos advogados acesso à jurimetria, apresentando dados estatísticos de casos similares. Com essa função, o advogado pode avaliar as chances de sucesso em uma disputa judicial tradicional e comparar com a proposta de acordo ofertada pela plataforma.

- A Plataforma +Acordo é um marco na justiça brasileira, demonstra como a tecnologia pode ser utilizada para criar um sistema mais justo e eficiente - avalia o presidente do TJRJ, desembargador Ricardo Cardozo.

Olhar feminino marca decisões sobre crimes contra a vida

Pela primeira vez na história, os quatro tribunais do júri da capital são presididos por mulheres

Jornal O Globo | Rio | VERA ARAÚJO (Domingo, 29 de setembro de 2024 às 00:00)

Na infância e na juventude, os livros da Rainha do Crime Agatha Christie tinham lugar cativo nas cabeceiras das camas de Lucia, Tula, Alessandra e Elizabeth. As intrincadas histórias com personagens comuns e misteriosos da autora inglesa mexiam com o imaginário das quatro, que se conheceram no exercício da mesma função: a de juízas de tribunal do júri. Pela primeira vez na história do Judiciário do Rio, nos 202 anos de existência do tribunal que julga crimes contra a vida, há quatro mulheres como titulares na capital. Elas comandam o rito em que o povo decide quem será condenado ou absolvido. E são elas que batem o martelo da Justiça.

Alessandra Roidis, Elizabeth Machado Louro, Tula Corrêa de Mello e Lucia Glioche comandam o 19, o 29, o 39 e o 49 Tribunal do Júri, respectivamente. São os órgãos que reúnem o maior número de sessões em todo o estado. No período de 2020 a 2023, foram realizados 1.538 julgamentos na cidade do Rio. Mas não está restrita à capital a presença de juízas à frente dos casos de homicídios dolosos -quando há intenção de matar -, feminicídios, infanticídios, abortos e auxílio para o cometimento de suicídio. Das 84 varas com competência de julgar crimes dolosos contra a vida no estado, 32 são comandadas por mulheres, o que corresponde a quase 40%. Há 45 homens nas demais, e sete estão com a titularidade vaga.

SEM DOMÍNIO PATRIARCAL

As quatro da capital são unânimes em dizer que a presença delas demonstra paridade de gênero, quebra do domínio patriarcal e maior acolhimento das vítimas, principalmente nos casos de violência contra a mulher.

- Eu me considero uma das mais empoderadas – brinca.

Elizabeth Louro, a mais experiente do grupo, com 28 anos de magistratura, há sete anos como titular do 29 Tribunal do Júri. - A gente, estruturalmente, está numa posição de submissão. Não tem como negar isso. E isso dói. Então, se dói na gente, a gente vai ter um olhar diferenciado e mudar esse jogo.

A experiente magistrada ressalta que, por vocação, a mulher tem o dever de cuidar, o que faz a diferença na hora de julgar.

- Existe esse tabu de que mulher não tem pulso firme para sustentar um julgamento, mantendo a imparcialidade. E a mulher tem aquele pendor para o cuidado, o que faz com que ela tenha compaixão. Qualquer juiz precisa ter compaixão, seja com a vítima ou com o acusado, principalmente em uma sessão de julgamento de feminicídio - destaca a magistrada, ressaltando o crescimento desse tipo de crime. -Não passa uma semana em que eu não faça três, quatro, cinco audiências de feminicídio. Percebo um movimento reacionário em relação aos homens contra as conquistas das mulheres.

Elizabeth Louro preside um dos julgamentos mais complexos do Rio: o da morte do menino Henry Borel, de 4 anos, em 2021, cuja mãe, a professora Monique Medeiros, e o ex-namorado dela, o ex-vereador Jairo Souza Santos Júnior, o Jairinho, serão julgados por um júri popular.

Já Tula de Mello, apaixonada por direito penal, é mestre em Ciências Penais e Criminologia. Mas foi quando atuou no 59 Juizado de Violência Doméstica da Capital, no Centro do Rio, que fez uma especialização em violência de gênero:

- Queria entender a violência de gênero. O machismo é estrutural na sociedade e, nós, mulheres, sentimos isso em todos os lugares. Algumas pessoas, numa ignorância cultural, pensam que não estamos no lugar adequado, que o lugar correto para uma mulher não é na área criminal, muito menos presidindo um tribunal do júri e caçando a palavra, dando ordem de prisão e na presidência de um júri.

Ela, após entender melhor o fenômeno criminológico contra as mulheres, fez doutorado em direitos humanos e novos direitos.

- Construí esse conhecimento tijolo por tijolo. A violência contra a mulher é banalizada, estereotipada, e a gente não se dá conta disso. O que me choca é que as mulheres ainda não conseguiram vislumbrar do que o agressor é capaz, inclusive na frente dos filhos. Temos muito o que aprender como sociedade, prestando atenção nas nossas atitudes diárias, para que o machismo estrutural não se perpetue -ressalta.

Apesar de firme, duas histórias marcaram e emocionaram Tula de Mello: os assassinatos das juízas Viviane Vieira do Amaral e Patrícia Acioli. A primeira foi morta pelo ex-marido na frente das duas filhas, na véspera do Natal de 2020. Embora não tenha presidido o júri, ela assistiu à sessão em que o réu foi condenado a 45 anos pelo juiz do 39 Tribunal do Júri, Alexandre Abrahão, de quem herdou a função. No caso de Patrícia Acioli, assassinada em 2011, coube a Tula condenar os executores:

- Eu tive em mãos a sentença em que ela decretou a prisão dos policiais militares que, horas depois, a executaram. Uma advogada avisou para eles sobre a decisão da Patrícia. Quando eu vi a decisão dela, escrita com a letra dela, à caneta, eu me emocionei. Eu julguei o processo que motivou o crime. Isso tocou meu coração. Imagina: a gente dá decisões de forma corriqueira, e aquela sentença foi a última dela.

TEATRALIDADE

Quando Patrícia Acioli morreu, quem a substituiu em São Gonçalo foi Alessandra Roidis, que, com 21 anos de magistratura, não esconde seu fascínio pelo júri:

- O júri é o espaço mais democrático do Judiciário, onde o povo participa efetivamente, concretizando a Justiça na nossa frente. O Conselho de Sentença, formado pelos sete jurados, decide. Acho isso bonito, fascinante. Além disso, adoro a teatralidade, a oralidade do rito - conta a juíza, que assumiu a nova função no ano passado.

Lucia Glioche foi a última a entrar para o time. Antes da magistratura, ela foi promotora e, agora, é mais uma que admira o rito do júri:

- Eu não vou ser um juiz que vai decidir se o réu praticou o crime. Eu vou administrar o julgamento feito pelo povo. Isso é muito sedutor.

E no tribunal de Lucia Glioche que, no próximo dia 30 de outubro, serão julgados os assassinos confessos da vereadora Marielle Franco e do motorista Anderson Gomes: Ronnie Lessa e Elcio de Queiroz. Ela preferiu deixar a tarefa com seu adjunto, o juiz Gustavo Kalil, que está no caso desde 2018.

Para o presidente do TJRJ, desembargador Ricardo Rodrigues Cardozo, a presença delas no júri demonstra que o Judiciário fluminense está no caminho certo:

- No nosso tribunal, as mulheres estão dividindo com os magistrados homens a mesma importância, como deve ser realmente.

Marielle: Julgamento ao vivo em rede social e depoimentos de modo remoto, presidente do TJ do Rio destaca o uso da tecnologia

O Tribunal de Justiça do Rio preparou uma estrutura especial para o julgamento dos ex-policiais Ronnie Lessa e Élcio de Queiroz, acusados pela morte de Marielle Franco e Anderson Gomes

O Globo Online | Rio (Quarta-feira, 30 de outubro de 2024 às 14:23)



O Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro (TJRJ) preparou uma estrutura especial para o julgamento dos ex-policiais militares Ronnie Lessa e Élcio de Queiroz, assassinos confessos da vereadora Marielle Franco e do motorista Anderson Gomes. O julga-

mento teve início nesta segunda-feira (30) no 4º Tribunal do Júri e deve se estender até amanhã (31), segundo projeção.

Segundo o presidente do tribunal, desembargador Ricardo Rodrigues Cardozo, a organização visa garantir que o julgamento ocorra dentro das disposições legais e que os familiares das vítimas, testemunhas, jurados, promotores, advogados e a juíza tenham o suporte necessário.

- O exercício da justiça começa com o planejamento para que os envolvidos no processo desempenhem suas funções. Um dos exemplos é o uso da tecnologia, como está ocorrendo neste julgamento. Por estarem em prisões federais, os réus vão acompanhar toda a sessão e prestar depoimentos remotamente. O mesmo sistema está sendo oferecido para algumas testemunhas que se sintam ameaçadas, garantindo a sua preservação. A tecnologia também estará presente com a transmissão do julgamento “ao vivo” pelo YouTube. É o uso da tecnologia a serviço da efetividade da justiça e da democracia-, disse o desembargador.

O desembargador Ricardo Cardozo ressaltou, também, que a importância do julgamento do caso Marielle Franco e Anderson Gomes.

- O nosso objetivo sempre é darmos uma resposta a um crime brutal, neste caso contra uma jovem parlamentar e um trabalhador. O julgamento hoje representa a atuação da justiça, com o devido respeito ao direito de todos - , acrescentou o desembargador.

Caso Marielle e Anderson

TV Globo - Rio de Janeiro (1) | Fantástico

Domingo, 3 de novembro de 2024 às 20:30



Tribunal de Justiça deve fechar 2024 com pagamento de R\$ 3 bilhões em débitos de condenações judiciais

Valor corresponde ao pagamento de precatórios judiciais do estado e de 92 municípios fluminenses

O Globo - Blogs | oglobo / Blogs / Ancelmo Gois (Domingo, 24 de novembro de 2024 às 05:00)

O Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro deve fechar o ano totalizando mais de R\$ 3 bilhões em pagamento de precatórios judiciais do estado e de 92 municípios fluminenses. A expectativa é de dobrar o valor de mandados de pagamentos expedidos, comparado ao ano de 2023. De janeiro até outubro desse ano, o TJRJ já expediu mandados para pagamento de R\$ 2,6 bilhões, enquanto, no mesmo período, em 2023, foi efetuado o pagamento de R\$ 1,3 bilhão de precatórios.

O Departamento de Precatórios do TJ do Rio anunciou, ainda, ter conseguido transferir em prazo recorde, 30 dias, um total de R\$ 240 milhões aos precatórios que aderiram ao acordo com o estado após receber da Procuradoria Geral a relação de acordos firmados com os credores.

O presidente do Tribunal de Justiça do Rio, desembargador Ricardo Cardozo, explicou que os resultados alcançados foram fruto das medidas implantadas desde o ano passado: “Quando assumi a presidência, tomamos algumas medidas visando a tornar o pagamento de precatórios judiciais mais célere. Para isso, focamos na automação de tarefas e na adoção de um rigoroso compliance antifraude. Os resultados demonstram que estamos no caminho certo”.

TJ do Rio vai instalar Vara Especial de Idosos em Copacabana

O bairro, como se sabe, tem uma das maiores concentrações de idosos do país

Blog do Ancelmo Gois | Notícias | Por Fernanda Pontes

Segunda-feira, 2 de dezembro de 2024 às 15:29



Em decisão inédita, o Órgão Especial do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro aprovou, nesta segunda-feira, a instalação da 1ª Vara Especial do Idoso pela transformação da 4ª Vara de órfãos e Sucessões. A nova Vara do TJ vai funcionar em Copacabana, na Zona Sul, um dos bairros com maior concentração de moradores idosos.

Na apresentação da proposta ao colegiado do OE, o presidente do tribunal, desembargador Ricardo Rodrigues Cardozo, destacou a importância da criação de uma vara dedicada especialmente no atendimento às pessoas de maior vulnerabilidade e para fazer a fiscalização de abrigos, diante de uma população que tem envelhecido, cada vez mais, em maior número.

Ouvidoria Geral

A Ouvidoria Geral é um importante canal de relação do Judiciário com a sociedade. Sua função é intermediar as relações entre os cidadãos que demandam do TJRJ, zelando pela rapidez e qualidade da comunicação. Em consequência, estreitam laços de confiança entre a sociedade e a instituição.

As principais realizações da Ouvidoria Geral no ano de 2023 foram:

- Participação remota da Ouvidora Geral, Dra. Juliana Kalichsztein, na posse da Comissão Executiva do Colégio de Coordenadores da Mulher (COCEVID) e na I Reunião das Ouvidorias das Mulheres, ambos os eventos realizados no Tribunal de Justiça do Estado do Paraná em 15.02.2023;
- A Assessoria de Imprensa do TJRJ publicou a matéria “*Ouvidoria Geral do TJRJ: canal direto entre o cidadão e o Poder Judiciário*” no site do Tribunal de Justiça em 19.02.2023;
- A Ouvidoria Geral gerou e divulgou mensalmente estatísticas baseadas nas manifestações dos usuários;
- Disponibilização dos atendimentos realizados através do Balcão Virtual no sítio eletrônico da Ouvidoria Geral;
- Inclusão do relatório das 40 Serventias Extrajudiciais mais reclamadas nos últimos 12 meses na Estatística Mensal encaminhada à Alta Administração;
- Atualização mensal do Relatório de Informação ao Cidadão no site da Ouvidoria Geral;
- Realização de reuniões semanais da Ouvidora Geral com os gestores para capacitação, orientação, planejamento e desenvolvimento de ideias e soluções que melhor atendam aos objetivos da gestão;
- Participação da Ouvidora Geral, juíza Juliana Kalichsztein, como mediadora da palestra “A integração da participação social através da Lei de Acesso à Informação (Lei nº 12.527/2011)”, realizada no Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro no dia 16.03.2023, em comemoração ao Dia do Ouvidor;

- Para atualizar o site da Ouvidoria Geral foram tomadas algumas medidas, notadamente:
 - Inserção do *link* “Lei Geral de Proteção de Dados – LGPD/SIC / Lei de Acesso à Informação – LAI/SIC” no menu do sítio eletrônico da Ouvidoria Geral, remetendo o usuário à página com informações sobre esses serviços;
 - Apresentação do currículo atualizado da Ouvidora Geral;
 - Elaboração de novos textos para as páginas eletrônicas das Ouvidoria Mulher e Ouvidoria Interna;
 - Inclusão da opção “Pesquisa de Satisfação” contendo os gráficos referentes à avaliação dos usuários sobre os serviços prestados pela Ouvidoria Geral;
 - Atualização da regulamentação referente à Ouvidoria Geral.
- Participação da Ouvidora Geral, Dra. Juliana Kalichsztein, no I Encontro do Colégio de Ouvidorias Judiciais das Mulheres (COJUM), realizado no Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão nos dias 03, 04 e 05 de maio de 2023;
- Participação da Ouvidora Geral, Dra. Juliana Kalichsztein, no VIII Encontro do Colégio Nacional de Ouvidores Judiciais (COJUD), realizado no Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão nos dias 03, 04 e 05 de maio de 2023;
- Inscrição da Prática intitulada “*Ouvidoria como Instrumento Democrático da Cidadania*” na 20ª Edição do PRÊMIO INNOVARE;
- Análise qualitativa da Pesquisa de Satisfação da Ouvidoria Geral com os usuários;
- Seleção da Prática “*Ouvidoria como Instrumento Democrático da Cidadania*” como concorrente da 20ª Edição do PRÊMIO INNOVARE;
- Afixação de novas faixas de identificação da Ouvidoria Geral na porta de entrada;
- Atualização mensal da Pesquisa de Satisfação no site da Ouvidoria Geral;
- O Departamento de Comunicação Interna do Tribunal de Justiça (DECOI) realizou, no dia 21.06.2023, a gravação do vídeo institucional da Ouvidoria Geral - publicado na conta do TJRJ no YouTube e na página do portal do Tribunal, respectivamente, em 06.07.2023 e 07.07.2023;
- Instalação do letreiro e da placa de inauguração do atual espaço físico;
- Disponibilização do vídeo institucional no site da Ouvidoria Geral - 10.07.2023;
- Apresentação da Prática “*Ouvidoria como Instrumento Democrático da Cidadania*” para a consultora do PRÊMIO INNOVARE, Dra. Viviane Machado - realizada na Ouvidoria Geral em 12.07.2023;
- O Ouvidor da Secretaria Municipal de Assistência Social da Prefeitura do Rio de Janeiro, Senhor Willian Brand, visitou, em 09.08.2023, a estrutura da Ouvidoria Geral, visando melhorar os processos e métodos de atuação da ouvidoria daquela secretaria;

- Participação remota da Ouvidora Geral, Dra. Juliana Kalichsztein, na Reunião Ordinária da Rede Nacional de Ouvidorias, instituída pela Resolução CNJ nº 432/2021, realizada na sede do Tribunal Superior do Trabalho em 29.08.2023;
- Solicitação de procedimento informatizado junto à Secretaria-Geral de Tecnologia da Informação e Comunicação (SGTEC), no qual foram alcançadas as seguintes finalidades:
 - Realização de “Backup” de todas as pastas de e-mail da caixa de entrada da Ouvidoria Geral, as quais foram devidamente armazenadas em ambiente local e de nuvem;
 - Limpeza ampla das referidas pastas para liberação de espaço e melhor gestão das informações nelas contidas.
- A Ouvidora Geral do TJRJ, juíza Juliana Kalichsztein, foi indicada, em 13.09.2023, pelo Presidente do Colégio de Ouvidores Judiciais (COJUD), Desembargador Altair de Lemos Junior, para integrar o grupo de trabalho instituído pela Portaria CNJ nº 213, de 28 de agosto de 2023, com vistas à elaboração de estudos e propostas pertinentes à coleta e produção de dados pelas Ouvidorias do Poder Judiciário, bem como para formulação de especificações e parâmetros técnicos para o desenvolvimento do sistema nacional de ouvidorias;
- Participação da Ouvidora Geral, Dra. Juliana Kalichsztein, no II Encontro do Colégio de Ouvidorias Judiciais das Mulheres (COJUM), realizado na sede do Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina, na cidade de Florianópolis, nos dias 22, 23 e 24 de novembro;
- Revisão e atualização da Rotina Administrativa da Ouvidoria Geral;
- No Sistema Informatizado da Ouvidoria Geral - ESOU – ocorreram mudanças, destacando-se:
 - Alteração dos títulos dos gráficos estatísticos;
 - Inclusão de filtros para extração de novos relatórios estatísticos relativos às reclamações e elogios;
 - Inserção de ferramenta para identificar a localização dos processos judiciais que tramitam no sistema PJe;
 - Criação do relatório Tempo Médio de Resposta da Ouvidoria ao Usuário;
 - Elaboração dos gráficos Tempo Médio de Resposta ao Usuário em Dias e Tempo Médio de Resposta ao Usuário em Percentual;
 - Aperfeiçoamento do relatório de estatística Por Tipo de Manifestação para possibilitar a extração de dados relativos aos itens de todos os tipos de manifestações gerados no ESOU.
- Ao longo do ano de 2023 foram realizadas junto com a equipe técnica da SGTEC um total de 09 “SPRINTS” (reuniões periódicas) para planejamento, entrega e implementação de melhorias no sistema ESOU, a fim de atender às necessidades da Ouvidoria Geral, conforme calendário descrito abaixo:

Calendário das *sprints* trabalhadas pela Ouvidoria no ano de 2023:

SPRINT	INÍCIO	FIM
74	21-dez	05-jan
75	06-jan	20-jan
76	23-jan	03-fev
77	06-fev	17-fev
81	06-abr	20-abr
83	08-mai	19-mai
86	21-jun	05-jul
88	21-jul	04-agosto
94	23-out	09-nov

As principais realizações da Ouvidoria Geral no ano de 2024 foram:

- Disponibilização da Estatística Anual de 2023 no sítio eletrônico da Ouvidoria Geral;
- A Ouvidoria Geral gerou e divulgou mensalmente estatísticas baseadas nas manifestações dos usuários;
- Reunião com a equipe do Departamento de Segurança da Informação (DESEG), responsável pelo mapeamento dos dados pessoais tratados pelo TJRJ, para fins de atendimento à Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) – encontro realizado nas dependências da Ouvidoria Geral em 24.01.2024. Para conclusão desse trabalho, foram executadas as seguintes etapas, via Teams:
 - Workshop apresentado pela equipe do DESEG a fim de ilustrar os conceitos e princípios da LGPD – 29.01.2024;
 - Levantamento das atividades de trabalho da Ouvidoria que envolvem dados pessoais – 29.01.2024;
 - Resposta da Ouvidoria Geral ao questionário de Mapeamento dos Dados Pessoais – 31.01.2024.

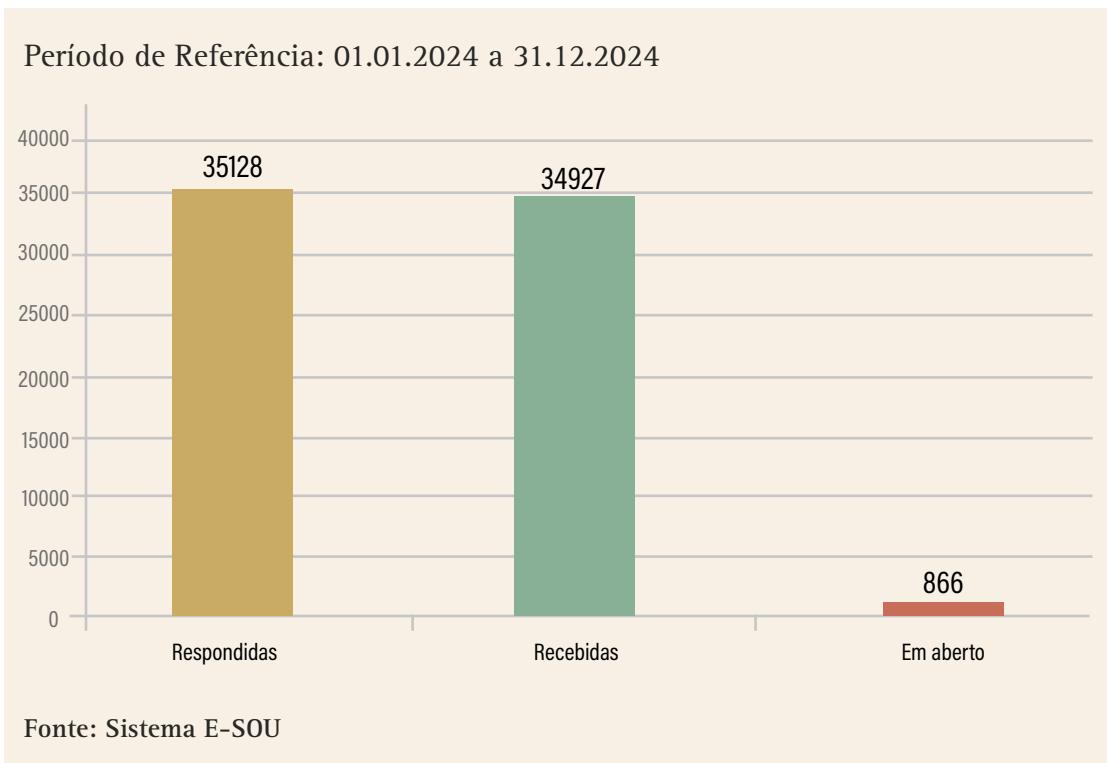
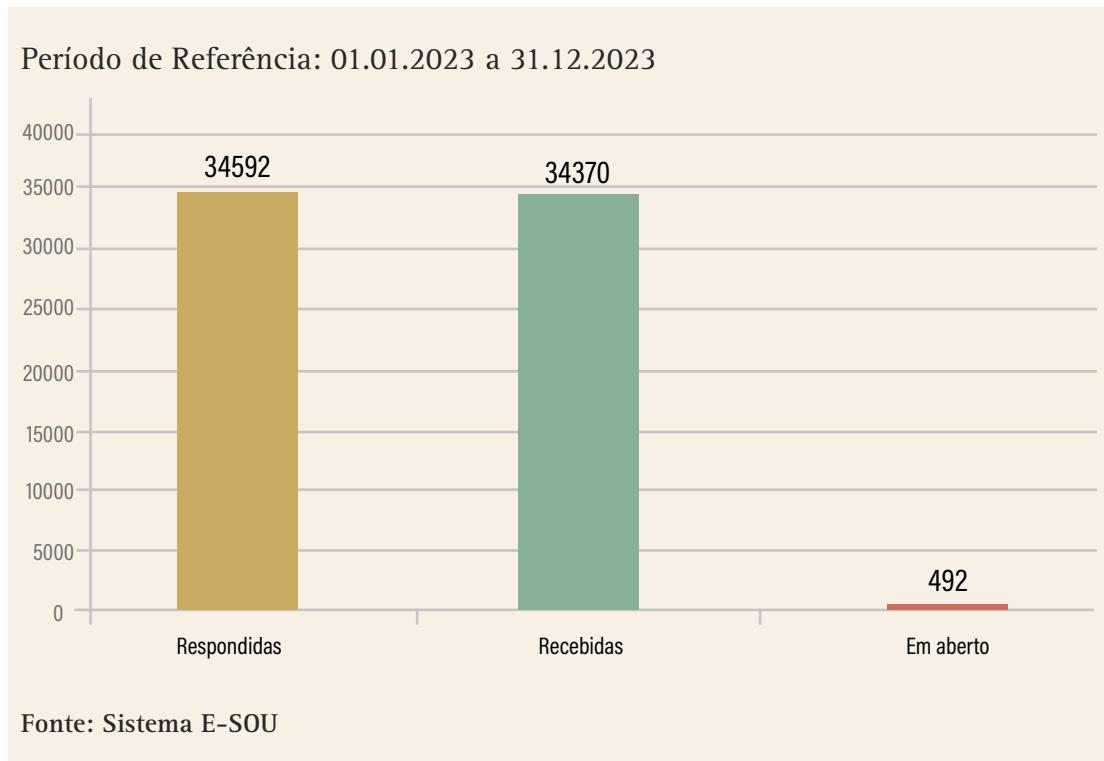
- Participação da Ouvidora Geral, juíza Juliana Kalichsztein, na solenidade de inauguração das novas instalações da Ouvidoria da Mulher do TRT1 em 05.03.2024;
- Disponibilização dos atendimentos realizados através do Balcão Virtual no sítio eletrônico da Ouvidoria Geral;
- Treinamento junto à Coordenadoria Estadual da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar (COEM) para continuidade da capacitação da equipe da Ouvidoria Geral na temática relacionada à Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher – 20.03.2024;
- Reunião inaugural do Grupo de Trabalho instituído pela Portaria CNJ nº 213 de 28.08.2023 para elaboração de estudos e propostas pertinentes à coleta e produção de dados pelas Ouvidorias do Poder Judiciário, bem como para formulação de especificações e parâmetros técnicos para o desenvolvimento do Sistema Nacional de Ouvidorias - evento sediado no Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro nos dias 21 e 22 de março de 2024;
- Reunião do Grupo de Trabalho responsável pelo Projeto “Plataforma Eletrônica das Ouvidorias”, instituído pelo Fórum Permanente do Poder Judiciário no Estado do Rio de Janeiro (FOJURJ), por meio da Portaria FOJURJ Nº TRF2-P-TP-2024/00005 de 10 de janeiro de 2024 - encontro realizado nas dependências da Ouvidoria Geral em 25.03.2024;
- Participação da Ouvidora Geral, juíza Juliana Kalichsztein, no X Encontro do Colégio Nacional de Ouvidores Judiciais (COJUD), realizado no Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, na cidade de Foz do Iguaçu, nos dias 03, 04 e 05 de abril de 2024;
- Atualização mensal do Relatório de Informação ao Cidadão no site da Ouvidoria Geral;
- Reuniões semanais da Ouvidora Geral com os gestores para capacitação, orientação, planejamento e desenvolvimento de ideias e soluções que melhor atendam aos objetivos da gestão;
- Para atualizar o site da Ouvidoria Geral foram tomadas algumas medidas, notadamente:
 - Inserção na página “Lei Geral de Proteção de Dados – LGPD/SIC / Lei de Acesso à Informação – LAI/SIC” do link para acesso ao Ato Normativo 8/2018, que dispõe sobre o Serviço de Informação ao Cidadão, do Acesso às Informações do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro e dá outras providências;
 - Apresentação do currículo atualizado da Ouvidora Geral;
 - Inclusão de novos textos para a página eletrônica da Ouvidoria Mulher;
 - Exibição dos novos cartazes - com acessibilidade digital - nas páginas das Ouvidoria Geral, Ouvidoria Interna e Ouvidoria Mulher.
 - Análise qualitativa da Pesquisa de Satisfação da Ouvidoria Geral com os usuários;

- Reunião remota das equipes da Ouvidoria Geral e da Secretaria-Geral de Tecnologia da Informação e Comunicação de Dados (SGTEC) com vistas à apresentação do Sistema Eletrônico de Ouvidoria (ESOU) para o setor de Tecnologia da Informação do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo – 19.04.2024;
- Criação do correio eletrônico ouvidoria.fojurj@tjrj.jus.br , destinado à comunicação da Ouvidoria Geral do TJRJ com as ouvidorias que compõem o grupo de trabalho responsável pelo projeto “Plataforma Eletrônica das Ouvidorias”;
- Atualização mensal da Pesquisa de Satisfação no site da Ouvidoria;
- Elaboração de novos textos padronizados da Ouvidoria Geral;
- Reunião remota das equipes da Ouvidoria Geral e do Departamento de Governação e Planejamento Estratégico (DEGEP), em 10.05.2024, para análise da minuta do novo modelo de Relatório de Informações Gerenciais Setorial (RIGER) da Ouvidoria;
- Elaboração do relatório de providências tomadas pelo Grupo de Trabalho responsável pelo Projeto “Plataforma Eletrônica das Ouvidorias” e posterior encaminhamento do referido documento à Coordenação do FOJURJ em 15.05.2024;
- Validação do novo modelo de RIGER da Ouvidoria Geral – 20.05.2024;
- Confecção de cartazes remodelados dos serviços das Ouvidoria Geral, Ouvidoria Interna e Ouvidoria Mulher com distribuição no Fórum Central, prédios adjacentes, comarcas do interior e regionais;
- Exibição dos novos cartazes das Ouvidoria Geral, Ouvidoria Interna e Ouvidoria Mulher nos totens digitais localizados no Fórum Central;
- Reunião das equipes da Ouvidoria Geral e do Departamento de Segurança da Informação (DESEG) para compreensão do processamento das manifestações baseadas na Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) no âmbito da Ouvidoria – encontro realizado nas dependências da Ouvidoria Geral em 15.07.2024;
- A Ouvidora Geral, juíza Juliana Kalichsztein, ministrou palestra sobre o trabalho da Ouvidoria Geral do TJRJ na mesa redonda “Prevenção e Combate aos assédios nas Organizações: a importância do envolvimento das Ouvidorias”, no XXVII Congresso Brasileiro de Ouvidores/Ombudsman – evento realizado no Hotel Windsor Flórida, nos dias 2, 3 e 4 de setembro de 2024, na cidade do Rio de Janeiro – RJ;
- A Ouvidora Geral, juíza Juliana Kalichsztein, ministrou palestra sobre o trabalho da Ouvidoria Geral do TJRJ no Painel “ A Ouvidoria como Instrumento de Promoção da Cidadania” – evento realizado nos dias 09 e 10 de setembro de 2024, na sede do Tribunal Regional Eleitoral do Rio de Janeiro;

- A Ouvidora Geral, juíza Juliana Kalichsztein, comunicou à Coordenação do FOJURJ o encerramento dos trabalhos do Grupo “Plataforma Eletrônica das Ouvidorias” - 11.09.2024;
- Treinamento junto à Coordenadoria Estadual da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar (COEM) para continuidade da capacitação da equipe da Ouvidoria Geral na temática relacionada à Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher – 25.09.2024;
- A Ouvidoria Geral do TJRJ ficou classificada em 1º lugar no Ranking da Governança do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro, dentre as 11 unidades executoras da Administração Superior, conforme resultado publicado no DJE em 04.10.2024 e disponibilizado no Portal da Governança do PJERJ;
- Ao longo do ano foram realizadas junto com a equipe técnica da SGTEC um total de 12 “SPRINTS” (reuniões periódicas) para planejamento, entrega e implementação de melhorias no sistema ESOU, a fim de atender às necessidades da Ouvidoria Geral, conforme calendário descrito abaixo:

Calendário das sprints trabalhadas pela Ouvidoria no ano de 2024:

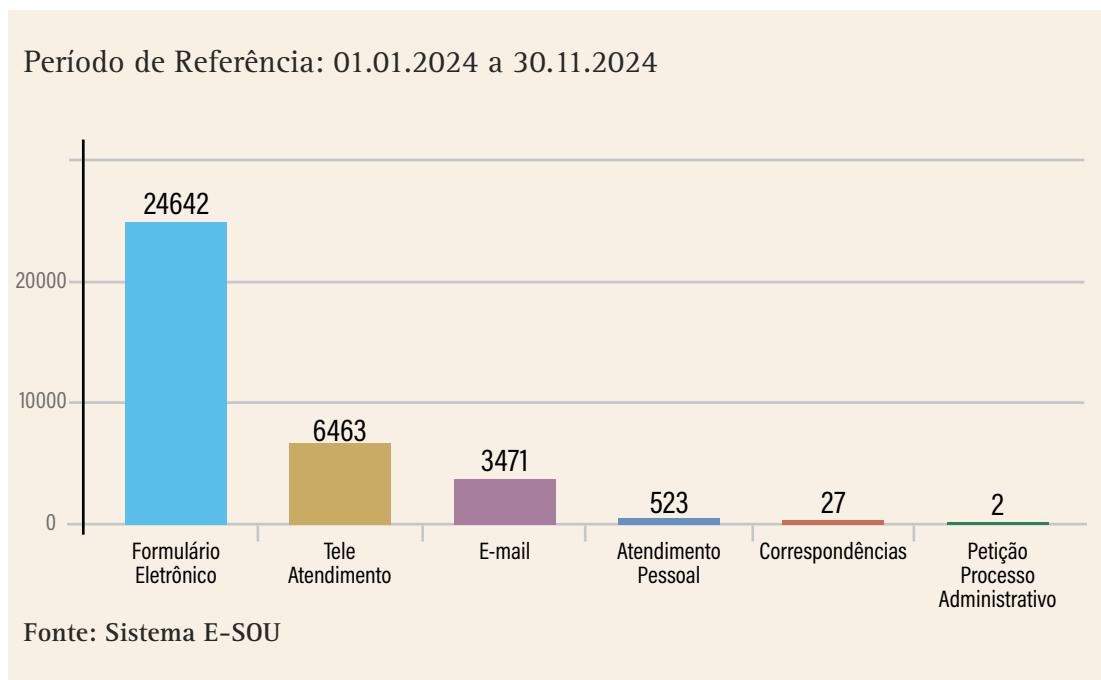
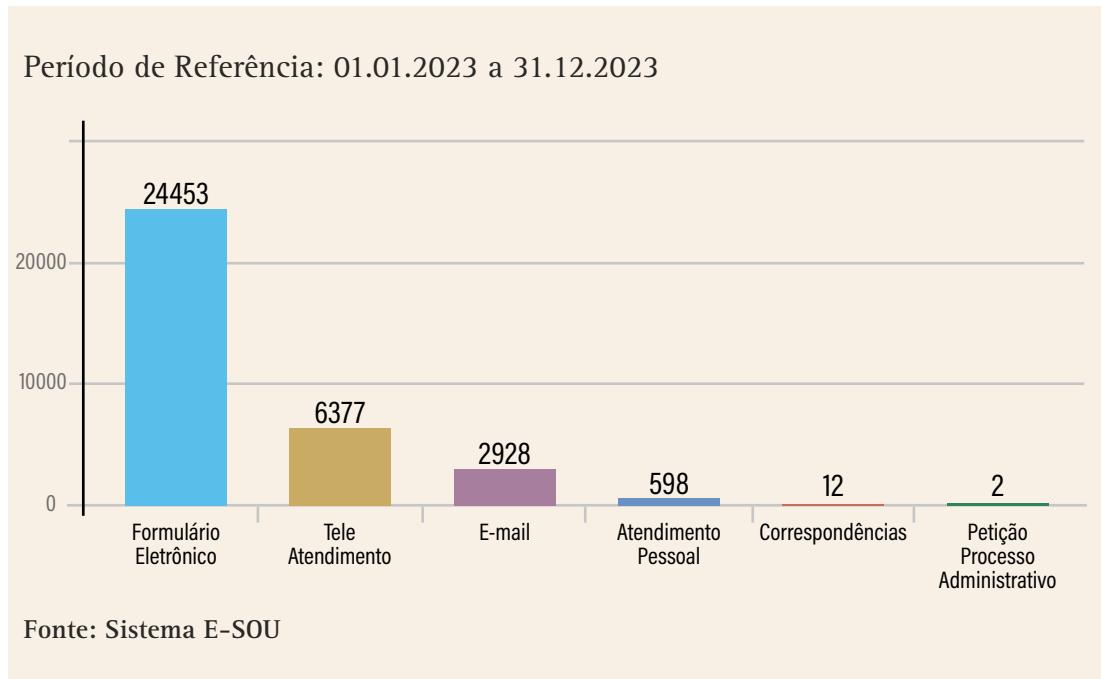
SPRINT	INÍCIO	FIM
102	21-fev	05-mar
105	08-abr	19-abr
106	22-abr	05-mai
107	06-mai	20-mai
108	21-mai	05-jun
109	06-jun	20-jun
110	21-jun	05-jul
111	08-jul	19-jul
112	22-jul	05-agosto
113	06-agosto	20-agosto
114	21-agosto	05-setembro
115	06-setembro	20-setembro

Gráfico – Manifestações Recebidas, em Aberto e Respondidas

O Sistema Eletrônico da Ouvidoria (ESOU) registrou o recebimento de 35.128 manifestações em 2024, o que representa um aumento significativo em relação aos anos

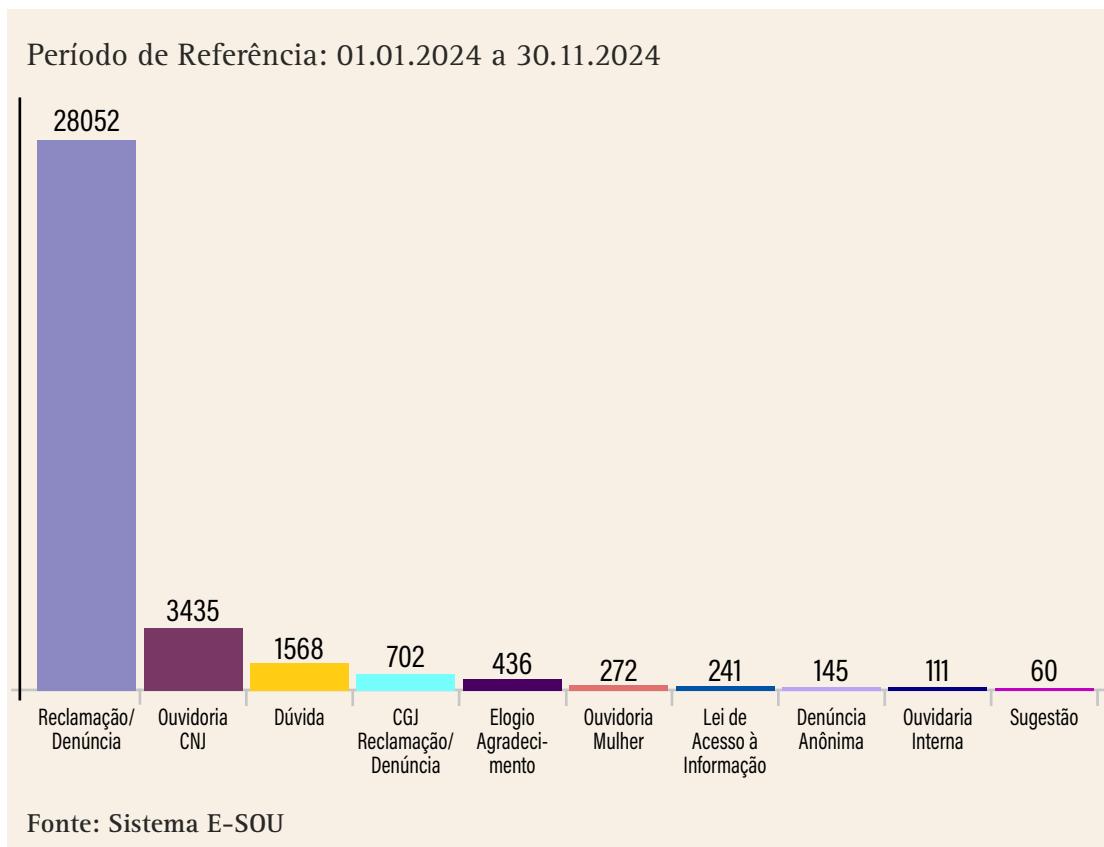
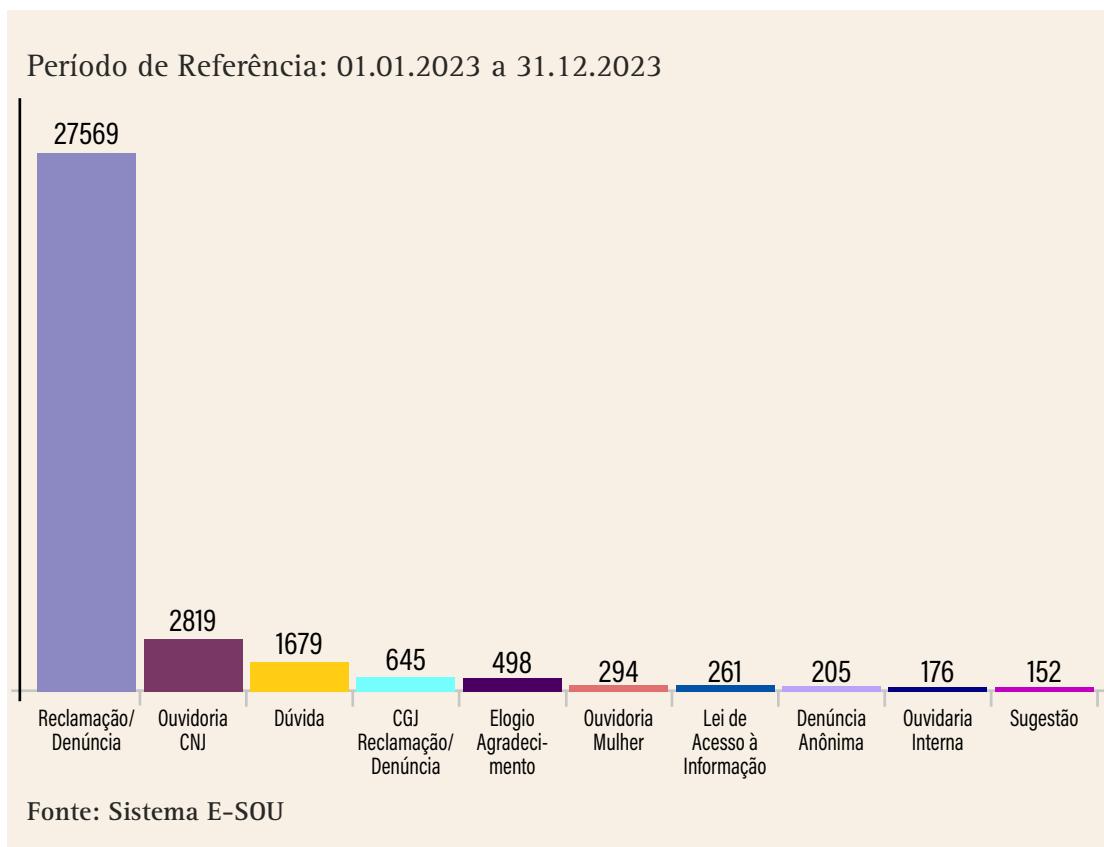
anteriores. Ressalte-se que o total de manifestações recebidas não coincide com as respondidas/em aberto porque as análises ou respostas podem ocorrer nos dias/meses anteriores ou posteriores ao período selecionado para extração do gráfico.

Gráfico – Manifestações Por Canal de Acesso



Observa-se que, acompanhando a tendência do ano passado, o Formulário Eletrônico (24.642) foi o canal de acesso mais utilizado pelos usuários dos serviços da Ouvidoria Geral, sendo acompanhado pelo Teleatendimento (6.463) e pelo e-mail (3.471).

Gráfico – Tipo de Manifestações



As Reclamações/Denúncias continuam como a demanda predominante na Ouvidoria Geral. No período em referência, esse tipo de manifestação alcançou alto patamar com um total de 28.052 manifestações, seguido da Ouvidoria CNJ (3.435), Dúvidas (1.568), CGJ-Reclamação/Denúncia (702), Elogios (436), além dos outros.

Gráfico – Manifestações de Maior Incidência Por Tipo de Reclamação

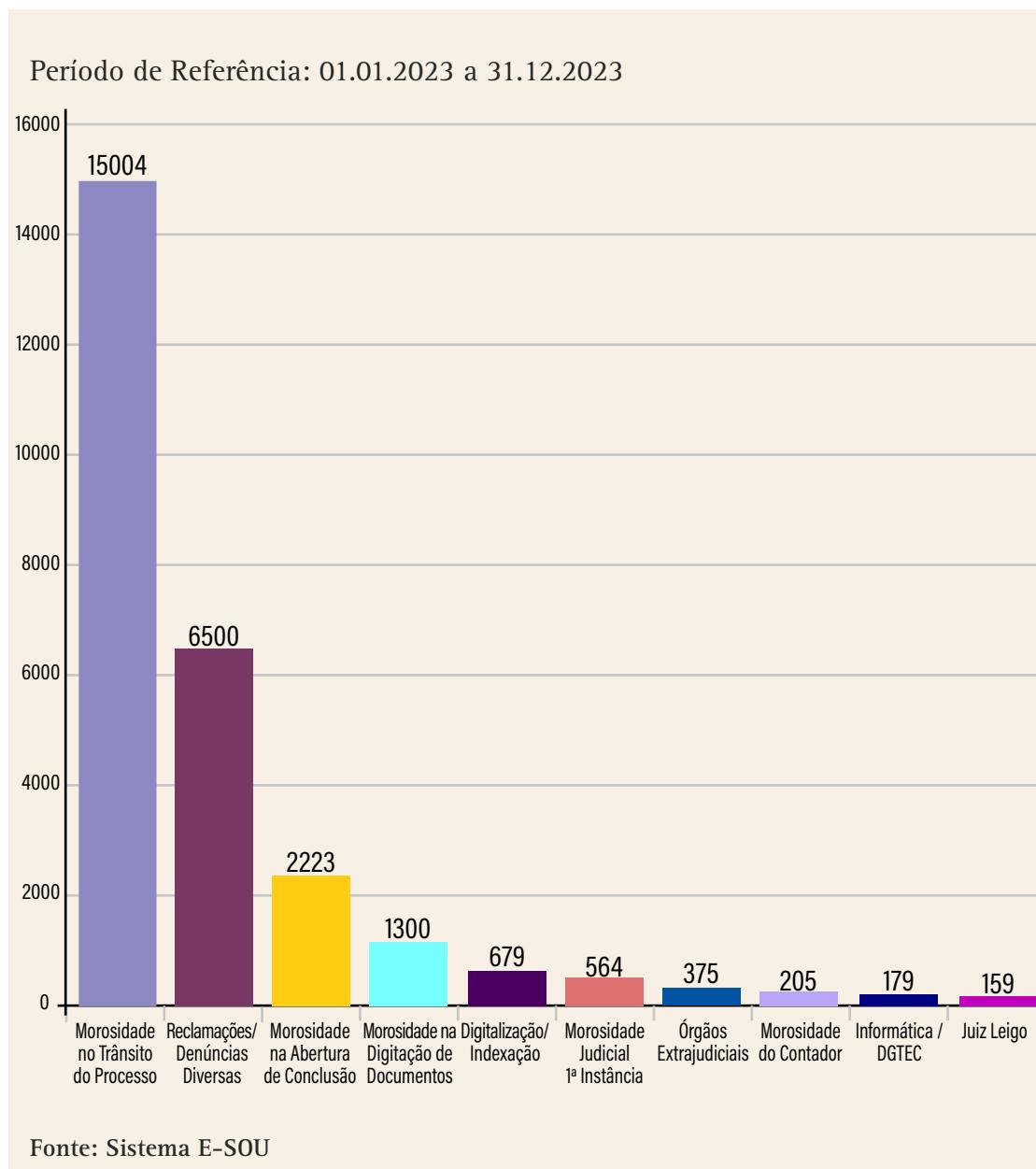
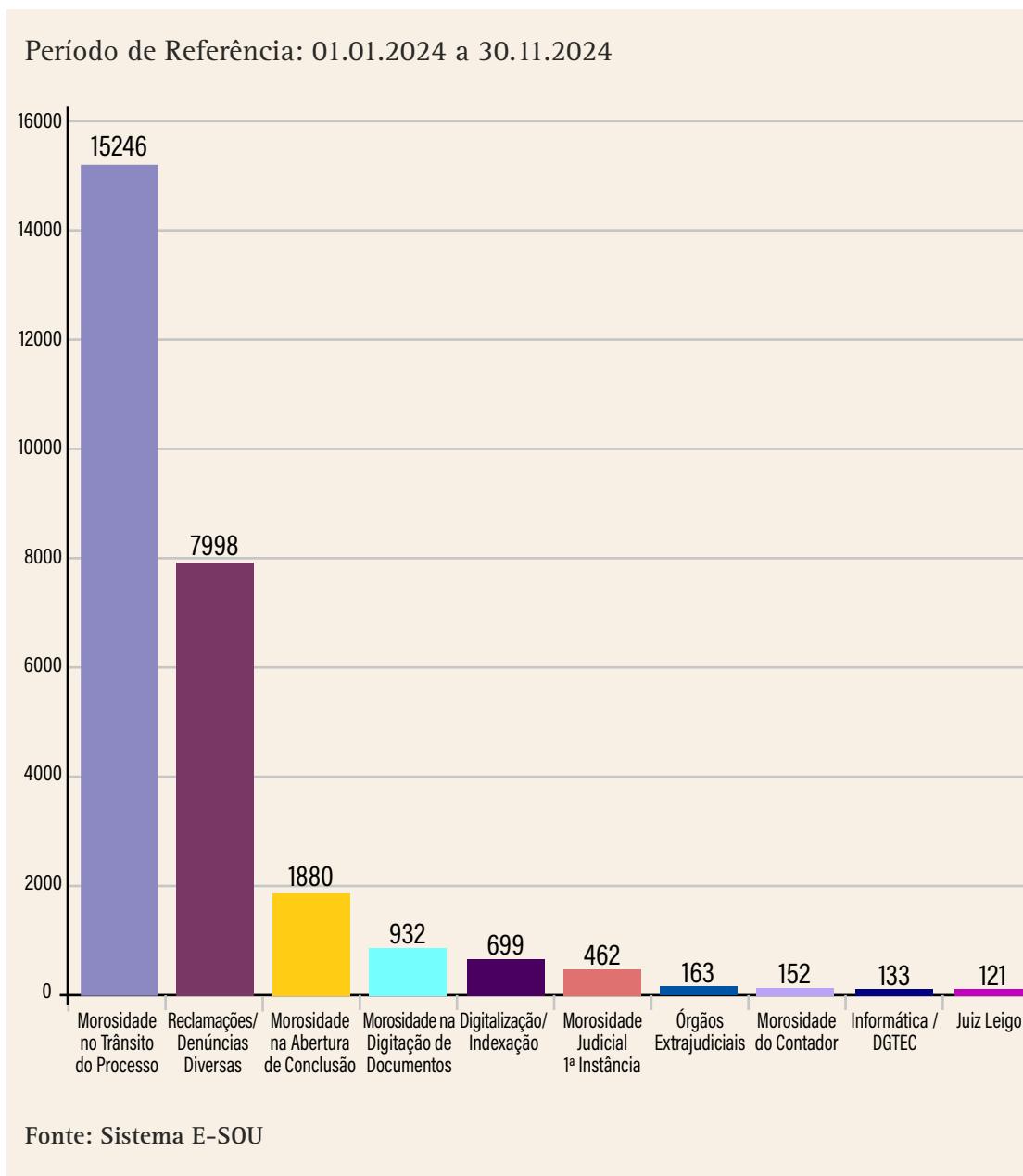
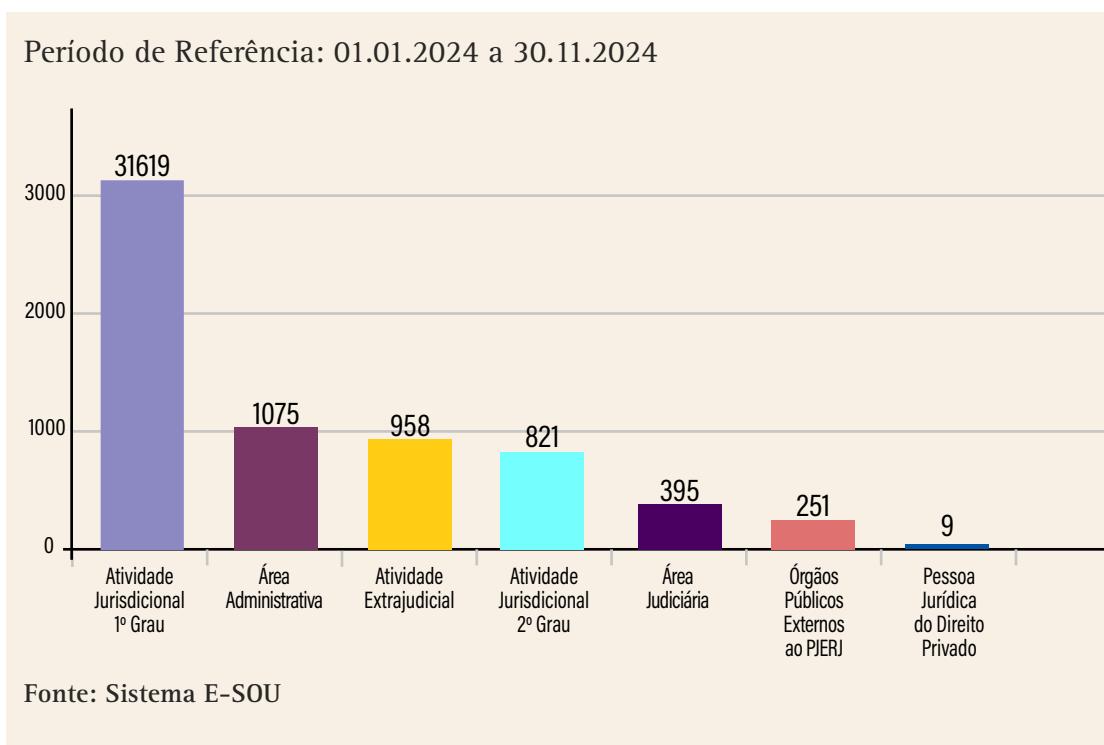
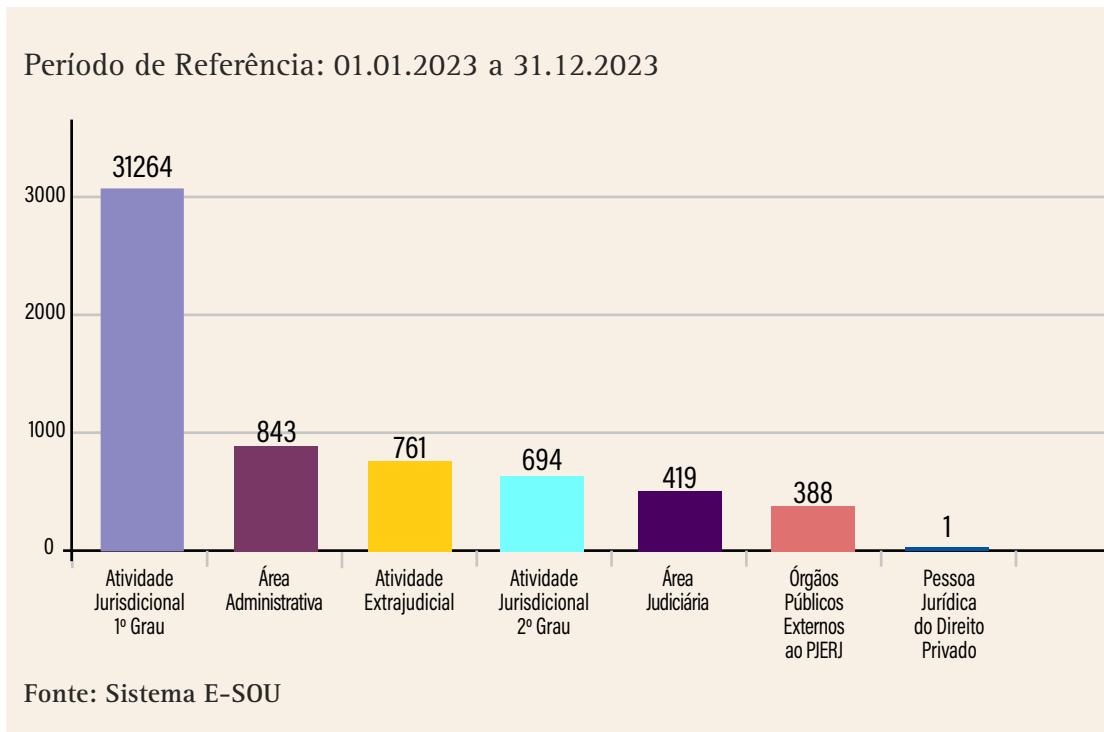


Gráfico – Manifestações de Maior Incidência Por Tipo de Reclamação

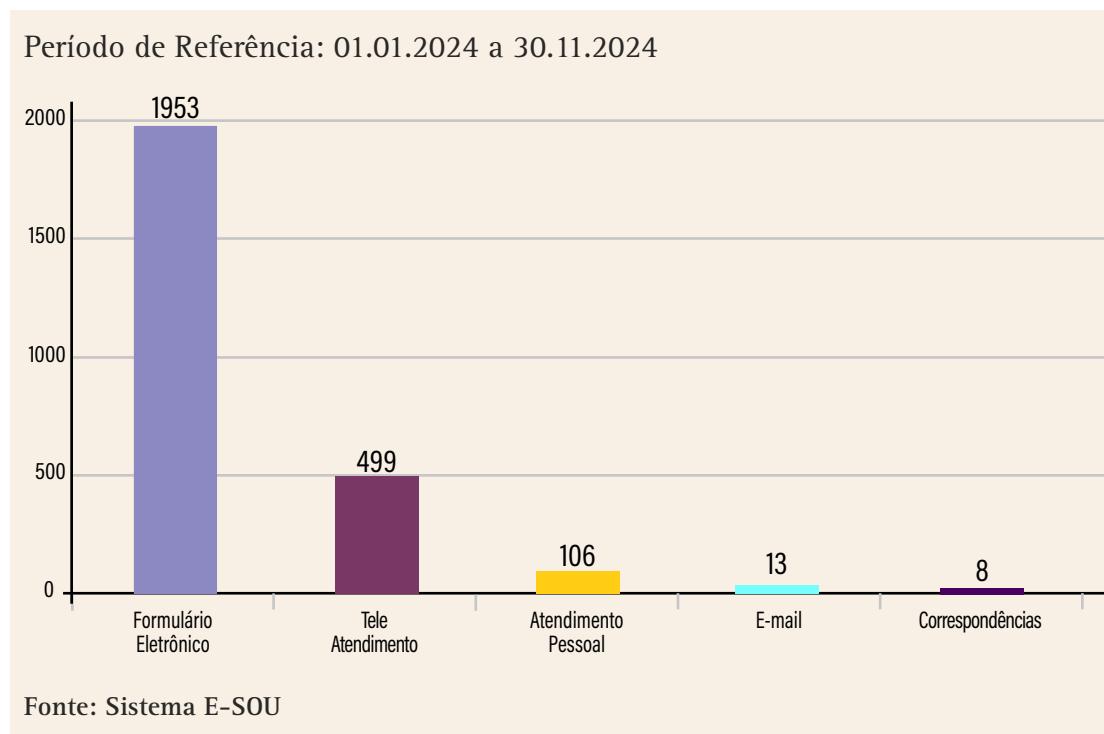
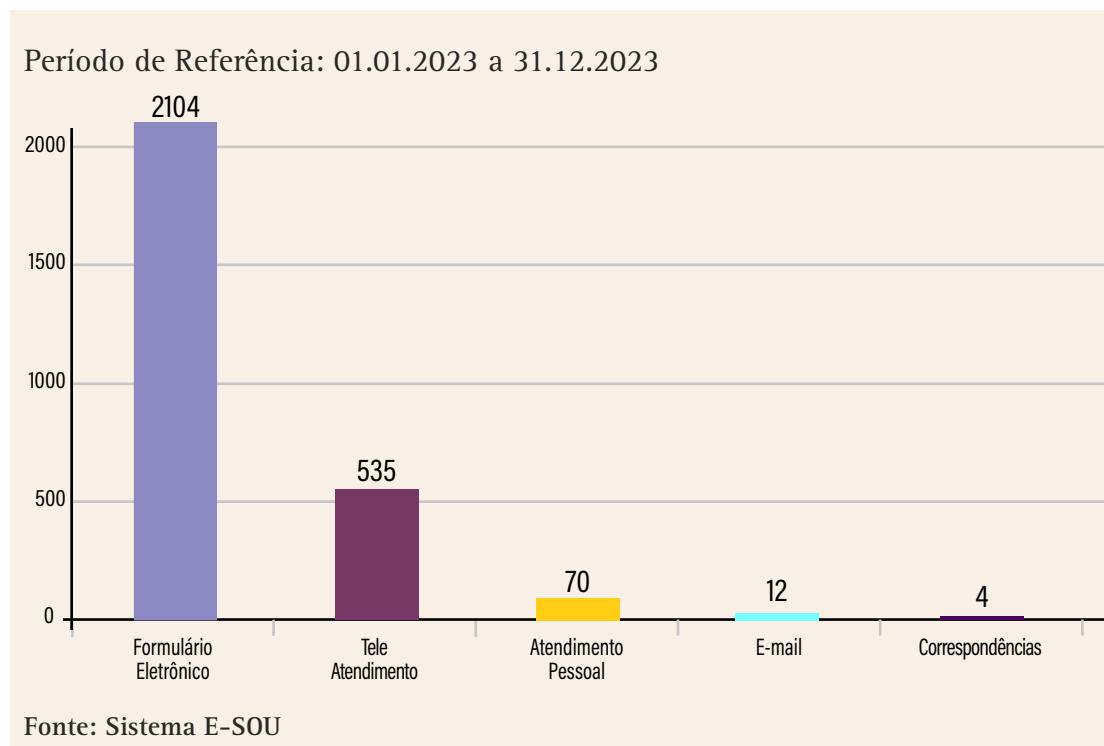
Dentre os variados tipos de reclamação ilustrados no gráfico, destacaram-se a Morosidade no Trâmite do Processo (15.246), as Reclamações/Denúncias Diversas (7.998), a Morosidade na Abertura de Conclusão (1.880) e a Morosidade na Digitização de Documentos (932).

Gráfico – Manifestações por Área

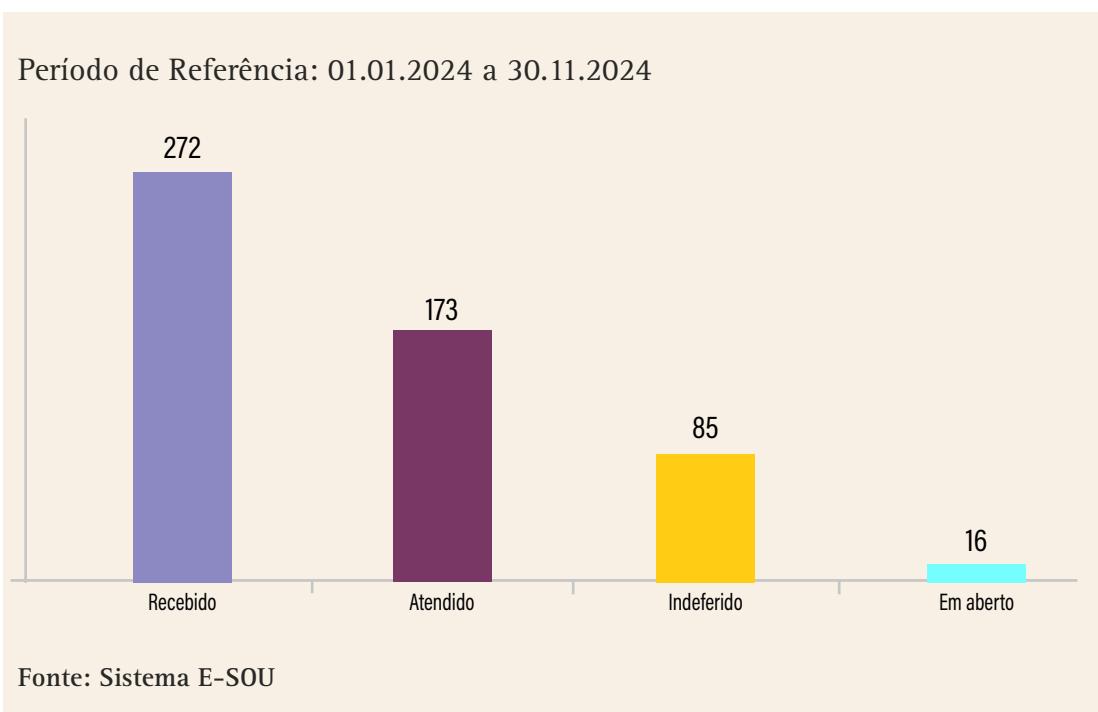
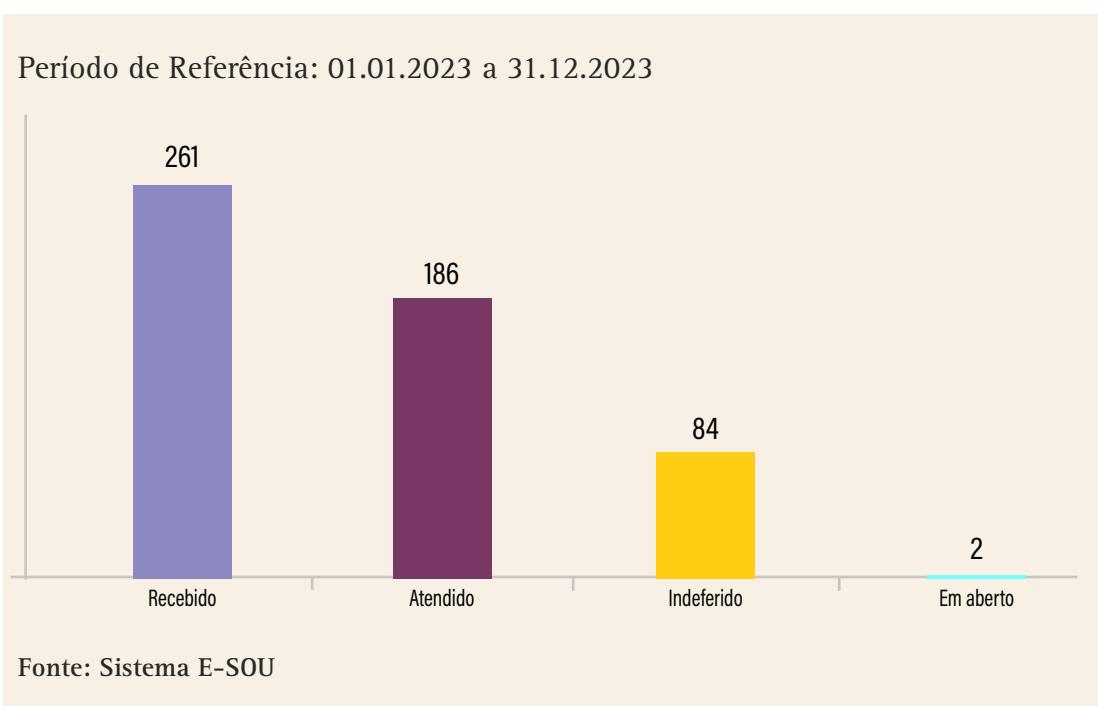


O gráfico demonstra que a Atividade Jurisdicional de 1º grau (31.619) figurou como a área de manifestação mais demandada pelos usuários em 2024, sendo seguida pela Área Administrativa e pela Atividade Extrajudicial.

Gráfico – Manifestações Remetidas à CGJ

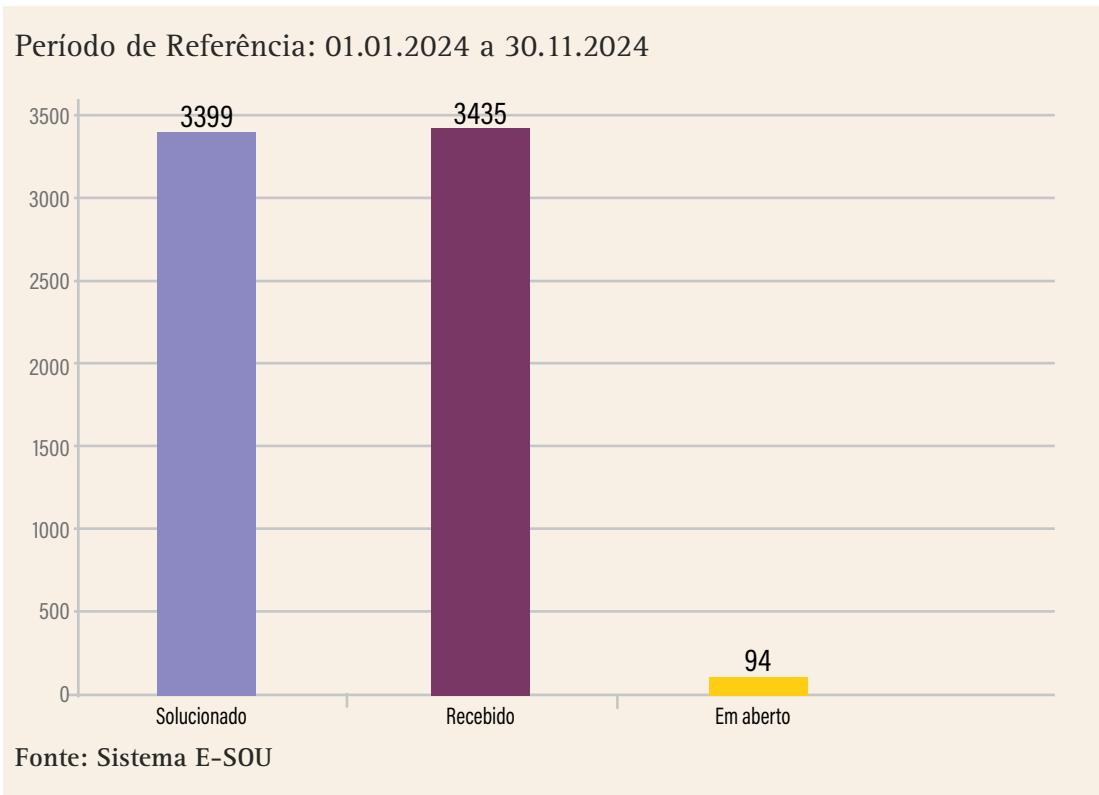
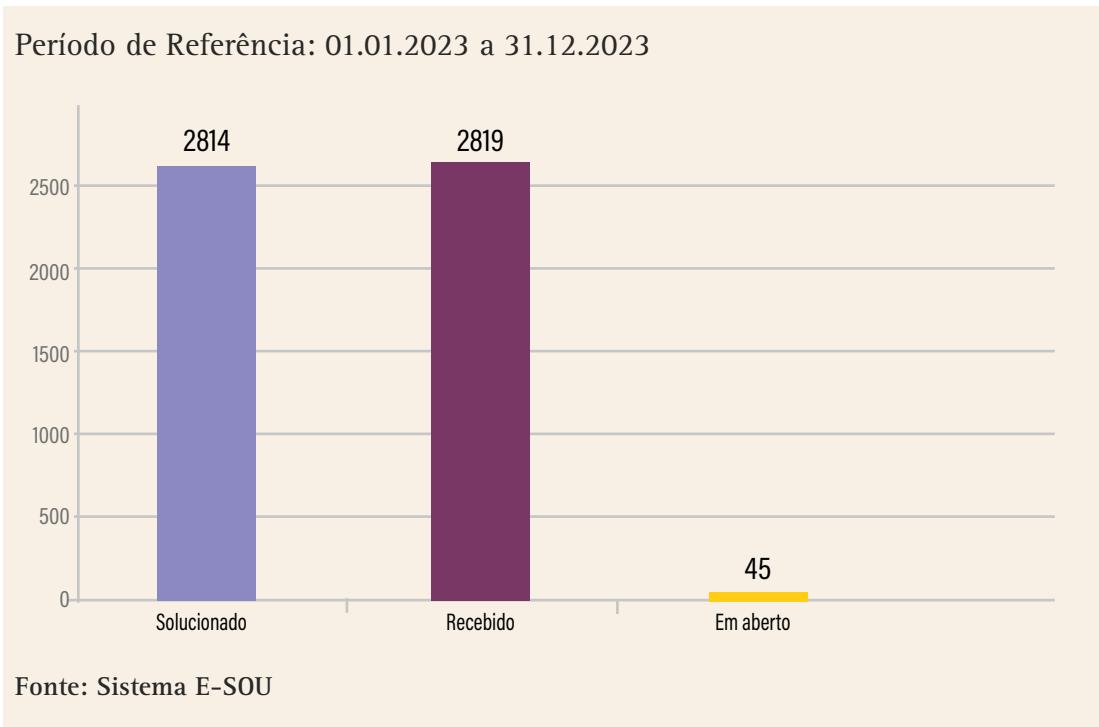


A Corregedoria Geral da Justiça (CGJ) recebe manifestações que foram classificadas no momento da abertura e, também, àquelas remetidas no momento da resposta, por iniciativa da equipe da Ouvidoria. Por isso o número total de manifestações remetidas à CGJ é elevado.

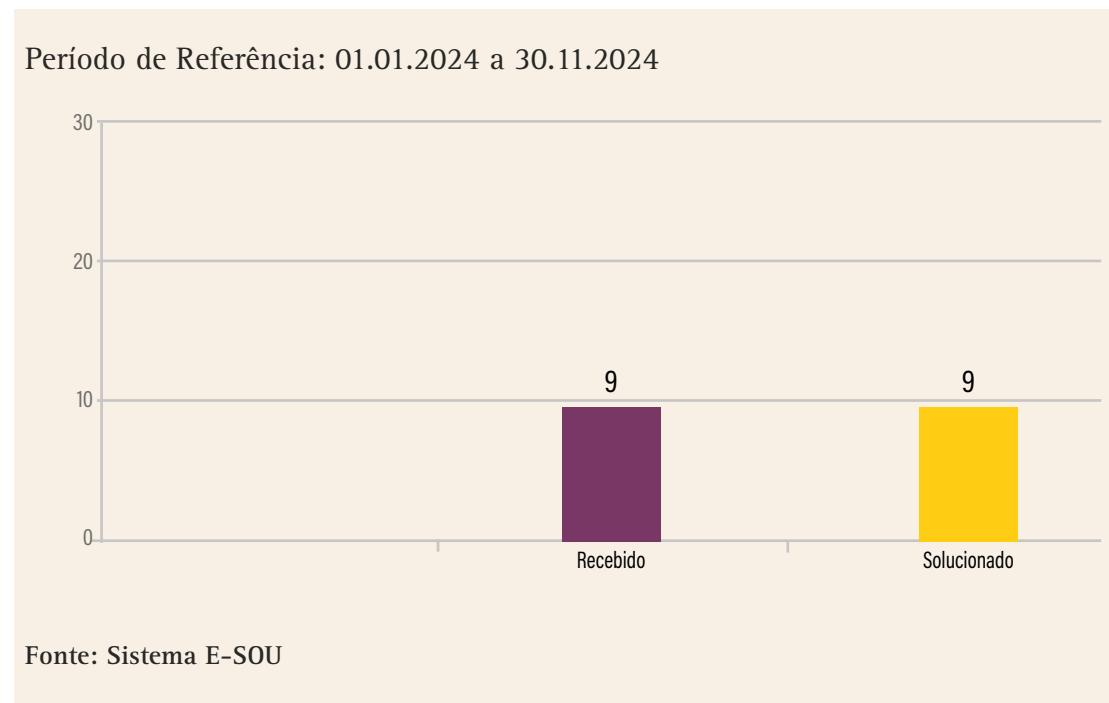
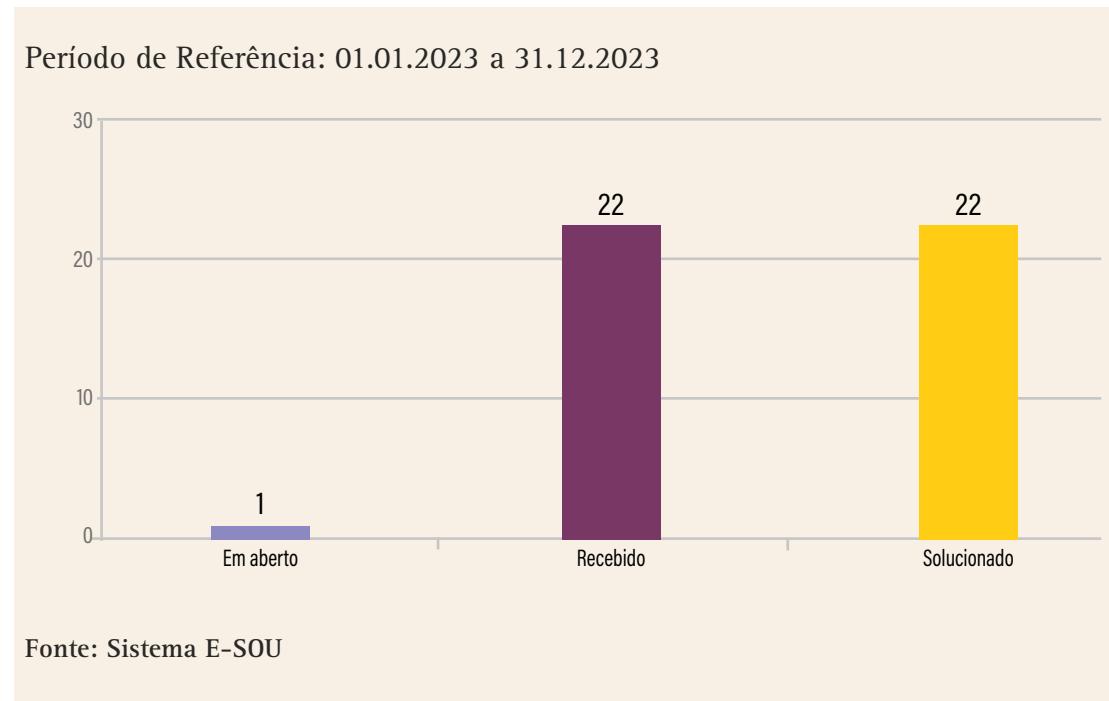
Gráfico – Manifestações – Lei de Acesso à Informação

Com relação às demandas baseadas na Lei de Acesso à Informação, houve o registro de 173 pedidos atendidos, 85 indeferidos e 16 em aberto ao final do período em referência.

Gráfico – Manifestações – Ouvidoria CNJ

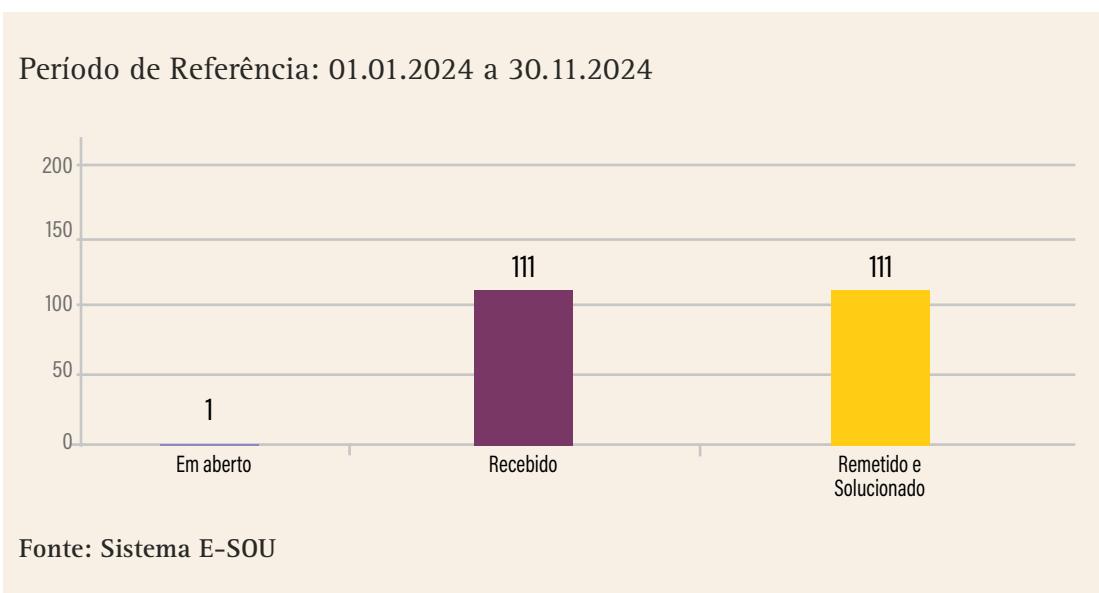
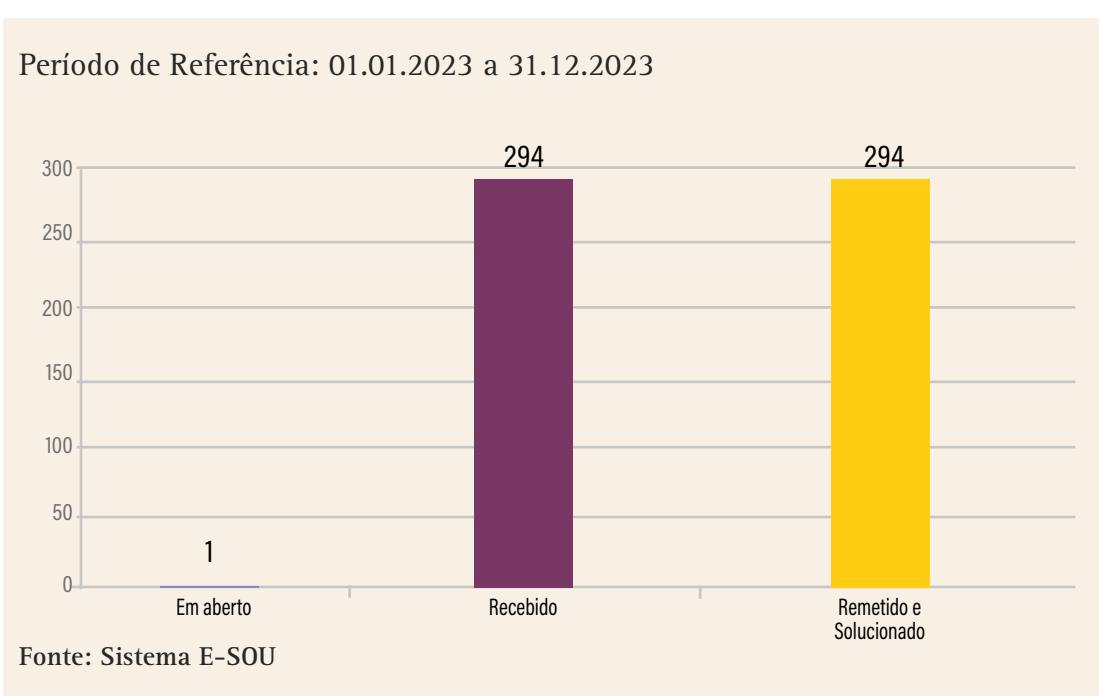


As manifestações do tipo Ouvidoria CNJ representam parcela expressiva no cômputo das demandas processadas na Ouvidoria Geral, sendo observado um aumento significativo no número de relatos encaminhados em comparação aos anos anteriores.

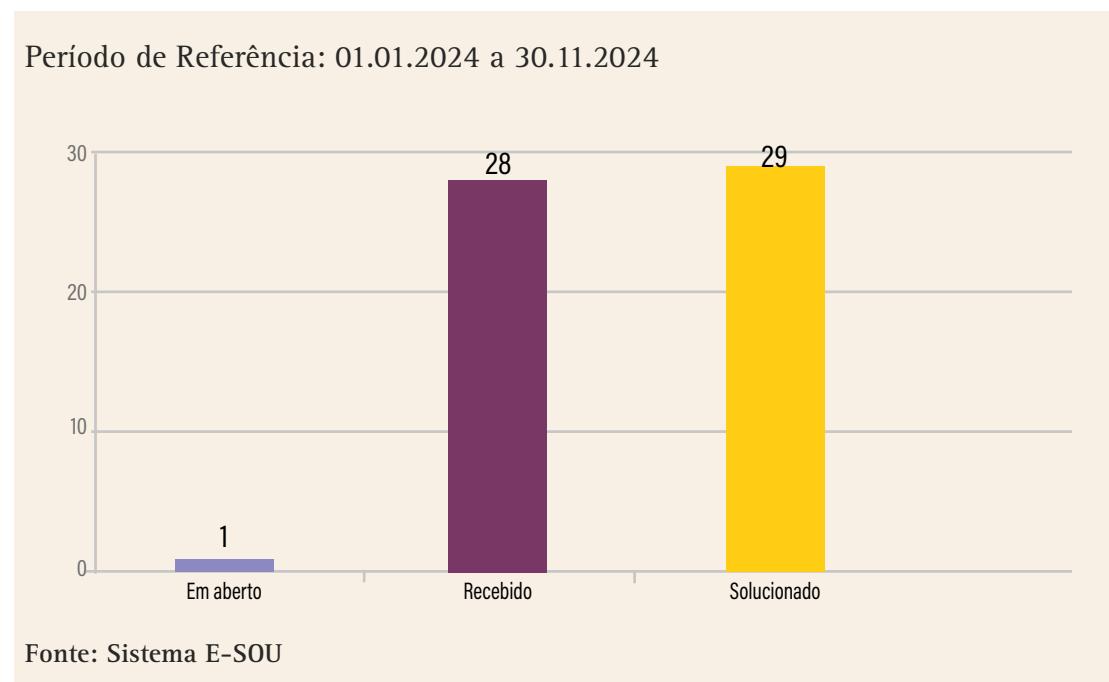
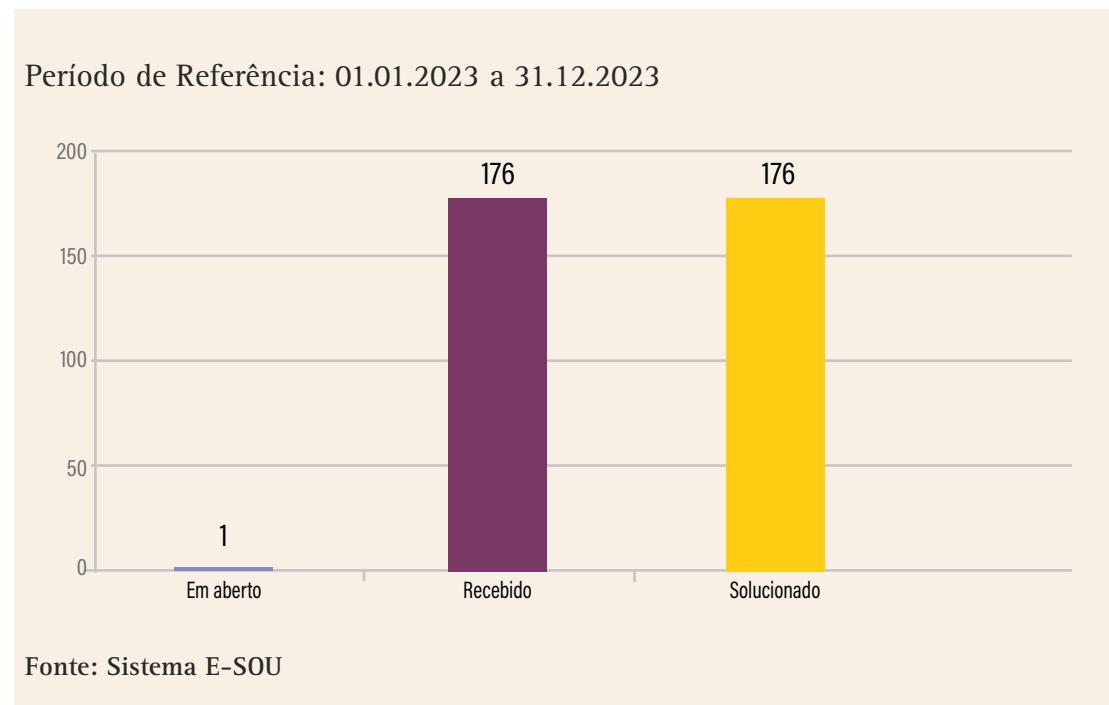
Gráfico – Manifestações – Ouvidoria CNJ – Ouvidoria Nacional da Mulher

As demandas oriundas da Ouvidoria Nacional da Mulher, criada em 2022 pelo Conselho Nacional de Justiça, são registradas no Sistema ESOU. Após o recebimento das respostas dos órgãos com atribuição, a Ouvidoria Geral comunica o resultado ao CNJ e ao(à) usuário(a).

Gráfico – Manifestações – Ouvidoria Mulher

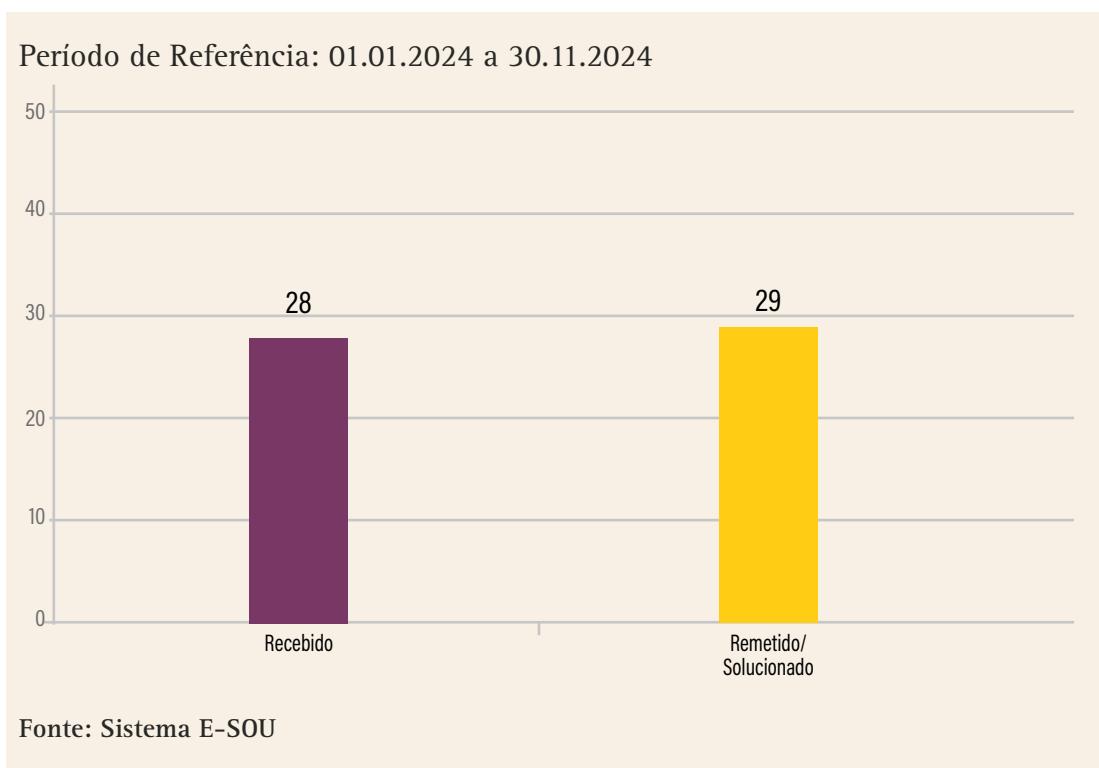
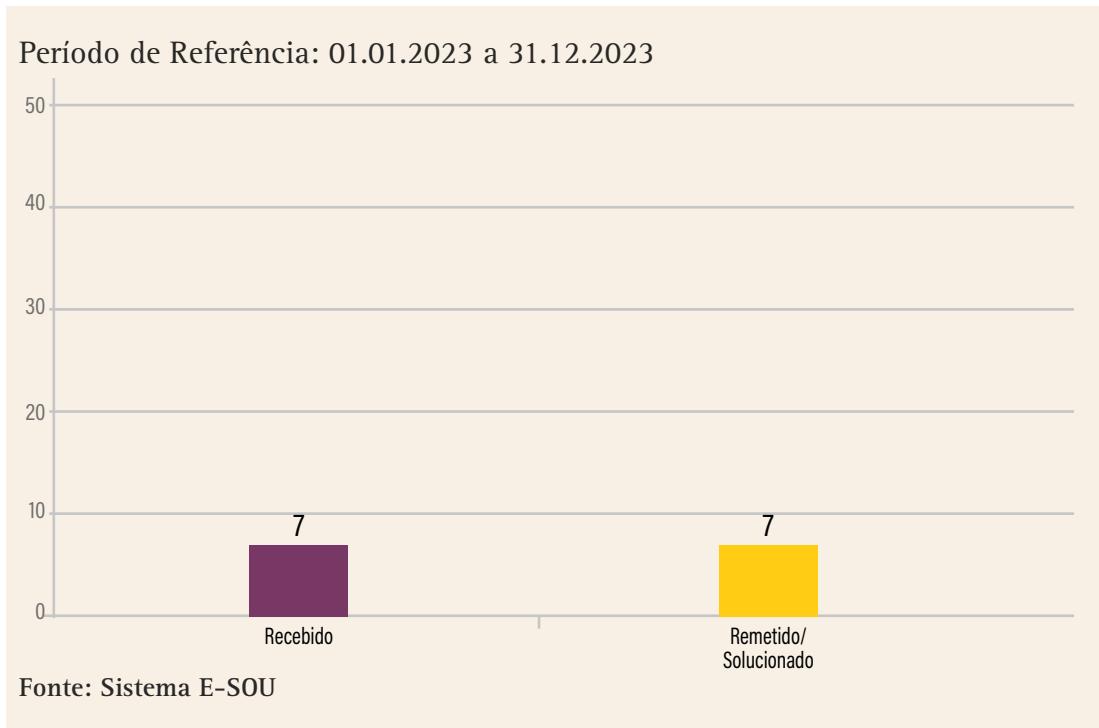


A Ouvidoria Mulher é um canal para facilitar o acesso das mulheres, ou de quem as represente, que tenham dúvidas, reclamações, elogios ou sugestões relativas a processos já existentes na competência de Violência Doméstica, bem como prestar informações em caso de não existência de processo em curso.

Gráfico – Manifestações – Ouvidoria Interna

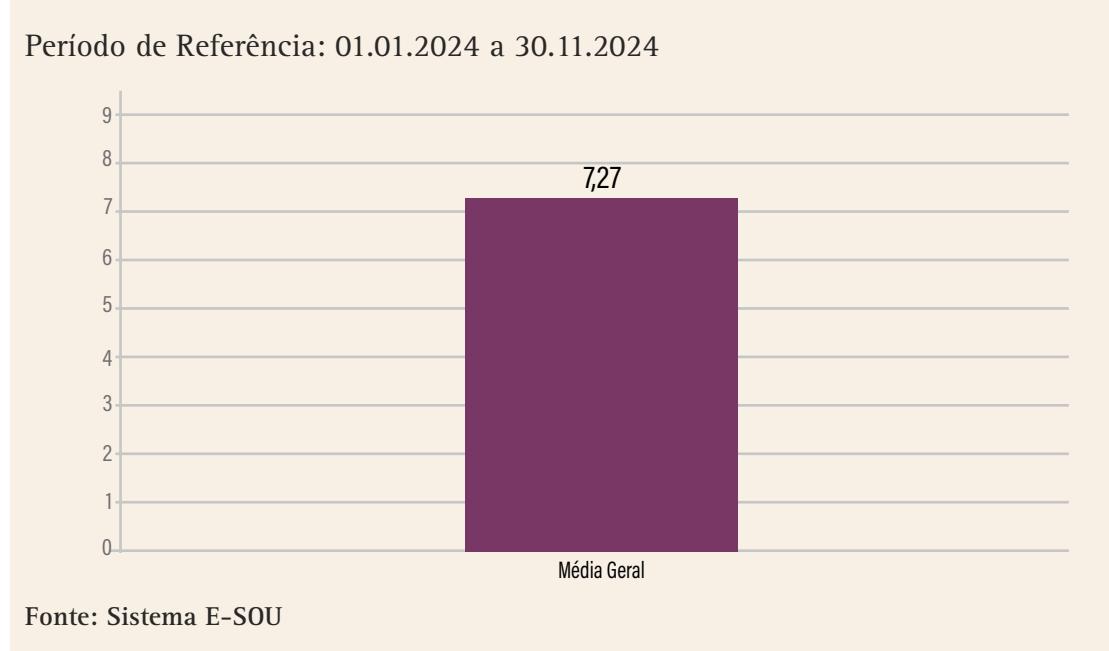
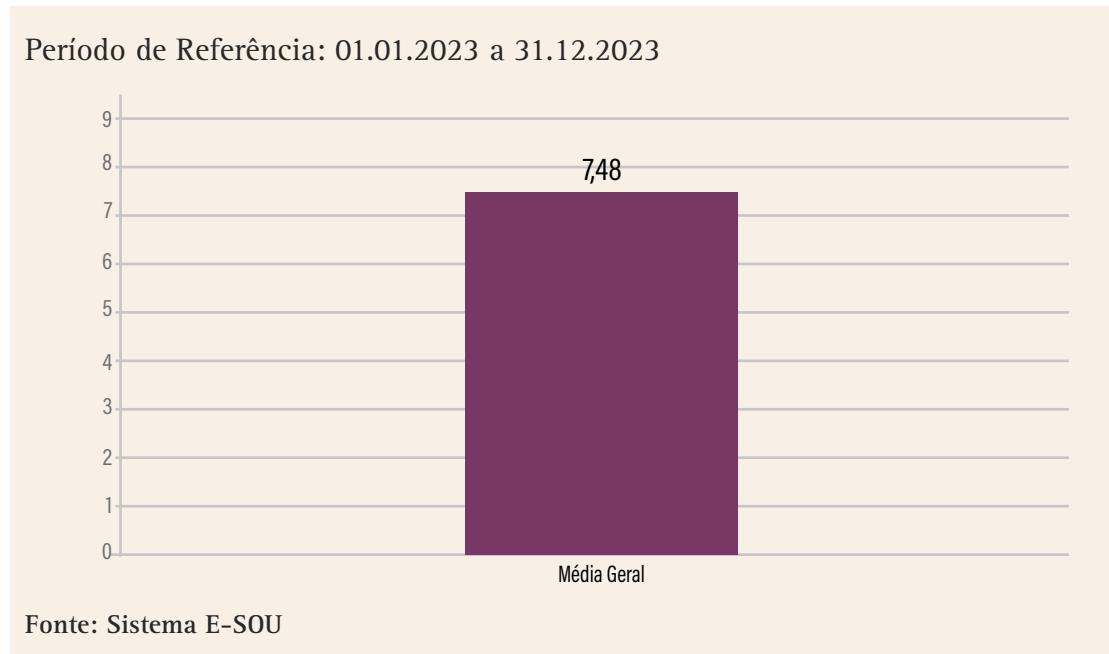
A Ouvidoria Interna do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro foi criada em julho de 2022, com a missão de canal de comunicação direta entre o Servidor do Tribunal de Justiça e a instituição.

Gráfico – Manifestações – Lei Geral de Proteção de Dados – LGPD



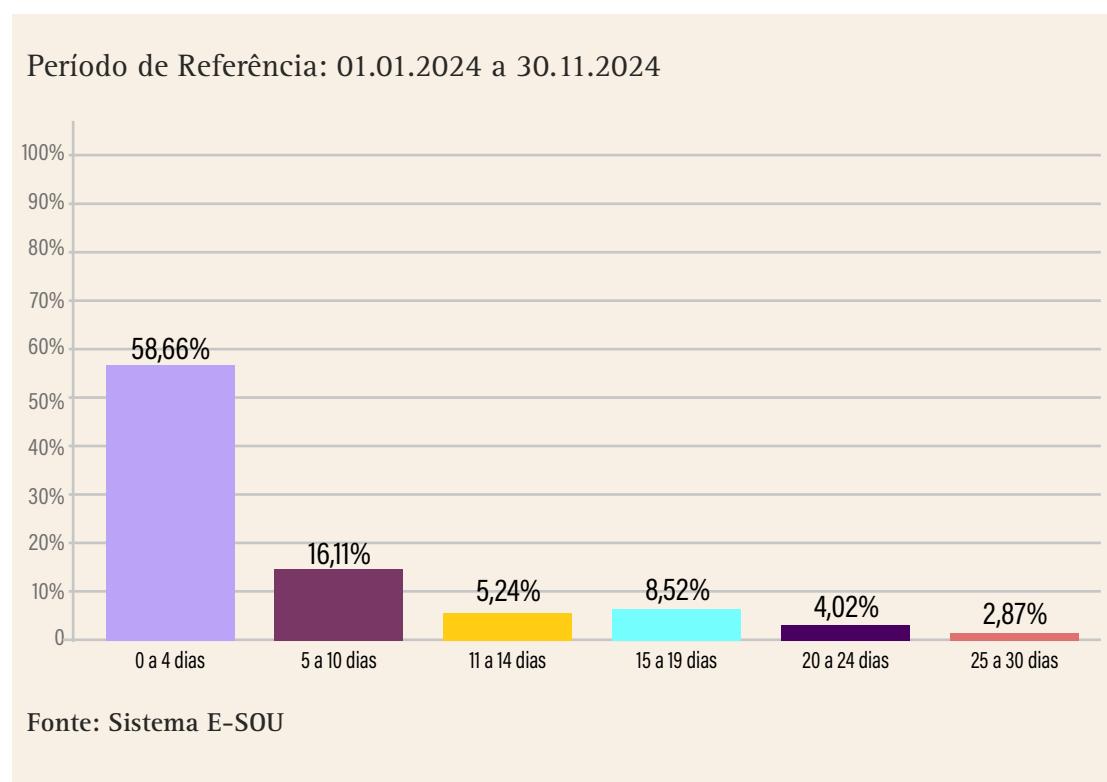
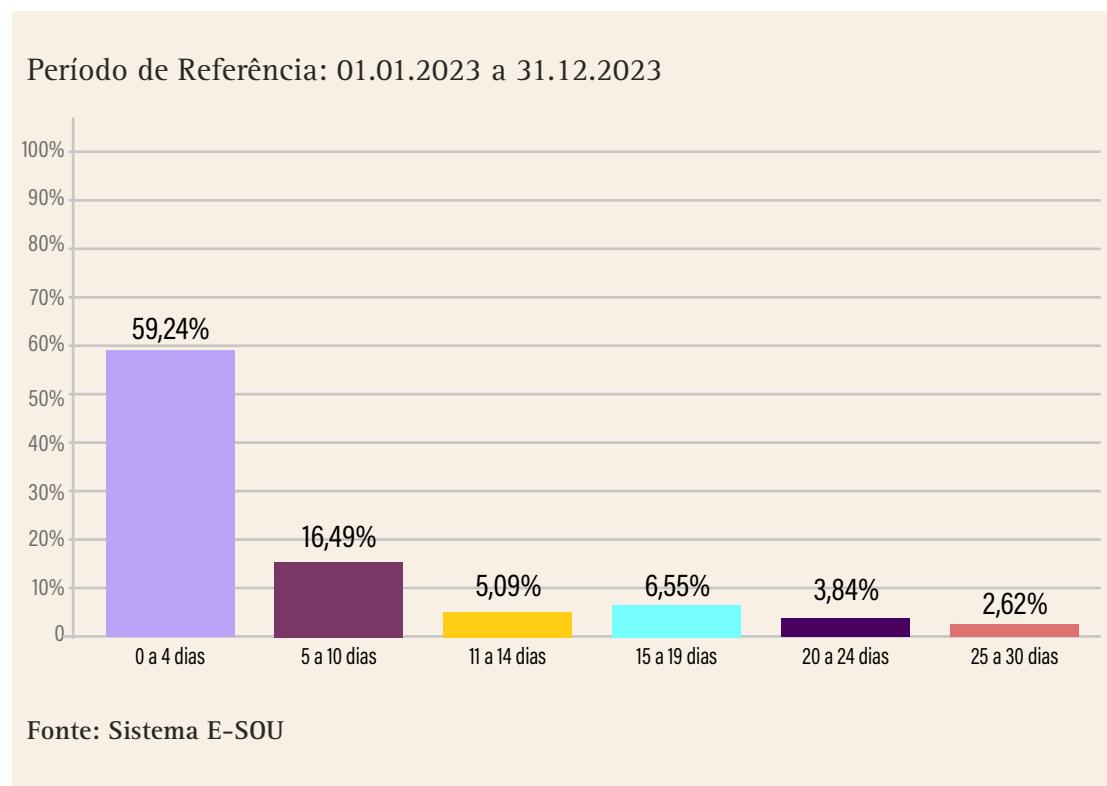
As manifestações com base na Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) são remetidas ao Comitê Gestor de Proteção de Dados Pessoais (CGPDP), momento em que se encerra a atribuição da Ouvidoria Geral.

Gráfico – Tempo Médio de Resposta ao Usuário em Dias



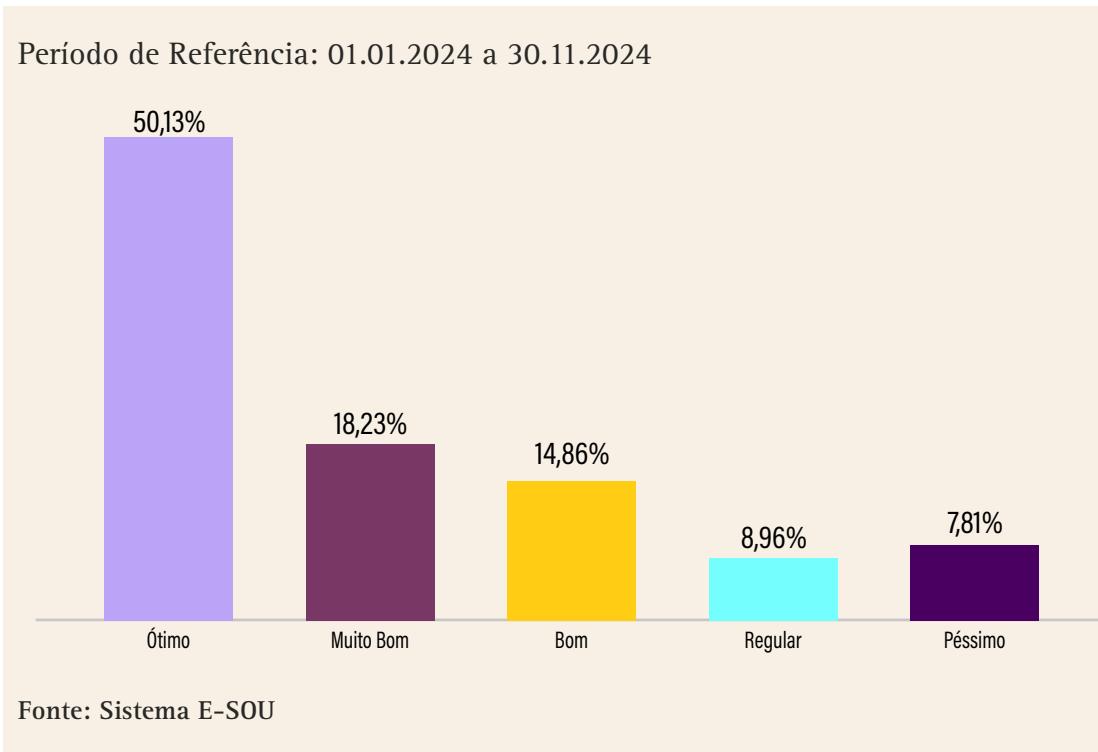
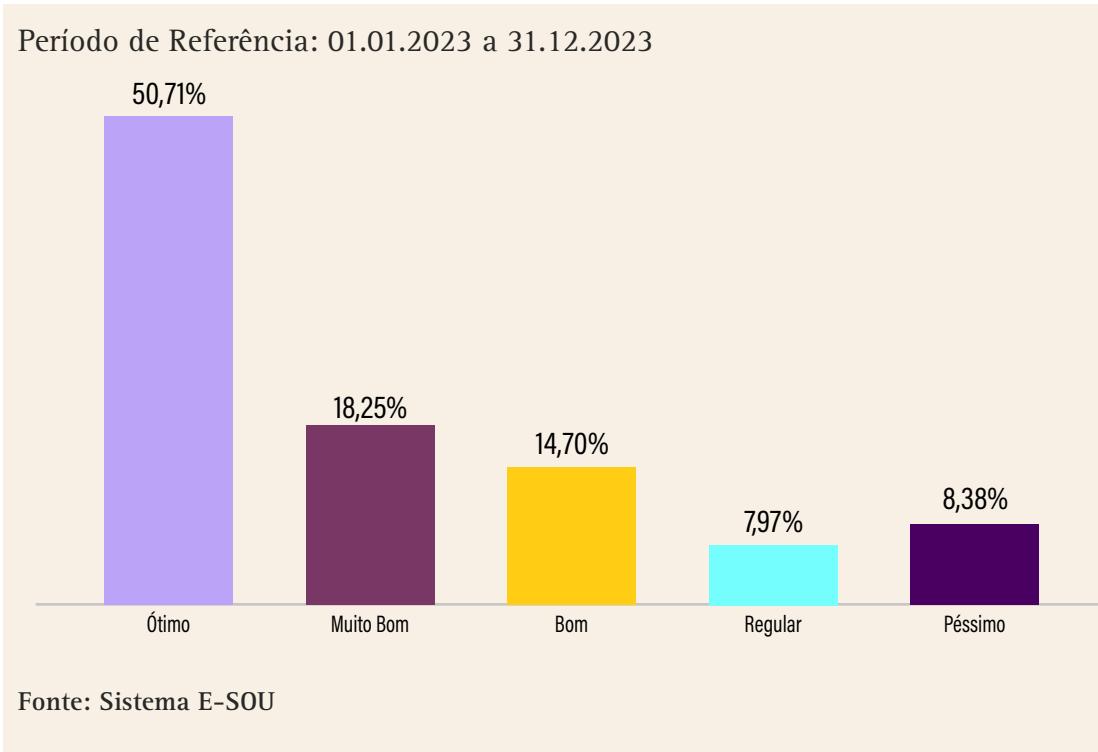
O tempo médio de resposta ao usuário foi de 7,27 dias.

Gráfico – Tempo Médio de Resposta ao Usuário em Percentual



O tempo médio de resposta ao usuário foi de 7,27 dias.

Observa-se que a grande maioria das respostas aos usuários foi dada no intervalo entre 0 a 4 dias.

Gráfico – Pesquisa de Satisfação Ouvidoria Geral – Percentual por Respostas

Os dados apresentados no gráfico apontam um resultado positivo acima de 80% relacionado à satisfação do usuário com os serviços oferecidos pela Ouvidoria Geral.

7. Agilidade e Produtividade na Prestação Jurisdicional





7. Agilidade e Produtividade na Prestação Jurisdicional

Criação da Secretaria-Geral Judiciária

Criada pela Resolução TJ/OE/RJ nº 04/2023, de 3 de fevereiro de 2023, a Secretaria Geral Judiciária (SGJUD) e seus Departamentos e Divisões (Departamento de Processos do Tribunal Pleno e do Órgão Especial, Departamento de Processos do Conselho da Magistratura, Departamento de Processos das Seções de Direito Privado, de Direito Público e das Câmaras de Direito Empresarial Reunidas, Departamento de Apoio ao Segundo Grau de Jurisdição, Divisão de Processos Judiciais e Divisão de Suporte às Sessões) reúnem órgãos de alta importância nos julgamentos da Corte.

Certidões de Distribuição da Segunda Instância

À SGJUD incumbe promover a expedição de certidão de “nada consta” de pessoa física e jurídica, referente ao 2º grau de jurisdição.

No biênio, de acordo com o relatório constante no Sistema SEI, foram gerados 9.681 processos, relativos às seguintes certidões:

Tipo	Certidão (Magistrado)	Certidão (Público Externo)	Certidão (Resolução 156/2012 -CNJ)	Certidão (Comprobatória Exercício Advocacia)	Certidão (Eleitoral)	Total
JAN	-	455	-	1	-	456
FEV	-	414	1	-	-	415
MAR	-	599	-	-	-	599
ABR	1	620	-	-	-	621
MAI	-	838	-	-	-	838
JUN	2	516	1	-	-	519
JUL	1	607	1	1	580	1.190
AGO	-	1495	-	-	881	2.376
SET	-	838	-	-	68	906
OUT	-	694	-	-	3	697
NOV	-	722	-	-	-	722
DEZ	1	481	-	-	-	482
Total	5	8.279	3	2	1.532	9.821

Fonte: Sistema SEI

Outrossim, de acordo com dados fornecidos pelo sistema EJUD, foram extraídas diretamente no site do TJRJ, no biênio, 48.657 certidões, da seguinte forma:

- 16.457 certidões de 2º Grau, exclusivas para nomeação/designação em cargo público em órgãos do Poder Judiciário (Resolução CNJ 156/2012);
- 32.200 certidões para apresentação na Justiça Eleitoral.

Acesso a convênios

A SGJUD realiza o cadastramento de magistrados nos sistemas INFOJUD, SISBAJUD, BNMP, INFOSEG, Portal JUD (VIVO), INFOTIM e JUCERJA, bem como de servidores nos três últimos, em razão de convênios celebrados entre o TJRJ e órgãos externos.

Segue demonstrativo do atendimento às solicitações de acesso pela SGJUD nos anos de 2023/2024:

Convênios SGJUD

Jan23 à Nov24	SISBAJUD	BNMP	INFOJUD	INFOSEG	INFOTIM	PORTAL JUD	JUCERJA	TOTAL	TOTAL NO BIÊNIO
JAN	76	83	5	3	22	21	17	227	3.570
FEV	73	86	6	5	24	21	11	226	
MAR	51	51	10	11	32	35	16	206	
ABR	47	66	13	5	37	57	12	237	
MAI	177	69	5	7	27	33	23	341	
JUN	152	47	9	7	18	30	10	273	
JUL	105	71	19	4	38	36	20	293	
AGO	81	101	11	8	30	37	30	298	
SET	87	181	9	34	46	39	24	420	
OUT	83	169	16	31	34	40	25	398	
NOV	55	136	15	17	52	30	14	319	
DEZ	69	182	10	10	18	31	12	332	

Fonte: SGJUD

Merecem destaque as seguintes atividades desenvolvidas ao longo do biênio:

- Readequação do layout da estrutura física do Gabinete, Departamentos e Divisões, concentrando suas Unidades na Lâmina I do 9º andar;
- Contemplação com o Prêmio Selo de Boas Práticas 2023, nas seguintes categorias:
 - Ouro: Gabinete da Secretaria Geral Judiciária, Departamento de Processos do Conselho da Magistratura e Departamento de Processos do Tribunal Pleno e do Órgão Especial.
 - Prata: Departamento de Processos das Seções de Direito Privado, de Direito Público e das Câmaras de Direito Empresarial Reunidas e Divisão de Suporte às Sessões;
 - Bronze: Divisão de Processos Judiciais;
- Em 2024, esta Secretaria Geral foi laureada na categoria Ouro, no Prêmio Selo de Boas Práticas, nas Unidades a seguir: Departamento de Processos do Conselho da Magistratura, Departamento de Processos do Tribunal Pleno e do Órgão Especial, Departamento de Processos das Seções de Direito Privado, de Direito Público e das Câmaras de Direito Empresarial Reunidas e na Divisão de Suporte às Sessões.

Processos do Tribunal Pleno e do Órgão Especial

No Departamento de Processos do Tribunal Pleno e do Órgão Especial foram computados os seguintes dados no biênio 2023/2024:

Acervo total de 22.912 processos;

Acervo de 21.550 processos de competência do 1º Vice-Presidente, em andamento, dentre os quais se destacam 19.942 Cumprimentos de Sentença e 1.151 Habilitações, sendo verificado em comparação ao mesmo período do exercício anterior, na seguinte proporção:

- Aumento de 47,60 % quanto ao acervo de processos de competência do 1º Vice-Presidente (passou 14.600 para 21.550);
- Aumento de 51,84% quanto ao número de Cumprimentos de Sentença (passou de 13.133 para 19.942),
- Redução de 0,32 % quanto ao número de Habilitações (passou de 1.238 para 1.234).

No período apurado foram autuados e recebidos 14.391 processos na classe Cumprimento de Sentença e 647 processos na classe Habilitação de competência do 1º Vice-Presidente, com uma média mensal de 626,58 processos;

No período apurado foram distribuídos 4.955 processos, com média mensal de 206 processos;

Arquivamento de 11.754 processos no período, dentre os quais se destacam 8.162 Cumprimentos de Sentença e 417 Habilitações, com média mensal de 490 processos arquivados/mês;

Expedição de aproximadamente, 1.711 precatórios judiciais, em processos de competência do 1º Vice-Presidente;

Expedição de 6.854 RPVs em processos de competência do 1º Vice-Presidente;

Expedição de 9.682 mandados de pagamento, totalizando o valor estimado de R\$ 255.674.800,83, em processos de competência do 1º Vice-Presidente;

Realização de 7 (sete) audiências em Dissídios Coletivos de Greve, sendo que em uma delas foi homologado acordo em 1ª fase;

Elaboração de 426 minutas de Avisos para divulgação de julgamentos de ações de constitucionalidade;

Instauração de 15 (quinze) Processos Administrativos Disciplinares;

Julgamento de 13 (treze) Processos Administrativos Disciplinares, em 2ª fase;

Arquivamento de 10 (dez) Processos Administrativos Disciplinares;

Realização de 3 (três) leilões em processos criminais em fase de execução;

Expedição de 708 certidões de débitos judiciais ao DEGAR;

Realização de 8 (oito) sessões do Tribunal Pleno: posse da Administração Superior, preenchimento de vagas para o Tribunal Regional Eleitoral e aprovação do novo Regimento Interno do Tribunal de Justiça, elaboração de lista tríplice do Quinto Constitucional, eleição da Administração Superior;

Edição de 04 (quatro) Resoluções do Tribunal Pleno: Implementação da especialização de competências ratione materiae na seara cível; criação de 2 (duas) Câmaras de Direito Público, aprovação do novo Regimento Interno do Tribunal de Justiça e criação de 2 (duas) Câmaras de Direito Público, 1 (uma) Câmara de Direito Privado e 1 (uma) Câmara de Direito Criminal;

Realização de 84 (oitenta e quatro) sessões de julgamento ordinárias presenciais do Órgão Especial, com 712 processos julgados;

Realização de 86 (oitenta e seis) sessões de julgamento virtuais do Órgão Especial, com 4.494 processos julgados;

Aprovação de 72 (setenta e duas) Resoluções e 8 (oito) Anteprojetos de Lei, pelo Órgão Especial;

Promoção de 26 (vinte e seis) Juízes de Direito ao cargo de Desembargador, pelo Órgão Especial;

Saneamento parcial do acervo de processos antigos com inconsistências de migração do sistema JUD para o eJUD, em curso;

Revisão e adaptação das Rotinas Administrativas (RAD) ao novo Regimento Interno;

Desenvolvimento do sistema Candidatura Web, junto à SGTEC, para inscrições de candidatos em editais do Tribunal Pleno, em cumprimento às novas regras do Regimento Interno.

Alteração do funcionamento do Serviço de Processamentos Especiais, com a transferência temporária de 6 (seis) servidores e do acervo decorrente do Mandado de Segurança nº 0021549-38.1998.8.19.0000, em tramitação no Órgão Especial, para o Núcleo de Execuções Individuais das Ações Coletivas Originárias (NEIAC), a contar de 01.11.2023, conforme Atos Executivos nº 215 e 216/2023, e subsequente encerramento das atividades do NEIAC, em 12.03.2024, conforme Ato SN7/2024.

Processos das Seções de Direito Privado, de Direito Público e das Câmaras de Direito Empresarial Reunidas

Com o advento da Resolução nº 03/2023, publicada no DJe de 31/01/2023, que extinguiu a Seção Cível deste Tribunal de Justiça e dispôs sobre a especialização de competências na segunda instância, relativamente à criação da Seção de Direito Privado, da Seção de Direito Público e das Câmaras de Direito Empresarial Reunidas, do ponto de vista administrativo, os grandes desafios enfrentados no período consistiram na instalação do Departamento de processos dos novos Órgãos Julgadores (Seção de Direito Público e Seção de Direito Privado), bem como no gerenciamento da migração do acervo. Deve-se ressaltar que, em sessão do Egrégio Tribunal Pleno em 23 de novembro de 2023, foi realizada votação do Projeto de Novo Regimento Interno do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, restando aprovada proposta de emenda supressiva, “destinada a abolir toda a disciplina atinente à criação das Câmaras de Direito Empresarial e das Câmaras de Direito Empresarial Reunidas”.

A gestão do período de transição contemplou a adaptação dos sistemas operacionais da unidade, a adequação da página deste Tribunal de Justiça, além de ajustes

estrutural e pessoal, mormente quanto à criação de Serviços próprios (Serviço de Apoio à Seção de Direito Público e Serviço de Apoio às Seções de Direito Privado e das Câmaras de Direito Empresarial Reunidas) e a realização de sessões de julgamento.

O novo Departamento e o Departamento de Autuação de Distribuição Cível (1^a Vice-Presidência) desenvolveram projeto em parceria com a SGTEC, a fim de que a redistribuição do acervo ocorresse de modo “automático”, via sistema eJUD, dadas as dificuldades sistêmicas que se enfrentariam com a utilização das ferramentas de que se dispunham.

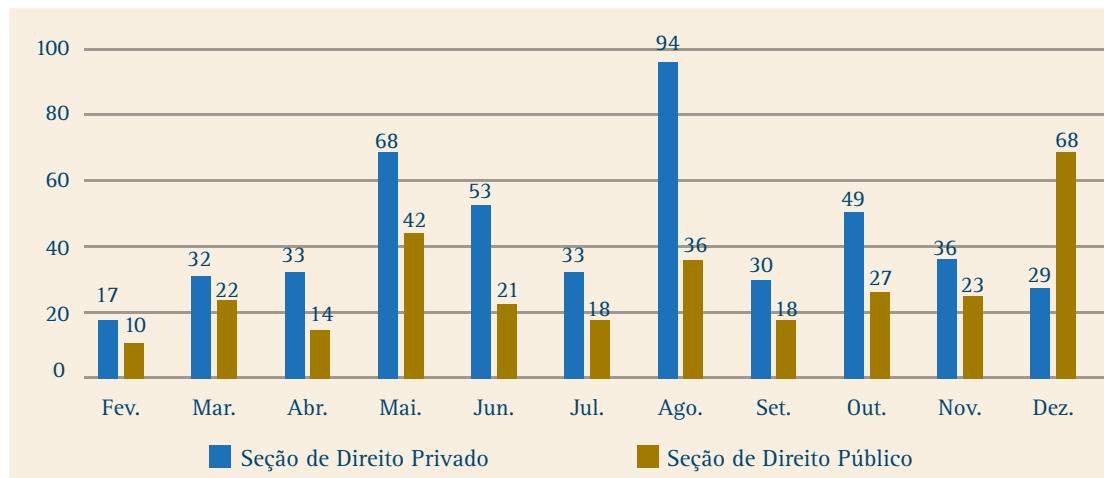
A finalização da redistribuição do acervo da extinta Seção Cível para as Seções especializadas ocorreu em outubro de 2023.

Quanto aos processos remanescentes no local da extinta Seção Cível no sistema eJUD (gradativamente devolvidos de conclusão ou posteriormente advindos de órgãos externos, como os Egrégios Tribunais Superiores), restou decidido que seriam redistribuídos pela SGTEC à Seção previamente apontada pela 1^a Vice-Presidência, semanalmente.

Sob a ótica normativa, foram publicadas as Portarias nº 01/2024 da Seção de Direito Privado (que disciplina as sessões de julgamento na Seção de Direito Privado do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro e dá outras providências) e nº 01/2024 da Seção de Direito Público (que disciplina as sessões de julgamento na Seção de Direito Público do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro e dá outras providências), ambas revisadas à luz do Novo Regimento Interno desta Corte no ano de 2024.

Destacam-se alguns aspectos estatísticos:

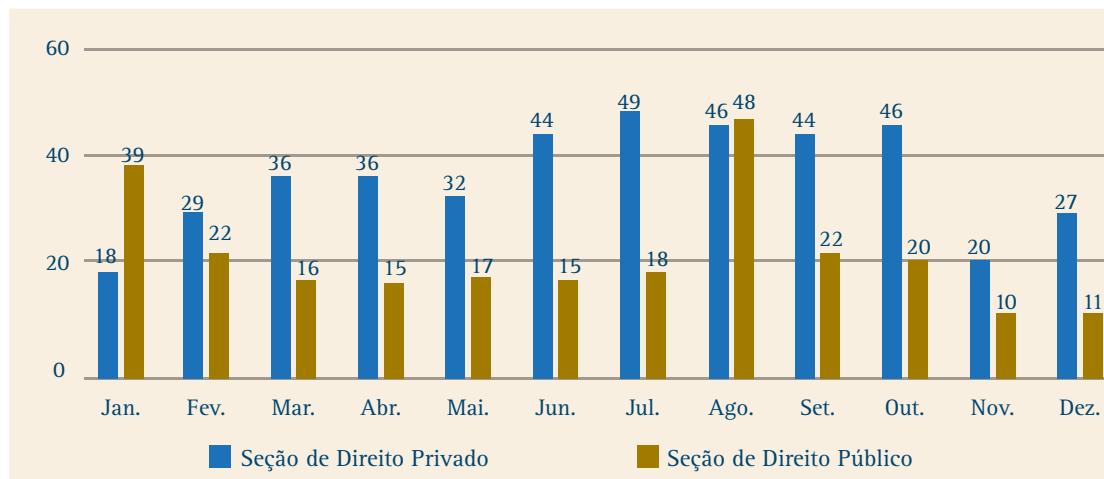
Evolução da distribuição - Processos distribuídos 2023



Fonte: Relatório distribuição - sistema e-JUD (desconsideração manual dos processos redistribuídos)

*Dados obtidos a partir de 07/02/2023, marco de implantação das novas Seções

Processos distribuídos - 2024



Fonte: Relatório distribuição - sistema e-JUD

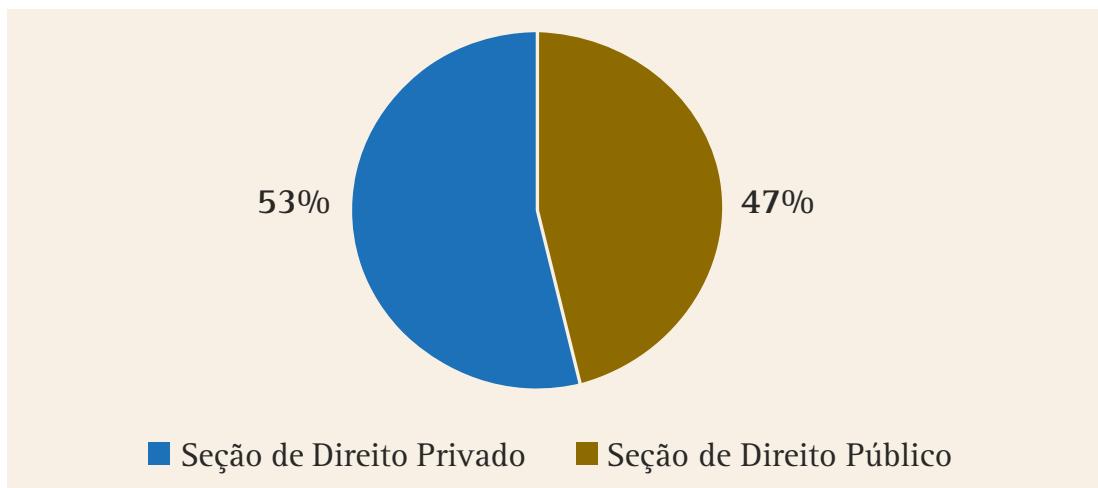
- Total geral de distribuição no biênio 2023/2024 (da implantação dos Órgãos Julgadores até a presente data):
 - Seção de Direito Privado: 901 (média mensal: 39);
 - Seção de Direito Público: 552 (média mensal: 24).
- Foram arquivados 711 processos na Seção de Direito Privado e 664 processos na Seção de Direito Público no biênio em análise.
- Quanto ao acervo, segue o quadro comparativo de evolução, em números:

Órgão Julgador	Acervo em 31/12/2021	Acervo em 31/12/2022	Acervo em 31/12/2023	Acervo em 30/11/2024
Seção Cível	1.295	1.091	Extinta	
Seção de Direito Privado	-	-	614	559
Seção de Direito Público	-	-	587	500
Total	-	-	1.201	1.059

Observa-se que, após a extinção da Seção Cível, o acervo geral do Departamento aumentou, considerando, principalmente os obstáculos decorrentes da redistribuição entre as Seções especializadas (acervo em 31/12/2023 - 1.201 processos).

Não obstante, a taxa de congestionamento foi reduzida ao longo desta gestão, de sorte que, hoje, o acervo geral é menor do que o acervo existente antes do marco da especialização (acervo em 30/12/2024 = 1.059, em comparação ao acervo em 31/12/2022 = 1.091), mormente se considerarmos a Seção de Direito Público, na qual o número de processos arquivados foi maior do que o total de processos distribuídos .

Acervo DEPSE – (comparativo entre as Seções)



Fonte: Relatório sistema e-JUD

Não obstante a existência de processos redistribuídos da extinta Seção Cível nos relatórios de distribuição (que tiveram de ser subtraídos manualmente na apuração, prejudicando a impecabilidade na soma dos números e impedindo uma precisa avaliação da série histórica), nota-se que os acervos das Seções se encontram mais aproximados do que as proporções de processos novos recebidos.

Todavia, embora se acredite que o tempo médio de processamento dos feitos de natureza pública se revele maior, seja pelos prazos mais longos neles praticados, seja pelas próprias características das causas, a média de processos arquivados na Seção de Direito Público mostrou-se mais elevada do que na Seção de Direito Privado, do que se conclui que, de início, o acervo migrado foi maior na Seção de Direito Público e que as proporções foram se igualando ao longo do período.

No biênio 2023/2024, na Seção de Direito Privado foram apreciados 30 Incidentes de Resolução de Demandas Repetitivas (26 inadmitidos, 1 prejudicado, 2 não conhecidos e 1 julgamento de mérito com fixação de tese) e 8 Incidentes de Assunção de Competência (7 inadmitidos e 1 prejudicado). Na Seção de Direito Público foram apreciados 23 Incidentes de Resolução de Demandas Repetitivas (19 inadmitidos e 4 julgamentos de mérito, com fixação de tese) e 4 Incidentes de Assunção de Competência (3 inadmitidos e 1 prejudicado).

O Departamento realizou, 22 sessões de julgamento presenciais e 22 sessões de julgamento virtuais na Egrégia Seção de Direito Privado, com 603 processos julgados (171 em sessão presencial e 432 em sessão virtual).

Realizou ainda, 19 sessões de julgamento presenciais e 20 sessões de julgamento virtuais na Egrégia Seção de Direito Público, com 521 processos julgados (150 em sessão presencial e 371 em sessão virtual).

Ressalta-se que em 2024, o DEPSE aderiu ao projeto de criação de “dashboard” junto ao Serviço de Extração de Informações Estatísticas – DEIGE-SGGIC, para auxiliar os gestores nas tomadas de decisões e no acompanhamento dos dados estatísticos.

Finalmente, note-se que o DEPSE recebeu o prêmio Selo de Boas Práticas do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro na categoria prata em 2023 e na categoria ouro em 2024.

Processos do Conselho da Magistratura

No Departamento de Processos do Conselho da Magistratura, desde o início da atual gestão, em 03 de fevereiro de 2023, foram autuados 2.375 processos e distribuídos 2.497 processos.

Foram realizadas 64 sessões de julgamento do E. Conselho da Magistratura:

- 42 virtuais;
- 20 presenciais e
- 2 híbridas.

Nas sessões foram julgados 1.488 processos (1.231 em sessões virtuais e 257 em sessões presenciais ou híbridas).

Por decisão monocrática, foram apreciados 1.050 processos de licenças, sendo 758 referentes a Juízes de Direito e 292 referentes a Desembargadores.

Ao longo do período apurado, foram baixados definitivamente 2.404 processos.

Tipo	Classe	Total
1	Licenças de Juízes de 1ª Instância	762
3	Recursos Administrativos Hierárquicos	242
11	Processos não Abrangidos Tecnicamente nos outros tipos	125
12	Processos Relativos a Justiça de Paz	202
14	Processos Relativos a Decisões Proferidas pelos Juízes de Registro Público	733
16	Licenças de Desembargadores	311
	Total Geral	2.375

Fonte: Sistema eJUD

O Conselho da Magistratura aprovou, ainda, 10 resoluções no ano de 2023 e 13 resoluções em 2024, cabendo destacar a aprovação do novo Regimento Interno do Conselho da Magistratura, em sessão realizada em 10 de outubro de 2024, com entrada em vigor no dia 14 de outubro de 2024.

Por fim, o DECON concorreu e recebeu o prêmio Selo de Boas Práticas do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro na categoria ouro no ano de 2023 e novamente em 2024.

Apoio ao 2º Grau de Jurisdição

Com o advento da Resolução TJ/OE nº 4, de fevereiro de 2023, e com as alterações promovidas pela Resolução TJ/OE nº 11/2024, o Departamento de Apoio ao 2º Grau de Jurisdição (SGJUD/DEJUR) passou a ter na sua estrutura a Divisão de Protocolo e Gestão de Sistemas de Segundo Grau de Jurisdição (SGJUD/DIPGE), composta pelo Serviço de Protocolo e Apoio às Atividades Judiciais de Segundo Grau de Jurisdição (SGJUD/SEPCA) e pelo Serviço de Controle de Sistemas Judiciais do Segundo Grau de Jurisdição (SGJUD/SECEG), completando a estrutura do DEJUR o Serviço de Apoio ao Plantão de 2º Grau (SGJUD/SEPLA), além de permanecer no apoio às atividades administrativas das Secretarias das Câmaras de Direito Privado, de Direito Público, de Direito Empresarial e Criminais; gerenciando os projetos Estratégicos Digitalização de Processos Físicos (continuidade) e Incentivo à redução do contencioso tributário no âmbito do PJERJ.

Realização e conclusão do mapeamento para a reorganização das informações relacionadas aos órgãos julgadores de segunda instância, com o objetivo de criar página no Portal Institucional do TJRJ, reunindo todas as informações que hoje estão esparsas.

Realizado o mapeamento dos riscos do Departamento e elaborado o consequente Mapa de Riscos do DEJUR.

Participação, em parceria com representantes da SGGIC e da SGTEC, na alteração do novo layout do Calendário das Sessões dos Órgãos Julgadores, com objetivo de adequá-lo aos critérios utilizados pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ), para avaliação dos quesitos do “Ranking da Transparência”.

Apoio no processo de revisão das Rotinas Administrativas (RADs) das Câmaras de Direito Público e de Direito Privado (CPUB/CPRI), e das Câmaras Criminais (CCRI), sendo que as RADs CCRI não eram revisadas há mais de 10 anos.

Coordenação e intermediação junto à empresa contratada pelo Tribunal de Justiça, no processo de mapeamento de dados (Data Mapping) de segurança da informa-

ção, realizado com a colaboração de Secretários de Câmaras de Direito Privado, de Direito Público e Criminais.

A fim de sanar inconsistências de informações referentes a processos antigos de 2^a instância, sem movimentação há vários anos, decorrentes da migração da base de dados do Sistema JUD para o Sistema eJUD, foram adotadas medidas que possibilitaram a regularização de 5.096 processos (2.914 em 2023 e 2.182 em 2024).

Proposição e acompanhamento de soluções para melhoria da performance do sistema eJUD, inclusive mediante reuniões com a equipe técnica da SGTEC, com aprovação de diversas de Listas de Requisitos (LRs) para implantação ou alteração do funcionamento de sistemas eletrônicos, bem como análise de LRs e emissão de parecer opinativo em 85 (oitenta e cinco) processos administrativos que tratavam de pedidos de alteração em sistemas corporativos ao longo do biênio, sendo 62 (sessenta e dois) somente no 2º semestre de 2024.

Participação, como membro efetivo, nos seguintes grupos de trabalho para: “Revisão e Saneamento das Tabelas Processuais Unificadas (GT-TPU)”, “Unificação das Ferramentas de Gravação de Audiências Judiciais do TJERJ (GT-AUD)” e “Acompanhamento da Implantação do Sistema E-Proc no TJERJ (GT-EPROC).

Além de participar do GT-EPROC, o Departamento tem contribuído na análise comparativa entre o sistema e-PROC e e-JUD, no intuito de contribuir com sugestões que permitam adequar o sistema e-PROC às especificidades do processamento no segundo grau de jurisdição.

Colaboração no projeto desenvolvido pela SGGIC com objetivo de elaborar material de apoio às unidades de segunda instância, a fim de ajudar nas inspeções do CNJ.

Merecem destaque, ainda, as seguintes atividades:

GEAP Secretarias

Neste biênio, o Departamento de Apoio ao 2º Grau de Jurisdição permaneceu apoiando a coordenação dos Grupos de Apoio Emergencial de Auxílio Programado aos Órgãos Julgadores – GEAP Secretarias.

Os Grupos continuaram com apoio técnico da SGTEC e monitoria/supervisão técnica exercidas pelos Secretários do Órgãos Julgadores, objetivando o acompanhamento dos trabalhos.

Resultados GEAP

Órgãos Julgadores	Total de Movimentos Realizados
4ª Câmara de Direito Público (antiga 7ª Câmara Cível) - 2023	3.824
11ª Câmara de Direito Privado (antiga 27ª Câmara Cível) - 2023	2.597
15ª Câmara de Direito Privado (antiga 20ª Câmara Cível) - 2023	1.060
21ª Câmara de Direito Privado (antiga 19ª Câmara Cível) - 2023	1.269
7ª Câmara de Direito Privado (Antiga 12ª Câmara Cível) – 15/04 a 15/07 de 2024	4.742
6ª Câmara de Direito Público (Antiga 21ª Câmara Cível) - 01/01 a 31/01 de 2024	2.074
SEESP – Órgão Especial (2023 + 2024)	28.513
Total Geral	44.079

Fonte: Dados repassados pelos Secretários das Câmaras.

GEAP Processo Eletrônico

Regulamentado pelo Ato Executivo 134/2021, que criou o Grupo Emergencial de Auxílio Programado para a transformação dos processos físicos em eletrônicos, iniciou as atividades em 01 de setembro de 2021.

Nesta gestão, o GEAP retomou suas atividades na data de 17 de março de 2023, contando, à época, com 530 servidores que desenvolviam atividades de indexação/revisão dos processos digitalizados.

Atualmente o GEAP é constituído por 12 grupos, 1 coordenadora, 12 monitores e 271 colaboradores.

No biênio foram virtualizados 298.223 (duzentos e noventa e oito mil, duzentos e vinte e três) processos, sendo 172.314 (cento e setenta e dois mil, trezentos e quatorze) em 2023 e 125.909 (cento e vinte e cinco mil, novecentos e nove), até outubro 2024.

SGJUD- GEAP Processo Eletrônico

2023		
Mês	Processos	Volumes
MARÇO	15.872	23.348
ABRIL	21.197	32.305
MAIO	19.760	29.702
JUNHO	17.455	24.974
JULHO	18.128	22.059
AGOSTO	33.315	37.244
SETEMBRO	30.665	36.789
OUTUBRO	13.516	15.298
NOVEMBRO	656	1.351
DEZEMBRO	1.750	1.742
Total	172.314	224.812
2024		
Mês	Processos	Volumes
JANEIRO	7.749	8.766
FEVEREIRO	7.382	8.859
MARÇO	11.386	12.994
ABRIL	10.722	12.446
MAIO	9.625	11.668
JUNHO	9.088	10.544

JULHO	11.840	13.512
AGOSTO	13.542	15.021
SETEMBRO	13.000	14.217
OUTUBRO	11.561	13.336
NOVEMBRO	-	-
TOTAL 2024	104.572	120.209
TOTAL BIÊNIO	-	345.021

Fonte: Sistema de Apoio à Central de Digitalização - SACDIG

Suporte às Sessões

Por possuir interface com o Departamento de Processos do Tribunal Pleno e do Órgão Especial (DETOE) e com o Departamento de Processos das Seções de Direito Privado, de Direito Público e das Câmaras de Direito Empresarial Reunidas (DEPSE), a Divisão de Suporte às Sessões, no biênio 2023/2024, organizou 84 (oitenta e quatro) sessões de julgamento ordinárias presenciais do Órgão Especial, com 712 processos julgados e 86 (oitenta e seis) sessões de julgamento virtuais do Órgão Especial, com 4.494 processos julgados; 19 (dezenove) sessões de julgamento presenciais, com 150 processos julgados, 20 (vinte) sessões de julgamento virtuais, com 371 processos julgados da Seção de Direito Público; e 22 (vinte e duas) sessões de julgamento presenciais, com 171 processos julgados, e 22 (vinte e duas) sessões de julgamento virtuais, com 432 processos julgados, da Seção de Direito Privado.

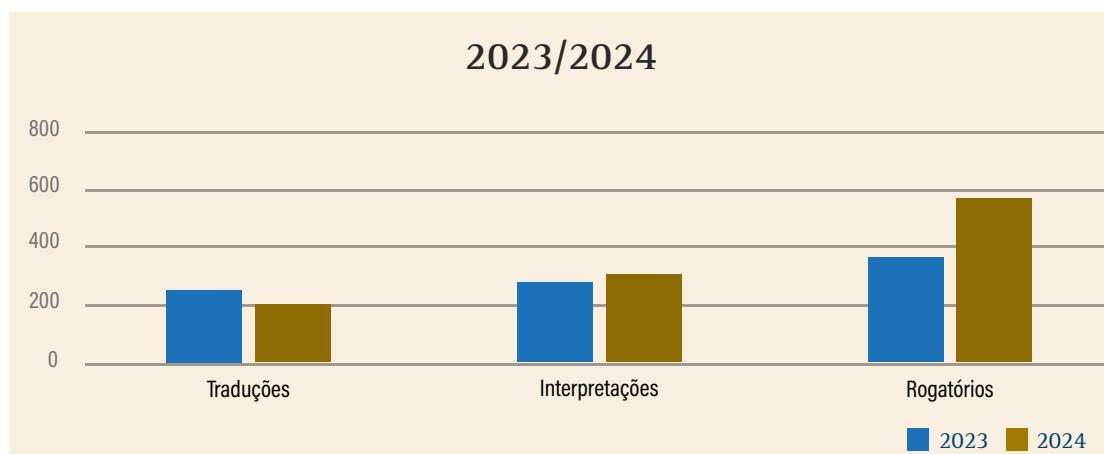
Processos Judiciais

A Divisão de Processos Judiciais (DIPJU/SGJUD) tem por escopo, dentre outros, o apoio e a análise de processos judiciais em tramitação no Departamento de Processos do Tribunal Pleno e do Órgão Especial (DETOE/SGJUD) e no Departamento das Seções de Direito Privado e de Direito Público (DEPSE/SGJUD), implementando rotinas e práticas padronizadas, de forma a agilizar o processamento dos feitos naquelas unidades, merecendo, ainda, destaque os serviços prestados pelo Serviço de Rogatórias, Extradições e Interpretação (SEREI/DIPJU/SGJUD).

Tradutores, Intérpretes

Em apoio à prestação jurisdicional, foram disponibilizados tradutores e intérpretes de idiomas e de LIBRAS pelo SEREI, no biênio 2023/2024, nas ações em que a parte requerente é beneficiária da gratuidade de justiça e em ações penais públicas.

Com relação aos serviços de rogatórias, extradições e interpretações prestados no biênio 2023/2024, foram realizadas 432 traduções e 564 pedidos de interpretação, em processos judiciais ou mediante solicitações das unidades administrativas devidamente autorizadas pela Administração Superior, com custo total de R\$ 1.463.115,51 (um milhão, quatrocentos e sessenta e três mil, cento e quinze reais e cinquenta e um centavos), assim como foram processadas 944 cartas rogatórias.



Fonte: Planilha SEREI e Sistema de Protocolo Administrativo Eletrônico Web 2.0

Justiça Itinerante



Atendimento da Justiça Itinerante

O Programa surgiu como um novo paradigma de realização da prestação jurisdicional. Na verdade, a Justiça Itinerante é um programa vanguardista, prático e acessível, principalmente em relação aos cidadãos com maior dificuldade de acesso aos serviços públicos. Em outras palavras, é um programa inovador porque, ao contrário das práticas exercidas, a própria Justiça vai ao encontro das pessoas com mais necessidades.

No biênio, o programa fez-se presente em 28 Postos da Justiça Itinerante, nos municípios de Aperibé, Areal, Belford Roxo, Carapebus, Itacarezinho (Morro do Coco e Goytacazes), Japeri

Duque de Caxias (Jardim Primavera), Comendador Levy Gasparian, Macuco, Nova Iguaçu (Vila de Cava), Quatis, São Gonçalo (Jardim Catarina), São Fidélis (Pureza), São Francisco do Itabapoana, São José de Ubá, Tanguá, Varre-Sai e no Rio de Janeiro (Campo Grande, Cidade de Deus, Maré/Manguinhos, Nova Sepetiba, Rocinha, Realengo e Vila Cruzeiro/Alemão, Central do Brasil), além do posto da Justiça Itinerante especializado em Registro Tardio de Nascimento, localizado na Praça XI.

Justiça Itinerante – Mutirão de Requalificação Civil

Trata-se de ação da Justiça Itinerante realizada a convite do Núcleo de Defesa dos Direitos Homoafetivos e Diversidade Sexual da Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro (NUDIVERSIS / DPRJ), com o objetivo de prestar atendimento à população LGBTQIAPN+ da região nas ações de requalificação civil, nos mesmos moldes das ações realizadas na unidade da Justiça Itinerante na Fundação Oswaldo Cruz (FIOCRUZ).

Data	Local	Total atendimentos
19/01/2023	Mesquita	108
30/06/2023	Cabo Frio	106
20/10/2023	Niterói	132
17/11/2023	Nova Iguaçu	144
Total		490

Projeto Justiça Itinerante no Sistema Penitenciário

O projeto Justiça Itinerante no Sistema Penitenciário foi implementado em junho de 2017, com o propósito de levar cidadania aos internos das unidades prisionais do Rio de Janeiro e seus familiares, atuando principalmente em registro de nascimento tardio, reconhecimento de paternidade, retificação de registro, casamento e divórcio.

Um dos objetivos principais do projeto é estancar o número de pessoas dentro do sistema prisional sem certificação e a documentação civil.

Data	Local	Total atendimentos
27/01/2023	Instituto Santo Expedito (feminino) - Bangu	93
27/02/2023	Presídio Alfredo Tranjan (masculino) - Bangu	114
17/03/2023	Presídio Nelson Hungria (masculino) - Bangu	98
24/04/2023	Penitenciária Talavera Bruce e Unidade Materno Infantil (feminino) - Bangu	157
08/05/2023	Instituto Penal Benjamin de Moraes Filho (masculino) - Bangu	453
14/07/2023	Instituto Penal Oscar Stevenson (feminino) - Benfica	112
28/07/2023	Presídio Nilza da Silva Santos (feminino) - Campos	162
18/08/2023	Presídio Romeiro Neto - Magé	245
22/09/2023	Penitenciária Muniz Sodré – Bangu	381
27/10/2023	Penitenciária Milton Dias Moreira – Japeri	274
24/11/2023	Penitenciária Industrial Esmeraldino Bandeira – Bangu	120
15/12/2023	Penitenciária Lemos de Brito – Bangu	106
Total		2.315

Justiça Itinerante em Ação – Evento em Cordovil

Por autorização do Exmo. Sr. Presidente do Tribunal de Justiça, a Divisão de Justiça Itinerante participou do Evento “JI-CORDOVIL”, localizado na Praça Laguna, 40, na Escola Municipal São João Batista no dia 11.02.2023, tendo como parceiros, a Defensoria Pública, o Ministério Público e o Conselho Tutelar.

A proposta é levar a Justiça Itinerante aos bairros, para atender às demandas dos moradores nos locais da cidade do Rio onde não há ônibus regulares da JI.

Data	Local	Total atendimentos
11/02/2023	Conselho Tutelar de Cordovil	152
Total		152

Justiça Itinerante – Policiais Penais da SEAP

Além do atendimento aos internos do Sistema Penitenciário, a Justiça Itinerante realiza também ações para atendimento aos agentes penitenciários da Secretaria de Administração Penitenciária, atuando especialmente a retificação de registro, a conversão de união estável em casamento, ação de divórcio consensual ou litigioso, reconhecimento de paternidade, ação de alimentos etc.

A proposta é levar a Justiça Itinerante, não só para atender os internos, mas também atender as demandas dos policiais penais e seus familiares.

Data	Local	Total atendimentos
03/03/2023	CIESP - Complexo de Gericinó	104
Total		104

Projeto Justiça Itinerante Marítima

A proposta é levar a Justiça Itinerante para atender as demandas da população das ilhas e regiões da costa litorânea do Rio de Janeiro, principalmente da Costa Verde, priorizando o atendimento aos cidadãos mais carentes residentes nas áreas distantes do centro urbano, como nas ilhas populosas do literal, em especial indígenas, caiçaras e pescadores.

4ª edição da Justiça Itinerante Marítima, atendendo em 3 municípios da região, Paraty, Angra dos Reis e Mangaratiba:

Data	Local	Total atendimentos
27/03/2023	Paraty	372
28/03/2023	Angra dos Reis/Mambucaba	401
29/03/2023	Angra dos Reis/Bracuí	372
30/03/2023	Angra dos Reis/Japuíba	546
31/03/2023	Mangaratiba/Conceição de Jacareí	273
Total		1.964

5ª edição da Justiça Itinerante Marítima, atendendo em 3 municípios da região, Paraty, Angra dos Reis e Mangaratiba:

Data	Local	Total atendimentos
06/11/2023	Paraty	373
07/11/2023	Angra dos Reis/Mambucaba	384
08/11/2023	Angra dos Reis/Bracuí	286
09/11/2023	Angra dos Reis/Japuíba	562
10/11/2023	Mangaratiba/Muriqui	291
Total		1.896

Registre-se! Semana Nacional do Registro Civil

A ação vem no sentido de dar cumprimento ao Provimento n. 140/2023 do Conselho Nacional de Justiça, visando à erradicação do sub-registro civil, com enfoque em pessoas em situação de vulnerabilidade, a exemplo da população de rua ou privada de liberdade. No âmbito do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro, o evento foi dividido em três momentos, conforme quadro abaixo.

Além dessa agenda, 24 Centros Judiciários de Solução de Conflitos e Cidadania (CEJUSCs), de todo o Rio de Janeiro, atuaram com especial atenção à população em situação de rua, disponibilizando o Registro Civil de Nascimento ou Casamento.

Data	Local	Total atendimentos
08/05/2023	Instituto Penal Benjamin de Moraes Filho	427
09 a 11/05/2023	Praça do Expedicionário	12.151
12/05/2023	Justiça Itinerante do Registro Civil	749
Total		13.327

Projeto Justiça Itinerante Curta a Praça

O projeto Curta a Praça é de iniciativa dos colaboradores, responsáveis e alunos voluntários do Projeto de Ação Social do Colégio Cruzeiro - unidade Centro -, em parceria com o TJRJ através da Justiça Itinerante, a Subprefeitura do Centro e algumas ONGs que atuam com população em situação de rua.

A proposta da participação da Justiça Itinerante é leva-la à Praça da Cruz Vermelha para atender às demandas na área judicial e documental dessa parcela invisibilizada da população.

Data	Local	Total atendimentos
28/05/2023	Praça Cruz Vermelha	759
Total		759

Projeto Justiça Itinerante Levando Cidadania

O projeto Justiça Itinerante Levando Cidadania vem em busca do público socioecononomicamente vulnerável, que habita áreas precárias e com baixíssimo IDH, nos verdadeiros bolsões de pobreza, objetivando ampliar o acesso à Justiça e à documentação básica, levando os atendimentos jurisdicionais itinerantes, tirando as pessoas da invisibilidade, reconhecendo o seu direito de existir como cidadão.

Data	Local	Total atendimentos
17/06/2023	Jardim Gramacho, Duque de Caxias	928
30/09/2023	Magé	1095
09/12/2023	Belford Roxo	375
Total		2.398

Projeto Justiça Itinerante Promovendo Dignidade

O projeto Justiça Itinerante Promovendo Dignidade vem com o objetivo de garantir acesso à Justiça nas principais áreas de prostituição do Rio de Janeiro, marcadas pelas dificuldades econômicas e sociais enfrentadas por essa parcela da população.

Assim, foi realizado o 1º evento na Vila Mimosa, uma das regiões tradicionalmente direcionadas à atividade, ampliando o acesso das pessoas que ali vivem e/ou trabalham aos seus Direitos fundamentais:

- Entrevistas para os casos de Registro Tardio pela Justiça Itinerante;
- Elaboração de petição inicial em ações de Registro Civil, Família, além de ofício de busca da 2ª via da certidão pela Defensoria Pública;

- Realização das respectivas audiências pelo Magistrado, com acompanhamento do Promotor e Defensor;
- Emissão da carteira de identidade e realização da pesquisa datiloscópica pelo DETRAN;
- Vacina, orientação e teste rápido pela Secretaria Municipal de Saúde;
- CAD Único, emissão de CPF, Cartão do SUS e Estética pela Secretaria Municipal de Assistência Social;

Data	Local	Total atendimentos
05/10/2023	Vila Mimosa	314
Total		314

Projeto "Mutirão POP RUA JUD"

A convite do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, com base na Resolução CNJ nº 425/2021, que institui, no âmbito do Poder Judiciário, a Política Nacional de Atenção a Pessoas em Situação de Rua e suas interseccionalidades, a Justiça Itinerante do TJRJ atuou como parceira do Segundo Mutirão Pop Rua Jud do Rio de Janeiro, nos dias 12, 13 e 14 de setembro de 2023, na Catedral Metropolitana de São Sebastião do Rio de Janeiro.

A segunda edição seguiu o mesmo formato do ano de 2022, quando foram atendidas cerca de 3 mil pessoas e efetivados mais de 20 mil atendimentos.

A proposta é levar a Justiça Itinerante, com seu ônibus adaptado, para atender à população em situação de rua, nas ações de registro tardio, busca de certidões inacessíveis e demais demandas judiciais a nível estadual.

Data	Local	Total atendimentos
12 /09/2023	Catedral Metropolitana de São Sebastião do Rio de Janeiro	212
13/09/2023	Catedral Metropolitana de São Sebastião do Rio de Janeiro	199
14/09/2023	Catedral Metropolitana de São Sebastião do Rio de Janeiro	320
Total		731

Justiça Itinerante – FIOCRUZ PRA VOCÊ

A convite da Fundação Oswaldo Cruz, a Justiça Itinerante participou da 30ª edição do FIOCRUZ PARA VOCÊ, no sentido de garantir acesso à Justiça, com enfoque no público LGBTQIAPN+, demandante das ações de Requalificação Civil.

A ação visa associar o Dia Nacional de Vacinação a um dia por uma vida saudável e digna para todos, com integração e engajamento dos funcionários da FIOCRUZ com as comunidades vizinhas, promovendo ações de conscientização sobre saúde, disseminação de conhecimento, ciências, além de atividades culturais, artísticas e de promoção da saúde.

Data	Local	Total atendimentos
18/11/2023	Campus de Manguinhos	176
Total		176

Justiça Itinerante – "Cidadania e Acessibilidade"

A Justiça Itinerante participou da Ação Social em comemoração ao Dia Internacional da Pessoa com Deficiência, destinada ao atendimento das Pessoas com Deficiência e seus familiares, visando à promoção de ações inclusivas e de garantia de seus direitos, promovendo Conversão de União Estável em Casamento, 2ª Via de documentos, atendimento jurídico, diversas demandas registrais e de família e esclarecimento sobre feitos em andamento e possíveis violações de direitos sofridas pelos jurisdicionados

Data	Local	Total atendimentos
30/11/2023	Tribunal de Justiça - Lâmina III	39
Total		39

Fonte: dados emitidos pela Justiça Itinerante

Estatísticas 2024

Relatório Estatístico dos Atendimentos - JUSTIÇA ITINERANTE 2024													
Atendimentos	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	Total
Tombamentos													
Localidades													
Aperibé	135	131	143	175	187	172	65	134	150	116	155	-	1408
	10	12	20	16	17	16	17	29	12	14	16	-	163
Areal	345	407	422	531	505	458	245	686	708	713	559	-	5020
	45	91	53	56	62	48	36	33	37	32	56	-	493
Belford Roxo	114	114	197	223	196	206	106	207	161	135	156	-	1659
	20	25	51	38	69	70	25	42	46	40	47	-	426

Campo Grande	282	245	333	341	334	347	187	379	473	283	377	-	3204
	15	27	40	24	38	39	34	23	21	25	27	-	286
Carapebus	40	74	54	113	51	68	37	60	63	71	52	-	631
	0	11	12	18	12	18	3	11	14	16	12	-	115
Cardoso Moreira	52	88	104	135	114	108	58	154	112	101	123	-	1026
	9	40	43	69	60	47	43	79	40	40	38	-	470
Central do Brasil Inaugurada em 03/04/2024	0	-	-	215	257	285	190	387	383	621	369	-	2338
	0	-	-	7	95	95	79	72	293	129	76	-	770
Cidade de Deus	186	279	281	360	349	357	176	439	353	412	344	-	3192
	1	17	28	20	18	44	70	26	19	25	9	-	268
Goytacazes (Campos)	662	422	408	520	384	492	262	598	703	253	317	-	4704
	9	34	59	49	97	50	47	31	48	66	26	-	490
Japeri	191	297	277	394	483	435	243	499	389	482	417	-	3690
	10	22	41	16	48	27	20	51	28	38	44	-	301
Jardim Primavera (D. de Caxias)	1444	1484	1497	1914	1164	752	355	1893	1910	1963	1808	-	14376
	4	24	45	25	24	35	52	11	54	57	49	-	331
Levy Gasparian	117	127	109	186	168	167	49	103	170	95	107	-	1291
	7	21	15	33	15	36	15	18	17	19	21	-	196
Macuco	73	64	71	66	58	58	38	65	80	60	62	-	633
	3	10	7	20	18	13	20	14	19	19	22	-	143
Maré	360	372	474	460	450	462	221	412	426	528	331	-	4165
	43	81	55	90	95	68	86	151	35	51	52	-	755
Morro do Coco (Campos)	114	105	146	217	197	205	130	227	252	205	254	-	1798
	1	2	15	12	11	6	14	9	14	7	12	-	91
Nova Sepe-tiba	282	281	371	359	370	350	169	363	329	417	417	-	3291
	5	10	21	22	61	24	23	22	15	21	25	-	224
Quatis	72	147	64	125	134	147	72	149	157	150	158	-	1217
	7	12	8	13	56	9	10	10	30	15	13	-	170
Realengo	270	278	371	367	354	351	187	376	348	435	369	-	3337
	6	20	33	34	24	25	12	16	15	27	9	-	221
Rocinha	271	289	366	369	350	366	188	384	357	444	349	-	3733
	4	19	24	13	19	33	8	19	18	22	12	-	179
São Gonçalo (J.Catarina)	242	239	322	253	286	302	121	308	338	384	240	-	2795
	18	35	22	34	41	33	43	42	40	34	37	-	342
São Fidélis/Pureza Inaugurada em 08/10/2024	-	-	-	-	-	-	-	-	-	61	35	-	61
	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0	2	-	0
São Francisco de Itabapoana	26	7	58	31	51	43	23	51	33	20	48	-	343
	1	5	27	10	8	11	6	14	4	8	12	-	94
São José de Ubá	33	67	49	58	67	75	29	56	65	72	51	-	571
	1	7	15	6	13	20	1	14	10	2	3	-	89
Sub-Registro	185	211	308	396	372	404	206	461	387	371	385	-	3301
	4	44	51	64	84	72	55	58	50	56	55	-	538
Tanguá	196	209	248	287	208	190	88	199	220	268	218	-	2113
	5	18	38	30	34	29	15	24	29	45	32	-	267
Varre-Sai	123	150	129	106	111	106	74	212	147	152	153	-	1310
	12	30	15	10	7	30	19	11	13	13	22	-	160
Vila Cruzeiro - Alemão	274	275	369	368	349	371	183	354	431	258	343	-	3232
	7	20	22	20	24	34	12	33	26	26	19	-	224
Vila de Cava	400	351	530	495	479	493	239	486	572	385	490	-	4430
	0	11	79	46	32	48	67	28	17	42	42	-	370
Atendimentos	6489	6713	7701	9064	8028	7770	3941	9642	9717	9455	8687	-	87207
Tombados	247	648	839	795	1082	980	832	891	964	889	790	-	8957
TOTAIS	6736	7361	8540	9859	9110	8750	4773	10533	10681	10344	9477	-	96164

Fonte: Portal Justiça Itinerante – Ano 2024

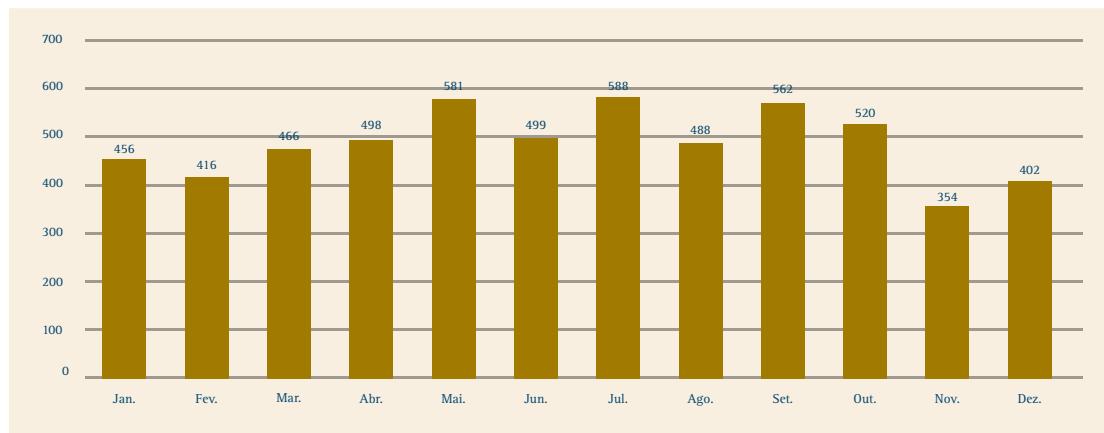
Perícia Genética

O programa é coordenado pelo Serviço de Perícias Genéticas (SEGEN), ligado ao Departamento de Acesso à Justiça, Ação Social e Acessibilidade (DEAJU), e tem por objetivo dispor sobre a realização de exames de tipagem por DNA, quando as partes forem beneficiárias da assistência judiciária gratuita, deferidos nos autos das ações judiciais, nas comarcas do estado do Rio de Janeiro.

No período de janeiro a dezembro de 2023, foram recebidas e cadastradas 5.568 (cinco mil e quinhentos e sessenta e oito) solicitações de agendamento de exames de DNA, pelo Serviço de Perícias Genéticas.

Em 2024 foram recebidas e cadastradas 5.830 (cinco mil e oitocentos e trinta) solicitações de agendamento de exames de DNA.

Total de Atendimentos da Perícia Genética



Fonte: Serviço de Perícias Genética (SEGEN)

Perícia Judicial

As perícias judiciais são levantamentos de provas e laudos feitos por responsáveis técnicos da área: os peritos judiciais. Seu objetivo é apresentar informações para ajudar a determinar a resolução de uma ação judicial.

O Serviço de Perícias Judiciais (SEJUD) é órgão administrativo, normatizado pela Resolução CM nº 2/2018, vinculado ao Departamento de Acesso à Justiça, Ação Social e Acessibilidade (DEAJU), responsável pelo gerenciamento do cadastro dos peritos judiciais e da organização do pagamento das ajudas de custo a esses auxiliares da Justiça.

No ano de 2023, foram realizadas 12.230 (doze mil e duzentos e trinta) solicitações de pagamentos de peritos e, em 2024, foram realizadas 12.158 (doze mil e cento e cinquenta e oito) solicitações.

No ano de 2023, o SEJUD realizou um total de pagamento de ajuda de custo de R\$4.825.994,66 e, em 2024, um total de R\$7.431.137,92.

Pagamentos de Ajuda de Custo			
Janeiro	3%	452	R\$ 223.536,51
Fevereiro	6%	739	R\$ 408.897,95
Março	7%	967	R\$ 532.094,75
Abril	11%	1.386	R\$ 792.264,90
Maio	9%	1.122	R\$ 671.987,13
Junho	10%	1.124	R\$ 717.440,34
Julho	10%	1.175	R\$ 737.591,18
Agosto	9%	1.036	R\$ 659.170,89
Setembro	16%	1.835	R\$ 1.185.599,53
Outubro	5%	558	R\$ 361.892,51
Novembro	9%	1.011	R\$ 673.966,33
Dezembro	6%	753	R\$ 466.695,89
Totais		12.158	R\$ 7.431.137,92

Fonte: Serviço de Perícias Judiciais (SEJUD)

Núcleo de Assessoria Técnica em Ações de Saúde (NATJUS/RJ)

O convênio foi desenvolvido por meio da parceria entre o TJRJ e a Secretaria Estadual de Saúde (SES), para prestar assessoria ao Judiciário na elaboração de pareceres técnico-normativos em pedidos de liminar e tutela provisória, nas ações que visam fornecimento, pelo Poder Público, de medicamentos, insumos para a saúde, tratamentos e procedimentos médicos não emergenciais.

NATJUS 2023													
	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Total
Capital	68	78	200	102	152	149	122	174	176	215	223	156	1815
Interior	158	134	226	177	232	217	230	282	218	271	219	177	2541
Total	226	212	426	279	384	366	352	456	394	486	442	333	4356

NATJUS 2024													
	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Total
Capital	171	243	216	214	276	311	278	327	356	218	231	173	3014
Interior	188	227	188	245	285	222	292	283	263	233	210	240	2876
Total	359	470	404	459	561	533	570	610	619	451	441	413	5890

Fonte: NATJUS/RJ – Biênio 2023 e 2024

Apoio ao Juizado Especial do Torcedor e Grandes Eventos

A SGSUS forneceu o apoio na instalação das unidades móveis, disponibilizadas por meio do convênio com o SESI, que atuam em eventos esportivos, artísticos e culturais, de competência do Juizado Especial do Torcedor e Grandes Eventos, visando garantir seu pleno funcionamento.

Em 2023 o “Caminhão do Juizado Especial do Torcedor e Grandes Eventos” atuou nos dias:

- 13, 14 ,15 19,20, 21,22,27,28 e 29/01 - evento Universo Spanta;
- 21/01 - Apoio ao UFC,
- 10/2 - Apoio no Estádio Luso Brasileiro (Taça Guanabara 2023);
- 15/02 - Apoio no Estádio Raulino de Oliveira (Taça Guanabara 2023);
- 17, 18, 19, 20 e 25/02 - Sambódromo (Carnaval 2023);
- 12/03 - Apoio no Estádio Raulino de Oliveira (Taça Guanabara 2023);
- 18/03 - Apoio no Estádio Luso Brasileiro (Taça Guanabara 2023).
- 20, 21, 27 e 28/05 - Apoio em Copacabana - Posto 4 - TIM Music Festival
- 27 e 28/05 - Apoio no Jockey Club – MITA
- 19/11 – 28ª Parada do Orgulho LGBT Rio

Em 2024 o “Caminhão do Juizado Especial do Torcedor e Grandes Eventos” atuou nos dias:

- 05,06,12,13,20,27 e 28/01 - evento Universo Spanta;
- 28/01 - Apoio no Estádio Luso Brasileiro (Taça Guanabara 2024);
- 21,24 e 25/01 – Apoio no Estádio Elcyr Resende (Bacaxá) – Campeonato Carioca 2024
- 09,10,11,12 e 17/02 - Sambódromo (Carnaval 2024).

Central de Curadoria Judicial / SGSUS

Pessoas com deficiência acompanhadas pela Central de Curadoria Judicial

- Janeiro de 2024: 191 pessoas
- Novembro de 2024: 188 pessoas

Principais Realizações:

Desde 1950, o Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro assume o exercício da curatela de pessoas que não possuem referências familiares ou afetivas capazes de assumir tal responsabilidade. Essa atribuição está sediada em setores denominados Centrais de Tutoria Judicial, localizados em Niterói, Duque de Caxias, Nova Iguaçu, Campos dos Goytacazes e na Comarca da Capital. Desde fevereiro de 2023, a Central da Comarca da Capital passou a ser denominada Central de Curadoria Judicial, integrando uma das Secretarias Gerais da Presidência: a Secretaria Geral de Sustentabilidade e Responsabilidade Social (SGSUS).

As Centrais contam com servidores responsáveis pela função de tutor/curador judicial, além de suporte de profissionais de Serviço Social e outros trabalhadores que atuam na execução das ações necessárias para materializar o exercício da curatela pelo TJRJ.

Atualmente, a Central de Curadoria Judicial é responsável pela curatela de 188 pessoas com deficiência que foram submetidas ao instituto da curatela e que não possuem vínculos familiares ativos, principalmente devido a longos anos de institucionalização, em sua maioria em instituições psiquiátricas e, em alguns casos, em abrigos assistenciais.

Há um total de 30 unidades externas que atuam no trabalho interinstitucional de assistência e cuidado cotidiano às pessoas atendidas. Essas unidades estão distribuídas por diversos bairros da cidade do Rio de Janeiro: 3 na região central, 17 na zona sul, 88 na zona norte, 75 na zona oeste e 5 com paradeiro desconhecido. Atualmente, 156 pessoas residem em ambientes institucionais. Do total, 79 são do sexo feminino e 109 do sexo masculino, com idades entre 28 e 94 anos. Entre elas, 93 fazem parte da faixa etária idosa, sendo 13 com mais de 80 anos. A maioria dessas pessoas foi impedida de acessar o direito à educação escolar e ao trabalho, e, por isso, possui renda equivalente a um salário mínimo, proveniente do benefício assistencial previsto na Lei Orgânica da Assistência Social.

Por se tratar de uma curatela de natureza institucional, o exercício desse encargo apresenta particularidades determinadas pela estrutura organizacional. O acompanhamento busca garantir condições dignas para o público atendido, com uma abordagem humanizada que visa compreender a realidade de cada indivíduo e fornecer os encaminhamentos necessários. Prioriza-se uma atuação colaborativa com as equipes da rede de atendimento, com o objetivo de melhorar a qualidade de vida dos assistidos.

Finalizamos este período comemorando a obtenção de vagas em residências terapêuticas no município, fato que possibilitou o cumprimento da Lei 10.216/2001, garantindo alta hospitalar para todas as pessoas que ainda sofriam com internações psiquiátricas prolongadas. Além disso, conquistamos uma vaga em residência terapêutica para uma pessoa idosa que estava há mais de dez anos em um abrigo municipal provisório. Também foi possível transferir uma pessoa com deficiência desse mesmo abrigo para outro programa municipal de moradia assistida.

Centro de Especialização de Atenção e Apoio às Vítimas de Crimes e Atos Infracionais (CEVIT)

O Centro Especializado de Atenção e Apoio às Vítimas de Crimes e Atos Infracionais é um canal especializado de orientação às vítimas diretas e indiretas de crimes

e atos infracionais. O objetivo é promover o acolhimento social e psicológico. A vítima é encaminhada para uma rede de serviços disponíveis.

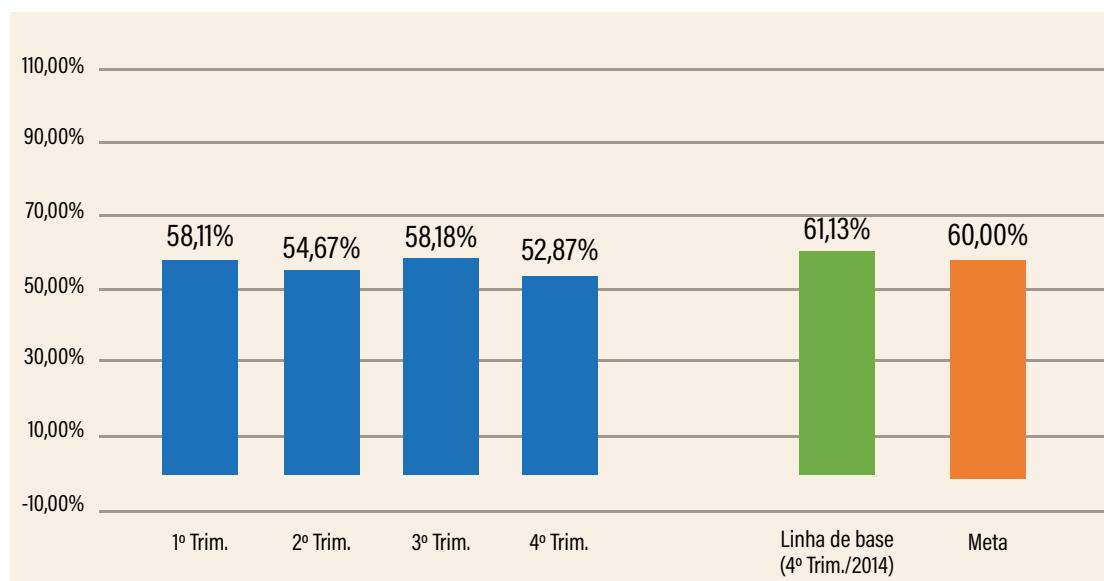
A equipe multidisciplinar do TJRJ atua em diferentes frentes:

- Orientação sobre direitos: Encaminhamento formal para a rede de serviços públicos disponíveis na região (em especial os de assistência jurídica, médica, psicológica, social e previdenciária);
- Fornecimento de informações e possível direcionamento aos programas de proteção a vítimas e testemunhas ameaçadas.

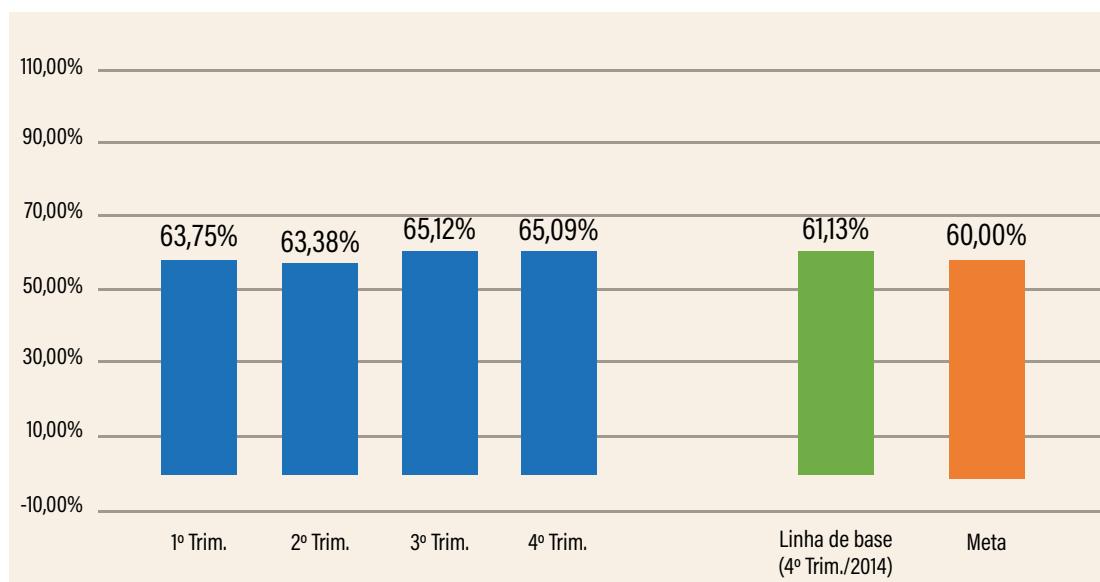
Indicadores e métricas institucionais

Taxa de Congestionamento Global – Fase Conhecimento

Congestionamento na Fase de Conhecimento - GLOBAL (2023)



Congestionamento na Fase de Conhecimento - GLOBAL (2024)



Análise geral:

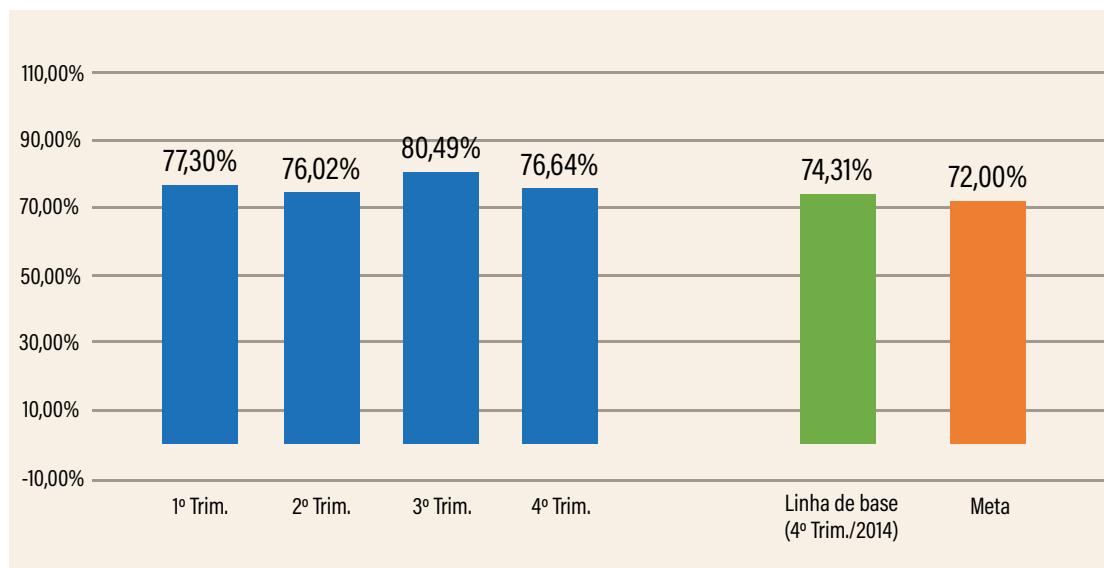
A Taxa de Congestionamento é uma variável que leva em consideração os casos pendentes do mês de análise e os últimos 12 meses de processos baixados. Neste estudo específico considera-se o congestionamento global na fase de conhecimento. Somam-se os indicadores de 2º grau, 1º grau, juizados e turma recursal. O sentido de melhoria é quanto menor, melhor. No 1º trimestre de 2023, o valor apurado no indicador foi de 58,11%. No 2º trimestre, o índice se reduz para 54,67%. No 3º trimestre, o índice sobe para 58,18% e no 4º trimestre 65,09%. META ALCANÇADA.

No que tange ao ano de 2024, observa-se no 1º trimestre um total de 63,75%, variando no trimestre seguinte para 63,38%, alcançando no 3º trimestre 65,12%. META NÃO ALCANÇADA.

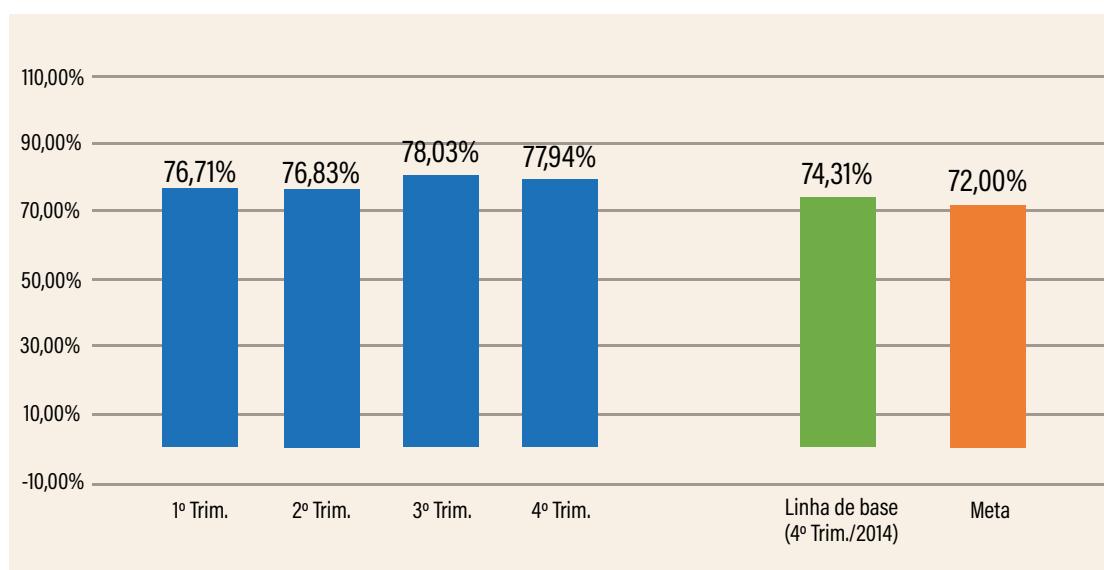
OBS: Dados estatísticos com critérios da Parametrização do CNJ. Estes indicadores estão em revisão para retificação/ratificação.

1º Grau – Fase Conhecimento

Congestionamento na fase de conhecimento no 1º grau (2023)



Congestionamento na fase de conhecimento no 1º grau (2024)



Análise geral:

A Taxa de Congestionamento é uma variável que leva em consideração os casos pendentes do mês de análise e os últimos 12 meses de processos baixados. Neste estudo específico considera-se o congestionamento na fase de conhecimento apenas do 1º grau.

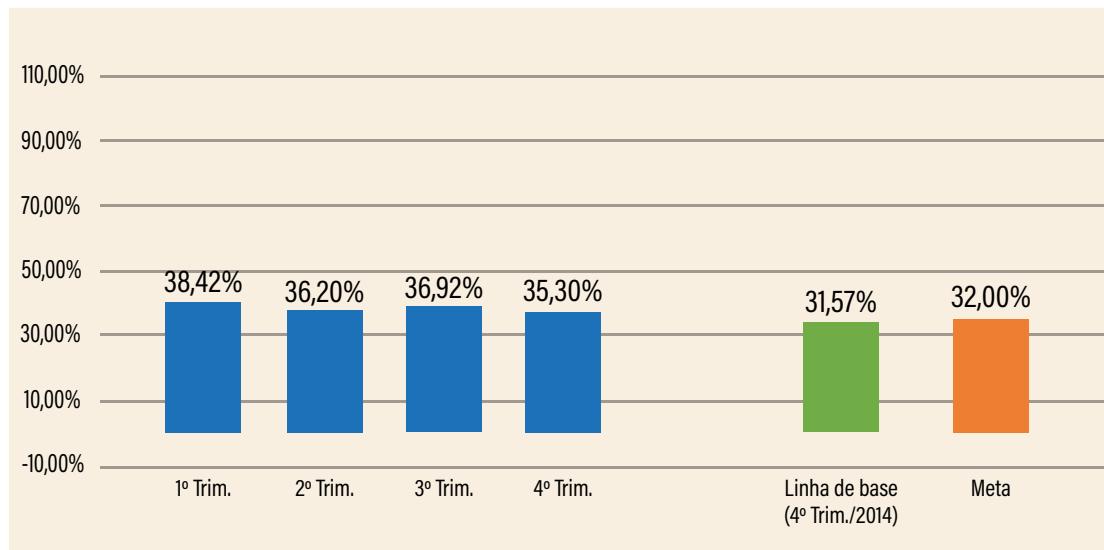
Em 2023, identifica-se instabilidade na queda no indicador: no 1º trimestre, 77,30%; no 2º trimestre, 76,02%; no 3º trimestre, 80,49% e com o 4º trimestre em 76,64%. No que tange à 2024, no 1º trimestre a taxa de congestionamento foi de 76,71%; no

2º trimestre, chegando a 76,83%; no 3º Trimestre 78,03%, e no 4º trimestre 77,94%. Na Taxa de Congestionamento, o sentido de melhoria é “quanto menor, melhor”. Considerando-se a Meta de 72%, META ALCANÇADA em ambos os anos.

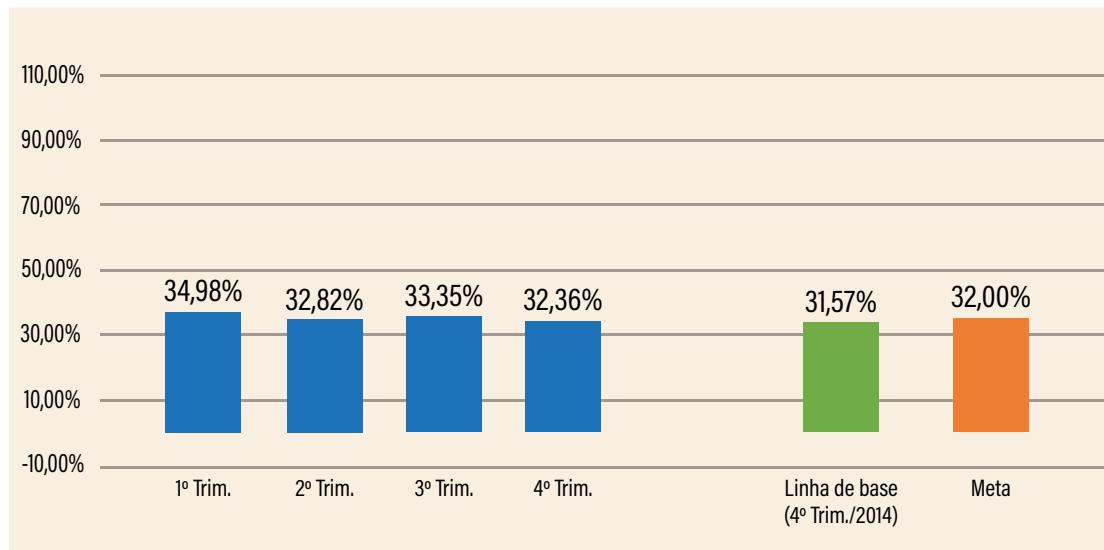
OBS: Dados estatísticos com critérios da Parametrização 2021 do CNJ. Estes indicadores estão em revisão para retificação/ratificação.

2º Grau

Congestionamento no 2º Grau (2023)



Congestionamento no 2º Grau (2024)



Análise geral:

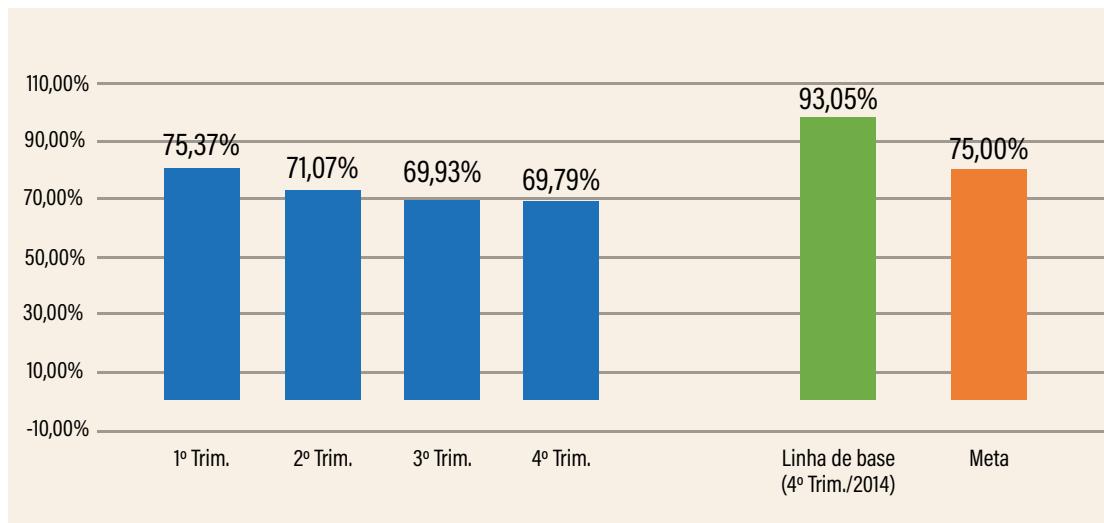
A taxa de congestionamento no 2º Grau considera o total de casos pendentes e dos processos baixados. O sentido de melhoria é de quanto menor, melhor. No 1º e no 2º trimestre de 2023, o comportamento do indicador foi descendente, passando de

38,42% para 35,30% ao final de 2023. Apesar da tendência de queda, META NÃO ALCANÇADA.

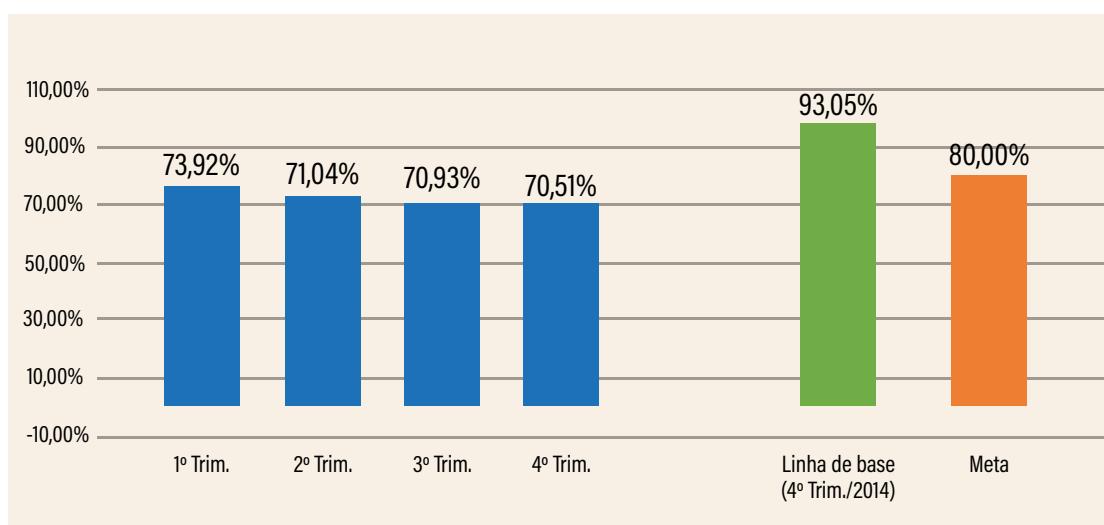
Quanto ao ano de 2024, no 3º e no 4º trimestre, o comportamento do indicador foi descendente, passando de 33,35% para 32,36%. Meta alcançada.

Global – Fase de Execução

Congestionamento na Fase de Execução - GLOBAL (2023)



Congestionamento na Fase de Execução - GLOBAL (2024)



Análise geral:

A Taxa de Congestionamento é uma variável que leva em consideração os casos pendentes do mês de análise e os últimos 12 meses de processos baixados. Neste estudo, considera-se o congestionamento global na fase de execução. Somam-se os indicadores de 1º grau e juizados, apenas.

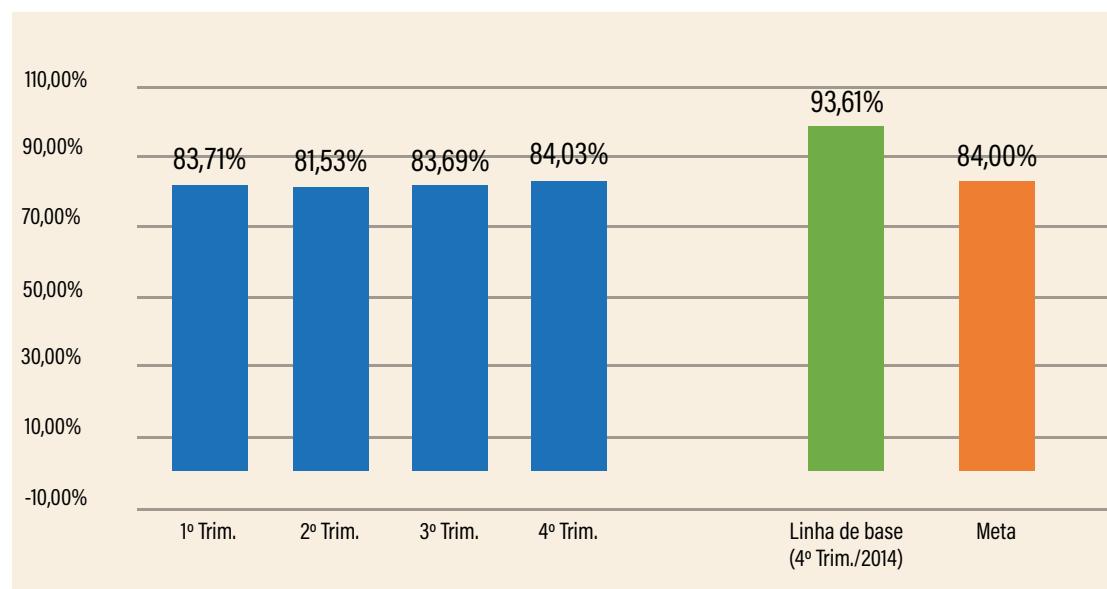
No 1º trimestre de 2023, o índice se inicia em 75,37%; no 2º trimestre, taxa atinge 71,07%, mostrando tendência de queda no índice, que inclui os processos de execução fiscal. Os 3º e 4º trimestres confirmam a queda, encerrando 2023 com 69,79%. META ALCANÇADA.

Por sua vez, no ano de 2024, verifica-se que no 1º trimestre o indicador se estabilizou em 73,92%, variando para 70,93% no 3º trimestre e no 4º trimestre 70,51%. Meta não foi alcançada.

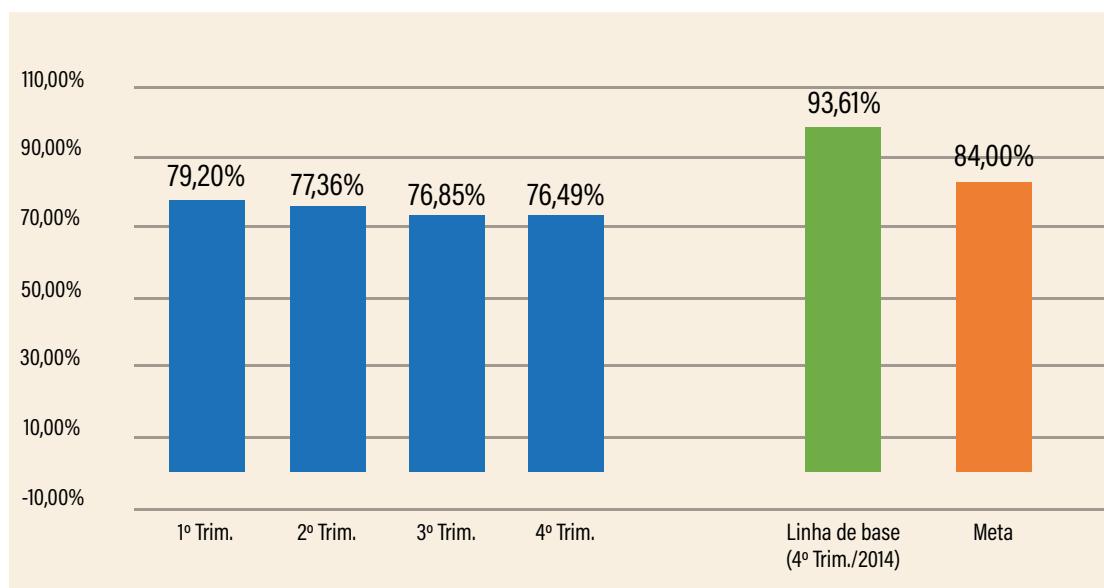
OBS: Dados estatísticos com critérios da Parametrização 2021 do CNJ. Estes indicadores estão em revisão para retificação/ratificação.

1º Grau – Fase de Execução

Congestionamento na Fase de Execução no 1º Grau (2023) (SEM EXECUÇÃO FISCAL)



Congestionamento na Fase de Execução no 1º Grau (2024) (SEM EXECUÇÃO FISCAL)



Análise geral:

A Taxa de Congestionamento é uma variável que leva em consideração os casos pendentes do mês de análise e os últimos 12 meses de processos baixados. Neste estudo, considera-se o congestionamento na fase de execução apenas do 1º grau, excluída a execução fiscal.

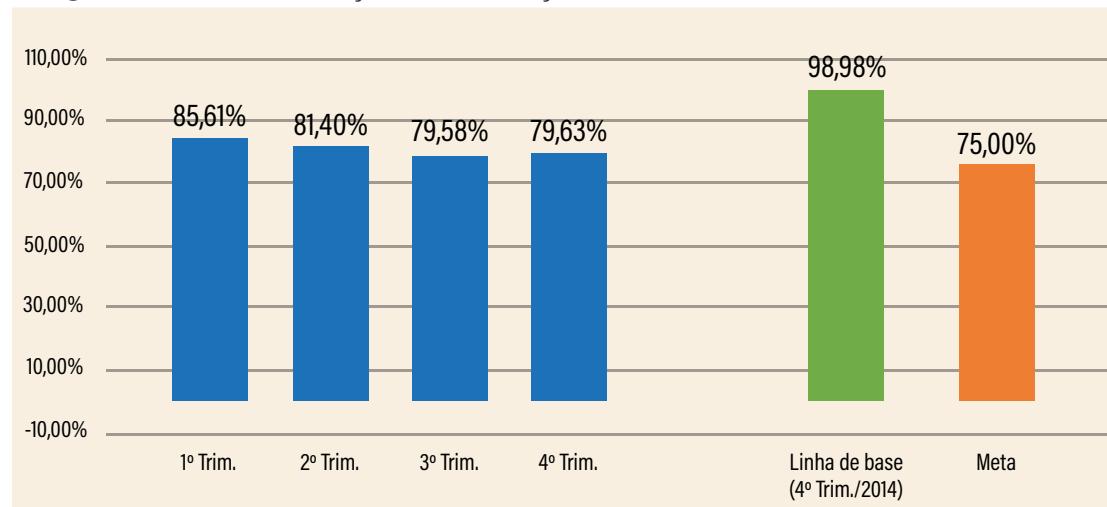
Em 2023, identifica-se tendência de oscilação no indicador, variando de 83,71% no 1º trimestre para 84,03% no 4º trimestre. Na Taxa de Congestionamento, o sentido de melhoria é “quanto menor, melhor”. A Meta estabelecida é de 84%, revelando a META ALCANÇADA.

Por sua vez, em 2024 a tendência tem se mostrado ser de queda 79,20% no 1º trimestre chegando em 76,49% no 4º trimestre. a Taxa de Congestionamento, o sentido de melhoria é “quanto menor, melhor”. A Meta estabelecida é de 84%, revelando a META NÃO ALCANÇADA.

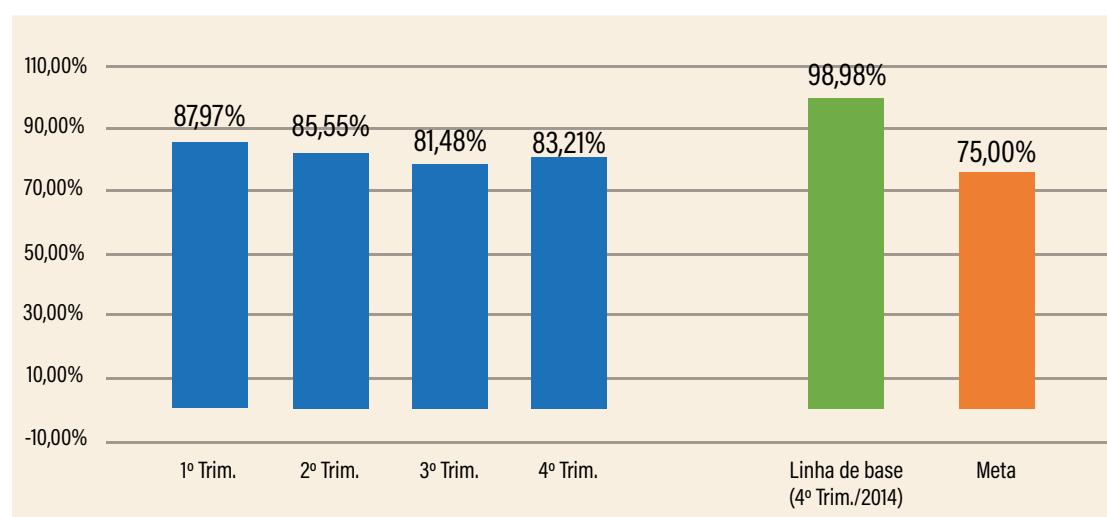
OBS: Dados estatísticos com critérios da Parametrização do CNJ. Estes indicadores estão em revisão para retificação/ratificação.

Ações de Execução Fiscal

Congestionamento das ações de execução fiscal (2023)



Congestionamento das ações de execução fiscal (2024)



Análise geral:

A Taxa de Congestionamento é uma variável que leva em consideração os casos pendentes do mês de análise e os últimos 12 meses de processos baixados. Neste estudo, considera-se o congestionamento na fase de execução apenas dos juizados especiais.

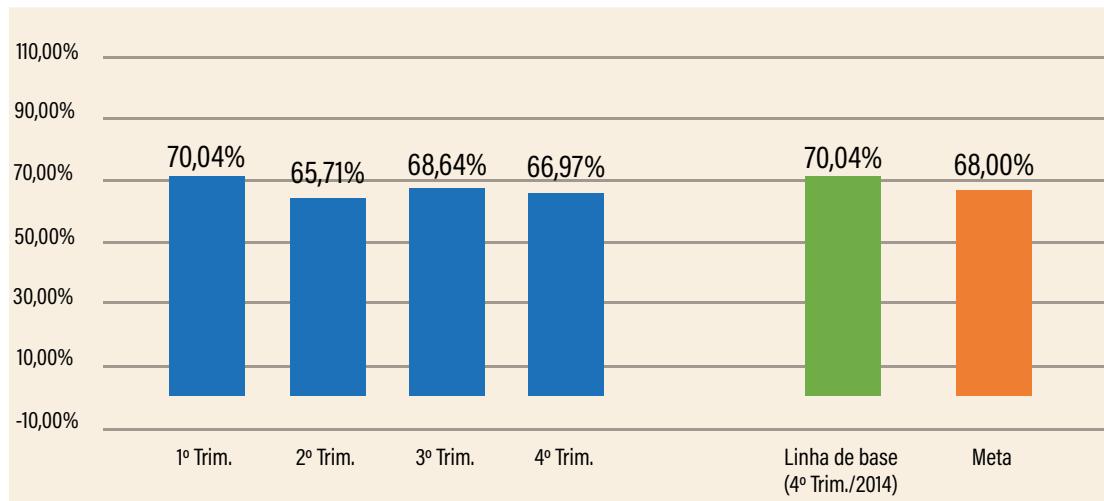
Em 2023, identifica-se tendência de queda no indicador, de 85,61% no 1º trimestre para 81,40% no 2º trimestre. A queda permanece, atingindo 79,58% no 3º e 79,63% no 4º trimestre. Embora o indicador tenha demonstrado queda observa-se que ele atingiu a meta estabelecida. Na Taxa de Congestionamento, o sentido de melhoria é “quanto menor, melhor”. META ALCANÇADA.

Já em relação a 2024, observa-se uma tendência de queda no indicador, de 87,97% no 1º trimestre, chegando a 81,48% no 3º trimestre e no 4º trimestre 83,21%. Na Taxa de Congestionamento, o sentido de melhoria é “quanto menor, melhor”. META ALCANÇADA.

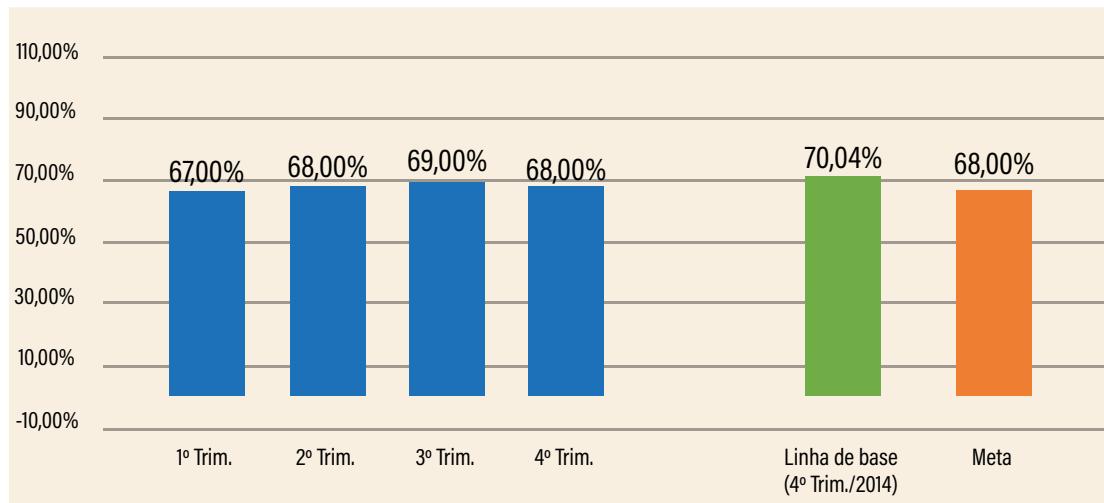
OBS: Dados estatísticos com critérios da Parametrização do CNJ. Estes indicadores estão em revisão para retificação/ratificação.

Competência Criminal

Congestionamento 1º grau Criminal (2023)



Congestionamento 1º grau Criminal (2024)



Análise geral:

A Taxa de Congestionamento é uma variável que leva em consideração os casos pendentes do mês de análise e os últimos 12 meses de processos baixados. Neste estudo específico, considera-se o congestionamento na fase de conhecimento apenas do 1º grau CRIMINAL.

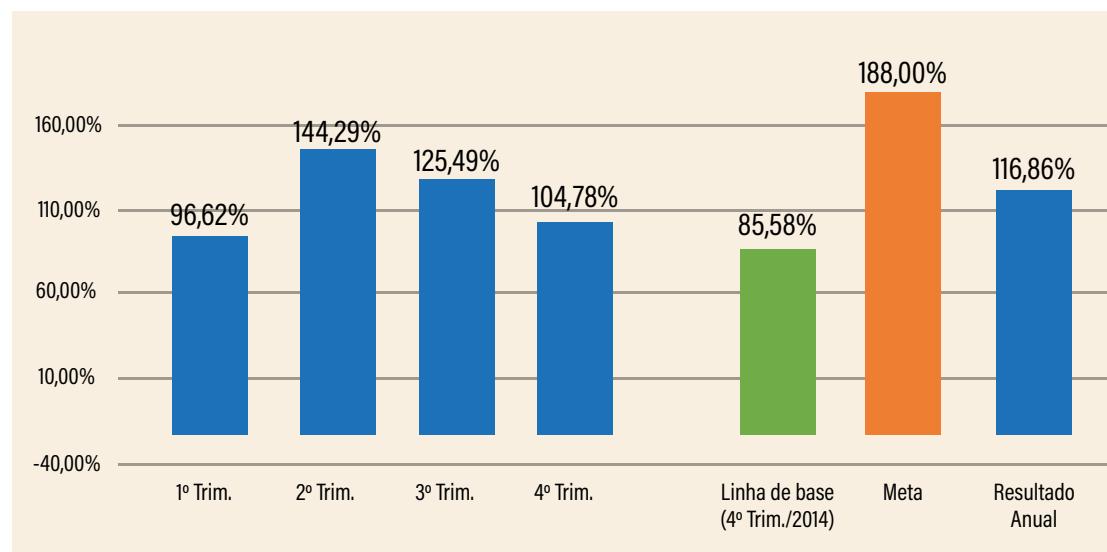
Em 2023, identifica-se tendência de queda no indicador: no 1º trimestre, 70,04%; no 2º trimestre, 65,71%; no 3º trimestre, 68,64% e no 4º trimestre em 66,97%; Já em 2024 observa-se uma variação não tão expressiva de 67% no 1º trimestre; atingindo 68% no 2º trimestre; 69% no 3º trimestre e no 4º trimestre 68%.

Na Taxa de Congestionamento, o sentido de melhoria é “quanto menor, melhor”. META ALCANÇADA.

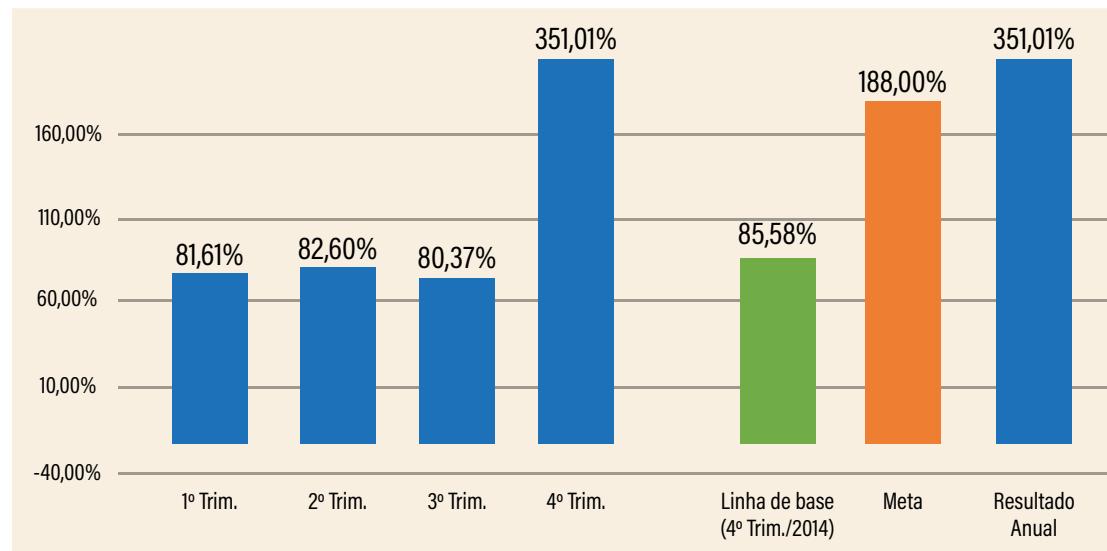
OBS: Dados estatísticos com critérios da Parametrização 2021 do CNJ. Estes indicadores estão em revisão para retificação/ratificação.

Atendimento à Demanda

Índice de atendimento à Demanda - Global (2023)



Índice de atendimento à Demanda - Global (2024)



Análise geral:

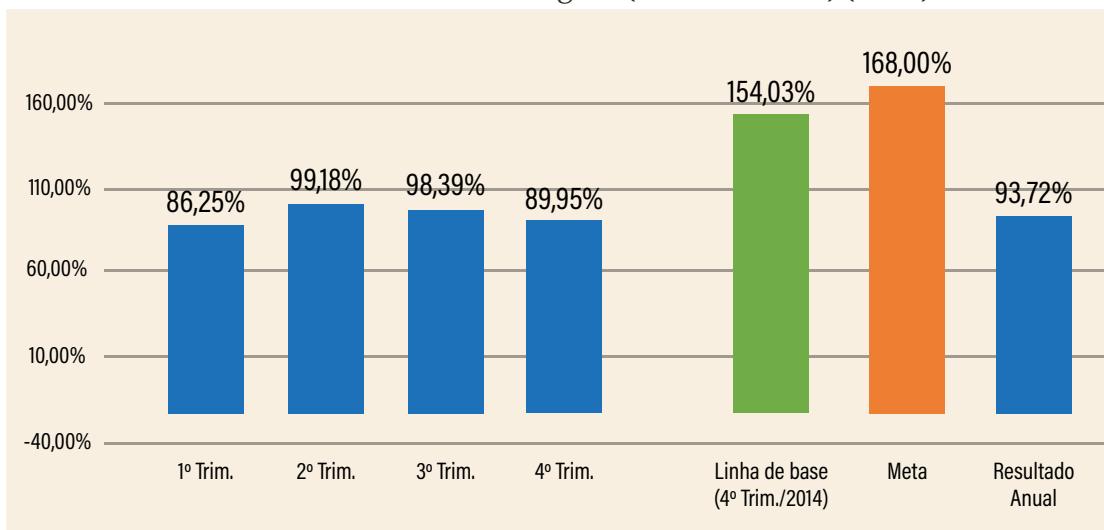
O Índice de atendimento à Demanda contabiliza os processos baixados e os novos, tendo como sentido de melhoria “quanto maior, melhor”, pois se a quantidade de processos baixados for superior à quantidade de processos que entram, o comportamento do indicador será positivo. Neste estudo específico, avaliou-se o IAD global do PJERJ, incluindo conhecimento e execução, no âmbito do 2º grau, 1º grau, juizados e turmas recursais. O indicador vem demonstrando índices maiores de processos baixados em relação a casos novos desde 2019, pontuando o empenho do Tribunal em atender à demanda. A meta estipulada atualmente é de 188%. Em 2023, o índice total atingiu 116,86%. META NÃO ALCANÇADA.

Em 2024, observa-se a manutenção do indicador variando de 81,61% no 1º trimestre, para 80,37% no 3º trimestre e no 4º trimestre 351,01%. Meta alcançada.

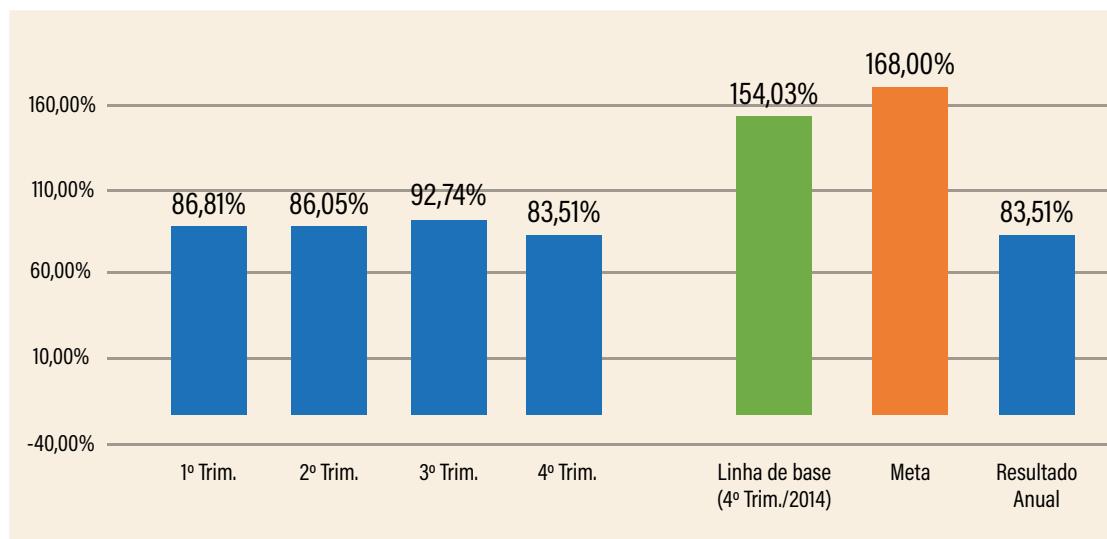
OBS: Dados estatísticos com critérios da Parametrização do CNJ. Estes indicadores estão em revisão para retificação/ratificação.

1º Grau – Conhecimento

Índice de atendimento à Demanda no 1º grau (Conhecimento) (2023)



Índice de atendimento à Demanda no 1º grau (Conhecimento) (2024)



Análise geral:

O índice de atendimento à demanda (IAD) é um indicador que contabiliza os processos baixados e os novos, tendo como sentido de melhoria “quanto maior, melhor”. Este estudo específico concentra-se na fase de conhecimento do 1º grau.

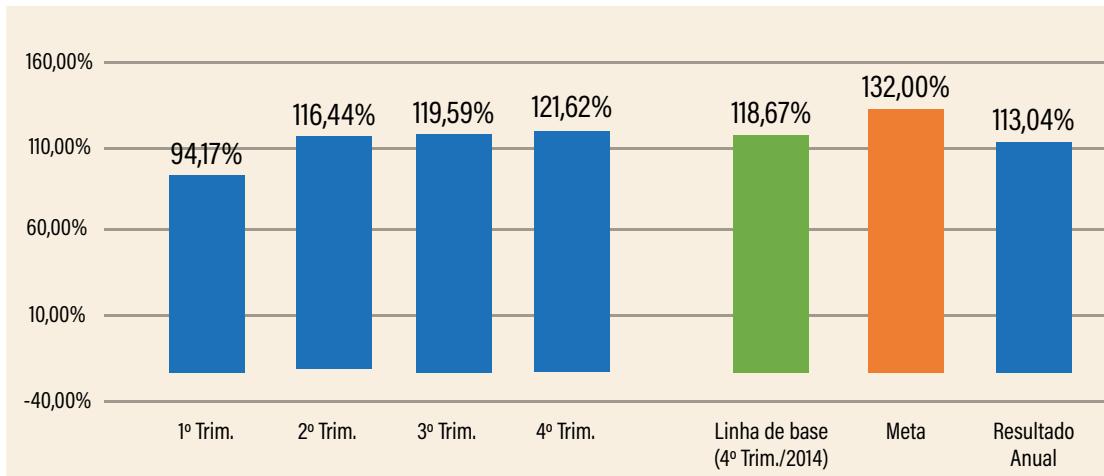
No ano de 2023, o primeiro trimestre atingiu 86,25%, enquanto o 4º atinge 89,95%, mostrando distância da meta estabelecida. O total em 2023 foi de 93,72%. META NÃO ALCANÇADA.

No ano de 2024, o 1º trimestre atingiu 86,81%, já no 2º trimestre o indicador se estabeleceu em 86,05%, chegando a 92,74% no 3º trimestre, no 4º trimestre 83,51%. O Total de 2024 foi de 168%. META NÃO ALCANÇADA.

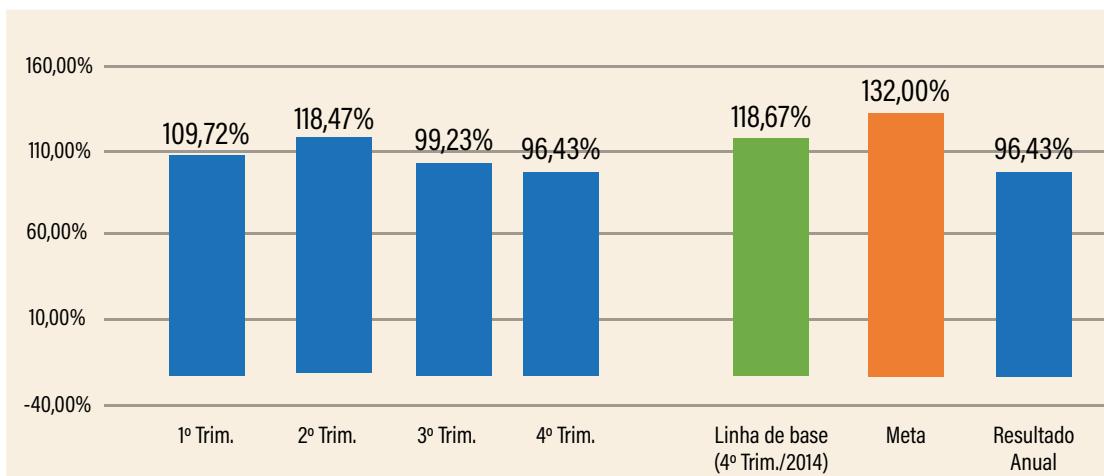
OBS: Dados estatísticos com critérios da Parametrização mais recente do CNJ. Alguns indicadores estão em revisão para retificação/ratificação.

Juizados Especiais – Conhecimento

Índice de atendimento à Demanda no Pjerj (Conhecimento) - Juizados Especiais (2023)



Índice de atendimento à Demanda no Pjerj (Conhecimento) - Juizados Especiais (2024)



Análise geral:

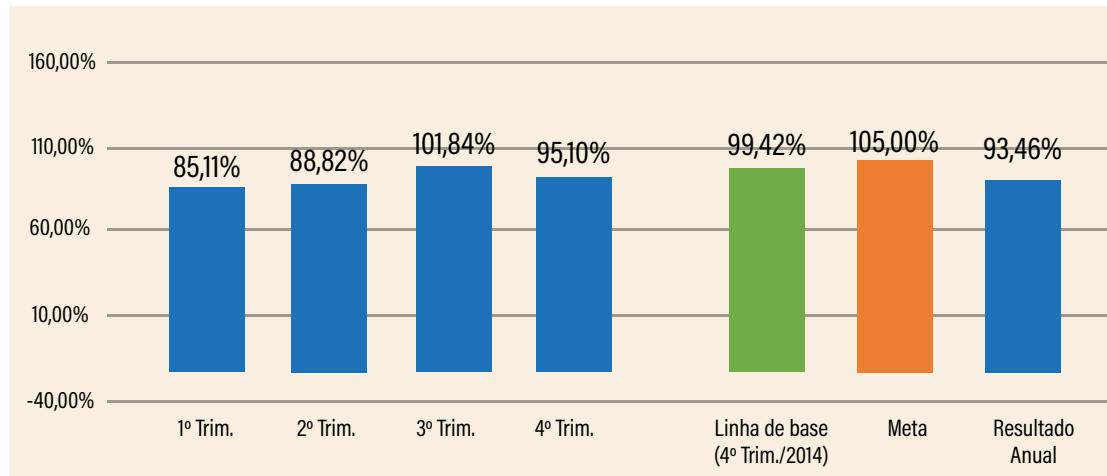
O Índice de atendimento à demanda contabiliza os processos baixados e os novos, tendo como sentido de melhoria “quanto maior, melhor”. Neste estudo específico, avaliou-se o IAD na fase de conhecimento dos juizados.

A meta estipulada é de 132,00%. Em 2023, atingiu-se 94,17% no 1º trimestre; no 4º, 121,62%. Embora a tendência apurada seja de melhoria no indicador, não foi suficiente para alcance da meta. META NÃO ALCANÇADA.

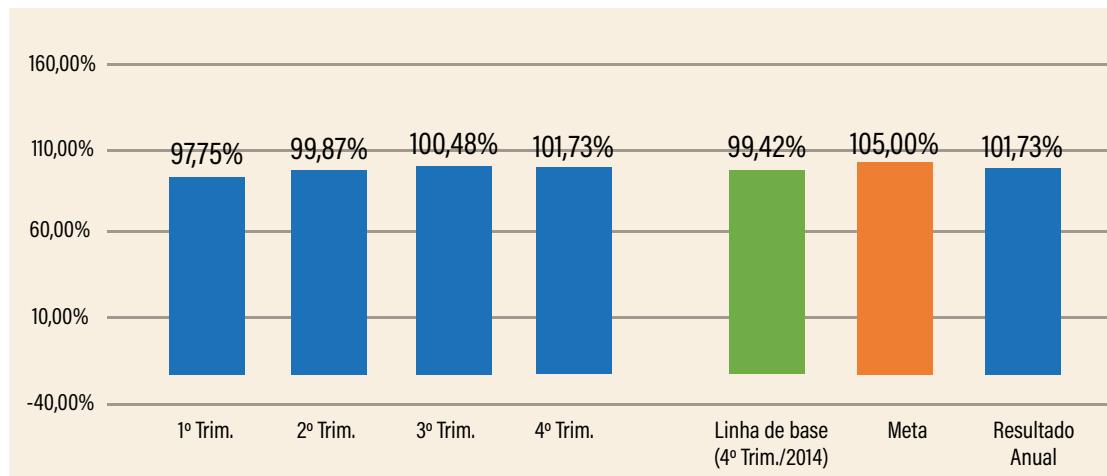
Por sua vez, em 2024 o 1º trimestre alcançou 109,72%, chegando em 118,47% no 2º trimestre, caindo para 99,23% no 3º trimestre e no 4º trimestre 96,43%, diante de tal queda verifica-se que a meta não foi alcançada. META NÃO ALCANÇADA.

Turmas Recursais

Índice de atendimento à Demanda – Turmas Recursais (2023)



Índice de atendimento à Demanda – Turmas Recursais (2024)



Análise geral:

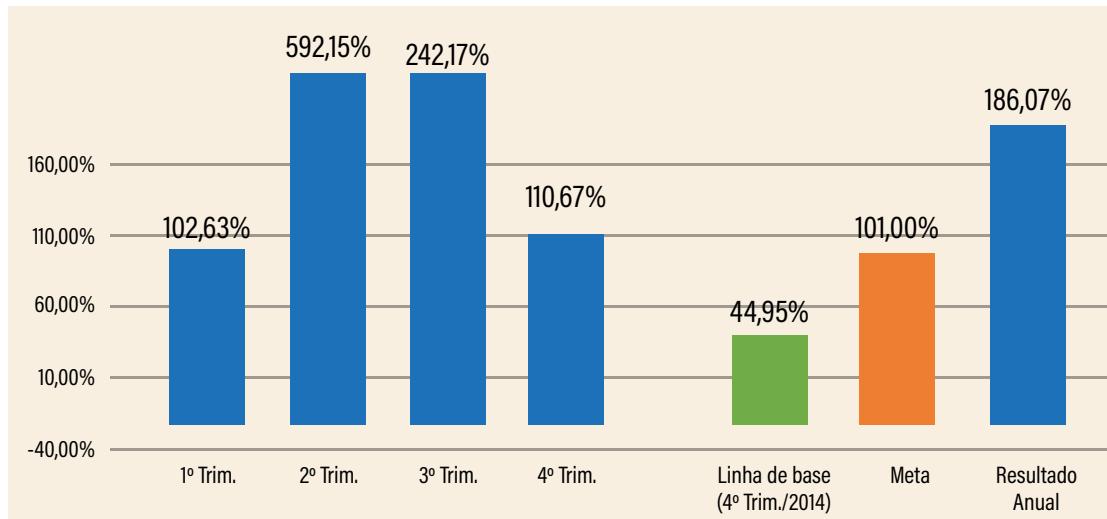
O Índice de atendimento à demanda contabiliza os processos baixados e os novos, tendo como sentido de melhoria “quanto maior, melhor”. Neste estudo específico, avaliou-se o IAD nas turmas recursais.

A meta foi ajustada em 105,00%. O resultado do 1º trimestre de 2023 foi de 85,11%; no 4º, de 95,10%. O total anual foi de 93,46%. META NÃO ALCANÇADA EM 2023.
OBS: Dados estatísticos com critérios da Parametrização mais recente do CNJ. Alguns indicadores estão em revisão para retificação/ratificação.

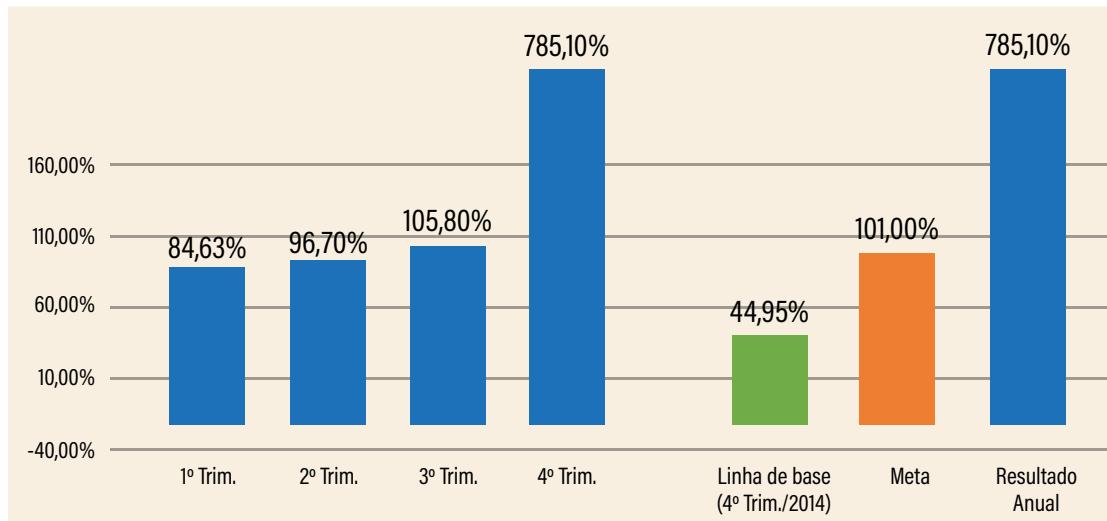
Quanto ao ano de 2024, pode-se notar uma melhora progressiva do 1º trimestre para o 3º trimestre. O resultado do 1º trimestre foi de 97,75%; no 2º trimestre, de 99,87%; no 3º trimestre, de 100,48%; no 4º trimestre, de 101,73%. META NÃO ALCANÇADA. OBS: Dados atualizados até outubro de 2024.

1º Grau (sem execução fiscal) – Fase de Execução

Índice de atendimento à Demanda na fase de Execução no 1º Grau (SEM EXECUÇÃO FISCAL) (2023)



Índice de atendimento à Demanda na fase de Execução no 1º Grau (SEM EXECUÇÃO FISCAL) 2024



Análise geral:

O índice de atendimento à demanda (IAD) é um indicador que contabiliza os processos baixados e os novos, tendo como sentido de melhoria “quanto maior, melhor”. Este estudo específico concentra-se na fase de execução do 1º grau, excluindo as execuções fiscais.

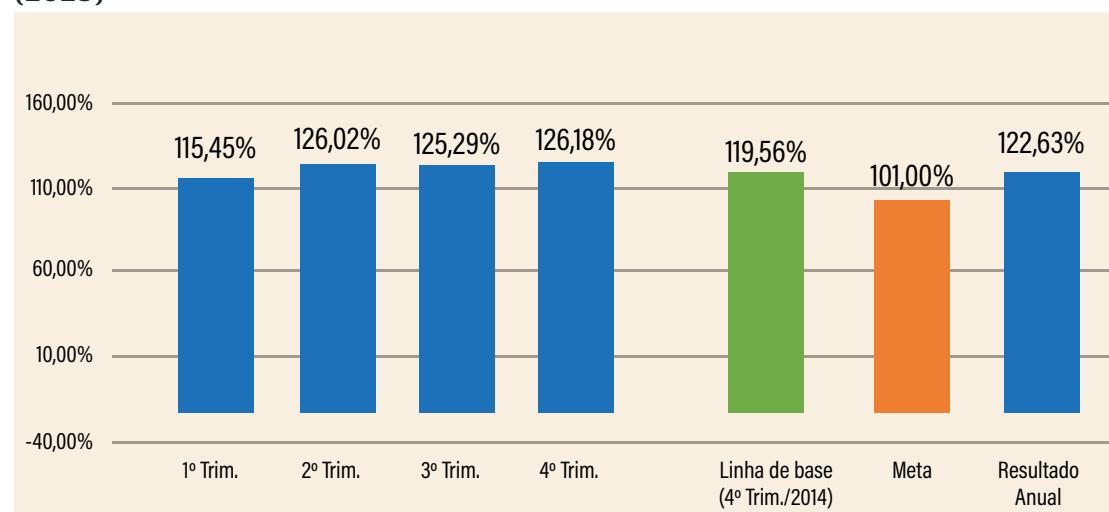
A meta estipulada foi reajustada para 101,00%. O resultado do 1º trimestre de 2023 foi de 102,63% e no 4º, de 110,67%. O total no ano foi de 186,07%. META ALCANÇADA. OBS: Dados estatísticos com critérios da Parametrização 2021 do CNJ. Estes

indicadores estão em revisão para retificação/ratificação.

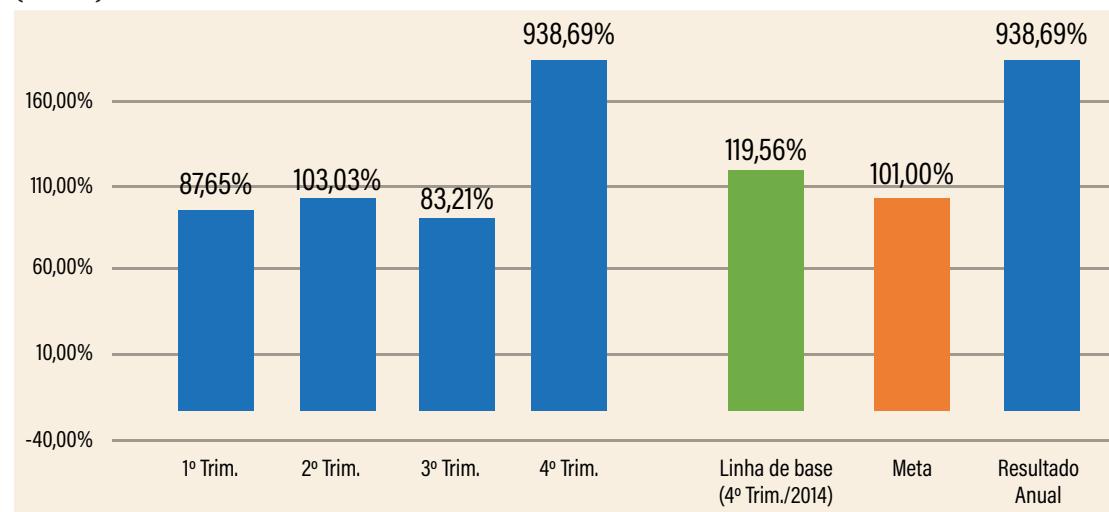
Já em 2024, vemos que no 1º trimestre o resultado foi de 84,63%, no 2º trimestre 96,70%, no 3º trimestre vemos um aumento para 105,80% e no 4º trimestre 785,10%. Meta alcançada.

Juizados Especiais – Fase de Execução

Índice de atendimento à Demanda na Fase de Execução nos Juizados Especiais (2023)



Índice de atendimento à Demanda na Fase de Execução nos Juizados Especiais (2024)



Análise geral:

O índice de atendimento à demanda (IAD) é um indicador que contabiliza os processos baixados e os novos, tendo como sentido de melhoria “quanto maior, melhor”.

Este estudo específico concentra-se na fase de execução dos juizados. Os valores de total de processos baixados e total de casos novos são influenciados pelo cadastramento do início da Execução nos processos.

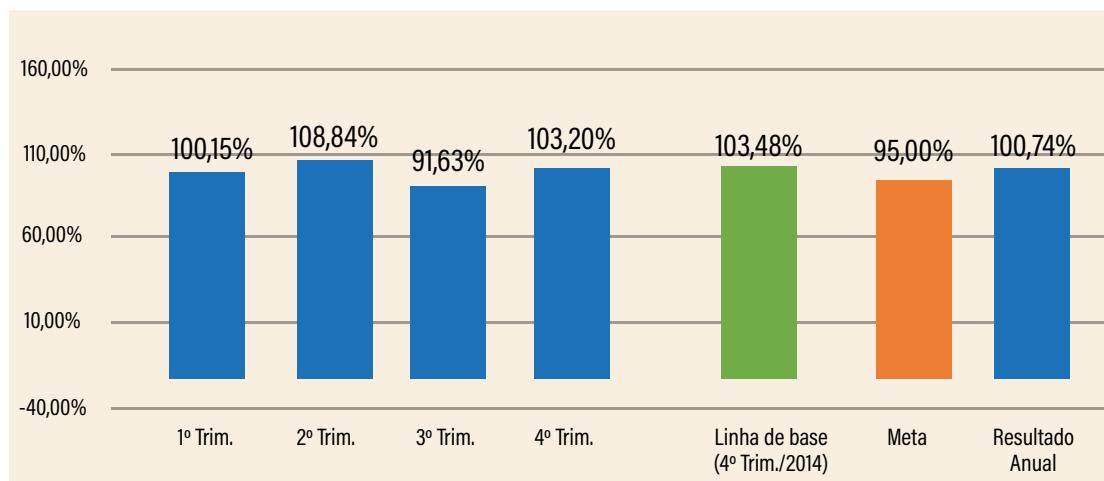
Em 2023, o resultado do 1º trimestre é de 115,45% e no 4º, é de 126,18%. O total anual foi de 122,63%. META ALCANÇADA.

Em 2024, o resultado do 1º trimestre foi de 87,65% e no 3º de 83,21% e no 4º trimestre 938,69%. Meta alcançada.

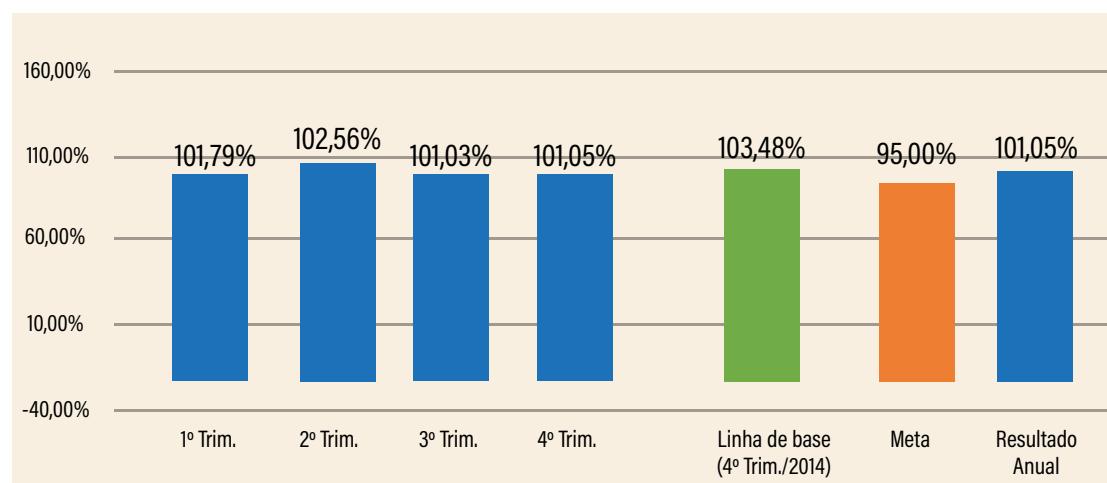
OBS: Dados estatísticos com critérios da Parametrização 2021 do CNJ. Estes indicadores estão em revisão para retificação/ratificação.

2º Grau

Índice de atendimento à Demanda no PJERJ – 2º Grau (2023)



Índice de atendimento à Demanda no PJERJ - 2º Grau (2024)



Análise geral:

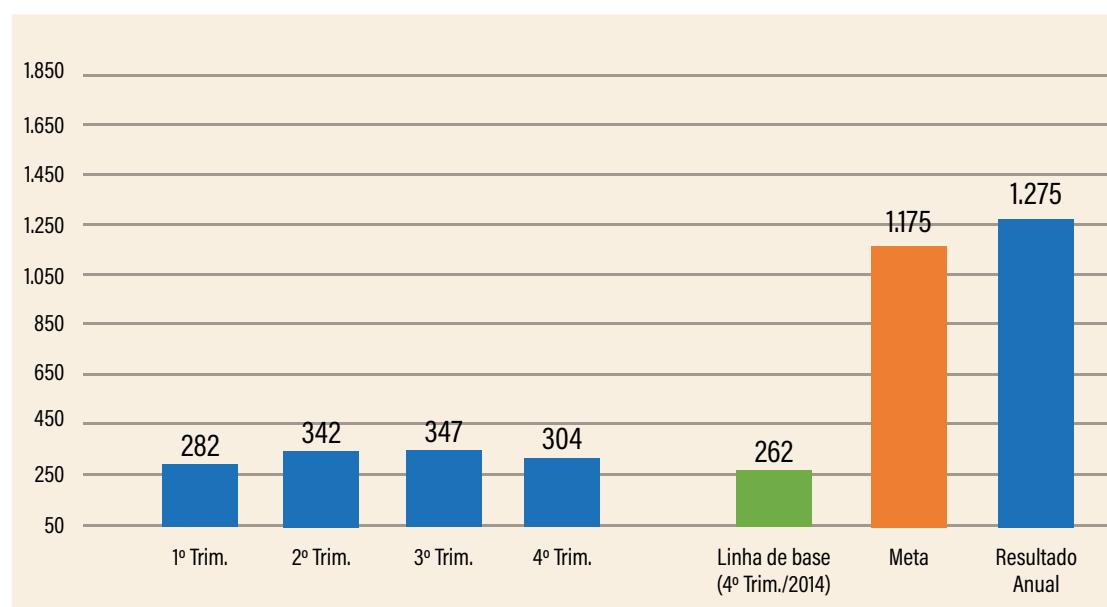
O índice de atendimento a demanda é um indicador que contabiliza os processos baixados e os casos novos, tendo como sentido de melhoria “quanto maior, melhor”. No 1º trimestre de 2023, tivemos um total de 100,15%. No 4º trimestre o percentual encerrou 2023 em 103,20%. O total de 2023 foi de 100,74%. META ALCANÇADA.

Quanto ao ano de 2024, no 3º trimestre, tivemos um total de 101,03%. Já no 4º trimestre 101,05%. META ALCANÇADA.

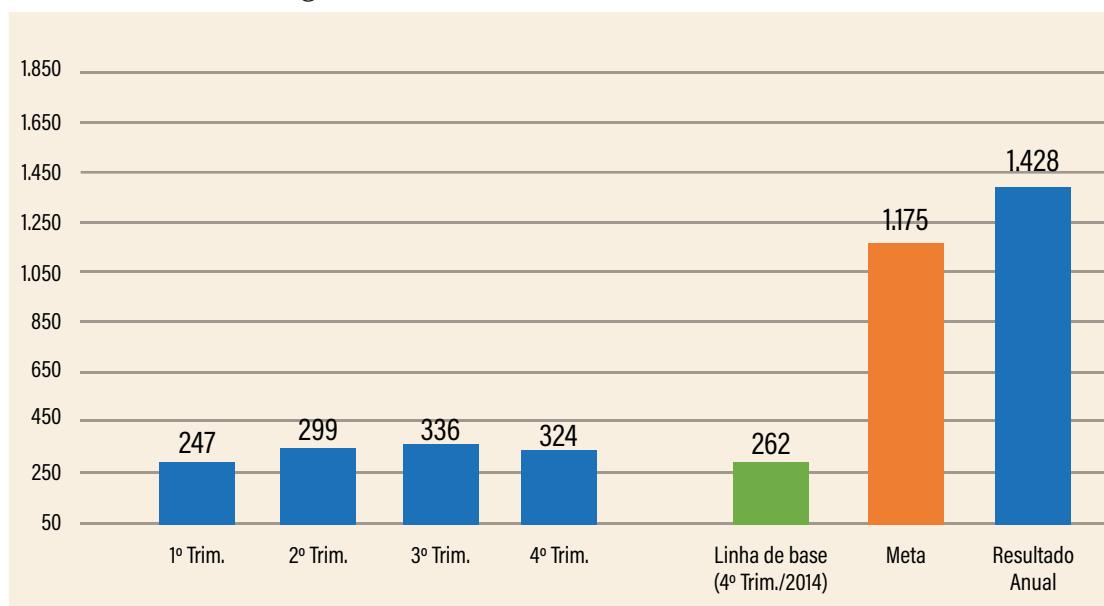
Produtividade do Magistrado

1º Grau – Fase de Conhecimento

Produtividade do Magistrado na Fase de Conhecimento no 1º Grau (2023)



Produtividade do Magistrado na Fase de Conhecimento no 1º Grau (2024)



Análise geral:

A Produtividade do Magistrado contabiliza os indicadores sentenças proferidas e total de magistrados. Para a produtividade dos juízes do 1º grau na fase de conhecimento foi estipulada a meta de 1.175 sentenças/magistrado, tendo como sentido de melhoria da meta o “quanto maior, melhor”.

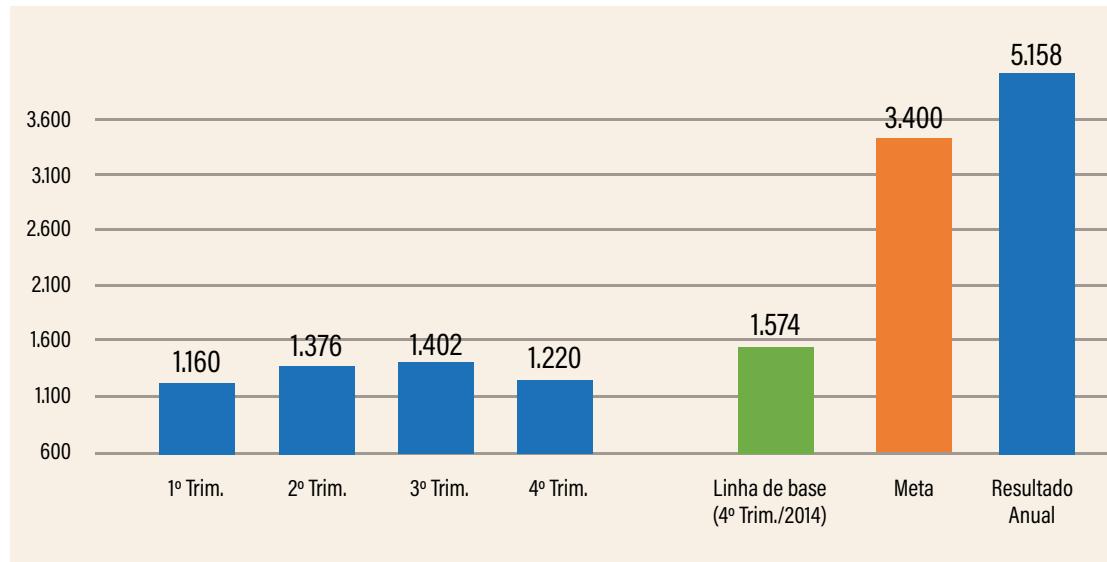
Este indicador é, efetivamente, a totalização das sentenças proferidas ao final do ano. Em 2023, somando-se os 4 trimestres, foram proferidas 1.274 sentenças/magistrado. META ALCANÇADA.

Em 2024 a soma até o 3º trimestre totalizou 336, e no 4º trimestre 324. Meta não alcançada.

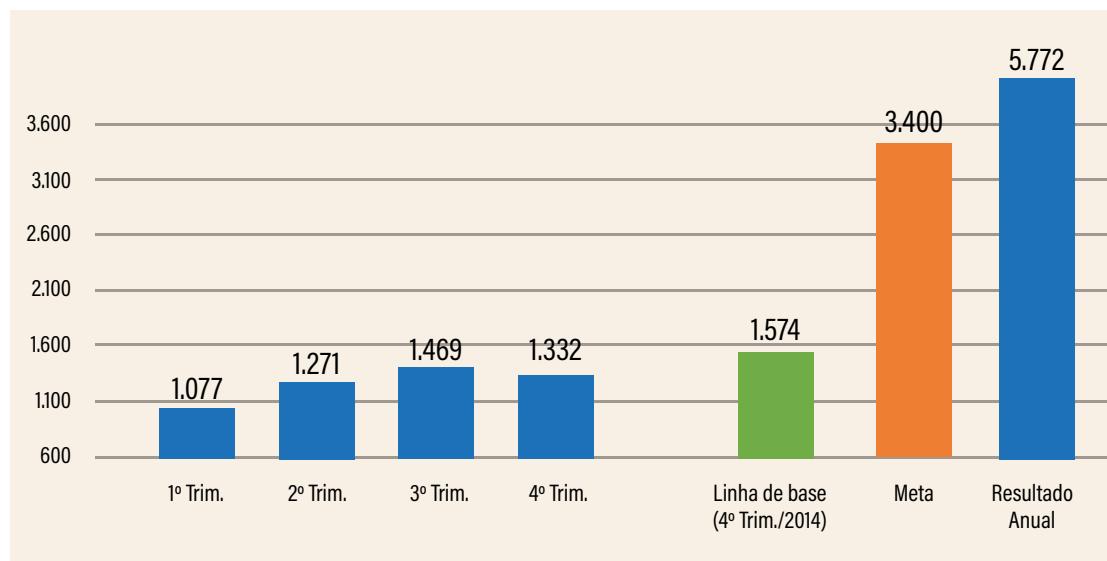
OBS: Dados estatísticos com critérios da Parametrização 2021 do CNJ. Estes indicadores estão em revisão para retificação/ratificação.

Juizados Especiais – Fase de Conhecimento

Produtividade do Magistrado na Fase de Conhecimento nos Juizados Especiais (2023)



Produtividade do Magistrado na Fase de Conhecimento nos Juizados Especiais 2024



Análise geral:

A Produtividade do Magistrado contabiliza os indicadores sentenças proferidas e total de magistrados. Para a produtividade dos juízes dos juizados na fase de conhecimento foi reajustada a meta para 3.400 sentenças/magistrado, tendo como sentido de melhoria da meta o “quanto maior, melhor”.

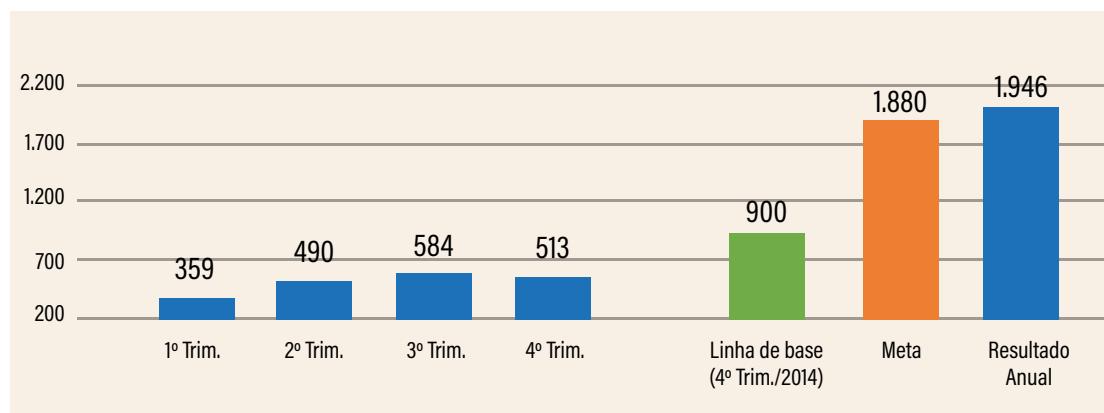
Este indicador é, efetivamente, a totalização ao final do ano das sentenças proferidas. No ano de 2023, somados os 4 trimestres, foram proferidas 5.158 sentenças/magistrado, superando a meta estipulada. META ALCANÇADA.

Em 2024, somando os 4 trimestres, foram proferidas 5.149 sentenças/magistrados, superando desde já a meta. META ALCANÇADA.

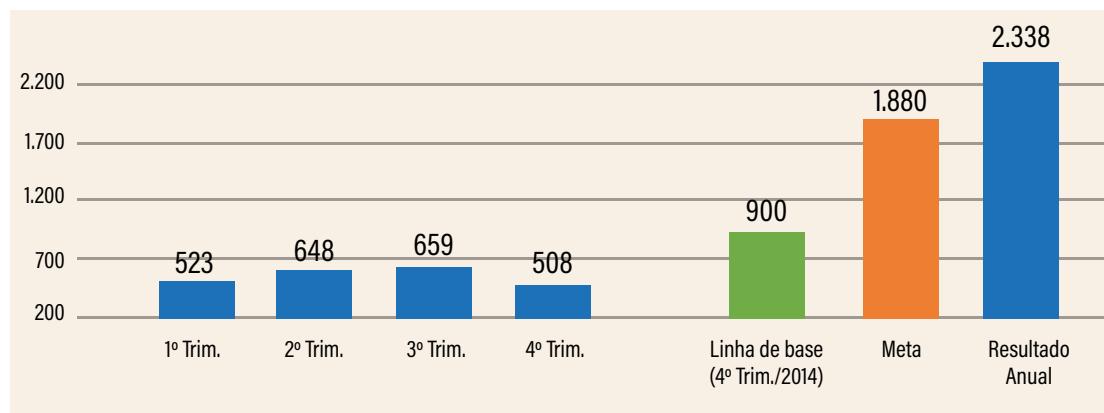
OBS: Dados estatísticos com critérios da Parametrização 2021 do CNJ. Estes indicadores estão em revisão para retificação/ratificação.

Turmas Recursais

Produtividade do Magistrado nas Turmas Recursais (2023)



Produtividade do Magistrado nas Turmas Recursais (2024)



Análise geral:

A Produtividade do Magistrado contabiliza os indicadores sentenças proferidas e total de magistrados. Para a produtividade dos juízes das turmas recursais, foram consideradas as decisões, tendo sido ajustada a meta para 1.880 decisões/magistrado, tendo como sentido de melhoria da meta o “quanto maior, melhor”.

Este indicador é, efetivamente, a totalização ao final do ano das decisões proferidas, que em 2023 foram 1.946/magistrado. META ALCANÇADA.

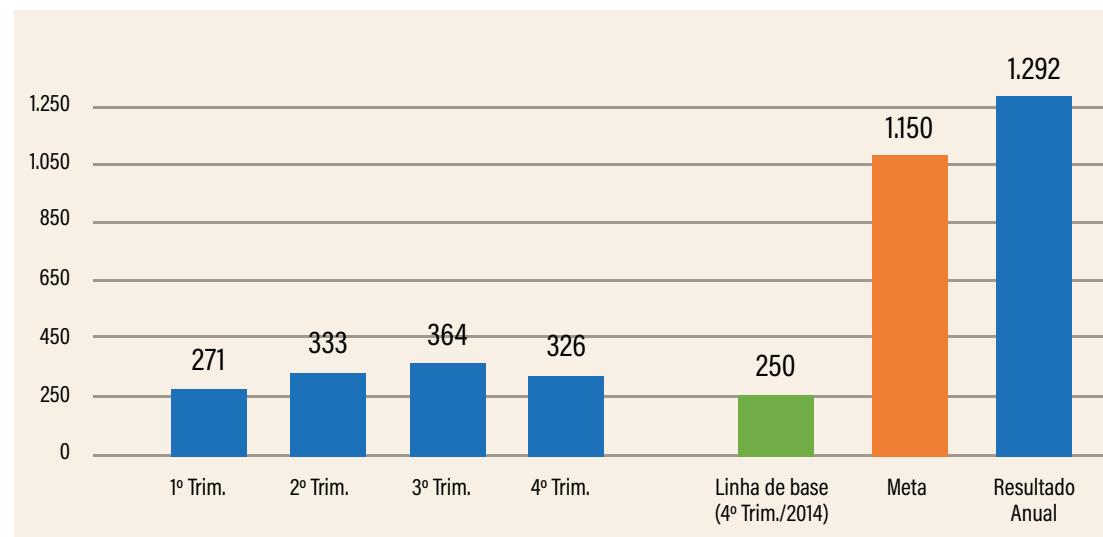
OBS: Dados estatísticos com critérios da Parametrização 2021 do CNJ. Estes indicadores estão em revisão para retificação/ratificação.

Quanto ao ano de 2024, para a produtividade dos juízes das turmas recursais, a meta foi justada para 1.880 decisões/magistrado, tendo como sentido de melhoria da meta o “quanto maior, melhor”. Nesse diapasão, a totalização, ao final do ano, das decisões proferidas, foi de 2.338 sentenças/magistrado. META ALCANÇADA.

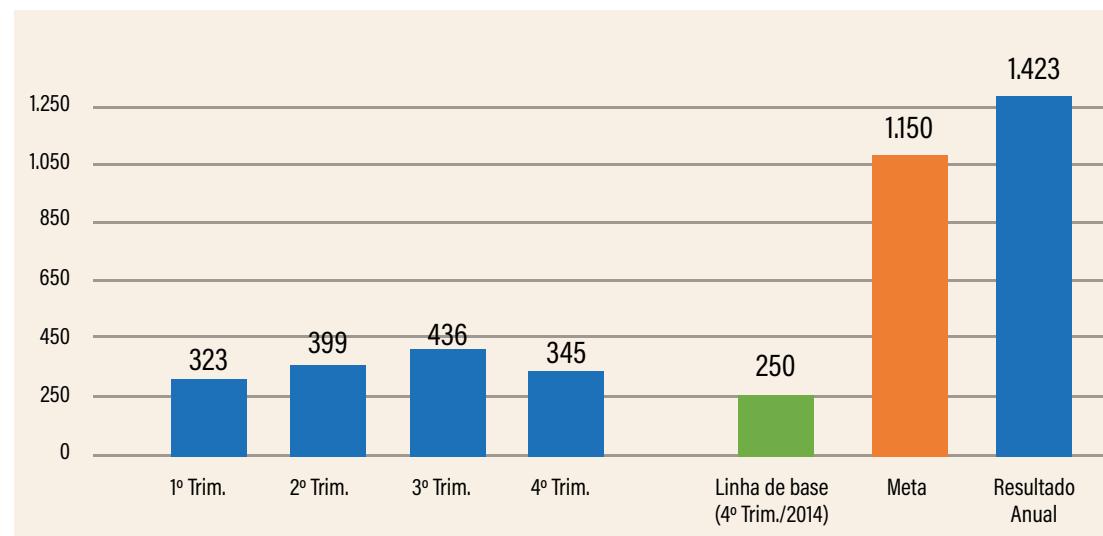
OBS: Dados estatísticos com critérios da Parametrização mais recente do CNJ. No 4º Trimestre foram contabilizadas as decisões até outubro de 2024.

2º Grau

Produtividade do Magistrado no 2º Grau (2023)



Produtividade do Magistrado no 2º Grau (2024)



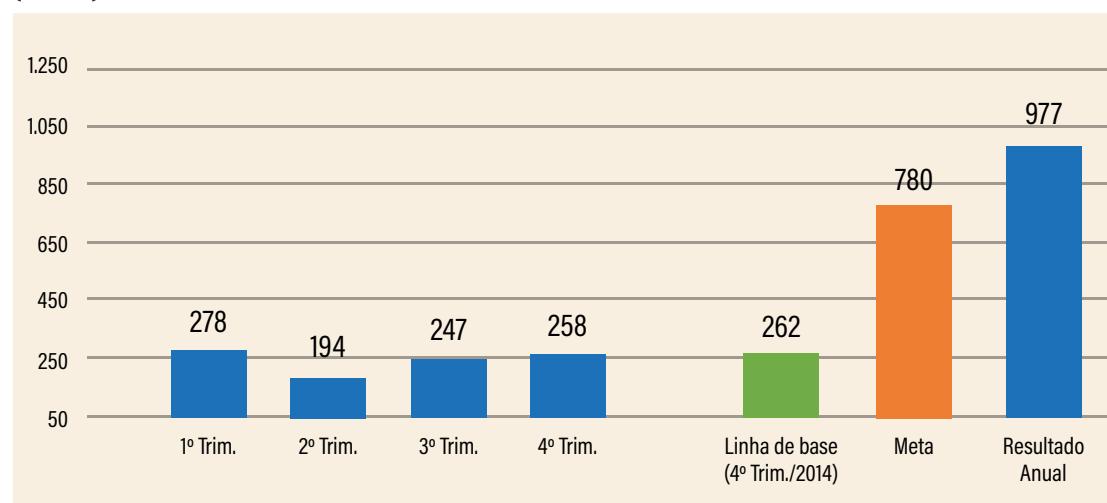
Análise geral:

Este indicador tem o objetivo de monitorar os processos julgados por cada Desembargador no 2º grau com a meta anual de 1.150 decisões por magistrado, cujo sentido de melhoria é quanto maior, melhor. Observa-se que até o momento, houve um total de 249.391 decisões (Dec2º), média de 1.292 decisões por Magistrado. META ALCANÇADA.

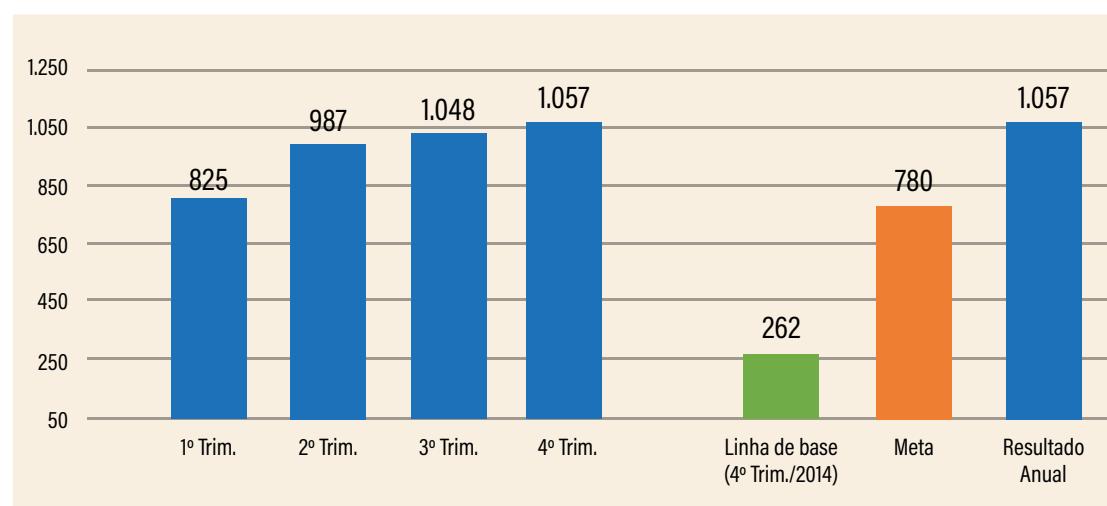
Quanto ao ano de 2024, levando em consideração a meta anual de 1.150 decisões por magistrados, houve uma média de 1.423 decisões por Magistrado. META ALCANÇADA.

1º Grau (com execução fiscal) – Fase de Execução

Produtividade do Magistrado na Fase de Execução no 1º grau (COM EXECUÇÃO FISCAL) (2023)



Produtividade do Magistrado na Fase de Execução no 1º grau (COM EXECUÇÃO FISCAL) (2024)



Análise geral:

A Produtividade do Magistrado contabiliza os indicadores sentenças proferidas e total de magistrados. Para a produtividade dos juízes do 1º grau na fase de execução, incluindo a execução fiscal, foi estipulada a meta de 780 sentenças/magistrado, tendo como sentido de melhoria da meta o “quanto maior, melhor”.

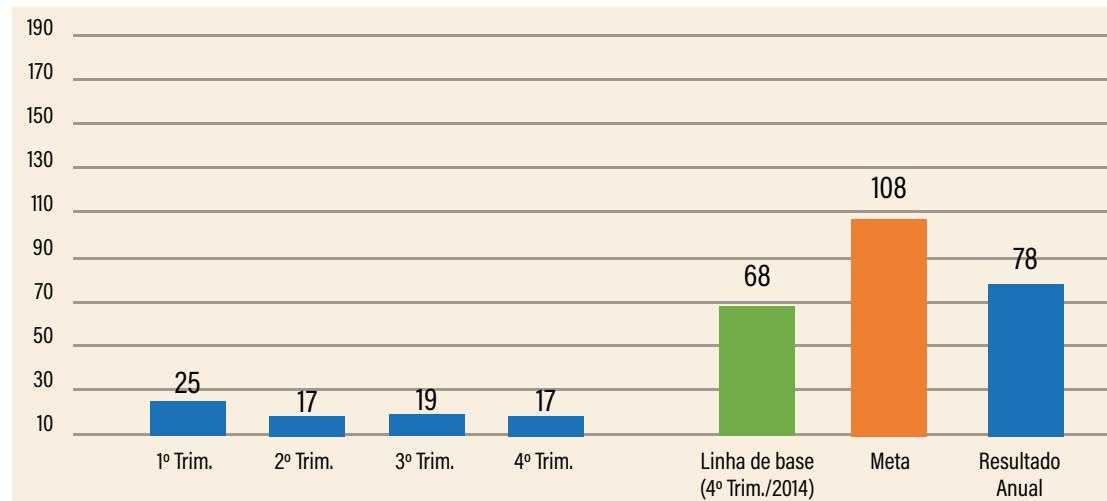
Este indicador é, efetivamente, a totalização das sentenças proferidas ao final do ano, que em 2023 alcançou 977 sentenças/magistrado. META ALCANÇADA.

Em 2024 somando os 4 trimestres totalizou-se 3.917 sentenças/magistrado. META ALCANÇADA.

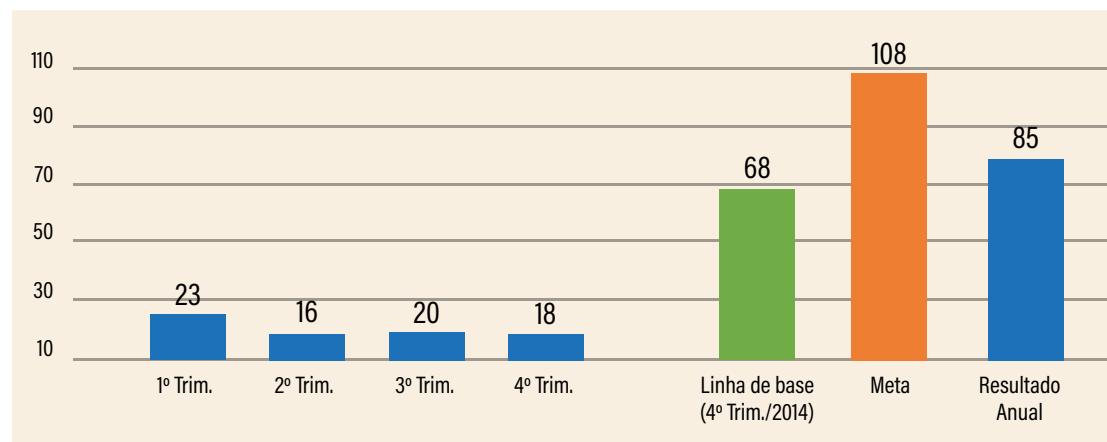
OBS: Dados estatísticos com critérios da Parametrização do CNJ. Estes indicadores estão em revisão para retificação/ratificação.

Juizados Especiais – Fase de Execução

Produtividade do Magistrado na Fase de Execução nos Juizados (2023)



Produtividade do Magistrado na Fase de Execução nos Juizados 2024



Análise geral:

A Produtividade do Magistrado contabiliza os indicadores sentenças proferidas e total de magistrados. Para a produtividade dos juízes dos juizados na fase de execução foi reajustada para 108 a meta de sentenças/magistrado, tendo como sentido de melhoria da meta o “quanto maior, melhor”. Os valores de Sentença em execução nos Juizados Especiais são influenciados pelo cadastramento do início da Execução nos processos.

Este indicador é a totalização das sentenças proferidas ao final do ano. Em 2023, somados os 4 trimestres, foram proferidas 78 sentenças/magistrado das 108 necessárias para cumprimento da meta. META NÃO ALCANÇADA.

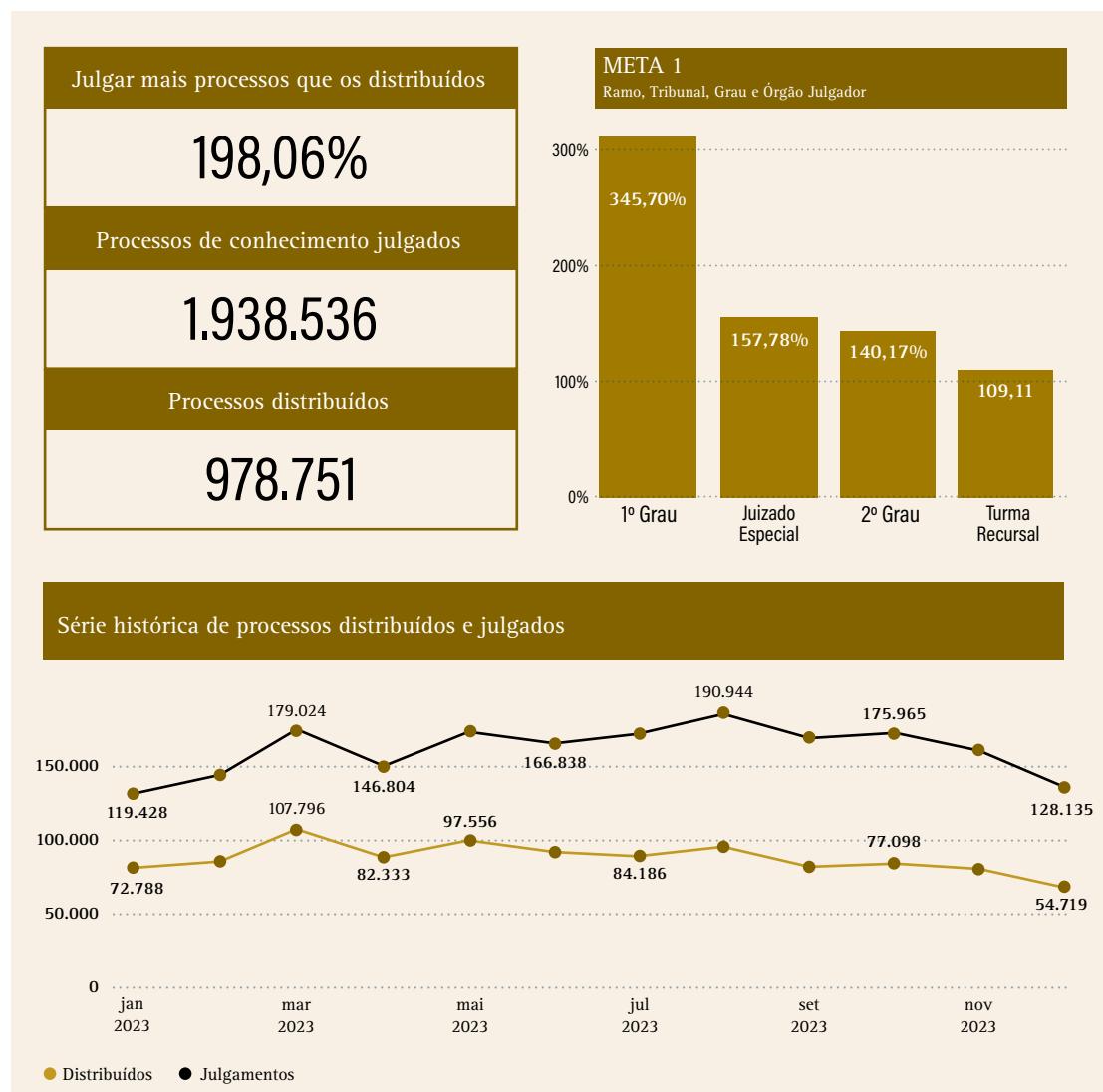
Em 2024, somando os 4 trimestres, foram proferidas 77 sentenças/magistrado das 108 necessárias. META NÃO ALCANÇADA.

OBS: Dados estatísticos com critérios da Parametrização do CNJ. Estes indicadores estão em revisão para retificação/ratificação.

Metas Nacionais do Poder Judiciário

Meta 1 (2023)

Julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos no ano corrente, excluídos os suspensos e sobrestados no ano corrente.

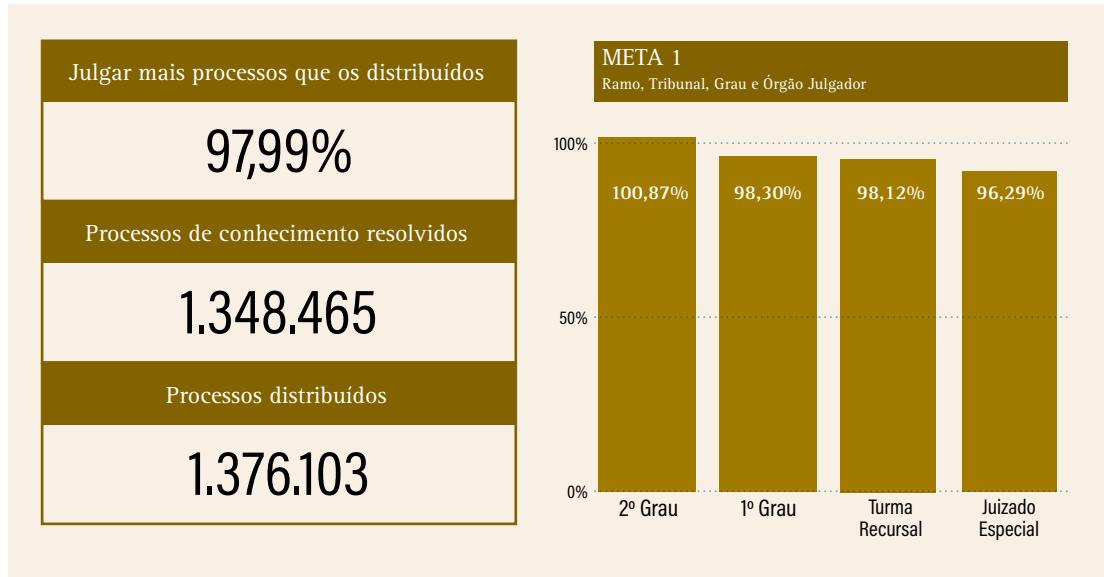


FONTE: Painel de Estatística DataJud -

[Meta 1 2023-CNJ](#)

Meta 1 (2024) – Julgar mais processos que os distribuídos (todos os segmentos)

Julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos no ano corrente, excluídos os suspensos e sobrestados no ano corrente.

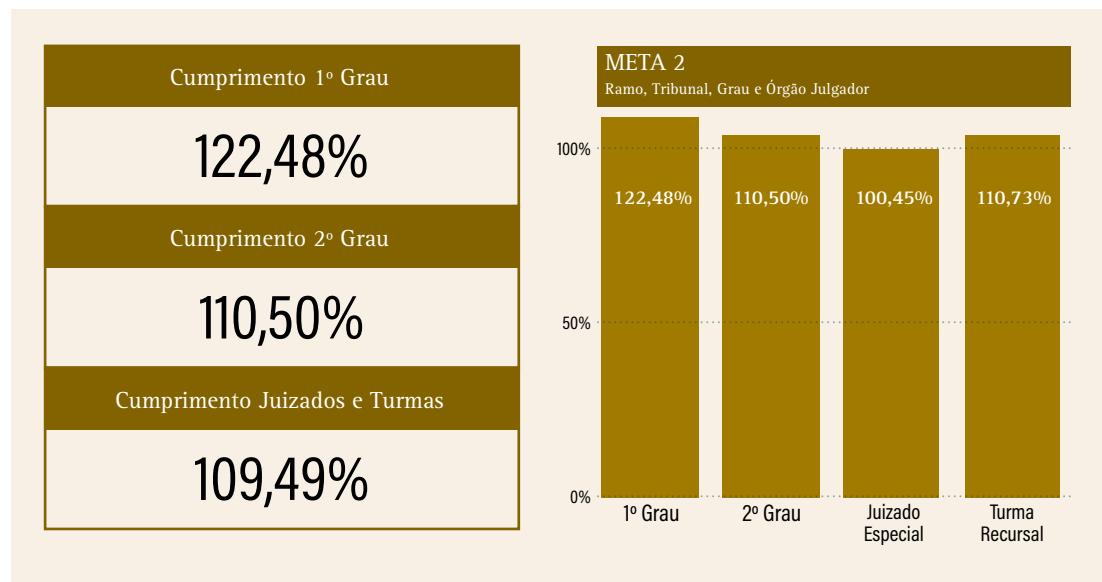


FONTE: Painel de Estatística DataJud -
<https://justica-em-numeros.cnj.jus.br/painel-estatisticas/>

Meta 2 (2023)

Identificar e julgar até 31/12/2023:

- Superior Tribunal de Justiça: pelo menos, 99% dos processos distribuídos até 31/12/2019.
- Tribunal Superior do Trabalho: 100% dos processos distribuídos até 31/12/2019, e pelo menos 90% dos processos distribuídos até 31/12/2020.
- Justiça Estadual: pelo menos, 80% dos processos distribuídos até 31/12/2019 no 1º grau, 90% dos processos distribuídos até 31/12/2020 no 2º grau, e 90% dos processos distribuídos até 31/12/2020 nos Juizados Especiais e Turmas Recursais.
- Justiça Federal: No 1º e 2º graus, 100% dos processos distribuídos até 31/12/2018 e 85% dos processos distribuídos em 2019; e nos Juizados Especiais Federais e nas Turmas Recursais, 100% dos processos distribuídos até 31/12/2020.
- Justiça do Trabalho: pelo menos, 93% dos processos distribuídos até 31/12/2021, nos 1º e 2º graus.
- Justiça Eleitoral: 70% dos processos distribuídos até 31/12/2021.
- Justiça Militar da União: pelo menos 95% dos processos distribuídos até 31/12/2020 nas Auditorias e 99% dos processos distribuídos até 31/12/2021 no STM.



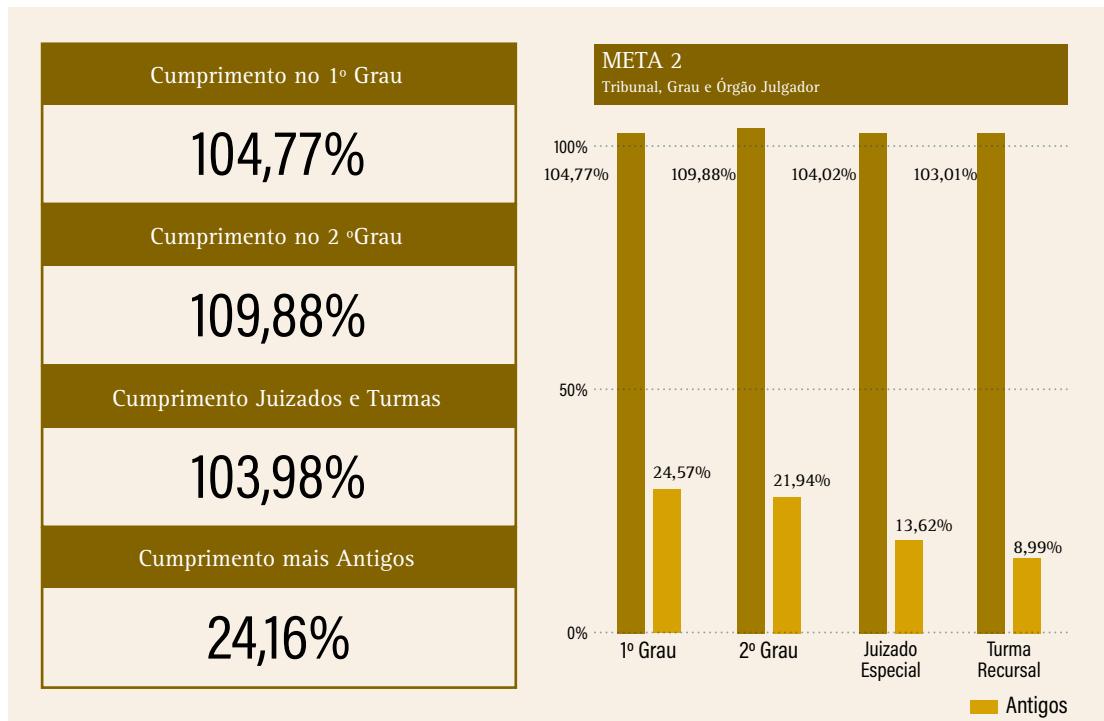
FONTE: Painel de Estatística DataJud -

[Meta 2 - 2023-CNJ](#)

Meta 2 (2024) – Julgar processos mais antigos (todos os segmentos)

Identificar e julgar até 31/12/2024

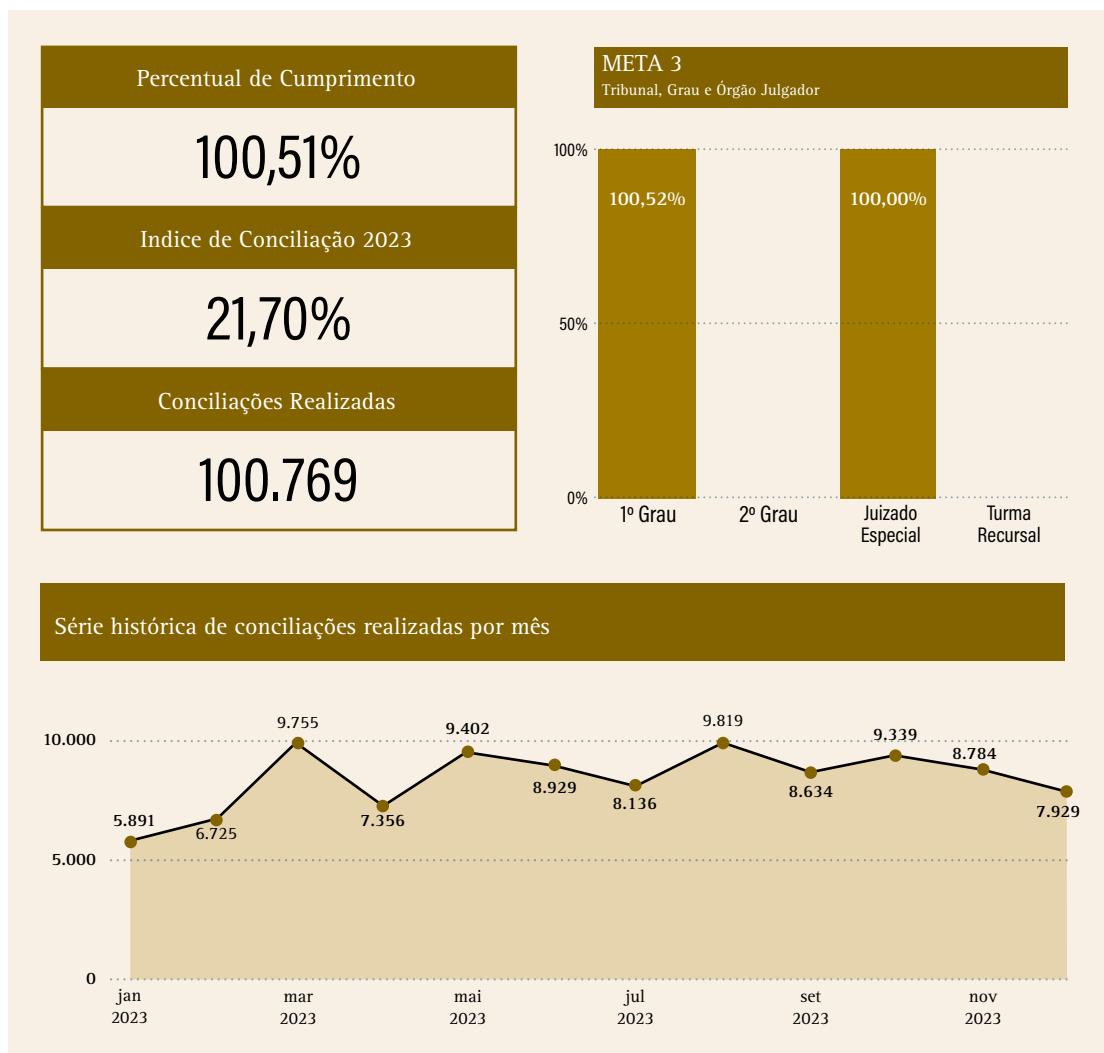
- **Superior Tribunal de Justiça:** 100% dos processos distribuídos até 31/12/2017.
- **Tribunal Superior do Trabalho:** todos os processos de conhecimento pendentes de julgamento há pelo menos 4 anos (2020) ou mais, e pelo menos 90% dos processos distribuídos até 31/12/2021.
- **Justiça Estadual:** pelo menos, 80% dos processos distribuídos até 31/12/2020 no 1º grau, 90% dos processos distribuídos até 31/12/2021 no 2º grau, 90% dos processos distribuídos até 31/12/2021 nos Juizados Especiais e Turmas Recursais e 100% dos processos de conhecimento pendentes de julgamento há 14 anos (2010) ou mais.
- **Justiça Federal:** FAIXA 1 (TRF1 e TRF6): todos os processos pendentes de julgamento há 14 anos (2010), 85% dos processos distribuídos até 31/12/2020 no 1º e 2º grau e 100% dos processos distribuídos até 31/12/2021 nos Juizados Especiais Federais e nas Turmas Recursais; e Faixa 2 (TRF2, TRF3, TRF4 e TRF5): todos os processos pendentes de julgamento há 9 anos (2015) e 85% dos processos distribuídos até 31/12/2020 no 1º e 2º grau; e 100% dos processos distribuídos até 31/12/2021 nos Juizados Especiais Federais e nas Turmas Recursais.
- **Justiça do Trabalho:** pelo menos, 93% dos processos distribuídos até 31/12/2022, nos 1º e 2º graus e 98% dos processos pendentes de julgamento há 4 anos (2020) ou mais.
- **Justiça Eleitoral:** 70% dos processos distribuídos até 31/12/2022 e todos os processos de conhecimento pendentes de julgamento há 6 anos (2018) ou mais.
- **Justiça Militar da União:** todos os processos de conhecimento pendentes de julgamento há 5 anos (2019) ou mais e 95% dos processos distribuídos até 31/12/2021 nas Auditorias e 99% dos processos distribuídos até 31/12/2022 no STM.
- **Justiça Militar Estadual:** todos os processos de conhecimento pendentes de julgamento há 3 anos (2021) ou mais e 90% dos processos distribuídos até 31/12/2022 nas Auditorias, e 95% dos processos distribuidos até 31/12/2023 no 2º grau.



FONTE: Painel de Estatística DataJud –
<https://justica-em-numeros.cnj.jus.br/painel-estatisticas/>

Meta 3 (2023)

- Justiça Estadual:** Aumentar o indicador Índice de Conciliação do Justiça em Números em 1 ponto percentual em relação a 2022. Cláusula de barreira: 15% de Índice de Conciliação.
- Justiça Federal:** Alcançar o percentual mínimo de 8% no Índice de Conciliação do Justiça em Números.
- Justiça do Trabalho:** Aumentar o índice de conciliação em relação à média do biênio 2020/2021, em 1 ponto percentual. Cláusula de barreira: 40%.

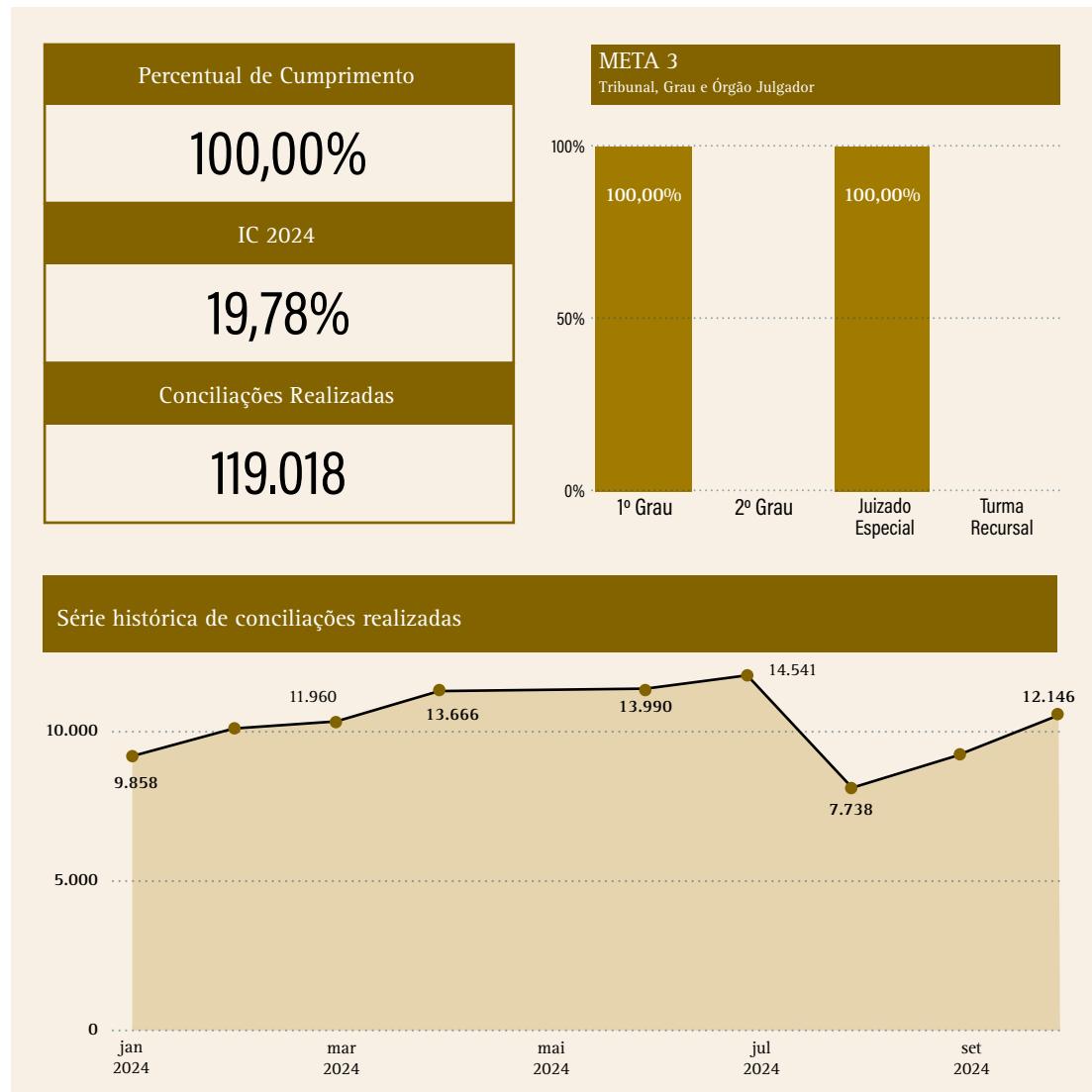


FONTE: Painel de Estatística DataJud -

[Meta 3 2023 - CNJ](#)

Meta 3 (2024) – Estimular a conciliação (Justiça Estadual, Justiça Federal e Justiça do Trabalho)

- **Justiça Estadual:** Aumentar o indicador Índice de Conciliação do Justiça em Números em 1 ponto percentual em relação a 2023. Cláusula de barreira: 17% de Índice de Conciliação.
- **Justiça Federal:** Aumentar o Índice de Conciliação do Justiça em Números em 0,5 ponto percentual em relação a 2023. Cláusula de barreira: 15% de Índice de Conciliação.
- **Justiça do Trabalho:** Aumentar o índice de conciliação em 0,5 ponto percentual em relação à média do biênio 2021/2022 ou alcançar, no mínimo, 38% de conciliação.

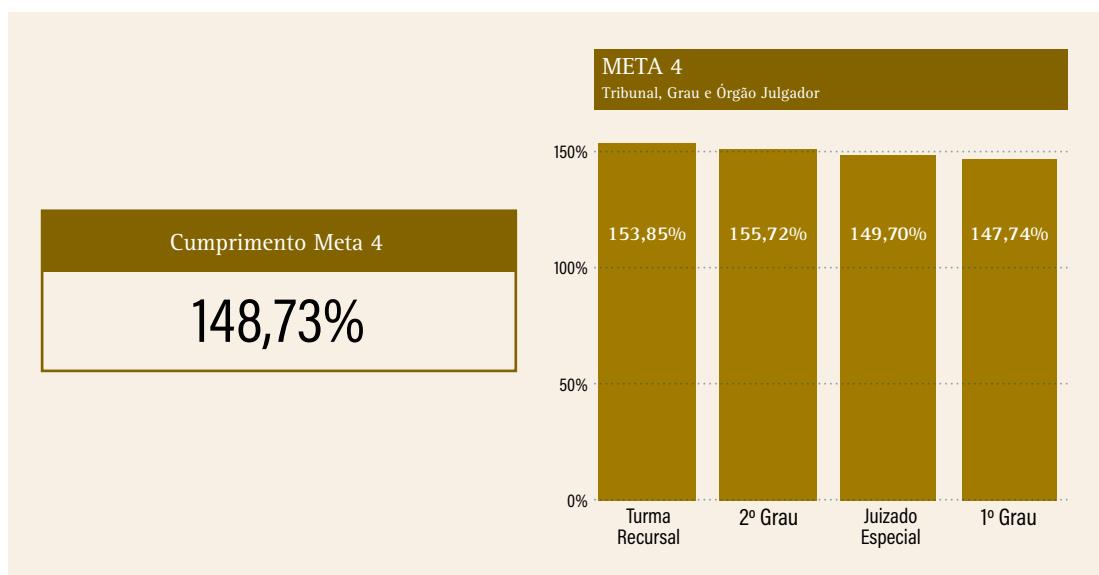


FONTE: Painel de Estatística DataJud –
<https://justica-em-numeros.cnj.jus.br/painel-estatisticas/>

Meta 4 (2023)

Identificar e julgar até 31/12/2023

- **Superior Tribunal de Justiça:** 90% das ações de improbidade administrativa e das ações penais relacionadas a crime contra a Administração Pública distribuídas até 31/12/2021.
- **Justiça Estadual:** 65% das ações de improbidade administrativa e das ações penais relacionadas a crimes contra a Administração Pública, distribuídas até 31/12/2019, em especial a corrupção ativa e passiva, peculato em geral e concussão.
- **Justiça Federal:** FAIXA 1 (TRF2 e TRF4): 70% das ações de improbidade administrativa e das ações penais relacionadas a crimes contra a administração pública distribuídas até 31/12/2020. FAIXA 2 (TRF1, TRF3, TRF5 E TRF6): 60% das ações de improbidade administrativa e 70% das ações penais relacionadas a crimes contra a administração pública distribuídas até 31/12/2020.
- **Justiça Eleitoral:** 80% dos processos referentes às eleições de 2020 e 40% dos processos referentes às eleições de 2022, distribuídos até 31/12/2022, que possam importar na perda de mandato eletivo ou em inelegibilidade.
- **Justiça Militar da União:** pelo menos 99% das ações penais relacionadas a crimes contra a Administração Pública, abrangendo, inclusive, a Lei 13.491/17, distribuídas até 31/12/2021 no STM, e 95% das distribuídas até 31/12/2020 no 1º grau.
- **Justiça Militar Estadual:** pelo menos 95% das ações penais relacionadas a crimes contra a Administração Pública, abrangendo, inclusive, a Lei 13.491/17, distribuídas até 31/12/2021 no 1º grau, e pelo menos 95% das distribuídas no 2º grau até 31/12/2022.



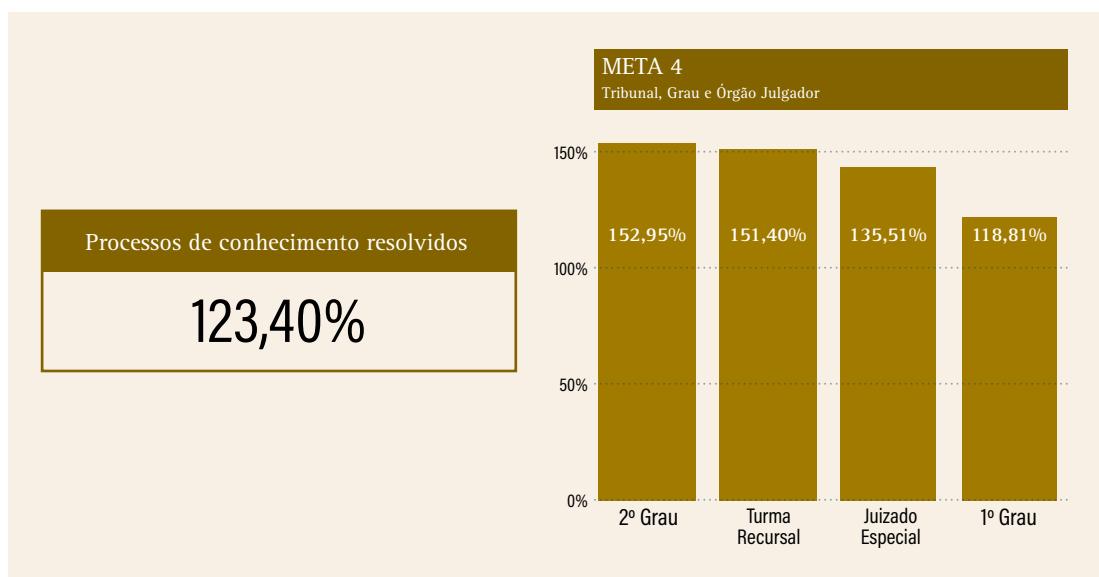
FONTE: Painel de Estatística DataJud -

[Meta 4 2023 - CNJ](#)

Meta 4 (2024) – Priorizar o julgamento dos processos relativos aos crimes contra a Administração Pública, à improbidade administrativa e aos ilícitos eleitorais (STJ, Justiça Estadual, Justiça Federal, Justiça Eleitoral e Justiça Militar da União e dos Estados)

Identificar e julgar até 31/12/2024

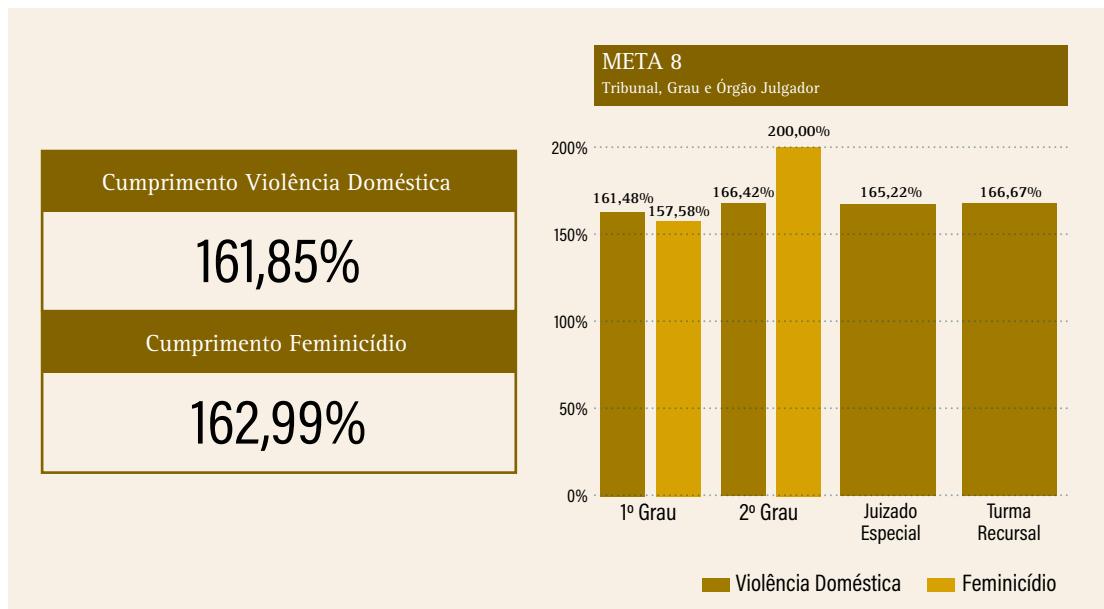
- Superior Tribunal de Justiça: 90% das ações de improbidade administrativa e das ações penais relacionadas aos crimes contra a Administração Pública distribuídas até 31/12/2022.
- Justiça Estadual: 65% das ações de improbidade administrativa e das ações penais relacionadas a crimes contra a Administração Pública, distribuídas até 31/12/2020, em especial as relativas a corrupção ativa e passiva, peculato em geral e concussão.
- Justiça Federal: 70% das ações de improbidade administrativa e das ações penais relacionadas aos crimes contra a administração pública distribuídas até 31/12/2021.
- Justiça Eleitoral: 100% dos processos referentes às eleições de 2020 e 60% dos processos referentes às eleições de 2022, distribuídos até 31/12/2023, que possam importar na perda de mandato eletivo ou em inelegibilidade.
- Justiça Militar da União: 99% das ações penais relacionadas a crimes contra a Administração Pública, abrangendo, inclusive, a Lei 13.491/17, distribuídas até 31/12/2022 no STM, e 95% das distribuídas até 31/12/2021 no 1º grau.
- Justiça Militar Estadual: 95% das ações penais relacionadas aos crimes contra a Administração Pública, abrangendo, inclusive, a Lei 13.491/17, distribuídas até 31/12/2022 no 1º grau, e pelo menos 95% das distribuídas no 2º grau até 31/12/2023.



FONTE: Painel de Estatística DataJud –
<https://justica-em-numeros.cnj.jus.br/painel-estatisticas/>

Meta 8 (2023)

Identificar e julgar, até 31/12/2023, 50% dos casos de feminicídio distribuídos até 31/12/2021 e 60% dos casos de violência doméstica e familiar contra a mulher distribuídos até 31/12/2021.



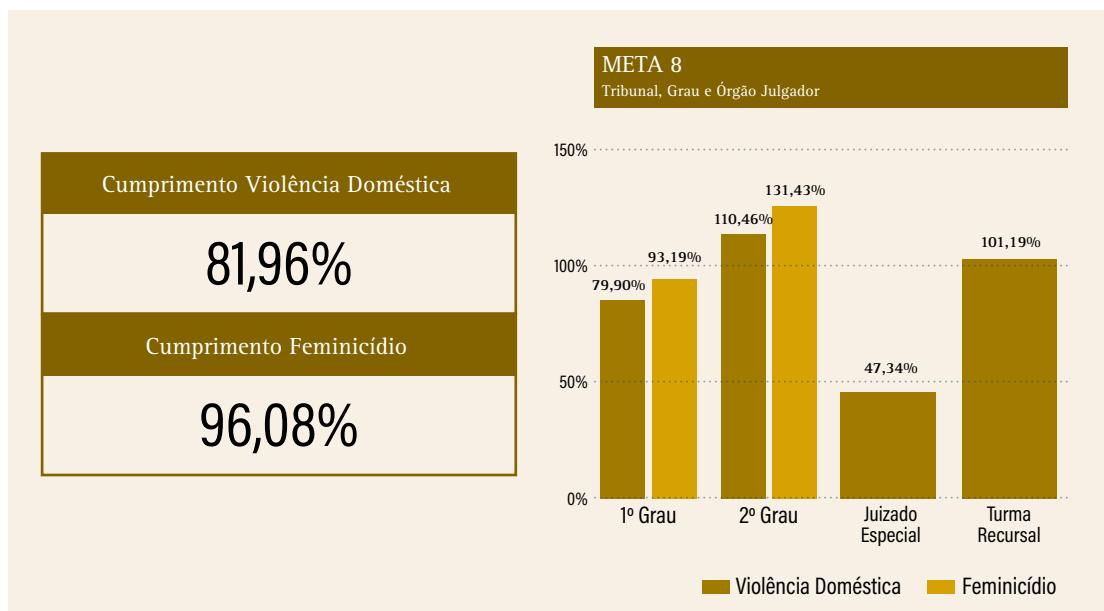
FONTE: Painel de Estatística DataJud -

[Meta 8 2023 - CNJ](#)

Meta 8 (2024) – Priorizar o julgamento dos processos relacionados ao feminicídio e à violência doméstica e familiar contra as mulheres (STJ e Justiça Estadual)

Identificar e julgar até 31/12/2024

- Superior Tribunal de Justiça: 100% dos casos de feminicídio e de violência doméstica e familiar contra a mulher distribuídos até 2022.
- Justiça Estadual: 75% dos casos de feminicídio distribuídos até 31/12/2022 e 90% dos casos de violência doméstica e familiar contra a mulher distribuídos até 31/12/2022.



FONTE: Painel de Estatística DataJud - METAS

<https://justica-em-numeros.cnj.jus.br/painel-estatisticas/>

Sistema Judiciário do Estado do Rio de Janeiro: organização e competências

Comarcas	81	Regionais	14
Câmaras			38
De Direito Público			8
De Direito Privado			22
Criminais			8
Total de Varas			527
Cível			200
Família			89
Criminal			86
Vara Única			37
1ª Vara			20
2ª Vara			20
Família, Infância, Juventude e Idoso			19
Fazenda Pública			17
Infância, Juventude e Idoso			14
Órfãos e Sucessões			8
Empresarial			7
Execuções Penais			1
Auditoria Militar			1
Infância e Juventude			1
Registros Públicos			1
Execuções e Medidas Socioeducativas			1
Vara Especializada em Organização Crimínsa			3
Vara de Execuções de Penas e Medidas Alternativas			1
Vara Especializada em Crimes contra a Criança e o Adolescente			1

Núcleos de Justiça 4.0	11
1º Núcleo de Justiça 4.0 – Saúde Pública e Juizados Especiais da Fazenda Pública	1
2º Núcleo de Justiça 4.0 – Futebol	1
3º Núcleo de Justiça 4.0 – Saúde Pública e Juizados Especiais da Fazenda Pública	1
4º Núcleo de Justiça 4.0 – Direito Ambiental/Matéria Cível	1
5º Núcleo de Justiça 4.0 – Saúde Pública e Juizados Especiais da Fazenda Pública	1
6º Núcleo de Justiça 4.0 – Saúde Privada (Vara Cível)	1
7º Núcleo de Justiça 4.0 – Saúde Privada (JEC)	1
9º Núcleo de Justiça 4.0 – DETRAN	1
10º Núcleo de Justiça 4.0 – Prestadoras de Serviços Públicos	1
11º Núcleo de Justiça 4.0 – Instituições Bancárias	1

Juizados Especiais	149
Juizados Especiais Cíveis (73) e adjuntos (54)	127
Juizados Especiais Criminais (14) e adjuntos (1)	15
Juizado da Fazenda Pública	5
Juizado Especial do Torcedor e dos Grandes Eventos do Rio de Janeiro (Adjunto)	1
Juizados de Violência contra a Mulher e JECRIM (04) e adjuntos (74)	78
Juizados de Violência contra a Mulher	11

Turmas Recursais	9
Cível	5
Criminal	2
Fazenda Pública	2
Turma de Uniformização	1

Principais realizações na área de informações gerenciais – 2023

- Participação em capacitação ministrada pela empresa Toccato: Canvas & Análise de Negócios Data Driven, metodologia utilizada para mapear e planejar formulação de painéis;
- Deflagração do Mutirão COMAQ nas Varas Cíveis das Regionais de Santa Cruz e de Bangu;
- Edição e estudos de produtividade referentes ao Edital do Grupo de Sentença para o segundo e o terceiro quadrimestres de 2023 e primeiro quadrimestre de 2024 (Resolução TJ/OE n º 18/2022);
- Formulação e publicação, no portal próprio, de painel de dados estatísticos referente ao Grupo de monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário – GMF;
- Criação de ícone dedicado às “Estatísticas” no menu “Divulgação” do site do TJRJ, para conferir transparência em relação às informações de dados estatísticos;
- Formulação e publicação, no portal próprio, de painel de dados estatísticos referente ao Observatório Judicial da Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher;
- Participação na demanda de definição de critérios para formulação, para o Video Wall, de painel sobre Licitações (SGCOL), em conjunto com a empresa Toccato, resultando na homologação do painel final;
- Realização da palestra “Estatísticas da Prestação Jurisdicional: Impactos dos Cadastramentos dos Processos”, atinente com ações do Grupo de Pesquisas Judiciais (GPJ) e da COMAQ;
- Por determinação do GPJ e da COMAQ, edição do Ato Normativo Conjunto TJ/CGJ nº 05/2023, referente ao cadastramento dos feitos.
- Participação na formulação de Estudo Técnico Preliminar e formulação e publicação do Termo de Referência do contrato de solução de Video Wall, referente à Sala de Monitoramento;
- Aprovação de protótipo de painel de Gestão de Serventias do sistema PJe, que aprimora o conjunto de informações disponíveis atualmente;
- Atuação na coleta, consolidação e lançamento dos dados sobre recursos humanos (magistrados, servidores, terceirizados e estagiários), referentes à atualização do sistema Módulo de Produtividade Mensal para aquisição dos respectivos pontos no Selo CNJ;
- Reuniões iniciais com o SGLOG-DETRA (Departamento de Transportes) para exposição e deflagração do processo de formulação de painel referente às atividades de gestão de frota;
- Atuação na Inspeção CNJ 2023, com fornecimento de dados estatísticos para serventias, secretarias de Câmaras, gabinetes de Desembargadores, Presidência e secretaria do Órgão Especial, além de atuação durante os trabalhos de inspeção, atendendo a chamados presenciais;

- Formulação de Documento de Formalização de Demanda, de Estudo Técnico Preliminar e Termo de Referência para contratação de Equipe Técnica de Estatísticas;
- Atuação como fiscal demandante e “project owner” no contrato do Qlik Sense, com reuniões semanais de priorização de demandas junto à empresa contratada (Toccato);
- Formulação de painel referente ao Sistema Nacional de Adoção e Acolhimento – SNA, a pedido e seguindo as necessidades da CEVIJ;
- Ministração de cursos de formação na utilização das Tabelas Processuais Uniformizadas – TPU, específicos para os servidores de cartórios e gabinetes de todas as competências;
- Acompanhamento e coordenação, na qualidade de gestores e fiscais, da instalação pela empresa contratada do equipamento de Video Wall na Sala de Monitoramento;
- Participação de comitiva técnica de avaliação do sistema Eproc, junto ao TJRS, responsável por parecer referente à área de estatísticas;
- Participação na formulação do Projeto “Governança de Dados Gerenciais”, para atuação da Equipe Dedicada a Dados e Análise de Dados;
- Formulação de estudo, baseado em dados estatísticos gerenciais, para alteração estrutural dos órgãos jurisdicionais vagos no TJRJ, resultando no acolhimento da transformação de cinco Varas.

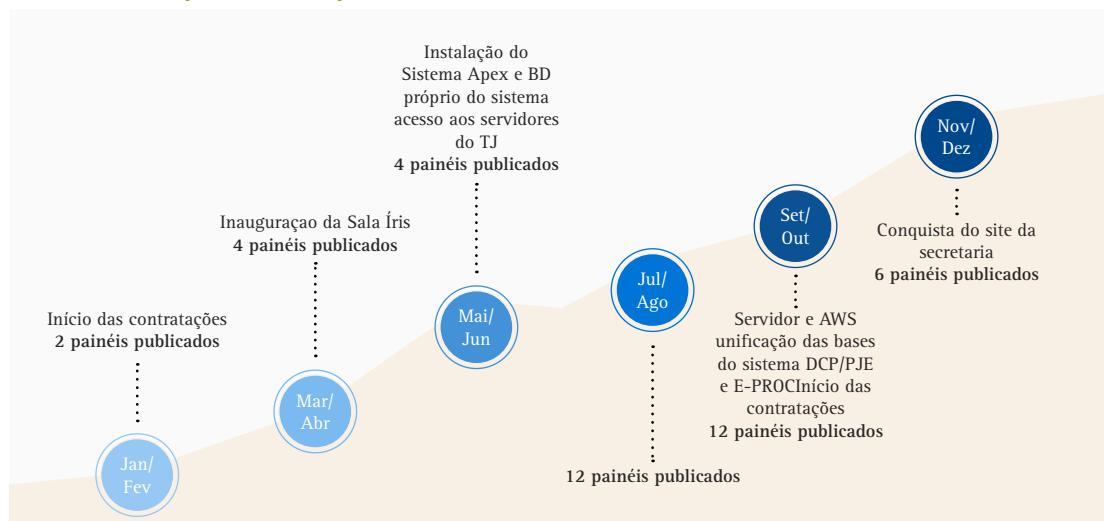
Publicação de painéis judiciais e administrativos

A Secretaria de Dados Gerenciais e Análise de Indicadores (SGDAI) foi criada em 21 de maio de 2024, por meio da Resolução OE 11/2024. A iniciativa de desenvolver e publicar painéis com dados de diversas áreas do Tribunal teve início no Departamento de Informações Gerenciais (DEIGE), unidade vinculada à SGDAI. Após a criação da Secretaria, essa meta foi consolidada e ampliada, com o objetivo de orientar a política de gestão e apoiar a tomada de decisões pela Administração Superior. Até o momento, 40 (quarenta) painéis já foram publicados, reforçando o compromisso com a transparência e a eficiência na gestão de dados.

SGDAI - DEIGE (Sala Íris) - Proposta de Indicadores, Objetivos e Métricas

PJERJ - SGDAI - DEIGE					
Iniciativa 1 : Painéis Estatísticos Publicados					
Indicador: 1.1 - Total de Painéis Estatísticos Publicados					
Tipo de Indicador	Desempenho	Quem mede	DEIGE	Periodicidade	Quadrimestral
Finalidade	Visa monitorar a quantidade de painéis estatísticos do PJERJ publicados durante o biênio 2023/2024				
Fórmula	(% de Painéis Estatísticos do PJERJ/Meta do Biênio)				
Linha de base	Meta Biênio: Mínimo de 12 painéis estatísticos publicados Meta para 2024: 25 Painéis Publicados Número de painéis estatísticos publicados				
Meta Anual	Concluir 2024 com 80% da meta estabelecida para o biênio				
Ano/Valores	Metas e Resultados (a partir da linha de base)				
Percentual planejado	Resultado 2023	Meta abr 24	Meta ago 24	Meta dez 24	Meta 2024
Percentual executado	23	6	+16	+18	40
	Meta de 2023 - Superada em 91,66%				
	Meta de 2024 - Superada em 60%				
	(obs: Meta de 2024 elevada de 12 para 25 países)				

Linha do Tempo das Conquistas



Principais realizações na área de informações gerenciais – 2024

Departamento de Informações Gerenciais – DEIGE:

- Entrega de Painel Unificado de 1ª Instância (consolidando DCP, PJe e Eproc);
- Lançamento de novo Portal de Dados da SGDAI;
- Remodelagem da arquitetura e da engenharia de dados pela SGDAI, de forma autônoma;
- Criação de servidor próprio na infra do TJRJ, dedicado à área de dados;

- Criação de ambiente dedicado à área de dados na “nuvem” do TJRJ;
- Entrega de painel com indicadores do CNJ: Taxa de Congestionamento e IAD;
- Otimização de cargas de dados: potencial de atualização três vezes ao dia (próximo do tempo real);
- Painéis gerenciais de dados: 40 entregas;
- Painel (em construção) exclusivo para o Grupo de Sentença acompanhar, em tempo real, de forma detalhada, as remessas realizadas, a identificação dos processos e o registro de tempo de permanência dos processos no SEAGS.
- Desenvolvido um programa específico, pela equipe da Sala Íris, para organizar os lotes de processos de maneira mais nivelada, aumentando a eficiência geral dos trabalhos no SEAGS (Serviço de Apoio ao Grupo de Sentença).
- Desenvolvido um sistema próprio pela equipe dedicada e dados no Oracle APEX, uma plataforma de desenvolvimento low-code voltada para a criação de sistemas, formulários e dashboards interativos, que possam substituir as rotinas administrativas informadas através de planilhas, formulários manuais e métodos descentralizados;

Departamento de apoio à COMAQ – DEMAQ:

- MUTIRÃO VARA CÍVEIS DA COMARCA DE NOVA IGUAÇU-MESQUITA – objetiva minimizar o impacto sobre a prestação jurisdicional das serventias cíveis que possuem maior grau de dificuldade na redução de acervo e cumprimento das metas do Conselho Nacional de Justiça (CNJ);
- Aprovada pela COMAQ, a proposta de transformação do II JEC da Comarca de Petrópolis em III JEC da Barra da Tijuca;
- Aprovação pela COMAQ sobre a criação dos Juízos da Garantias, na seguinte forma:
 - Criação do Juiz das Garantias da Comarca da Capital, por transformação da 11ª Vara Criminal da Capital;
 - Criação do Juiz das Garantias da Comarca de Campos dos Goytacazes, por transformação da 5ª Vara de Família de Niterói;
 - Criação do Juiz das Garantias da Comarca de Volta Redonda, por transformação do VIII Juizado Especial da Fazenda Pública de Volta Redonda;
 - Criação da Vara Especializada em Pessoa Idosa, com competência para idosos em situação de vulnerabilidade, incluindo a competência para o processo e o julgamento das correspondentes Curatelas;
 - Aprovação da minuta da Resolução TJ/OE – que cria a 1ª Vara de Família, de Infância, da juventude e Idoso de Saquarema;
 - Criação do Sistema de Formação de Lotes do Grupo de Sentença, com diversas funcionalidades, pela SGDAI;
 - Reestruturação do grupo de sentença, com distribuição pela matéria, com auxílio do DEIGE para verificar quais as serventias com maior distribuição e acervo, com recebimento de feitos distribuídos até o ano de 2022;

- Aprovado pela COMAQ, o PROJETO SELO COMAQ- Estudo Monitoramento de Problemas (análise comparativa de cada unidade jurisdicional, no espaço de 12(doze) meses, com base em indicadores que avaliem a sua evolução no período;
- Elaboração de pareceres em processos administrativos SEI, em especial quanto à definição da abrangência territorial da Regional Alcântara da Comarca de São Gonçalo e criação;

1^a Vice-Presidência

Merecem destaque as seguintes atividades desenvolvidas pela 1^a Vice-Presidência:

- Em observância às modificações implementadas por este Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro quanto à especialização de competências (Resolução Tribunal Pleno nº 01/2023, Resoluções OE nº 01 e 03 de 2023), foram publicadas as Portarias 1VP nº 03 e nº 04 de 2023 criando rotinas para adequar a distribuição às novas diretrizes estabelecidas pelas Resoluções supracitadas. Destaca-se que os horários de distribuição passaram a figurar em Portaria própria.
- A Portaria 1VP nº 04/2023 manteve os mesmos horários de distribuição, apenas estabelecendo que nos horários de 15h e 16:30h somente serão distribuídos os agravos de instrumento e os demais feitos de natureza urgente;
- A Portaria 1VP nº 03/2023 manteve as mesmas diretrizes de trabalho da Portaria 1VP nº 01/2022, mantendo a celeridade na tramitação dos protocolos e distribuição dos feitos, apenas fazendo as devidas adequações e atualizações no que toca à especialização da matéria na forma da Resolução Tribunal Pleno nº 01/2023 e das Resoluções OE nº 01 e 03 de 2023;
- Em 2024 foi publicada a Portaria 1VP nº 04/2024, que altera a Portaria 1VP nº 03/2023.
- Foi mantida a criação de dias e horários adicionais de distribuição, especificamente para agilizar e garantir celeridade na distribuição dos acervos de processos de desembargadores eventualmente afastados ou aposentados recentemente. No ano de 2023, foram criadas as Portarias 1VP nº 01, nº 02 e nº 05 que dispuseram sobre a redistribuição de processos de relatoria de desembargadores aposentados, especificamente, da 12^a Câmara de Direito Privado e da 7^a Câmara de Direito Privado;
- Foi implementado, em 2023, um Plano de Ação junto à SGTEC visando solucionar com maior brevidade os problemas nos sistemas informatizados que ocasionam retardo na autuação e distribuição dos feitos. O contato é feito por um grupo composto pelas Diretorias do DECIV-1VP e técnicos da informática pela plataforma TEAMS, com atendimento em tempo real. Com isso, conseguimos resolver com maior agilidade os problemas pontuais e alguns de forma definitiva, o que levou a manutenção do referido Plano ao longo de todo o ano de 2024;
- Visando o aperfeiçoamento gerencial e dos servidores e/ou colaboradores que integram o Departamento de Autuação e Distribuição Cível (DECIV), foi ministrado, em caráter obrigatório, o Curso de Atualização – Autuação e Prevenção

Cível – realizado na ESAJ em abril de 2023. Em 2024, nos mesmos termos, o referido curso foi ministrado em setembro, após atualização e adequação de todo o material ao novo processo de trabalho decorrente da implementação das Câmaras Especializadas, notadamente o Manual de Autuação e Prevenção de Feitos Cíveis na Segunda Instância (MAN-1VP-002-01), disponível na lista mestra da página do TJRJ.

Além do que, mantemos reuniões periódicas com os servidores e colaboradores lotados na Divisão de Autuação para constantes atualizações;

- Em 2024, diante disposto no inciso IX, do artigo 33 do novo Regimento Interno deste Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, que delegou ao Primeiro Vice-Presidente a execução dos julgados de competência originária cível do Órgão Especial, foi instalado um Gabinete para que o Juiz de Direito indicado pelo Primeiro Vice-Presidente possa auxiliá-lo na resolução das inúmeras execuções de sentença que se encontram atualmente no acervo da Egrégia Presidência deste Tribunal.
- A fim de dar efetividade ao determinado no Aviso nº 353/2024 da E. Presidência deste Tribunal, que determina a devolução à 1ª instância dos recursos ainda não autuados que tratam da matéria referente ao Tema 1.184 do E. Supremo Tribunal Federal e da Resolução 54/2024 do Conselho Nacional de Justiça, e diante do grande número de protocolos existentes no âmbito desta Primeira Vice-Presidência, foi criada a Portaria 1VP nº 05/2024 autorizando o(a) Diretor(a) do Departamento de Autuação e Distribuição Cível, independentemente de despacho do Primeiro Vice-Presidente, encaminhar ao SEPCA – Serviço de Protocolo e Cadastro os protocolos das Apelações referidas nesta Portaria, a fim de que sejam devolvidos individualmente ou em lote, aos seus respectivos Juízos de origem.
- GT-EPROC - Participação dos Diretores do Departamento e da Divisão da Distribuição nas reuniões do GT-EPROC, instituído pelo Ato Executivo TJ n. 37 de 22 de fevereiro de 2024.
- Atualização, em 2024, dos impedimentos/suspeções no banco de dados do Departamento de Autuação e Distribuição Cível (DECIV).
- Por fim, diante do crescente número de protocolos a serem autuados e o quantitativo insuficiente de servidores e/ou colaboradores para atender a essa demanda, foram criados, em 2023, dois grupos de auxílio – GEAP, o que foi mantido durante todo o ano de 2024.

Ressalta-se que foram distribuídos 178.357 processos em 2022, 205.651 em 2023, e 227.940, em 2024, ou seja, respectivamente 27.294 e 22.289 processos a mais do que em relação ao ano anterior.

3^a Vice-Presidência

Equipe Interdisciplinar

No início da gestão, implementou-se uma equipe interdisciplinar para auxiliar as unidades organizacionais da 3^a Vice-Presidência.

Redução de Acervo na Divisão de Comunicação Externa

Em continuidade ao trabalho de redução de acervo, foi realizado saneamento nos recursos que se encontravam aguardando julgamento nos Tribunais Superiores, cujas decisões remetidas em mídia física (CD-Rom) não haviam sido recebidas neste TJERJ.

Desse acervo, de 51.443 recursos em maio/2023, foi realizada análise individual dos processos, reduzindo o acervo para 41.429 recursos aguardando julgamento em dezembro/2023 no Superior Tribunal de Justiça, o que representa uma redução de 19,5%.

Já no Supremo Tribunal Federal, foram 1.525 decisões processadas no ano de 2023, restando um total de 308 processos pendentes de julgamento.

Manutenção no Tempo de Autuação dos Recursos/Agravos

O tempo médio de autuação de recursos/agravos encontra-se em 2,5 dias, mantendo a média alcançada na gestão anterior.

Manutenção no Tempo de Processamento dos Recursos/Agravos

O tempo médio de processamento de recursos foi mantido numa média de 18,1 dias (julho/24) e o de agravos em 9,4 dias (julho/24).

Implantação de Diretrizes com Foco na Melhoria da Prestação Jurisdicional

Visando à melhoria da gestão de recursos e produtividade dos servidores/colaboradores, foram mantidas as reuniões periódicas de análise crítica com os diretores e chefes de serviço das divisões no âmbito do Departamento, objetivando a identificação de problemas que impactam a prestação jurisdicional.

Dessa forma, foi identificada a necessidade de aferição de produtos não conformes, tendo sido elaborada planilha de registro e controle, resultando em melhorias no processo de trabalho.

Desde a última medida de regularização, as intimações das decisões proferidas nos processos enviados à Divisão de Comunicação Externa são realizadas no dia seguinte ao seu recebimento, e os processos são remetidos às Cortes Superiores tão logo expire o prazo para interposição de embargos de declaração.

Representativos de Controvérsias

A 3^a Vice-Presidência indicou recursos especiais para o Superior Tribunal de Justiça, como representativos de controvérsias, visando à afetação de questões repetitivas no âmbito do TJRJ.

O Superior Tribunal de Justiça está avaliando a controvérsia 569 para possível afetação da seguinte questão: definição do critério adequado para aferir o valor de alcada de execução fiscal, envolvendo débitos da mesma natureza e tributo, para fins de cabimento do recurso de apelação.

Em dezembro de 2023, foram selecionados quatro recursos extraordinários como representativos de controvérsia para fins de afetação, pelo Supremo Tribunal Federal, de duas questões: (i) dever dos entes federados de promover a disponibilização de transporte especial e/ou individual a pacientes portadores de doença entre sua residência e o local de tratamento (processos 0145483-97.2016.8.19.0001 e 0210987-50.2016.8.19.0001); (ii) reafirmação de jurisprudência para formação de tema em repercussão geral quanto à constitucionalidade do Fundo de Equilíbrio Fiscal (FEEF) e Fundo Orçamentário Temporário (FOT) (processos 0095677-54.2020.8.19.0001 e 0123370-13.2020.8.19.0001). Os recursos indicados ainda estão em tramitação para remessa ao STF.

Ainda, na data acima mencionada, o Superior Tribunal de Justiça afetou a controvérsia oriunda do TJRJ ao Tema 1225 para decidir: (i) Tema principal: possibilidade de redirecionamento da execução a pessoa jurídica de direito público, em razão da insolvência de concessionária de serviço público, ainda que aquela não tenha participado da fase de conhecimento e não conste do título executivo judicial; (ii) Tema subsidiário: termo inicial do prazo prescricional quinquenal para fins de redirecionamento da execução contra o ente público.

Em outubro de 2024, foram selecionados os recursos especiais 2181464-RJ e 2182344-RJ como representativos de controvérsia, para fins de afetação pelo Superior Tribunal de Justiça, da seguinte questão: Dever das operadoras de planos de saúde de fornecer o medicamento CANABIDIOL, para tratamento domiciliar.

O Superior Tribunal de Justiça afetou a tese controvertida representada pelos recursos especiais 2145550-RJ e 2145185-RJ, pertencentes ao Grupo Representativo de Controvérsia nº 14, do TJRJ, ao Tema 1286, delimitando a seguinte questão contro-

vertida: Definir se aos empréstimos consignados em folha de pagamento firmados por militares das forças armadas aplica-se o art. 14, § 3º, da Medida Provisória n. 2.215-10/2001, ou deve ser feita articulação com outros diplomas normativos, como a Lei n. 10.820/2003 e a Lei n. 14.509/2022.

Inteligência Artificial

Em 25/02/2021, foi solicitada ao Presidente do TJRJ a celebração de convênio de cooperação técnica com o Superior Tribunal de Justiça, com a finalidade de desenvolver e transferir tecnologia voltada à Inteligência Artificial e visando ao aprimoramento dos fluxos de processos judiciais, de forma a promover políticas de modernização, aperfeiçoamento e acesso à Justiça.

Assim, como o novo sistema interno EPROC, contratado pela atual gestão presidencial, o sistema de inteligência artificial está em fase de testes na Secretaria Geral de Tecnologia da Informação e Comunicação de Dados – SGTEC.

Com esse sistema de inteligência artificial, será possível realizar buscas por núcleos determinados, o que, por certo, representará importante avanço para a execução das atividades da 3ª Vice-presidência, seja na realização de juízo de admissibilidade, seja para a indicação de representativos de controvérsia.

Ajustes nos Processos Sobrestados no Tema 6

Foi realizado acordo, com a PGE, para tratamento dos recursos sobrestados no Tema 6 do STF, que trata do fornecimento de medicamentos de alto custo pelo poder público. Por conta da análise da permanência do interesse processual, o NUGEPAC conseguiu reduzir o montante de recursos sobrestados, de 6.718 para 1.058 recursos. Na grande maioria deles, houve manifestação de desistência do recurso por parte do Estado do Rio de Janeiro.

Concluídos

- TERMO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA CELEBRADO PELA TERCEIRA VICE-PRESIDÊNCIA COM A PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO PARA PROCESSAMENTO DIFERENCIADO DE DEMANDAS REPETITIVAS ENVOLVENDO A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA ESTADUAL, EM VIRTUDE DE ACORDO, VISANDO À REDUÇÃO DOS LITÍGIOS JUDICIAIS DE QUE A FAZENDA PÚBLICA ESTADUAL SEJA PARTE.
- IMPLEMENTAÇÃO DA CENTRAL DE INDEXAÇÃO DA 3ª VICE-PRESIDÊNCIA;

Em andamento

- PROJETO DE EXPANSÃO, AOS DEMAIS MUNICÍPIOS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, DE TERMOS DE COOPERAÇÃO TÉCNICA ESPECÍFICOS, COM OBJETIVO DE FIRMAR PACTOS DE INTERESSE MÚTUO, VISANDO À EXECUÇÃO DE PROGRAMAS DE TRABALHO, PROJETOS/ATIVIDADE OU EVENTO DE INTERESSE RECÍPROCO, DOS QUAL NÃO DECORRA OBRIGAÇÃO DE REPASSE DE RECURSOS ENTRE OS PARTÍCIPES.
- ELABORAÇÃO DE PAINEL DE DADOS DA 3^a VICE-PRESIDÊNCIA, A FIM DE EXTRAIR DO SISTEMA AS ESTATÍSTICAS E NÚMEROS REFERENCIAIS DE MODO AUTOMATIZADO.
- AVANÇADOS ESTUDOS PARA PROMOVER A CONSOLIDAÇÃO, A REVISÃO E A ATUALIZAÇÃO DE TODOS OS ATOS NORMATIVOS DA TERCEIRA VICE-PRESIDÊNCIA (PORTARIA 1/2024 PUBLICADA NO DOERJ EM 04/11/24).

Consolidação do Sistema de Precedentes Obrigatórios

8





8. Consolidação do Sistema de Precedentes Obrigatórios

Projeto de Melhoria na Interface do Núcleo de Gerenciamento de Precedentes

O novo portal do Núcleo de Gerenciamento de Precedentes foi disponibilizado em novembro de 2023, contendo uma apresentação mais moderna, com facilidades para a utilização do usuário e informações atualizadas sobre o andamento dos precedentes do TJRJ (IRDR e IAC).

Adequação do Acervo dos Processos Sobrestados

- Concentrou-se o acervo dos processos sobrestados no Núcleo de Gerenciamento de Precedentes - NUGEP.
- Em 2023, foram encaminhados para digitalização e posterior indexação cerca de 2826 processos. No ano de 2024, em prosseguimento a digitalização e indexação do acervo da 3^a Vice-Presidência foram remetidos à digitalização 5.568 processos.
- Também são realizadas checagens periódicas dos recursos sobrestados, com a finalidade de manter íntegras as informações, além da retomada de andamento daqueles cujas teses foram definitivamente definidas pelo Supremo Tribunal Federal e Superior Tribunal de Justiça.
- No início desta gestão (fevereiro de 2023), o NUGEPAC possuía 26.544 recursos sobrestados em temas do STF e 35.133 recursos vinculados a temas do STJ. Em 03/12/2024, o NUGEPAC registrou em seu acervo 28.363 recursos sobrestados por temas do STF e 51.684 recursos por temas no STJ.
- Foram sobrestados, durante o ano de 2023, 4.263 recursos extraordinários e 3.009 recursos especiais. Durante o ano de 2024, 3.940 recursos extraordinários e 2.925 recursos especiais.

NUGEPAC/RJ

- Ato Executivo 40/2023 - Dispõe sobre a integração do Núcleo de Ações Coletivas ao Núcleo de Gerenciamento de Precedentes, além da respectiva comissão gestora no âmbito do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro e dá outras providências.
- A criação do NUGEPAC/RJ (NÚCLEO DE GERENCIAMENTO DE PRECEDENTES E AÇÕES COLETIVAS) visou a reorganização dos núcleos de gerenciamento de precedentes - NUGEP e de ações coletivas - NAC, além da própria comissão gestora de precedentes, para otimização das estruturas de forma a incrementar a prestação jurisdicional e a gestão dos precedentes qualificados e das ações coletivas.

- O NUGEPAC/RJ é responsável pela gestão da sistemática dos precedentes qualificados previstos no Código de Processo Civil de 2015 - repercussão geral, recursos repetitivos, incidente de assunção de competência e incidente de resolução de demandas repetitivas, bem como pela promoção do fortalecimento do monitoramento e da busca pela eficácia no julgamento das ações coletivas.

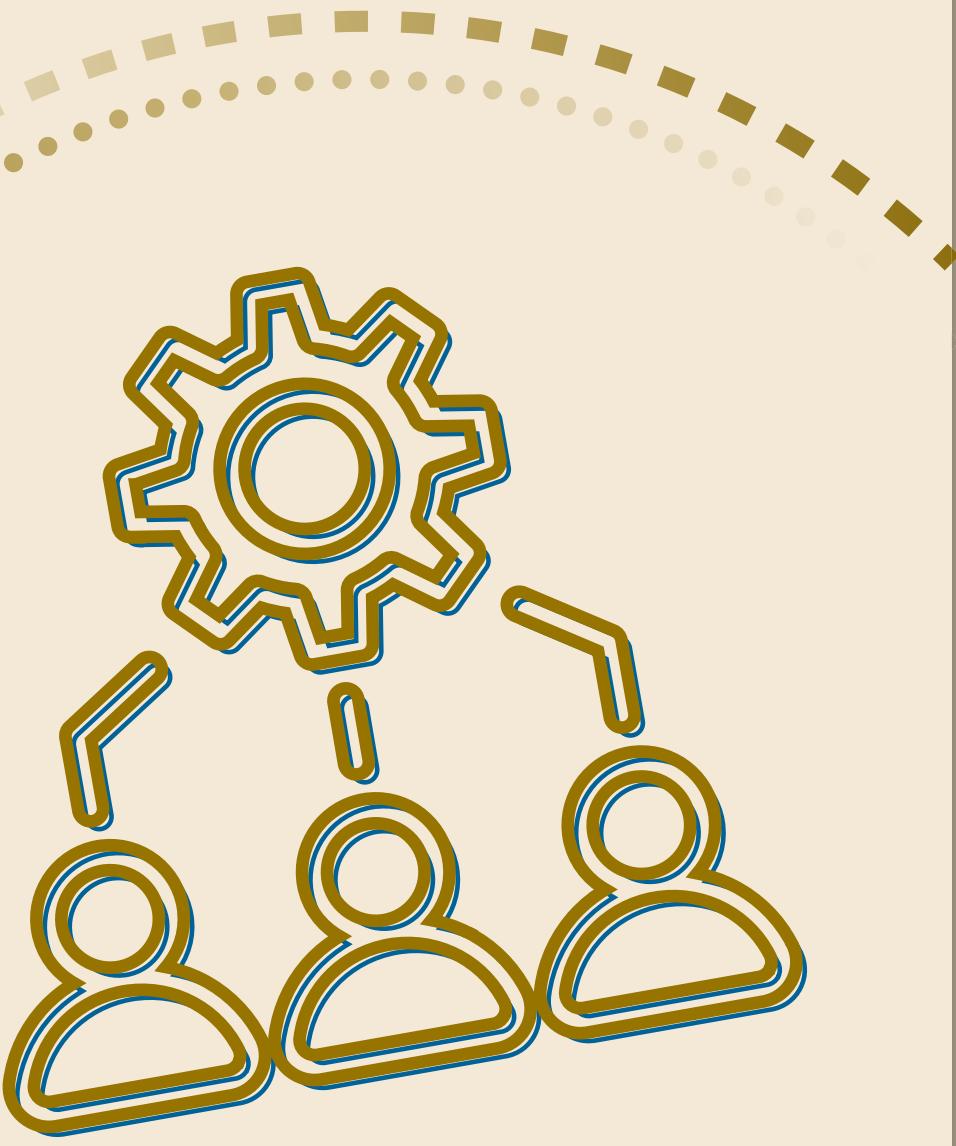
Boletim Informativo

- Os boletins informativos (<https://portaltj.tjrj.jus.br/web/precedentes/nugepac/boletim-informativo>) são produzidos pela equipe do NUGEPAC – Terceira Vice Presidência e condensam os movimentos processuais ocorridos nos recursos paradigmáticos vinculados ao sistema de precedentes judiciais, no Supremo Tribunal Federal, Superior Tribunal de Justiça e Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro.
- Os boletins são divulgados de forma bimestral e indicam a afetação, a publicação dos acórdãos e as datas de trânsito em julgado das teses fixadas em repercussão geral (STF), recursos repetitivos (STJ) e IRDR/IAC (TJRJ).

- [Boletim Nugep - Apresentação](#)
- [Boletim Nugep 01 \(01/01/2020 a 31/10/2020\)](#)
- [Boletim Nugep 02 \(01/11/2020 a 30/11/2020\)](#)
- [Boletim Nugep 03 \(01/12/2020 a 31/12/2020\)](#)
- [Boletim Nugep 04 \(01/01/2021 a 31/01/2021\)](#)
- [Boletim Nugep 05 \(01/02/2021 a 31/03/2021\)](#)
- [Boletim Nugep 06 \(01/04/2021 a 15/07/2021\)](#)
- [Boletim Nugep 07 \(01/08/2021 a 30/09/2021\)](#)
- [Boletim Nugep 08 \(01/10/2021 a 30/11/2021\)](#)
- [Boletim Nugep 09 \(01/12/2021 a 31/01/2022\)](#)
- [Boletim Nugep 10 \(01/02/2022 a 26/04/2022\)](#)
- [Boletim Nugep 11 \(27/04/2022 a 30/06/2022\)](#)
- [Boletim Nugep 12 \(01/07/2022 a 31/08/2022\)](#)
- [Boletim Nugep 13 \(01/09/2022 a 30/11/2022\)](#)
- [Boletim Nugepac 14 \(01/12/2022 a 15/04/2023\)](#)
- [Boletim Nugepac 15 \(16/04/2023 a 30/05/2023\)](#)

- [Boletim Nugepac 16 \(01/06/2023 a 31/07/2023\)](#)
- [Boletim Nugepac 17 \(01/08/2023 a 30/09/2023\)](#)
- [Boletim Nugepac 18 \(01/10/2023 a 30/11/2023\)](#)
- [Boletim Nugepac 19 \(01/12/2023 a 29/02/2024\)](#)
- [Boletim Nugepac 20 \(01/03/2024 a 30/04/2024\)](#)
- [Boletim Nugepac 21 \(01/05/2024 a 30/06/2024\)](#)
- [Boletim Nugepac 22 \(01/07/2024 a 31/08/2024\)](#)

9. Aperfeiçoamento da Gestão Administrativa e Governança Judiciária





9. Aperfeiçoamento da Gestão Administrativa e Governança Judiciária

A Secretaria-Geral de Governança, Inovação e Compliance (SGGIC) foi criada no 1º. Semestre de 2023, tendo sua composição e atribuições definidas nos arts. 280 e 281 da Resolução TJ/OE nº 04/2023. As atividades antes dispersas em vários departamentos foram concentradas num órgão cujo objetivo é apoiar o planejamento estratégico e coordenar os planos e modelos de gestão aprovados pela Administração Superior para serem adotados pelo Tribunal de Justiça.

Dentre as principais realizações do Biênio, destacam-se:

- Criação do Laboratório de Inovação – IdeaRio:



- Publicação de 09 (nove) Atos de Governança: Institucional, Gestão da Inovação, Gestão de Risco, Estratégia, Contratação, Tecnologia da Informação e Comunicação, Sustentabilidade, Proteção de Dados Pessoais, Gestão de Pessoas;
- Publicação das Normas de Conduta e Diretrizes Éticas aplicadas ao NAI e aos Contratos e Licitações;
- Publicação da Cadeia de Valor do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro;
- Alteração da Visão estratégica do TJRJ:

Visão

Até 2026, tornar-se o tribunal mais produtivo entre os tribunais estaduais de grande porte.

- Lançamento da Carta de Serviços ao Cidadão, com publicação do ícone na página eletrônica do TJRJ;
- Divulgação do Manual para Construção de Indicadores;
- Curso de formação de laboratoristas através da oficina de “design thinking”;

- Formalização de convênio e instalação de Pontos de Inclusão Digital (PID) nos Municípios de Areal, Levy Gasparian e Nova Iguaçu;



- Publicação do Aviso Conjunto TJ/CGJ nº 23/2023, sobre a disponibilização de acesso às informações pertinentes aos sistemas informatizados administrativos e judiciais de 1^a. e 2^a. Instância para elaboração de painéis estatísticos pelo DEIGE, quando ainda integrava a estrutura da SGGIC;
- Atuação em contratos de Videowall e contratação de equipe estatística, para a estruturação da área de extração e análise de dados estatísticos do TJRJ (foram idealizados e firmados ainda quando o DEIGE integrava a estrutura da SGGIC);
- Criação da Sala Íris (unidade implementada ainda quando o DEIGE integrava a estrutura da SGGIC);



- Portaria Interna SGGIC nº 01/2024 e critérios para ocupação de cargos em comissão e funções gratificadas;
- Portaria Interna SGGIC nº02/2024 de Programa de Convivência e Solidariedade entre os integrantes da SGGIC;
- Portaria Interna SGGIC nº03/2024 Protocolo para atendimento Canal de Denúncia de Integridade.
- Portaria Interna SGGIC nº04/2024 do Programa de promoção de rotina sustentável na Secretaria-Geral de Governança, Inovação e Compliance SGGIC;
- Portaria Interna SGGIC nº 05/2024 Designa Representante da Administração Superior;
- Mapeamento dos processos de trabalho com tratamento de dados pessoais, nos termos da LGPD. A SGGIC foi escolhida como primeira unidade a ser mapeada;

- Elaboração do RIGER Anual pelo novo modelo implementado pelo DEGEP;
- Banco Nacional de Linguagem Simples e Imagem do Poder Judiciário: Protocolo de Intenções com adesão de 22 Tribunais até o momento com a confirmação de 20 interessados.



- Contribuição para a formação do Banco de Boas Práticas Administrativas, com 16 Boas práticas originadas em unidades da SGGIC;



- Realização do Encontro de Gestores Judiciários e posterior de projetos decorrentes das sugestões apresentadas no evento;



- Realização do IV Encontro Nacional dos Laboratórios de Inovação do Poder Judiciário – FestLabs.



- Pesquisa de satisfação junto à equipe (monitoramento do ambiente de trabalho nos Departamentos);

- Reformulação do Portal da Governança;
- Resultados de destaque:
 - ◊ Tribunal de Justiça contemplado com o selo de Linguagem Simples 2024;



- ◊ Tribunal de Justiça contemplado com o Selo Prata no Prêmio CNJ de Qualidade 2024;



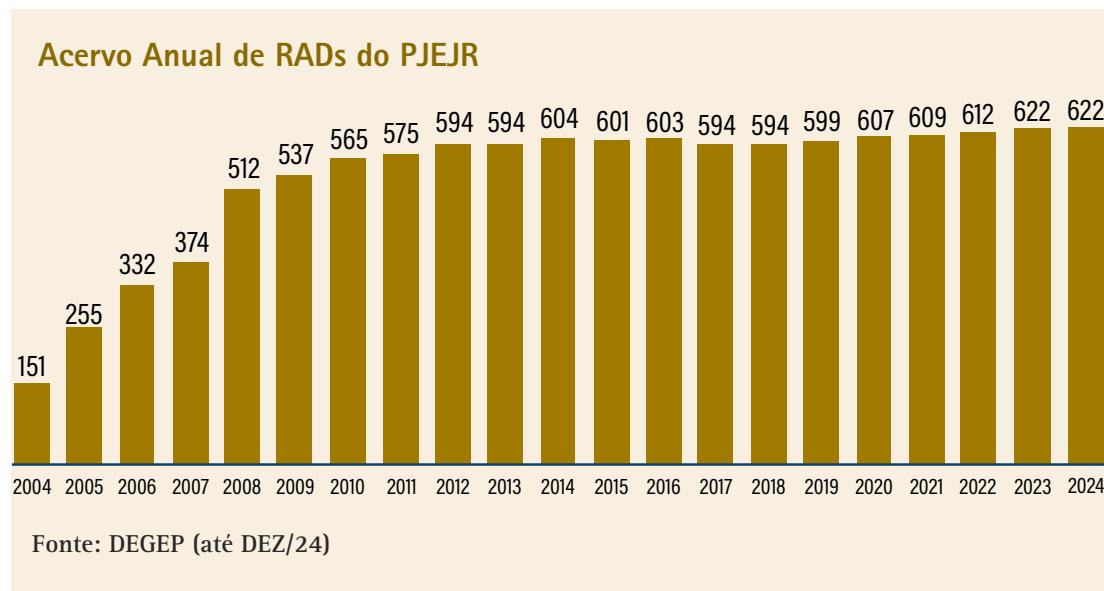
- ◊ SGGIC obtém 1ª posição no Ranking de Governança do TJRJ;



Gestão de processos – Rotinas administrativas (RAD)

As rotinas administrativas (RADs) são resultado do mapeamento dos diversos processos de trabalho do TJRJ, documentando-os detalhadamente. As RADs permitem a compreensão de cada etapa do processo, interações com outras áreas, padronização do procedimento a ser executado, transparência, treinamento de novos servidores, uso dos processos modelados como base para a construção de sistemas computadorizados, estudos para automação de sistemas de gestão, criação e mensuração de indicadores das atividades para melhor monitoramento e controle dos processos de trabalho da Instituição.

Até dezembro de 2024, o TJRJ somava 622 processos de trabalho documentados em Rotinas Administrativas, o que, juntamente com formulários e manuais de procedimentos e Planos de Atividades Detalhadas, formam um acervo de 2195 documentos. O gráfico abaixo demonstra a evolução do sistema documental da Instituição, desde a sua implantação.



Em 2024, destacam-se:

- Disseminação de novo modelo de RAD, mais resumido e com aparência mais amigável, visando estimular a utilização do documento.
- 22 unidades do PJEJR têm RADs elaboradas ou revisadas no novo modelo.
- Mapeamento, elaboração e publicação de RADs relativas a processos de trabalho desenvolvidos pelo Departamento de Exame de Admissibilidade Recursal da Segunda Vice-Presidência (2VP/DEARE).
- Mapeamento e elaboração de RADs relativas a processos de trabalho desenvolvidos pelo Núcleo Permanente de Solução de Conflitos (NUPEMEC).
- Mapeamento e elaboração de RAD relativa a processos de trabalho desenvolvidos pela Escola de Mediação (EMEDI).
- Mapeamento e elaboração de RAD relativa a processos de trabalho da Secretaria-Geral de Dados Gerenciais e Análise de Indicadores (SGDAI), criada pela Resolução TJ/OE 11/2024.

- Mapeamento e elaboração de RAD relativa a processos de trabalho da Divisão de Protocolo e Gestão de Sistemas de Segundo Grau de Jurisdição da Secretaria-Geral Judiciária (SGJUD/DIPGE) criada pela Resolução TJ/OE 11/2024.
- Reformulação das RADs da Secretaria-Geral de Tecnologia da Informação (SG-TEC) com a unificação de RADs, resultante do desenho de fluxos As Is de processos de trabalho.

Observação: Importante esclarecer que a manutenção do acervo apesar da criação de novas rotinas deveu-se ao cancelamento de rotinas que perderam seu objeto, e à unificação de várias RADs.

Gestão por resultado – Sistema de gestão de Qualidade – ISO 9001

O Tribunal de Justiça mantém 8 sistemas de gestão certificados conforme a Norma ISO NBR ISO 9001. A certificação auxilia o gerenciamento de seus recursos, tendo como principal objetivo identificar e atender as necessidades de seus clientes e atingir os resultados planejados.

Abaixo, segue a relação das unidades certificadas com posição em novembro de 2024:

UNIDADES COM CERTIFICAÇÃO ISO – 9001	
Vice-Presidência	01VP/DECIV
Quem Mede	EMERJ
Departamentos	DEGEA DECCO/MUSEU DA JUSTIÇA DESEP
Câmaras Cíveis	03CPUB 03CPRIV
Gabinetes	DES NAGIB

Os sistemas de gestão são avaliados por auditorias, uma forma de aferir sua efetividade. As auditorias permitem identificar o grau de eficiência da própria operação e também oportunidades de melhoria. Nos sistemas de gestão certificados, as auditorias externas foram conduzidas pela Fundação Carlos Alberto Vanzolini, e as internas conduzidas pela empresa Naturalle até setembro de 2024. A partir de outubro, as auditorias internas passaram a ser conduzidas pela empresa KOM Tecnologia.

Em relação aos contratos acima citados, foi elaborado o termo de referência para contratação de prestação de serviço de auditoria interna de gestão, estando em fase de contratação de empresa para prestação de serviço de certificação, recertificação e supervisão (auditorias externas) de sistemas certificados ISO 9001.

Considerando o número reduzido de auditores internos para realizarem auditoria no PJERJ e a necessidade de novos olhares e novas ideias referentes à manutenção da certificação NBR ISO 9001, foram realizadas entrevistas com 7 auditores de gestão indicados pela empresa Naturalle para atuar nas auditorias internas de certificação do PJERJ. Destes, 5 já participaram como auditor-líder.

A empresa KOM Tecnologia encaminhou documentação de 6 auditores de gestão para atuarem como auditores líderes e assistentes e todos foram aprovados na análise documental e já estão participando como auditores líderes e assistentes.

No ano de 2024 foram realizadas 11 auditorias internas e 09 auditorias externas, com o objetivo de verificar a conformidade com a Norma ISO 9001, com gasto de R\$ 33.025,23 para auditoria externa e R\$ 18.794,00 para auditoria interna, perfazendo um total de R\$ 51.819,23.

Ainda na Gestão por Resultado, de acordo com o cronograma fixado para a implementação do Modelo Basilar de Gestão (MBG), constante do Aviso nº 267/2024, publicado no dia 18 de julho do ano corrente a SGGIC/DEGEP apoiou a SGCOL, SGLOG, SGPCF, SGGIC, NAI, ESAJ, SGADM, SGJUD, SGPES, SGSEI, SGTEC, SGDAI e SGSUS na revisão de seus direcionadores estratégicos, demonstrando a contribuição de cada Unidade Organizacional no cumprimento da Missão e no alcance da Visão do PJERJ.

O planejamento estabelece que até julho de 2025 todas as unidades organizacionais integrantes da estrutura administrativa estejam com direcionadores estabelecidos e árvore de indicadores elaborada.

Finalizando a gestão de resultados, foram realizados apoios para a validação dos indicadores gerenciais para a SGCOL, SGLOG, SGPCF, SGGIC, NAI, ESAJ, SGADM, SGJUD, SGPES, SGSEI, SGTEC e SGDAI.

Boas Práticas

O Departamento de Governança e Planejamento Estratégico (DEGEP) participou do projeto elaborado pelo IdeaRio a partir de ideias propostas no Encontro de Gestores, realizado em abril de 2024, para a divulgação do Banco de Boas Práticas. A seguir, as ações executadas pelo Departamento:

- Análise, elaboração e reformulação de boas práticas com publicação no banco.
- Divulgação do Banco de Boas Práticas no Sistema eJud e no Sistema SEI.
- Reunião com o Departamento de Comunicação para criação de vídeos institucionais informativos acerca do Banco de Boas Práticas.
- Reunião com o Departamento de Comunicação sobre diagramação e disponibilização de banner-vitrine e tirinhas sobre boas práticas.
- Reunião com a Escola de Mediação (EMEDI) para definição de conteúdo programático de palestra a ser realizada em janeiro sobre boas práticas na mediação.
- Criação de conteúdo de boas práticas a ser publicado no Portal da Governança.
- Realização da palestra ao vivo “Boas Práticas: uma ferramenta simples para a gestão judiciária do Tribunal de Justiça”.

Nos dias 9, 10 e 11 de dezembro, o DEGEP recebeu uma visita técnica institucional do Tribunal de Justiça do Estado de Roraima (TJ/RR), cujo objetivo era conhecer as práticas e iniciativas implementadas na área de gestão da qualidade e gestão por processos no âmbito do TJRJ, além da estruturação, do funcionamento e das rotinas de trabalho das unidades, que implementaram as melhores práticas de gestão da qualidade, além do mapeamento e da otimização de processos de trabalho.

Inovação e Desenvolvimento Estratégico

O Departamento de Inovação e Desenvolvimento (SGGIC-DEIND) foi criado em 03/02/2023, com a publicação da nova estrutura organizacional do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro (Resolução TJ/OE nº 4/2023, art. 297 a 302).

O DEIND é composto pelo Laboratório de Inovação IdeaRio e pela Divisão de Desenvolvimento Estratégico (DIDES) e tem como objetivo elaborar e implementar soluções originais para os problemas do TJRJ (identificados pelo Departamento ou solicitados por uma unidade) através do processo inovador, sejam elas incrementais ou disruptivas.

O planejamento estabelece que até julho de 2025 todas as unidades organizacionais integrantes da estrutura administrativa estejam com direcionadores estabelecidos e árvore de indicadores elaborada.

Finalizando a gestão de resultados, foram realizados apoios para a validação dos indicadores gerenciais para a SGCOL, SGLOG, SGPCF, SGGIC, NAI, ESAJ, SGADM, SGJUD, SGPES, SGSEI, SGTEC e SGDAI.

Projetos de inovação já implementados

BANCO DE BOAS PRÁTICAS DAS UNIDADES JUDICIAIS E ADMINISTRATIVAS DA 2^a INSTÂNCIA

O Banco de Boas Práticas reúne experiências e atividades realizadas pelos servidores e gestores das unidades judiciais e administrativas que, através de enfoques simples e inovadores, geram alto impacto no desempenho das tarefas. O objetivo do projeto é que tais práticas sejam reconhecidas pelo Tribunal sob os prismas da eficiência, eficácia, celeridade, qualidade, inovação e praticidade, para, posteriormente, serem compartilhadas e replicadas/adaptadas pelas demais unidades do Tribunal.

Assim, com essa troca de conhecimento, há uma capacitação dos funcionários, com a aquisição de novos saberes, e a criação de um ambiente institucional de aprendizado contínuo em busca da excelência do serviço. Além disso, gera-se uma maior satisfação ao usuário final, melhoria da percepção do cidadão acerca da instituição e troca de experiência entre os demais Tribunais.

Ao longo do biênio, foram publicadas 53 (cinquenta e três) Boas Práticas das unidades judiciais e 46 (quarenta e seis) Boas Práticas Administrativas, todas da 2^a instância, no Diário da Justiça Eletrônico e no site do TJRJ. Ambos os Bancos de Boas Práticas constam no link <https://portaltj.tjrj.jus.br/web/guest/projeto-banco-de-boas-praticas>.

O Banco de Boas Práticas é periodicamente atualizado, através da incorporação das novas práticas que são recebidas.

EIXOS TEMÁTICOS	
clique nos títulos para acessar a prática	
GESTÃO PROCESSUAL	
1 • Correlacionar preventivamente peças dos termos e ofícios:	
4 • A estruturação de um resultado padronizado de documentos, para uso pela serventia digital e eletrônica dos expedientes pela 1 ^a instância	
5 • Anexar interconexões que possam posicionar o relatório de um (ou mais) dos meios de julgamento	
7 • Separar todos os perfis da retórica especial e extracioná-la em um só local	
10 • Implementar uma rotina de frequente cruzagem das lettras em tramitação no Cármen	
13 • O gerenciamento para a implementação eficiente dos rôles conformando o Cármen	
15 • Desenvolver um procedimento que levada preventiva das informações e práticas principais lançadas no Cármen	
16 • A elaboração de boletins de polícia contemplando uso estratégico das redes sociais para divulgar suas demandas prioritárias	
17 • Elaborar um acompanhamento mais aberto de conclusões e de desenrolcamentos processuais com visto inter-vito vinculado ao deslinhamento de novo recado	
20 • Agilizar os sistemas processuais	
21 • Acompanhamento de processos digitais	
SUSTENTABILIDADE	
8 • Implementar medidas como incentivar a impressão de fórmulas e papéis menores e verter	
GOVERNANÇA E TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO	
2 • A utilização de postos corporativos no computador	
6 • A sistematização das conexões das informações que guiam seu planejamento e otimização das unidades	
11 • A utilização do plafonário teórico visando a participação à discussão de julgamentos em tempo de julgamento preventivo	
15 • A elaboração de compilados de legislações, os sites oficiais e os publicações que regem ou guiam os juizinhos com as unidades de justiça	
GESTÃO DE PESSOAS	
3 • A prática de verificações periódicas com os funcionários a respeito de informações e recursos, a dificuldades enfrentadas no desempenho de suas atividades	
9 • A coprodução das funcionalidades para o trabalho das diferentes entidades existentes dentro da unidade	
14 • O aperfeiçoamento das relações interpessoais à importante para que todos os funcionários concordem essa estratégia de trabalho adequada	
18 • A avaliação continua de desempenho	
19 • A promoção de iniciativas dentro da instituição das diretrizes que integram e o comprometimento em elas levando	

Para acessibilidade digital de todos clique aqui e accese o descriptivo >>>

**TJRJ apoia
Boas Práticas**

Banco de Boas Práticas das Unidades Administrativas da 2ª Instância

EIXOS TEMÁTICOS
clique nos títulos para acessar a prática

GESTÃO DE PESSOAS	GESTÃO PROCESSUAL	RESPONSABILIDADE SOCIAL E ACESSIBILIDADE
1 • Incentivação da equipe com meios e benefícios	32 • Desenvolvimento da relação com órgãos externos	21 • Uso da linguagem de fluxo em eventos
8 • Capacitação dos integrantes da equipe por meio de cursos, palestras, seminários e fóruns	34 • Uso da escuta ativa	24 • Desenvolver ações voltadas à inclusão social.
10 • Políticas de promover e incentivar a comunicação entre os membros da equipe	17 • Padronização de modelos de documentos nos Processos Administrativos Eletrônicos (SAE)	25 • Desenvolver ações voltadas ao bem-estar da sociedade
11 • Uvir a atenção a qualquer chefe, diretor ou secretário	22 • Produtos Não Conformes (PNC)	
12 • Compartilhamento de informações e experiências por meio de reuniões com os gestores	23 • Celeridade em despachar processos administrativos	
13 • Realização de rodízios entre os membros da equipe a fim de disseminar o conhecimento	26 • Uso da prática do Feedback	
14 • Fomentação de um ambiente harmonioso		
15 • Desempenho da trabalho em equipe		
16 • Uso de ferramentas de compartilhamento		
19 • Utilização de brainstroming como ferramenta de trabalho		
28 • Uso da prática do Feedback		

Dicas de Boas Práticas

O Programa Dicas de Boas Práticas disponibiliza as práticas, que constam no Banco de Boas Práticas, através do sistema eJUD, diariamente, sendo alteradas semanalmente. Todos que acessam o sistema visualizam as boas práticas, através de pequenas mensagens, divulgadas de forma resumida e podem consultá-las, na íntegra, no site do TJRJ. A utilização desta ferramenta tem como objetivo, além de possibilitar uma melhora na prestação jurisdicional, inspirar outros gestores e servidores a implementarem novas práticas em suas unidades judiciais e encaminharem as que praticam para poderem ser replicadas.

**Prática das Unidades Judiciais
da 2ª Instância do TJRJ**

Nº 02

VOCÊ SABIA QUE...

... o Conselho da Magistratura utiliza o compartilhamento de pastas entre todos os funcionários, inclusive daquelas armazenadas na nuvem através do OneDrive, para o controle de arquivos, tais como ofícios e modelos de documentos?

- Biunalmente, o CNJ publica um relatório com recomendações voltadas ao aprimoramento do desempenho de unidades judiciais e gabinetes. Com base nessas informações, o IdeaRio reuniu, por meio do Banco de Boas Práticas, ferramentas de gestão e controle de produtividade, visando apoiar o monitoramento e o cumprimento das metas, tanto pelos gabinetes quanto pelas secretarias.

- Foi acrescentada uma nova aba na página do Banco de Boas Práticas, denominada ‘Banco de Boas Práticas dos Gabinete das Unidades Judiciais da 2^a instância’, possibilitando que os magistrados e seus assessores possam acessar essas informações rapidamente.

SELO DE BOAS PRÁTICAS DAS UNIDADES ADMINISTRATIVAS E JUDICIAIS DA 2^a INSTÂNCIA

O Prêmio, criado e regulamentado em 2023 pelo Ato Normativo Conjunto TJ/CGJ nº 07/2023 e, em 2024, pelo Ato Normativo Conjunto TJ/CGJ nº 06/2024 , busca incentivar o fomento e a disseminação de práticas que contribuam para a melhoria da prestação jurisdicional reconhecendo e premiando as iniciativas adotadas pelas unidades judiciais e administrativas, que promoveram o aprimoramento das suas rotinas de trabalho.

Em 2023, foram premiadas com o Selo de Boas Práticas pelo Desembargador Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro 10 unidades judiciais da 2^a instância. As seguintes unidades foram premiados com o Selo Ouro: Gabinete da Secretaria-Geral Judiciária, Departamento de Processos do Conselho da Magistratura (SGJUD-DECON), Departamento de Processos do Tribunal Pleno do Órgão Especial (SGJUD-DETOE), Secretaria da 3^a Câmara Criminal, Secretaria da 7^a Câmara Criminal, Secretaria da 3^a Câmara de Direito Público e Secretaria da 6^a Câmara de Direito Público.

Com o Selo Prata foram premiadas a Divisão de Suporte às Sessões (SGJUC-DISES) e Departamento de Processos das Seções de Direito Público, de Direito Privado e das Câmaras de Direito Empresarial Reunidas (SGJUD-DEPSE) e, o Selo Bronze foi concedido à Divisão de Processos Judiciais – SGJUD-DIPJU.

O Selo Prática Inovadora foi concedido à Secretaria-Geral de Contratos e Licitações (SGCOL) e Secretaria-Geral de Administração (SGADM).

Em 2024, foram premiadas com o Selo de Boas Práticas 13 unidades judiciais da 2^a instância. As seguintes unidades foram premiadas com o Selo Ouro: Divisão de Suporte às Sessões da SGJUD; Departamento de Processos do Tribunal Pleno do Órgão Especial da SGJUD; Departamento de Processos das Seções de Direito Público, de Direito Privado e das Câmaras de Direito Empresarial Reunidas da SGJUD; Departamento de Processos do Conselho da Magistratura da SGJUD; Secretaria da 6^a Câmara de Direito Público; Secretaria da 7^a Câmara Criminal; Secretaria da 21^a Câmara de Direito Privado; Secretaria da 3^a Câmara Criminal; Secretaria da 8^a Câmara Criminal; 4º Grupo de Câmaras Criminais; Secretaria da 4^a Câmara Criminal; 2º Grupo de Câmaras Criminais; Gabinete do Desembargador Nagib Slaibi Filho e Secretaria da 3^a Câmara de Direito Público.

O Selo Prática Inovadora foi concedido à Secretaria-Geral de Administração (SGADM).

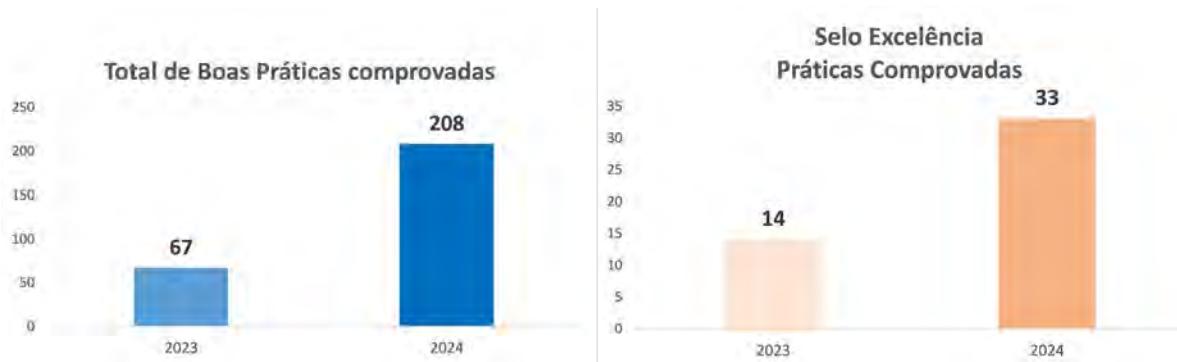


A 7ª Câmara Criminal ganhou o Selo Excelência em ambos os anos, em 2023 com 14 boas práticas comprovadas em 2024 com 33 boas práticas, resultando em um aumento de 135,71%.



Em 2024 houve uma relevante evolução nas boas práticas comprovadas pelas unidades judiciais da 2ª instância em relação ao ano anterior, equivalente a 210,44%.

Esses números refletem o sucesso do selo e o empenho das unidades em implementar as boas práticas em suas rotinas e processos de trabalho.



LINGUAGEM SIMPLES PARA O CIDADÃO

Em razão de dados como ‘3 em cada 10 brasileiros são analfabetos funcionais’ (Inaf, 2018) e ‘65% dos cidadãos consideram a linguagem jurídica de difícil entendimento’ (CNJ, 2023), criamos o projeto Linguagem Simples para o Cidadão, que abordou as várias frentes abaixo apresentadas:

Ao desenvolver manuais de linguagem simples, dicionário jurídico, vocabulário de imagem e promover cursos e palestras sobre o tema, o tribunal investe na capacitação da equipe, promovendo o aprimoramento das competências institucionais relacionadas à comunicação eficaz e ao entendimento das necessidades da sociedade.

Manual da Linguagem Simples e Manual Prático da Linguagem Simples

A criação do Manual da Linguagem Simples e sua versão reduzida, o Manual Prático da Linguagem Simples, tem como objetivo facilitar o entendimento da comunicação do judiciário destinada ao cidadão. Traz recomendações como a não utilização de siglas sem explicação, evitar palavras estrangeiras, do texto excessivamente formal e do uso do “juridiquês” (linguajar excessivamente técnico e rebuscado), dentre outros. Sugerimos ainda a utilização de algumas ferramentas tais como palavras simples, frases curtas e elementos visuais, propiciando uma comunicação clara, objetiva, acessível e inclusiva.

Consequentemente, a barreira de comunicação entre o judiciário e a população diminui, gerando um aumento da transparência e da confiança no sistema judiciário. Os cidadãos poderão compreender mais facilmente os seus direitos e deveres.

The image shows two book covers side-by-side. The left book, titled 'Manual da Linguagem Simples', has a dark blue background with white text. It features the logos of the Poder Judiciário do Rio de Janeiro (Poder Judiciário RJ) and IdeaRio. The right book, titled 'MANUAL PRÁTICO DE LINGUAGEM SIMPLES', has a light blue background with white text. It includes a callout box with tips like 'Use frases curtas e de fácil compreensão' and 'Use elementos visuais:'. Both books have a professional design with icons and a clean layout.

Dicionário Jurídico

O Dicionário Jurídico busca esclarecer, através da linguagem simples, os termos e conceitos jurídicos para pessoas que não possuem familiaridade com as expressões utilizadas nos Tribunais e que, por isso, acabam por se distanciar da busca por seus próprios direitos.

Deve-se ressaltar que as definições não devem ser consultadas como a de um dicionário especializado pois seu público alvo são as pessoas leigas e as acepções jurídicas foram sintetizadas a bem da simplificação da linguagem. Alguns verbetes são acompanhados de ícones que constam no Vocabulário de Imagens, visando associá-los a uma imagem visual para facilitar ainda mais a compreensão.

Dicionário Jurídico		
Todos	A B C D E F G H I J K L M N O P Q R S T U V W X Y Z	PJERJ Idea Rio
VERBETE	DEFINIÇÃO	ÍCONE
Decisão Judicial	Manifestação do Magistrado, feita no processo, que contém uma determinação.	
Decisão Monocrática	Decisão de um único Magistrado.	
Declínio de Competência	Ocorre quando o Magistrado envia o processo para distribuição a outro Juízo, que ele entende ser o competente para julgar o processo.	
Defensoria Pública	Órgão público que presta atendimento jurídico de forma gratuita a pessoas que não teriam condições de pagar pelos serviços de um advogado.	
Deferir	Atender a um pedido. Decisão favorável a quem pediu.	
Denegar	Negar um pedido. Decisão desfavorável a quem pediu.	
Denúncia	Petição inicial da ação penal pública, feita pelo Ministério Público para pedir a condenação de uma pessoa por fato criminoso.	
Denúncia do Contrato	Manifestação de vontade da parte de não permanecer no contrato, visando a seu encerramento.	

Vocabulário de Imagens

O Vocabulário de Imagens foi desenvolvido sob a abordagem do Visual Law ('Direito em Imagens'). Utiliza elementos visuais para representar conceitos e informações jurídicas de forma clara e objetiva, tornando o texto mais compreensível e acessível ao cidadão.

Foram selecionados termos, expressões e conceitos jurídicos mais comuns para comporem a versão inicial do banco de imagens. Os ícones têm como objetivo a assimilação rápida pelo destinatário da mensagem, evitando confusões em sua interpretação. Devem ser padronizados como fonte única de imagem para todos os documentos produzidos pelo TJRJ, que venham a utilizar a técnica do Visual Law, constituindo assim uma identidade visual facilmente reconhecível.

Conceito	Ícone do Vocabulário de Imagens	
Denegar		Clique e Baixe o ícone
Desembargador		Clique e Baixe o ícone
Detenção		Clique e Baixe o ícone
Dias - Multa		Clique e Baixe o ícone
Dúvida		Clique e Baixe o ícone
Homologação do Acordo		Clique e Baixe o ícone
Improcedência do Pedido		Clique e Baixe o ícone
Intimação		Clique e Baixe o ícone
Intimação Eletrônica		Clique e Baixe o ícone
Juiz		Clique e Baixe o ícone
Julgamento Monocrático		Clique e Baixe o ícone

Tirinhas Jurídicas

As Tirinhas Jurídicas foram elaboradas como uma forma de ajudar o cidadão a compreender expressões e conceitos utilizados na Justiça, através de histórias em quadrinhos curtas e esclarecedoras utilizando as ferramentas que constam no Manual da Linguagem Simples do TJRJ.

A metodologia utilizada foi a do ‘Visual Thinking’ (‘Pensamento Visual’), que busca representar ideias e conceitos através de elementos gráficos simples, trazendo apenas traços básicos da figura humana. Assim, não constam, na representação do indivíduo, características físicas tais como gênero, etnia, idade, altura ou traços pessoais. Com isso, contorna-se a justa questão da representatividade da diversidade humana e todos podem se identificar com a imagem.

Autos conclusos



Contêiner de Ideias

Inspirado na teoria do ‘Garbage Can Process’ (ou ‘Processo da Lata de lixo’), o Contêiner de Ideias armazena e disponibiliza ao público interno e externo os projetos desenvolvidos pelo Laboratório de Inovação – IdeaRio que, por motivos de qualquer ordem (carência de recursos financeiros, tecnológicos ou humanos), tiveram seu desenvolvimento interrompido.

A importância de tal acervo advém justamente da possibilidade de que as circunstâncias impeditivas se modifiquem para um cenário enfim favorável à implementação daquelas ideias, em oportunidades futuras de inovação.

Menos é Mais

Em razão de dificuldades encontradas pelo Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro (TJRJ) para obtenção de mobiliário para compor a formatação de novos espaços, bem como reposição de materiais, foi criado o Menos é Mais. Trata-se de uma campanha para um consumo consciente nas unidades judiciais e

administrativas do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro. Foi solicitado aos servidores que avaliassem os materiais (de consumo, permanentes e de informática) realmente necessários para suas atividades e procedessem à devolução daqueles bens que estivessem em desuso ou subaproveitados; viabilizando a redistribuição desses móveis e materiais entre as unidades com carência.

A iniciativa buscou fomentar o consumo consciente e a responsabilidade socioambiental entre os funcionários e a população em geral, contribuindo para a qualidade de vida e para a construção de uma cultura organizacional comprometida com a sustentabilidade.

A campanha foi iniciada em 30/06/2023 e acabou no dia 17/08/2023, tendo sido recolhidos 8.709 materiais, gerando uma economia para o TJRJ de R\$ 388.052,19.

Ressaltamos ainda que foram publicadas e divulgadas, aos servidores e cidadãos, dicas de sustentabilidade através do link: https://portaltj.tjrj.jus.br/documents/10136/242432223/Dicas_de_Sustentabilidade.pdf/



DADOS CERTOS

Por solicitação do Grupo de Pesquisas Judiciais (GPJ), foi elaborado o projeto Dados Certos, a fim de conscientizar os servidores sobre a importância de alimentar adequadamente os sistemas de movimentação processual, com os códigos corretos, em razão de seu impacto na qualidade e confiabilidade dos dados do

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro (TJRJ) e suas repercussões nas estatísticas produzidas.

A necessidade da campanha foi detectada pelo GPJ durante reunião que tratou do banco de dados do TJRJ, tendo sido destacado que, para a transmissão de dados ao Conselho Nacional de Justiça (CNJ), haveria dependência direta da parte operacional humana e que a alimentação inadequada impossibilitaria a obtenção de dados reais.

O projeto, então, previa campanha realizada através de cartazes apostos dentro das unidades ou halls de elevadores, comunicados na intranet (com publicação no DJERJ e notícias no site TJRJ), mensagens nos sistemas que enviassem dados ao DataJud, bem como informativos enviados aos e-mails aos funcionários em suas caixas pessoais.

O material dos Dados Certos ressaltaria a importância da fidedignidade e da confiabilidade do banco de dados do TJRJ para a alimentação do DataJud do CNJ e suas repercussões nas Metas e Premiações do CNJ, para a repercussão no Banco Nacional de Monitoramento de Prisões (BNMP) na vida dos cidadãos, e para o embasamento estatístico para a gestão do tribunal pela Alta Administração.

ADAPTAÇÕES DE MATERIAS PARA LINGUAGEM SIMPLES

Aproveitando a experiência adquirida durante o desenvolvimento do projeto ‘Linguagem Simples para o Cidadão’, o Laboratório de Inovação - IdeaRio passou a produzir cartilhas temáticas em linguagem simples, bem como a oferecer às demais unidades do Tribunal a adaptação de seus materiais para a Linguagem Simples e Visual Thinking.

Essa realização envolveu a simplificação das informações do documento, através de técnicas de redação (escrevendo de forma clara, objetiva e direta), diagramação (destacando pontos importantes e inserindo gráficos e tabelas) e visual law (‘Direito em Imagens’), de modo a torná-las mais compreensíveis e fazer com que o usuário entenda facilmente a mensagem.

As solicitações para a elaboração dessas cartilhas foram feitas por diferentes unidades, dentre elas:

- Secretaria-Geral de Contratos e Licitações (SGCOL)
- Departamento de Compliance e Gestão de Riscos (DEGER)
- Coordenadoria Estadual da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar (COEM)
- Secretaria-Geral Judiciária (SGJUD)
- Coordenadoria Judiciária de Articulação das Varas da Infância e Juventude e Idoso (CEVIJ)

<h2>Atendimento prioritário</h2> <p>Os idosos e seus acompanhantes devem ser atendidos com prioridade. As unidades de saúde devem garantir que os idosos sejam atendidos em mais de 90% das consultas, priorizando as urgências e emergências, respeitando o princípio da dignidade humana.</p> <p>Saiba mais</p>	<h2>Medicamentos e Direito a acompanhamento no Hospital</h2> <p>A pessoa idosa tem direito a receber medicamentos prescritos pelo profissional de saúde que lhe é responsável ou que está acompanhando, quando normas práticas e outras condições o permitirem, sem necessidade de hospitalização ou readmissão.</p> <p>Saiba mais</p> <p>Pré-Consulta: art. 15, § 2º</p> <p>O acompanhamento gratuito de idosos institucionalizados deve prestar às famílias gratuitas de assistência social.</p> <p>Lei de Direitos da Idade, art. 2º</p>	<h2>Violência Física ou Psicológica</h2> <p>A violência é qualquer ação realizada, por força de vínculo familiar ou de convivência, que impõe danos à saúde física ou psicológica de uma pessoa, seja qual for o seu motivo.</p> <p>Violência Física: art. 15, § 2º (a) e (b); art. 16, § 2º (a) e (b)</p> <p>Violência Psicológica: exemplo: gestão gestos ofensivos, uso de palavras agressivas ou provocadoras de raiva, entre outros.</p> <p>Lei de Direitos da Idade, art. 2º</p>	<h2>Agentes de Contratação</h2> <p>Todos devem ter direito à sua condição de idoso considerada, independentemente de sua condição social.</p> <p>Princípios: art. 15, § 2º</p> <p>• Conceder e conceder, levando em consideração a gerontologia da pessoa.</p> <p>• Implementar outras ações referenciadas na estrutura de contratação.</p> <p>• Considerar como diretriz a garantia de emprego e de formação profissional, sempre que possível, para pessoas com idade avançada.</p> <p>Lei de Direitos da Idade, art. 2º</p>
<h2>Descertos em Ingressos</h2> <p>O governo federal e os prefeitos devem garantir que os idosos tenham direito a descontos em ingressos para shows, teatros, cinemas, museus, feiras, exposições, feiras, shows e eventos esportivos, com direito ao mesmo tratamento que os jovens e os menores de 18 anos.</p> <p>Saiba mais</p>	<h2>Gratuidade nos Transportes Públicos</h2> <p>As autoridades competentes devem garantir que os idosos tenham direito ao mesmo tratamento que os jovens e os menores de 18 anos.</p> <p>Saiba mais</p>	<h2>Falta de Moradia</h2> <p>A pessoa idosa tem direito ao direito à moradia, com o seu fornecimento, sendo encorajado o uso de moradias adaptadas.</p> <p>Saiba mais</p>	<h2>Normatização</h2> <p>Normatizar, revisando as Diretrizes Gerais de Contratação e a Estratégia para o Mercado de Trabalho, para garantir que pessoas com idade avançada sejam consideradas como diretriz.</p> <p>Saiba mais</p>
<h2>Prioridade nas movimentações processuais</h2> <p>A pessoa idosa tem prioridade no processo civil, só podendo ser julgada após a conclusão da audiência de conciliação, com exceção das causas que demandam urgência, e deve ser respeitado o princípio da dignidade humana.</p> <p>Saiba mais</p>	<h2>Rendimentos (dávidas) e Créditos</h2> <p>A pessoa idosa tem direito ao direito à renda, seja essa, pensão, auxílio, salário, entre outros.</p> <p>Saiba mais</p>	<h2>Trabalho</h2> <p>A pessoa idosa tem direito à renda, seja essa, pensão, auxílio, salário, entre outros.</p> <p>Saiba mais</p>	<h2>Desigualdade racial</h2> <p>Desigualdade racial, por parte das autoridades, deve garantir que pessoas de todos os grupos étnicos tenham direito ao uso de suas respectivas línguas e culturas.</p> <p>Saiba mais</p>
<h2>Prioridade especial para pessoas idosas com mais de 80 Anos</h2> <p>Pessoas com mais de 80 anos, sem preferência entre homens e mulheres, têm direito a descontos em ingressos, bilhetes de ônibus, bilhetes de supermercados, bilhetes de transporte público, processos de licenciamento de veículos, entre outros.</p> <p>Saiba mais</p>	<h2>Leis de Direitos da Idade</h2> <p>Lei de Direitos da Idade, art. 2º, § 2º, art. 15, § 2º, art. 16, § 2º, art. 17, art. 18, art. 19, art. 20, art. 21, art. 22, art. 23, art. 24, art. 25, art. 26, art. 27, art. 28, art. 29, art. 30, art. 31, art. 32, art. 33, art. 34, art. 35, art. 36, art. 37, art. 38, art. 39, art. 40, art. 41, art. 42, art. 43, art. 44, art. 45, art. 46, art. 47, art. 48, art. 49, art. 50, art. 51, art. 52, art. 53, art. 54, art. 55, art. 56, art. 57, art. 58, art. 59, art. 60, art. 61, art. 62, art. 63, art. 64, art. 65, art. 66, art. 67, art. 68, art. 69, art. 70, art. 71, art. 72, art. 73, art. 74, art. 75, art. 76, art. 77, art. 78, art. 79, art. 80, art. 81, art. 82, art. 83, art. 84, art. 85, art. 86, art. 87, art. 88, art. 89, art. 90, art. 91, art. 92, art. 93, art. 94, art. 95, art. 96, art. 97, art. 98, art. 99, art. 100, art. 101, art. 102, art. 103, art. 104, art. 105, art. 106, art. 107, art. 108, art. 109, art. 110, art. 111, art. 112, art. 113, art. 114, art. 115, art. 116, art. 117, art. 118, art. 119, art. 120, art. 121, art. 122, art. 123, art. 124, art. 125, art. 126, art. 127, art. 128, art. 129, art. 130, art. 131, art. 132, art. 133, art. 134, art. 135, art. 136, art. 137, art. 138, art. 139, art. 140, art. 141, art. 142, art. 143, art. 144, art. 145, art. 146, art. 147, art. 148, art. 149, art. 150, art. 151, art. 152, art. 153, art. 154, art. 155, art. 156, art. 157, art. 158, art. 159, art. 160, art. 161, art. 162, art. 163, art. 164, art. 165, art. 166, art. 167, art. 168, art. 169, art. 170, art. 171, art. 172, art. 173, art. 174, art. 175, art. 176, art. 177, art. 178, art. 179, art. 180, art. 181, art. 182, art. 183, art. 184, art. 185, art. 186, art. 187, art. 188, art. 189, art. 190, art. 191, art. 192, art. 193, art. 194, art. 195, art. 196, art. 197, art. 198, art. 199, art. 200, art. 201, art. 202, art. 203, art. 204, art. 205, art. 206, art. 207, art. 208, art. 209, art. 210, art. 211, art. 212, art. 213, art. 214, art. 215, art. 216, art. 217, art. 218, art. 219, art. 220, art. 221, art. 222, art. 223, art. 224, art. 225, art. 226, art. 227, art. 228, art. 229, art. 230, art. 231, art. 232, art. 233, art. 234, art. 235, art. 236, art. 237, art. 238, art. 239, art. 240, art. 241, art. 242, art. 243, art. 244, art. 245, art. 246, art. 247, art. 248, art. 249, art. 250, art. 251, art. 252, art. 253, art. 254, art. 255, art. 256, art. 257, art. 258, art. 259, art. 260, art. 261, art. 262, art. 263, art. 264, art. 265, art. 266, art. 267, art. 268, art. 269, art. 270, art. 271, art. 272, art. 273, art. 274, art. 275, art. 276, art. 277, art. 278, art. 279, art. 280, art. 281, art. 282, art. 283, art. 284, art. 285, art. 286, art. 287, art. 288, art. 289, art. 290, art. 291, art. 292, art. 293, art. 294, art. 295, art. 296, art. 297, art. 298, art. 299, art. 300, art. 301, art. 302, art. 303, art. 304, art. 305, art. 306, art. 307, art. 308, art. 309, art. 310, art. 311, art. 312, art. 313, art. 314, art. 315, art. 316, art. 317, art. 318, art. 319, art. 320, art. 321, art. 322, art. 323, art. 324, art. 325, art. 326, art. 327, art. 328, art. 329, art. 330, art. 331, art. 332, art. 333, art. 334, art. 335, art. 336, art. 337, art. 338, art. 339, art. 340, art. 341, art. 342, art. 343, art. 344, art. 345, art. 346, art. 347, art. 348, art. 349, art. 350, art. 351, art. 352, art. 353, art. 354, art. 355, art. 356, art. 357, art. 358, art. 359, art. 360, art. 361, art. 362, art. 363, art. 364, art. 365, art. 366, art. 367, art. 368, art. 369, art. 370, art. 371, art. 372, art. 373, art. 374, art. 375, art. 376, art. 377, art. 378, art. 379, art. 380, art. 381, art. 382, art. 383, art. 384, art. 385, art. 386, art. 387, art. 388, art. 389, art. 390, art. 391, art. 392, art. 393, art. 394, art. 395, art. 396, art. 397, art. 398, art. 399, art. 400, art. 401, art. 402, art. 403, art. 404, art. 405, art. 406, art. 407, art. 408, art. 409, art. 410, art. 411, art. 412, art. 413, art. 414, art. 415, art. 416, art. 417, art. 418, art. 419, art. 420, art. 421, art. 422, art. 423, art. 424, art. 425, art. 426, art. 427, art. 428, art. 429, art. 430, art. 431, art. 432, art. 433, art. 434, art. 435, art. 436, art. 437, art. 438, art. 439, art. 440, art. 441, art. 442, art. 443, art. 444, art. 445, art. 446, art. 447, art. 448, art. 449, art. 450, art. 451, art. 452, art. 453, art. 454, art. 455, art. 456, art. 457, art. 458, art. 459, art. 460, art. 461, art. 462, art. 463, art. 464, art. 465, art. 466, art. 467, art. 468, art. 469, art. 470, art. 471, art. 472, art. 473, art. 474, art. 475, art. 476, art. 477, art. 478, art. 479, art. 480, art. 481, art. 482, art. 483, art. 484, art. 485, art. 486, art. 487, art. 488, art. 489, art. 490, art. 491, art. 492, art. 493, art. 494, art. 495, art. 496, art. 497, art. 498, art. 499, art. 500, art. 501, art. 502, art. 503, art. 504, art. 505, art. 506, art. 507, art. 508, art. 509, art. 510, art. 511, art. 512, art. 513, art. 514, art. 515, art. 516, art. 517, art. 518, art. 519, art. 520, art. 521, art. 522, art. 523, art. 524, art. 525, art. 526, art. 527, art. 528, art. 529, art. 530, art. 531, art. 532, art. 533, art. 534, art. 535, art. 536, art. 537, art. 538, art. 539, art. 540, art. 541, art. 542, art. 543, art. 544, art. 545, art. 546, art. 547, art. 548, art. 549, art. 550, art. 551, art. 552, art. 553, art. 554, art. 555, art. 556, art. 557, art. 558, art. 559, art. 560, art. 561, art. 562, art. 563, art. 564, art. 565, art. 566, art. 567, art. 568, art. 569, art. 570, art. 571, art. 572, art. 573, art. 574, art. 575, art. 576, art. 577, art. 578, art. 579, art. 580, art. 581, art. 582, art. 583, art. 584, art. 585, art. 586, art. 587, art. 588, art. 589, art. 590, art. 591, art. 592, art. 593, art. 594, art. 595, art. 596, art. 597, art. 598, art. 599, art. 600, art. 601, art. 602, art. 603, art. 604, art. 605, art. 606, art. 607, art. 608, art. 609, art. 610, art. 611, art. 612, art. 613, art. 614, art. 615, art. 616, art. 617, art. 618, art. 619, art. 620, art. 621, art. 622, art. 623, art. 624, art. 625, art. 626, art. 627, art. 628, art. 629, art. 630, art. 631, art. 632, art. 633, art. 634, art. 635, art. 636, art. 637, art. 638, art. 639, art. 640, art. 641, art. 642, art. 643, art. 644, art. 645, art. 646, art. 647, art. 648, art. 649, art. 650, art. 651, art. 652, art. 653, art. 654, art. 655, art. 656, art. 657, art. 658, art. 659, art. 660, art. 661, art. 662, art. 663, art. 664, art. 665, art. 666, art. 667, art. 668, art. 669, art. 670, art. 671, art. 672, art. 673, art. 674, art. 675, art. 676, art. 677, art. 678, art. 679, art. 680, art. 681, art. 682, art. 683, art. 684, art. 685, art. 686, art. 687, art. 688, art. 689, art. 690, art. 691, art. 692, art. 693, art. 694, art. 695, art. 696, art. 697, art. 698, art. 699, art. 700, art. 701, art. 702, art. 703, art. 704, art. 705, art. 706, art. 707, art. 708, art. 709, art. 710, art. 711, art. 712, art. 713, art. 714, art. 715, art. 716, art. 717, art. 718, art. 719, art. 720, art. 721, art. 722, art. 723, art. 724, art. 725, art. 726, art. 727, art. 728, art. 729, art. 730, art. 731, art. 732, art. 733, art. 734, art. 735, art. 736, art. 737, art. 738, art. 739, art. 740, art. 741, art. 742, art. 743, art. 744, art. 745, art. 746, art. 747, art. 748, art. 749, art. 750, art. 751, art. 752, art. 753, art. 754, art. 755, art. 756, art. 757, art. 758, art. 759, art. 760, art. 761, art. 762, art. 763, art. 764, art. 765, art. 766, art. 767, art. 768, art. 769, art. 770, art. 771, art. 772, art. 773, art. 774, art. 775, art. 776, art. 777, art. 778, art. 779, art. 780, art. 781, art. 782, art. 783, art. 784, art. 785, art. 786, art. 787, art. 788, art. 789, art. 790, art. 791, art. 792, art. 793, art. 794, art. 795, art. 796, art. 797, art. 798, art. 799, art. 800, art. 801, art. 802, art. 803, art. 804, art. 805, art. 806, art. 807, art. 808, art. 809, art. 810, art. 811, art. 812, art. 813, art. 814, art. 815, art. 816, art. 817, art. 818, art. 819, art. 820, art. 821, art. 822, art. 823, art. 824, art. 825, art. 826, art. 827, art. 828, art. 829, art. 830, art. 831, art. 832, art. 833, art. 834, art. 835, art. 836, art. 837, art. 838, art. 839, art. 840, art. 841, art. 842, art. 843, art. 844, art. 845, art. 846, art. 847, art. 848, art. 849, art. 850, art. 851, art. 852, art. 853, art. 854, art. 855, art. 856, art. 857, art. 858, art. 859, art. 860, art. 861, art. 862, art. 863, art. 864, art. 865, art. 866, art. 867, art. 868, art. 869, art. 870, art. 871, art. 872, art. 873, art. 874, art. 875, art. 876, art. 877, art. 878, art. 879, art. 880, art. 881, art. 882, art. 883, art. 884, art. 885, art. 886, art. 887, art. 888, art. 889, art. 890, art. 891, art. 892, art. 893, art. 894, art. 895, art. 896, art. 897, art. 898, art. 899, art. 900, art. 901, art. 902, art. 903, art. 904, art. 905, art. 906, art. 907, art. 908, art. 909, art. 910, art. 911, art. 912, art. 913, art. 914, art. 915, art. 916, art. 917, art. 918, art. 919, art. 920, art. 921, art. 922, art. 923, art. 924, art. 925, art. 926, art. 927, art. 928, art. 929, art. 930, art. 931, art. 932, art. 933, art. 934, art. 935, art. 936, art. 937, art. 938, art. 939, art. 940, art. 941, art. 942, art. 943, art. 944, art. 945, art. 946, art. 947, art. 948, art. 949, art. 950, art. 951, art. 952, art. 953, art. 954, art. 955, art. 956, art. 957, art. 958, art. 959, art. 960, art. 961, art. 962, art. 963, art. 964, art. 965, art. 966, art. 967, art. 968, art. 969, art. 970, art. 971, art. 972, art. 973, art. 974, art. 975, art. 976, art. 977, art. 978, art. 979, art. 980, art. 981, art. 982, art. 983, art. 984, art. 985, art. 986, art. 987, art. 988, art. 989, art. 990, art. 991, art. 992, art. 993, art. 994, art. 995, art. 996, art. 997, art. 998, art. 999, art. 999, art. 1000, art. 1001, art. 1002, art. 1003, art. 1004, art. 1005, art. 1006, art. 1007, art. 1008, art. 1009, art. 1010, art. 1011, art. 1012, art. 1013, art. 1014, art. 1015, art. 1016, art. 1017, art. 1018, art. 1019, art. 1020, art. 1021, art. 1022, art. 1023, art. 1024, art. 1025, art. 1026, art. 1027, art. 1028, art. 1029, art. 1030, art. 1031, art. 1032, art. 1033, art. 1034, art. 1035, art. 1036, art. 1037, art. 1038, art. 1039, art. 1040, art. 1041, art. 1042, art. 1043, art. 1044, art. 1045, art. 1046, art. 1047, art. 1048, art. 1049, art. 1050, art. 1051, art. 1052, art. 1053, art. 1054, art. 1055, art. 1056, art. 1057, art. 1058, art. 1059, art. 1060, art. 1061, art. 1062, art. 1063, art. 1064, art. 1065, art. 1066, art. 1067, art. 1068, art. 1069, art. 1070, art. 1071, art. 1072, art. 1073, art. 1074, art. 1075, art. 1076, art. 1077, art. 1078, art. 1079, art. 1080, art. 1081, art. 1082, art. 1083, art. 1084, art. 1085, art. 1086, art. 1087, art. 1088, art. 1089, art. 1090, art. 1091, art. 1092, art. 1093, art. 1094, art. 1095, art. 1096, art. 1097, art. 1098, art. 1099, art. 1100, art. 1101, art. 1102, art. 1103, art. 1104, art. 1105, art. 1106, art. 1107, art. 1108, art. 1109, art. 1110, art. 1111, art. 1112, art. 1113, art. 1114, art. 1115, art. 1116, art. 1117, art. 1118, art. 1119, art. 1120, art. 1121, art. 1122, art. 1123, art. 1124, art. 1125, art. 1126, art. 1127, art. 1128, art. 1129, art. 1130, art. 1131, art. 1132, art. 1133, art. 1134, art. 1135, art. 1136, art. 1137, art. 1138, art. 1139, art. 1140, art. 1141, art. 1142, art. 1143, art. 1144, art. 1145, art. 1146, art. 1147, art. 1148, art. 1149, art. 1150, art. 1151, art. 1152, art. 1153, art. 1154, art. 1155, art. 1156, art. 1157, art. 1158, art. 1159, art. 1160, art. 1161, art. 1162, art. 1163, art. 1164, art. 1165, art. 1166, art. 1167, art. 1168, art. 1169, art. 1170, art. 1171, art. 1172, art. 1173, art. 1174, art. 1175, art. 1176, art. 1177, art. 1178, art. 1179, art. 1180, art. 1181, art. 1182, art. 1183, art. 1184, art. 1185, art. 1186, art. 1187, art. 1188, art. 1189, art. 1190, art. 1191, art. 1192, art. 1193, art. 1194, art. 1195, art. 1196, art. 1197, art. 1198, art. 1199, art. 1200, art. 1201, art. 1202, art. 1203, art. 1204, art. 1205, art. 1206, art. 1207, art. 1208, art. 1209, art. 1210, art. 1211, art. 1212, art. 1213, art. 1214, art. 1215, art. 1216, art. 1217, art. 1218, art. 1219, art. 1220, art. 1221, art. 1222, art. 1223, art. 1224, art. 1225, art. 1226, art. 1227, art. 1228, art. 1229, art. 1230, art. 1231, art. 1232, art. 1233, art. 1234, art. 1235, art. 1236, art. 1237, art. 1238, art. 1239, art. 12310, art. 12311, art. 12312, art. 12313, art. 12314, art. 12315, art. 12316, art. 12317, art. 12318, art. 12319, art. 12320, art. 12321, art. 12322, art. 12323, art. 12324, art. 12325, art. 12326, art. 12327, art. 12328, art. 12329, art. 12330, art. 12331, art. 12332, art. 12333, art. 12334, art. 12335, art. 12336, art. 12337, art. 12338, art. 12339, art. 12340, art. 12341, art. 12342, art. 12343, art. 12344, art. 12345, art. 12346, art. 12347, art. 12348, art. 12349, art. 12350, art. 12351, art. 12352, art. 12353, art. 12354, art. 12355, art. 12356, art. 12357, art. 12358, art. 12359, art. 12360, art. 12361, art. 12362, art. 12363, art. 12364, art. 12365, art. 12366, art. 12367, art. 12368, art. 12369, art. 12370, art. 12371, art. 12372, art. 12373, art. 12374, art. 12375, art. 12376, art. 12377, art. 12378, art. 12379, art. 12380, art. 12381, art. 12382, art. 12383, art. 12384, art. 12385, art. 12386, art. 12387, art. 12388, art. 12389, art. 12390, art. 12391, art. 12392, art. 12393, art. 12394, art. 12395, art. 12396, art. 12397, art. 12398, art. 12399, art. 123100, art. 123101, art. 123102, art. 123103, art. 123104, art. 123105, art. 123106, art. 123107, art. 123108, art. 123109, art. 123110, art. 123111, art. 123112, art. 123113, art. 123114, art. 123115, art. 123116, art. 123117, art. 123118, art. 123119, art. 123120, art. </p>		

GERADOR DE LINGUAGEM SIMPLES

O gerador tem como objetivo adaptar, de forma automatizada e imediata, qualquer documento jurídico para uma versão mais simplificada em Linguagem Simples e Visual Law ('Direito em Imagens'), empregando elementos visuais intuitivos que buscam facilitar a compreensão da leitura do cidadão.

Ele funciona analisando um texto, que pode conter até 1000 caracteres, em um esquema de de-para, utilizando como base de dados o Dicionário Jurídico e o Vocabulário de Imagens, ambos idealizados pelo Laboratório de Inovação - IdeaRio. As palavras correspondentes as que constam no dicionário aparecem em negrito e, ao passar o mouse sobre elas, aparece um ‘pop-up’ contendo a sua definição exatamente conforme consta no Dicionário Jurídico e os ícones, que estão no Vocabulário de Imagens, relacionados aos termos jurídicos correspondentes.

Assim, é possível o cidadão associar uma imagem ao(s) significado(s) da palavra(s). Exemplo: as decisões monocráticas, sentenças e acórdãos possuem o mesmo ícone, o que facilita o entendimento do usuário, independentemente de saber o significado daquela palavra.

O Gerador em Linguagem Simples pode ser acessado através do link <https://www3.tjrj.jus.br/dicjud/tradutorDicionario>.

 PODER JUDICIÁRIO
ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Dê sua opinião sobre o Gerador de Linguagem Simples [Clique aqui](#)

Gerador de Linguagem Simples



PACTO NACIONAL DO JUDICIÁRIO PELA LINGUAGEM SIMPLES E SELO DA LINGUAGEM SIMPLES (CNJ)

Assinatura de Acordo de Cooperação Técnica celebrado entre o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e o Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro (TJRJ), visa estabelecer e promover uma cultura no Poder Judiciário de comunicação acessível, fundamentada no uso da linguagem simples e na comunicação geral com a sociedade. Os eixos do Pacto Nacional do Judiciário pela Linguagem Simples, que constam na Portaria do CNJ nº 143/2024, dispõem sobre as regras, procedimentos e critérios para que o Tribunal possa se habilitar ao Selo da Linguagem Simples.

Para a aquisição do referido Selo, o IdeaRio solicitou à Escola da Magistratura (EMERJ) , Escola de Administração Judiciária (ESAJ), Escola de Mediação (EMEDI), Departamento de Comunicação Interna (DECOI), Assessoria de Imprensa (ASSIMP), Cerimonial, Secretaria-Geral de Tecnologia da Informação (SGTEC), Juizado Criminal da 1^a instância (Juíza do V Juizado Criminal do Méier Dra Cláudia Marcia Gonçalves Vidal e o Gabinete da 2^a instância (Desembargador Heleno Ribeiro Pereira Nunes) o encaminhamento de documentos referentes as ações relacionadas, em suas unidades, à linguagem simples – tanto as que foram concluídas quanto as que estavam em andamento.

Cabe ressaltar que o Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, além de conquistar o Selo da Linguagem Simples, conseguiu cumprir todos os requisitos dos eixos elencados na para a aquisição do Selo de Linguagem Simples, que são:

I – Simplificação da linguagem nos documentos:

- a) uso de linguagem simples e direta nos documentos judiciais, sem expressões técnicas desnecessárias;
- b) criação de manuais e guias para orientar os cidadãos sobre o significado das expressões técnicas indispensáveis nos textos jurídicos.

II – Brevidade nas comunicações:

- a) incentivo à utilização de versões resumidas de votos nas sessões de julgamento, sem prejuízo da juntada de versão ampliada nos processos judiciais;
- b) incentivo à brevidade de pronunciamentos nos eventos promovidos no Poder Judiciário, com capacitação específica para comunicações orais;
- c) criação de protocolos para eventos que evitem, sempre que possível, formalidades excessivas.

III – Educação, conscientização e capacitação:

- a) formação inicial e continuada de magistrados(as) e servidores(as) para elaboração de textos em linguagem simples e acessível à sociedade em geral;
- b) promoção de campanhas de amplo alcance de conscientização sobre a importância do acesso à justiça de forma compreensível.

IV – Tecnologia da informação:

- a) desenvolvimento de plataformas com interfaces intuitivas e informações claras;
- b) utilização de recursos de áudio, vídeos explicativos e traduções para facilitar a compreensão dos documentos e informações do Poder Judiciário.

V – Articulação interinstitucional e social:

- a) fomento da colaboração da sociedade civil, das instituições governamentais ou não, da academia, para promover a linguagem simples em documentos;
- b) criação de uma rede de defesa dos direitos de acesso à justiça por meio da comunicação simples e clara;
- c) compartilhamento de boas práticas e recursos de linguagem simples;
- d) criação de programas de treinamento conjunto de servidores para promoção de comunicação simples, acessível e direta;
- e) estabelecimento de parcerias com universidades, veículos de comunicação ou influenciadores digitais para cooperação técnica e desenvolvimento de protocolos de simplificação da linguagem.



CERTIFICADO

O Conselho Nacional de Justiça congratula o Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro por estar entre os tribunais brasileiros que estimulam o uso da linguagem simples, direta e compreensível a todos os cidadãos.

Brasília/DF, 16 de outubro de 2024.

Ministro Luís Roberto Barroso
Presidente do CNJ

ENCONTRO DE GESTORES



O Encontro de Gestores Judiciários foi idealizado pela Secretaria-Geral de Governança, Inovação e Compliance (SGGIC), nos dias 03 e 04 de abril de 2024, com o intuito de reunir servidores responsáveis pela gestão em Unidades Administrativas do Tribunal de Justiça. Seu principal propósito foi promover a troca de conhecimentos, compartilhamento de melhores práticas e discussão de temas pertinentes para o aprimoramento da gestão.

Durante 2 dias, 211 gestores participaram de 09 painéis temáticos cujos temas foram: ‘Como combater a evasão do conhecimento administrativo?'; ‘Como incentivar novos servidores a se interessarem pela gestão pública?'; ‘Como convencer gestores a impulsionarem práticas, seja em implementação, seja em conhecimento e divulgação?'; ‘Como podemos buscar a excelência na gestão, principalmente em relação aos novos servidores concursados e terceirizados?'; ‘Como criar tutores ou perpetradores de gestão judiciária?'; ‘Como estabelecer a conscientização de resultados e metas nas diversas secretarias?'; ‘Quais os desafios da formação e desenvolvimento de líderes com foco no desenvolvimento da equipe?'; ‘Como criar fóruns abertos e horizontais em modelos de gestão ou em gestões específicas? e ‘Como estabelecer a conscientização de resultados e metas nas diversas secretarias?'.



Ao final do evento foi feita uma pesquisa de opinião com todos os gestores e, 99% dos participantes avaliaram positivamente os temas abordados.

GOVERNANÇA DE DADOS GERENCIAIS

Este projeto teve como objetivo estruturar a governança de dados gerenciais do Tribunal de Justiça, em resposta à necessidade de expandir a equipe técnica dedicada à estatística, de forma a garantir a qualidade e a segurança dos dados judiciais e administrativos. Assim, conseguimos melhorar a eficiência da prestação jurisdicional bem como aperfeiçoando a tomada de decisões estratégicas.

A Divisão de Desenvolvimento Estratégico (DIDES) atuou em nível de gestão parcial durante a primeira fase do projeto, que teve duração de seis meses, abrangendo as etapas de iniciação, formação da equipe de governança de dados, coleta e verificação da qualidade dos dados estatísticos, análise e elaboração de relatórios, além da realização de testes e da apresentação de relatórios para a alta administração.

O desenvolvimento do projeto contribuiu no aprimoramento da gestão de informações e cumprimento das diretrizes do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) em termos de produtividade e transparência.



RANKING DA GOVERNANÇA

Durante uma reunião com servidores da Secretaria-Geral de Governança, Inovação e Compliance (SGGIC) e do Departamento de Governança e Planejamento Estratégico (DEGEP), o Laboratório de Inovação - IdeaRio recebeu a missão de desenvolver soluções inovadoras para aprimorar a governança interna do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro.

Após reunião realizada por um grupo multidisciplinar com representantes do Gabinete da Secretaria-Geral de Governança, Inovação e Compliance (GBGIC), Departamento de Compliance e Gestão de Risco (DEGER) e DEGEP, foi decidido criar uma gamificação nos seguintes termos: elaborar critérios para a criação de um índice de governança interna das Secretarias-Gerais do Tribunal, com consequente ranqueamento anual a ser divulgado na página do Tribunal.

Criado e regulamentado pelo Ato Normativo TJ/ nº 36/2024, o Ranking da Governança foi conduzido pelo DEGEP enquanto a Divisão de Desenvolvimento Estratégico (DIDES) atuou neste projeto em nível de acompanhamento.

O Processo de avaliação do Ranking foi baseado na aplicação de um questionário de avaliação junto às Secretarias-Gerais e unidades assemelhadas, composto de perguntas que abordaram os mecanismos de liderança, estratégia e controle. Para aplicação do questionário foi desenvolvido um manual prático com orientações claras sobre o preenchimento do formulário. Esse manual foi posteriormente enviado para as unidades, visando garantir uma compreensão acessível a todos. Os resultados obtidos foram publicados no Diário da Justiça Eletrônico.

FORMAÇÃO DE LABORATORISTAS PELO TJERJ

Em razão dos conhecimentos acumulados com os cursos de especialização e a prática diária 2 laboratoristas do IdeaRio ministraram o 1º curso de ‘Formação de Laboratoristas no Âmbito do Poder Judiciário’.

O curso foi oferecido pela Escola de Administração Judiciária (ESAJ), com a concessão de 12 horas de capacitação, para fins de promoção e progressão. O IdeaRio, elaborou o plano de curso, apresentando aos alunos tanto a parte acadêmica (história, conceitos e classificações da inovação) quanto a participação em oficina do Design Thinking, com a aplicação prática de diversas ferramentas relacionadas a temas propostos.

Após o certificado de conclusão do curso, os servidores formados estão aptos a atuar como instrutores para novos cursos e poderão ser convidados a participar de dinâmicas e reuniões, conforme critérios de necessidade e oportunidade a serem estabelecidos pelo Laboratório.

Cabe ressaltar que o diferencial deste curso é que além de promover a criatividade, o aprendizado contínuo e a disseminação da cultura de inovação, ele está voltado para a realidade e objetivos do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro (TJRJ).

NATUREZA FLUMINENSE

Trata o projeto de desdobramento, no Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro (TJRJ), das soluções apresentadas durante a Oficina ‘Soluções para o Combate ao Tráfico de Animais’, organizada pelo LIODS/TRF2, em 18/10/2023, da qual participou o IdeaRio.

Como o objeto daquela oficina não é de competência da justiça estadual, foi cogitado que, para os assuntos processuais do TJRJ referentes a matérias ambientais (com listagem fornecida pela Secretaria-Geral de Dados gerenciais e Análise de Indicadores - SGDAI), poderiam ser aproveitadas as principais soluções então concebidas: criação de uma plataforma de acompanhamento e informações sobre questões de meio ambiente; e campanhas de conscientização.

Assim, foi criado um painel interativo, com dados extraídos do sistema informatizado do TJRJ, cujo assunto é referente a Direito ambiental no âmbito Estadual.

A ferramenta possibilita o acompanhamento mensal das ações ambientais possibilitando análises relacionadas a esse tema podendo ser utilizado como indicativo para a priorização de ações de conscientização (inclusive em parceria com outros Órgãos).

Acesse o painel através do link: <https://dados.tjrj.jus.br/hub/stream/aaec8d-41-5201-43ab-809f-3063750dfafdf>

MODELOS DE INTIMAÇÕES E MANDADOS DA 1^a INSTÂNCIA E ACÓRDÃO

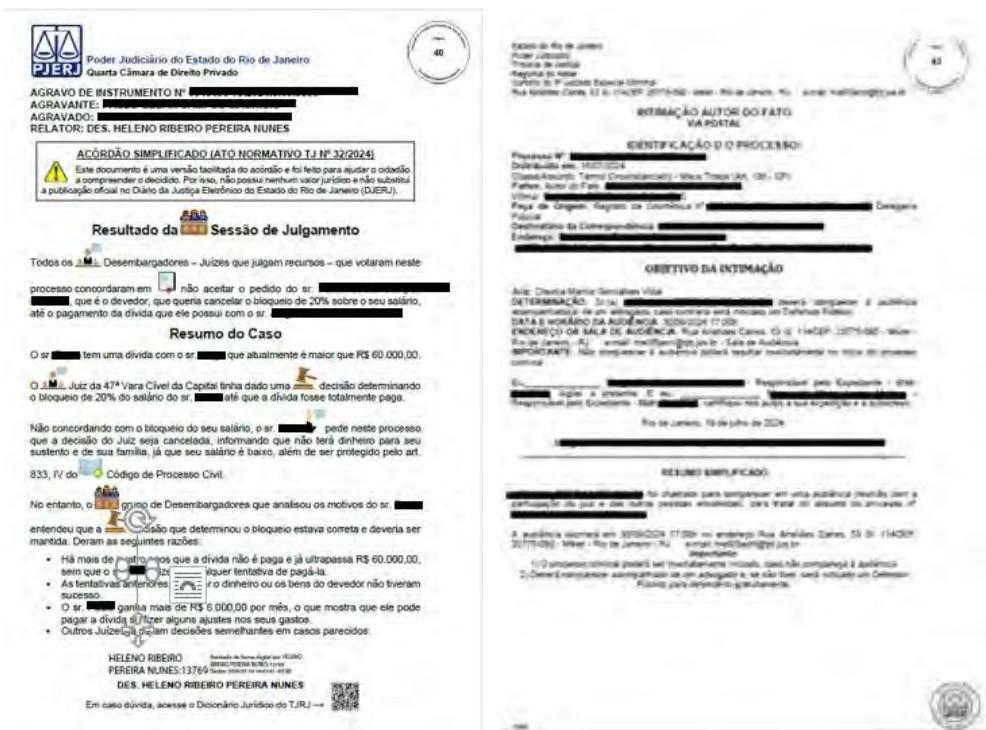
O projeto teve como objetivo tornar a leitura das peças mais compreensível para as partes intimadas – normalmente pessoas sem familiaridade com termos e documentos jurídicos. Foram realizadas simplificações de modelos de mandados do Juizado Especial Criminal (JECRIM), que constam no sistema DCP, e de um acórdão, segundo técnicas da linguagem simples e do visual law (direito visual).

Intimações e Mandados: idealizados com base nos já existentes, utilizando técnicas de redação e diagramação. Para cada intimação/mandado, foi criado o campo ‘Resumo Simplificado’, com uma explicação sucinta e didática sobre o conteúdo do documento.

A MM. Juíza do V Juizado Especial Criminal do Méier, Dra Cláudia Marcia Gonçalves Vidal, utilizando os modelos idealizados pelo IdeaRio, contribuiu com o uso e expedição de suas intimações (finalidades de ‘Intimação Autor do Fato’ e ‘Convocação da Vítima’).

Acórdão: publicação de um acórdão simplificado, utilizando tanto a linguagem simples como os ícones que constam no Vocabulário de Imagens do TJRJ (Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro).

O Exmo. Des. Heleno Ribeiro Pereira Nunes, com o auxílio do IdeaRio, criou a primeira versão simplificada de um acórdão proferido em um Agravo de Instrumento, julgado pela 4^a Câmara de Direito Privado.



CONEXÃO CIDADÃ

O IdeaRio elaborou junto com o Laboratório de Inovação LiRio do TRT1/RJ (Tribunal Regional do Trabalho da 1^a Região), para fins de cumprimento da meta 9 do CNJ, o projeto Conexão Cidadã. Tem como objetivo encontrar soluções para uma maior aproximação do Judiciário com o cidadão, aumentando a acessibilidade à informação jurídica e promovendo a transparência nos procedimentos judiciais.

O projeto elaborou materiais que explicam o funcionamento da Justiça de maneira simples e divertida, sendo dividido em duas ramificações:

1. Estórias Jurídicas – 7 estórias com 9 quadrinhos cada, que tem como base os seguintes temas: audiência com foco na testemunha, consulta processual, execução, andamento processual, dicionário jurídico do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro (TJRJ), balcão virtual e conciliação. Link para as estórias: <https://portaltj.tjrj.jus.br/estorias-juridicas>

Através desses materiais procurarmos estimular a aquisição de conhecimento de uma forma fácil e divertida possibilitando a redução do distanciamento entre o Judiciário e o cidadão e, consequentemente, contribuindo para uma sociedade mais inclusiva com informações acessíveis a todos os cidadãos.

O resultado do projeto foi obtido através dos formulários, que estão disponíveis nos links das estórias jurídicas e dos jogos jurídicos. Eles demonstraram um impacto extremamente positivo do projeto tendo em vista a resposta dos participantes, expressando satisfação com a abordagem.

Ressaltamos que um dos destaques foi o fato de que 100% dos participantes afirmaram que indicariam os jogos para outras pessoas. Esse efeito multiplicador contribui para uma maior e exponencial disseminação dos benefícios do projeto.



SIMPLIFICA JUSTIÇA

O Laboratório de Inovação IdeaRio do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro (TJRJ) elaborou junto com o Laboratório de Inovação LIODS do Tribunal Regional Eleitoral do Estado do Rio de Janeiro (TRE-RJ) guias e cursos de capacitação para auxiliar servidores e colaboradores que prestam atendimento ao cidadão a usar uma linguagem clara, direta e acessível.

O atendimento ao público é um dos principais canais de comunicação do Judiciário com o cidadão e, a qualidade do nosso atendimento reflete diretamente a relação de confiança entre o público e a Justiça. Assim, o projeto criou ferramentas que possibilitaram a redução das barreiras na comunicação através dos seguintes materiais:

- '**Manual de Atendimento em Linguagem Simples e Humanizado**', idealizado utilizando as ferramentas da linguagem simples e do visual design, contem dicas de boas práticas para um atendimento humanizado e com empatia ao cidadão. Tanto o atendimento do balcão físico quanto o do balcão virtual são abordados neste manual;
- '**Protocolo de Atendimento Humanizado e em Linguagem Simples para o Balcão Virtual**', contendo somente uma folha/passo a passo para o atendimento, utilizando as ferramentas da linguagem simples e do visual design;

- 'Protocolo de Atendimento Humanizado e em Linguagem Simples para o Balcão Presencial', contendo somente uma folha, utilizando as ferramentas da linguagem simples e do visual design.

O êxito do projeto pode ser constatado através do resultado da pesquisa junto ao usuário. Antes da implementação do projeto, foi feita uma pesquisa de campo com os usuários das unidades judiciais das lâminas I e II, do Fórum Central e, foi constatado que:

- 56,3% das dúvidas dos usuários não eram esclarecidas;
- 43,8% dos usuários não conseguiam entender facilmente o que o funcionário informava;
- 6,3% dos usuários consideravam o atendimento prestado muito bom.

Após a implementação do projeto piloto feita no Departamento de Precatórios Judiciais (DEPJU), pudemos constatar que houve um aumento considerável na satisfação dos usuários com os serviços prestados pelos servidores e colaboradores:

- 93% das dúvidas dos usuários foram esclarecidas;
- 80,40% dos usuários conseguiram entender facilmente o que o funcionário informou;
- 94,7% dos usuários consideraram o atendimento muito bom.



AMADURECER COM DIREITOS

Em razão da Resolução CNJ nº 520/2023, que dispôs sobre a política judiciária sobre pessoas idosas, o IdeaRio vislumbrou a possibilidade de atuar em alguns pontos de sua implementação no Tribunal. Para tanto, foram criados materiais informativos, como cartilhas e folders, escritos em linguagem simples e com o uso de ícones intuitivos, divulgando temas como atendimento prioritário, saúde, assistência social, educação, transporte e lazer.

O material está disponível na página do TJ:

- Cartilha: https://www.tjrj.jus.br/documents/d/guest/cartilha_dos_direitos_das_pessoas_idosas_digital_25_10
- Folder: https://www.tjrj.jus.br/documents/d/guest/folder_amadurecer_com_direitos

Outras propostas encontram-se cadastradas no Contêiner de ideias, para oportuna análise da Alta Administração: edição de um ato criando, na estrutura da Coordenadoria Judiciária de Articulação das Varas da Infância, Juventude e do Idoso (CEVIJ), o subgrupo especializado no eixo das pessoas idosas; criação de um Núcleo de Atendimento Especial às Pessoas Idosas, com espaço físico próprio e prestação de serviços voltados às necessidades específicas desses usuários; e separação das estatísticas referentes às pessoas idosas daquelas do eixo infância e juventude.

Além disso, há previsão de capacitação dos servidores e magistrados sobre o direito das pessoas idosas, sendo que a Escola de Administração Judiciária (ESAJ) já utiliza palestras gravadas e a Escola da Magistratura (EMERJ) possui um módulo no curso de formação inicial para magistrados.

Projetos de inovação em andamento

ESTUDO DE VIABILIDADE DE COBRANÇA, AO USUÁRIO EXTERNO, PELO ACESSO À BASE DE DADOS DO PJERJ

Em janeiro de 2024, o Comitê Gestor de Proteção de Dados Pessoais – CGPDP solicitou a produção de um estudo sobre a viabilidade de cobrança ao usuário externo, pela disponibilização da base de dados do PJERJ (Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro), para a realização de pesquisas.

O DEIND/IdeaRio (Departamento de Inovação/Laboratório de Inovação realizou a pesquisa nos termos da discussão então realizada no Comitê: o Tribunal arca com custos relacionados à manutenção e suporte da infraestrutura necessária para o acesso a esses dados; e, embora os dados sejam públicos, o fornecimento do sistema e a captação desses dados poderiam, eventualmente, ser considerados serviços que justificassem a cobrança aventureira.

O estudo analisou diferentes categorias de dados disponíveis no TJRJ (Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro), incluindo dados processuais, estatísticos, gerenciais e de usuários, bem como fez benchmarking com outros tribunais que já consideraram essa cobrança.

Por fim, foram sugeridas 2 hipóteses de cobrança encontradas, desde que respeitada a legislação vigente e os princípios de transparência e proteção de dados:

- 1) A oferta de um serviço de API para coleta dos dados processuais; e
- 2) A entrega de dados estatísticos, cujos pedidos atualmente não são atendidos em razão do art. 13 do Ato Normativo TJ nº 08/2018.

O processo encontra-se remetido ao Comitê de Governança de Tecnologia da Informação e Comunicação do TJRJ (CGTIC), para ciência e deliberação.

CATERING INSTITUCIONAL

O IdeaRio realizou a oficina “Como regular e trazer ferramentas para a área de catering institucional na realização de eventos?” tendo em vista a solicitação feita pela Assessoria de Catering Institucional (ASCAT) que buscava encontrar soluções para os serviços de apoio a eventos institucionais realizados no Tribunal de Justiça.

O IdeaRio formou uma equipe multidisciplinar, tendo sido apresentadas as seguintes sugestões:

- Elaboração de um Ato normativo, estabelecendo regramento para os pedidos de evento;
- Criação de sistema para realização de pedidos de evento pelo usuário e gerenciamento pela ASCAT, já com os bloqueios automáticos para pedidos fora do regramento;
- Criação de uma “agenda online” para realização de pedidos de evento.

O projeto foi encaminhado para a Administração Superior para avaliar a viabilidade das propostas.

REDUÇÃO DO CONSUMO DE ÁGUA E LUZ

O Tribunal de Justiça vem enfrentando o desafio de reduzir o consumo de água e luz em suas instalações. Entre as iniciativas propostas para otimizar o uso desses recursos, foram aproveitadas as sugestões apresentadas ao final do Curso de Formação de Laboratoristas, realizado no Laboratório de Inovação - IdeaRio, no qual os alunos se debruçaram sobre o tema, usando as ferramentas de inovação ensinadas durante as aulas.

O principal projeto foi a criação de um “Selo de Economia de Água e Luz”, para estimular a economia e o uso consciente. O selo irá premiar as unidades do Tribu-

nal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro (TJRJ) com os melhores desempenhos na redução do consumo desses recursos. A ideia é implementar um sistema de ranqueamento das unidades, levando em consideração sua economia proporcional de água e luz, e premiar as unidades com os melhores índices de economia, tanto em uma premiação mensal quanto anual.

Através do selo buscamos não apenas incentivar a eficiência energética e hídrica, mas também criar uma cultura de competitividade saudável entre os fóruns, onde a busca pela redução de consumo se torne um compromisso institucional. Ao adotar esta medida, espera-se que as unidades se tornem mais conscientes e responsáveis, contribuindo com a preservação ambiental e a diminuição dos custos operacionais.

O processo foi enviado para análise da Secretaria-Geral de Sustentabilidade (SG-SUS), que lembrou a existência de um projeto semelhante, denominado “Programa Selo Verde”, lançado em 2019, mas interrompido em razão da pandemia da COVID-19. O programa visava incentivar práticas sustentáveis e o uso racional de recursos, além de reconhecer as unidades que se destacavam em ações de sustentabilidade e economia.

A partir dessa informação, foi traçado um comparativo entre as duas propostas. Ambas têm como objetivo central a redução do consumo de recursos essenciais, como a água e a luz. A principal diferença está no escopo e na metodologia. O Programa Selo Verde está mais vinculado a uma série de medidas ambientais gerais, incluindo a gestão de resíduos e o uso sustentável de outros recursos, enquanto o Selo de Economia de Água e Luz se concentra especificamente na redução do consumo de água e energia elétrica, com uma premiação sistemática para fomentar essa cultura dentro do TJRJ.

O processo foi encaminhado para a SG-SUS para análise e implementação das medidas que entender cabíveis, pensando no contexto atual do TJRJ sobre sustentabilidade.

RANKING SELO DAS BOAS PRÁTICAS

Com o objetivo de acompanhar a evolução do prêmio “Selo de Boas Práticas” foi idealizado o Ranking Selo de Boas Práticas que está em fase de homologação. O painel, que será publicado no portal do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro (TJRJ), irá conter todas as informações úteis sobre a premiação. A iniciativa busca reconhecer e valorizar as ações que promovem a excelência nas unidades do TJRJ, incentivando a implementação de práticas que podem ser replicadas em todas as unidades do Poder Judiciário.

O Ranking contemplará as unidades judiciais e administrativas tanto da Corregedoria Geral da Justiça (CGJ) quanto da Presidência. Será uma ferramenta que

classificará os ganhadores, a quantidade de boas práticas implementadas e as categorias do Selo. As telas irão possibilitar fazer diversos tipos de consultas tais como quais as unidades que mais foram agraciadas com o Selo, quantas práticas foram necessárias comprovar para alcançar a pontuação exigida no edital do prêmio, qual unidade ganhou o prêmio excelência e o prêmio prática inovadora



VALORIZAÇÃO DA PARTICIPAÇÃO INSTITUCIONAL FEMININA

O projeto surgiu como uma resposta ao Relatório de Auditoria do Núcleo de Auditoria Interna (NAI) que identificou a falta de conformidade do Tribunal de Justiça com a Resolução CNJ nº 255/2018 que estabelece a Política Nacional de Incentivo à Participação Institucional Feminina no Poder Judiciário. Apesar do Tribunal ter alcançado mais de 50% de mulheres em cargos de chefia e assessoramento, constatou-se a ausência de diretrizes que assegurem essa proporção.

O Secretário-Geral da Secretaria-Geral de Governança, Inovação e Compliance (SGGIC) convocou seus departamentos a desenvolverem iniciativas que promovam a inclusão feminina, levando o IdeaRio a propor uma oficina de “Design Thinking” para gerar soluções inovadoras, envolvendo um grupo multidisciplinar.

Entre as soluções sugeridas, destaca-se a:

- Criação de um painel Business Intelligence (BI), que apresentará dados sobre a ocupação dos cargos de liderança nas unidades do Tribunal;
- Edição de um Ato com diretrizes como uma cota obrigatória para que pelo menos 50% dos cargos de liderança sejam ocupados por mulheres;
- Ações de capacitação sobre igualdade de gênero, com carga horária mínima anual;
- Produção de material informativo sobre igualdade e equidade de gênero, que será distribuído entre os servidores;

- Criação do “Banco de Gestoras”, que funcionará como um cadastro para candidatas a cargos de liderança, facilitando o acesso às informações durante processos seletivos internos.

Com essas ações, espera-se promover uma maior participação feminina nas esferas decisórias do Poder Judiciário, alinhando-se às melhores práticas recomendadas pela Resolução CNJ nº 255/2018.

As soluções encontradas foram aprovadas pelo Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, Desembargador Ricardo Rodrigues Cardozo e o processo está em andamento na Secretaria-Geral de Gestão de Pessoas (SGPES).

ENCONTRO DE GESTORES – DIVULGAÇÃO DE BOAS PRÁTICAS

Este projeto foi idealizado devido à necessidade de maior divulgação do Banco de Boas Práticas, considerando que, durante o Encontro de Gestores, foi constatado que muitos gestores do PJERJ tinham pouco conhecimento sobre o Banco, incluindo como acessá-lo e utilizá-lo para melhorar os seus processos de gestão.

Diante desse cenário, foi sugerida a criação de um projeto, a ser conduzido pela Divisão de Apoio a Gestão (DIAGE), com o objetivo de suprir as seguintes lacunas identificadas: ampliar a divulgação do Banco de Boas Práticas; reforçar a divulgação dos objetivos e metas das unidades e dar visibilidade aos casos de sucesso.

A participação do Laboratório de Inovação - IdeaRio e da Divisão de Desenvolvimento Estratégico (DIDES) concentrou-se na coordenação de estratégias para a execução do projeto tais como a elaboração e controle do cronograma do projeto. Além disso, o laboratório contribuiu com: a criação de roteiros para tirinhas jurídicas sobre Boas Práticas; o desenvolvimento de um cartaz-modelo contendo metas e objetivos, destinado à fixação nas unidades; a elaboração de material didático para uma palestra ministrada pela Escola de Administração Judiciária (ESAJ), com o tema “Boas Práticas” e, por fim, a realização de uma entrevista com a unidade vencedora do Prêmio Prática Inovadora, destacando a transformação alcançada com a implementação da boa prática.

E SE A INSPEÇÃO FOSSE HOJE? (GOVERNANÇA NOS GABINETES DA 2^a INSTÂNCIA E NAS SECRETARIAS)

Em julho de 2024, o IdeaRio recebeu a demanda de buscar soluções inovadoras para melhorar a governança interna do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, especialmente nos gabinetes de 2^a instância e secretarias de Câmara. Em resposta, o IdeaRio propôs utilizar a metodologia Design Sprint.

Dessas reuniões, das quais participaram servidores da área de governança, compliance e inovação, surgiu o projeto ‘E se a Inspeção Fosse Hoje?’, constituído

por campanha e entregas de ferramentas que facilitassem a gestão eficiente das unidades, entre elas:

- Criação de materiais (em linguagem didática e diagramação que ajude a fixar pontos-chave) abordando tópicos de: governança; extração de relatórios do eJUD; metas, inspeções e premiações do CNJ e Banco de Boas Práticas da 2ª Instância;
- Criação de um ‘teste simulado’ baseado nas questões comumente trazidas nos formulários das inspeções do CNJ (para que as unidades pudessem testar seu grau de atendimento, naquele momento, às exigências do CNJ);
- Criação de um painel (Qlik ou PowerBI) com informações sobre produtividade da unidade, cumprimento de metas do CNJ e índices de governança;
- Criação da página ‘E se a inspeção fosse hoje?’, para centralizar o acesso das unidades a todas as ferramentas e materiais de campanha. A página teria um contador de dias regressivos para: o envio de dados ao DataJud, o Prêmio CNJ de Qualidade, as Metas Nacionais do CNJ, a Inspeção Ordinária do CNJ e o Ranking da Transparência do CNJ.

O projeto encontra-se em fase de desenvolvimento dos materiais acima, conforme plano de negócio aprovado pela Presidência, segundo cronograma.

Projetos de inovação originários de unidades externas já implementados

VIDEO WALL

Durante visita ao Tribunal de Justiça de Minas Gerais (TJMG), o presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro (TJRJ), Desembargador Ricardo Rodrigues Cardozo, idealizou o projeto Video Wall, motivado pela Central Lapidar de Monitoramento Integrado, Inteligência e Inovação. Esta central é responsável pela coleta e tratamento de dados e informações, de maneira estratégica, permitindo o diagnóstico preciso e a tomada ágil e eficiente de decisões.

Diante da necessidade de implementar um serviço que desenvolva a capacidade de análise, interconexão e compartilhamento de informações institucionais, através de um ambiente dinâmico e unificado, foi realizada licitação com objetivo de contratar empresa especializada na prestação de serviços de plataforma analítica e de inteligência empresarial corporativa (solução de Video Wall). Através dessa inovação, buscamos alcançar uma maior eficiência à consulta das informações

estatísticas gerenciais, aumentando sua qualidade e disponibilizando-as no menor tempo possível.

Neste projeto, atuamos em nível de gestão total, principalmente na elaboração de plano de ação para a execução do projeto; controle dos prazos; elaboração de Documento de Formalização de Demanda e minuta de Termo de Referência e seus anexos; coordenação das reuniões da equipe multisetorial; confecção de levantamento de mercado; elaboração de análise de risco e aprovação da minuta de edital e seus anexos em seus aspectos técnicos.

Ao final do procedimento licitatório foram instaladas 8 telas de 55 polegadas, bem como um gerenciador gráfico (servidor) para auxiliar a equipe de estatísticos no desempenho de suas funções em local próprio para o desenvolvimento de informações gerenciais.

Este projeto foi concluído no dia 14/09/2023, sendo 57,89% das tarefas concluídas antes do prazo planejado, o que significa que a execução do projeto foi feita de forma mais célere do que o foi planejamento.



EQUIPE DE DADOS

Foi constatada a necessidade de estruturação de uma unidade dedicada às estatísticas, dados gerenciais e análise de dados do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro (TJRJ). Sua principal finalidade seria formar uma equipe técnica especializada, com atuação exclusiva nessa área, estrutura que, atualmente, inexiste no nosso organograma. Dessa forma, o entendimento foi de contratar uma empresa especializada na prestação destes serviços, com mão-de-obra para atuação no desenvolvimento e análise de dados, possibilitando a produção dados de alta qualidade para o desempenho das atividades internas.

Tendo em vista a urgência do projeto em questão, foram desenvolvidas técnicas específicas no gerenciamento deste projeto no qual atuamos em nível de gestão total, principalmente na elaboração de plano de ação para a execução do projeto; controle dos prazos de entrega das tarefas planejadas; elaboração de minuta de

Termo de Referência e seus anexos; coordenação das reuniões da equipe multis-setorial para tratar dos requisitos da contratação e revisão do Termo de Referência e seus anexos e aprovação da minuta de edital e seus anexos em seus aspectos técnicos.

Foi realizada licitação com o objetivo de contratar 34 profissionais, ao longo de período de 06 meses, para compor os postos de trabalho previstos no Termo de Referência.

Este projeto foi concluído, sendo que 53,06% das tarefas foram concluídas antes do prazo planejado, o que significa que a execução do projeto foi feita de forma mais célere do que o seu planejamento.

MEMORANDO DE PAGAMENTO DE MAGISTRADOS

Foi constatada a necessidade de retomada das discussões para o aprimoramento das funcionalidades pertinentes aos magistrados no Sistema de Gestão de Pessoas (GPES) utilizado pelo Departamento de Movimentação Magistrados (DEMOV), no sentido de automatizar diversas demandas inclusive na migração do SHM, que está obsoleto. Por este motivo, foram desenvolvidas novas funcionalidades no sistema GPES, pela equipe da Secretaria-Geral de Tecnologia da Informação (SGTEC), inclusive no que tange a sua automação.

A equipe da Divisão de Desenvolvimento Estratégico (DIDES) desempenhou um papel importante neste projeto, atuando em nível de acompanhamento, monitorando seu desenvolvimento e contribuindo para melhorar a comunicação entre as partes envolvidas. Além disso, a DIDES participou ativamente das reuniões de planejamento, da definição do cronograma para a entrega do projeto piloto e da elaboração de relatórios sobre o andamento do projeto.

Após a conclusão do memorando piloto e sua operação assistida (fase na qual o usuário utiliza a funcionalidade pela primeira vez e a SGTEC acompanha o que está sendo feito em tempo real) encerramos nossa participação no projeto, pois havia sido implementado o produto mínimo viável.

Projetos de inovação originários de unidades externas em andamento

SISTEMA DE REGISTRO DE MOTIVAÇÕES DE DESLIGAMENTO

O projeto tem como principal objetivo a criação de um sistema de registro do histórico de desligamento de funcionários terceirizados para que as motivações de desligamento sejam devidamente analisadas, minimizando riscos de injustiça e prevenindo a readmissão de colaboradores com histórico de condutas inade-

quadas, fortalecendo assim a integridade institucional.

A necessidade desse sistema foi destacada durante uma reunião do Comitê de Integridade (COINT), por conta do relato da situação de funcionário terceirizado, dispensado por questões de conduta, que estava concorrendo a uma vaga em empresa contratada pelo Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro (TJRJ), sendo possível o seu reingresso na instituição.

Ao consolidar informações sobre desligamentos, o sistema oferecerá suporte aos gestores na avaliação de candidatos, contribuindo para decisões mais responsáveis e alinhadas aos valores da instituição. Além disso, a iniciativa busca reforçar a governança interna e aprimorar a imagem do TJRJ, garantindo que os processos sejam conduzidos de maneira justa, ética e transparente.

Neste projeto, a Divisão de Desenvolvimento Estratégico (DIDES) atua, principalmente na elaboração de plano de ação para a execução do projeto; no controle dos prazos; na identificação de possíveis riscos e proposta de soluções; no estímulo à comunicação entre as equipes multissetoriais e na elaboração de relatórios.

Programa de Integridade e Gestão de Risco

A implementação de Programa de Integridade decorre da importância de disseminar boas práticas de governança e princípios morais e éticos que norteiam a instituição e sejam comuns à sociedade, promovendo o engajamento de magistrados, servidores e terceiros envolvidos na atividade do TJRJ. O programa de integridade possui, ainda, a capacidade de propiciar a melhora da percepção do público externo a respeito da seriedade da instituição, aumentando a confiabilidade que goza junto à opinião pública.

O desenvolvimento do Programa de Integridade está a cargo da Secretaria Geral de Governança, Inovação e Compliance por meio do Departamento de Compliance e Gestão de Risco. Foi feito um amplo trabalho de pesquisa e benchmarking, buscando-se, entre instituições públicas e privadas, boas práticas que pudessem servir de referência, com os devidos ajustes à realidade fática da nossa Instituição, bem como levou-se em consideração os ditames da Resolução CNJ 410/2021, que incentiva a adoção de sistemas de integridade e compliance.

O programa de Integridade proposto lastreia-se em três pilares, correlacionados entre si: Compliance, Gestão de Riscos e Transparência. O comprometimento com a ética, com a disponibilização de informações públicas aos cidadãos que favoreçam o controle social, com a identificação e controle de riscos significativos, com a detecção de eventual irregularidade ou necessidade de melhoria, com soluções justas, sensatas e imparciais, tem o condão de levar para sociedade a certeza de que a prestação jurisdicional será revestida de integridade em todas as suas fases até o provimento final. E incentivar que todos, individualmente, procurem pautar sua conduta na ética e moralidade.

Durante o biênio, diversas ações foram implementadas, tais como:

- O Código de Ética do Servidor e do Colaborador do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro que foi instituído pela Resolução OE nº 15/2003 e tem por finalidade precípua estabelecer princípios éticos e assegurar o alinhamento das ações dos seus servidores e colaboradores com a missão da Instituição.
- O Canal de Denúncia de Integridade do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, instituído e regulamentado pelo Ato Normativo TJ nº 43/2023.
- A Comissão Mista de Ética e Boas Práticas do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro, instituída e regulamentada pelo Ato Executivo Conjunto TJ/CGJ nº 23/2023.
- O Termo de Ajustamento de Conduta nos processos administrativos da Comissão Mista de Ética e Boas Práticas do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro, foi instituído e regulamentado pelo Ato Normativo Conjunto TJ/CGJ nº 13/2023.
- A Política de Gestão de Riscos no TJRJ, instituída pelo Ato Normativo TJ nº 11/2023.
- Elaboração do Banco de Riscos.
- Criação do Plano de Gestão de Riscos que é documento previsto no Ato Normativo nº 11/2023 e define método e critérios para gerenciamento de riscos em todo o TJRJ, bem como elaboração de um guia prático sobre o mapeamento de riscos.
- O Canal de Consulta sobre conflito de interesses para servidores e colaboradores, criado pelo Ato Normativo TJ nº 27/2024, além da disponibilização de cartilha para fácil entendimento da matéria.
- Implementação da gestão de riscos nas unidades administrativas do Tribunal, de acordo com o Aviso nº72/23 que estabeleceu cronograma para implementação na área administrativa.
- Elaboração de relatório final sobre a implementação da gestão de riscos no TJE-RJ, trazendo análise sobre os dados indicados no mapeamento.
- Painel de riscos do TJERJ, confeccionado pela equipe do Departamento de Compliance e Gestão de Risco, utilizando a ferramenta de Business Intelligence (BI) Qlik Sense com base nos mapeamentos de riscos elaborados pelas unidades gestoras.

- Elevação do nível de transparência do TJERJ, com a participação no Ranking da Transparéncia do CNJ e no Programa Nacional de Transparéncia Pública (PNTP - ATRICON).

Atuação dos colegiados administrativos

Os Órgãos Colegiados Administrativos, compostos por membros com experiência diferenciada relacionada à temática pertinente à sua atribuição, atuam, em auxílio à Presidência do TJRJ, no alcance dos objetivos estratégicos traçados pela Alta Administração para o biênio 2023-2024, como a promoção da responsabilidade socioambiental; a definição de ações com vistas à revitalização do Museu da Justiça, o aprimoramento da infraestrutura e dos equipamentos de TI e dos sistemas institucionais; o incremento das políticas de priorização das atividades de 1º Grau; o aprimoramento do modelo de gestão das Execuções Fiscais; entre outros.

Este Tribunal encerrou suas atividades no exercício de 2024 contabilizando a existência de 97 (noventa e sete) Colegiados Administrativos instituídos pela Presidência, incluindo 20 (vinte) Grupos de Trabalho e 01 (uma) Subcomissão.

Em posse dos indicadores trimestrais do ano de 2024, produzidos pela Divisão de Análise de Atos Formais (DIATO), observou-se que, desde a primeira medição do ocorrida em março/2023 até a última medição efetuada no mês de dezembro/2024, houve um aumento significativo no percentual da participação dos Órgãos Colegiados na Gestão Administrativa do Tribunal, qual seja: de 59,21% para 70%. Tal evolução retrata o ritmo de atuação positivo nas atividades, e, por conseguinte, no alcance dos objetivos.

Por fim, insta salientar que, atualmente, as reuniões dos Colegiados ocorrem de forma híbrida, ou seja, presencialmente ou remotamente, na medida da necessidade do TJRJ ou da conveniência das comissões.

Movimentação processual da Presidência

No ano de 2023, o TJRJ encaminhou **05 (cinco) mensagens** à Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro, a saber:

- **Mensagem nº 01/2023**, que gerou o Projeto de Lei nº 112/2023, em tramitação na Casa Legislativa; que por sua vez originou a **Lei n. 9.983, de 28 de março de 2023 – D.O.E.R.J. de 29.03.2023**, que “PROMOVE ALTERAÇÕES NA LEI ESTADUAL Nº 9.748, DE 29 DE JUNHO DE 2022, SEM AUMENTO DE DESPESA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”;
- **Mensagem nº 02/2023**, que gerou o Projeto de Lei nº 1832/2023, em tramitação na Casa Legislativa; que por sua vez originou a **Lei n. 10.123, de 03 de outubro**

de 2023 – D.O.E.R.J. de 03.10.2023, que “DISPÕE SOBRE A ALTERAÇÃO DA LEI Nº 4.513, DE 13 DE JANEIRO DE 2005, QUE CRIOU O FÓRUM REGIONAL DE ALCÂNTARA NA COMARCA DE SÃO GONÇALO.”;

- **Mensagem nº 03/2023**, que gerou o Projeto de Lei nº 1833/2023, em tramitação na Casa Legislativa; que por sua vez originou a **Lei n. 10.124, de 03 de outubro de 2023 – D.O.E.R.J. de 03.10.2023, que** “INCLUI DISPOSITIVOS E ALTERA O ITEM 1 DO ARTIGO 98 DA RESOLUÇÃO OE/TJRJ Nº 5/77 DO CÓDIGO DE ORGANIZAÇÃO E DIVISÃO JUDICIÁRIAS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO – CODJE-RJ E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”;
- **Mensagem nº 04/2023**, que gerou o Projeto de Lei nº 1834/2023, em tramitação na Casa Legislativa; que por sua vez originou a **Lei n. 10.125, de 03 de outubro de 2023 – D.O.E.R.J. de 03.10.2023, que** “DISPÕE SOBRE O FUNDO ESPECIAL DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA – FETJ, REVOGA A LEI ESTADUAL Nº 2.524/1996 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.”;
- **Mensagem nº 05/2023**, que gerou o Projeto de Lei nº 1835/2023, em tramitação na Casa Legislativa; que por sua vez originou a **Lei n. 10.234, de 12 de dezembro de 2023 – D.O.E.R.J. de 13.12.2023, que** “DISPÕE SOBRE O FUNDO DE APOIO AOS REGISTROS CIVIS DAS PESSOAS NATURAIS – FUNARPEN/RJ E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.”.

No ano de 2024, o TJRJ encaminhou **03 (três) mensagens** à Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro, a saber:

- **Mensagem nº 01/2024**, que trata da “ATUALIZAÇÃO DA LEI DE ORGANIZAÇÃO E DIVISÃO JUDICIÁRIAS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO”, tendo gerado o Projeto de Lei nº 3.710/2024, em tramitação na Casa Legislativa;
- **Mensagem nº 02/2024**, que gerou o Projeto de Lei nº 4.172/2024, que por sua vez originou a **Lei n. 10.515, de 25 de setembro de 2024 – D.O.E.R.J. de 26.09.2024, que** “TRANSFORMA CARGOS DE JUIZ DE DIREITO REGIONAL EM CARGOS DE DESEMBARGADOR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”
- **Mensagem nº 03/2024**, que “ALTERA DISPOSITIVOS DA LEI Nº 3.350 DE 29 DE NOVEMBRO DE 1999 E DO DECRETO-LEI Nº 5 DE 15 DE MARÇO DE 1975 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

Movimentação de Magistrados

No ano de 2023 foram publicados 22 Editais:

- 001/2023 – Remoção Entrância Única – 69 CARGOS;
- 002/2023 – Núcleo de Justiça 8º dívida ativa do estado e do município do rj
- 003/2023 – Núcleo de Justiça 9º – DETRAN
- 005/2023 – Remoção de Desembargador;
- 006/2023 – Promoção de Desembargador- Cancelado
- 007/2023 – Plantão Noturno;
- 008/2023 – Central de Audiência de Custódia;
- 009/2023 – Remoção de Desembargador;
- 010/2023 – Promoção de Desembargador;
- 011/2023 – Plantão Noturno;
- 012/2023 – Central de Audiência de Custódia;
- 013/2022 – Remoção de Desembargador;
- 014/2023 – Promoção de Desembargador;
- 015/2023 – Remoção de Desembargador;
- 016/2023 – Remoção Desembargador;
- 017/2023 – Promoção Desembargador;
- 018/2023 – Núcleo de Justiça 1º
- 019/2023 – Núcleo de Justiça 2º
- 020/2023 – Plantão Noturno;
- 021/2023 – Central de Audiência de Custódia;
- 022/2023 – Núcleo de Justiça 10º– Direito do Consumidor
- 023/2023 – Núcleo de Justiça 11º– Direito do Consumidor

Foi realizada a publicitação de 22 Editais. Sendo 6 (seis) relativos a Justiça 4.0, Remoção Entrância Única 1(um) Edital com 69 vagas, Plantão Noturno 3 Editais, um a cada quadrimestre, Central de Audiência de Custódia 3 (três) Editais, e 9 Editais de remoção e promoção para desembargador, sendo que, o 006/2023 foi cancelado.

Destaque-se que o Edital 015/2023 refere-se à abertura para composição das novas Câmaras instaladas no Segundo Grau de Jurisdição, 7ª e 8ª Câmaras de Direito Públíco, com 5(cinco) vagas cada uma, criadas pela Resolução nº 002/2023 do E. Tribunal Pleno.

Por fim, realizou-se o acompanhamento, formalização e registro de 16 (dezesseis) permutas, 73 (setenta e três) remoções, 15 (quinze) aposentadorias, 4 (quatro) exonerações e 6 (seis) promoções de Desembargadores, todos da carreira.

Em 2024 o Departamento de Movimentação de Magistrados, observadas as suas atribuições, providenciou a publicação de 26 Editais, com remoções e promoções na carreira da Magistratura, atuação nos Núcleos de Justiça 4.0, Plantão Noturno, Plantão da Custódia como se segue:

MOVIMENTAÇÃO DE MAGISTRADOS – 2024 EDITAIS

- 001/2024 – Remoção Desembargador;
- 002/2024 - Promoção Desembargador;
- 003/2024 – 3º Núcleo de Justiça 4.0;
- 004/2024 – Remoção Desembargador face Disponibilidade Compulsória;
- 005/2024 – Plantão Noturno – maio a agosto de 2024;
- 006/2024 – Plantão Custódia – maio a agosto de 2024;
- 007/2024 – Remoção Desembargador;
- 008/2024 – 4º Núcleo de Justiça 4.0;
- 009/2024 – 5º Núcleo de Justiça 4.0;
- 010/2024 – 6º Núcleo de Justiça 4.0;
- 011/2024 – 7º Núcleo de Justiça 4.0;
- 012/2024 – Remoção Entrância Única;
- 013/2024 – Remoção de Desembargador;
- 014/2024 – Promoção de Desembargador;
- 015/2024 – Remoção de Desembargador;
- 016/2024 – Promoção Desembargador;
- 017/2024 – Remoção Entrância Única;
- 018/2023 – Plantão Noturno – setembro a dezembro de 2024;
- 019/2023 – Plantão Custódia - setembro a dezembro de 2024;
- 020/2024 – Remoção Desembargador;
- 021/2024 – Remoção Entrância Única;
- 022/2024 – 10º Núcleo de Justiça 4.0;
- 023/2024 – Promoção Desembargador – 18 cargos
- 024/2024 – Provimento Inicial dos Juízes Substitutos
- 025/2024 – Plantão Noturno – janeiro a abril de 2025
- 026/2024 – Plantão Custódia - janeiro a abril de 2025

Como resultado dos 26 Editais, foram formalizados e realizados os seguintes registros:

03 promoções ao cargo de Desembargador de carreira

96 registros de remoção na Entrância Única

23 registros de Provimento Inicial

Além disso, procedeu-se ao registro de:

12 aposentadorias

01 registro de ingresso na Magistratura originário do Ministério Público

27 registros de permutas de magistrados

25 registros de ingresso na Magistratura

46 registros de vitaliciamento

03 exonerações

01 falecimento

Quantitativo de cargos existentes, providos e vagos na carreira da Magistratura do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, em 06/12/2024:

Cargos existentes, providos e vagos na carreira da Magistratura do Tribunal de Justiça			
CATEGORIA	EXIST.	Ocupad	VAGOS
TRIBUNAL DE JUSTICA	210	188	22
ENTRANCIA ESPECIAL SUBS. SEG. GRAU	2	2	0
ENTRANCIA UNICA (CAPITAL)	154	148	5
ENTRANCIA UNICA REGIONAL (CAPITAL)	127	117	8
ENTRANCIA UNICA (INTERIOR)	242	223	8
ENTRANCIA UNICA - ANTIGA 2 ENTRANCIA	90	80	7
ENTRANCIA UNICA - ANTIGA 1 ENTRANCIA	38	35	2
REGIONAL DA CAPITAL	69	69	0
REG. JUD. ESPECIAL (2 ao 7 GRUPO)	4	4	0
REGIONAL DO INTERIOR (ANTIGA 1 REG. JUD)	30	5	25
REGIAO JUDICIARIA	34		
TOTAL JUIZES ENTRANCIA UNICA	683		
SUBSTITUTO	70	0	70
TOTAL GERAL	1.036	871	147

Observação: o Sistema Histórico de Magistrados – SHM está em processo de migração para o GPES-WEB, restando poucas rotinas a serem exportadas para o novo sistema.

Em paralelo, os memorandos de pagamento, até então expedidos de forma mecânica, estão sendo automatizados e seu processamento integrado com a folha de pagamento.

Precatórios

O Tribunal possui um acervo total de 51.136 precatórios.

No ano de 2024, foram autuados 24.418 precatórios, arquivados 11.261 precatórios e abertas 12.499 conclusões. Além disso, houve 42.640 movimentações, dentre certidões e informações em processos de pagamento.

Em 2024, 2º ano do biênio de Gestão do atual Juiz Gestor de precatórios, aferiu-se que houve depósito em 10.707 precatórios com 16.907 pagamentos no valor total de R\$ 3.395.204.726,63. Foram, ainda, expedidos 23.623 mandados de pagamen-

to (7.299 de prioridades legais) referentes a 13.840 precatórios, no valor total de R\$ 3.228.079.861,66 (R\$ 459.533.847,39 de prioridades legais), o que representa 95,08% do valor total depositado no período.

No período de janeiro a novembro de 2024, o Departamento de Precatórios Judiciais realizou 31.760 atendimentos, sendo 15.309 atendimentos a advogados, 7.852 atendimentos a beneficiários e, de maio a novembro, 8.599 atendimentos a advogados e beneficiários na modalidade virtual.

Dentre as modalidades de atendimento (presencial, virtual e telefônica) a que se destacou foi a presencial, com 13.002 registros, o equivalente a 40,9% do total de atendimentos, o que gerou a necessidade de reorganização da área de atendimento ao público externo, com o intuito de garantir um serviço mais humanizado e eficiente por este Departamento.

Foram implementadas diversas ações afirmativas voltadas para atendimento das prioridades constitucionais como a preferência na expedição de mandados de beneficiários com superprioridade (mais de 80 anos); a realização de videoconferências para prioridade mais de 80 anos, a fim de dar cumprimento ao art. 7º, §3º do Ato Normativo nº 6/2023 para os beneficiários residentes em outros Estados da Federação; o controle e acompanhamento dos mandados expedidos por OJA para prioridade mais de 80 anos, urgentes e prioridade mais de 90 anos plantonista.

Dentro desse escopo, estima-se que o início do pagamento das prioridades dos precatórios inscritos no orçamento do próximo ano se dê em fevereiro de 2025.

Diversas melhorias nos processos de trabalho garantiram que as normativas constitucionais e do CNJ fossem atendidas. Podemos citar como exemplo, a quitação das prioridades constitucionais dos orçamentos anteriores a 2023 referentes a todos os entes devedores em regime especial e a regularização de aportes de provisionamento nos precatórios, especialmente do Estado do Rio de Janeiro.

As medidas de compliance antifraude implementadas pela nova gestão evitaram que mais de R\$ 36.773.827,58 fossem indevidamente sacados pelos fraudadores em 2023. Em 2024, com a consolidação das rotinas de compliance antifraude, evitou-se que cerca de R\$11.333.854,70 fossem sacados por fraudadores, não havendo registros de fraudes consolidadas no período.

Em âmbito institucional, a criação e implementação do sistema OFREQ permitiu a uniformização e simplificação do processo de digitação dos precatórios pelas unidades judiciais de 1^a e 2^a instâncias, garantindo maior agilidade na sua expedição diante da integração direta com os sistemas processuais DCP, EJUD e PJe.

Assuntos do Conselho Nacional de Justiça (CNJ)

Apoio prestado pela Assessoria para assuntos do CNJ no ano de 2023:

- Foram movimentados para processamento e resposta e/ou informações 2376 processos, incluídos os processos em curso e os novos. Desse total, foram autuados 222 novos processos;
- 88 Processos ajuizados no CNJ pelo PJe;
- 14 Processos ajuizados no CNJ pelo PJeCor
- Arquivamento/Conclusão de 534 processos administrativos, que cumpriram a sua finalidade e/ou tiveram seu arquivamento definitivo determinado pelo CNJ no procedimento próprio do Conselho, gerador de nosso PA;
- Foram elaborados 1913 informações, despachos e decisões.

Apoio prestado pela Assessoria para assuntos do CNJ no ano de 2024:

- Foram movimentados para processamento e resposta e/ou informações 3893 processos, incluídos os processos em curso e os novos. Desse total, foram autuados 199 novos processos;
- 120 novos processos ajuizados no CNJ pelo PJe;
- 68 novos processos ajuizados autuados no PJeCor
- Arquivamento/Conclusão de 904 processos administrativos, que cumpriram a sua finalidade e/ou tiveram seu arquivamento definitivo determinado pelo CNJ no procedimento próprio do Conselho, gerador de nosso PA;
- Foram elaborados 2997 informações, despachos e decisões.

Atividades de ceremonial

Eventos realizados em 2023		
MÊS	DIA	EVENTO
Janeiro	10	Cerimônia de Nomeação dos Novos Servidores em Cargos Efetivos na área de Técnico de Atividade Judiciária e Analista Judiciário.
	11	Cerimônia de Assinatura Simbólica de Termo de Compromisso entre o Tribunal de Justiça e as Entidades Contempladas no 3º Edital das Penas Pecuniárias.
	23	Sessão Solene de Posse no Cargo de Desembargador.
	24	Homenagem Póstuma ao Doutor Mário Henrique Mazza com a Nomeação da Sala do Núcleo de Gerenciamento de Precedentes. Lançamento do Livro "A Liderança na Gestão Contemporânea Empresarial".
	26	Solenidade de Posse dos Juízes nas Turmas Recursais.
	31	Cerimônia de Lançamento do Programa de Fidelidade Ambiental Retorna Machine e Inauguração do Equipamento de Coleta Seletiva.
Fevereiro	2	Solenidade de Posse da Doutora Raquel Gouveia da Cunha, como suplente das Turmas Recursais Cíveis, decidida em Sessão do Conselho da Magistratura do dia 26 de janeiro de 2023, de Permuta, aprovada em sessão do Órgão Especial realizada no dia 30 de janeiro de 2023, e Remoção de Juízes do 1º Edital de 2023, decidido em sessão extraordinária do Órgão Especial realizada no dia 2 de fevereiro de 2023.
	3	Sessão Solene de Posse da Nova Administração.
	28	Cerimônia de Inauguração da "Mostra de Quadros Restaurados"

Março	17	Seminário “Desafios à Proteção ao Consumidor”
	22	Cerimônia em Comemoração ao Dia Mundial da Água
	23	Reunião com os Juízes do 1º Núcleo Regional
	24	Solenidade de Posse de Membros Efetivos e da Nova Administração do Tribunal Regional Eleitoral do Rio de Janeiro
	31	Seminário “A Força Vinculante dos Precedentes e as Ações Coletivas”
Abril	17	Reunião Preparatória para o Colóquio da Fundação Internacional Penal e Penitenciária da ONU – FIPP e o Fórum do Comitê Permanente da América Latina para Prevenção do Crime – COPLAD, Programa do Instituto Latino-Americano das Nações Unidas para a Prevenção do Crime e o Tratamento do Delinquente – ILANUD
		Cerimônia de Lançamento das Séries Atualizadas dos Temas de Direito Processual do Professor José Carlos Barbosa Moreira
	28	Visita ao 2º Núcleo Regional
Maio	5	Visita ao 3º Núcleo Regional
	9	Celebração da Páscoa da Justiça
	10	Encontro com os Procuradores-Gerais do Estado do Rio de Janeiro
	11	Cerimônia de Apresentação dos Resultados da Campanha “Semana Nacional do Registro Civil”;
	12	Visita ao 13º Núcleo Regional
	17	Cerimônia de Assinatura do Termo de Cooperação Técnica entre TJRJ e a Prefeitura de Petrópolis
		Cerimônia em Comemoração ao Dia Mundial da Reciclagem
		Lançamento da Obra ”O Terceiro Informante na Recuperação de Ativos Públicos: o Papel do Whistleblower na Improbidade Administrativa
	18	Encontro com a Comissão da Corte Interamericana de Direitos Humanos
	22	Lançamento da Obra ”Comentários à Lei do Inquilinato”
		Cerimônia em Comemoração ao Lançamento da Campanha “Juntos pela transparência: fortalecendo a cultura de auditoria interna no TJERJ”
	26	Visita ao 4º Núcleo Regional
	29	Outorga da Medalha de Honra da Magistratura Fluminense ao Desembargador Celso Ferreira Filho

Junho	2	Encontro Estadual dos Juizados Especiais Cíveis
	16	Visita ao 12º Núcleo Regional
	26	Cerimônia de Abertura dos trabalhos de Inspeção do Conselho Nacional de Justiça
	29	Lançamento da Obra "Desafios da Eficácia dos Direitos Humanos no Século XXI"
Julho	4	Cerimônia de Assinatura do Termo de Doação e Empréstimo e do Protocolo de Intenções com a Santa Casa da Misericórdia do Rio de Janeiro
	14	Reunião com os juízes do 11º Núcleo Regional
	17	Cerimônia de Inauguração do Retrato de Sua Excelência o Senhor Desembargador Edson Aguiar de Vasconcelos na Galeria de Retratos dos Terceiros Vice-Presidentes
	25	Inauguração das Novas Instalações do Centro de Condicionamento e Reabilitação da Mútua dos Magistrados
	26	Cerimônia de Assinatura do Convênio de Cooperação Técnica e Material, celebrando entre o TJRJ e a Secretaria Municipal de Saúde do Rio de Janeiro
	27	Reunião com o 5º Núcleo Regional
	28	Celebração do 21 Aniversário do Coral dos Amigos do TJRJ
	31	Sessão Solene de Posse de Membros do TRE-RJ
Agosto	7	Inauguração de Escola de Mediação do Estado do Rio de Janeiro
		Lançamento do livro Direito e Transformação Social
	10	Abertura da Exposição Maria Collares - Desembargadora Verde
	11	Reunião com Juízes do 8º Núcleo Regional
	21	Solenidade de Posse no cargo de Desembargador - Dra. Ana Cristina Dib Miguel e Dra. Maria Christina Berardo Rücker
	22	Cerimônia de Instalação do Fórum Poder Judiciário no Estado do Rio de Janeiro
	23	Ato de Aposição de Retrato na Galeria da 1ª Vice-Presidência
		Reunião sobre o Projeto "Arenas Seguras"
	25	Lançamento do Código de Ética do TJRJ
	28	Ato de Aposição de Retrato na Galeria da Corregedoria
	31	Reunião com os Juízes do 7º Núcleo Regional

Setembro	1	Reunião com os Juízes do 9º Núcleo Regional
	5	Ato de Aposição de Retrato na Galeria da 2ª Vice-Presidência
	14	Reunião com os Juízes do 10º Núcleo Regional
	15	Reunião com os Juízes do 6º Núcleo Regional
	22	4º Encontro de Mediadores “Inovação e Desafios na Mediação de Conflitos”
	29	Comemoração ao Centenário da Vara da Infância
Outubro	2	Solenidade de Posse no cargo de Desembargador - Doutora Rose Marie Pimentel Martins
	3	Reunião com a participação do Excelentíssimo Senhor Cláudio Castro, Governador do Estado do Rio de Janeiro - Projeto de Lei 1834-2023
	9	Reunião Preparatória para o Colóquio da Fundação Internacional Penal e Penitenciária da ONU – FIPP e o Fórum do Comitê Permanente da América Latina para Prevenção do Crime – COPLAD, Programa do Instituto Latino-Americano das Nações Unidas para a Prevenção do Crime e o Tratamento do Delinquente – ILANUD
	18	Cerimônia de Assinatura do Termo de Cooperação Inteirinstitucional
	20	Visita Institucional - Juiz Yuji Iwasawa
	23	Cerimônia de Inauguração do Espaço de Arte Desembargador Deocleciano Martins de Oliveira Filho Cerimônia de Nomeação dos seguintes espaços: Tribunal Pleno - Plenário Ministro Waldemar Zveiter, Sala de Sessões do Órgão Especial - Plenário Desembargador Estenio Cantarino Cardozo e Salão Nobre - Salão Desembargador José Joaquim da Fonseca Passos
Novembro	6	Cerimônia de Abertura da I Mostra Artística e Literária - COGEN 12º Prêmio AMAERJ Patrícia Acioli de Direitos Humanos
	14	Cerimônia de Nomeação dos Novos Servidores em Cargos Efetivos na área de Analista Judiciário
	27	Cerimônia de Abertura do Workshop Internacional “Direito e Tecnologia: Novas Perspectivas de Resolução de Conflitos”
	28	Cerimônia de Inauguração da Exposição “450 anos de Niterói - o Palácio da Justiça como testemunha do desenvolvimento humano”

Dezembro	29	Cerimônia de Outorga do Prêmio Selo de Boas Práticas do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro
	30	Cerimônia de Abertura do II Seminário da Associação Nacional dos Magistrados Evangélicos
	1	II Seminário da Associação Nacional dos Magistrados Evangélicos
	7	Culto Inter-Religioso em Comemoração ao Dia da Justiça
	8	Inauguração da Praça da Justiça Comemorações do Dia da Justiça Lançamento do Projeto "Solo Seguro Favela"
	12	Lançamento das Obras "Execução Diferenciada nos Direitos Reconhecidos nos Julgamentos de Casos Repetitivos", "Standards da Prova de Corroboração na Colaboração Premiada" e "Acordo de Não Persecução Civil"
	13	Cerimônia de Lançamento do livro "Complementando os registros históricos: Uma breve contribuição à história de Bom Jesus do Itabapoana"
	18	Solenidade de Abertura do Lançamento do Guia e da Cartilha para Fortalecimento da Política Judiciária de Atenção e Apoio às Vítimas de Crimes e Atos Infracionais
		Cerimônia de Lançamento da Revista de Direito do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro

Atividades de ceremonial

Eventos realizados em 2024		
MÊS	DIA	EVENTO
Janeiro	17	Apresentação do novo portal do TJRJ
	31	Lançamento e Implantação do Programa Justiça 4.0 da Plataforma Digital do Poder Judiciário Brasileiro no Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Fevereiro	1	Cerimônia de Nomeação de Novos Servidores
	5	Posse AMAERJ
	7	Inauguração da Mostra da Praça da Justiça

Março	1	Nomeação Anexo Fórum de Valença
	8	Igualdade de gênero e empoderamento feminino
	11	Inauguração da Sala de Governança e Laboratório de Inovação
		Semana do Consumidor
	13 a 17	Encontro do Conselho de Presidentes dos Tribunais de Justiça do Brasil
		Reunião do Grupo de Trabalhos das Ouvidorias do Poder Judiciário
	21	Cerimônia de Inauguração do Centro Integrado de Atendimento às Pessoas em Situação de Rua
	22	Solenidade de Posse no Cargo de Desembargador
	25	Cerimônia de Abertura do evento em alusão ao Dia Mundial da Infância
		Seminário “A Força Vinculante dos Precedentes e as Ações Coletivas”
Abril	2	Cerimônia de Abertura do Encontro de Gestores do Poder Judiciário
		Cerimônia de Inauguração da Exposição 20 Anos da Justiça Itinerante no Museu da Justiça
	12	Aula Magna da EMERJ - “Inteligência Artificial: Potencialidades, Riscos e Regulação”
	15 e 16	Fórum sobre Segurança, Desenvolvimento Humano e Coesão Social
		Encontro Nacional de Tecnologia e Inovação da Justiça Estadual – ENASTIC
	29	Cerimônia de Nomeação de Novos Servidores
	30	Cerimônia de Assinatura do Acordo de Cooperação para a Implementação do "Programa Acolhe" com o Instituto AVON

Maio	9	Celebração da Páscoa da Justiça
	13 e 14	Encontro dos Presidentes das Cortes Superiores da América Latina
	20	Entrega da Medalha de Honra da Magistratura Fluminense ao Desembargador Maurício Caldas Lopes
Junho	10	Entrega da Medalha de Honra da Magistratura Fluminense ao Desembargador Carlos José Martins Gomes
	27	Solenidade de Posse dos Juízes aprovados no XLIX Concurso para Ingresso na Magistratura de Carreira do Estado do Rio de Janeiro
Julho	1	Posse de Promoção e Remoção de Juízes
	2	Sessão Solene de Outorga da "Medalha do Mérito Cultural da Magistratura Brasileira ao Terceiro Vice-Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro"
	4	Cerimônia de Inauguração da Sala de Acolhimento para Mulheres Vítimas de Violência
	8	Solenidade de Posse no Cargo de Desembargador
	22	Solenidade de Posse no Cargo de Desembargador
Agosto	5	Cerimônia de Lançamento da Obra Coletiva do Fórum Permanente de Processo Civil da EMERJ: O Processo nos Tribunais, do Desembargador Luciano Saboia Rinaldi de Carvalho
	15	Exposição Quem Sente na Pele
	26	Cerimônia de Posse de Remoção dos Juízes
	27	Cerimônia de Apresentação do Relatório Final do Estudo para a Melhoria do Índice de Desenvolvimento Sustentável do Conselho Nacional de Justiça.
	28	Cerimônia de Instalação da 4ª Vara Cível Regional de Alcântara
	29	Cerimônia de Instalação da 3ª Vara Cível Regional de Santa Cruz Cerimônia de Instalação da 8ª Vara Cível do Fórum Regional de Campo Grande Cerimônia de Instalação da 5ª Vara Cível do Fórum Regional de Bangu Cerimônia de Nomeação da Biblioteca Regional de Niterói Desembargador Jorge Fernando Loretti

Setembro	2	14º Encontro Estadual dos Juízes dos Juizados Especiais Cíveis
	11 a 13	4º FastLabs
	20	Instalação do Juizado de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher e Especial Criminal da Comarca de Belford Roxo Especial Criminal da Comarca de Belford Roxo
	23	Cerimônia em Homenagem aos Parceiros da Sustentabilidade
	25 a 27	Cerimônia de Abertura do II Fórum dos Tribunais de Justiça Estaduais
	26	Cerimônia de Abertura da Ação Social em Comemoração ao Dia Nacional de Luta da Pessoa com Deficiência
		Cerimônia de Assinatura do Termo de Convênio de Cooperação com o Estado do Rio de Janeiro e a Secretaria de Estado de Polícia Militar - SEPM/RJ
		Cerimônia de Assinatura do Protocolo de Intenções para a Execução do Projeto Acolher
	30	Reunião sobre a Atuação do Judiciário na Gestão da Dívida Ativa; Assinatura do Acordo de Cooperação Técnica para Racionalizar a Cobrança Administrativa do Crédito Fiscal e Cerimônia de Implantação do Sistema e-Proc
Outubro	3	Cerimônia de Abertura do 5º Encontro de Mediadores
	11	Workshop da Justiça Itinerante do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
	18	Cerimônia de Abertura do II Fórum Fluminense de Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher
	21	Solenidade de Posse de Sua Excelência a Senhora Procuradora de Justiça Renata Maria Nicolau Cabo no cargo de Desembargador
	30	Solenidade de Posse de Remoção de Juízes

Novembro	12	Cerimônia de Lançamento do 3º Volume da Revista de Direito do PJERJ TJRJ no G20 - Mulheres em Pauta
	25	Solenidade de Posse de Juízes Substitutos Promovidos à Entrância Única
	28	Visita ao Fórum da Comarca de Valença
Dezembro	8	Solenidade de Outorga das Condecorações do Colar do Mérito Judiciário
	12 e 13	Encontro de Vice-Presidentes
	18	Inauguração da Reforma dos Auditórios Desembargador Antonio Carlos Amorim e Desembargador Nelson Ribeiro Alves
	19	Cerimônia de Entronização do Osè de Xangô Posse no Cargo de Desembargador

Aprimoramento das políticas de controle interno

A auditoria interna do Tribunal é conduzida pelo Núcleo de Auditoria Interna, visando auxiliar o Tribunal de Justiça no alcance dos objetivos estratégicos, adotando uma abordagem sistemática e disciplinada para a avaliação e melhoria da eficácia dos processos de gerenciamento de riscos, de controle, e de governança. Com o compromisso de fortalecer a transparência e a eficiência do TJ, o Núcleo desenvolveu no exercício de 2024 as principais ações descritas nos tópicos abaixo.

• Cursos Ministrados por Servidores do NAI

Na área de Controle Interno, em 2024, foram oferecidos os seguintes cursos:

Curso	Público-alvo
Resoluções nº308 e 309 do CNJ e os desafios da auditoria interna	Servidores da área administrativa e judiciária
Orçamento Público	Servidores da área administrativa e judiciária

• Fórum Permanente de Auditoria do Poder Judiciário

Ademais, com o propósito de aprimorar as competências técnicas e gerenciais indispensáveis à formação do auditor, destaca-se a participação de representantes do Núcleo de Auditoria Interna no Fórum Permanente de Auditoria do Poder Judiciário – Edição 2024, promovido pelo Conselho Nacional de Justiça, realizado por videoconferência.

• Campanha – Mês de conscientização da Auditoria Interna

Outra atuação importante na busca pelo fortalecimento da política de controle interno, com foco em capacitação e disseminação de conhecimento, foi a promoção, durante todo o mês de maio de 2024 (mês da conscientização da auditoria interna), da campanha “comprometidos com a integridade”.



Totens digitais informativos sobre a campanha foram estrategicamente posicionados em pontos de grande circulação nos prédios do Poder Judiciário.

A campanha em questão destacou a importância da integridade como pilar da confiança da sociedade no Poder Judiciário, ressaltando o papel da Auditoria Interna como um meio para fortalecer a integridade das informações, reafirmando o compromisso com uma atuação ética, eficiente e eficaz.

Com a colaboração do Departamento de Comunicação Interna – DECOI, foram elaborados informes internos e postagens nas redes sociais promovendo a atividade de auditoria interna.



Exemplo de postagem informativa da campanha “Comprometidos pela Integridade” nas redes sociais do Tribunal

Com as ações desenvolvidas, o Núcleo de Auditoria do TJRJ participou do concurso promovido pelo Instituto Internacional dos Auditores Internos - IIA Brasil e, por conseguinte, conquistou o prêmio IIA May Brasil 2024, dedicado às organizações que realizam as melhores ações de conscientização sobre a atividade de auditoria interna.

Programa de Qualidade de Auditoria (PQA) e Questionário de Avaliação Contínua

Durante o exercício de 2024, demos seguimento ao ciclo de avaliações internas previstas no Programa de Qualidade de Auditoria (PQA) instituído pelo Ato Normativo nº 21/2021, em cumprimento às diretrizes estabelecidas nas Resoluções CNJ 308/2020 e 309/2020.

Assim, em cumprimento ao Ato Normativo nº 21/2021 que instituiu o referido programa, bem como de acordo com os critérios e procedimentos previstos na RA-D-NAI-010, foram aplicadas as avaliações internas (FRM-NAI-010-01) ao final de cada trabalho previsto no Plano Anual de Auditoria – PAA 2024, com o objetivo de verificar a eficiência dos processos de auditoria, incluindo o planejamento, a execução, a supervisão, a comunicação dos resultados e o monitoramento, avaliar a qualidade dos trabalhos, produzir informações gerenciais, promover a melhoria contínua da atividade de auditoria interna de forma a identificar possíveis falhas de aprimoramento.

Com efeito, o PQA tem por objetivo verificar a conformidade dos trabalhos de auditoria com o Estatuto de Auditoria Interna, com as normas de conduta do NAI, com as diretrizes estabelecidas na Resolução CNJ nº 309/2020, bem como identificar possíveis fragilidades com potencial de comprometer a qualidade das atividades desenvolvidas, além de identificar oportunidades de melhorias.

Assim sendo, para cada auditoria realizada pelas Divisões de Auditoria Operacional e de Engenharia (DIAOP), Divisão de Acompanhamento da Gestão e Auditoria de Compliance (DIAGE), Divisão de Auditoria de Finanças (DIAUF) e para cada monitoramento executado pela Divisão de Monitoramento de Auditoria (DIMON) foi aplicada uma autoavaliação.

Ademais, as mencionadas unidades relacionaram os benefícios estimados em cada ação realizada, bem como registraram que não foram identificadas nas fases de planejamento, execução e comunicação dos resultados possíveis oportunidades de melhoria nos processos de trabalho, nem fragilidades com potencial de comprometer a qualidade da atividade de auditoria interna em relação às ações realizadas pelas referidas Divisões durante o exercício de 2024.

Ainda em cumprimento ao Ato Normativo TJ nº 21/2021 e de acordo com os critérios e procedimentos previstos na RAD-NAI-010, a Divisão de Monitoramento de Auditoria (NAI/DIMON) realizou, ao longo do exercício de 2024, a avaliação contínua dos trabalhos de auditoria previstos no Plano Anual de Auditoria (PAA), mediante a aplicação do FRM-NAI-010-01 (Questionário de Avaliação Contínua - Unidades Auditadas) respondido pelos representantes das unidades auditadas, após o término das reuniões de encerramento dos respectivos trabalhos de auditoria.

Registre-se, por oportuno, que a avaliação contínua visa obter feedback das unidades auditadas para aferir a percepção sobre a agregação de valor da atividade de auditoria interna e a qualidade dos trabalhos de auditoria realizados.

Novo Manual de Auditoria Interna

Em 2024, em consonância com o lançamento do Manual de Auditoria do Poder Judiciário pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ), o Núcleo de Auditoria Interna (NAI) do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro (TJRJ) elaborou um novo Manual de Auditoria Interna.



O documento foi desenvolvido em alinhamento com as diretrizes estabelecidas pelo CNJ, buscando fortalecer as práticas de auditoria no âmbito do Tribunal e promover maior eficiência e qualidade nos trabalhos realizados. Com o novo manual, o NAI reforça sua missão com vistas ao alcance dos objetivos institucionais.

Plano Anual de Auditoria (PAA)

No Plano Anual de Auditoria (PAA) de 2024, publicada no Diário Oficial Eletrônico – DJERJ em 04 de dezembro de 2024, com alterações publicadas em 29/08/2024, foram previstas 22 ações/atividades distribuídas entre suas divisões, sendo estas classificadas em cinco auditorias de conformidade, cinco auditorias de gestão, uma auditoria coordenada pelo CNJ, três auditorias, duas ações/atividades de consultoria, uma ação/atividade de monitoramento e dois levantamentos.

Ação Realizada pelo NAI	Quantidade
Auditórias de Conformidade	4 atividades
Auditórias de Gestão	5 atividades
Auditórias Coordenadas	1 atividade
Auditórias	4 Atividades
Levantamentos	5 atividades
Consultorias	2 atividades
Monitoramento	1 atividade

Algumas ações/atividades são executadas sob demanda contínua pelo NAI, como as ações de monitoramento, acompanhamento da gestão. Por este motivo, apesar de serem computadas no PAA como uma única ação/atividade, sua quantificação, ao final, se dará de acordo com o volume de trabalhos realizados.

Monitoramentos Realizados

No ano de 2024, foram realizados 16 (dezesseis) monitoramentos pela Divisão de Monitoramento de Auditoria - DIMON. Dentre os trabalhos concluídos destacam-se os monitoramentos das Prestações de Contas Anuais de Gestão do TJERJ e do Fundo Especial do TJERJ, processos SEI nº 2023-06029054 e SEI nº 2023-06029055, respectivamente.

Das determinações presidenciais monitoradas, 34,78% foram implementadas, 19,57% encontram-se em fase de implementação e 34,78% não foram implementadas. No tocante as “Demais Situações” (10,87%), é importante esclarecer que o rótulo engloba situações de determinações com perda de objeto e de determinações a serem avaliadas em próximo monitoramento.

Por fim, informamos que o cálculo dos percentuais apresentados não contemplou ressalvas de prestações de contas, ou seja, tratou exclusivamente de determinações presidenciais oriundas de propostas de encaminhamento apresentadas em relatórios de auditoria.

Classificação do Monitoramento	Grau de Implementação
Determinações Implementadas	34,78%
Determinações em Implementação	10,87%
Determinações não implementadas	19,57%
Demais Situações	10,87%

Os trabalhos de auditoria realizados tiveram como objetivo a apresentação de oportunidades de melhoria, além da atuação na atividade pedagógica e de consultoria, buscando o fortalecimento do ambiente de controle institucional e a padronização dos procedimentos das unidades técnicas em atenção às normas vigentes.

Modelo de seleção de Auditorias

Cabe destacar que no corrente exercício o PAA foi baseado em critérios de riscos, atendendo às exigências da Resolução nº 309, de 11 de março de 2020, do Conselho Nacional de Justiça - CNJ (alterada pela Resolução nº 422 de 28 de setembro de 2021), a qual estabelece as diretrizes técnicas relativas ao planejamento das auditorias.

A adoção do PAA baseado em critérios de riscos foi um ponto de grande relevância no aprimoramento das atividades de auditoria, contribuindo para a manutenção da objetividade e autonomia técnica indispensáveis à atuação do auditor.



Plano Anual de Auditoria 2024 do NAI

Com efeito, o NAI adotava como principal critério de seleção das ações a expertise do auditor interno acerca do Universo de Auditoria, no entanto, a partir do ano de 2023, uma nova metodologia de seleção foi aplicada. Soma-se à experiência do auditor interno uma abordagem de seleção de auditoria baseada em Fatores de Riscos, tais como:

- Materialidade
- Criticidade
- Relevância

Nesse sentido, a adoção dessa nova sistemática de planejamento de auditoria permitiu uma visão panorâmica dos macroprocessos auditáveis do TJERJ, o que viabilizará uma atuação mais assertiva na tomada de decisão deste Núcleo de Auditoria. Dessa forma, espera-se que os resultados advindos das ações elencadas neste plano adicionem valor à gestão do Tribunal, bem como o aperfeiçoamento de aspectos relacionados à eficiência, eficácia, efetividade, economicidade e transparência dos atos de gestão.

Prestação de Contas

Em atendimento ao disposto na Deliberação TCE-RJ nº 278/17, foram realizadas as avaliações substancial e de conformidade das prestações de contas da unidade gestora do TJRJ, do Fundo Especial do Tribunal de Justiça - FETJ, Fundo Especial da Escola da Magistratura - FEEMERJ e do Fundo de Apoio ao Registro Civil de Pessoas Naturais – FUNARPEN, bem como relacionados à documentação dos responsáveis por bens em almoxarifado do FEEMERJ e da unidade gestora do TJRJ; do responsável por bens patrimoniais da unidade gestora do TJRJ; dos responsáveis por tesouraria da unidade gestora do TJERJ, do FETJ, do FUNARPEN e do FEEMERJ.

Prestação de Contas Analisadas pelo Núcleo de Auditoria Interna

Fundo Especial do Tribunal de Justiça - FETJ

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro - TJRJ

Fundo Especial da Escola da Magistratura - FEEMERJ

Fundo de Apoio ao Registro Civil de Pessoas Naturais – FUNARPEN

Responsável por bens em almoxarifado do FEEMERJ

Responsável por bens em almoxarifado da unidade gestora do TJRJ;

Responsável por bens patrimoniais da unidade gestora do TJRJ

Responsável pela tesouraria do TJRJ

Responsável pela tesouraria do FETJ

Responsável pela tesouraria do FUNARPEN

Responsável pela tesouraria do FEEMERJ

Outrossim, em cumprimento à Deliberação TCE-RJ nº 278/17 c/c Portaria SGE nº 03/18, o TJRJ encaminhou à Egrégia Corte de Contas, em 2024, um processo de PCA do ordenador de despesas do TJRJ, referente ao exercício de 2023. As demais PCAs não foram selecionadas para envio.

A PCA de 2023 foi autuada sob o número Proc. SEI TJ nº 2024-06026955 (ORDENADOR DE DESPESA TJ - REGULARIDADE DAS CONTAS COM RESSALVAS) e até a emissão do presente relatório ainda está pendente de julgamento na Egrégia Corte de Contas (Proc. TCE 106377-0/24).

Informativos da Auditoria

Por fim, dando seguimento ao nosso compromisso pedagógico de disseminar entre as unidades administrativas que integram o TJRJ as atividades desenvolvidas por este NAI, foram divulgados, por meio de correspondência eletrônica, e disponibilizados no sítio deste Tribunal, informativos sobre os seguintes temas: Planejamento e resultados das auditorias, Novo Manual de Auditoria e Auditoria Coordenada pelo CNJ e Apoio ao Controle Externo.



Descobrir se a sua unidade passará por alguma atividade de auditoria durante o exercício é simples! Todas as ações do Núcleo de Auditoria Interna estão previstas no Plano Anual de Auditoria (PAA). Esse plano tem como objetivo orientar os auditores na seleção das áreas do Tribunal que requerem maior atenção, considerando fatores de riscos, tais como: **materialidade, relevância e criticidade**. Além disso, a divulgação do PAA funciona como meio de transparéncia para as Unidades Auditadas, informando quais serão as atividades de auditoria realizadas durante o exercício.

Para o ano de 2024, estão programadas 5 Auditorias de Gestão, 3 Levantamentos, 1 Auditoria Coordenada do CNJ, Trabalhos de Assessoramento do Relatório de Gestão Fiscal e Análise da Prestação de Contas.

Para obter mais informações e compreender o processo de seleção das áreas sujeitas à auditoria, recomendamos a leitura do Plano Anual de Auditoria Interna, disponível no seguinte link:

<https://www.tjrj.jus.br/web/guest/plano-anual-auditoria-paa/2024>

Reiteramos que se a sua Unidade foi contemplada no PAA, não há motivo para preocupação. Os auditores não estão aqui para apontar erros, pelo contrário! A Auditoria é uma aliada da gestão, buscamos juntos a construção de um Tribunal melhor.

The image shows the cover of the first informative document of the NAI for the 2024 exercise. It features a photograph of a modern building with glass windows. To the right, there is text in Portuguese. At the bottom, there is a green decorative footer with icons and text encouraging environmental awareness.

Primeiro informativo do NAI no exercício de 2024

Apoio ao Controle Externo

A Auditoria Interna, alinhada com seus objetivos constitucionais, desempenha um papel importante no apoio ao controle externo em sua missão institucional. Nessa perspectiva, o Núcleo de Auditoria Interna, com o auxílio do Serviço de Apoio ao Controle Externo (SEACE), presta apoio ao Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro (TCE-RJ) no que diz respeito aos Termos de Solicitação de Informações e Documentos (TSID) encaminhados ao Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro (TJRJ) para obtenção de informações essenciais ao TCE-RJ.

Nesse contexto, compete ao NAI colaborar com as unidades às quais as informações foram solicitadas pelo TCE-RJ, visando garantir que as respostas sejam fornecidas de maneira eficiente, bem como assegurando o cumprimento das exigências impostas pelo TCE-RJ. Destarte, ao longo do ano de 2024, foram encaminhados 9 TSIDs pelo TCE-RJ ao TJRJ, abrangendo diversas áreas de atuação.

Ainda em relação ao apoio ao controle externo, tramitaram por este Núcleo de Auditoria Interna 368 (trezentos e sessenta e oito) processos de pessoal, bem como 21 (vinte e um) de contratos, os quais foram classificados com base no grau de relevância das decisões preliminares do TCE-RJ para a gestão do PJERJ, conforme tabelas abaixo.

Atos de Pessoal:

Classificação	Natureza
Alta relevância	Representação relativa à folha de pagamento de magistrados; recusa de registro de aposentadoria, por suposta violação legal
Média relevância	Reiteração de exigência para justificação pelo não enquadramento das aposentadorias no cargo de origem (ADI 3782 STF);
Baixa relevância	Diligências para solicitação de esclarecimentos referentes à incorporação de cargos comissionados; comprovação de forma de ingresso do servidor no cargo público;

Atos e Contratos:

Classificação	Natureza
Alta relevância	Tomada de Contas, Representação, Denúncia etc.
Média relevância	Termos de Solicitação de Informações e Documentos (TSIDs) nº.98.035.23; nº.108.035.23 e nº.02/24
Baixa relevância	Termos de solicitação de informações e documentos (TSIDs) nº.52.035.23; nº.01/24; 2924/23; nº.2924/23; nº.01 CAD TI 303/24; nº.01 CAD TI 2579/24; PCA 2023

Consultoria

O Serviço de Consultoria e Acompanhamento Normativo (SECAC), vinculado à Divisão de Estudos e Análises Técnicas (DITEC), elaborou uma consultoria, a pedido da Presidência. O trabalho, formalizado nos autos do SEI nº 2024-06095090, consistiu na elaboração de um projeto-piloto de consultoria com o objetivo de apoiar a Alta Administração na definição de um padrão de conduta para situações em que empresas contratadas pelo TJRJ aleguem não dispor de recursos para quitar débitos trabalhistas de seus empregados.



Capa do relatório da Consultoria elaborado pelo SECAC/DITEC

Essa iniciativa buscou mitigar riscos associados ao inadimplemento trabalhista, com vistas a promover uma maior segurança e eficiência na gestão contratual.

Aprimoramento da governança de TIC

Junto ao alinhamento com as diretrizes do Conselho Nacional de Justiça, o TJRJ reconheceu sua Governança de TIC como questão de importância estratégica, dando especial ênfase nas áreas de tecnologia da informação e comunicação de dados. Isso significou, em apertada síntese, a imposição de maiores controles estratégicos à área mais impactante para o processo de transformação digital do Tribunal.

Para demonstrar a importância e eficácia do conteúdo supracitado, trazemos abaixo listagem de algumas ações que estão sendo implementadas sob a coordenação do Comitê de Governança de Tecnologia da Informação e Comunicação (CGTIC):

- Controle do fluxo orçamentário junto à Secretaria-Geral de Planejamento, Coordenação e Finanças (SGPCF), a fim de ter uma gestão otimizada dos recursos planejados e desembolsados;
- Construção do Painel de Orçamento de TIC, em colaboração com a SGDAI e a SGPCF, em que é realizado o acompanhamento em tempo real da relação entre o orçamento planejado versus executado, com segmentação por unidade, demanda, contratos e categoria de despesa pública, de modo a controlar a execução do orçamento no exercício vigente entregando eficiência na alocação das reservas orçamentárias e seus respectivos valores empenhados;
- Construção de Dashboards, por meio de Relatório Dinâmico em Power BI, para permitir acompanhamento e acesso a informações relevantes em forma visual de:
 - ◊ Portfolio de Projetos de TIC;
 - ◊ Contratos e Aquisições de TIC;
 - ◊ Disponibilidade de Servidores (Calendário de Férias).
- Reestruturação do Escritório de Projetos, promovendo uma atuação mais eficaz e transparente, incluindo a definição de metodologia e responsabilidades;
- Aprimoramento das contratações: elaboração de fluxos e definição de responsabilidades para os processos de contratação de TIC com vistas à promoção de padronização e eficiência, bem como transparência e rastreabilidade, garantindo

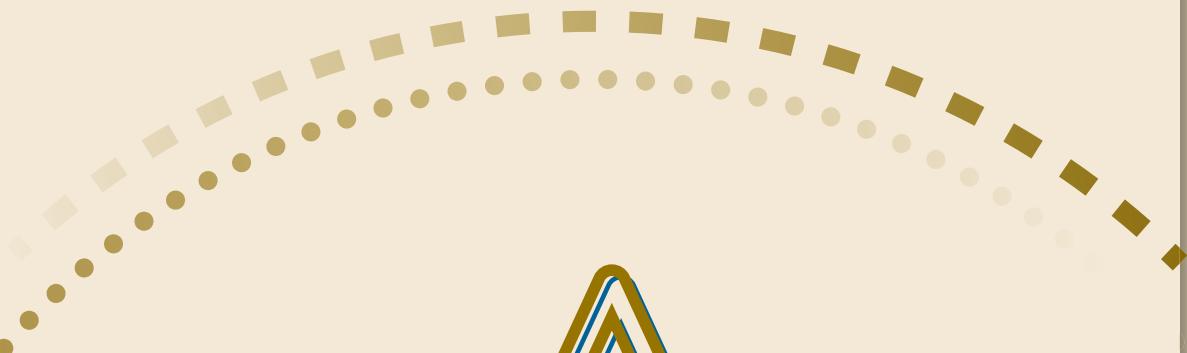
que todas as etapas sejam seguidas de maneira consistente com redução de erros e retrabalhos;

- Mapeamento dos macroprocessos de atendimento, desenvolvimento, sustentação e segurança da informação. Esse trabalho levantou oportunidades de melhoria nos processos e deu origem a outras iniciativas, como o playbook de desenvolvimento, além de revisar todas as RADs da SGTEC, incluindo a elaboração de novas rotinas, que melhor se aderem às boas práticas de TIC;
- Construção do playbook de Desenvolvimento de Software, que fornece um direcionamento às equipes envolvidas na esteira de desenvolvimento, através de um conjunto de boas práticas e processos padronizados, com o objetivo de buscar constantemente mais eficiência e qualidade nas entregas;
- Reformulação do processo de desenvolvimento - criação de novas equipes de análise de requisitos, qualidade de software e testes automatizados;
- Contratação de profissionais especialistas em gerenciamento de projetos, análise de requisitos, qualidade e testes, reforçando as equipes quantitativa e qualitativamente;
- Mapeamento de riscos de TIC, iniciado em conjunto com o mapeamento de processos da SGTEC, no qual foi preenchida e entregue uma matriz de riscos associados aos macroprocessos da SGTEC para revisão do Departamento de Compliance e Gestão de Riscos (DEGER), da Secretaria-Geral de Governança, Inovação e Compliance (SGGIC), que centraliza a gestão de riscos do TJRJ;
- Criação do Painel de Monitoramento de Governança de TIC, disponibilizado na página web da SGTEC, contemplando os seguintes dashboards:
 - ◊ Execução do PDTIC: controle da execução dos Projetos Estratégicos em relação ao planejado no Plano Diretor de TIC;
 - ◊ Portfólio de Projetos: controle de todos os Projetos de Tecnologia da Informação no que se refere à fase, classificação, responsável e cronograma;
 - ◊ Orçamentos de TIC: acompanhamento da execução do orçamento em relação ao planejamento;
 - ◊ Plano de Contratação TIC: acompanhamento do cumprimento das contratações previstas no Plano Anual de Contratações e sua execução bem como o controle da execução dos contratos vigentes;

- ◊ Plano de Capacitação TIC: acompanhamento da execução dos cursos previstos para a capacitação dos servidores das diversas da SGTEC;
 - ◊ Portfólio de Soluções: controle das soluções de Tecnologia da Informação das diversas áreas de conhecimento das esferas administrativa, judicial e extrajudicial;
 - ◊ Virtualização Processual: acompanhamento da evolução da virtualização do acervo processual no âmbito do PJERJ;
 - ◊ Parque Tecnológico: controle da composição do parque tecnológico por comarca, esfera de competência e núcleo regional e a distribuição dos equipamentos por antiguidade.
- Aquisição da ServiceNow, nova ferramenta de gestão de serviços de TI, que proporcionará uma otimização de recursos e serviços a partir do estabelecimento e acompanhamento em tempo real de metas e indicadores, possibilitando a melhoria da qualidade;
 - ◊ Previsão de disponibilizar um MVP (Minimum Viable Product) para o atendimento do sistema eproc até o final de janeiro de 2025;
 - Implementação do Serviço de Observabilidade e Métricas de TIC, responsável por garantir a antecipação e prevenção dos problemas de lentidão, funcionamento e disponibilidade dos sistemas através de ferramentas e técnicas avançadas de monitoração, análise de desempenho e observabilidade digital, bem como a elaboração de métricas de experiência de uso das aplicações, visando a melhoria da experiência geral dos usuários dos recursos de TIC fornecidos pela SGTEC;
 - Criação da Gratificação Especial de Atividade em Tecnologia da Informação e Comunicação e Segurança da Informação - GETIC. Reconhece e incentiva desempenho excepcional dos servidores, promove a melhoria contínua dos serviços ao reter talentos, e fortalece o comprometimento com a instituição. Esta gratificação é concedida com base nos seguintes critérios:
 - ◊ Desempenho do servidor;
 - ◊ Grau de responsabilidade ou atribuição técnica específica;
 - ◊ Participação do servidor em projetos de especial interesse para o órgão;
 - ◊ Complexidade das atribuições exercidas pelo servidor;
 - ◊ Frequência e volume de atuação do servidor em programas, projetos, iniciativas, situações, dias e horários extraordinários do cargo, tais quais previstas nas respectivas normas de regência.

- Contratação dos serviços de pesquisa e aconselhamento da Gartner, com uma aquisição de licenças mais enxuta, visando agregação de maior valor deste contrato à SGTEC;
- Qualificação das equipes em OKR (Objectives and Key Results), Gestão Ágil e Gestão 3.0, que incluíram a participação de representantes de outros setores do TJRJ, como governança e sustentabilidade;
 - ◊ Novas turmas já estão em andamento, visando a continuidade na capacitação em metodologias de gestão, inclusive em PMO (Project Management Office);
- Realização em outubro de 2024 de treinamento de processo judicial (cível e criminal), para servidores e colaboradores da SGTEC, concatenando o Direito com os sistemas de informática que apoiam os processos de trabalho da área judicial;
- Melhoria no índice iGovTIC – No levantamento de 2023, o TJRJ obteve o índice de 84,48%. Em 2024, devido às ações implementadas (Plano de Transformação Digital, Plano de Gestão de Riscos, GETIC, entre outras), foi possível alcançar o índice de 94,09%, atingindo o nível de excelência do CNJ;
- Criação, revisão e atualizações do Plano de Transformação Digital, incluindo colaboração junto à SGGIC na regulamentação no TJERJ da Lei Estadual nº 9128, que dispõe sobre a Transformação Digital dos Serviços Públicos no Estado do Rio de Janeiro.
- Disponibilização do Portal SGTEC – Intranet desenvolvida para facilitar o acesso a informações, notícias, eventos e recursos da SGTEC;
- Projeto Quem sabe o quê - Implementado um inventário/repositório de informações que a SGTEC desenvolve. A aplicação SOFE (Portfólio de Softwares e Especialistas) concentra um catálogo de sistemas, API(s) e tecnologias que ajuda usuários a conhecer sobre as ferramentas e seus responsáveis, bem como com dados e metadados dos ativos de software desenvolvidos no âmbito do Tribunal, incluindo quem detém o conhecimento do sistema ou aplicação;
- Promoção da Qualidade de Software – Realização de um trabalho de sensibilização com as principais fábricas de software para incentivar a adesão ao SONAR, uma ferramenta automatizada que avalia a qualidade do código por meio de uma esteira (fluxo) DevOps (Desenvolvimento e Operações). Cada fábrica selecionou pelo menos um software para participar dessa iniciativa.

10. Aperfeiçoamento da Gestão da Justiça Criminal





10. Aperfeiçoamento da Gestão da Justiça Criminal

2ª Vice-Presidência

Abaixo estão descritas as principais atividades desenvolvidas por esta Segunda Vice-Presidência, incluindo os aspectos quantitativos, estatísticos e de efetividade, principalmente em relação às ações do Programa FAZENDO JUSTIÇA, gerido pelo CNJ.

Quando do início da gestão, foi montada uma secretaria física para o GMF, o que inexistia, com mobiliário apropriado e uniformizado, além de dez computadores modernos, com nomeação de chefia, assessoria e estagiários, incluindo em tal estrutura a agente do PNUD/CNJ e equipe multidisciplinar.

Em relação aos demais departamentos do órgão, já havia estrutura e diversos funcionários, sendo alguns admitidos e outros realocados, havendo ainda a nomeação/manutenção dos respectivos chefes de setor.

No concernente à ASCRI, foram recebidos 1.112 pedidos de recambiamento de presos. Além disso, foram movimentados 7.526 processos de recambiamento. Em relação à comunicação aos órgãos fracionários e juízos de 1^a instância, de decisões, de natureza criminal, de cunho liminar ou de mérito, que lhes sejam afetas, quando proferidas pelos Tribunais Superiores, a unidade recebeu 4.114 decisões no Biênio em comento, comunicando em um tempo médio de aproximadamente 1h30min. Importante ressaltar que o encaminhamento de Ofícios com informações solicitadas à Administração do Tribunal pelos Tribunais Superiores em ações e recursos judiciais de natureza criminal ocorre em um prazo de aproximadamente 2 dias. No biênio, foram elaborados 5.549 ofícios. No período, foram gerados 11.029 processos na unidade, concluídos 13.018 processos e movimentados 9.502 processos.

No atinente ao DEARE - Departamento de Exame de Admissibilidade Recursal, que engloba os serviços de autuação; processamento e de Comunicação Externa e Gestão, cujas competências estão expressas nos artigos 192/196 da Resolução TJ/OE 04, de 07 de fevereiro de 2023, foram movimentados diversos Recursos Especiais e Extraordinários.

Quanto às estatísticas do Serviço de Autuação, seguem os números no biênio 2023/2024:

Ano	2023	2024
Recurso Especial – Criminal	2817	3508
Agravado em Recurso Especial – Criminal	1663	2098
Recurso Extraordinário – Criminal	641	595
Agravado em Recurso Extraordinário – Criminal	260	293

Apesar do notório e substancial incremento no quantitativo de processos distribuídos à Segunda Vice-Presidência, o compromisso com a celeridade aliada à eficiência e à qualidade das decisões mantém-se inalterado. Tanto é assim, que o tempo médio para que sejam proferidas as decisões é de menos de 72 horas.

Não obstante o significativo aumento da demanda de 2023, o padrão de eficiência foi mantido em 2024, sempre de acordo com os ditames constitucionais, legais e jurisprudenciais vigentes.

No biênio de 2023/2024, foram autuados 11.875 recursos e contabilizadas 4.655 remessas aos Tribunais Superiores.

Durante o ano de 2024, com o intuito de aprimorar as atividades do Setor e a capacitação dos servidores e colaboradores, assim como para coordenar os fluxos de trabalho em benefício da eficiência do serviço, foram elaboradas as Rotinas Administrativas do Departamento e seus Serviços, cuja publicação se concretizou no mês de novembro.

No setor de distribuição, que engloba os serviços de Autuação e Distribuição de Feitos Urgentes; de Autuação e Distribuição de Feitos Ordinários e de Autuação e Distribuição de Feitos Extraordinários, com suas atribuições contidas nos artigos 187/191 da Resolução TJ/OE 04 de -7 de fevereiro de 2023, a contar da posse da Des. Suely Lopes Magalhães, no ano de 2023 foram distribuídos 35.594 recursos, atingindo no ano de 2024 o quantitativo de 39.776 recursos para as Câmaras Criminais.

No âmbito do Gabinete, foram totalizados 72 Atos Administrativos, ora em conjunto com outros órgãos da Alta Administração, ora isoladamente, dentre eles destacam-se os seguintes: Ato Executivo Conjunto TJ/CGJ/2VP 05/2023 Criação da Central de Higienização e Saneamento do BNMP; Ato Executivo 02/2023 Cria, no âmbito do GMF, quatro subgrupos de desenvolvimento temático , bem como o Ato Normativo Conjunto TJ/2VP nº 01/2024, regulamentando e uniformizando fluxo da expedição e cumprimento de alvarás de soltura pelos órgãos julgadores de Segundo Grau de Jurisdição.

O Serviço de Recurso Ordinário Constitucional iniciou a gestão do biênio 2023/2024 dando continuidade ao desenvolvido pela administração anterior e com a autuação dos novos requerimentos de recurso ordinário em Habeas Corpus e Mandados de Segurança (Criminal e Cível), que no decorrer da gestão passaram a ser da competência do Departamento de Autuação e Distribuição - DECRI, seguindo-se com o processamento devido.

Os recursos recebidos no biênio 2023/2024 restaram encaminhados ao e. Superior Tribunal de Justiça, e com a vinda das decisões através do Sistema Integrado da Atividade Judiciária – STJ, os processos foram remetidos as Câmaras de origem.

Com a atualização do Regimento Interno, que entrou em vigor em 09.03.2024, foram remetidos para a Terceira Vice-Presidência deste Tribunal todos os Recursos Ordinários de natureza cível constantes no acervo e aqueles que rotineiramente vêm sendo devolvidos pela Corte Superior, ressaltando o apoio desta administração aos servidores daquela Vice-Presidência quanto ao devido processamento.

Os Recursos Ordinários Constitucionais (ROC) de natureza criminal são processados no âmbito da Segunda Vice-Presidência, sendo os processos submetidos, quando necessário, ao Juiz Auxiliar designado para análise de minutas de decisões e despachos e posterior remessa ao Superior Tribunal de Justiça, conforme o quantitativo inserido no quadro abaixo, de acordo com as informações prestadas pelo serviço de informática deste TJERJ

Período: 06/02/2023 a 10/12/2024	
Remetidos para a 3ªVP	Feitos: 211
Remetidos para o STJ (biênio)	Feitos: 1650
Autuados	Feitos: 1716
Conclusão à 2ª VP	241

O Programa Fazendo Justiça, nasce de uma parceria do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), objetivando o enfrentamento da crise do sistema de privação de liberdade, por meio de articulação interinstitucional com o próprio Poder Judiciário, outros órgãos do Sistema de Justiça, do Poder Executivo e da Sociedade Civil. Junto à Segunda Vice-Presidência foram desenvolvidas as principais ações listadas abaixo no que diz respeito ao sistema prisional:

- Estruturação, organização e funcionamento do GMF nos moldes propostos pela Resolução 368/2021 do CNJ.
- Lançamento do Comitê Estadual Interinstitucional de Monitoramento da Política Antimanicomial no âmbito do Poder Judiciário (Ceimpa).
- Participação do GMF na mediação de painel no Encontro Nacional de Gestores de Leitura em Ambientes Prisionais, evento organizado pela Secretaria Nacional de Políticas Penais (Senappen) com apoio do Programa Fazendo Justiça.
- Instalação da Frente Parlamentar de Enfrentamento às Questões do Sistema Prisional, da Assembleia Legislativa do Estado (Alerj), com apoio do Grupo de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário (GMF).
- Representantes do GMF participaram presencialmente do ciclo de debates no Encontro Nacional dos Grupos de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário (GMFs), promovido pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ) em Brasília.
- Apresentação Política Nacional de Atenção às Pessoas Egressas do Sistema Prisional - representantes do GMF e do CNJ reuniram com representantes dos mu-

nícios, Deputados e Deputadas e órgãos públicos para debater a expansão e fortalecimento dos Escritórios Sociais no Estado.

- Inauguração dos Escritórios Sociais de Campos dos Goytacazes e Capital, em Bangu - os equipamentos integram a Política de Atenção a Pessoas Egressas do Sistema Prisional do CNJ, estabelecida pela Resolução Nº 307/2019. A expansão e qualificação desses serviços é trabalhada com o Programa Fazendo Justiça, coordenado pelo CNJ em parceria com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) e com apoio da Secretaria Nacional de Políticas Penais (Senappen).
- Manifestação de interesse assinadas pelos secretários dos municípios de Volta Redonda, Japeri, Itaboraí, Cabo Frio e Magé, encaminhadas ao GMF e CNJ para implantação de novos Escritórios Sociais.
- Diálogos iniciais para implantação de novos Escritórios Sociais com as Prefeituras do Rio de Janeiro (Escritório Social do Centro da Cidade), Macaé, Bom Jesus de Itabapoana, Miracema, São Gonçalo e Nilópolis.
- Monitoramento dos Escritórios Sociais de Maricá, Niterói, Campos dos Goytacazes e Capital, em Bangu, com foco no fortalecimento das ações e expansão da atuação e sustentabilidade dos Escritórios Sociais.
- Realizadas tratativas com Promotores do Ministério Público do Trabalho e com Juízes da Justiça Federal/TRF2 para alinhamento da parceria, e assinatura de convênio para implementação dos Escritórios Sociais.
- Missão teste de coleta biométrica na Central de Audiência de Custódia de Volta Redonda, com representantes do eixo 4/ Núcleo de Biometria e Documentação do Programa Fazendo Justiça.
- Apoio à SEAP na interlocução com a SENAPPEN, para destravar os convênios de contratação das equipes multidisciplinares para o fortalecimento da Central de Alternativa Penal, Monitoração Eletrônica e Atenção às Pessoas Egressas do Sistema Prisional, bem como apara a compra de viatura novas para o transporte de pessoas privadas de liberdade.
- Encontros formativos com equipes multidisciplinares dos serviços de atenção às pessoas custodiadas - APECS de Benfica no acompanhamento das atividades realizadas.
- Apoio ao CNJ no lançamento das duas publicações; Guia para a Estruturação da Política Judiciária de Atenção e Apoio às Vítimas e Cartilha para Vítimas de Crimes e Atos Infracionais, para fortalecer a Política Judiciária de Atenção às Vítimas de Crimes e Atos Infracionais.

Quanto ao sistema socioeducativo, seguem as principais ações realizadas em 2023:

- Disseminação dos Manuais do Programa Fazendo Justiça/ eixo Socioeducativo para os atores do Sistema de Garantia de Direitos.

- Divulgação dos Encontros Formativos para os representes do judiciário e executivo.
- Visita às unidades socioeducativas de internação e semiliberdade.
- Reuniões com o Mecanismo Estadual de Prevenção e Combate à Tortura (MEPCT).
- Reuniões com a Juíza titular da VEMSE da capital, com a pauta de elaboração do projeto piloto das Audiências Concentradas.
- Reuniões com a juíza titular da VIJ com pauta para implementação do fluxo do Núcleo de Atendimento Integrado
- Reuniões com gestores das unidades do DEGASE para participação em evento do CNJ de fomento à leitura (Caminhos Literários).
- Composição no GT do PNAISARI para discutir a política de saúde mental no Sistema Socioeducativo.
- Reuniões com a Secretaria Municipal de Assistência Social da capital do estado, com vistas a compreender as ações realizadas no âmbito do meio aberto;
- Celebrado acordo com o SENAC e DEGASE para cursos profissionalizantes aos adolescentes em cumprimento de MSE e seus familiares.

Em continuidade ao Programa Fazendo Justiça, no ano de 2024, foram realizadas pelo GMF/TJRJ as seguintes ações:

Sistema Penal

- Elaboração do relatório de gestão GMF 2023 e Plano de Trabalho de 2024.
- Manifestação de interesse assinada pelos representantes dos municípios de Duque de Caxias, Barra Mansa e Nova Iguaçu, encaminhadas ao GMF e CNJ para a implantação de novos Escritórios Sociais.
- Apoio a SEAP na interlocução com a SENAPPEN, para execução dos convênios de contratação das equipes multidisciplinares para o fortalecimento da Central de Alternativa Penal, Monitoração Eletrônica e Atenção às Pessoas Egressas do Sistema Prisional.
- Encontros formativos realizados com equipes multidisciplinares dos serviços de atenção às pessoas custodiadas - APECS de Benfica no acompanhamento das atividades realizadas.
- Inauguração do Escritório Social de Cabo Frio, o equipamento integra a Política de Atenção às Pessoas Egressas do Sistema Prisional do CNJ, estabelecida pela Resolução Nº 307/2019.
- Monitoramento dos Escritórios Sociais de Maricá, Niterói, Campos dos Goytacazes, Capital, em Bangu, e Cabo Frio com foco no fortalecimento das ações e expansão da atuação e sustentabilidade dos Escritórios Sociais.
- Reuniões bimestrais de acompanhamento das ações com equipes dos cinco Escritórios Sociais em funcionamento no Estado.

- Acompanhamento dos trâmites para assinatura do convênio entre TJRJ e Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social e Direitos Humanos, cessão de equipe multidisciplinar que atuará no GMF nos moldes propostos pela Resolução 368/2021 do CNJ.
- Participação nas reuniões do Comitê Estadual Interinstitucional de Monitoramento da Política Antimanicomial no âmbito do Poder Judiciário (Ceimpa).
- Participação do GMF TJRJ no Encontro Virtual de GMFs, divulgação da elaboração do Plano Nacional Pena Justa, evento organizado pelo DMF/CNJ e Secretaria Nacional de Políticas Penais (Senappen/MJSP) com apoio do Programa Fazendo Justiça.
- Participação do GMF TJRJ no 3º Encontro Nacional dos Grupos de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário e do Sistema de Execução das Medidas Socioeducativas (GMFs), em Porto Velho (RO), com magistrados de todo o Brasil para discutir a atuação e a importância desses grupos nos tribunais.
- Participação na Primeira reunião da Frente Parlamentar de Enfrentamento às Questões do Sistema Prisional, da Assembleia Legislativa do Estado (Alerj), com apoio do Grupo de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário (GMF).
- Participação no Evento de comemoração do aniversário de um ano do Escritório Social de Campos dos Goytacazes.
- Reunião com o Secretário de Assistência Social do Município do Rio de Janeiro, para tratativas de implantação de 03 Escritórios Sociais no município do Rio de Janeiro, com recursos federais da Secretaria Nacional de Políticas Penais do Ministério da Justiça e Segurança Pública.
- Acompanhamento dos Processos SEI: Inclusão da Defensoria Pública, SEAP e Justiça Federal/TRF2 para alinhamento da parceria e assinatura do convênio para implantação dos Escritórios Sociais do Estado do Rio de Janeiro.
- Assinatura do Termo de Adesão do TJRJ ao ACT entre o Conselho Nacional de Justiça e Ministério Público do Trabalho, ação nacional de fomento ao trabalho e renda para pessoas privadas de liberdade e egressas do sistema prisional.
- Realizada formação com equipe multidisciplinar contratada pela OSC CIEDS, selecionada através de chamamento público pela SEAP, para executar a metodologia de pré-egressos em três unidades prisionais de semiaberto. Convênio SEAP/SENAPPEN.
- Realização do Diagnóstico Local sobre a Política Antimanicomial, Resolução CNJ 487/2023. Foi realizada reunião do CEIMPA, restando deliberado que o estado do Rio de Janeiro pode continuar a se capacitar administrativamente para o cumprimento da Res. 487 do CNJ, mas os atos administrativos do TJERJ para fechamento da Central de Custódia como porta de entrada, bem como aqueles que estabeleceriam novos fluxogramas para as fases de conhecimento e execução devem ficar suspensos até decisão final do STF.

- Realização do Levantamento Nacional do CNJ sobre as Audiências de Custódia com os Juízes das CEACs do Interior e com a Coordenadora da CEAC da Capital, com o apoio do GMF.
- Construção do relatório sobre pessoas monitoradas eletronicamente e os escritórios sociais, em atendimento ao ofício encaminhado pelo Tribunal de Contas do Estado ao GMF, referente a pesquisa realizada no Estado sobre a Política de Monitoração Eletrônica.
- Inscrição da equipe multidisciplinar da VEPEMA no 1º Encontro Nacional para profissionais das Varas de Penas e Medidas Alternativas (VEPMAs) e Varas de Execução Penal (VEPs) das capitais.
- Acompanhamento do desenvolvimento do Projeto de Mobilização de Pré-egressos, convênio entre SEAP/CIEDS com financiamento da SENAPPEN, para execução da metodologia do programa Fazendo Justiça, nas unidades prisionais Plácido de Sá Carvalho e Esmeraldino Bandeira (Bangu), e Oscar Stevenson (Benfica). O projeto visa a identificação das pessoas pré-egressas pelo SEEU, atendimento individual, oficinas formativas em grupo, o mapeamento das necessidades e demandas da pessoa pré-egressa, visando a mobilização e encaminhamento para os Escritórios Sociais dos municípios onde residem e para rede de proteção social.
- Suporte técnico a missão do Núcleo de Identificação e Documentação (eixo 4) no fortalecimento da Ação Nacional de Identificação Civil e Emissão de Documentos para as Pessoas Privadas de Liberdade.
- Capacitação sobre o Banco Nacional de Medidas Penais e Prisões (BNMP 3.0) para servidores do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro (TJRJ). O treinamento presencial foi dividido em duas turmas, com 40 servidores cada. Os servidores foram convocados pela Presidência do TJRJ, em conjunto com a 2ª Vice-Presidência e a Corregedoria-Geral da Justiça.
- Acompanhamento do projeto Justiça Itinerante na unidade prisional feminina Talavera Bruce, com equipe do Núcleo de Identificação e Documentação, eixo 4 do programa Fazendo Justiça.
- Divulgação da 5a. Jornada de Leitura no Cárcere, parceria do programa Fazendo Justiça e o Observatório do Livro de São Paulo, apresentação das aplicações práticas da Resolução 391/2021 CNJ.
- Criação do Comitê Estadual de Políticas Penais do Rio de Janeiro (CEPP/RJ), nos termos da decisão proferida pelo Plenário do Supremo Tribunal Federal na ADPF nº 347.
- Participação no evento em comemoração de 1 ano do funcionamento do Escritório Social de Bangu /RJ.
- Suporte técnico para planejamento entre universidades e SEAP, para fortalecer o Serviço de Atenção à Pessoa Custodiada – APEC nas Audiências de Custódia.

- Integração das equipes da Vara de Pena e Medidas Alternativas - VEPEMA e Central de Integração de Alternativa Penal - CIAP/SEAP, treinamento nas metodologias de alternativa penal e capacitação remota CNJ Manual de Alternativas Penais.
- Participação do Diretor do GMF no Encontro Regionalizado, Política Nacional de Atenção às Pessoas Egressas do Sistema Prisional em Belo Horizonte/MG, promovido pela Secretaria Nacional de Políticas Penais do Ministério da Justiça e Segurança Pública.
- Realizada primeira reunião do Comitê Estadual de Políticas Penais, conforme orientação do CNJ em atenção ao Plano Nacional Pena Justa. O comitê será nos próximos anos o locus de governança das políticas penais no Estado do Rio de Janeiro. Compõe o CEPP RJ, 25 instituições e 55 membros.

Socioeducativo

- Reuniões com o Mecanismo Estadual de Prevenção e Combate à Tortura (MEPCT);
- Reunião com CAPSi (Centro de Atenção Psicossocial Infanto-juvenil) para pactuar participação nas audiências concentradas;
- Reuniões com a VEMSE da capital, a Defensoria Pública do estado, com o CAO Infância/MPRJ e promotores de execução de medidas socioeducativas para tratar do fluxo das audiências concentradas;
- Criação de esboço para realização das audiências concentradas na capital;
- Elaboração de minuta de Portaria implementando as Audiências Concentradas no estado do RJ e discussão com o coordenador do subgrupo do socioeducativo no GMF para próximos andamentos. A minuta foi enviada para todos os juízes do estado pelo GMF e reunião do subgrupo do Socioeducativo, com participação dos magistrados com competência infracional do estado do Rio de Janeiro em Dezembro/2024, para alinhamento da redação final da Portaria;
- Reuniões com a juíza titular da VIJ com pauta para implementação do fluxo do Núcleo de Atendimento Integrado (NAI);
- Reunião com Comissariado da VIJ – Capital para levantamento de informações acerca do fluxo inicial de atendimento na capital, com intuito de compreender a situação atual e avanços;
- Reunião com Polícia Civil, DEGASE, SGC/TJRJ e MPRJ para tratar de fluxo de atendimento durante os plantões judiciários;
- Implementação do Comitê Gestor Interinstitucional do NAI, com início das reuniões para definição do fluxo do atendimento inicial e visita à obra;
- Construção do fluxo de atendimento inicial para a capital;
- Elaboração de minuta do Termo de Cooperação Técnica do fluxo interinstitucional do NAI para a capital;
- Inauguração do NAI, em dezembro de 2024;

- Reunião do GMF com o eixo do Socioeducativo para discutir violência institucional no sistema socioeducativo do estado;
- Reunião com Programa Fazendo Justiça sobre o tema, que demonstrou interesse em contribuir com minuta de fluxo de prevenção e combate à tortura no RJ;
- Reunião com o juiz auxiliar da VEMSE da capital para discutir o tema e o fluxo;
- Construção de minuta de fluxo de prevenção e combate à tortura no sistema socioeducativo do estado do Rio de Janeiro, validado pelo CEDEDCA/Defensoria Pública e pela 2ª Promotoria de Tutela Coletiva da capital/Ministério Público, com despacho ao GMF para andamento dos próximos passos;
- Elaboração de resumo dos manuais do CNIUPS meio aberto e de Aviso nº 008/2024 da 2VP para informar os magistrados da obrigatoriedade de inserir as inspeções em meio aberto, a partir de 2024, no CNIUPS do CNJ semestralmente;
- Diálogo com as comarcas do estado para acompanhamento das inspeções realizadas, em meio fechado e aberto, ao longo de 2024;
- Reuniões com gestores das unidades do DEGASE para participação no evento do Fazendo Justiça Caminhos Literários, de Fomento à Cultura, com articulação para participação de unidades do Estado do RJ e apoio operacional e logístico para tal, bem como acompanhamento do evento;
- Disseminação do Relatório da Conferência de Cultura no Socioeducativo, elaborado pelo CNJ/PNUD, no âmbito do Programa Fazendo Justiça, ao DEGASE.
- Reuniões com a Coordenação de Educação, Cultura, Esporte e Lazer do DEGASE para discutir e fomentar ações de cultura e aprendizagem e conhecer os projetos que vêm sendo executado pelo DEGASE, inclusive o projeto de musicalização em parceria do DEGASE, TJRJ, PUC-Rio e Escola de Música do Santuário do Cristo Redentor.
- Reuniões com equipe da Central de Regulação de Vagas (CRV);
- Levantamento de informações solicitadas pelo CNJ para compor o relatório da Central de Vagas, com dados nacionais, de 2024 (dados de 2023);
- Articulação com CRV para envio em tempo real de dados do sistema socioeducativo para todos os atores do Sistema de Garantia de Direitos competentes para tal;
- Disseminação do Relatório da Central de Regulação de Vagas, de 2023, elaborado pelo CNJ/PNUD, no âmbito do Programa Fazendo Justiça, à CRV/RJ.
- Elaboração de Manual com fluxo estadual detalhado para envio aos magistrados do estado, como forma de qualificar o atendimento da CRV, em fase de finalização;
- Reunião com a Secretaria Estadual de Saúde do Rio de Janeiro para diálogo sobre a PNAISARI (Política Nacional de Atenção Integral à Saúde de Adolescentes em Conflito com a Lei);
- Acompanhamento no GT da PNAISARI, presidido pela SES, para discutir a política de saúde mental no Sistema Socioeducativo;

- Levantamento de informações acerca do fluxo de documentação civil no sistema socioeducativo em conjunto com a dra. Raquel Chrispino;
- Participação mensal no GT do SIIAD (Sistema de Identificação e Informação de Adolescentes) do DEGASE, coordenado pela Juíza Dra. Raquel Chrispino e pela Promotora Dra. Janaína Pagan, e acompanhamento dos avanços no que concerne à certificação dos adolescentes e ciclo documental no estado do RJ;
- Reunião com coordenadora da ONG Transparência Eleitoral para apresentação de propostas da ONG para fluxos, emissão de título de eleitor e ações de cidadania no sistema socioeducativo estadual.
- Articulação com o GT SIIAD e a equipe do Fazendo Justiça responsável pela pauta (NID), a pedido da dra. Raquel Chrispino, para discussão e fortalecimento do ciclo documental no sistema socioeducativo e reunião com TRE sobre ações de educação e formação cidadã nas unidades de meio fechado;
- Reunião com MPT para pensar programas de aprendizagem para adolescentes do socioeducativo na modalidade Jovem Aprendiz;
- Reunião com DEGASE para tratar levantar informações acerca dos programas de aprendizagem que vêm sendo ofertados;
- Reunião com coordenação do Programa Justiça pelos Jovens, do TJRJ e outros programas de aprendizagem do âmbito do Poder Judiciário do Rio de Janeiro;
- Reunião com a Secretaria Municipal de Assistência Social para tratar do Projeto Passo a Passo, de elaboração do Dr. Sérgio Luiz Ribeiro.
- Reunião com o CAO Infância para apresentação de dados do Projeto Trajetórias, parceria do MP com o TJRJ, para levantamento e análise do perfil socioeducativo do estado do Rio de Janeiro e tratativas para continuação do Projeto no âmbito do convênio entre TJRJ e MPRJ;
- Reunião com CAO Infância e DGTEC/TJRJ para atualização na Folha de Antecedentes Infracionais (FAI).
- Participação no Fórum Sobre Segurança, Desenvolvimento Humano e Coesão Social, evento internacional organizado pelo Comitê Permanente da América Latina para a Prevenção do Crime (COPLAD), Programa do Instituto Latino-Americanas das Nações Unidas para a Prevenção do Crime e o Tratamento do Delinquente (ILANUD) com Sede em San José, Costa Rica. Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro e Escola da Magistratura do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro (EMERJ).
- Acompanhamento do Encontro dos GMFs realizado em Porto Velho/RO.
- Participação em reunião realizada pelo DMF sobre implementação da Plataforma Socioeducativa (PSE) no estado do RJ e aguardando informações sobre próximas etapas.
- Apoio aos serviços socioeducativos;

- Disseminação do Manual sobre o Plano Individual de Atendimento (PIA) entre os atores competentes;
- Atualização de site do GMF/TJRJ com notícias sobre ações socioeducativas.

Vale destacar que o eixo socioeducativo integra o Programa Fazendo Justiça do CNJ e é de responsabilidade do GMF, subordinado à Segunda Vice-Presidência, tendo merecido especial atenção.

Com efeito, foram realizadas articulações interinstitucionais junto aos Poderes Executivos Municipal da Capital e Estadual, o que resultou, no âmbito do Município do Rio de Janeiro, a liberação de recursos financeiros para a retomada do programa “passo a passo”, que visa a fiscalização do cumprimento da MSE de liberdade assistida, inclusive já com edital publicado; na esfera do Estado tivemos a aprovação de cursos de capacitação para a adolescentes em conflito com a lei e submetidos à internação e semiliberdade, inclusive com a participação do SENAC.

O Programa pretende capacitar os jovens em medidas socioeducativas de internação e internação provisória, visando o mercado de trabalho com o foco na empregabilidade e a geração de renda e uma reflexão sobre a importância do trabalho na melhoria da qualidade de vida da população.

O GMF se destaca pela importante atuação na execução de políticas judiciárias destinadas aos sistemas prisional e socioeducativo, visando diagnosticar e programar melhorias, promover medidas para erradicar o tratamento degradante e tornar efetiva a aplicação de medidas alternativas, seguindo as diretrizes do CNJ.

Entre suas principais atribuições, estão o planejamento e execução de atividades voltadas para diagnosticar e implementar melhorias no sistema prisional do Estado, visando promover medidas para erradicar o tratamento degradante e tornar efetivas a ressocialização e a aplicação de medidas alternativas, dentre outras. Ademais, as atribuições atinentes às medidas socioeducativas no Estado do Rio de Janeiro também fazem parte de suas atividades.

Sendo assim, em primeiro lugar cumpre informar que os membros e colaboradores do GMF foram nomeados pela Portaria 976/2023 de 14/02/2023, complementada pela Portaria 2066/2023, de 23/05/2023

Paralelamente, registra-se que foi publicado o Ato Executivo 2VP 02/2023 , de 28/06/2023, que criou os quatro Subgrupos de Desenvolvimento Temático da Segunda Vice-Presidência, cada qual sob a coordenação de um dos juízes (as) membros(as) ou colaboradores(as) do GMF, objetivando simplificar a gestão e os atos de governança, sendo que cada magistrado(a) coordenador(a) passou a ter total autonomia para decidir e solucionar, no âmbito de suas atribuições, todas as demandas que não necessitassem, sob o critério de cada um, de deliberação do Colegiado.

Desta maneira, objetivando cumprir as metas e programas do CNJ, no Fazendo Justiça, e ainda solucionar as demandas afetas à competência do GMF, foram realizadas diversas reuniões do Grupo durante o biênio.

O TJRJ também esteve presente no encontro anual do DMF, na sede do CNJ, nos dias 13 e 14 de julho de 2023, sendo representado pelo Exmo. Juiz André Ricardo De Franciscis Ramos, Auxiliar da Segunda Vice-Presidência, e pelo Dr. Roberto Martins Soares, Diretor do GMF/RJ, onde foram tratados diversos temas ligados à execução penal e sistema socioeducativo.

Outra atividade constante foi a fiscalização dos estabelecimentos carcerários da SEAP/RJ, em complementação àquelas já feitas pela VEP, na forma da Resolução 47, do CNJ. Em conformidade com a resolução 04/2023, expedida pelo Egrégio Órgão Especial do TJRJ, foi determinada a realização de inspeção nos estabelecimentos prisionais do Estado do Rio de Janeiro no ano de 2023.

Designou-se para a realização dos trabalhos de inspeção o Magistrado André Ricardo De Franciscis Ramos, Juiz Auxiliar da 2ª Vice-Presidência, e o Doutor Roberto Martins Soares, Diretor do GMF, ambos integrantes do GMF.

As entrevistas com a direção de cada unidade prisional e demais funcionários dos estabelecimentos de privação de liberdade possibilitaram o acúmulo de informações, tanto por meio da resposta aos questionários padronizados, quanto das respostas obtidas pelos questionamentos efetivados. Também resultou exitosa a entrega dos documentos solicitados, que foram fornecidos, em sua maioria, impressos ou por meio eletrônico no momento da visita. Os trabalhos transcorreram dentro da normalidade, utilizando-se a metodologia de diálogo com os gestores e equipe de unidades, preenchimento de formulários encaminhados previamente as unidades, visita as alas e diálogo com os presos, com registros fotográficos e anotações.

Visando cumprir a finalidade, as vistorias resultaram em recomendações e providências, com o objetivo de contribuir para a melhoria da prestação do serviço prisional no Estado do Rio de Janeiro.

Com efeito, o caráter presencial permitiu o contato direto com celas, pavilhões e pátios, facilitando a constatação de problemas como, por exemplo, superlotação de celas, a eventual não observância das normativas ligadas à remição de pena pelo trabalho/estudo/leitura, irregularidades na distribuição de água, alimentação, uniformes e energia elétrica, enfermidades não tratadas e degradação das Unidades Prisionais vistoriadas.

Mediante o exposto, o GMF/TJRJ solicitou à Secretaria de Administração Penitenciária as seguintes providências emergenciais: entrega de colchões; produtos de higiene pessoal; colheres e copos a cada custodiado; assegurar a assistência social aos custodiados; assegurar a assistência à saúde e a imediata retomada das medições prescritas com o atendimento aos casos graves de saúde; levantamento do número de presos, portadores de moléstias graves, para avaliação da possibilidade de concessão de prisão domiciliar humanitária.

Houve, ainda, a Inspeção nas Unidades Penitenciárias do Estado do Rio de Janeiro, para mapeamento das Pessoas LGBTQIA+ Privadas de Liberdade – PROCESSO SEI Nº 2023-06042689

Com o objetivo de facilitar a implementação das diretrizes e procedimentos estabelecidos pela Resolução CNJ 348/2020, para garantia de direitos das pessoas acusadas, réis, condenadas, privadas de liberdade pertencente à população LGBTQIA+, no sistema de justiça carioca, o procedimento, em epígrafe, produzido por este Grupo de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário e Medidas Socioeducativas - GMF, acompanha a situação prisional das pessoas autodeclaradas com aquela orientação sexual.

O GMF sediou ainda a instalação de Frente Parlamentar de Enfrentamento às Questões Prisionais. No dia 05 de outubro de 2023, integrantes do Judiciário, do Legislativo e do Estado em um relevante encontro no Tribunal de Justiça do Rio.

Foi instalada a Frente Parlamentar de Enfrentamento às Questões do Sistema Prisional, da Assembleia Legislativa do Estado (ALERJ), com a presença da 2ª vice-presidente do TJRJ e supervisora do Grupo de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário (GMF), Desembargadora Suely Lopes Magalhães.

A criação da frente foi articulada pelo GMF com o escopo de permitir a continuidade das políticas públicas implantadas no âmbito do sistema prisional do Estado do Rio de Janeiro.

Vale destacar que uma das iniciativas da Frente Parlamentar será a criação de uma lei específica que fomente a implantação e a sustentabilidade dos escritórios sociais, bem como a sua expansão no âmbito do Estado do Rio de Janeiro.

Passamos aqui, a abordar a higienização do BNMP2.0.

O CNJ, em março de 2023, informou que iria disponibilizar, em breve, o Banco Nacional de Mandados de Prisão versão 3.0, em cumprimento aos termos da Resolução do CNJ nº 417/2024 e que, para tanto, os dados constantes do BNMP 2.0, em uso, à época, teriam que ser higienizados pois a partir da implantação da nova versão seria obrigatório o uso do referido sistema para a geração, tramitação, cumprimento, consulta e armazenamento das ordem judiciais impositivas de medidas cautelares e protetivas de urgência, as penas alternativas e de privação de liberdade de pessoais naturais, bem como o registro da realização das audiências de custódias.

Por tal motivo, o TJRJ, através desta Segunda Vice-Presidência, com o apoio da Eg. Presidência e da Eg. Corregedoria-Geral de Justiça, formou um GEAP de Higienização dos Dados do BNMP 2.0, que se iniciou ainda na primeira quinzena do mês de março e findou em abril de 2024, com 100% de saneamento dos dados constantes no BNMP, visando a melhor adequação dos sistemas e integração com os demais, viabilizando a adaptação e o desenvolvimento tempestivo de funcionalidades adequadas ao bom desempenho das aplicações. Foram higienizados mais de 35.000 registros inexatos. O número de servidores consolidado alcançou o total de 47 participando do referido GEAP-C, inicialmente de maneira presencial e posteriormente de forma remota.

O BNMP 2.0, no dia do início do GEAP-C, ou seja, 16/03/2023, possuía quase oi-

tenta mil registros de pessoas presas, contrastando com os cerca de quarenta e três mil e quinhentos internos efetivamente encarcerados na SEAP.

Era esta, portanto, a missão a ser cumprida, ou seja, o saneamento de cerca de trinta e sete mil registros de mandados de prisão que não mais deveriam existir no BNMP 2.0, incluindo-se também a necessidade de eventual unificação de RJIs e expedição de guias de recolhimento (cartas de execução de sentença) dentro do ambiente do BNMP 2.0, saneando-se também um número de presos que ainda constavam como provisórios, isto sem se falar no levantamento dos óbitos, que deveriam ser sanados com a certidão de extinção de punibilidade por morte.

Paralelamente, ainda devem ser higienizados atualmente cerca de 970 mandados de prisão em contingência e a verificação de um total aproximado de dez mil e quatrocentos mandados de prisão no BNMP2.0 que constam como pendentes de cumprimento e outras peças pendentes de assinaturas.

Foi feita uma listagem com todos os registros a serem saneados, a SGTEC realizou treinamento online com os servidores e, dentro da referida listagem, cada servidor teve seu nome atrelado inicialmente a setecentos registros que deveriam ser verificados.

Para a atividade de saneamento há necessidade de acesso a sete sistemas, a saber: SIPEN; SEI; SEEU; BNMP 2.0; DCP; EJUD e PJE.

Como se podia ver da planilha então enviada pelo CNJ, a qual recebia atualizações diárias, existiam registros de presos provisórios há mais de quatro anos, três anos, dois anos, um ano, seis meses e três meses, além de também podermos encontrar os registros a serem saneados por unidades judiciárias. Por orientação do CNJ e da Egrégia CGJ, o trabalho inicial teve por foco os presos provisórios há mais de quatro anos, que contavam com total de vinte e oito mil, quinhentos e sessenta e quatro registros.

Sendo assim, e sempre visando aumentar a velocidade do saneamento, foram publicados, além do Ato Executivo Conjunto TJ/CGJ/2VP nº 05/2023, que criou a Central de Higienização, foram publicados dois outros, a saber: 08/2023 e 10/2023, sendo que ambos otimizaram a atividade de saneamento. Também houve autorização do aumento do efetivo do GEAP-C para os 47 servidores hoje em atividade.

Em 2023 atingimos o total de 47.652 presos no BNMP.

Foi realizada reunião com a SEAP e concluiu-se que a SEAP tem 43.017 presos, porque o BNMP somente entende como preso quem está efetivamente encarcerado em uma unidade prisional, ficando de fora deste efetivo os presos em semiaberto harmonizado e prisão albergue domiciliar.

Sendo assim, obtivemos uma relação de cerca de 2.805 apenados fora de unidade. Partindo-se da premissa de que serão mais 2.805 alvarás, o número a ser alcançado no BNMP, sem contar as novas prisões, será de cerca de 44.953. Dividindo-se este total pelos 43.017 encarcerados teremos uma convergência de 104,5%, ou seja apenas 1,5% acima da margem aceita pelo CNJ.

Consultando o painel de BI do CNJ em 14/05/2024, foram encontrados 44.045 presos no BNMP 2.0 e 44.008 presos efetivos na SEAP, tendo uma taxa de convergência de 100,02%. Logo, a diferença para os 100% giravam em torno de 37 presos, ou seja, 37 mandados de prisão pendentes de cumprimento no BNMP que foram dados como cumpridos, tarefa esta que foi exemplarmente executada e gerida pela Corregedoria Geral de Justiça deste Tribunal e seu GEAP de 25 servidores, dando efetividade às determinações do STF na ADPF 635.

Foram disponibilizados material didático digital e videoaulas de capacitação para Magistrados e Servidores e em 13 de agosto de 2024 a nova versão foi implantada e disponibilizada para todos os Tribunais do país, sendo certo que, no final do referido mês (dias 29 e 30/08/2024), uma equipe de Juízes e Servidores do CNJ esteve no TJRJ, onde capacitou 80 servidores escolhidos em várias regiões do Rio de Janeiro, para que fossem replicadores de conhecimento.

No biênio 2023/2024, o GMF/RJ realizou 59 (cinquenta e oito) reuniões, sendo 33 (trinta e três) reuniões realizadas no ano de 2023 e 26 (vinte e seis) reuniões no ano de 2024, tendo sido, ainda, registrados 259 SEIs, gerando 1.943 movimentações para o impulsionamento das demandas.

Desenvolvimento Temático do eixo Identificação Civil no Sistema Penal

O Subgrupo de Desenvolvimento Temático do eixo Identificação Civil no Sistema Penal, criado pelo Ato Executivo 2/2023 da 2^a Vice-Presidência, cuja atuação está vinculada ao Eixo Cidadania do Programa Fazendo Justiça do CNJ, realizou seis reuniões no ano de 2023. Participaram das reuniões representantes da Polícia Civil, incluindo Tecnologia da Informação e Diretoria do Instituto Felix Pacheco, representantes da Diretoria de Identificação Civil do Detran, da Defensoria Pública, do Ministério Público e da Secretaria de Administração Penitenciária, incluindo Superintendente de Tratamento e Coordenador da Classificação, além do diretor da Unidade Prisional Frederico Marques.

O trabalho do subgrupo aborda quatro frentes diversas, a saber: procedimento de verificação de identidade junto à Polícia Civil diante do grande percentual de pessoas presas em flagrante que chegam a audiência de custódia sem confirmação de identidade; identificação junto à audiência de custódia e providências que devem ser fomentadas para que o procedimento judicial seja instruído com as informações corretas da pessoa presa, além do acompanhamento do Convênio entre o TSE e RJ e o mapeamento do Fluxo de Atendimento de Identificação na Custódia (Benfica); cadastramento e identificação do passivo, pois cerca de 6% da população carcerária não tem identificação civil no Estado do Rio de Janeiro, o que muito dificulta a emissão de documentação civil básica para estes internos; e acesso aos documentos básicos, inclusive CPF, pelas pessoas privadas de liberdade até a porta de saída, com levantamento psicossocial das pessoas privadas de liberdade com RG Criminal e sem visitas cadastradas, por serem as pessoas mais vulneráveis e que devem ter

prioridade no atendimento.

No ano de 2024, foram realizadas 10 reuniões, tendo participado das reuniões representantes da Polícia Civil, incluindo Tecnologia da Informação e Diretoria do Instituto Felix Pacheco, representantes da Diretoria de Identificação Civil do Detran, da Defensoria Pública, do Ministério Público e da Secretaria de Administração Penitenciária, incluindo Superintendente de Tratamento e Coordenador da Classificação, além do diretor da Unidade Prisional Frederico Marques. Representantes do Programa Fazendo Justiça do CNJ acompanham as reuniões. Vale destacar, ainda, a presença de representantes da Receita Federal, em duas das reuniões.

O trabalho do subgrupo aborda quatro frentes diversas, a seguir descritas:

A primeira diz respeito ao Procedimento de Verificação de Identidade junto à Polícia Civil diante do grande percentual de pessoas presas em flagrante que chegam à audiência de custódia sem confirmação de identidade, estando no mês de janeiro em 9,03%, sendo reduzido para 6,52% no mês de novembro de 2024.

A segunda frente de trabalho diz respeito a identificação junto à Audiência de Custódia e providências que devem ser fomentadas para que o procedimento judicial seja instruído com as informações corretas da pessoa presa, além do acompanhamento do Convênio entre o TSE e RJ e o mapeamento do Fluxo de Atendimento de Identificação na Custódia (Benfica).

A terceira frente diz respeito ao Cadastramento e identificação do passivo, pois, no mês de fevereiro de 2024 havia 5,71% de pessoas privadas de liberdade sem identificação civil no Estado do Rio de Janeiro, tendo tal percentual diminuído para 5,11% (total de 2.323 pessoas) o que muito dificulta a emissão de documentação civil básica para estes internos.

A quarta frente refere-se ao acesso aos documentos básicos, inclusive CPF, pelas pessoas privadas de liberdade até a porta de saída, com levantamento psicossocial das pessoas privadas de liberdade com RG Criminal e sem visitas cadastradas, por serem as pessoas mais vulneráveis e que devem ter prioridade no atendimento. Com relação ao CPF, foi feito intenso trabalho para o cruzamento das bases de dados da Receita Federal e do Detran (Sipen) aumentando a cobertura de pessoas privadas de liberdade com CPF de 19 mil para 35.811 no mês de dezembro de 2024. Importante, frisar que, a partir de uma articulação feita no grupo de trabalho do GMF, os relatórios do Detran passaram a explicitar o número de presos com CPF e com Carteira de Identidade Nacional.

Alternativas Penais

A VEPEMA verificou que as Penas de Multa pagas espontaneamente pelos apenados estão sendo recolhidas para o Fundo Penitenciário Federal e não para o Fundo Penitenciário do Estado do Rio de Janeiro - FUESP, criado pela Lei Estadual nº 1.125/1987,

o que implica numa evasão de receitas para a SEAP, a qual encontra-se carente de recursos.

Assim, em atuação conjunta com a Promotoria de Justiça de Tutela Coletiva do Sistema Prisional e Direitos Humanos, buscou-se contato com a Secretaria de Administração (SGAPADM) e a Secretaria de Fazenda do Estado (SEFAZ) para a criação de um fluxo, com código de depósito, para a emissão de guias de pagamento diretamente pelo site da Fazenda Estadual, com o propósito de facilitar a emissão de guias de pagamento das penas de multa pelos Cartórios Judiciais e pelos apenados e seus advogados.

Atualmente, o pedido de criação de código para a emissão de guias de pagamento encontra-se na SEFAZ.

Quanto ao cumprimento da Resolução CNJ 487/2023, que trata da Política Antimanicomial para a Desinstitucionalização de Pessoas com Distúrbios Mentais em Conflito com a Lei Penal, esta encontra-se em andamento, conforme diagnóstico e plano de implementação enviados ao CNJ (SEI nº 2023-06044576).

Após solicitação da SEAP, diligenciou-se junto à Secretaria Geral de Contratos e Licitações do TJ (SGCOL) para dar impulso a Termo de Acordo de Cooperação Técnica entre TJ/RJ, MP/RJ, DP/RJ, SEAP e SENAPPEN, que tem como finalidade o desenvolvimento de ações conjuntas para o acompanhamento e avaliação de políticas penais no Estado, conforme procedimento SEI nº 2019-0604780, que aguarda manifestação da SENAPPEN ao Plano de Trabalho e à minuta de Termo para a sua assinatura e formalização.

Vale destacar, quanto à VEPEMA, que, devido a uma nova linha de gestão e aos esforços dos funcionários, o acevo cartorário foi reduzido de fevereiro para outubro de 2023 de cerca de 8.500 feitos para cerca de 6.300, como também que os mais de 2.000 processos paralisados há mais de 100 dias, em início de maio de 2023, foram saneados e, atualmente, o número de feitos paralisados há mais de 100 dias é zero.

Além disso, objetivando melhorar e ampliar as alternativas para o cumprimento de condições do Livramento Condicional e da Pena Alternativa de Limitação de Final de Semana, com maior oferta de palestras e de oficinas de trabalho para as pessoas apenadas.

Por iniciativa do GMF, buscou-se parceria com a ALERJ e a SEAP para a obtenção de financiamento de reformas nos Patronatos do Centro e de Campo Grande, no município do Rio de Janeiro, e de Campos de Goytacazes, projeto que se encontra em andamento.

Os serventuários e a equipe técnica da VEPEMA participam rotineiramente dos Cursos de Qualificação e Capacitação promovidos pelo CNJ, pela ESAJ e pela

SENAPPEN.

Ao longo do ano de 2024, foram realizadas diversas reuniões abordando, resumidamente, os seguintes assuntos:

- Reforma do Patronatos já existentes, estando, ainda, em andamento a instalação do Patronato no município de Cabo Frio, que já tem sede própria para tanto.
- Captações finalizadas: Associação Franciscana de Solidariedade – SEFRAS; Casa de Apoio Feminino Por Amor; Nôiz Projeto Social; CEAC (Instituto de Desenvolvimento Social Lauir Machado); Associação de Assistência e Educação Ágape
- Renovações finalizadas: Associação Jesus de Nazaré; Lar Maria de Lourdes; Casa Espírita Eurípides Barsanufo; Abrigo Santa Luzia; Instituto do Direito Coletivo – IDC

A equipe Técnica da VEPEMA realizou diversas reuniões com a Equipe do Núcleo Permanente de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos (Nupemec) para que fossem ministradas palestras e/ou cursos aos apenados, que serão computadas como horas para o cumprimento de penas restritivas de direitos, providência que já está sendo implementada.

Após solicitação da SEAP, foram envidados esforços junto à Secretaria Geral de Contratos e Licitações do TJ (SGCOL) para dar impulso a Termo de Acordo de Cooperação Técnica entre TJ/RJ, MP/RJ, DP/RJ, SEAP e SENAPPEN, que tem como finalidade o desenvolvimento de ações conjuntas para o acompanhamento e avaliação de políticas penais no Estado, cujo andamento se deu por meio do procedimento SEI nº 2019-0604780, e teve a assinatura autorizada pelo Exmo. Presidente do TJ/RJ em dezembro de 2024.

Está em fase de implementação, como resultado de reuniões feitas com a SEAP, o aproveitamento dos profissionais do Patronato, especializados nas áreas de Psicologia, Assistência Social e Direito para dar auxílio ao atendimento pela Equipe Técnica da VEPEMA.

Por fim, está em andamento entendimentos com a Direção eleita para a EMERJ, realização de Curso de Capacitação de Juízes, com intuito de implementação da Política Antimanicomial no ano de 2025.

GT Central de Custódia

O GT - Central de Custódia foi instituído a partir da edição do Ato Executivo 2^aVP nº 2/2023, publicado em 28/06/2023, sendo a Juíza Simone Rolim a Coordenadora da Central de Custódia Antônio Jayme Boente - Capital e integrado pelo Juiz Samuel de Lemos Pereira, em exercício na Central de Custódia de Campos dos Goytacazes e Marco Aurélio da Silva Adania em exercício na Central de Custódia de Volta Redonda e pelo Sr. Roberto Martins Soares, Diretor do GMF.

O GT-Central de Custódia foi criado com o escopo viabilizar a troca de informações

e experiências entre as três Centrais de Custódia do Estado, de forma a mapear problemas e dar tratamento uniformizado as soluções.

Em 2023, foram realizadas quatro reuniões do GT – Central de Custódia, tendo sido examinados temas diversos acerca das rotinas de trabalho implementadas nas centrais de custódia, dentre eles a possibilidade do reconhecimento da prescrição pelo Juiz, no momento da realização da audiência de custódia, em hipóteses de cumprimento de mandado de prisão e o fluxo a ser adotado quando o custodiado é encaminhado para central de custódia distinta daquela para a qual foi distribuído o procedimento.

No âmbito do GMF foram tratados alguns temas relevantes como o fluxo para a realização da identificação civil na porta de entrada do sistema, nas Centrais de Custódia do Estado; a necessidade da Polícia Civil determinar que os peritos juntem aos autos, no prazo máximo de vinte e quatro horas, os laudos referentes aos custodiados submetidos ao exame de corpo de delito; a necessidade de que a Polícia Civil distribua tempestivamente os procedimentos de cumprimento de mandado de prisão, de forma a possibilitar a realização da audiência de custódia no prazo legal.

Foram também tratados no GMF temas como o acesso dos Defensores Públicos, que atuam nas Centrais de Custódia, a processos sigilosos, distribuídos no sistema PJE de forma a viabilizar a realização das audiências de custódia.

Restou, ainda, levado ao GMF pleito de definição de uma rotina para inclusão no “Kit Obrigatório” de documentos apresentados pela Polícia Civil à SEAP a informação acerca do número CNJ de distribuição do procedimento de forma a evitar que a pessoa presa ingresse no sistema sem a devida comunicação da prisão à Central de Custódia.

No âmbito do GMF, foi solicitado que fosse definido um e-mail exclusivo para comunicação entre as Centrais de Custódia e a Polícia Civil, no intuito de viabilizar a comunicação rápida e eficaz, em especial, nos casos em que a pessoa presa ingressa no sistema sem que a comunicação da prisão tenha sido realizada à Central de Custódia, o que acaba por provocar atraso na realização da audiência no prazo legal.

O GMF disponibilizou uma estagiária que se dedica, de forma exclusiva, à análise das estatísticas das Centrais de Custódia, no intuito de monitorar, dentre outros aspectos, os relatos de tortura ou mal tratos trazidos pelos custodiados e os encaminhamentos de tais relatos para apuração pelos órgãos competentes, quais sejam Ministério Público e Corregedorias.

Registre-se, ainda, a existência do Observatório Criminológico, na porta de entrada do Sistema Penal, no Presídio Frederico Marques, que é uma iniciativa da Segunda Vice-Presidência, com o apoio incondicional da Presidência em parceria com o DETRAN, a SEAP, o Estado e o Município do RJ.

No curso do ano de 2024 a interação do grupo de trabalho se deu através de contatos realizados, em grupo formado no aplicativo de mensagens WhatsApp, no intuito de uniformizar a atuação das três centrais de custódia do Rio de Janeiro, em relação à diversos aspectos de cunho jurisdicional e questões envolvendo os desafios logísticos enfrentados no dia a dia.

A implementação do BNMP 3.0 - Banco Nacional de Medidas Penais e Prisões no Estado do Rio de Janeiro, em 13 de agosto do corrente ano, representou um grande desafio para aqueles que atuam nas centrais de custódia, na medida em demandou alterações significativas nas rotinas das centrais, tendo sido realizadas algumas reuniões para definir os novos fluxos de trabalho e buscar solucionar as dúvidas surgidas a partir da utilização no novo sistema.

O GT – Central de Custódia atuou no intuito de reduzir o impacto de eventos adversos, tais como a necessidade de paradas programadas nos sistemas informatizados utilizados pelo TJRJ e outros, no funcionamento das Centrais de Custódia.

No âmbito do GMF foram tratados alguns temas relevantes, em especial, a implantação da Política Antimanicomial, Resolução CNJ nº 487/2023, nas Centrais de Custódia do Estado, porta de entrada do sistema prisional.

Por derradeiro, vale acrescentar que os Juízes da Central de Custódia realizaram 06 (seis) reuniões no curso do ano de 2024, nos dias 10/01/2024, 07/02/2024, 14/03/2024, 17/04/2024, 13/08/2024 e 25/10/2024, de forma híbrida, tendo sido examinados temas diversos acerca das rotinas de trabalho implementadas nas centrais.

11. Enfrentamento da Corrupção e da Improbidade Administrativa





11. Enfrentamento da Corrupção e da Improbidade Administrativa

O TJRJ participa do Programa Nacional de Combate à Corrupção desde o ano de 2021. O PNPC, coordenado pela Rede de Controle dos Estados e voltado aos gestores de todas as esferas de governo e poderes, tem por objetivo proporcionar diagnóstico de pontos vulneráveis e sugerir ações (roteiro de atuação) que se adotadas poderiam, em tese, diminuir a fragilidade e melhorar o nível de segurança no tocante à fraude e corrupção. Durante o biênio, a participação do TJRJ foi atualizada, isto é, novo questionário foi respondido incluindo ações que foram implementadas no período, gerando por conseguinte novo roteiro de atuação.

O TJRJ implementou ou tem previsão de implementar diversas ações que vão ao encontro de práticas sugeridas no PNPC, como a criação do Código de Ética do Servidor e Colaborador do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro, instituição do Canal de Denúncia de Integridade, levantamento, controle e monitoramento de riscos de integridade, disponibilização do canal de consulta para atender dúvidas a respeito de conflito de interesses, entre outros. São ações que, igualmente, se coadunam com o Programa de Integridade do TJRJ.

Ressalta-se, ainda, o esforço crescente para atingir melhores níveis de transparência, importante instrumento no combate e prevenção à corrupção, constituindo ferramenta eficaz de controle social da administração pública brasileira. Além de participar do Ranking da Transparência do CNJ que avalia o nível de transparência do Poder Judiciário, o TJRJ também participa do Programa Nacional de Transparência Pública desenvolvido pela Associação de Membros dos Tribunais de Contas do Brasil – ATRICON, que tem por objetivo promover ações voltadas à ampliação da transparência, aplicáveis a entes dos Poderes Executivo, Judiciário e Legislativo. No PNTP, são avaliados os portais institucionais e o cumprimento de uma série de requisitos que visam incrementar o acesso a informações e dados ao cidadão.

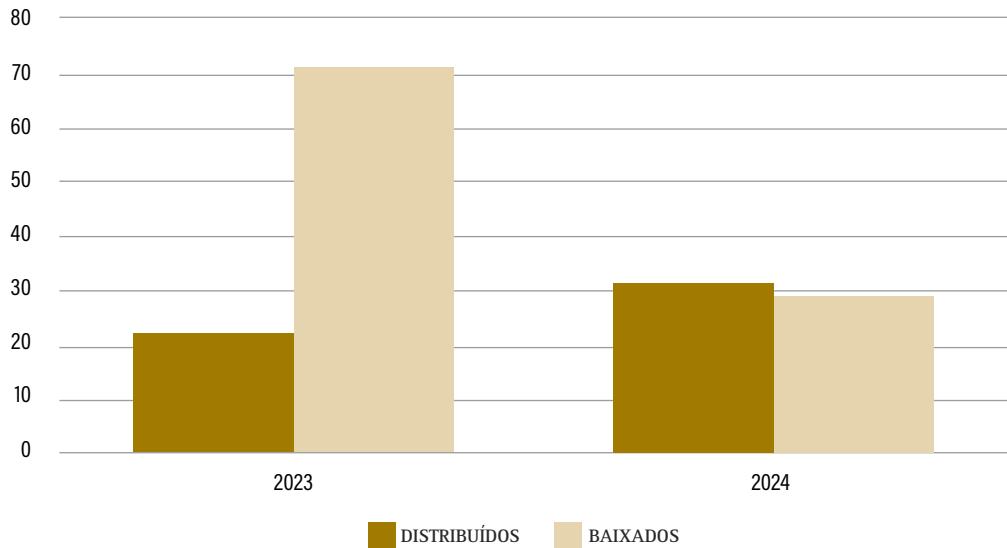
Processos do Conselho da Magistratura

No ano de 2023, foram distribuídos 22 recursos administrativos hierárquicos interpostos em processos administrativos disciplinares e foram baixados definitivamente 71 processos dessa natureza, quantitativo que representa 85,54% do total de processos dessa natureza que tramitaram perante o Conselho da Magistratura no ano de 2023.

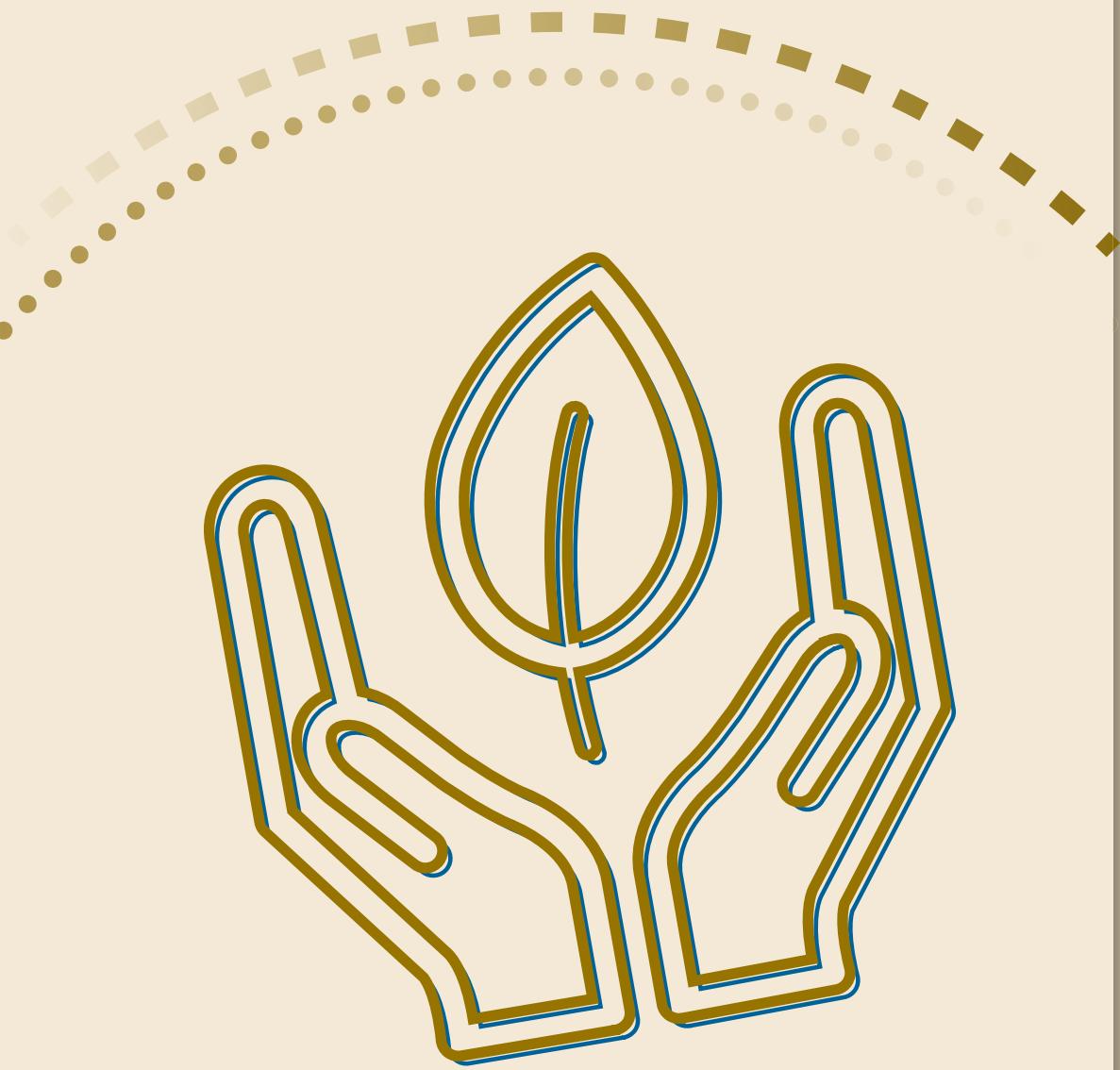
Em 2024, foram distribuídos 32 processos de natureza disciplinar e baixados definitivamente 30 processos. Considerando a soma dos processos pendentes de julgamento no início de 2024 e os distribuídos no decorrer do ano (14 + 32) e o número

de processos baixados (30), o índice de baixa alcançou 68,18% do acervo em tramitação no período.

RECURSOS ADMINISTRATIVOS HIERÁRQUICOS



12. Promoção da Sustentabilidade





12. PROMOÇÃO DA SUSTENTABILIDADE



PLANO DE LOGÍSTICA SUSTENTÁVEL – PLS 2024/2026

O Plano de Logística Sustentável – PLS, de acordo com o art. 5º da Resolução CNJ nº 347-2020 é uma ferramenta essencial para promover o planejamento sustentável e a racionalização dos gastos dos recursos naturais pelos órgãos do Poder Judiciário, bem como estimula uma gestão inovadora, com fundamento na transparência e na informação.

Dessa forma o Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro apresentou o PLS para os exercícios de 2024 a 2026, com a missão de adequar as ações institucionais e estratégicas desta Corte à Política de Sustentabilidade do Poder Judiciário Brasileiro tendo como objetivos específicos:

- Estimular o uso racional e sustentável dos recursos naturais, e dos bens públicos;
- Aprimorar a gestão dos resíduos gerados;
- Promover as ações de sensibilização e de capacitação socioambientais;
- Estimular a qualidade de vida no ambiente de trabalho;
- Incentivar a realização de contratações sustentáveis;
- Promover comunicação institucional sobre as medidas socioambientais adotadas.

É importante lembrar que o PLS 2024-2026 do Poder Judiciário do RJ foi elaborado em conjunto pela Secretaria Geral de Sustentabilidade e Responsabilidade Social (SGSUS) e as demais unidades organizacionais, sob as diretrizes da COSUS¹, e pode ser consultada no link:

<https://portaltj.tjrj.jus.br/documents/d/guest/pls-2024-versao-final>

No início do ano de 2024, foi elaborado o Relatório de Desempenho do PLS relativo ao exercício de 2023, também exigido pela resolução supracitada, publicado no link:

<https://portaltj.tjrj.jus.br/documents/10136/133741627/relatorio-pls-2022-de-2023.02.15.pdf/2e558167-9205-a1aa-0eb6-35cdb5644311?version=1.0>

ÍNDICE DE DESEMPENHO DE SUSTENTABILIDADE – IDS

O Índice de Desempenho de Sustentabilidade foi criado pelo CNJ no terceiro balanço socioambiental com a finalidade de igualar os órgãos da justiça a fim de ranqueá-los. Segundo o CNJ, o IDS consiste em criar um indicador sintético que

¹ COSUS - Comissão de Políticas Institucionais para a Promoção da Sustentabilidade.

seja capaz de avaliar em uma única dimensão o resultado combinado de vários indicadores distintos, permitindo assim comparação objetiva entre os tribunais.

Vale destacar que o TJRJ alcançou o percentual de 42,40% no Indicador “Índice de Desempenho de Sustentabilidade (IDS) do CNJ no ano de 2023.

Uma das iniciativas mais importantes desta Secretaria visando a melhoria do IDS, foi a contratação do Centro de Estudos e Meio Ambiente Industrial (CEMAI), da Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ) - (Processo SEI nº 2023-06046930). O estudo resultou no Relatório Final de Consolidação com a análise técnica e as ações plausíveis para progredir no ranking do CNJ, documento apresentado ao presidente do TJRJ.



CEMAI entrega Relatório Final ao Presidente do TJRJ

INICIATIVAS DA SGSUS PARA MELHORAR OS INDICADORES DO CNJ

Para melhorar os indicadores e, consequentemente, a posição do TJRJ no ranking do CNJ, foram promovidas as seguintes iniciativas, de acordo com o eixo temático:

EIXO "QUALIDADE DE VIDA":

- Projeto “AMAMENTAÇÃO SUSTENTÁVEL
- SETEMBRO AMARELO

AMAMENTAÇÃO SUSTENTÁVEL

O projeto tem por objeto disponibilizar um local adequado e seguro para que as mães que retornaram da licença maternidade e desejam continuar a amamentar, possam retirar o leite durante o expediente, em condições higiênico-sanitárias adequadas. A iniciativa ajuda a cumprir a recomendação da Organização Mundial de

Saúde (OMS) de manter o aleitamento materno continuado por 2 anos ou mais. Além disso, em parceria com a FIOCRUZ, o projeto Amamentação Sustentável possibilita a que lactante realize a doação do leite extraído, faça a distribuição e alocação do leite materno doado e o encaminhe para bebês internados em UTIs neonatais. Desde a inauguração, foram doados aproximadamente 10 litros ao banco de leite da instituição.



Estrutura da sala de apoio à amamentação



Entrega de leite doado à Fiocruz

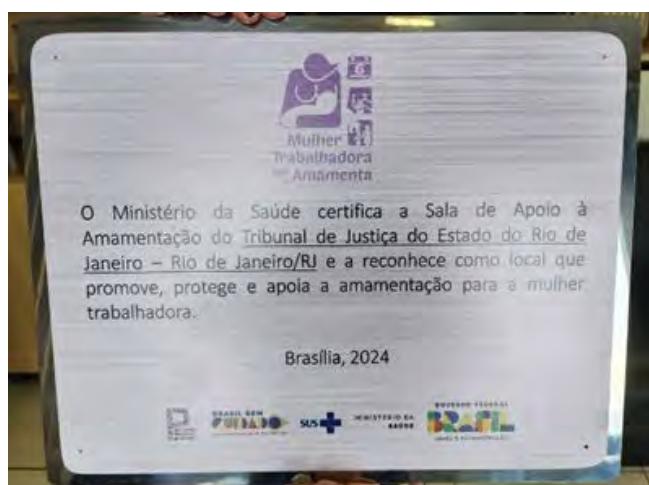


Leite armazenado para doação

É importante destacar a relação do projeto Amamentação Sustentável com os ODS e a Sustentabilidade, pois, por meio da Sala de Apoio à Amamentação da Mulher que Trabalha, o projeto produz, dentre outros, um impacto ambiental positivo ao diminuir a dependência de fórmulas lácteas infantis, cuja produção, transporte e embalagem geram emissões de carbono e resíduos. A iniciativa colabora, portanto, com a promoção da sustentabilidade no âmbito do Judiciário, ao se enquadrar em 7 dos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) propostos pela Organização das Nações Unidas (ONU).



A Sala de Apoio à Amamentação da Mulher que Trabalha foi certificada pelo Ministério da Saúde, por meio Secretaria de Estado de Saúde (SES-RJ), em cerimônia realizada no dia 04 de novembro de 2024.



Placa de Certificação da sala de apoio à amamentação

Em apoio ao Projeto AMAMENTAÇÃO SUSTENTÁVEL, a CAMPANHA DE COLETA DE VIDRO arrecadou vidros a serem utilizados para armazenamento de leite ordenhado na sala de apoio à amamentação.

Em 2024, a iniciativa Amamentação Sustentável figurou entre os finalistas do 10º Prêmio de “Melhores práticas de Sustentabilidade”, da A3P.

SETEMBRO AMARELO

A Secretaria Geral de Sustentabilidade e Responsabilidade Social (SGSUS) promoveu, no dia 12/9/2024, a palestra “Entendendo o processo do luto”. O encontro foi ministrado pela assistente social Márcia Torres, fundadora do grupo “Amigos Solidários na Dor do Luto”, em decorrência da campanha “Setembro Amarelo”.

“Setembro Amarelo” é uma campanha de conscientização sobre a prevenção do suicídio, com o objetivo direto de alertar a população a respeito da realidade do suicídio e as formas de prevenção. Desde 2014, ocorre no mês de setembro, em todo o mundo, por meio de identificação de locais públicos e particulares com a cor amarela e ampla divulgação de informações.

EIXO “SENSIBILIZAÇÃO EM SUSTENTABILIDADE”

- PRÊMIO “PARCEIROS DA SUSTENTABILIDADE”
- CERIMÔNIA PELO DIA DA TERRA (22 DE ABRIL) E DIA NACIONAL DE CONSCIENTIZAÇÃO SOBRE AS MUDANÇAS CLIMÁTICAS (16 DE MARÇO)
- DIA MUNDIAL SEM CARRO
- DOAÇÃO DE MUDAS E SEMENTES
- DIVULGAÇÃO ELETRÔNICA
- MÊS DO MEIO AMBIENTE
- NOTÍCIAS VEICULADAS NO SITE DO TJRJ

Nos termos da Resolução CNJ nº 400 de 2021, são indicadores de ações de sensibilização: quantidade de ações de sensibilização relacionadas à sustentabilidade, organizadas e realizadas pelo próprio órgão ou em parcerias.

PRÊMIO “PARCEIROS DA SUSTENTABILIDADE”

O prêmio foi idealizado com o intuito de reconhecer as pessoas que se destacaram por contribuir para o êxito dos programas de sustentabilidade do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro (TJRJ). A cerimônia de premiação foi realizada em 23/09/2024 e dividida em três categorias: “Reciclagem”, “Exposições Sustentáveis” e “Eventos Sustentáveis”. Os troféus, feitos com madeira de móveis do TJRJ reaproveitados, foram desenvolvidos em parceria pela equipe da marcenaria, pelo Departamento de Comunicação Interna e pela Divisão de Gestão Ambiental do Departamento de Sustentabilidade.



Troféu Sustentável confeccionado em madeira reaproveitada

A iniciativa visa sensibilizar a força de trabalho para as políticas institucionais de sustentabilidade, estimulando a participação e o engajamento de todos nas ações socioambientais desenvolvidas pela SGSUS, com base na Resolução nº 400/2021 do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), que dispõe sobre a política de sustentabilidade no âmbito do Poder Judiciário.



*Homenageados do 1º Prêmio
“Parceiros da Sustentabilidade”*



*O Presidente do TJRJ, Des. Ricardo Cardoso,
entregando o prêmio ao colaborador do TJRJ
responsável pela limpeza.*

PLANTIO DE MUDA DA PALMEIRA JERIVÁ PELO PRESIDENTE DO TJRJ

Em 2023, no Dia Nacional da Conscientização sobre as Mudanças Climáticas, celebrado em 16 de março, o presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro (TJRJ), desembargador Ricardo Rodrigues Cardozo, plantou uma muda de palmeira jerivá em frente ao prédio do Plantão Judiciário, na Rua Dom Manuel. O evento contou com a participação de magistrados, servidores da Secretaria Geral de Sustentabilidade e Responsabilidade Social (SGSUS) e funcionários do TJRJ, o que foi valorizado pelo presidente como uma das virtudes do Poder Judiciário fluminense.

O evento marcou o início das atividades sustentáveis da nova gestão.



*Cerimônia de plantio de árvore no fórum central
em Comemoração ao Dia Nacional da Conscientização sobre as Mudanças Climáticas*

CERIMÔNIA PELO DIA DA TERRA (22 DE ABRIL)

Em comemoração ao Dia Internacional da Terra, celebrado em 22 de abril, foi realizado um evento, no dia 17 de abril de 2024, marcado pelo plantio de uma muda de Ipê Amarelo em frente à entrada do Fórum Central do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro. A cerimônia contou com as presenças da presidente da Comissão de Políticas Institucionais para Promoção da Sustentabilidade (COSUS) do TJRJ, Des. Teresa de Andrade Castro Neves, do Secretário-Geral de Sustentabilidade e Responsabilidade Social (SGSUS), senhor Antônio Francisco Ligiero, do Diretor do Departamento de Sustentabilidade (DESUS), Felipe Fleury, e da Diretora da Divisão de Gestão Ambiental (DIGAM), Cláudia Schkrab.



Plantio de muda nativa da Mata Atlântica, pela Exma. Desembargadora Presidente da COSUS, em 17/04/2024

DIA MUNDIAL SEM CARRO

- O TJRJ incentiva o uso da bicicleta: O dia 22 de setembro, “Dia Mundial sem Carro”, é uma data internacional para que haja a reflexão sobre o uso excessivo dos automóveis e as consequências desse hábito para o meio ambiente e a qualidade de vida de todos. Dessa forma, foi veiculada notícia no site do TJRJ divulgando o uso do bicicletário do TJRJ pelos servidores e colaboradores. Veja a relação de fóruns com bicicletários em <https://portaltj.tjrj.jus.br/institucional/projetos-speciais/gestao-ambiental/bicicletarios-nos-fóruns-do-tjerj>



Servidores se deslocando de bicicleta até o trabalho

DOAÇÃO DE MUDAS E SEMENTES



Distribuição de sementes no biênio

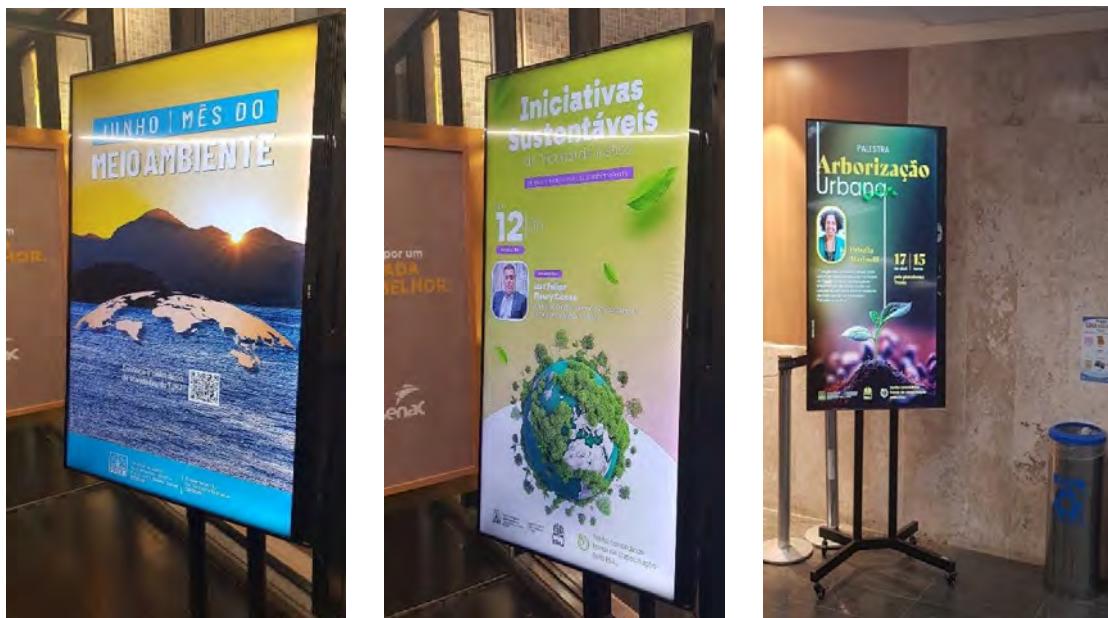


Distribuição de sementes no biênio

Em 2023, foram distribuídas 200 mudas e 200 sementes. Em 2024, foram distribuídas 864 sementes de goiaba, ipê-amarelo e urucum, doadas pelo Programa Socioambiental Replantando Vidas, no Viveiro Guandu-CEDAE, com o objetivo de promover a mitigação dos efeitos climáticos provocados pelo acúmulo de gases poluentes na atmosfera, visto que o carbono estocado por uma árvore resulta em aproximadamente 130 kg CO₂ (espécies da Mata Atlântica) e 222 kg CO₂ (espécies da Floresta Amazônica), ao longo de 30 anos. Podemos dizer então que cada árvore sequestra, respectivamente, 4,3 kg e 7,4 kg de gás carbônico a cada ano.

DIVULGAÇÃO ELETRÔNICA

Utilização do TOTEM de divulgação do DECOI como alternativa à impressão de cartazes para divulgação de palestras e eventos durante o biênio:



EIXO "CAPACITAÇÃO" – PALESTRAS SUSTENTÁVEIS

Ações de Capacitação: Quantidade de ações de capacitação relacionadas à sustentabilidade, organizadas e realizadas pelo próprio órgão ou em parcerias. São considerados eventos de capacitação: Curso, Oficina, Palestra, Seminário, Fórum, Congresso, Semana, Jornada, Convenção, Colóquio, entre outros.

A SGSUS promoveu, por meio da Divisão de Gestão Ambiental, as seguintes palestras de capacitação:

PALESTRAS 2023:

No ano de 2023, houve 1.636 participantes nas palestras promovidas pela Divisão de Gestão Ambiental (DESUS/DIGAM).

- 22/03/2023 – Dia Mundial da Água – Palestra “Sustentabilidade e as Políticas de Intervenção para enfrentar o Desafio da Poluição do Mar” com a Bióloga Natalia de Miranda Grilli, com 85 participantes.
- 17/05/2023 – Palestra “A importância da reciclagem na redução do uso dos recursos naturais”, com 85 participantes.
- 13/06/2023 – Seminário: “Judiciário e Sustentabilidade”, com 20 participantes.
- 14/06/2023 – Encontro da Rede A3P no TJRJ com representantes do Ministério do Meio Ambiente e o Coordenador da rede, Sr. Pablo Saldo.
- 22/06/2023 – Palestra “Inteligência Artificial e Sustentabilidade: aplicações e desafios” - Dra. Gabriella Amorim, com 8 participantes presenciais.
- 31/08/2023 – Palestra “13 anos da Política Nacional de Resíduos Sólidos - o Plano de Gerenciamento de Resíduos do TJRJ” – Palestrante: Prof. Fernando Altino, com 50 participantes.
- 29/09/2023 – Palestra “ Inteligência Artificial e Sustentabilidade: Aplicações e Desafios” – Palestrante: Dra. Gabriella Amorim, com 500 participantes.
- 11/10/2023 – Palestra “Consumo Consciente – Alternativas Sustentáveis” – Palestrante: Des. aposentada Eunice Caldas, com 492 participantes.
- 24/11/2023 novembro – Palestra “Amamentação Sustentável”- Dra. Abilene do Nascimento Gouvêa, com 102 participantes.
- 23/11/2023 - Palestra “Sustentabilidade Financeira” - Palestrante: Yuri Fernandes da Cruz, com 121 participantes.
- 30/11/2023 – Palestra “Altruismo Eficaz e Sustentabilidade: enfrentando os problemas da humanidade” - Palestrantes: Pedro Araujo, Juana Maria Martinez, Thiago Gomes Marcílio, Bruno Sterenberg, Ana Carolina Rossetti, Leo Arruda, com 173 participantes.

PALESTRAS 2024:

No ano de 2024, houve 4.349 participantes nas palestras promovidas pela Divisão de Gestão Ambiental (DESUS/DIGAM).

- 05/02/2024 – Palestra no Programa de Integração Funcional.
- 17/04/2024 – Palestra “Arborização urbana” com a Engenheira Priscila Martinelli, com 1402 participantes via Teams.
- 30/04/2024 – Palestra “Conscientização contra a crueldade Animal”. Palestrante: Dra. Isabele de Loys, com 1700 participantes via Teams.
- 02/05/2024 – Palestra no Programa de Integração Funcional.
- 12/06/2024 – Palestra “Iniciativas Sustentáveis da Secretaria Geral de Sustentabilidade e Responsabilidade Social”. Palestrante: Luiz Felipe Fleury Correa, com 10 participantes presenciais e 735 participantes via Teams.

- 14/06/2024 – Encontro da Rede A3P no TJRJ, com representantes do Ministério do Meio Ambiente e Mudança Climática e o Coordenador da rede, Sr. Pablo Saldo.
- 29/08/2024 – 41ª edição do projeto “Vamos Falar Sobre isso? Macro tema ‘Emergências Climáticas: Governança Global e Tragédias Climáticas no contexto fluminense”. Palestrantes: Sra. Mariana Galdino, Sr. Luiz Felipe Fleury, sr. Paulo Silva, com 80 participantes presenciais.
- 12/09/2024 – Palestra “Entendendo o processo de luto”. Palestrante: Sra Marcia Torres, com 45 participantes presenciais.
- 13/09/2024 –TJRJ/SGSUS – Boas práticas de sustentabilidade e ação social;
- 10/10/2024 – Palestra “O encontro científico: o animal que vive nós” - A presidente da COSUS, desembargadora Teresa de Andrade Castro Neves, abriu seminário em comemoração aos 45 anos do Centro de Primatologia do Rio de Janeiro-CPRJ, uma parceria com o INEA, com 100 participantes.
- 12/11/2024 - Em integração com a programação oficial e paralela à reunião do G20 que aconteceu na cidade do Rio de Janeiro, o PJERJ promoveu uma série de palestras sobre “Os desafios e o enfrentamento das mudanças climáticas”.

EIXO GESTÃO DE RESÍDUOS



Nessa categoria, destacam-se as seguintes iniciativas, em 2023 e 2024:

- Implementação do Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos (PGRS), em parceria com a UERJ;
- Realização de capacitações virtuais, de treinamento dos Síndicos dos Núcleos Regionais para orientação quanto à implementação da coleta seletiva nas comarcas do interior;
- Ampliação da coleta seletiva nas comarcas do interior 5º, 3º e 4º NUR;
- Coleta seletiva implantada em todos os prédios da Capital e Fóruns Regionais por meio de cooperativas;
- Projeto coletores sustentáveis, objeto do processo SEI 2024-06079991, que consiste na fabricação de 10 coletores para tampinhas plásticas, confeccionados por material reaproveitado da marcenaria do TJRJ.

Além disso, foram promovidas campanhas permanentes voltadas para a arrecadação de resíduos sólidos, a saber:

DOE LACRES E TAMPINHAS:

Doação dos lacres de alumínio e tampinhas plásticas, destinados ao RIOECOPETS. Foi recolhida 1,1 tonelada de tampinhas plásticas e 90 kg de lacres nos postos de recolhimento. Além do Fórum Central da Capital, participam de ambos os programas os fóruns da Barra, Méier, Gávea, Santa Cruz, Volta Redonda e o I Juizado da

Infância, da Juventude e do Idoso. Como resultado dessa iniciativa, o TJRJ entregou mais uma cadeira de rodas ao Instituto Nacional do Câncer (INCA), financiada por meio do recolhimento e separação de 400 quilos de tampinhas plásticas colecionadas em diversos fóruns do estado. A “Campanha de Coleta de Tampinhas” é uma parceria com o Instituto Ambiental.

REALIZAÇÕES EM 2023

Entrega, em 12 de abril de 2023, de 18 kg de lacres ao Instituto Fernandes Figueira/FIOCRUZ, para troca por cadeiras de rodas fornecidas às crianças e adolescentes atendidos pelo instituto nos pós-alta.



Entrega de cadeiras de rodas no Biênio

- Ampliação da campanha de coleta de tampinhas para: Fóruns do Meier, VIJI, Juizado da Gávea, Fórum de Santa Cruz;
- Entrega de 400 kg de tampinhas ao Instituto Soul Ambiental (equivale a uma cadeira de rodas).
- Separação das tampinhas por cor, por meio da inclusão do participante do projeto da SGSUS

CARTÕES PLÁSTICOS:

O objetivo é incentivar o descarte e a Trituração de cartões de plástico que não tenham mais uso, como por exemplo, bilhete único, cartões de débito, de crédito ou telefônico. Periodicamente, o material é retirado para reciclagem por empresa indicada pelo Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima (MMA). Do reaproveitamento, surgem capas de caderno, agendas, porta-copos etc.

REALIZAÇÕES NO BIÊNIO

A DIGAM coletou, aproximadamente, 1 mil cartões plásticos no DETRA, após contato visando a captação de cartões vencidos, possibilitando não só o descarte correto como o incremento de 10 kg de plástico nos indicadores de reciclagem fornecidos ao CNJ.

Em 2023, foram arrecadados 20 kg, ao passo que, em 2024, foram arrecadados 10kg de cartões plásticos. Perfazendo um total de 30 kg no biênio.



Campanha de arrecadação de equipamentos eletrônicos: Processo SEI :2024.060.55585

Foi realizada, em parceria com o artista plástico André Rongo, a confecção de caixa grafitada para sensibilizar o corpo funcional sobre a temática da sustentabilidade, com foco no descarte correto de resíduos. Link TJ em ação: <https://youtu.be/vLAXuMCTxjc>

EIXO PAPEL

O Aviso TJRJ nº 46, de 05/02/2024, determinou a redução em 10% dos perfis de resmas de papel A4. Este ato veio substituir o Aviso nº 87/2019.

EIXO "CONSUMO DE COPOS DESCARTÁVEIS"

O TJRJ está em primeiro lugar no ranking dos tribunais de grande porte, uma vez que é o único que não compra copos de café e água entre esses tribunais.

EIXO "ÁGUA ENVASADA EM EMBALAGEM PLÁSTICA"

De acordo com o CNJ, no ano de 2022, o consumo de embalagens de água mineral descartável (aproximadamente 550 mil unidades) do PJERJ representou 16% do consumo de todo o Poder Judiciário (inclui todos os ramos da Justiça).

CONVÊNIOS E PARCERIAS

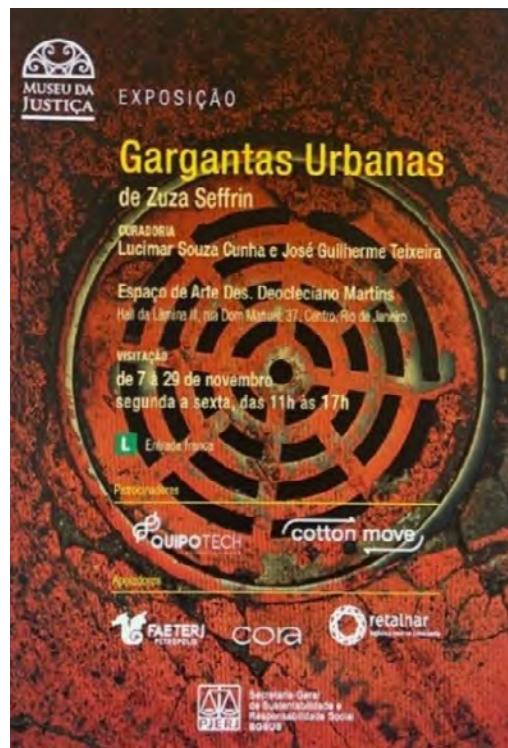
- Implementado o Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos em parceria com a UERJ;
- Contratação do Centro de Estudos e Meio Ambiente Industrial (CEMAI), da Universidade Estadual do Rio de Janeiro (Processo SEI nº 2023-06046930).
- TJRJ é conveniado ao Programa Agenda Ambiental na Administração PÚBLICA (A3P) do Ministério do Meio Ambiente, com o objetivo de estimular a responsabilidade socioambiental nas atividades administrativas e operacionais;
- ABATERJ – Projeto UPCYCLE
- INEA
- CEDAE
- SANTUÁRIO DO CRISTO REDENTOR
- REDE OCEANO LIMPO

EXPOSIÇÕES-2023/2024

- Exposição “Arte + Sustentabilidade”, do artista Marcos Lanzieiro em parceria com o Centro Cultural de Niterói.
- Exposição “Animais Marinhos – Combate à poluição no mar.” De André Rongo.
- Exposição “Gargantas Urbanas”
- Exposição “Arte + Sustentabilidade”, do artista Marcos Lanzieiro no TJRJ-G20



Exposição Arte + Sustentabilidade



Exposição Gargantas Urbanas



Exposição Animais Marinhos - Combate à poluição no mar

Outros eventos e ações



*Diretor do DESUS, Diretora da DIGAM e o SG da SGSUS
1ª Conferência Internacional da Sustentabilidade – ano 2024*

Ricardo Rodrigues Cardozo, assinou o Pacto Nacional de Sustentabilidade para o Sistema de Justiça, que visa proteger direitos socioambientais, reduzir a emissão de carbono, garantir justiça social e promover práticas sustentáveis de governança transparente, atendendo às necessidades das gerações atuais e futuras.

O Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro reafirmou o seu compromisso com o desenvolvimento sustentável e o meio ambiente ao integrar o Pacto Nacional de Sustentabilidade, na 1ª Conferência Internacional de Sustentabilidade para o Sistema de Justiça, sediada pelo Conselho da Justiça Federal (CJF), em Brasília.

Na ocasião, o Secretário-Geral de Sustentabilidade e Responsabilidade Social, Antonio Francisco Ligiero, representando o presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, Ricardo Rodri-

Em 2024, o TJRJ e a direção do Museu Nacional dos Povos Indígenas discutiram parcerias culturais.



Autoridades do TJRJ e representantes do Museu Nacional dos Povos Indígenas - Ano 2024

TJRJ e a agenda A3P



O TJRJ aderiu à Agenda Ambiental da Administração Pública brasileira (A3P), um convênio proposto pelo Ministério do Meio Ambiente. Parte do princípio de que a administração pública deve dar o exemplo na mudança dos padrões de produção, consumo e uso racional dos recursos naturais e bens públicos, gestão adequada dos resíduos gerados, qualidade de vida no ambiente de trabalho, sensibilização e capacitação dos servidores, compras públicas sustentáveis e construções sustentáveis.

A adesão gera a obrigação de entrega do Relatório Anual, bem como a alimentação do sistema RESSOA, mensalmente, mediante informações fornecidas pelas unidades responsáveis.

Com o objetivo de aprimorar a Gestão Ambiental, foi realizado, nos anos de 2023 e 2024, um encontro de órgãos participantes da A3P no Rio de Janeiro, sediado no TJRJ.



TJRJ debate educação ambiental em encontro da A3P

REALIZAÇÕES:

- Obtenção do selo A3P em 2024: o Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro (TJRJ) recebeu o selo A3P, do Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima, pela implementação de práticas de sustentabilidade propostas pela Agenda Ambiental na Administração Pública, por meio da criação da Secretaria Geral de Sustentabilidade e Responsabilidade Social (SGSUS).
- 10º Prêmio A3P-2024: O Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro (TJRJ) esteve entre os finalistas do 10º Prêmio de “Melhores práticas de Sustentabilidade”, o Prêmio A3P 2024, com a iniciativa “Amamentação Sustentável”, que obteve o terceiro lugar na categoria “Qualidade de vida no ambiente de trabalho”. A premiação ocorreu durante a realização do Fórum A3P 2024, entre os dias 26 e 28 de novembro, na FACE/UnB, em Brasília.
- Organizado pelo Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima, o Prêmio A3P é concedido por intermédio do Departamento de Educação Ambiental e Cidadania, e recebeu um total de 128 inscrições válidas neste ano.



Entrega do Selo A3P
ao Presidente do TJRJ



AUTORIDADES CONVIDADAS NO BIÊNIO 2023/2024

- Secretaria de Meio Ambiente e Clima da cidade do Rio de Janeiro- Tainá de Paula
- Subsecretário de Biodiversidade da cidade do Rio de Janeiro –Sr.Helio wanderley
- Coordenador da Rede A3P- Sr.Pablo Saldo
- Diretor Executivo do Instituto Fecomércio – Dr. Vinicius Crespo
- Reitor da UERJ – Sr. Mario Carneiro
- Presidente do INEA – Sr. Felipe Campello
- Diretora do Museu Nacional dos Povos Indígenas- Fernanda Kaigang
- Diretor do Centro de Primatologia do Rio de Janeiro - Sr. Picicinati

VISITAS INSTITUCIONAIS

- Tribunal de Justiça de São Paulo-TJSP
- Conselho Nacional de Justiça-CNJ

PROJETOS E INOVAÇÃO DE INICIATIVA DA DIGAM

- Prêmio Parceiros da Sustentabilidade. Processo de confecção do troféu sustentável – Processo SEI 2024-06041777
- Cesta Básica – Processo SEI 2024-06086488
- Coletor Sustentável – Processo SEI 2024-06079991
- Barracas – Processo SEI 2024-06059319
- Renovação sala de apoio à amamentação – 2024-06132241
- Caixa grafitada – Processo SEI 2024-06055585

PROMOÇÃO DE PARCERIAS EXTERNAS

Com o objetivo de colaborar com instituições externas sobre o tema da sustentabilidade, sem ônus para o TJRJ, foram realizadas as seguintes parcerias:

- Refloresta Rio - doação de muda plantada pelo Presidente
- Cedae- doação de mudas distribuídas em 05 de junho
- UERJ - CEMAI – PGR
- Secretaria de Meio Ambiente e Clima da cidade do Rio de Janeiro
- Instituto do Ambiente e Clima do Rio de Janeiro - INEA

13. Prevenção de Litígios e Adoção de Soluções Consensuais para os Conflitos





13. Prevenção de Litígios e Adoção de Soluções Consensuais para os Conflitos

O Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro incentiva o tratamento adequado dos problemas jurídicos e conflitos de interesses que ocorrem em larga e crescente escala na sociedade, de forma a oferecer mecanismos de solução de conflitos, em especial dos consensuais, como a conciliação e a mediação, que se configuram instrumentos efetivos de pacificação social, solução e prevenção de litígios. Na atual administração o foco no desenvolvimento dos métodos consensuais de solução de conflitos busca reduzir a excessiva judicialização, a quantidade de recursos e de execução de sentenças, estando em sintonia com os princípios da eficiência e da celeridade que, dentre outros, norteiam o processo, com o intuito de entregar uma efetiva prestação jurisdicional e em tempo razoável.

A Política Judiciária de tratamento adequado dos conflitos visa consolidar o subsistema autocompositivo, que se estrutura a partir do modelo Multiportas de acesso à justiça, cujo conceito é disponibilizar várias opções de mecanismos de tratamento de conflito, dando primazia à solução consensual, em especial, a mediação, a conciliação e a justiça restaurativa.

A porta de entrada do subsistema autocompositivo são os Centros Judiciários de Solução de Conflitos e Cidadania (CEJUSCs), unidades do Poder Judiciário, preferencialmente, responsáveis pela realização ou gestão das sessões e audiências de conciliação e mediação que estejam a cargo de conciliadores e mediadores, bem como pelo atendimento e orientação ao cidadão.

Em 2023, foi instalado o CEJUSC da Comarca de Japeri e foi criado o CEJUSC Especializado em Demandas Atinentes ao Superendividamento.

No ano de 2024, através do Ato Executivo Conjunto TJ/CGJ nº 17/2024, o CEJUSC 2º Grau foi transformado em CEJUSC – Saúde Privada, com atribuição para os casos pré-processuais e processuais atinentes à saúde suplementar definidos por meio de convênios e parcerias interinstitucionais.

Ademais, conforme estabelecido pelo Art. 5º do Ato supracitado, as demandas, de quaisquer matérias, que se encontram em trâmite na segunda instância serão tratadas pelo CEJUSC da Comarca da Capital.

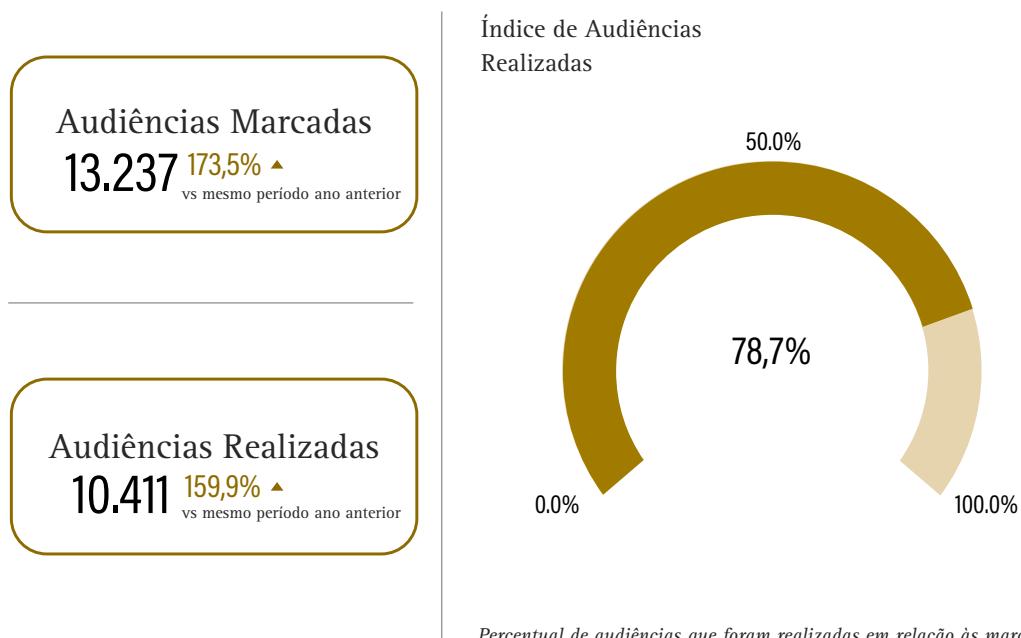
No que concerne as estatísticas, observa-se o empenho e o compromisso com o desenvolvimento da política pública, bem como a acertada opção pela adequação do tratamento, uma vez que os índices de acordo são significativos.

Seguem abaixo os dados estatísticos dos CEJUSCs atinentes ao biênio 2023/2024, extraídos da Central de Informações Gerenciais do PGERJ – Sala Íris:

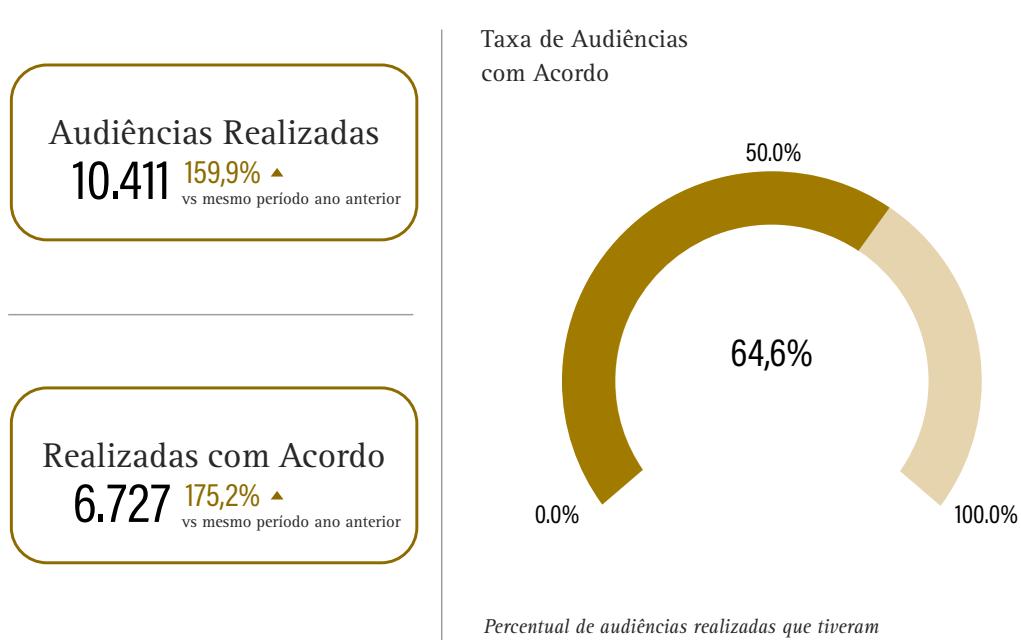
Estatísticas dos CEJUSC's:

CEJUSC – Pré-Processual – 2023/2024

Audiências Marcadas x Realizadas - 2023/2024

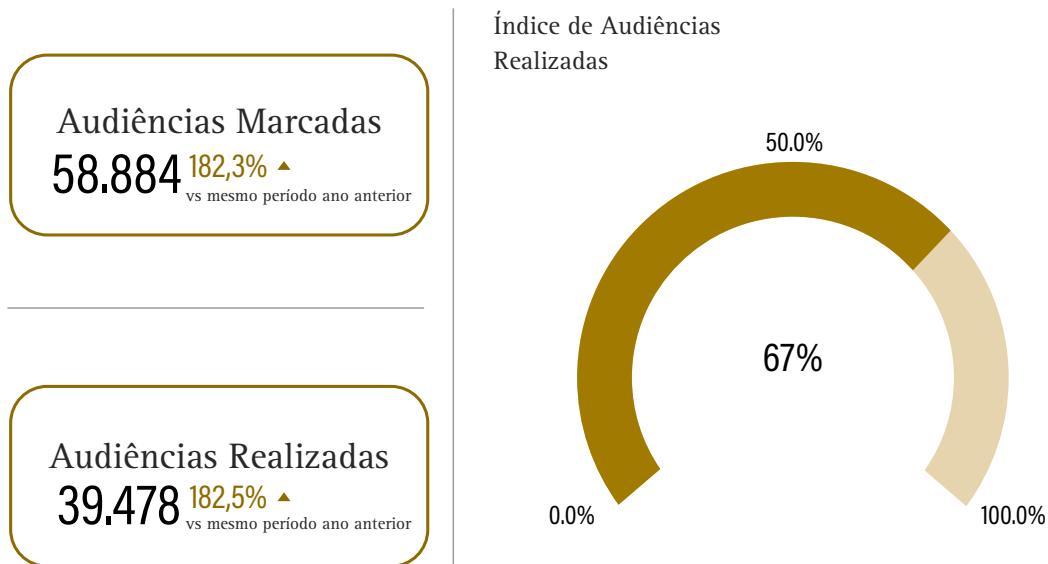


Audiências Realizadas x Realizadas com Acordo - 2023/2024



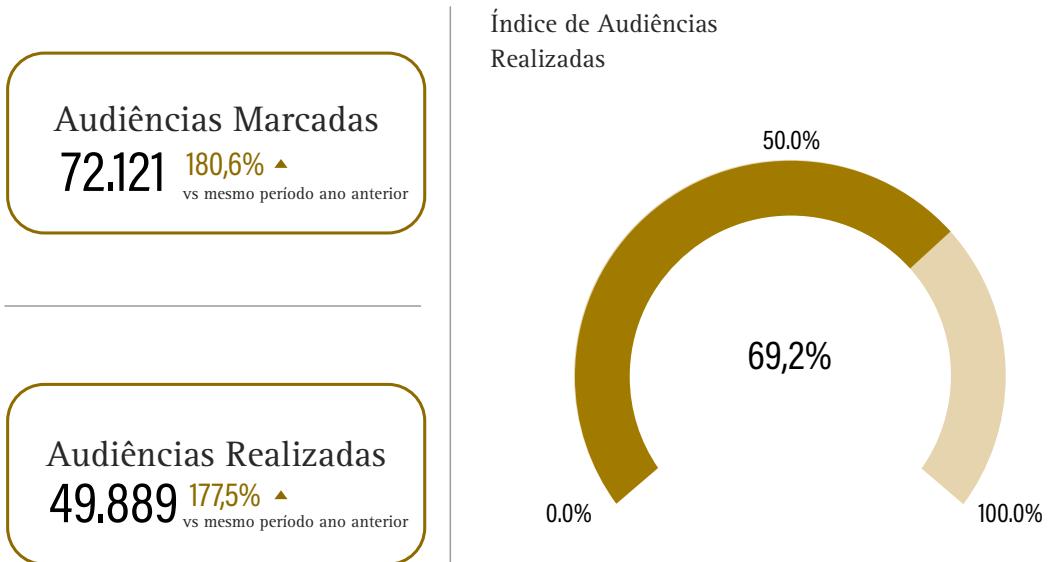
CEJUSC – Processual – 2023/2024

Audiências Marcadas x Realizadas - 2023/2024

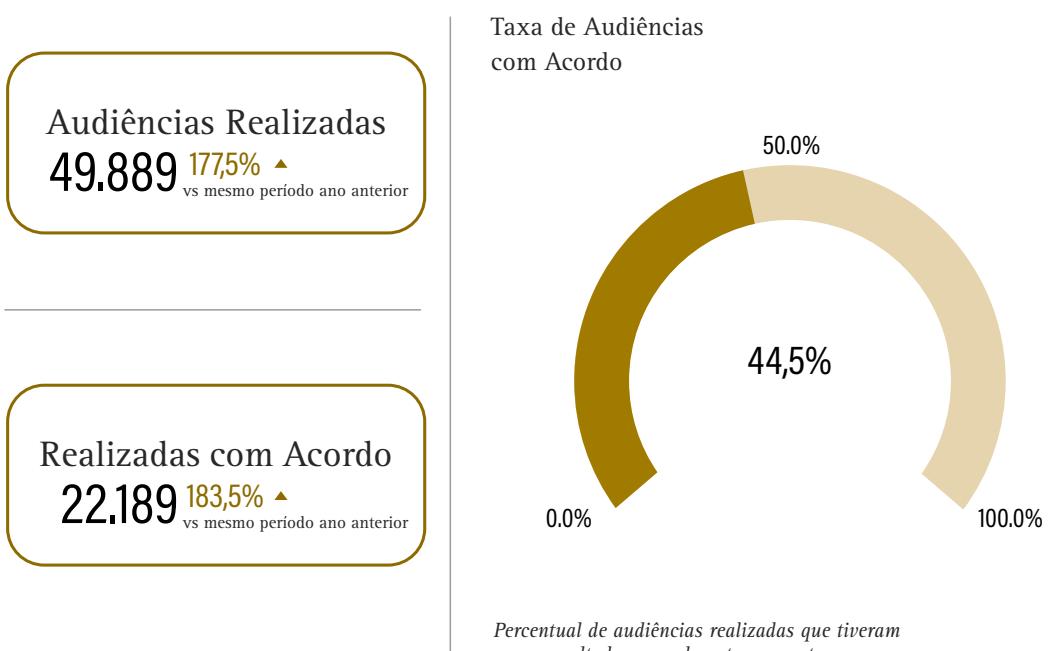


Audiências Realizadas x Realizadas com Acordo - 2023/2024



CEJUSC – Pre-processual e Processual – 2023/2024**Audiências Marcadas x Realizadas - 2023/2024**

Percentual de audiências que foram realizadas em relação às marcadas

Audiências Realizadas x Realizadas com Acordo - 2023/2024

Percentual de audiências realizadas que tiveram como resultado o acordo entre as partes

A busca constante pelo aprimoramento da prestação jurisdicional, bem como a necessidade de aumentar a produtividade e entregar ao cidadão uma Justiça mais ágil e eficaz orientou a realização das Agendas Concentradas, iniciativa que reúne uma força tarefa de mediadores para atuar em demandas de consumo ou tributárias e assim contribuir para reduzir as taxas de congestionamento e cumprimento das metas estabelecidas pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ).

Em 2023 foram realizadas 614 (seiscentos e catorze) agendas concentradas e no ano de 2024 foram realizadas 484 (quatrocentos e oitenta e quatro) agendas concentradas

Na esteira da promoção da consensualidade, o NUPEMEC participou das XVIII e XIX Semana Nacional da Conciliação promovidas pelo CNJ com processos envolvendo os Bancos Itaú e Inter, as empresas Latam, Hyundai, a Eletrobrás e a Associação Santa Catarina.

Em relação ao setor de cidadania, diversas ações foram empreendidas pelos CEJUS-Cs, como as “Oficinas de Parentalidade”.

As oficinas são oferecidas nas modalidades presencial e on-line, e ocorreram no ano de 2023, vindo a atender o quantitativo de 715 (setecentos e quinze) processos, oportunizando a reflexão acerca da coparentalidade. As oficinas recebem encaminhamento dos juízes, por recomendação das Equipes Técnicas ou por indicação dos próprios mediadores, quando a temática do conflito versa sobre a convivência familiar e os cuidados com os filhos.

No ano de 2023, o NUPEMEC viabilizou que 10 (dez) comarcas e/ou fóruns regionais tivessem suas solicitações atendidas, já tendo sido realizadas 48 (quarenta e oito) oficinas presenciais e 11 (onze) on-line. Além disso, cabe acrescentar que foram promovidas 2 (duas) edições, restritas a convidados, majoritariamente advogados, com o intuito de divulgar as oficinas.

E no ano de 2024 foram realizadas 118 (Cento e dezoito) oficinas presenciais e 18 (dezoito) on-line.

Atualmente, o NUPEMEC conta com, aproximadamente, 41 (quarenta e um) expo-sidores voluntários ativos.

De outro ângulo, observando a necessidade de desenvolver projetos de melhoria da comunicação e da convivência em relação a conflitos nos processos dos Juizados Especiais Criminais, especialmente envolvendo os feitos atinentes a relações de vizinhança, o NUPEMEC desenvolveu o projeto da “Oficina de Convivência: Desenvolvendo Habilidades de Comunicação e Convívio”. Voltada para a reflexão em prol da melhoria da comunicação, a iniciativa foi contemplada em 2º lugar no Prêmio Cultura da Paz 2022, em homenagem a Maria Tereza Sadek, idealizado pela Comissão de Mediação de Conflitos da Ordem dos Advogados do Brasil - Seção do

Estado do Rio de Janeiro, na categoria Mediação e Conciliação tendo a premiação ocorrido no dia 03/05/2023.

Outra iniciativa no campo da cidadania foi a participação do NUPEMEC na Ação Social “Registre-se” nos anos de 2023 e 2024, na qual os CEJUSCs participantes realizaram aproximadamente 1500 atendimentos, da mesma forma que na Semana do Idoso, com a realização de 83 atendimentos.

As ações de cidadania também foram voltadas para a negociação e pagamento de dívidas, oportunizando o resgate da cidadania pela recuperação do crédito dos consumidores, com a realização do Feirão Limpa Nome, do qual participaram instituições financeiras e concessionárias de água e de energia elétrica, sempre na esfera pré-processual.

No ano de 2023 foram realizados:

- Feirão Limpa Nome CEJUSC Três Rios – 1300 acordos
- Feirão Limpa Nome CEJUSC Vassouras – 286 acordos
- Feirão Limpa Nome CEJUSC Angra dos Reis – 617 acordos
- Feirão Limpa Nome CEJUSC Petrópolis – 617 acordos
- Feirão Limpa Nome CEJUSC Campos dos Goytacazes – 662 acordos.

No ano de 2024 foram realizados:

- Feirão Limpa Nome CEJUSC Três Rios – 253 acordos
- Feirão Limpa Nome CEJUSC Vassouras – 258 acordos
- Feirão Limpa Nome CEJUSC Angra dos Reis – 651 acordos
- Feirão Limpa Nome CEJUSC Volta Redonda – 231 acordos
- Feirão Limpa Nome CEJUSC Campos dos Goytacazes – 441 acordos.

A Política Judiciária de tratamento dos conflitos de interesses proposta pela Resolução 125/2010 tem o propósito de oferecer múltiplas formas de acesso à justiça, concebendo um subsistema autocompositivo do qual fazem parte as Câmaras Privadas cadastradas junto ao NUPEMEC, aptas ao trabalho em solução consensual judicial e pré-processual, nos moldes do artigo 168 do CPC.

Ao longo do biênio, o TJRJ renovou o cadastro de 12 (doze) Câmaras Privadas de Mediação, estando outras duas em processo de renovação. Em 2024, houve ainda o cadastramento de uma nova Câmara e o descadastramento, a pedido, da Mediare Diálogos e Processos Decisórios. Totalizando, portanto, o acompanhamento de 16 Câmaras Privadas, estando com cadastro ativo:

- AB Câmara de Mediação e Arbitragem RJ
- ABRH – Associação Brasileira de Recursos Humanos

- CAMES – Câmara de Mediação e Arbitragem Especializada
- CBMA – Centro Brasileiro de Mediação e Arbitragem
- CASA – Centro de Atendimento de Soluções Alternativas Câmara Privada de Mediação e Arbitragem.
- CMIRB – Centro de Mediação do Instituto Recupera Brasil
- CONCILIE ON LINE – Centro de Negociação, Mediação e Arbitragem On-Line Ltda.
- CMCA – Câmara de Mediação de Conflitos e Arbitragem da Ordem dos Advogados do Brasil – 2^a Subseção – Duque de Caxias - RJ
- EQUILIBRE – Gestão de Conflitos Ltda
- FGV – Fundação Getúlio Vargas
- MEDIAR 360 – Gestão Inteligente de Conflitos Ltda.
- MEDARBRB – Câmara de Arbitragem Empresarial Ltda
- MEDIATI – Câmara de Mediação, Conciliação e Arbitragem Ltda.
- MEDIATUM – Câmara Privada de Mediação.
- PAX – Mediação e Arbitragem.

Com o intuito de aperfeiçoar as ações voltadas ao cumprimento da política e suas metas, o NUPEMEC desenvolve projeto de cooperação mútua entre o TJRJ e os Núcleos de Prática Jurídica das Universidades visando a criação, instalação e funcionamento de Polos Avançados de Solução de Conflito Extrajudiciais (PASCEs), objetivando a realização de sessões de autocomposição sem a necessidade do ajuizamento de ações judiciais, com a possibilidade de posterior homologação judicial dos acordos obtidos, de forma a contribuir para a pacificação social, para a democratização do acesso à justiça e para a promoção da cultura da construção do consenso.

Entre os anos de 2023 e 2024, 02 (dois) novos PASCEs foram implantados e, ao todo, 06 (seis) Polos Avançados operaram ao longo do biênio:

- PUC (RIO) – Pontifícia Universidade Católica (Termo nº 003/146/2022)
- UERJ – Universidade do Estadual do Rio de Janeiro (Termo nº 003/090/2022)
- UNISIGNORELLI – Centro Universitário Internacional (Termo nº 003/0543/2022)
- UNIVERSO - Universidade Salgado de Oliveira (Termo nº 003/0554/2022)
- UFF – UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE (Termo nº 003/0218/2024)
- UNIRIO – UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO (Termo nº 003/0376/2023)

A iniciativa do NUPEMEC em desenvolver os PASCEs vem sendo bem acolhida pelas universidades, tanto que se encontram em processo de implantação os seguintes Polos Avançados:

- UNESA – Universidade Estácio de Sá: em processo de formalização (SEI nº 2022-06123736).
- UCAM - Universidade Candido Mendes - Unidade Ipanema (SEI nº 2023-06047489).
- UNESA - Universidade Estácio de Sá - Unidade de Santa Cruz (SEI nº 2023-060432950)
- INFAA - Fundação Educacional Dom André Arcoverde (SEI nº 2023-06068529)
- FUSVE - Fundação Educacional Severino Sombra (SEI nº 2023-06073727)
- UCP - Universidade Católica de Petrópolis (SEI nº 2022-06139712)
- UBM – Centro Universitário de Barra Mansa (SEI nº 2024-06001663)
- UNIVÉRTIX – Faculdade Vértix Trirriense (SEI nº 2024-06017197)

Ressalte-se que em 2023 foram firmados os seguintes convênios:

- PROCON - Superendividados (SEI nº 2021-0687531) – Capacitação dos funcionários do PROCON em mediação, para atendimento dos superendividados e seus credores;
- PUC - LIGHT - Plataforma de inteligência artificial para realização de mediação e conciliação on-line (SEI nº 2021-0649378);
- ANS (SEI nº 2021-0691616)
- Secretaria Especial de Cidadania – Programa Comunitário de Solução de Conflitos (SEI nº 2022-06116836) – em fase de formalização da avença;
- Humana Arte (SEI nº 2020-0661831 - Termo nº 003/0503/2023)– realização de práticas restaurativas nas Casas da Família;
- Práxis Sistêmica (SEI nº 2020-0658187 – Termo nº 003/394/2021) – convênio para a realização de sessões de constelação familiar nos CEJUSC's e nas Casas de Família;
- PROCON-RJ (SEI nº 2021-0697197 – Termo nº 003/069/2022) – convênio para a facilitação do acesso à justiça, visando à proteção ao tratamento extrajudicial do superendividamento;
- CNEN – Acordo de Cooperação Técnica visando à capacitação dos servidores para integrar a Câmara de Mediação da Comissão Nacional de Energia Nuclear (Termo nº 003/496/2022 – SEI nº 2022-06001197);
- OAB/RJ - Convênio a ser celebrado visando à parceria, através da Comissão de Mediação e Métodos Consensuais (CMC da OAB/RJ), para apoio às sessões de mediação, sob a coordenação do NUPEMECT/JRJ.
- UNISUAM - Centro Universitário Augusto Motta: em processo de formalização - SEI nº 2020-0646998 - Termo nº 003/0365/2022; CELEBRAÇÃO: Em 04/08/2022; OBJETO: Prorrogação do prazo de vigência referente ao Acordo de Cooperação Técnica nº 003/434/2021, para encaminhamento de alunos e professores voluntários dos cursos de graduação, pós-graduação “lato-sensu”, mestrado e doutorado;

rado, das faculdades de Direito, Assistência Social e Psicologia, ministrados pelo Centro Universitário Augusto Motta -UNISUAM, mantido pelo parceiro, visando auxiliar na solução extrajudicial de conflitos familiares.

No exercício de 2023 foram firmados seguintes convênios:

- Implantação da Mediação Escolar no Município de Petrópolis - 2023-06043728 – Termo nº 003/251/2023.
- No exercício de 2024 os seguintes convênios foram firmados:
- DEGASE - Projetos para ministrar cursos voltados às pautas socioeducativas do DEGASE (SEI nº2023-06090905);
- Mitra Arquiepiscopal do Rio de Janeiro – Para implantar a Mediação Comunitária - em trâmite - SEI nº 2023-06120018 – Termo de Acordo nº. 003/403/2024;
- MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO - Mediação Comunitária por meio da Secretaria Especial de Cidadania – SECID - SEI nº 2022-06116836 – Termo de Convênio nº. 003/676/2024;
- FONAMEC – Fórum Nacional de Mediação e Conciliação – Para realização de cursos de capacitação para servidores, colaboradores indicados – SEI nº. 2024-06104477 – Protocolo de Cooperação nº. 003/815/2024;

Além disto, se encontram em tratativas os seguintes convênios:

- Conselho Regional de Administração do Rio de Janeiro / CRA-RJ – realização de mediação - em trâmite - SEI nº 2023-06121480;
- ASSOCIAÇÃO DOS REGISTRADORES DE PESSOAS NATURAIS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO – ARPENRJ – Capacitação em Mediação para funcionários dos cartórios extrajudiciais em trâmite - SEI nº 2023-06084720;
- CAIXA DE PREVIDENCIA DOS FUNCIONÁRIOS DO BANCO DO BRASIL – Realização de Mediação - em trâmite - SEI nº 2023-06044280;
- MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO - por meio do Instituto Municipal de Proteção e Defesa do Consumidor – PROCON CARIOCA - - em trâmite - SEI nº 2022-06123663;
- PREFEITURA DE NITERÓI - “PROGRAMA PACTO NITERÓI CONTRA A VIOLENCIA” - em trâmite - SEI nº 2020-0655951;
- MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO, por meio da Secretaria Municipal de Proteção e Defesa dos Animais – para mediações de conflitos envolvendo animais - em trâmite - SEI nº 2023-06114380;
- Conselho Regional de Administração do Rio de Janeiro / CRA-RJ – realização de mediação - em trâmite - SEI nº 2023-06121480

A crescente demanda pela capacitação de conciliadores, mediadores, expositores de Oficinas de Parentalidade, facilitadores de Justiça Restaurativa justificou a criação

da Escola de Mediação do Estado do Rio de Janeiro - EMEDI, cuja solenidade de inauguração ocorreu em agosto de 2023.

Desde sua criação até a presente data (dezembro/2024), em parceria com a EMEDI, foram realizadas 09 (nove) turmas do Curso de Formação de Conciliadores Judiciais, sendo 05 (cinco) na modalidade telepresencial e 04 (quatro) turmas na modalidade presencial, com cerca de 214 (Duzentos e catorze) alunos concluintes.

Convém destacar que as duas últimas turmas do Curso de Formação de Conciliadores Judiciais foram ofertadas através do Edital nº 05/2024 NUPEMEC, com o total de 400 inscritos para oferta de 85 (oitenta e cinco) vagas

Ademais, foram realizadas 05 (cinco) turmas do Curso de Formação de Mediadores e Conciliadores Judiciais, perfazendo um total de cerca de 155 (cento e cinquenta e cinco) inscritos pelos Centros Judiciários de Solução de Conflitos e Cidadania – CEJUSCs do Estado do Rio de Janeiro, para respectiva formação no ano de 2023, igualmente, em parceria com a Escola de Mediação do Estado do Rio de Janeiro – EMEDI.

No ano de 2024, foram realizadas 09 (nove) turmas do curso de Formação de Conciliadores Judiciais, vindo a formar 400 (quatrocentos) alunos.

Para atender aos CEJUSCs foram realizados cursos de capacitação para os Chefes das unidades, com foco no aperfeiçoamento na utilização dos sistemas informatizados DCP e PJe.

Também em parceria com a EMEDI, em 2023, foram realizadas 04 (quatro) turmas do Curso de Mediação Organizacional, 02 (duas) na modalidade presencial e 02 (duas) na modalidade on-line, com cerca de 117 (cento e dezessete) alunos indicados pelo Egrégio Tribunal Regional Eleitoral do Rio de Janeiro – TRE/RJ.

Outrossim, em parceria com a Escola da Magistratura do Estado do Rio de Janeiro – EMERJ, o Curso de Formação de Mediadores e Conciliadores Judiciais em referência se constituiu como um dos módulos do Curso de Pós-Graduação em nível de Especialização em Justiça Multiportas 2 (SEI nº 2023.06076610), sendo que todos os alunos concluintes da parte teórica do referido curso foram encaminhados ao estágio supervisionado nos CEJUSCs, como parte da 2ª etapa da formação. Cabe sublinhar que o NUPEMEC oferece também aos alunos capacitados pelas escolas privadas de mediação, mediante convênio, a oportunidade de realização do estágio supervisionado nos CEJUSCs.

O NUPEMEC tem especial foco na qualificação dos mediadores judiciais, envidando esforços para oferecer capacitação contínua e supervisão. Com esse objetivo foi criado o Programa de Aprimoramento de Mediadores – PAM. Os encontros propiciam o debate de temas de atualização e consolidação de conhecimentos necessários para uma prática qualificada dos mediadores que atuam nos CEJUSCs.

Ao longo de 2023 foram realizados 04 encontros, sendo 1 na modalidade virtual e 4 de forma presencial, conduzidos por especialistas nacionais e internacionais, conforme abaixo elencado:

- Empreendendo na Mediação - Palestrante: Andrea Maia
- Inteligência artificial na resolução de conflitos? Realidade ou fantasia? - Palestrante: Alberto Elisavetsky - AR (Palestra on-line com convidado internacional)
- Jogos de conexão - Palestrante: Hellen Faria
- Empresas Familiares: como tratar conflitos que envolvem relações profissionais e afetivas? - Palestrante: Jennifer Brandt - EUA (Palestra presencial com convidada internacional)
- Os conflitos desde o olhar da antropologia. Diálogos com a mediação - Palestrante: Juan Pablo Matta. AR (Palestra presencial com convidado internacional).

No ano de 2024 foram realizados 04 encontros relativo ao PAM/PAF – Programa de Aprimoramento de Mediadores/Facilitadores.

Considerando a necessidade de atendimento ao determinado no processo administrativo SEI nº 2021.0641721, relativo às normativas de designação, atuação e remuneração dos Juízes Coordenadores de CEJUSCs, cargo instituído pela Resolução CNJ nº 125 de 29 de novembro de 2010, em parceria com a Escola da Magistratura do Estado do Rio de Janeiro - EMERJ, foi oferecida 01 (uma) turma de capacitação de magistrados em mediação judicial (SEI nº 2023.06059839), com um total de 40 (quarenta) magistrados cursistas, no ano de 2023.

Por fim, com vistas, ao aprimoramento da dinâmica de designação, prorrogação e cadastro de conciliadores judiciais, por solicitação do NUPEMEC, foi desenvolvido pela Secretaria Geral de Tecnologia da Informação e Comunicação de Dados do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro – SGTEC/TJERJ, o Sistema CONCILIADORWEB, que facilitou a apresentação e a entrega dos documentos exigidos no artigo 17 do Regulamento das Ações de Capacitação e do Banco de Dados da Política de Tratamento Adequado de Conflitos do Comitê Gestor da Conciliação do Conselho Nacional de Justiça, pelas serventias judiciais, quando da indicação dos interessados para o Curso de Formação de Conciliadores Judiciais, bem como possibilitará maior agilidade no procedimento de formação e cadastro dos conciliadores judiciais do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro.

Além disto, O sistema também permite a inclusão dos mediadores judiciais em formação e dos próprios mediadores judiciais, oriundo, inclusive dos oriundos do Mediadores Judiciais.

Considerando as demandas do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro e a disponibilidade de recursos materiais e humanos, a implantação de atividades e projetos de Justiça Restaurativa são irradiados através dos Centros Judiciários de

Solução de Conflitos e Cidadania – CEJUSCs, respeitando-se as particularidades de cada região. Também os servidores, colaboradores e estagiários do TJRJ foram contemplados nos projetos envolvendo a Justiça Restaurativa.

No ano de 2023 e 2024, destacaram-se os seguintes Projetos:

- Protocolo “Eu te Vejo”, voltado à prevenção da violência escolar e elaborado pela Juíza Coordenadora do CEJUSC da Vara da Infância, da Juventude da Capital. Ao longo de 2023 e 2024 foram organizadas reuniões para a implementação do protocolo, com a participação de representantes dos segmentos da saúde, da educação além do Ministério Público e Guarda Municipal.
- Projeto Cultivando o Cuidado, implementado em duas unidades de acolhimento institucional indicadas pelo CEJUSC da 2ª Vara da Infância, da Juventude e do Idoso (medidas protetivas). Objetiva contribuir para o fortalecimento do senso de comunidade na instituição por meio de pertencimento, conexão emocional e integração em vista do bem comum para prevenir a judicialização dos conflitos.
- Círculo de Autocuidado, para mulheres em situação de violência doméstica - desenvolvido no CEJUSC Rio das Ostras. Objetiva auxiliar na redução dos indicadores de violência doméstica, através da modificação de sua visão acerca da violência e consequente realinhamento comportamental.
- Círculos de Acolhimento para Mulheres em Situação de Violência Doméstica e Familiar, desenvolvido no CEJUSC Rio das Ostras, objetiva oferecer espaço de apoio emocional e reflexão para mulheres em situação de violência doméstica e familiar.
- Círculos de diálogo- busca propiciar interações pautadas em escuta profunda e norteadas pela ética do cuidado, que reverberam para além do espaço do diálogo compartilhado com o grupo. Ao oferecerem oportunidade de trocas de ideias e ampliação das habilidades de escuta qualificadas, os círculos de diálogo favorecem a construção, pela comunidade, de uma cultura de paz. Os círculos de diálogo abordam uma temática específica, escolhida pelo CEJUSC que propõe a atividade. Em 2024 foram desenvolvidas atividades no CEJUSC Méier, no CEJUSC Bangu e CEJUSC Capital.
- Projeto Motivação e Talento - Círculo de Diálogo com Estagiários do TJRJ, desenvolvido pela Divisão de Indexação da 1ª Vice-Presidência do TJRJ. Objetivo: levar os Círculos de Construção de Paz aos estagiários lotados da Divisão de Indexação da 1ª Vice-Presidência do TJRJ e auxiliar na conscientização, responsabilização, capacitação e fortalecimento de talentos e habilidades dos estagiários no setor bem como agregar diferentes perspectivas para execução de tarefas novas.
- Projeto “Conexão e cuidado: Fortalecendo os Servidores do Tribunal de Justiça Através da Justiça Restaurativa”, já aprovado pelo presidente do NUPEMECT, ocorrido em 2024.

- Lançamento da Plataforma + Acordo em julho/2024 (Primeira fase – Piloto). Trata-se de plataforma de Resolução Online de Disputas (Online Dispute Resolution – ODR) desenvolvida pela PUC-Rio em parceria com TJRJ. Esta tem por objetivo conferir soluções adequadas e céleres para os mais diversos conflitos de interesses, proporcionando uma melhor experiência ao usuário e aumentando a celeridade, efetividade da resolução de demandas.
 - * Na primeira fase do Projeto, firmou-se parceria com a LIGHT S/A, concessionária de serviços de energia elétrica do Estado do Rio de Janeiro, uma vez que é a maior litigante privada neste Eg. TJRJ.
 - * Ademais, inicialmente, apenas eram tratados os casos pré-processuais oriundos de TOI – Termo de Ocorrência e Inspeção.
 - * Já na segunda fase, iniciada em dezembro/2024, houve a adesão das seguintes empresas para assuntos consumeristas diversos, tais sejam: OI S/A, Light S/A e UNIMED FERJ. Ressalta-se que outras empresas se encontram em tratativas para adesão à plataforma.
- “Projeto Amigo da Justiça”, o Ato Executivo TJ nº. 199/2024 publicado em 24/09/2024, que possui adesão voluntária e tem como escopo o compromisso público de redução de número de ações judiciais em que figure como parte, mediante a prevenção de conflitos e adoção de soluções alternativas para resolvê-los.

No ano de 2024 foram realizadas 118 (cento e dezoito) oficinas de parentalidade, sendo 101 (cento e uma) de forma presencial e 17 (dezesseis) de forma telepresencial;

Além dos projetos, foram realizadas diversas atividades e atendimentos aos processos encaminhados pelos CEJUSCs para a intervenção baseada nos princípios restaurativos, após a necessária concordância das partes:

- Implementação do Projeto de Prevenção à violência nas escolas através do convênio de parceria com a Prefeitura de Petrópolis;
- Organização de círculos em escolas, através do protocolo “Eu Te Vejo”;
- Projeto Cultivando o Cuidado, em instituições de acolhimento indicadas pelo CEJUSC da Vara da Infância, da Juventude e do Idoso;
- Círculo de Construção de Paz – Justiça Restaurativa em situações de violência doméstica (círculos realizados em separado para homens e para mulheres) no CEJUSC Rio das Ostras
- Círculos de diálogo (CEJUSC Méier, CEJUSC Bangu, CEJUSC Capital)
- Convênio com o instituto Humana Arte, no CEJUSC Leopoldina, para a implementação de práticas restaurativas;
- Encaminhamento das partes em processos judiciais nos CEJUSC Vara da Infância e da Juventude (matéria infracional), Friburgo, Leopoldina, Méier e Itaboraí.
- Atendimento de processo derivado da VEMSE;

- Realização de círculos para dirimir dificuldades relacionais de equipes de trabalho, quando solicitado.
- Disponibilização da abordagem de JR nas solicitações de mediações pré-processuais encaminhadas ao NUPEMEC e no Polo avançado da PUC-Rio.

Considerando a necessidade de divulgação das iniciativas envolvendo a Justiça Restaurativa, foram realizados os seguintes eventos:

- Palestra: Justiça Restaurativa em tempos estranhos. 31 de março de 2023, no auditório da EMERJ, com mais de 100 inscritos;
- Palestra: Justiça Restaurativa o que, para que, por que e como? 15 de agosto de 2023, com mais de 200 participantes, via teams;
- Circulando e celebrando- Evento em atenção à semana internacional de Justiça Restaurativa- Dia 29 de novembro na EMEDI;
- Palestra online - Prevenção à violência escolar: Protocolo "Eu te vejo" 4 de dezembro de 2023, com mais de 250 participantes, via teams;
- Palestra: Prevenção e Combate aos Assédios e a Discriminação no ambiente de trabalho. 12 de julho de 2024, COGENS e NUPEMEC/SEAJU;
- Palestra: Círculo de Diálogo com Estagiários do TJRJ. 26 de novembro de 2024. Stella Maris – EMERJ.

Com o objetivo de divulgar os projetos do TJRJ e conhecer as iniciativas de outros tribunais, juízes Coordenadores de CEJUSC e servidores participaram de congressos:

- Participação no 1º Encontro Nacional de Justiça Restaurativa na Educação, realizado pelo Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins nos dias 27, 28 e 29 de agosto em 2023.
- Participação no Workshop sobre Círculos de Construção de Paz com Kay Prannis, organizado pelo Tribunal de Justiça de Minas Gerais, em parceria com a AJURIS.
- Justiça Restaurativa: uma alternativa ao sistema Penal, ocorrido nos dias 6 e 7 de dezembro de 2023 no TJMG.
- I Encontro Nacional de Justiça Restaurativa e a Transformação da Cultura Institucional”, realizado pelo Tribunal de Justiça de Mato Grosso em parceria com o Conselho Nacional de Justiça (CNJ), em Cuiabá, nos dias 18 e 19 de outubro de 2023.
- “Pré-Jornada de Soluções Autocompositivas” ocorrida em 08 de novembro de 2024 promovida pelo Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul.
- “XI Jornada de Soluções Autocompositivas – Unindo Forças” ocorrida entre 21 e 22 de novembro de 2024 promovida pelo Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul.

- “Pós-Jornada de Soluções Autocompositivas” ocorrida em 04 de dezembro de 2024 promovida pelo Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul.
- 2º Congresso Internacional de Justiça Restaurativa promovido pelo Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais ocorrida em 21 e 22 de novembro de 2024.
- “Ação Social em homenagem ao dia nacional de luta da pessoa com deficiência” ocorrida em 26 e 27 de setembro de 2024 e desenvolvida pelo COMAI – Comissão Permanente de Acessibilidade de Inclusão – deste Eg. Tribunal de Justiça.

O I Processo Seletivo – Edital nº. 01/2023 ofertou 100 (cem) vagas para Mediadores Judiciais, sendo realizada a 1ª convocação em 25/06/2024 para o preenchimento de 48 (quarenta e oito) vagas para atuarem junto aos CEJUSCs.

Os referidos Mediadores Judiciais passaram a perceber remuneração por ato realizado, conforme estabelecido no § 1º do art. 7º da Resolução TJ/OE nº. 07/2022.

Evidencia-se no Tribunal o avanço da política judiciária de tratamento adequado dos conflitos de interesses na atual administração do TJRJ, tendo como resultado o fortalecimento da cidadania e a efetiva pacificação social.

14. Aperfeiçoamento da Gestão de Pessoas





14. Aperfeiçoamento da Gestão de Pessoas

Principais realizações em administração de pessoal

Adicional de Qualificação

Implementação do Adicional de Qualificação, instituído pela Lei Estadual 9.748, de 29 de junho de 2022, concedendo importantes avanços na remuneração dos servidores das carreiras de Analista Judiciário e Técnico de Atividade Judiciária.

O Adicional foi concedido aos servidores a partir da folha de pagamento de dezembro de 2023, trazendo incremento a cerca de 9.000 servidores, entre ativos e inativos.

O Adicional incidiu sobre a remuneração do servidor da seguinte forma:

I – 15% (quinze por cento), em se tratando de título de Doutor;

II – 12,5% (doze e meio por cento), em se tratando de título de Mestre;

III – 10% (dez por cento), em se tratando de certificado de Especialização;

IV – 7,5% (sete e meio por cento), em se tratando de título de Graduação.

Atualmente é percebido por cerca de 10.440 servidores, sendo 9049 ativos e 1391 inativos, conforme dados extraídos do sistema de pessoal em 03/12/2024.

Promoções por Temporalidade

Com a edição da Lei nº 9.748/2022, regulamentada pela Resolução n.º 10/2023, de 16/11/2023, do Conselho da Magistratura, que alterou para 18 meses o prazo para o desenvolvimento do servidor nas carreiras do Quadro Único e do Quadro Suplementar deste PJERJ.

Dessa forma, foi possível realizar a promoção/progressão automática dos servidores do Quadro Único do TJRJ no biênio, com o desenvolvimento de servidores nas carreiras, conforme tabela a seguir:

Cargo	2023	2024
Analista Judiciário	2.102	3.566
Técnico de Atividade Judiciária	1.957	3.363
Cargos do Quadro Suplementar	****	217
Total	4.059	7.146

Reajustes de Benefícios

Buscando valorizar o trabalho desenvolvido pelos servidores, a Administração Superior do TJRJ implementou reajustes nos benefícios, conforme tabela a seguir:

No biênio 2023/ 2024, a Administração Superior do TJRJ implementou os reajustes nos benefícios, conforme tabela a seguir:

Auxílio	Valor em 2022	Aumento em 2023		Aumento em 2024		Variação no biênio
Alimentação / Refeição	1.620,00*	1.710,00*	5,56%	1.770,00*	3,51%	9,26%
Locomoção	23,00*	24,00*	4,35%	25,00*	4,17%	8,70%
Saúde	346,00*	361,00*	4,34%	374,31*	3,69%	8,18%
Creche / Educação	1.555,44*	1.630,40*	4,82%	1.673,73*	2,66%	7,60%
Alimentação de Natal	2.852,20*	3.000,00*	5,18%	3.150,00*	5,00%	10,44%

* Valores em Reais

Em 2024, os reajustes nos benefícios foram retroativos a maio/2024

Conversão de Saldo de Férias e Licença Prêmio em Pecúnia

É necessário destacar a concessão aos servidores do direito de conversão em pecúnia de até 90 dias de saldos de licença-prêmio e férias não gozados.

Além do benefício financeiro concedido aos servidores, a medida trouxe elevado incremento na produtividade, visto que os servidores deixaram de se afastar pelos períodos que tinham disponíveis.

Conforme detalhamento na tabela abaixo:

Auxílio	Total de servidores que aderiram		Total de dias permitidos converter		Total de dias convertidos	
	2023	2024	2023	2024	2023	2024
Conversão saldo de Férias	4.574	5.779	Até 90 dias	Até 120 dias (se não acumular com outra pecúnia)	112.437	151.499
Conversão saldo Licença Prêmio	2.951	4.228	Até 90 dias	Até 120 dias (se não acumular com outra pecúnia)	195.870	291.000
Conversão saldo Plantão Judicial/Ação Social	*****	4.950	*****	*****	*****	112.227

Pesquisa do Clima Organizacional

A pesquisa de Clima Organizacional, no âmbito do Tribunal de Justiça, tem como objetivo mapear o grau de satisfação dos servidores em relação à Instituição, sua estrutura, sua organização, as relações interpessoais e comportamentos percebidos no ambiente de trabalho, identificando e compreendendo os aspectos positivos e negativos que possam impactar as relações e o clima organizacional.

A presente pesquisa foi realizada no período de 06/11/2023 a 06/12/2023, com o envio de e-mail e disponibilização de link no sítio eletrônico do PJERJ para acesso ao formulário pelos servidores efetivos, comissionados e requisitados que atuam na atividade jurisdicional das primeira e segunda instâncias e nas suas respectivas áreas administrativas. Desta forma, a pesquisa registrou a participação de um total de 2.183 (dois mil cento e oitenta e três) respondentes, de um universo de 12.722 (doze mil e setecentos e vinte e dois) servidores, entre efetivos (11.323), comissionados (447) e requisitados (952), público-alvo desta pesquisa, perfazendo o percentual de 17,16% de participantes.

Assim como em outras pesquisas de mesma natureza, o relatório apresenta os principais resultados obtidos, e aponta caminhos para a possibilidade de cruzamentos de informações para outras análises. As informações mais detalhadas, contidas no relatório poderão servir de base à tomada de decisões, análises mais aprofundadas, diagnósticos e sugestões de ações de melhorias trazidas por aquele instrumento.

Tendo sido alcançado um “índice geral de satisfação” de 73,65%, a partir dos resultados apurados, as Unidades Organizacionais avaliadas realizaram análise quanto à possibilidade de implementação de ações com o objetivo de propiciar condições para maior satisfação dos servidores nos ambientes laborais do PJERJ, além do fortalecimento dos vínculos institucionais, das relações humanas e a almejada melhoria da qualidade da prestação jurisdicional, contribuindo assim, para o processo de planejamento organizacional a curto, médio e longo prazo.

Programa Estágio para Todos

O “Programa Estágio para Todos”, inaugurado em 2023, que estabelece ações de Inclusão de Pessoas com Deficiência no Programa de Estágio Remunerado nas Unidades Organizacionais do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro, visa à inclusão competitiva de Pessoas com Deficiência de forma gradativa, a fim de serem atendidas as regras de acessibilidade, o fornecimento de recursos de tecnologia assistiva e a adaptação razoável no ambiente de atuação do estagiário com deficiência.

Programa de Residência

Neste ano de 2024, após a publicação da homologação do Resultado Final do I Processo Seletivo para designação na função de Residente, em 03/06/2024, e as Convocações nºs. 15/2024, 41/2024 e 46/2024, foram iniciados os processos de trabalho atinentes aos residentes. Foi publicado o Ato Normativo TJ nº. 30/2024 que regulamenta, no âmbito do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, o Programa de Residência.

Até o momento, há 471 Residentes ativos, tendo sido convocado o total de 1082. Foram inseridos no Programa 7 estagiários com deficiências, 3 são pessoas com deficiência visual, 2 são pessoas com deficiência auditiva e 2 são pessoas com TEA.

Para o dia 07/01/2025, há previsão de serem designados 300 Residentes (Direito).

Concursos Públicos

Com relação aos servidores efetivos, foram aprovados e classificados nos LX e LXI Concursos Públicos, respectivamente, para o provimento de vagas e a formação de cadastro de reserva em cargos de Técnico de Atividade Judiciária, sem especialidade, e Analista Judiciário, sem e com especialidade, convocados no biênio:

- Técnico de Atividade Judiciária, sem especialidade - 375
- Analista Judiciário, especialidades Analista de Gestão de TIC, Analista de Infraestrutura de TIC, Analista de Negócios, Analista de Projetos, Analista de Segurança da Informação - 132
- Analista Judiciário, especialidades médico e médico psiquiatra - 09
- Analista Judiciário, especialidade Assistente Social - 32
- Analista Judiciário, especialidade Psicólogo - 36
- Analista Judiciário, especialidade Contador - 22
- Analista Judiciário, especialidade Comissário de Justiça da Infância, da Juventude e do Idoso - 37
- Analista Judiciário, especialidade Execução de Mandados - 66
- Analista Judiciário, sem especialidade - 93

Total: 802 candidatos convocados no biênio

Principais realizações em saúde de magistrados e servidores

Ao longo de 2023 foram realizadas diversas ações de promoção de saúde e educação continuada.

Vinte e quatro (24) ações, entre cursos e palestras, ministrados dentro do escopo do PROGRAMA DE DIVULGAÇÃO DE TEMAS MÉDICOS/ ERGONOMIA /QUALIDADE de VIDA no TRABALHO, em parceria com ESAJ/EMERJ/Amil. A seguir exemplos de algumas peças de divulgação de ações para servidores e magistrados:



Ao longo de 2024 foram realizadas diversas ações de promoção de saúde e educação continuada.

Quarenta e uma (41) ações, incluindo 21 cursos e palestras, foram ministrados dentro do escopo do PROGRAMA DE DIVULGAÇÃO DE TEMAS MÉDICOS/ ERGONOMIA / QUALIDADE de VIDA no TRABALHO, em parceria com ESAJ/EMERJ/Amil. A seguir exemplos de algumas peças de divulgação de ações para servidores e magistrados:



Departamento de Saúde promove o curso “Atendimento de Emergências Cardiovasculares”

Implementação de Melhorias nos Sistemas Informatizados Utilizados pela SGPES:

- Implantação da margem eletrônica online para solicitação de empréstimos bancários, por magistrados, servidores e pensionistas de magistrados;

O projeto trouxe importantes ganhos principalmente para os magistrado e servidores requisitantes da consignação, eis que esta poderá ser mais rápida e bem menos burocrática, embora siga todos os padrões de autorização pelo Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro, para o cadastro das instituições financeiras que poderão prestar esse tipo de serviço. Além disso, os servidores que, atualmente, fazem esse controle de forma manual, poderão dispensar seu tempo a outras atividades administrativas que movimentam a folha de pagamento deste Poder.

Outro fator relevante é a redução de papel e burocracia, repetimos, sem perder o controle e a segurança, que além de gerar economia financeira, ocasiona ganho de imagem para o TJ e é mais uma atitude ligada à valorização de magistrados e servidores, eis que facilita para estes a obtenção de empréstimos.

ESAJ – Principais Realizações em Capacitação de Servidores e Auxiliares da Justiça

- Desenvolvidas 153 Palestras ao Vivo e 84 Palestras Gravadas.
- Palestra Transição para Novos Sistemas no TJRJ – PVPSIS
- Desenvolvidos 52 Cursos regulares ao vivo, 48 Workshops ao vivo, 13 Mini-cursos ao vivo e 22 cursos à distância com interação em padrão SCORM e 39 Ações de Capacitação Rápida.
- Desenvolvidos 19 cursos para público externo.
- Desenvolvido 2 novos cursos para o Programa de Formação Integral de Gestores da área administrativa e jurisdicional.
- Desenvolvido curso Desafios da Tecnologia na Justiça abordando a Governança Digital, Inteligência Artificial e Deep Fake.
- Atualizados 69 Cursos para público interno e externo.
- Desenvolvimento de dois eventos em comemoração ao dia Internacional da Pessoa com Deficiência (2023/2024)

- Desenvolvido Projeto Prioridade Absoluta com 10 palestras programadas e 4 realizadas em 2024.



- Realizadas 168 palestras, com disponibilização de 83.820 vagas, tendo 71.336 inscritos e 59.747 concluintes
- Realização de 370 turmas de ações de capacitação, disponibilizando 22.683 vagas, com 17.293 inscritos e 12.553 concluintes
- Oferta de 45 turmas integrantes do programa de Formação Integral do Gestor – FIG, com disponibilização de 1.990 vagas, tendo sido apuradas 1.693 inscrições e 1.358 concluintes.
- Ainda seguindo a orientação de capacitação no PJe, foram oferecidas 48 turmas, 2.325 vagas, contando com 1.393 servidores e colaboradores concluintes.
- Realizadas 17 turmas sobre EPROC, totalizando 1.124 vagas oferecidas, com 614 concluintes.
- Oferecidas 2 palestras sobre EPROC, com total de 1.500 vagas e 1.010 concluintes.
- Realização de duas turmas de PIF – PROGRAMA DE INTEGRAÇÃO FUNCIONAL, com um total de 355 novos servidores capacitados.
- Realização de 3 turmas do ciclo básico de RESIDÊNCIA JURÍDICA, para formação inicial de novos residentes, com 490 concluintes.
- Habilitação de 219 instrutores em palestras e cursos;
- Cadastro de 31 novos instrutores (internos e externos);
- Acompanhamento da satisfação com as ações de capacitação de 343 turmas de cursos e de 181 turmas de palestras ao vivo e gravadas, e a consolidação de 7.847 manifestações dos participantes na Pesquisa de Opinião;

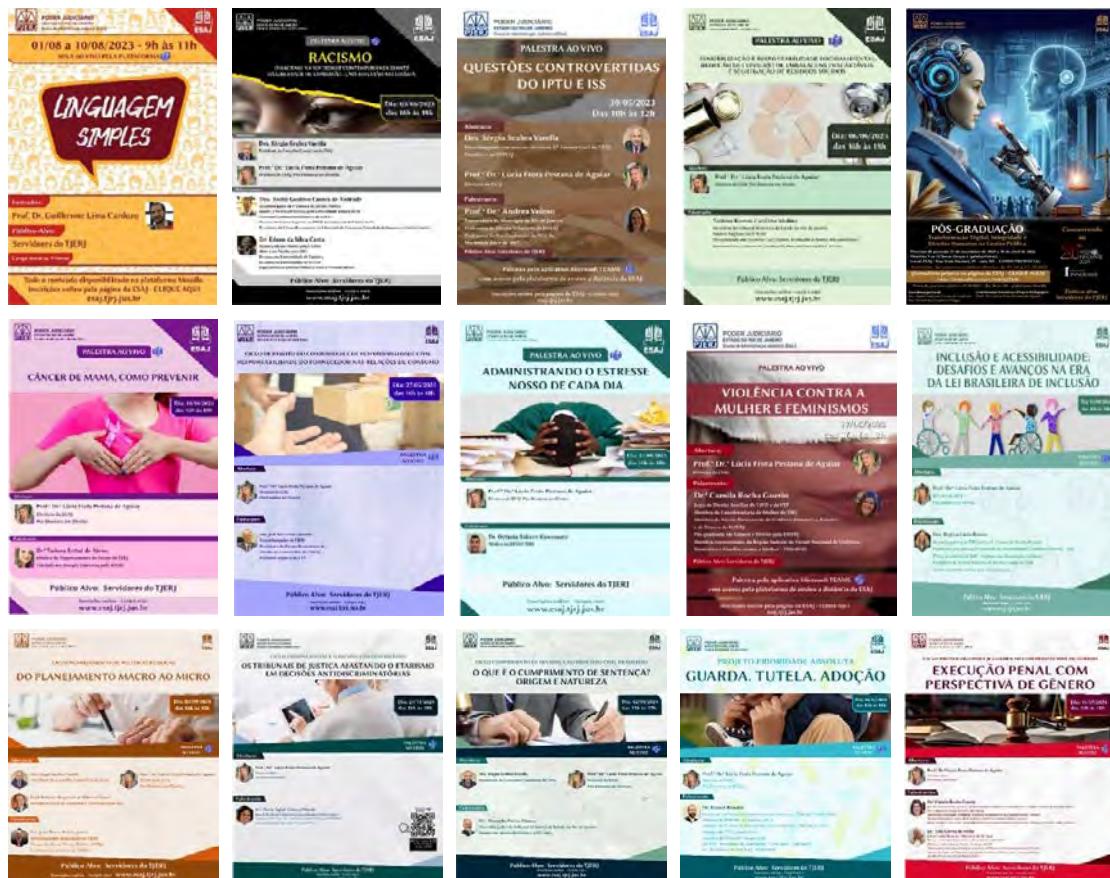
- Seleção de instrutores habilitados nos cursos de PJe para servidores, para ministrar as aulas dos cursos de capacitação de magistrados da EMERJ.
- Desenvolvimento dos cursos de capacitação e palestras no Eproc (internos e contratações externas.)
- Reuniões com a CGJ para decidir sobre convocação de servidores para os cursos de PJE nas serventias já implementadas.
- Organização, junto à CGJ, das turmas de PJE Gestão para capacitar chefes de serventia e servidores lotados no gabinete de juízo.
- Desenvolvimento da cartilha de boas práticas para instrutores a alunos.
- Projeto Piloto de legendagem de ações de capacitação promovendo acessibilidade às PCD.
- Em 2023 realizado Projeto Piloto de Capacitação com instrutores da ESAJ em parceria com a EMERJ e AMAERJ para capacitar magistrados no sistema PJE.
- Em 2023 realizado Projeto Piloto de Capacitação com instrutores da ESAJ em parceria com a EMERJ e AMAERJ para capacitar magistrados no sistema EPROC.
- Em 2024 realizada a capacitação e habilitação de instrutores em disciplinas do sistema E-PROC, sendo 14 instrutores para a primeira instância e 5 para a segunda instância. Em fase de capacitação de mais 15 instrutores para primeira instância e 4 instrutores para segunda instância.
- Implementação de novo formato de seleção de novos instrutores por meio de apresentação de aula simulada pelo aplicativo Teams, com a realização de 8 apresentações.
- Desenvolvidas diversas ações de capacitação em parceria com o DESAU / COGEN / SGTEC / SGCOL / SGDAI / SGSUS.

Demonstração de Algumas Palestras ao Vivo – Temas Diversos

- PVVAC – Palestra ao vivo: vacinação para todas as idades,
- PVROL – Palestra ao vivo: Colesterol: O Que Você Precisa Saber?
- PVALE – Palestra ao vivo: É alergia mesmo? como diagnosticar e tratar as principais alergias?

- PVSUU – Palestra ao vivo: suicídio: como prevenir?
- PVSON – Palestra ao vivo: O sono - impacto na qualidade de vida.
- PGSDE – Palestra gravada: Desafios à saúde mental num mundo em transformação.

Demonstração de Cartazes de Cursos e Palestras Diversos



Ações de Capacitação – EPROC

Palestras ao Vivo

- PVEPR – Palestra ao vivo: processo eletrônico: o sistema processual Eproc – desafios e potencialidades
- PVROO – Palestra ao vivo: visão geral do Eproc
- PVROC – Palestra ao vivo: o uso feliz do Eproc

Cursos

- APMEP – Aula presencial: Minutas Eproc: criação, edição e organização de minutas no sistema de processo eletrônico Eproc

- AVEPR – Aula ao vivo: Introdução ao processo Judicial Eletrônico Eproc
- AVSEP – Aula ao vivo: Sistema Eproc 2G para o Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro
- AVTID – Aula ao vivo: Capacitação no sistema Eproc: telas indispensáveis e detalhadas
- AVIPE – Aula ao vivo: Introdução ao processo judicial eletrônico Eproc no 1º grau
- APEDI – Aula presencial: Eproc: dicas de uso e estratégias para o gerenciamento de processos
- AVEPS – Aula ao vivo: Eproc para secretaria de Câmara
- AVEPG – Aula ao vivo: Eproc para gabinete de Desembargador
- AGSEP – Aula gravada: sistema Eproc 2º grau para o Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
- VATID – Videoaula: Capacitação no sistema Eproc: Telas Indispensáveis e detalhadas
- ACRMA - Ação de Capacitação Rápida: Gestão de mandados no Eproc

Cartazes de Cursos e Palestras no EPROC



Curso FOFIN 2023/2024



Pós-Graduação

- Conclusão da primeira turma do curso de Pós-graduação em INTEGRIDADE NA GESTÃO PÚBLICA E DIREITOS HUMANOS, com 32 formandos, com destaque pela concorrência ao Prêmio Innovare 2023.
- Conclusão, em julho de 2024, da segunda turma do curso de Pós-graduação em INTEGRIDADE NA GESTÃO PÚBLICA E DIREITOS HUMANOS com 18 concluintes.



- Iniciada em março a terceira turma do curso de Pós-graduação em INTEGRIDADE NA GESTÃO PÚBLICA E DIREITOS HUMANOS.
- Iniciada em novembro a quarta turma sob o título Pós-graduação em TRANSFORMAÇÃO DIGITAL, INTEGRIDADE E DIREITOS HUMANOS NA GESTÃO PÚBLICA.
- Realização de 2 turmas de Custas Processuais e GRERJ eletrônica para público externo, com 80 inscritos e arrecadação total de R\$18.830,00.
- Realização de uma turma de Formação de Peritos Judiciais, em quatro áreas (CONTÁBIL, FINANCEIRA E ADMINISTRATIVA / TECNOLÓGICA E DE ENGENHARIA / SERVIÇO SOCIAL E PSICOLOGIA / SAÚDE), com 78 participantes inscritos e arrecadação total de R\$187.200,00.
- Dando continuidade às ações de aprimoramento de Instrutores foi oferecido o curso AULA HÍBRIDA - CAPITAL INTELECTUAL PARA FORMAR INSTRUTORES PROMOTORES DE BOAS PRÁTICAS - FOFIN - AHFOF, com 25 concluintes e com destaque pela concorrência ao Prêmio Innovare 2023.
- Em 2024 também concorrendo ao Prêmio Innovare 2024, foram oferecidos quatro cursos de aprimoramento de instrutores:



- AULA HÍBRIDA - CAPITAL INTELECTUAL PARA FORMAR INSTRUTORES PROMTORES - AVALIAÇÃO - AHAVA, com 29 concluintes.
- AULA HÍBRIDA - CAPITAL INTELECTUAL PARA FORMAR INSTRUTORES PROMTORES DE BOAS PRÁTICAS- TUTORIA EM EAD - AHTUT, com 18 concluintes.
- AULA HÍBRIDA - FORMAÇÃO DE INSTRUTORES (FOFIN): INTRODUÇÃO ÀS NOVAS FERRAMENTAS TECNOLÓGICAS PARA O ENSINO HÍBRIDO - AHFIN e
- AULA HÍBRIDA - FORMAÇÃO DE INSTRUTORES (FOFIN): NOVAS METODOLOGIAS PARA O DESENVOLVIMENTO DE PLANOS DE CURSO.
- Confecção de 186 cartazes para divulgação das ações de capacitação e datas comemorativas, desenvolvimento de 9 Ebooks para cursos assíncronos e pós-graduação pela equipe de Design Gráfico;
- Revisão de texto de todos os cursos, workshops e minicursos realizados no semestre;
- Confecção das atas das reuniões do Conselho Consultivo da ESAJ;
- Revisão dos 42 TCCS da turma de pós-graduação - GPDH012022;
- Desenvolvidos e ofertados cursos EAD/Híbridos, inéditos na programação, cuja disponibilização ao final do ano auxiliou servidores a completarem ou adquirirem as 30 horas de capacitação:
 - Aula Híbrida - Deficiências Ocultas e Direitos Humanos
 - EAD - Compreendendo o Discurso de Ódio
 - EAD - Improbidade Administrativa
 - EAD - Temas Atuais no Poder Judiciário pelo Ministro Luis Felipe Salomão: Governança Socioambiental

Turmas Especiais Realizadas em 2023

- Formação de Peritos - Áreas de Psiquiatria, Medicina, Engenharia e Contábil/Financeira/Administrativa - arrecadação líquida: R\$148.162,80;
- Custas Processuais e GRERJ Eletrônica - AVCTG 01/2023 - arrecadação líquida: R\$5.573,40;
- GRERJ Eletrônica Inclusive em Juizados - AVCTR 01/2023 - arrecadação líquida: R\$5.265,52;
- Total líquido arrecadado em 2023: R\$ 159.001,72

Turmas Especiais Realizadas em 2024

- Formação de Peritos - Áreas de Psiquiatria, Medicina, Engenharia e Contábil/Financeira/Administrativa - arrecadação líquida: R\$141.895,08;
- Custas Processuais e GRERJ Eletrônica - AVCTG 01/2024 - arrecadação líquida: R\$2.883,96;
- Total líquido arrecadado em 2024: R\$144.779,04

Cursos Externos Realizados em 2023

- Formação em Justiça e Práticas Restaurativas e Facilitação de Procedimentos Restaurativos – modalidade presencial;
- 40 Questões para a aplicação segura da Nova Lei de Licitações – modalidade online;
- Plano de ação para implantar a nova lei de licitações pelos estados, DF, municípios e Poderes Judiciário e Legislativo – modalidade online;
- Pós-graduação em Licitações e Contratos – modalidade online;
- Treinamento do Software Volare – modalidade presencial;
- Acessibilidade Aplicada – modalidade online;
- Ciclo de Formação de Laboratoristas - ENCANTAR – modalidade presencial;
- Treinamento POSTGRESQL DBA – modalidade online;
- Seguros de Riscos Patrimoniais, Riscos Nomeados, Riscos Operacionais e Ramos Diversos – modalidade online;
- Normas Gerais de Direito Tributário – modalidade online;
- Impostos Estaduais e Municipais – modalidade online;
- Curadoria e Produção de Exposição: Estratégias e Dinâmicas – modalidade online;
- Dialética do Fazer do Psicólogo: Entre a Proteção e a Judicialização – modalidade presencial;
- MS Project - Planejando Cronogramas de Projeto – modalidade online;
- Direito Previdenciário Estadual – modalidade presencial;
- III Congresso Brasileiro de Psiquiatria Ocupacional & I Congresso de Saúde Mental Ocupacional – modalidade presencial;
- XVII Congresso Brasileiro dos Assessores de Comunicação do Sistema de Justiça – CONBRASCOM - Edição 2023 – modalidade presencial;

- Como elaborar e julgar a planilha de preços dos serviços com mão de obra exclusiva: passo a passo da elaboração e memorial de cálculo da planilha de custos da in nº 05/2017 – aspectos trabalhistas, previdenciários e tributários – modalidade online.

Convênios Realizados em 2023

- Convênio para descontos nas mensalidades dos cursos de Graduação, Pós-Graduação, Mestrado e Doutorado no Instituto Universitário do Rio de Janeiro Ltda., mantenedora da Faculdade Instituto Rio de Janeiro – FIURJ;
- Convênio para descontos nas mensalidades dos cursos de Graduação da Associação Brasileira de Educadores Lassalistas, mantenedora do Centro Universitário La Salle do Rio de Janeiro - UNILASALLE

Cursos Externos para Servidores Realizados em 2024

- Manual de normas técnicas para elaboração de trabalhos acadêmicos;
- Direito Previdenciário Estadual;
- Ligando Estratégia a Ação;
- Gestão Ágil de Produtos e Projetos com SCRUM (Scrum Master e Project Owner);
- Curso Oficial de Gestão 3.0;
- Curso de Formação Inicial e Continuada em Libras;
- Capital Intelectual para Formar Instrutores Promotores de Boas Práticas - FOFIN;
- Normas Gerais de Direito Tributário;
- Impostos Estaduais e Municipais;
- PMO Summit Latin America 2024;
- A Pesquisa e a Estimativa de Preços no Processo de Contratação Pública de Acordo com a Lei nº 14.133/2021, a IN nº 65/2021 e o TCU;
- Capacitação no uso da Plataforma LMS Moodle;
- Introdução ao Processo Judicial Eletrônico E-proc;
- Processo Eletrônico: o Sistema Processual E-proc, Desafios e Potencialidades;
- Capacitação no Sistema eproc1G;
- Sistema Eproc 2G para o Tribunal de Justiça do Rio;
- Capacitação no Sistema E-proc;
- Minutas E-proc;
- E-proc – Dicas de Uso e Estratégias para o Gerenciamento de Processos Judiciais;
- Justiça Global;

- Bim Forum Conference Brasil 2024;
- Capacitação On-Line: Advogados Públicos e A Nova Lei de Licitações;
- Estudos Avançados em Proteção de Dados e Novas Tecnologias;
- XXII Prêmio Nacional de Comunicação e Justiça (PNCJ) 2024;
- Administração dos Contratos de Prestação de Serviço;
- Direito Tributário com foco na Reforma Tributária;
- Formação introdutória para serviços penais;
- Iniciação de Perito Médico do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro;
- Agile Trends GOV;
- Credenciamento na Lei nº 14.133/2021 e na Lei nº 13.303/2016 - com enfoque aplicado de acordo com o Decreto nº 11.878/2024;
- Network+;

Site público da ESAJ:

Modernização de todas as páginas com melhoria visual e de usabilidade;



Sistema web corporativo ESAJ INTERNET:

A screenshot of the ESAJ Internet system interface. On the left is a vertical sidebar with a blue header containing the ESAJ logo and a navigation menu with items like "Entrada Principal", "Intercaptação de Cursos", "Automação de Cursos", and "Administração da AJ". The main area is a grid of nine cards, each with an icon and a label: "Troca de Usuário" (User Exchange), "Log de Erro" (Error Log), "Mapa de Sala" (Room Map); "Consulta de Turma" (Class Inquiry), "Cursos Planejados" (Planned Courses), "Cursos Regulares" (Regular Courses); "Programação de Cursos" (Course Scheduling), "Videos Educativos" (Educational Videos), and "Gerenciamento de Vídeos" (Video Management).

- Criação de uma nova página que permite a disponibilização e o gerenciamento dos vídeos educacionais da ESAJ;
- Mudança de layout na área de ADMINISTRAÇÃO da ESAJ para melhor a usabilidade com redirecionamento para diferentes funcionalidades através de cartões;
- Disponibilização de material didático possa que possa ser acessado pelos participantes e instrutores em grupos distintos;
- Criação de novas categorias de cursos (Híbridos, PJE e E-proc), além da criação de carrossel de cartazes na página da ESAJ de inscrição;
- Melhoria na responsividade da página para dispositivos móveis;
- Criação de funcionalidade de impressão e validação do Certificado FIG (Formação Integral de Gestores) através de um QR CODE gerado pelo sistema ESAJ;

Sistema Web Coorporativo ESAJ CESPE:

Modernização da aplicação na internet que contempla as inscrições nos cursos especiais (Curso de Peritos, Custas e Programa de Aperfeiçoamento Judicial), com mudança de todo o layout e migração para a linguagem de programação C#;

Sistema de Controle de Cursos - SCC:

Criação de relatórios com gráficos para consolidar os resultados das pesquisas de reação;

Aumento de desempenho na geração de relatórios e consultas.

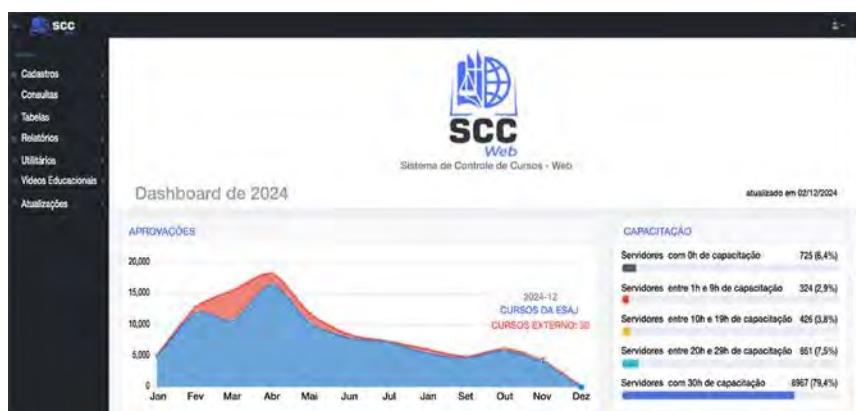
Implementação de pagamento por titularidade e com codocência.

Sistema SCCWEB:

Planejamento, com reuniões Kickoff, da substituição do sistema SCC desktop por sistema SCCWEB.

Criação de protótipo da tela inicial.

Desenvolvimento iniciado pelas telas de consulta e tabelas.



Criação de DASHBORD com os Dados Estatísticos do Biênio com dados relevantes para Gestão da ESAJ como (atualização 02/12/2024):

- Total de capacitações: 158.573
- Total de capacitações através de cursos: 39.118
- Total de capacitações através de palestras: 119.186
- Total de capacitações em FIG: 3.718
- Total de capacitações em PJe: 4.619
- Total de capacitações em Direito: 1.517
- Total de capacitações em Informática: 2.329

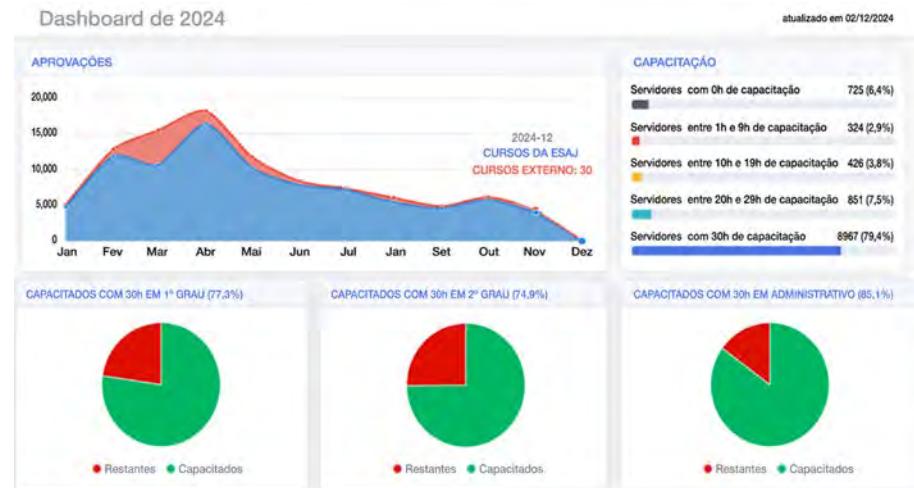


Criação de DASHBORD gerencial para acompanhamento de carga horária anual de capacitação (atualizado em 02/12/2024):

Total de capacitados em 30 horas anuais: 79,4%

EMERJ – Escola da Magistratura do Estado do Rio de Janeiro

- Realização de eventos institucionais: Prêmio Mulheres do ano - Entrega do Troféu Romy



Medeiros; Prêmio Melhor Monografia; Prêmio EMERJ Consciência Negra – Troféu Esperança Garcia; Formaturas dos Cursos de Especialização da EMERJ.

- Implementação da Assessoria Técnico-Jurídica: realizada obra para instalação física da assessoria e equipe. Redefinição dos fluxos de trabalho com elaboração de pareceres jurídicos e orientações as equipes da EMERJ para realização de convênios e aquisições.
- Iniciativas de fomento à cultura: foi realizado um Café Filosófico no Auditório da EMERJ, porém o Salão dos Magistrados tem sido bastante utilizado para diversos eventos, como por exemplo: Roda de Conversa em homenagem ao Dia Nacional de Luta da Pessoa com deficiência; vários eventos NUPEMEC, doação de sangue - HEMORIO;
- Observatório de Pesquisa Bryant Garth: produção das pesquisas realizadas e apresentação dos seguintes relatórios: - Relatório de Pesquisa NUPETEIJU 2 - maio 23, Relatório de Pesquisa NUPEMASC 2 - novembro 23 e Relatório de Pesquisa NUPEPAJ 2 - dezembro 23. Foi criado, em julho de 2024, o Núcleo de pesquisa em probidade, transparência e administração pública. Em 07/11/2024, foi realizado o evento com a produção e apresentação das pesquisas realizadas pelos seguintes núcleos: NUPEGRE; NUPELEIMS; NUPEMASC; NUPEPRO; NUPEPAJ; NUPEBIOS; NUPEAMIA; NUPETEIJU; NUPEDICOM; NUPEPROB.
- Revistas publicadas: Revista da EMERJ - volume 25, n. 1 - abril 23; Revista da EMERJ - volume 25, n. 2 - novembro 23; Revista Direito em Movimento - volume 21, n.1 - julho 23; Revista Direito em Movimento - volume 21, n.2 - dezembro 23; Em 2024, Revista da EMERJ - volume 26, com 10 artigos; Revista Direito em Movimento - volume 21, com 10 artigos. Mudança para publicação em fluxo contínuo dos artigos
- Lançamento do Curso de Mestrado Profissional em Direitos Humanos, Justiça e Saúde: o curso, criado a partir do convênio entre a Escola da Magistratura do Estado do Rio de Janeiro (EMERJ) e a Escola Nacional de Saúde Pública Sérgio Arouca (ENSP/Fiocruz)em 2023, oferece 25 vagas; Em 2024, foi iniciado o Curso de Mestrado Profissional em Direitos Humanos, Justiça e Saúde em parceria com a Escola Nacional de Saúde Pública Sérgio Arouca (ENSP/Fiocruz), no qual 13 juízes estão participando.
- Requerimento de credenciamento da Pós-EAD junto ao Ministério da Educação, tendo a Escola sido aprovada com nota máxima na visita presencial.
- Aprimoramento da acessibilidade na EMERJ, com a instalação de piso podotátil e placas de braile de identificação das salas, e com a aquisição de teclados para deficientes visuais.
- Diagnóstico do SGQ para alinhamento da nova estrutura e dos novos Objetivos da Qualidade para o período de 2023 e 2024;

- Revisão dos Direcionadores Estratégicos da EMERJ, aprovada pelo Conselho Consultivo;
- Manutenção do certificado do Sistema de Gestão da EMERJ na NBR ISO 9001:2015;
- Projeto Portas abertas - EMERJ: No Biênio, foram 37 visitas (10 visitas na instituição de ensino + 27 visitas na EMERJ). Resultou na participação 2.410 alunos do curso de direito.
- Reativado o Programa de Integridade da EMERJ: instituída a nova comissão de Ética, a qual revisou o Código de Ética da EMERJ e elaborou e divulgou as cartilhas do Código de Ética, de Mídias Sociais e de prevenção e combate ao assédio moral, sexual e às discriminações no âmbito da EMERJ. Em 2024, foi realizado pela Comissão de Ética Ciclo de palestras: “Revisitando as relações no ambiente de trabalho: reflexões para a prevenção dos assédios, discriminações e violências contra a mulher para todos os servidores, terceirizados e estagiários da EMERJ.
- Ampliação dos acordos de cooperação com instituições parceiras: REAL GABINETE PORTUGUÊS DE LEITURA, ESCOLA DA MAGISTRATURA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO (EMERJ) E FRANCISCO DE ASSIS: EDUCAÇÃO, CIDADANIA, INCLUSÃO E DIREITOS HUMANOS - FAECIDH, MANTENEDORA DA EDUCAFRO, TERMINAL GARAGEM MENEZES CÔRTES (TGMC), ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DA PROPRIEDADE INTELECTUAL – ABPI, ESCOLA DA MAGISTRATURA REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO – EMARF, UNIVERSIDADE PATATIVA DO ASSARÉ, DORAVANTE DENOMINADO UPA; CENTRO DE ESTUDOS SOCIAIS – CES; ACADEMIA BRASILEIRA DE DIREITO CIVIL – ABDC; INSTITUTO DOS ADVOGADOS BRASILEIROS – IAB; ESCOLA DE NOTÁRIOS E REGISTRADORES DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO – ENOREG; TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO RIO DE JANEIRO - TRE, ESCOLA DA MAGISTRATURA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - EMERJ, TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 1ª REGIÃO, TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO, TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, ESCOLA JUDICIÁRIA ELEITORAL DO RIO DE JANEIRO- EJERJ, ESCOLA DA MAGISTRATURA REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO, ESCOLA JUDICIAL DO TRT DA 1ª REGIÃO- EJUD1, com o objetivo de promover atividades e programas científicos, educacionais e, principalmente, de formação permanente de magistrados, bem como o fomento e apoio institucional aos cursos e eventos realizados pela EMERJ;
- Inauguração do Bistrô-Escola EMERJ SENAC RJ, por meio da realização de Acordo de Parceria;
- Cursos Oficial de formação Inicial para Magistrados: destinado aos 25 juízes recém-empossados pelo Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro (TJRJ) após o XLIX Concurso para Ingresso na Magistratura de Carreira do Estado do Rio de Janeiro, obteve o índice de satisfação de 97,58%.

- Cursos de Aperfeiçoamento de Magistrados: foram oferecidos 80 cursos, sendo 73 Cursos realizados nas modalidades presencial e EAD; os quais contaram com 1471 participações de magistrados fluminenses, os cursos obtiveram a média de satisfação de 98,69%;

Aperfeiçoamento:

1496 juízes do TJRJ participantes (os cursos não credenciados só passaram ser incluídos na metade de 2024) - 383 em 2023 e 1113 em 2024;

145 juízes externos participantes - 77 em 2023 e 68 em 2024;

Juízes em vitaliciamento - 72 em 2023/2024 (25 entraram em vitaliciamento em outubro de 2024)

80 cursos presenciais e EaD - 38 em 2023 e 42 em 2024 (em 2024 constam credenciados e não credenciados);

Média de avaliação de satisfação dos cursos EaD de 2023 e 2024 - 98,96%;

Média de avaliação de satisfação dos cursos presenciais 2023 e 2024 - 98,83%.

- Pós-Graduação Lato Sensu – 360h/aula: foram realizados 8 cursos de Especialização no biênio a saber: Curso de Especialização em Justiça Multiportas - Turma 2, Curso de Especialização em Gênero e Direito – Turma 4, Curso de Especialização em Direito Processual Civil – Turma 10, Curso de Especialização em Direito Penal e Processual Penal – Turma 3;
- Fóruns Permanentes: 44 Fóruns Permanentes, realização de 366 eventos com 76.275 participantes totais;
- Cursos de Extensão: Realização de 24 Cursos de Extensão com um total de 2.209 alunos matriculados.
- Curso de Especialização em Direito público e privado: Implementação dos simulados para os alunos do curso; Implementação novo formato das provas regulares; processo seletivo para ingresso de professores - 41 novos professores admitidos; foram selecionados 19 monitores acadêmicos, foram elaborados os manuais para os discentes e docentes; total de 742 alunos, produzidos 175 artigos científicos e 35 monografias defendidas;
- Cursos preparatórios para a Prova de Ingresso: PREMERJ: 5 turmas ofertadas na modalidade presencial;
- Cursos Livre: Técnica de sentença – 146 alunos;
- Incremento da comunicação interna e externa: Criação de conta da Escola na nova rede social Threads; Publicação de 402 vídeos nas redes sociais, com captação de imagens, roteiros e edição da Divisão de Mídias Sociais; Publicações de 14812 postagens nas redes sociais da Escola; Produção e publicação de mais de 280 matérias no site; Idealização e desenvolvimento de campanhas de divulgação para produtos específicos: Biblioteca, Fale Conosco, App Web, Cursos Extensão, Concurso, Premerj, Programa de Integridade, Emerj de Portas Abertas, Valores, Revistas, CPA, Monitoria Acadêmica, Emerj Solidária, Interpretação de Idiomas, Nú-

cleos de Pesquisa, Revistas Científicas, Cursos de Extensão, Pós-Graduação EAD, Bolsas de Estudo, Minha Biblioteca; Retomada da editoração da Revista Magistratus, com 4 edições publicadas;

- Implementação de acessibilidade nas notícias do site e publicações das redes sociais da Escola;
- Criação de Informativos Semanais para magistrados, servidores e magistrados aposentados (com recursos de acessibilidade);
- Inovação da divulgação por meio de totens eletrônicos;
- Aumento de 21.462 seguidores nas redes sociais, com percentuais destacados para 27,7% para o Instagram, 115,4% para o LinkedIn e 1.500% para o *TikTok*, apenas com o crescimento orgânico;
- 22.421.720 (vinte e dois milhões, quatrocentos e vinte e um mil setecentos e vinte) divulgações de cursos e eventos da Escola realizadas por meio de *mailing*;
- Elaboração do Manual de Identidade Visual e Manual de Comunicação Verbal;
- Participação da EMERJ como expositora na EXPOJUD e na Feira de Estágios da UERJ;
- Elaboração de 462 cartazes de divulgação;
- Diagramação:
 - *Visiting Guidelines* – EMERJ;
 - Manual do aluno 2023.2;
 - Manual do Professor 2023.2;
 - Manual do aluno 2024.2;
 - Manual do professor 2024.2;
 - Regulamento do Trabalho Jurídico Científico de Conclusão de Curso;
 - Cartilha de Assédio Moral e Assédio Sexual;
 - Cartilha da Diversidade;
 - Cartilha de Cooperação Judiciária;
 - Livro Mulheres no Direito: perspectivas e contribuições femininas no campo jurídico.
- Implementada a governança em TIC - destaca-se as principais inovações e melhorias:- Instalação da rede Wi-Fi de 300 Mbps full duplex - Melhoria na qualidade dos serviços de TIC Internet, Serviço de Gerenciamento da solução e Serviço de Monitoramento, Segurança e Acesso de rede WLAN – NOC, SOC e NAC. Salas de Aula, Auditórios e Biblioteca.
 - Migração do Site EMERJ para o domínio TJRJ.emerj.tjrj.jus.br – Credibilidade, Autenticidade e Segurança. O domínio TJRJ.JUS.BR é oficial e reconhecido, o que oferece legitimidade e confiança, além de oferecer controle sobre questões de segurança.

- Aplicativo APP Web Magistrado – segundo lugar na 5ª edição do Prêmio de Inovação Judiciário Exponencial (J.Ex), na categoria “Escolas Judiciais”. A premiação, que reconhece iniciativas inovadoras no âmbito da Justiça, destacou o projeto “App Web EMERJ Magistrados”, uma ferramenta digital desenvolvida para aprimorar a capacitação e o desenvolvimento contínuo dos Magistrados.

- Telas Interativas – Aquisição de 24 Telas Interativas de 75” polegadas, para as salas de aula e Biblioteca. As telas promovem uma experiência de aprendizagem mais dinâmica, facilita o acesso a recursos digitais, promove a inclusão digital e fomenta um ambiente de aprendizado mais colaborativo e envolvente. Redução no custo com manutenção e insumos.

- TVs 4k 75” Polegadas – Aquisição de 6 TVs 4K para os Auditórios Desembargador Paulo Roberto Leite Ventura e Desembargador Joaquim Antônio de Vizeu Penalva Santos. Qualidade de imagem, nitidez, cores mais vibrantes e melhor visibilidade. Maior durabilidade e menos custos operacionais.

- Acessibilidade Site EMERJ e Portal do Aluno com VLibras

Site EMERJ, com a Ação Coordenada de Auditoria em Acessibilidade Digital – NAI, vem adotando e definindo boas práticas de construção de código e seguindo as diretrizes do modelo de Acessibilidade em Governo Eletrônico – eMAG. Seguimos os Padrões Web – W3C (padrões de desenvolvimento Web) e as recomendações contidas no documento WCAG. Percentual de 90,65% (ASES).

Site EMERJ, publicação de eventos automaticamente.

- Novo Sistema Corporativo CADEMERJ, permitirá a centralização de todas as informações dos professores, incluído dados pessoais e acadêmicos. Isso resultará em maior organização e acessibilidade as informações. O sistema atenderá aos requisitos de segurança e conformidade com a LGPD (Lei Geral de Proteção de Dados).

- Sistema de Cursos para Magistrados, adaptado para funcionar em qualquer tamanho de tela, garantindo uma experiência fácil e intuitiva aos Magistrados.

- Atualização do Sistema Open Journal System (OJS), oferecendo melhorias de segurança e funcionalidades aprimoradas para o gerenciamento das publicações.

- Software de coleta e análise de dados para pesquisas, testes e provas.

- Novo Sistema Fale Conosco e Comissão de Ética - 100% Web. Integridade e otimização da comunicação.

- Aquisição de Computadores de Alta Performance para produções audiovisuais.

- Novo Cadastro de Participantes Estrangeiros e sistema integrado de controle e registro de frequência para eventos presenciais/webinars e melhorias no processo de emissão de certificados e comprovantes de horas, oferecendo maior praticidade e acompanhamento dos participantes.

- Nova Agenda EMERJ - 100% Web, permite que todas as Unidades tenham acesso, façam gestão e controlem os agendamentos de salas de aula, reuniões, eventos nos auditórios e cursos de forma centralizada e eficiente. Facilitando o acompanhamento em tempo real e a organização das atividades de cada unidade.
- Portal de Serviços DETEC – Nível Gestão - conjunto de boas práticas, garantindo a eficácia e alinhamento com os objetivos estratégicos.
- Criação de uma biblioteca digital, no site da EMERJ, contendo as gravações de todos os eventos da Escola para disseminação do conhecimento aos estudantes que se preparam para o concurso da magistratura e público em geral.
- 92 melhorias e novas funcionalidades nos Sistemas Corporativos
- Serviço de Outsourcing Reprográfica Policromático - alta qualidade de impressão em grandes volumes, com vantagem de contar com tecnologia de ponta, otimização do consumo de suprimentos, escalabilidade, suporte técnico e redução de riscos operacionais.
- Atualização do Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA) – novos recursos e inovação com a instalação de novos plugins, permitindo a inclusão de novas funcionalidades para os administradores, melhora no sistema de frequência, Implementação dos Níveis (gamificação) com Certificado automático nos cursos de Extensão, correção dos simulados e Implementação do Tour Guiado nos Cursos de Extensão.

Escola de Mediação

A EMEDI é uma iniciativa pioneira do TJERJ e visa contemplar a formação, a atualização, o aprofundamento e a expansão da cultura dos diversos meios adequados de resolução de conflitos que compõem o sistema multiportas, atendendo as premissas da Resolução CNJ 125/2010 com a Política Judiciária Nacional de tratamento adequado dos conflitos.

É um espaço de atuação técnica com um qualificado corpo de gestores, docentes e pesquisadores com experiência multidisciplinar para oferta de cursos para o público interno do Poder Judiciário e o público externo de instituições públicas e privadas com capacitações no âmbito da mediação, da conciliação, de inovações tecnológicas, práticas colaborativas e outras atividades afetas à Consensualidade.



História da EMEDI

Linha do tempo

Dezembro/2022	Criação da Escola de Mediação
Maio/2023	Estruturação Organizacional da Escola de Mediação
Agosto/2023	Início das Atividades Acadêmicas
Outubro/2023	1º Parceria Internacional (CUEMYC)
Março/2024	Ato Inaugural
Abril/2024	1º Emedi Debates Internacional
Julho/2024	Temporada de cursos de férias
Agosto/2024	Posse dos novos Mediadores
Agosto/2024	Programa de Integração Funcional
Agosto/2024	Cooperação internacional com o México
Outubro/2024	5º Encontro de Mediadores
Outubro/2024	Cooperação Internacional Espanha e Portugal

Conselho de Administração

I - Desembargador CESAR FELIPE CURY, Presidente do NUPEMEC, que o presidirá;
 II - Juíza de Direito ANA PAULA MONTE FIGUEIREDO PENA BARROS, Auxiliar da Presidência;
 III - Juiz de Direito GUSTAVO QUINTANILHA TELLES DE MENEZES;
 IV - Juiz de Direito DANIEL KONDER DE ALMEIDA;
 V - Senhor GABRIEL ALBUQUERQUE PINTO, Secretário-Geral de Gestão de Pessoas;
 VI - Senhora CLAUDIA MARIA FERREIRA DE SOUZA, Assessora III do Gabinete do NUPEMEC;
 VII - Senhor ADRIANO MOURA DA FONSECA PINTO, Diretor de Departamento da Escola de Mediação do Estado do Rio de Janeiro.

Direção EMEDI:

Adriano Moura da Fonseca Pinto - Diretor de Departamento
 Andréa Gadelha - Diretora de Divisão
 Divisão de Administração (DIADM)
 Nicole Rivello Fortes de Almeida - Diretora de Divisão

Divisão de Planejamento Pedagógico e de Avaliação e Controle de Cursos (DIACC)
Leonardo Soares - Chefe de Serviço de Administração (SERAD)
Divisão de Administração (DIADM)

Atividades Desenvolvidas na EMEDI:

- Cursos de Formação
- Curso de Capacitação
- Cursos Temáticos
- Cursos Preparatórios
- Seminários Internacionais
- Palestras
- Eventos Acadêmicos
- Visitas Técnicas

Os cursos de formação atendem às solicitações do NUPEMPEC e são pautados no Regulamento do Sistema de Ações de Capacitação e do Banco de Dados da Política de Tratamento Adequado de Conflitos – ConciliaJud.

Os cursos de capacitação, aperfeiçoamento e atualização profissional são voltados aos mediadores, magistrados e servidores do poder judiciário, com o objetivo de complementação da formação em temas específicos para a atuação profissional, nos limites do escopo da consensualidade e Justiça Multiportas.

As capacitações institucionais são provenientes de acordos de cooperação técnica e convênios e visam atender a demandas de instituições públicas ou privadas para capacitação de servidores.

Os cursos temáticos constituem cursos livres de curta e média duração, sob o enfoque da Mediação, da Conciliação, da Justiça Restaurativa, da Gestão Processual, de temas inerentes à Justiça Multiportas e saberes inter e transdisciplinares à consensualidade e à Justiça Multiportas.

Os cursos preparatórios realizados pela EMEDI possuem enfoque na preparação para os concursos que compõem a carreira jurídica e para os processos seletivos de mediadores judiciais, nos limites do escopo de atuação da EMEDI, em consensualidade.

Os Seminários Internacionais são atividades acadêmicas que envolvem instituições, profissionais e/ou pesquisadores internacionais como participes.

As visitas técnicas à EMEDI envolvem palestra e debates sobre os Métodos Adequados de Resolução de Conflitos e são direcionadas a grupos de estudantes de graduação e pós-graduação, que desejam conhecer a Escola de Mediação e as atividades acadêmicas desenvolvidas na instituição;

Painel Escola de Mediação em Números Atividades internacionais

- Total de turmas em 2023 e 2024: 130
 - Turmas em 2023: 21
 - Turmas em 2024: 109

- Turmas Executadas sob demanda do NUPEMEC: 63
- Total de horas ministradas em cursos sob demanda do NUPEMEC: 1167h
- Total de horas ministradas em 2024: 2518
- Total de inscrições para as atividades EMEDI em 2023 2024: 4989
 - Total de inscrições em 2023:623
 - Total de inscrições em 2024: 4357
- Total de estudantes em 2023 e 2024: 3520
 - Total de estudantes em 2023: 591
 - Total de estudantes em 2024: 2929
- Total de servidores alcançados em 2023 e 2024: 825
 - Total de servidores alcançados em 2023: 120
 - Total de servidores alcançados em 2024: 705
- Total de docentes que atuaram em 2024 na EMEDI: 77

Eventos Nacionais

- Setembro/2023 - 4º Encontro de Mediadores
- Outubro/2024 - 5º Encontro de Mediadores
- Abril/2024 - Ato Acadêmico Inaugural - Consensualidade, Gestão e Novas Tecnologias
- Abril/2024 - Encontro com autores - Gerenciamento de Processos e Litígios Familiares, com a Prof. Dra. Priscila Gonçalves.
- Abril/2024 - Encontro com autores - Acesso do Consumidor à Justiça: Medidas e Técnicas de Conciliação no PROCON, com o Prof. Me. Ronaldo Pinheiro Sérgio.
- Maio/2024 - Encontro com autores - Os Sistemas de Demandas Repetitivas para Tutela de Direitos Transindividuais e Individuais Homogêneos: Limites para o Consenso, com o Prof. Dr. Leonardo Santos.
- Junho/2024 - Encontro com Autores - Parceria Público-Privada na área Educacional: análise e reflexões sobre o PPP Educacional de Belo Horizonte e demais projetos em andamento no país, com o Prof. Dr. Eur. André Saddy e a Profª Dra Flávia Monteiro.
- Agosto/2024 - Encontro com Autores - Direito Processual Antidiscriminatório, com o Prof. Dr. Alexandre de Castro Catharina e o Prof. Dr. André Luiz Miranda de Abreu.
- Agosto/2024 - Visita Técnica à EMEDI – Alunos da Graduação Direito UNESA
- Setembro/2024 - Emedi Debates - Transformando o atendimento com a Linguagem Simples: manuais e práticas para ampliação do acesso à Justiça. Evento interinstitucional com o TRE-RJ.
- Outubro/2024 - Encontro com autores - Mediando por aí e contando histórias, com as Profas. Larissa Davidovich e Marcela Figueiredo.
- Outubro / 2024 – Visita Técnica à EMEDI - Alunos graduação em Direito Unilasalle

- Outubro/2024 - Visita Técnica à EMEDI - Alunos da Graduação em Direito UFRJ
- Dezembro/2024 - Encontro com autores - Da violência à mimética dos símbolos da paz: o valor da Justiça Restaurativa para a convivência escolar

Atividades internacionais

- Outubro/2023 - 1ª Parceria Internacional da EMEDI - VIII Congresso International CUEMYC “Mediación y convivencia: nuevos retos y nuevas oportunidades”, em Santander (Espanha);
- Novembro/2023 - “Como selecionar os casos a serem encaminhados para mediação: estratégias para juízes”, evento com o Dr. Vic Schachter, mediador (Estados Unidos);
- Novembro/2023 - “Empresas familiares: como tratar os conflitos que envolvem relações profissionais e afetivas?”, evento com a Dra. Jennifer Brandt, mediadora (Estados Unidos);
- Novembro/2023 - “Direito e tecnologia: novas perspectivas de solução de conflitos”, com juristas da América Latina e América Central.
- Abril/2024 - EMEDI Debates - Direitos Fundamentais e Proporcionalidade, evento com Prof. Matthias Klatt e Prof. Fausto Santos de Moraes.
- Junho/2024 - A Guerra e a Mediação Internacional de Conflitos, com o Prof. Dr. Francisco Pereira Coutinho.
- Setembro/2024 - Congresso Internacional - Desenvolvimento Humano, Trauma e Violência: Diálogos entre Saúde Pública e a Justiça Restaurativa. Evento inter-institucional FIOCRUZ, NUPEMEC, EMEDI.
- Setembro/2024: Internacionalização com a Universidad Nuevo León (México).
- Setembro/2024 - Seminário Internacional - Justicia y Métodos Alternos em la América Latina - Universidad Simón Bolívar (Colômbia) e Universidad Nuevo León (México).
- Outubro/2024 - IX Congresso Internacional para o Estudo da Mediação e do Conflito CUEMYC - “Mediação e Construção da convivência e da paz”.
- Novembro/2024 - Seminário Internacional - Experiências Internacionais de Práticas em Mediação, com a Dra. Ana Maria Maia Gonçalves - ICFL

Turmas de Formação de Conciliadores Judiciais

- Turmas em 2023 e 2024: 15
 - Turma em 2023: 7
 - Turmas em 2024: 8

Turmas de Formação de Mediadores e Conciliadores Judiciais

- Turmas em 2023 e 2024: 7
 - Turma em 2023: 2
 - Turmas em 2024: 2

Ações e capacitações exclusivas para o TJRJ

- Programa de Integração Funcional dos Mediadores: 48 mediadores e 23 h/a
- Prática orientada do Programa de Residência Interdisciplinar em Psicologia e Serviço Social: 5 turmas - 6 h/a mensais - 30 h/a totais em 2024 - 83 residentes
- Técnicas de Mediação para Prevenção e Resolução de Controvérsias nos Contratos Administrativos – SGCOL: 2 turmas de 30 horas e 63 servidores

Turmas de Cursos ofertados para outras organizações

- ANS - Capacitação em Mediação de Conflitos na Agência Nacional de Saúde Suplementar: 51 servidores e 2 turmas
- DEGASE - Comunicação Não Violenta e Aprimoramento em Competência Colaborativa: 78 servidores e 3 turmas
- SME Petrópolis - Escola Municipal São Judas Tadeu: 4 turmas
- TCE-RJ - A Consensualidade na Administração Pública e os Tribunais de Contas: 44 auditores de controle e 1 seminário
- RFB - Técnicas e Ferramentas de Consensualidade para Prevenção e Solução de Conflitos no Âmbito da Receita Federal: 48 auditores fiscais e 1 seminário

Próximos Passos

- Credenciamento dos cursos de Pós-graduação
- Lançamento dos Periódicos Técnico Científicos
- Comissões Temáticas
- Cooperação técnica com Universidades
- Séries do Conhecimento
- Editais de fomento à Iniciação Científica
- Editais de fomento à Pesquisa

Cursos realizados em 2024:

- A Consensualidade e o Fenômeno da Desjudicialização: A Atuação dos Serviços Extrajudiciais
- A Desjudicialização e o CPC/2015
- A Mediação no Direito das Famílias
- Adoção e busca da família
- Agenda 2030 da ONU e os Métodos Adequados para a Solução de Conflitos
- Alienação Parental: considerações críticas e atuação das equipes interprofissionais

- Análise Econômica do Direito e Consenso: a lógica racional por trás do litígio e o acordo
- Análise Econômica do Direito e Consensualidade: A lógica por trás do litígio e do Acordo.
- Apoio Continuado às Práticas Restaurativas
- Aprimoramento de Competências Colaborativas
- Arbitragem Internacional Aplicada
- Aspectos Práticos do Procedimento do Superendividamento
- Aspectos Relevantes do Direito Sucessório para um Planejamento Mediado
- Assédio Moral: prevenção e abordagem através da justiça multiportas
- Atuação do Mediador nas Sessões Telepresenciais
- Capacitação de Expositores para Oficina de Convivência
- Capacitação de Expositores para Oficina de Divórcio e Parentalidade
- Capacitação em Mediação de Conflitos na Agência Nacional de Saúde Suplementar - Módulo I: Básico em Mediação de Conflitos
- Capacitação em Mediação de Conflitos na Agência Nacional de Saúde Suplementar - Módulo II: Mediação e Conflitos na Saúde Suplementar
- Competências Socioemocionais para a Solução Adequada dos Conflitos
- Comunicação Não-violenta
- Conexão e Cuidado - Fortalecendo os Servidores do Tribunal de Justiça Através da Justiça Restaurativa
- Consensualidade na Administração Pública: o futuro do Direito Administrativo?
- Consensualidade no Superendividamento
- Criar filhos compassivamente - Uma abordagem a partir da Comunicação Não Violenta
- Desenvolvimento de soft skills para resolução de conflitos: empatia, escuta ativa e negociação
- Direito das Famílias, Consenso e Autonomia Privada - (Re)Leituras Necessárias
- EMEDI e TCE: A Consensualidade na Administração Pública e os Tribunais de Contas
- Enfrentamento da Violência em contexto escolar: contribuições da Justiça Restaurativa e da Mediação
- Estimulando a Consensualidade através de práticas não periciais
- Facilitação de Círculos de Acolhimento para Mulheres em situação de Violência Doméstica e Familiar
- Facilitação de Círculos para Homens no contexto da Lei Maria da Penha
- Formação de Conciliadores Judiciais
- Formação de Mediadores e Conciliadores Judiciais
- Formação em Mediação Organizacional: perspectivas para administrar os conflitos de forma colaborativa
- Fundamentos da Justiça Restaurativa
- Gestão Compassiva de Pessoas: a relação entre os chefes dos CEJUSC e os mediadores judiciais
- Habilidades Socioemocionais e Comunicacionais

- Habilidades Socioemocionais e Comunicacionais para mediadores e conciliadores
- Introdução à comunicação não violenta
- Introdução à Cultura de Paz: da fundamentação à positivação
- Introdução à Gestão de Conflitos nas Organizações
- Introdução à Justiça Restaurativa informada pelo Trauma
- Introdução ao Estudo da Arbitragem
- Introdução aos Contratos Internacionais de Arbitragem
- Introdução aos Métodos Adequados de Resolução de Conflitos
- Justiça em Nietzsche
- Justiça em Platão
- Justiça Restaurativa Informada pelo Trauma
- Linguagem Simples e Acesso à Justiça
- Mapeamento do Conflito
- Mediação de Conflitos Escolares de Pares e Círculos Restaurativos
- Mediação no Sub-registro
- Mediação no Superendividamento
- Métodos Adequados de Solução de Conflitos – curso preparatório ENAM
- Métodos Consensuais e Relações de Consumo
- Métodos de Pesquisa Aplicados a Temas da Consensualidade
- Negociação
- Nivelamento em Justiça Restaurativa
- Normas Fundamentais do Acesso à Justiça
- O Marco Legal da Mediação
- O Papel do Advogado na Mediação
- O Sistema Multiportas e a Mediação
- O Superendividamento e os aspectos práticos da fase consensual
- Oficina de Aperfeiçoamento em Práticas de Justiça Restaurativa com Ênfase nos Encontros Vítima-Ofensor
- Oficina de Aprimoramento em Facilitação de Círculos de Paz segundo a abordagem da Justiça Restaurativa
- Oficina de Comunicação Organizacional: perspectivas da tecnologia e da inteligência artificial para a consensualidade
- Oficina de Convivência
- Oficina de Negociação sob enfoque da metodologia de Harvard
- Políticas Públicas de Efetivação da Mediação como via de acesso à Justiça
- Prática Orientada Programa de Residência Interdisciplinar - Assistentes Sociais - Área Criminal
- Prática Orientada Programa de Residência Interdisciplinar - Assistentes Sociais - Área Cível
- Prática Orientada Programa de Residência Interdisciplinar - Psicólogos - Área Criminal
- Prática Orientada Programa de Residência Interdisciplinar - Psicólogos - Área Cível

- Práticas Restaurativas na Educação
- Violência Mimética e os Símbolos da Paz
- Processo Civil e Sistema Multiportas: soluções judiciais e extrajudiciais de conflitos
- Programa de Integração Funcional de Mediadores
- Seminário Técnicas e Ferramentas de Consensualidade para Prevenção e Solução de Conflitos no Âmbito da Receita Federal
- Soft Skills para a resolução de conflitos
- Técnicas de Mediação para Prevenção e Resolução de Controvérsias nos Contratos Administrativos
- Teoria do conflito e repercussões práticas na atuação do mediador
- Termo de Ajustamento de Conduta - TAC: Teoria e Prática
- Tutela Coletiva e Consensualidade

15. Fortalecimento da Estratégia Nacional de TIC e de Proteção de Dados





15. Fortalecimento da Estratégia Nacional de TIC e de Proteção de Dados

Na área de tecnologia da informação e comunicação de dados, o objetivo foi contribuir para a celeridade, eficiência e eficácia do Poder Judiciário do Estados do Rio de Janeiro, merecendo destaque:

Aprimoramento da infraestrutura institucional de TIC

Atualização do Parque Tecnológico do TJRJ

A fim de garantir a qualidade e a continuidade dos serviços de tecnologia da informação e comunicação (TIC) prestados para os usuários do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro (TJRJ), a Secretaria-Geral de Tecnologia da Informação (SGTEC) vem, de forma contínua, realizando ações de atualização e modernização do seu parque tecnológico, permitindo, dessa forma, a melhor utilização dos recursos computacionais e sistêmicos.

Distribuição de novos Computadores e Notebooks

Para garantir que a infraestrutura de TIC esteja adequada para atender às necessidades do TJRJ, foram realizadas aquisições de equipamentos e contratações de serviços, conforme listados a seguir:

- Troca dos equipamentos de uso pessoal fora do período de garantia: ao longo do ano de 2023, foram adquiridos 10.400 computadores e 2.000 notebooks. O número é muito considerável, pois o TJRJ conta com mais de 22.000 usuários e cerca de 29.000 computadores na rede corporativa. Em 2023, foram distribuídos 3.965 desses equipamentos, incluindo 369 notebooks destinados a juízes e desembargadores;
- Em 2024, foram concluídas as instalações dos computadores adquiridos no ano anterior, e a substituição dos notebooks destinados aos magistrados, sendo ainda atendidos as Salas de Sessão, o Plenário, os veículos da Justiça Itinerante e alguns setores administrativos. Foram, ainda, adquiridos mais 8.500 computadores e 25.000 monitores, visando a modernização do parque tecnológico. No biênio foram instalados 5.500 microcomputadores e 11.000 monitores;

Implantação do *Outsourcing* de Impressão em Todas as Unidades do TJRJ

Em 2024, o TJRJ deu um importante passo rumo à otimização de seus recursos com a implantação do *outsourcing* de impressão em todas as suas unidades. Essa iniciativa estratégica permitiu reduzir os custos com equipamentos, insumos e manutenção, liberando recursos financeiros para investimentos em áreas como tecnologia da informação e modernização dos serviços judiciais. Além disso, o *outsourcing* possibilitou uma redução no consumo de papel, contribuindo para a sustentabilidade do Tribunal.

Upgrade de Conectividade

Para atender às crescentes demandas por conectividade e garantir um ambiente de trabalho mais eficiente e seguro, foram realizadas melhorias significativas na infraestrutura de rede:

- Disponibilização de uma rede de internet Wi-Fi corporativa nos edifícios do Fórum Central. Estão sendo realizadas ampliações nos pontos de acesso para garantir maior cobertura de sinal, gradativamente;
- Contratação e instalação de nova rede de dados de longa distância, com aumento de capacidade e velocidade (de 100Mbps para 200Mbps) em 65 localidades distintas;
- Renovação do parque de equipamentos de rede, substituindo dispositivos obsoletos por tecnologias modernas que oferecem maior velocidade, estabilidade e suporte a novos padrões de conectividade;
- Aumento em 5 vezes da capacidade dos links de Internet, garantindo maior largura de banda para suportar o crescimento do tráfego de dados, reduzir latências e melhorar a experiência dos usuários nos serviços institucionais;

Essas iniciativas contribuem para a evolução da conectividade no TJRJ, promovendo maior eficiência e escalabilidade na infraestrutura de comunicação.

Modernização da Infraestrutura de Servidores e Sistemas Corporativos

Com o objetivo de aprimorar o desempenho, a segurança e a confiabilidade dos sistemas institucionais, uma série de avanços foi implementada na infraestrutura tecnológica:

- Foram adquiridos novos servidores e equipamentos com o objetivo de otimizar os processos de backup, ampliando a segurança e a proteção dos dados institucionais;
- Em setembro de 2024, foram concluídas as instalações de servidores de banco de dados de última geração e a integração de novos equipamentos de armazenamento (*storage*), adquiridos conjuntamente. Essa modernização proporcionou um aumento de 40% na capacidade de processamento, uma expansão de 200% na capacidade de memória, maior eficiência energética e suporte à criptografia de memória ponta a ponta, assegurando melhorias significativas em desempenho e segurança;
- Em novembro de 2024 foi concluída a migração dos bancos de dados e servidores de aplicação para uma infraestrutura moderna, proporcionando maior desempenho, estabilidade e confiabilidade aos sistemas institucionais. Com a conclusão da migração do último banco de dados, os servidores anteriores foram liberados para reaproveitamento em outras finalidades que não envolvam o ambiente de produção;

Contratações de Nuvem

Em constante adoção de novas tecnologias, fundamentais para viabilizar a modernização tecnológica e a eficiência operacional da área de Tecnologia da Informação no uso de serviços em nuvem, foram estabelecidos os seguintes contratos:

- Créditos Multinuvem
 - Data de Início: maio/2024.
 - Descrição: contrato que abrange a aquisição de créditos para hospedagem dos sistemas PJe, eproc, ou quaisquer outros sistemas que possam ser migrados ou desenvolvidos na nuvem. Atualmente, a infraestrutura contempla o uso da AWS, com previsão de integração futura da Microsoft Azure;
 - Exemplo: transição de dados e metadados do Conselho Nacional de Justiça para nuvem própria do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro, permitindo diminuição de custos na manutenção do funcionamento adequado de sistemas e no cumprimento de obrigações normativas de controle de qualidade dos serviços disponibilizados pelo TJRJ ao público.
- Serviços Técnicos Especializados em Nuvem
 - Data de Início: setembro/2024.
 - Descrição: contrato que disponibiliza profissionais especializados exclusivamente dedicados para apoiar a área da SGTEC nas iniciativas e projetos relacionados à adoção, uso estratégico e gestão financeira do consumo de serviços de nuvem.
- AWS - Professional Services
 - Data de Início: setembro/2024.
 - Descrição: contrato firmado diretamente com a AWS para a prestação de serviços especializados sob demanda. O foco é garantir as melhores práticas na configuração e gestão dos recursos de nuvem, independentemente do sistema ou carga de trabalho envolvida.

Além dessas importantes iniciativas, persistem estudos para migração de sistemas institucionais para a nuvem, que proporcionarão redução de custos.

Aprimoramento da Infraestrutura de Hospedagem de Aplicações

Dando continuidade à implantação de ferramentas voltadas para desenvolvimento de *software* (programas de computador) foram utilizadas soluções que integram técnicas modernas para disponibilização das aplicações. Essas ferramentas promovem flexibilidade, resiliência e automação no ambiente, resultando em entregas de sistemas mais rápidas e eficientes.

Infraestrutura de Computadores e Usuários

Diversas iniciativas foram implementadas com o objetivo de modernizar as atividades de trabalho e a prestação jurisdicional.

Foram ampliados os recursos e utilização do Office 365:

- Microsoft Teams – Disponibilização de cartões de perfil dos usuários no Teams, facilitando a comunicação e colaboração, com a disponibilização de informações importantes sobre colegas de Tribunal;
- Implantação do Painel de Qualidade de Chamada (CQD), que possibilita monitorar, avaliar qualidade e tendências de chamadas na plataforma Teams;
- Implantação do TJRJ Informa que disponibiliza comunicados da SGTEC no Teams aos seus usuários;
- Migração dos seguintes aplicativos do Teams para o Microsoft Azure Marketplace, ganhando em atualizações e suporte:
 - Balcão Virtual: Atualização da versão com melhorias da experiência dos usuários do TJRJ, encerramento automático e informações do atendimento disponíveis dentro da reunião;
 - TJRJ Informa: Implementação de um canal de comunicação para todos os usuários internos;
 - IETE ChatBot: Atualização técnica da interface de conteúdo para os gestores que alimentam a aplicação;
 - DEATE-SGTEC: Aplicativo que permite a abertura de chamados diretamente no ambiente do Teams, com funcionalidades, tais como: controle de filas e gerenciamento de atendimentos. As ações técnicas executadas foram desde atualização de identidade visual a evolução técnica do aplicativo, incluindo revisão da arquitetura e processos.
- Aumento de créditos da plataforma em nuvem, Microsoft Azure, a ser destinada para projetos de IA e beneficiários de projetos sociais;
- Melhorias no ambiente Microsoft 365 com soluções e capacitação das equipes para maximizar o uso das tecnologias;
- POC (prova de conceito) do VDI (Virtual Desktop Infrastructure): para utilização de desktops virtuais dentro e fora de rede do TJRJ. As estações de trabalho ficam hospedadas na nuvem Microsoft e podem ser acessadas por dispositivos remotos, dentro e fora da rede corporativa. Centraliza a administração, facilita o gerenciamento de estações e proporciona maior flexibilidade e segurança ao usuário final e à rede corporativa;
- Migração dos sistemas operacionais para versões superiores, que fornece novos recursos de segurança, como o Credential Guard, protegendo credenciais de usuários; Além da infraestrutura de trabalho, também houve incremento da infraestrutura de segurança, iniciando pelos computadores e proteção dos usuários.

Segurança de Computadores e Usuários

As atividades relacionadas à segurança da informação são executadas de modo permanente. Diante do aumento de ataques cibernéticos e crimes digitais vitimando órgãos públicos – que podem causar vazamento ou perdas, quase sempre irrecuperáveis, de informações corporativas – mais do que nunca, é indispensável manter o ambiente saudável e seguro.

A fim de garantir a segurança necessária, foram realizadas atividades como:

- Implementação do recurso “esqueci minha senha” (SSPR), para permitir ao usuário alterar a própria senha a partir do portal Office;
- Implementação do Microsoft Defender para monitorar continuamente e tratar atividades suspeitas de forma centralizada, mesmo fora da rede corporativa;
- Disponibilização da autenticação por biometria nos notebooks;
- Bloqueio da autenticação básica e imposição da autenticação multifatorial (MFA) por política, para todos os grupos de usuários de produtos Microsoft 365, garantindo assim maior segurança de acesso indistintamente, incluindo imposição de MFA para usuários convidados;
- Atualização permanente das estações e servidores departamentais e de localidades remotas. Essa tarefa é composta por várias outras menores, como homologação, distribuição e aplicação de atualizações de sistema operacional, aplicativos e de segurança – inclusive antivírus – disponibilizadas pelos fabricantes, todas com o intuito único de manter o TJRJ atualizado com a tecnologia do momento contra ameaças de segurança;
- Configuração, aplicação, conformidade e refinamento de políticas de defesa antispam e antiphishing (e-mails indesejados e fraudes digitais), empregando inteligência para proteção, aviso de primeiro contato e contato externo, bem como proteção contra tentativa de usurpação de identidades;
- Habilitação do *firewall* (dispositivo de segurança que se comporta como uma parede de proteção contra ameaças externas);
- Configuração de regras de acesso condicional específicas baseadas em geolocalização (bloqueio de acesso oriundo de países incomuns aos aplicativos de nuvem);
- Identificação e tratamento de alertas e incidentes de segurança da informação, como vazamento ou roubo de credenciais e informações dos usuários do TJRJ;
- Integração do ambiente Microsoft com a ferramenta *DarkTrace* (solução de segurança de rede que identifica e combate ameaças cibernéticas de forma proativa);
- Integração do ambiente Microsoft com ferramenta de categorização de dados para avaliação de conformidade com a LGPD (Securiti.ai), em atendimento aos preceitos normativos de proteção de dados pessoais;
- Refinamento de políticas Anti-Malware para e-mail, incluindo bloqueio de mensagens com links suspeitos.

Além da segurança dos computadores, houve também a promoção da proteção dos dados organizacionais.

Promoção da Proteção de Dados Organizacionais

A transformação digital ocorrendo no Poder Judiciário proporciona benefícios como celeridade e confiabilidade de resultados, mas traz também os perigos do mundo cibernético, como ataques virtuais frequentes. Portanto, é imprescindível cuidar da segurança e proteção dos dados e informações processuais. As ações de segurança da informação estão sendo coordenadas pelo Comitê Gestor de Segurança da Informação (CGSI), e instrumentalizadas pelo Departamento de Segurança da Informação (DESEG), destacando-se:

Proteção de Dados Pessoais

- Criação da Política de Privacidade do TJRJ e dos Avisos de Privacidade nos serviços do Tribunal, garantindo a conformidade com a LGPD;
- Adequação dos cookies dos principais sistemas do Tribunal, incluindo o Portal, à LGPD e demais normativos da Agência Nacional de Proteção de Dados (ANPD);
- Implementação do serviço DLP (Prevenção de Perda de Dados), que permite o monitoramento de documentos classificados a fim de prevenir e alertar sobre possíveis vazamentos de dados;
- Mapeamento de todos os dados pessoais que são tratados pelo TJRJ (data mapping), para fins de atendimento e adequação à Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) - projeto em andamento.

Conscientização em Segurança da Informação

- Criação e divulgação do e-mail do DESEG como canal de atendimento aos usuários institucionais sobre questões relacionadas à segurança da informação;
- Atualização do treinamento em Segurança da Informação da ESAJ, com a conclusão da primeira turma nessa nova versão;
- Realização de campanhas de conscientização em segurança da informação com ampla divulgação em diversos canais de comunicação, como e-mail, Teams, Portal TJ, TJRJ Informa, Sistema SEI, LinkedIn, Instagram e no canal oficial do Youtube.

Segurança das Aplicações

- Gestão de vulnerabilidades nas aplicações do TJRJ, por meio de varreduras automatizadas e testes de segurança manuais, garantindo o aprovisionamento seguro das aplicações, e evitando ataques cibernéticos;
- Implantação de autenticação multifatorial (MFA) nos sistemas judiciais e demais sistemas críticos em cumprimento à normativa do CNJ;
- Realização de testes de intrusão nos ambientes internos e externos, para identificar pontos de melhoria na resiliência cibernética das aplicações, na infraestrutura, na segmentação de redes, e nos sistemas de monitoramento e vigilância do TJRJ;

- Implantação de várias camadas e funcionalidades de proteção no sistema eproc, realizando testes de intrusão, simulando ataques cibernéticos, análises do código-fonte, verificação de configurações seguras e exposição de dados sigilosos;
- Inclusão de aplicações no *Firewall* de Aplicações Web (WAF) para mitigar ataques provenientes da internet;
- Implantação de varreduras de auditoria no orquestrador de contêineres, visando adequação ao padrão internacional de segurança cibernética do CIS Benchmark - conjunto de diretrizes e práticas recomendadas para garantir a segurança de sistemas e dados.

Gestão de Incidentes e Vulnerabilidades

- Implantação do serviço de detecção e resposta a incidentes cibernéticos no TJRJ, que opera 24 horas por dia, 7 dias na semana através do SOC (Centro de Operações de Segurança). Ele conta com a ferramenta *DarkTrace* que realiza o monitoramento de ameaças em todo ambiente do TJRJ em tempo real;
- Integração da ferramenta *DarkTrace* com as demais ferramentas de segurança (*anti-malware* e *firewall*) do Tribunal para aprimoramento da detecção de incidentes de segurança;
- Inclusão de novos pontos de coleta de dados de rede para análise do tráfego pelo *DarkTrace*, o que possibilita um maior enriquecimento de dados para análise da ferramenta em busca de ameaças;
- Implantação do *DarkTrace* no ambiente AWS (nuvem), que sustenta o eproc – em andamento;
- Integração da ferramenta Tenable Cloud com o provedor de nuvem AWS, de forma a identificar, em tempo real, as vulnerabilidades e problemas de configuração que podem trazer riscos de segurança aos sistemas eproc e PJe.

Gestão de Riscos e Conformidade

- Edição da RAD do ciclo de tratamento de vulnerabilidades e riscos – em andamento;
- Implementação de ferramenta de gestão de riscos para acompanhamento do tratamento das vulnerabilidades e dos riscos existentes no ambiente do TJRJ;
- Elaboração e atualização de Resoluções e Atos Normativos voltados à Segurança da Informação, incluindo a Política de Segurança da Informação do PJERJ, a Política de Segurança para Serviços em Nuvem, além dos Atos Normativos relacionados à Gestão de Segurança da Informação e à Gestão de Acessos.

Auditoria e Melhorias

- Realização das seguintes auditorias de segurança:
 - Das regras de *firewall* identificando oportunidades de melhorias na configuração, dentre elas o aumento de desempenho do equipamento e a possibilidade de rastreabilidade dos acessos;

- Do *backup* de *logs* (registros) de *firewall* para validação da retenção pelo prazo exigido pelo Marco Civil da Internet (12 meses);
- Do *backup* dos dados corporativos para avaliar a conformidade com as melhores práticas e identificar oportunidades de aprimoramento;
- Realização de ajustes nos *logs* (registros de atividades) do PJe para inclusão de informações relevantes em casos de auditorias e investigações.

Aprimoramento dos Sistemas Institucionais e Geração de Inovações Tecnológicas

Observabilidade e Monitoramento

A SGTEC, por meio de soluções observabilidade, tem expandido sua capacidade de monitoramento e gestão de desempenho dos sistemas corporativos. A partir da Implementação da ferramenta Dynatrace, que provê monitoramento 24/7 e auxílio de IA multimodal para prevenir, detectar e reagir a problemas de infraestrutura e aplicações.

A seguir, são apresentados os principais avanços alcançados com o uso do software Dynatrace:

- Monitoramento de Infraestrutura e Serviços:
 - O software Dynatrace, contratado como serviço, monitora mais de 120 máquinas virtuais e identificou mais de 600 serviços ativos, incluindo aplicações, sistemas e processos de sistema operacional;
 - As extensões da ferramenta proporcionam visibilidade aprimorada em diversos ambientes, como:
 - Infraestrutura virtualizada (VMWare);
 - Ambiente de nuvem AWS;
 - Expiração de certificados digitais de servidores, permitindo ações preventivas.
- Painéis de Monitoramento:
 - Foram desenvolvidos mais de 50 dashboards personalizados, agregando dados relevantes que facilitam a análise de problemas e o acompanhamento do desempenho de sistemas críticos, como PJe, SEI, eJUD, eSSJ, MNI, entre outros;
 - Esses painéis consolidam informações essenciais para a tomada de decisão e a identificação de gargalos operacionais.
- Automação de Alertas:
 - A equipe do Serviço de Monitoramento e Problemas integrou, customizou e automatizou o envio de alertas utilizando o Microsoft Teams como canal de

comunicação. Atualmente, está em andamento a integração com o ServiceNow, nova ferramenta de gestão de chamados de TIC, com o objetivo de automatizar a abertura de incidentes;

- Os alertas são direcionados automaticamente para as equipes mais apropriadas, agilizando a resposta a incidentes e otimizando a gestão de eventos.

A combinação dessas ações fortalece o acompanhamento contínuo da infraestrutura de serviços de TIC, assegurando a alta disponibilidade e o desempenho das aplicações e serviços, alinhando-se aos objetivos estratégicos da SGTEC.

Implantação do Sistema eproc

Iniciada implantação do novo sistema de processo judicial que visa unificar e substituir os três sistemas judiciais atualmente em uso (DPC, PJe e EJUD) no TJRJ. Neste período, foram realizadas uma série de ações estratégicas e operacionais para garantir a transição eficiente e a modernização dos processos judiciais:

- Já implantado em 64 serventias de 1º grau (Competência Dívida Ativa) e 12 órgãos de 2º grau, incluindo Câmaras de Direito Público, Primeira e Terceira Vice-Presidências e Órgão Especial;
- Realizadas mais de 236 horas de treinamento a magistrados e servidores;
- Configurações e testes foram realizados para integrar o eproc aos sistemas das Procuradorias, Defensoria Pública e do Ministério Público por meio do MNI (Modelo Nacional de Interoperabilidade). Essa integração tem como objetivo viabilizar a distribuição automatizada de ações judiciais;
- Atualizada a consulta a dados da OAB, trazendo melhoria no desempenho e confiabilidade da integração, colaborando para o projeto de forma nacional;
- Realizadas alterações no Portal de Serviços para que um usuário que informasse um processo do eproc fosse informado e direcionado ao sistema correto, seja ele de primeiro ou segundo grau;
- Implantada a Unidade Remota de Cumprimento e Apoio – URCA RJ -, para apoio às serventias na busca de endereços, consultas de endereços e bloqueio de bens, através de integração ao SISBAJUD e INFOJUD;
- Foram tomadas várias medidas para proteger as informações, como a criação de um relatório para avaliar o impacto na privacidade dos dados pessoais (RIPD - Relatório de Impacto à Proteção de Dados Pessoais), a realização de testes para identificar possíveis falhas de segurança simulando ataques ao sistema, revisões no funcionamento interno do sistema, aumento da complexidade das senhas usadas no banco de dados e o levantamento de informações para garantir conformidade com a Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD);
- Elaborados manuais detalhados e completos para guiar novos colaboradores das equipes de desenvolvimento na execução de tarefas complexas, da forma mais eficiente e segura possível;

- Processos automatizados foram criados para montagem e disponibilização de versões do sistema, garantindo um processo de desenvolvimento e entrega mais ágil e confiável;
- Fomentada cultura de colaboração, automação e melhoria contínua nas equipes de desenvolvimento para garantia do sucesso dos projetos e a satisfação dos usuários;
- Atualmente estão sendo realizadas as ações necessárias à configuração e customização do sistema para a implantação da competência da Fazenda Pública nas Varas Especializadas da Capital;
- Previsão para o início do projeto de migração do PJe para o eproc em Janeiro/2025.

Inteligência Artificial no TJRJ

Ao longo deste biênio, foram implementadas diversas iniciativas relacionadas à inteligência artificial (IA), destacando-se as seguintes:

Assistente de IA Generativa – ASSIS:

Disponibilização de assistente baseado em Inteligência Artificial Generativa que auxilia Magistrados a criar minutas de despachos, decisões e sentenças, com as seguintes características:

- Capaz de responder a qualquer pergunta sobre os processos;
- Necessária confirmação pelo usuário a cada interação com o sistema;
- Previsão de aumento exponencial na produtividade em decisões judiciais e em eficiência na tramitação de processos: economizando-se 2 horas de trabalho ao dia, é capaz de produzir tanto quanto 1.100 novos Desembargadores, Juízes, Assessores e Secretários;
- Possui Integração via nuvem com PJe e previsão de integração com o eproc;
- Segurança: arquivos são tratados em ambiente isolado, possuindo auditoria e rastreabilidade completos;
- Individualização da base de dados de cada Magistrado em acervo e perfil próprios;
- Exigida capacitação prévia no sistema pelo Magistrado;
- Sistema continua sendo continuamente aprimorado com base no feedback dos Magistrados.

Classificador TPU – Competências, Classes e Assuntos:

Disponibilização de classificador de competências, classes e assuntos que correlaciona qualquer petição às Tabelas Processuais Unificadas (TPU) do CNJ, visando à padronização e maior eficiência no tratamento de informações judiciais. Características:

- Sugere ao usuário ratificar classificações incoerentes com o conteúdo do documento;
- Provê a higienização global das bases de dados estatísticas de classificações para petições iniciais e intercorrentes, bem como atos jurisdicionais, sejam estes decisórios ou não;
- Adequação completa às metas CNJ, Datajud e Codex.

Precedentes Qualificados – 2^a Instância:

Implementação de sistema que correlaciona petições a Súmulas Vinculantes, Temas, Teses, IRDRs (Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas) e IACs (Incidente de Assunção de Competência), promovendo maior consistência decisória. Utiliza técnicas de processamento de linguagem natural (NLP) para comparar casos e garantir decisões mais consistentes.

Realização de parcerias com Microsoft, Google e AWS:

Foram realizados projetos em parceria com empresas líderes em seus segmentos para desenvolvimento de Inteligência Artificial (IA), visando automação na verificação de teses e temas vinculantes dos tribunais superiores e automação na minuta de sentenças e decisões.

Evolução de Sistemas Administrativos

Os seguintes sistemas administrativos tiveram suas funcionalidades evoluídas no biênio:

Área de Gestão de Pessoas

- SDS (Sistema do Departamento de Saúde);
- GPES/GPESWEB;
- SCIM (Sistema de Concurso para o Ingresso na Magistratura) ;
- Portal de Magistrados e Servidores;
- GEAUX (Sistema de Controle e Gestão de Juízes Leigos);
- MPS-ESOCIAL (Sistema de Comunicação com o E-SOCIAL - Ambiente Nacional);
- Gestão de Benefícios;
- APPTJRJ (APLICATIVO FUNCIONAL TJRJ);
- FOLHA (Sistema Folha de Pagamento);
- E-SOCIAL;
- UNIVWEB (Sistema de Gestão de Estagiários Universitários);
- FREQWEBEST (Sistema de Frequência de Estagiários);
- MediadorWEB (Novo Sistema para Gestão de Mediadores Judiciais);
- ResidentesWEB (Novo subsistema do UNIVWEB para gestão de Residentes Judiciais);
- CandidaturaWEB (Novo Sistema que Possibilita Candidaturas e Desistências de Editais Publicados pela Administração para Magistrados).

Área Financeira

- SISCOB (Novo Sistema de Cobrança Administrativa);
- ARRECADAÇÃO;
- SATIGAR/SATIWEB (Sistema de Apoio e Tratamento de Informações de Dívida Ativa);
- GRP (Sistema de Gestão Contábil, Financeira e Orçamento da SGPCF);
- ARRECINTEGRA WEB (Sistema de Arrecadação Integrada);
- GRERJ Eletrônica;
- SGEMERJ (Sistema de Gestão da EMERJ);
- SGEMERJWEB E SIEM Acadêmico (EMERJ);
- SIEM (Sistema Integrado da EMERJ);
- SIEM Internet;
- SIEM Eventos Web;
- CADEMERJ (Sistema de Cadastro da EMERJ).

Área de Sistemas Corporativos, Componentes e Portal

- Aplicativo Maria da Penha Virtual;
- Portal de Serviços;
- SISTEMA DE SEGURANÇA TJERJ;
- SISTUSU (Sistema de Controle de Usuários);
- IDSERVERJUS (Sistema de Autenticação para Aplicações Web do TJRJ);
- SPEDOADM (Sistema de Publicação Eletrônica para o Diário Oficial – Módulo Administrativo)
- DJE (Diário da Justiça Eletrônico);
- Domicílio Eletrônico;
- Portal Institucional do TJRJ;
- Portal dos Precedentes;
- Portal de Acessibilidade.

Área de Logística, Contratos e Demais Áreas Administrativas

- DICJUD (Dicionário Jurídico);
- SCOLWEB (Controle de Órgãos e Localizações);
- SISCAN (Sistema de Contratos e Atos Negociais);
- SISCOR (Sistema de Correspondências);
- SISINVENT (Sistema de Controle de Inventário);
- SISPAT (Sistema de Controle de Patrimônio);
- SISLIC (Sistema de Licitações);
- SISTRANSP Web (Sistema de Transportes);
- SEI (Sistema Eletrônico de Informações);
- SOPHIA (Sistema Da Biblioteca).

Modernização dos Sistemas Legados

Elaborado e executado um processo de modernização dos sistemas, com o objetivo de atualizar sua linguagem de programação para uma tecnologia mais recente. Essa iniciativa foi essencial para aprimorar a segurança das aplicações e proporcionar uma melhor experiência aos usuários. Os sistemas que passaram por essa modernização incluem:

- UNIVWEB (Novo Sistema de Controle de Estagiários);
- MAGPROMREM (Sistema de Promoção e Remoção de Magistrados);
- NOVO SISTEMA DE CONCILIADORES;
- NOVO SISTEMA DE VOLUNTÁRIOS;
- NOVO SISTEMA DE FACILITADORES;
- DELEGATÁRIOSWEB (Novo Sistema de Delegatários)
- CONCURSOSWEB (Novo Sistema para Gestão de Concursos)
- SAF (Sistema Administrativo Fiscal);
- SISTEMA DE ARRECADAÇÃO;
- SIACONTGRERJ (Sistema de Controle de GRERJs Administrativas);
- PORTAL DA TRANSPARÊNCIA;
- SPGE INSCRIÇÃO WEB (Sistema de Pós-Graduação);
- SCPE INSCRIÇÃO ON-LINE (Sistema de Concurso) SIDOC (Controle de RADs);
- SCOL (Sistema de Controle de Órgãos e Localizações)
- SOU (Sistema de Ouvidoria);
- PROT (Processo Administrativo Físico);
- CPI (Sistema de Controle de Processo Disciplinar);
- GMAT (Substituto do SISMAT);
- SISCORWEB (substituto do SISCOR).

Evolução de Sistemas Judiciais:

Destacam-se abaixo as principais iniciativas e os avanços implementados para sistemas judiciais, incluindo a integração de novos sistemas, aprimoramento de funcionalidades existentes e o uso de tecnologias inovadoras.

+Acordo

A plataforma tem por objetivo conferir soluções adequadas e celeres para os mais diversos conflitos de interesses, proporcionando uma melhor experiência ao usuário e aumentando a efetividade do Poder Judiciário. O projeto apresentou diversas iniciativas focadas na modernização e automação de processos judiciais. Entre as ações realizadas, destacam-se:

- O gerenciamento e detalhamento dos estados da demanda, cadastro pré-processual e integração com o SISCADPJ, além da autenticação e autorização de representantes jurídicos.

- Foram implementados fluxos para acompanhamento e atribuição de demandas, suporte à comunicação assíncrona e detalhamento para a fase de negociação.
- Avanços significativos foram realizados no uso de Processamento de Linguagem Natural (PLN). Isso incluiu o levantamento do estado da arte de modelos de reconhecimento de similaridade textual, anotação de textos de decisões jurídicas e treinamento de modelos de extração de informações judiciais. Os melhores modelos foram integrados ao sistema Sinapses-CNJ, e métodos não supervisionados para sugestão de acordos foram implementados.
- O apoio à negociação e mediação, como o cadastro de usuários para fluxos de demandas, elaboração de contrapropostas, aceite de acordos sem IA e recolhimento de assinaturas para homologação.

O projeto, desenvolvido pela PUC, já completou as duas primeiras etapas e segue em fase de implementação, com suporte para usuários externos sendo conduzido pela equipe responsável.

PJe

O sistema PJe passou por diversas melhorias e otimizações para melhorar seu desempenho e a experiência do usuário. Entre as principais mudanças, destacam-se:

- Otimização no carregamento de processos volumosos, melhorias no filtro de tarefas, e ajustes nos fluxos de trabalho para automatizar e agilizar processos, como a intimação automática e a atualização de dados de advogados.
- Melhorias no Modelo Nacional de Interoperabilidade (MNI) e integrações com sistemas externos, como o SCM e o Domicílio Judicial Eletrônico, para facilitar a distribuição e acompanhamento de processos.
- Diversas funcionalidades foram desenvolvidas ou aprimoradas, incluindo a automação de processos na Dívida Ativa, melhorias nas consultas processuais, e ajustes para garantir o cumprimento das resoluções do CNJ.
- O sistema também passou a oferecer novas ferramentas, como o visualizador de processos para dispositivos móveis e a possibilidade de movimentação em lote em diversas tarefas.

Essas alterações visam tornar o PJe mais eficiente, com foco na performance, segurança e integração entre os diversos sistemas judiciais.

Outras realizações:

- Integração do eJUD com o Banco Nacional de Precedentes (BNP):
 - Acesso mais eficiente a precedentes jurídicos.
- Prevenção automática nas competências especializadas:
 - Distribuição adequada dos processos conforme suas especificidades.
- Implantação do Juízo 100% digital:
 - Modernização do trâmite processual a partir de junho.

- Atualização do relatório de Desembargadores Sem Afastamento no Mês:
 - Implementada em maio para contabilizar a acumulação de desembargadores, listando todos os que participaram da distribuição, independentemente dos dias de afastamento.
- Expansão da integração entre eJUD e Sistema de Controle de Mandados (SCM):
 - Melhoria da interoperabilidade e eficiência entre os sistemas.

Essas ações refletem o compromisso contínuo em adaptar a justiça às demandas da sociedade moderna e fortalecer a confiança no sistema judicial.

Considerações Finais

Ante todo o exposto, fica evidente que os esforços contínuos das equipes de Tecnologia e Segurança da Informação e Comunicação de Dados no biênio foram fundamentais para a melhoria da experiência dos usuários, implementação e uso de novas tecnologias, e a proteção das informações. Esses esforços refletem o compromisso da Administração Superior em garantir resultados de excelência que aprimoram a prestação jurisdicional do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro.

16. Aperfeiçoamento da Estrutura Predial, Logística e Segurança





16. Aperfeiçoamento da Estrutura Predial, Logística e Segurança

O TJRJ tem foco constante na promoção de sustentabilidade e economicidade, com vistas a contratações de compras, serviços, obras, entre outros, merecendo destaque:

- A aquisição e instalação de sistema de geração de energia solar, processo que captura a luz solar através de placas solares para a produção de energia elétrica, com o levantamento de dados técnicos e desenvolvimento de diagrama unifilar para instalações elétricas, nos prédios do TJRJ.
- O desenvolvimento de projeto executivo de modernização da Central da Água Gelada (CAG) do sistema de ar condicionado do prédio do Lâmina I do Complexo do Fórum Central, para a substituição de 12 (doze) torres de resfriamento em virtude do desgaste existente. O projeto foi elaborado considerando a especificação de equipamentos modernos, mais adequados ao meio ambiente e que permitem uma maior economicidade no consumo da água.
- Contrato firmado com a Empresa ZINNG para credenciamento da empresa especializada em serviços de conservação de energia e eficiência energética, com a finalidade de representar o TJRJ perante as distribuidoras de energia para a submissão de projetos de Eficiência Energética nos prédios de Duque de Caxias, Barra da Tijuca, Niterói e Nova Iguaçu, destacando-se que já foi aprovada a execução no Fórum de Niterói, a qual se encontra em fase de implantação.
- O desenvolvimento do projeto executivo para **construção de prédios para o Núcleo de Atendimento Integrado (NAI)**, Vara da Infância e da Juventude (VIJ), Vara de Execução de Medidas Socioeducativas (VEMSE) e Departamento de Transportes (DETRA), contemplando iniciativas de sustentabilidade por meio dos projetos de instalações hidrossanitárias e instalações mecânicas, como:
 - Captação das águas pluviais dos telhados das edificações para reaproveitamento nos banheiros;
 - Projeto de esgoto sanitário dividido em esgoto primário e esgoto secundário, o que possibilita futuramente o tratamento de águas cinzas;
 - Projeto de jardins de chuva no terreno do Complexo, que tem como função captar, filtrar e infiltrar a água pluvial no solo, contribuindo para o reabastecimento dos lençóis freáticos;
 - Uso de sistemas de ar-condicionado tipo VRF, que visa economizar energia elétrica, espaço e custos. O referido sistema utiliza gás refrigerante ecológico, o que atende às exigências do Protocolo de Montreal (1989);
 - Uso de elevadores dotados de novas tecnologias, visando à economia de energia, espaço e custos, com a utilização de elevadores sem casa de máquinas e dotados de componentes altamente eficientes, a fim de minimizar o consumo de energia tanto na operação do elevador quanto na iluminação.

Principais projetos ligados a sustentabilidade planejados pela Divisão de Projetos de Engenharia e Arquitetura do TJRJ:

- Elaboração de projetos hidrossanitários de aproveitamento das águas pluviais com fins não potáveis (banheiros e jardins), para construção de novas edificações;
- Elaboração de projetos hidrossanitários de aproveitamento das águas do condensador dos aparelhos de ar condicionado com fins não potáveis, para construção de novas edificações;
- Elaboração de projetos de drenagem pluvial, chamados de Jardins de Chuva que tem como função captar, filtrar e infiltrar a água pluvial no solo, contribuindo para o reabastecimento dos lençóis freáticos, para construção de novas edificações elegíveis para esta obra;
- Elaboração de projetos de eficiência energética comprometido com Plano Nacional de Eficiência Energética, a exemplo da indicação nos projetos de refrigeração com equipamentos de ar condicionado que enfatizam o processo de etiquetagem PROCEL EDIFICA-Inmetro;
- Elaboração de projetos de refrigeração que utilizam gases ecológicos mais atuais que atendem às exigências do protocolo de Montreal (1989), a fim de promover a redução da emissão de gases de efeito estufa prejudiciais para a camada de ozônio;
- Elaboração de projetos de transporte verticais com o planejamento de elevadores dotados de novas tecnologias, visando economia de energia, bem como espaço e custos, com a utilização de elevadores sem casa de máquinas, e dotados de componentes altamente eficientes, visando minimizar o consumo de energia, tanto na operação do elevador como na iluminação;
- Elaboração de projetos para substituição de lâmpadas tubulares fluorescentes por lâmpadas tubulares LED, gerando uma redução estimada de consumo de energia;
- Elaboração de projetos para implantação do Sistema de Energia Fotovoltaica em 22 edificações;
- Elaboração de projetos de montagem de canteiro de obras que visam o descarte correto de resíduos de obras, impactando na preservação do meio ambiente e na redução de poluição;
- Elaboração de projetos para utilização de baterias seladas livres de manutenção para os equipamentos UPS (Nobreak), garantindo que não haja risco de vazamento do eletrólito, a fim de evitar-se a poluição do meio ambiente;
- Elaboração de Projetos com a utilização de cabo par trançado UTP com capa externa pertencente à classificação de flamabilidade LSZH (Low Smoke Zero Halogen) – proporcionando baixa emissão de fumaça e zero halógeno, ou seja, não toxica, em caso de incêndio.

Projetos de diversos ligados a acessibilidade:

- Solicitação do serviço de projetos, programas sociais e acessibilidade (SEPPE), para a realização da Ação Social em Comemoração ao Dia Nacional da Pessoa com Deficiência – Lâmina III - 1º NUR - Processo SEI nº 2024-06072926;
- Adaptação das Instalações dos Banheiros Públicos (PNE) do Fórum - Regional da Ilha do Governador – 12º NUR - Processo SEI nº 2024-06034466;

- Projeto de Acessibilidade 56ª Zona Eleitoral – Fórum da Comarca de Mendes – 3º NUR – Processo SEI nº 2024-06082019;
- Avaliação da Acessibilidade das salas da ESAJ para fins de Adequação – Comarca da Capital – 1º NUR – Processo SEI nº 2024-06078410;
- Viabilidade Arquitetônica para Dotar o CT da Mútua dos Magistrados de Via de Resgate Médico – Lâmina II – 1º NUR – Processo SEI nº 2023-06103244;
- Projeto de Acessibilidade para Instalação de Corrimão nas Escadas Laterais – TA-CRIM – 1º NUR – Processo SEI Nº 2024-06080974;
- Construção de Rampa de Acessibilidade em Frente ao PPJ, localizado no Térreo – Lâmina I – 1º NUR – Processo SEI nº 2022-06107970;
- Pontos Importantes de Acessibilidade para os Projetos Executivos em Andamento e projetos a serem Desenvolvidos em Diversas Comarcas – Processo SEI nº 2024-06052433.
- Estudo de Acessibilidade para o Estacionamento, visando colocação de Rampa para Cadeirantes e Adição de Corrimão no Hall de Entrada – Fórum Regional de Itaipava – 3º NUR – Processo SEI nº 2024-06068911;
- Confecção de Rampas de Acessibilidade para Pessoas em Cadeira de Rodas – TA-CRIM – 1º NUR – Processo SEI nº 2024-06095840;
- Inclusão de Plataforma Acessível – Fórum da Comarca de Trajano de Moraes – Processo SEI nº 2024-06022918;
- Inclusão de piso tátil, mapas táteis, placas de alto relevo e braile para identificação dos espaços e corrimões no projeto de reforma do Hall de acesso e dos Auditórios da EMERJ – Processo SEI: 2024-06073946
- Piso Podotátil - Complexo Judiciário - Processo SEI: 2019-0630368;
- Projeto para rampa no estacionamento do Fórum - Fórum da Comarca de Itaperuna – Processo SEI: 2023-06071948;
- Instalação de piso tátil, alerta e direcional, no primeiro pavimento e demais quatro pavimentos, calçada frontal e acesso lateral externo, visando a ampliação da rota acessível – EMERJ – Processo SEI: 2019-0612860;
- Fórum da Comarca de Saquarema - Projeto de Padronização de Segurança Institucional e Acessibilidade - Processo SEI: 2021-0679001;

Projetos de Segurança Institucional:

- Avaliação de Segurança Patrimonial - Fórum Regional de Queimados - 4º NUR - Processo SEI nº 2021-0667421;
- Instalação de Cancela Automatizada na entrada do Fórum – Comarca de Barra Mansa – 5º NUR – Processo SEI nº 2024-06046359;
- Readequação da Carceragem e do Muro - Fórum Regional de Bangu – 13º NUR – Processo SEI nº 2020-0653434;
- Construção de Estacionamento com Entrada de Veículos do SOE para Acesso à Carceragem – Fórum da Comarca de Italva – 10º NUR - Processo SEI nº 2020-0670136;
- Construção de novas celas carceragem, salas de videoconferência e parlatório para a central de audiência de custódia do Presídio de Campos dos Goytacazes – Processo SEI nº 2020-0674860.

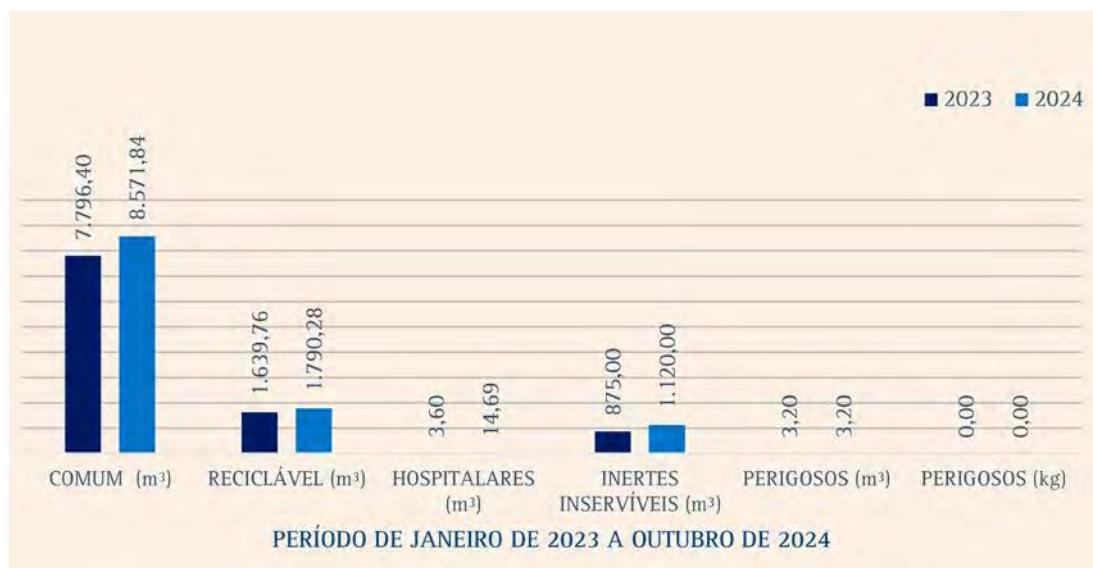
- Abertura de uma porta de passagem externa para acesso ao parlatório, localizado na Casa de Custódia de Benfica, a fim de que os advogados deixem de transitar em espaço do Parlatório utilizado pela Defensoria Pública – 12º NUR - Processo SEI nº 2024-06129020;
- Elaboração dos projetos complementares em atendimento ao Projeto de Segurança Institucional Fórum de São Pedro da Aldeia - Processo SEI nº 2021-0679411;
- Solicitação de elaboração de layout para instalação de controle de acesso - Fórum da Comarca de Bom Jardim - Processo SEI: 2023-06042760;
- Solicitação de elaboração de layout para instalação de controle de acesso - Fórum da Comarca de Carmo - Processo SEI: 2023-06102358;
- Projeto para instalação do Controle de Acesso e Acautelamento - Fórum da Comarca de Silva Jardim - Processo SEI: 2023-06050388;
- Confecção de balcão para instalação de posto de controle de acesso, próximo ao elevador destinado aos magistrados e autoridades - Lâmina I - Processo SEI: 2024-06074089;
- Projeto para instalação do Controle de Acesso e Acautelamento Fórum da Comarca de Italva - Processo SEI: 2023-06042736;
- Projeto para instalação do Controle de Acesso e Acautelamento - Fórum da Comarca de Itatiaia - Processo SEI: 2022-06102434;
- Projeto para instalação do Controle de Acesso e Acautelamento - Fórum da Comarca de Sapucaia - Processo SEI: 2023-06042757;
- Projeto para instalação do Controle de Acesso e Acautelamento - Fórum da Comarca de Conceição de Macabu - Processo SEI: 2023-06042756;
- Projeto para instalação do Controle de Acesso e Acautelamento - Fórum da Comarca de São Francisco de Itabapoana - Processo SEI: 2023-06042754;
- Fórum da Comarca de Cordeiro - Elaboração de layout para instalação de controle de acesso – SGSEI-DIVPA e alteração da localização da sala de CFTV - Processo SEI: 2023-06042761
- Projeto da base do acautelamento - Juizado Especial Cível Barra do Piraí - Processo SEI: 2023-06046680;
- Avaliação de Segurança no Almoxarifado do TJERJ - Comarca de Niterói - Processo SEI: 2020-0685764;
- Projeto para criação de sala de permanência para guarda - Fórum da Comarca de Porciúncula - Processo SEI: 2021-0663287;
- Implementação de Juiz de Garantias - Fórum da Comarca de Volta Redonda - Processo SEI: 2024-06031871;
- Implementação de Juiz de Garantias - Complexo do Fórum Central - Processo SEI: 2024-06031752;
- Implementação de Juiz de Garantias - Fórum da Comarca de Campos dos Goytacazes – Processo SEI: 2024-06031948;
- Disponibilização de projetos para readequação da sinalização de segurança de 91 edificações do PJERJ - Processo SEI: 2021-0641060;

- Solicitação para Expansão da área da Carceragem e Melhoria na sua Climatização – Fórum da Comarca de Duque de Caxias – 4º NUR – Processo SEI nº 2021-0624583;

Resíduos

No período de janeiro a outubro de 2023 e 2024, o Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro produziu 10.317,96 m³ e 11.500,01 m³ de resíduos respectivamente, conforme pode ser verificado no gráfico abaixo. Sendo parte desse resíduo destinado às cooperativas de reciclagem e parte destinada a tratamento sanitário.

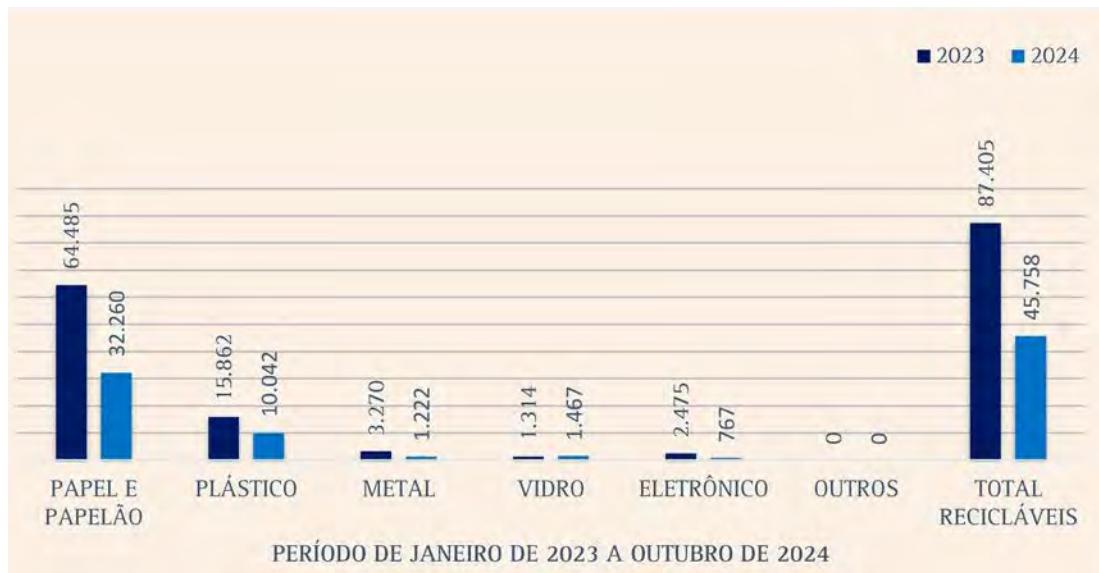
Gráfico - Total de Resíduos Coletados



Fonte: SGLOG

No período de janeiro de 2023 a outubro de 2024, 133,163 toneladas de resíduos recicláveis deixaram de ser destinados aos aterros sanitários, contribuindo, assim, para o aumento da sua vida útil e para a diminuição da demanda por recursos naturais, na medida em que abastecem as indústrias recicadoras para reinserção dos resíduos em suas ou em outras cadeias produtivas, em substituição ao uso de matérias-primas virgens.

Gráfico - Resultado da Coleta Seletiva (kg)



Fonte: SGLOG

Os resíduos recicláveis são destinados às Cooperativas de Catadores, que formalizaram termo de compromisso com o TJRJ, realizando a inclusão socioeconômica desses profissionais.

Ao organizar a cadeia produtiva da reciclagem com a inclusão dos catadores de materiais recicláveis, o TJRJ propicia condições de trabalho adequadas e renda digna por seu trabalho, apresentando um exemplo de desenvolvimento sustentável ao proporcionar o equilíbrio das questões econômicas com justiça social e sustentabilidade ambiental.

Consumo de água e energia

O TJRJ busca a economicidade dos custos de água, energia elétrica e gás, intensificando os critérios para a análise das faturas de consumo. Essa análise é realizada por meio do exame de conjuntos de resultados de consumo, mediante a observação de valores informados pelas concessionárias, comparando-os com referências estabelecidas em períodos anteriores, a fim de fundamentar a tomada de decisão pela administração superior.

Comparando-se o período de janeiro a outubro de 2024 em relação ao mesmo período de 2023, houve uma redução de 7,95% ($34.845,50 \text{ m}^3$) no consumo de água. A quantidade de água consumida mensalmente pode ser verificada no gráfico abaixo, com valores expressos em m^3 .

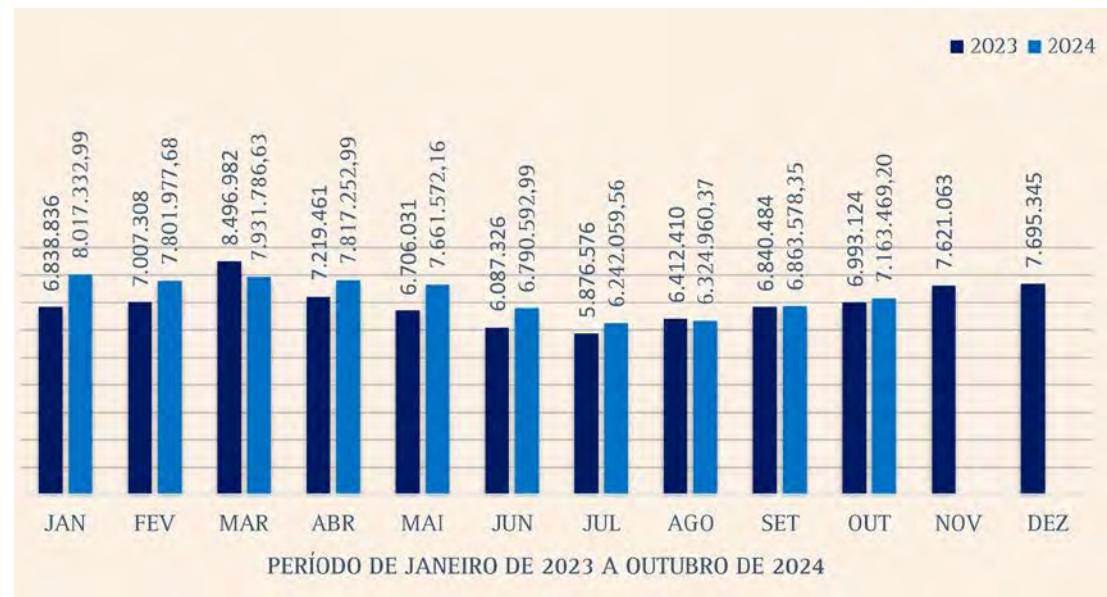
Gráfico - Consumo de água (m³)



Fonte: SGLOG

Já o consumo de energia elétrica apresentou aumento de 6,04% (4.136.045,10 kWh) para o período de janeiro a outubro de 2024, em relação ao mesmo período do ano anterior. A quantidade de Energia Elétrica consumida mensalmente pode ser verificada no gráfico abaixo, com valores expressos em kWh.

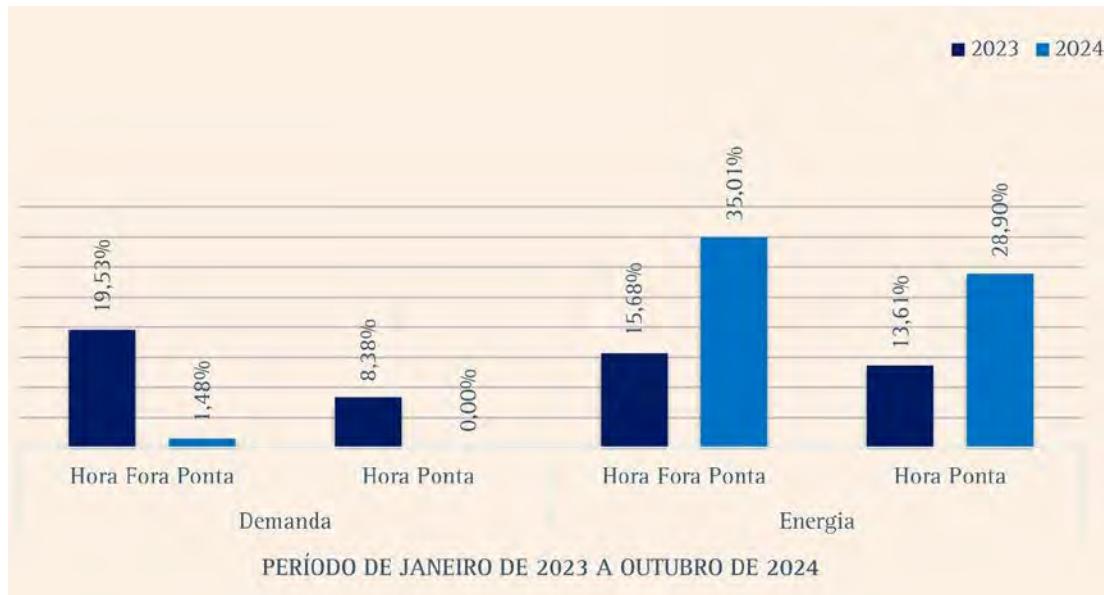
Gráfico - Consumo de Energia Elétrica (kWh)



Fonte: SGLOG

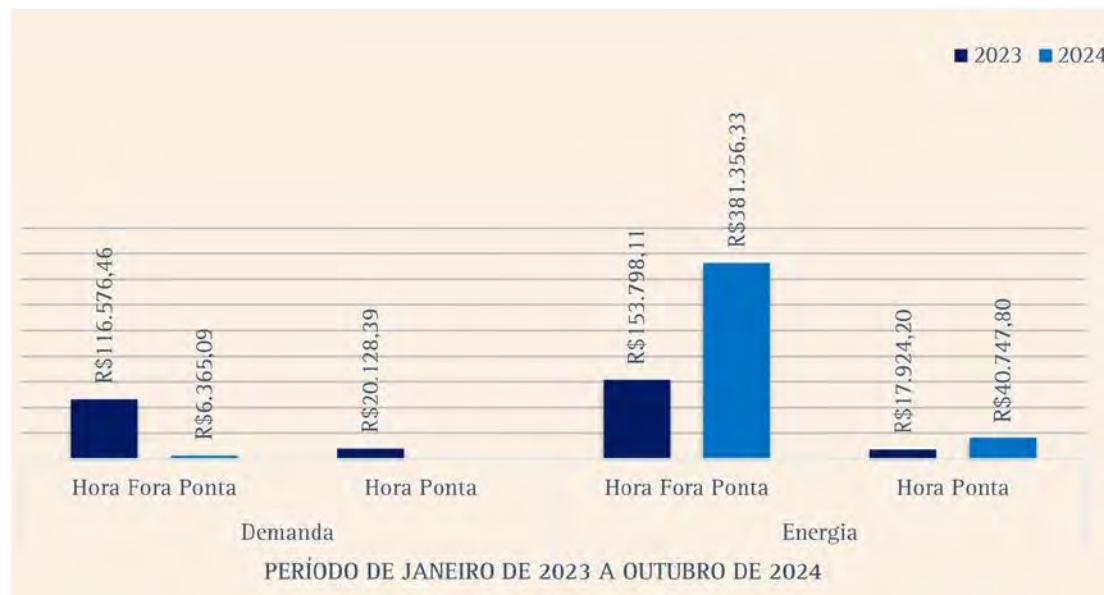
Embora não tenham ocorrido registros de multas em 2023 e 2024, as contas de energia elétrica apresentaram cobrança por demandas reativas e energia reativa. Nos gráficos a seguir pode ser verificado as proporções das contas com cada tipo de cobrança e o valor dessas cobranças, que totalizou R\$ 308.427,16 em 2023 e R\$ 428.469,22 em 2024.

Gráfico - Contas com Cobrança por Energia Reativa



Fonte: SGLOG

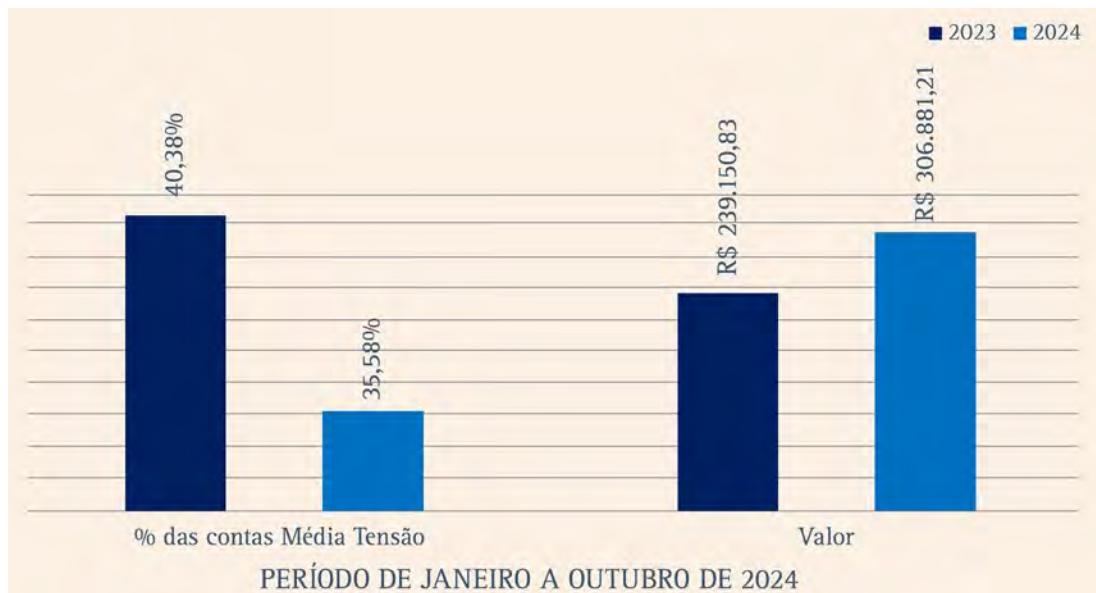
Gráfico - Contas com Cobrança por Energia Reativa



Fonte: SGLOG

Outro ponto que chama a atenção nas contas de energia elétrica são as cobranças por ultrapassagem de demanda. Essas cobranças ocorrem nos prédios de média tensão e representaram em 2023 o total de R\$308.427,16 e em 2024 o valor de R\$428.469,22 até outubro desse ano, conforme detalhes apresentados no gráfico abaixo.

Gráfico - Contas com Cobrança por Demanda de Ultrapassagem

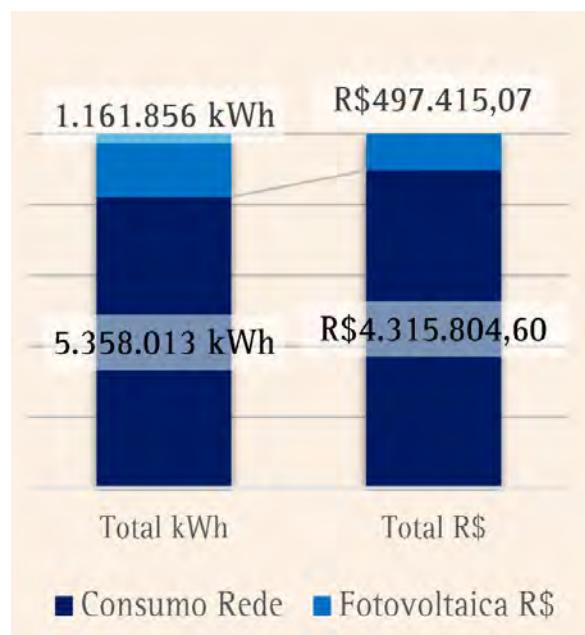


Fonte: SGLOG

Gráfico - Economia Estimada com a Fotovoltaica 2023/2024 (Jan a Set)

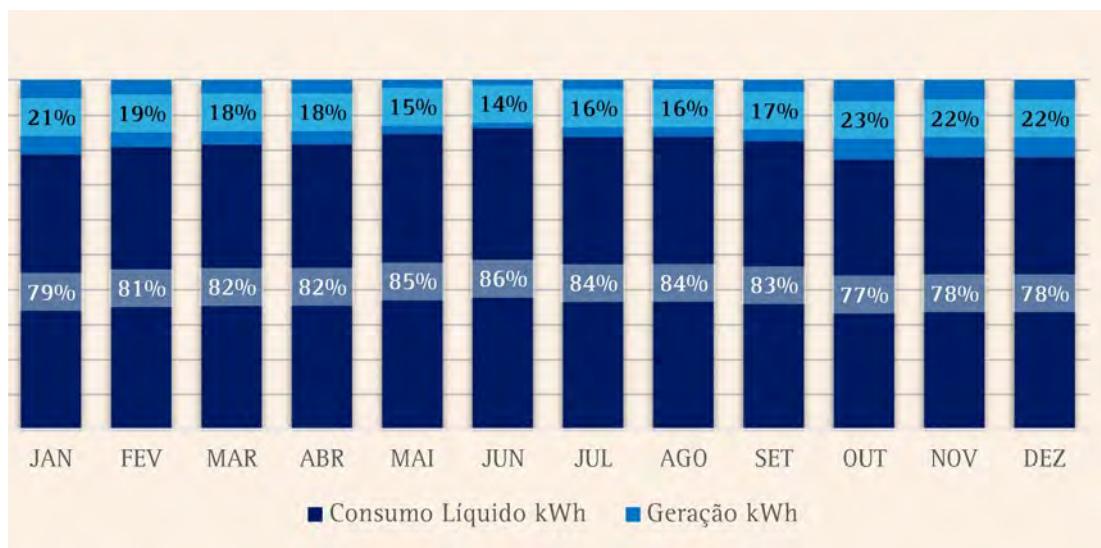
A partir de 2023 ocorreu a ativação de sistemas para geração de energia fotovoltaica em cinco prédios do TJERJ. A ativação desses sistemas de geração resultou em economia estimada no biênio 2023-2024 de R\$497.415,07 a partir da geração de 1.161.856 kWh. Conforme gráficos a seguir.

As informações apresentadas representam os valores somados dos anos 2023 e 2024, registrados apenas para os cinco prédios nos quais já ocorre geração de energia fotovoltaica.



Fonte: SGLOG

Gráfico - Relação entre o Consumo da Rede e Fotovoltaica (kWh) -2023/2024 (Jan a Set)



Fonte: SGLOG

Gestão dos Serviços de Limpeza, Jardinagem e Controle de Vetores, Zeladoria, Recepção e Condução de Elevadores nos Fóruns do Interior e Unidades da Capital localizadas fora do Foro Central

Foram processados no ano, até novembro, 317 processos de pagamento de serviços gerenciados pela Divisão de Apoio a Foros Regionais e do Interior (DIAFO), uma média de 29 processos por mês.

Em 2024 foi feita a adequação, em colaboração com Divisão de Suporte Operacional (DEIOP/DISOP) e a Assessoria de Planejamento das Contratações da Secretaria Geral de Contratos e Licitações (SGCOL/ASPLA), do modelo de gestão dos contratos de limpeza, recepção, condução de elevadores e zeladoria ao que prescreve a Lei 14.133, incluindo a redação de termos de referência de demais artefatos para novos contratações sob a égide do novo marco legal.

Além do apoio rotineiro com serviços de limpeza e fornecimento de materiais de higiene para eventos ao longo do ano, como o carnaval e partidas de futebol, foi prestado nesse ano também o mesmo tipo de apoio ao juizado instalado no Rock in Rio.

Tendo em vista a necessidade de intervenções emergenciais em situações excepcionais de trato de elementos arbóreos de altura superior a dois metros, situação, pelo grau de especialização, não prevista nos contratos de limpeza e jardinagem, foi promovida, por contratação direta, em colaboração com Divisão de Suporte Operacional (DEIOP/DISOP) e a Assessoria de Planejamento das Contratações da

Secretaria Geral de Contratos e Licitações (SGCOL/ASPLA), a intervenção com poda e tratamento de 13 árvores nos fóruns de Santa Cruz e Campo Grande, evitando-se possíveis quedas de galhos e frutos com risco de danos pessoais a usuários e danos materiais.

Igualmente encontra-se em instrução no momento a contratação de serviços técnicos especializados de poda, remoção de árvores e retiradas de frutos e folhas de coqueiros e palmeiras nos fóruns Santa Cruz, Jacarepaguá e Queimados e em unidades administrativas de Niterói (almoxarifado e gráfica).

Foi identificada que uma ação mais constante e efetiva de tratamento das áreas verdes das unidades o Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro evitaria riscos e a necessidade de intervenções emergenciais, concluindo-se pela viabilidade de promover contratação de serviços regulares de poda e retirada de folhas e frutos, a exemplo do que praticam prefeituras, universidades em seus campi e unidade militares.

Assim, após ampla pesquisa em modelos de contratação praticados por outros órgãos públicos, foi elaborado, também em colaboração com a DISOP e a ASPLA, Termo de Referência e demais artefatos para licitação visando a contratar empresa especializada para poda e manutenção da saúde fitossanitária de 1,8 mil árvores de altura superior a dois metros plantadas em nossas dependências.

Em que pese a realização de serviços de controle de pragas com regularidade trimestral em cada dependência, podem ocorrer eventualmente infestações por espécimes não sujeitas a esse tipo de controle, incluindo espécies silvestres que devem ser removidas por especialistas sem matá-las e alocá-las em local adequado. Dessa forma foi contratada e realizada a retirada de comunidade de abelhas no fórum de Paraty, o que demandou cuidados ainda mais especiais em vista de a unidade estar localizada no Centro Histórico da cidade, local de grande e constante fluxo de turistas.

Encontram-se igualmente em fase final a contratação da retirada de pombos dos prédios administrativos localizados na Praça da Bandeira e de marimbondos no fórum da Barra da Tijuca.

Serviços Excepcionais de Apoio ao Funcionamento dos Fóruns do Interior e Unidades da Capital Localizadas fora do Foro Central

No ano de 2024, como ocorre a cada ano, foi prestado apoio para a distribuição de cartazes e demais impressos de campanhas institucionais ou de divulgação de serviços internos. Foram distribuídos impressos das edições 25, 26, 27 e 28 da campanha Justiça Pela Paz em Casa e das campanhas Conhecendo os Direitos da Pessoas Idosas, Linguagem Simples no Judiciário e Conexão Cidadã, bem como cartazes divulgando as ouvidorias do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro e a Cartilha para Vítimas de Crimes e Atos Infracionais endereçada a unidades jurisdicionais com competência para violência doméstica.

Apoio aos Síndicos Regionais

Foi criado formulário padronizado de relatório trimestral preenchido pelos síndicos regionais, o que vai permitir que os dados gerados sejam consolidados e quantificados, propiciando um acompanhamento das demandas apontadas nos relatórios.

Criado também um canal de comunicação no TEAMS reunindo todos os síndicos e seus substitutos, sendo realizada uma reunião on line com todos eles para apresentar o novo formulário e esclarecer dúvidas sobre o seu preenchimento, continuando o chat aberto como um canal constante de comunicação.

Os relatórios foram preenchidos a partir de outubro, último trimestre do ano, integralmente no novo modelo e os dados começaram a ser digitados em planilha eletrônica, o que vai permitir a emissão, a partir do próximo ano de relatórios baseados nas informações geradas nas visitas trimestrais

Reprografia

Contrato de reprografia nº 003/735/2023, firmado entre o Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro e a Empresa Simpress Comércio Locação e Serviços LTDA, tendo como objeto locação de máquinas copiadoras em total de 115 equipamentos.

Houve uma supressão em 25% do quantitativo do contrato no mês de setembro de 2024, gerando uma economia para o TJRJ de R\$11.362,93 (onze mil trezentos e sessenta e dois reais e noventa e três centavos), até o seu encerramento em 06/11/2024.

Ascensorista

Término do contrato com a Empresa Nova Rio Serviços Gerais Ltda, em 16/04/2024 e início de um novo Contrato de nº 003/114/2024 com a Empresa MGS Clean Soluções e Serviços em 17/04/2024, cujo objeto é a prestação de serviços de operação de elevadores e de supervisão de rotinas e de equipes de ascensoristas, com fornecimento de mão de obra capacitada, uniformes, crachás, distintivos e telefones celulares para comunicação interna.

Contratos fiscalizados pela Assessoria de Catering Institucional (ASCAT):

- Órgão Fiscal do contrato 003/444/2019, que presta os Serviços de Copeiragem, atualmente tendo como contratada a Empresa PLANSUL.
- Órgão Fiscal do contrato que presta os Serviços de Manutenção no atual software das comandas eletrônicas dos Unidades Copeiragem (UC), atualmente tendo como contratada a Empresa S&L, mantendo em atividade o programa ANEQUIM em 20 pontos (CPUs).
- Órgão Fiscal do contrato 003/0389/2021, que presta os Serviços de fornecimento de créditos em cartões eletrônicos, atualmente tendo como contratada a Empresa Greencard, mantendo em operação e gerenciando o crédito de 200

(duzentos) cartões Alimentação/Refeição para prover alimentação em Tribunais do Júri e assistência social a menores.

- Órgão Fiscal do contrato de aquisição de água mineral (PROCESSO: 2023-06020785 – RP-20230018 no valor de R\$ 573.875,78 (quinhetos e setenta e três mil, oitocentos e setenta e cinco Reais e setenta e oito centavos), que abarca uma redução na aquisição de embalagens descartáveis de 10% em meta.
- Órgão Fiscal do contrato 003/010/2020, atualmente tendo como contratada a Empresa Sodexo, operando e gerenciando através deste recurso, mensalmente, R\$ 500.000,00 (quinhetos mil reais) para disponibilização do Catering Institucional.

Consumo de papel A4

A compra de papel representa um dos maiores gastos de materiais de consumo do TJRJ, juntamente com os insumos de informática, razão pela qual o Tribunal tem adotado continuamente medidas preventivas, visando à redução do consumo e do desperdício.

A migração da maioria das serventias para o sistema eletrônico, a edição dos Avisos nº 87/2019 e nº 46/2024, a divulgação de campanhas de redução e de consumo consciente, têm-se mostrado ferramentas essenciais para a diminuição da demanda e das compras desse material.

Em termos de economia, a redução pode ser observada adotando-se o ano de 2019 como parâmetro, já que foi o último ano de consumo regular antes das edições dos Avisos nº 87/2019 e nº 46/2024. Assim, quando comparado o consumo de resmas em 2019, na ordem de 210.122 com o total de resmas distribuídas em 2024, que atingiu o total de 101.810 resmas afere-se a expressiva redução de 51,44%.

Guia Verde

O Guia Verde do TJRJ conta atualmente com 1076 (mil e setenta e seis) itens, tendo havido um incremento de 138 itens, se comparado ao ano anterior (2023), ultrapassando a meta anual de 2% (dois por cento) estabelecida no PLS – Plano de Logística Sustentável.

É importante lembrar que no ano de 2022 o guia verde contava com um total de 877 (oitocentos e setenta e sete) itens cadastrados no Guia Verde.

Bens permanentes inventariados nas unidades patrimoniais

Por meio do inventário geral anual, são disponibilizadas informações estratégicas ao Tribunal de Justiça para a adequada gestão do acervo patrimonial, o planejamento de compras de novos bens, assim como para a elaboração de relatórios que subsidiam a já mencionada prestação de contas anual da Alta Administração.

A realidade física dos bens permanentes no PJERJ foi demonstrada, qualitativa e quantitativamente, por meio da realização das fases de lançamento, ratificação e ajustamento do inventário geral 2024, todas previstas no art. 42, §§ 1º a 3º, da Resolução nº. 10/2021 do Egrégio Órgão Especial.

No relatório 8512183 do processo 2024-06089962, o agente patrimonial principal do PJERJ manifestou-se com relação ao encerramento da fase de lançamento. Foram inventariados 360.230 bens, conforme inserido no Indicador Estratégico SGLOG/DIPAT nº. 45.

As informações relativas à execução e à conclusão da fase de ratificação foram apresentadas por meio do relatório 8954833 do processo 2024-06116891. Nessa fase, foram analisados de forma pormenorizada os 38.602 bens permanentes que compuseram a amostra prevista no art. 50 da Resolução nº. 10/2021 do Egrégio Órgão Especial.

Por intermédio do Relatório de Encerramento do Inventário Geral 2024 (documento 9167197 do processo 2024-06096413, o diretor da DIPAT e agente patrimonial principal do PJERJ abordou as conclusões da fase de ajustamento e do inventário geral como um todo, e detalhou de forma minuciosa as ocorrências e resultados alcançados.

A gestão coordenada, sistêmica e padronizada dos bens permanentes do acervo do PJERJ, preconizada pela Resolução nº. 10/2021 do Egrégio Órgão Especial (publicada, no DJERJ, em 01/06/2021), mostra-se crucial para a boa governança e o uso adequado, racional e eficiente de recursos públicos, haja vista que, no encerramento do inventário geral 2020 (ou seja, período no qual não havia vigência da mencionada Resolução), 2.210 bens não localizados, nem regularmente movimentados, compuseram o Termo de Baixa nº. 2022000005 (documento 3313090) do processo de encerramento do inventário geral 2020 (2020-0696937), ao passo que, no Relatório de Encerramento do Inventário Geral 2024 (documento 9167197 do processo 2024-06096413), foi demonstrado que aquele quantitativo foi reduzido para 132 bens (aproximadamente 0,03% - ou seja, percentual bastante inferior a 1% - dos 373.736 bens que compunham o acervo patrimonial do PJERJ em 11/11/2024).

Quantidade de bens permanentes não localizados, nem regularmente movimentados, ao final dos inventários gerais anuais				
2024	2023	2022	2021	2020
132 bens (0,03% dos 373.736 bens que compu- nham, em 11/11/2024, o acervo do PJE- RJ – documen- to 9176804 do processo 2024- 06096413)	460 bens (Ter- mo de Baixa nº. 2023000186 – documento 7153477 do processo 2023- 06089564)	242 bens (Ter- mo de Baixa nº. 2022000272 – documento 5022112 do processo 2022- 06090888	788 bens (Ter- mo de Baixa nº. 202200069 – documento 3682939 do processo 2021- 0671032)	2.210 bens (Termo de Baixa nº. 202200005 – documento 3313090 do processo 2020- 0696937).

Projetos e obras concluídos

- Energia Solar – Arquivo de São Cristóvão



Placas fotos voltaicas instaladas

- Energia Solar – Fórum de Rio Bonito



Placas fotovoltaicas instaladas

- Construção do Núcleo de Atendimento Integrado - NAI, Vara da Infância e Juventude, Vara de Medidas Socioeducativas e Departamento de Transportes (DETRA)



- Contratação de empresa especializada para execução do Programa de Gestão do Patrimônio Arqueológico durante as obras de construção do Complexo do NAI



Atividades de Laboratório



Monitoramento arqueológico

- Reforma dos auditórios Antônio Carlos Amorim e Nelson Ribeiro Alves, dos elevadores e do hall de acesso aos elevadores da Escola de Magistratura do Estado do Rio de Janeiro – EMERJ



Auditório Antônio Carlos Amorim



Auditório Nelson Ribeiro Alves

- Modernização dos Letreiros Luminosos existentes na Lâmina I e no Embasamento do Complexo do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro (TJRJ)



Leteiro Lâmina I

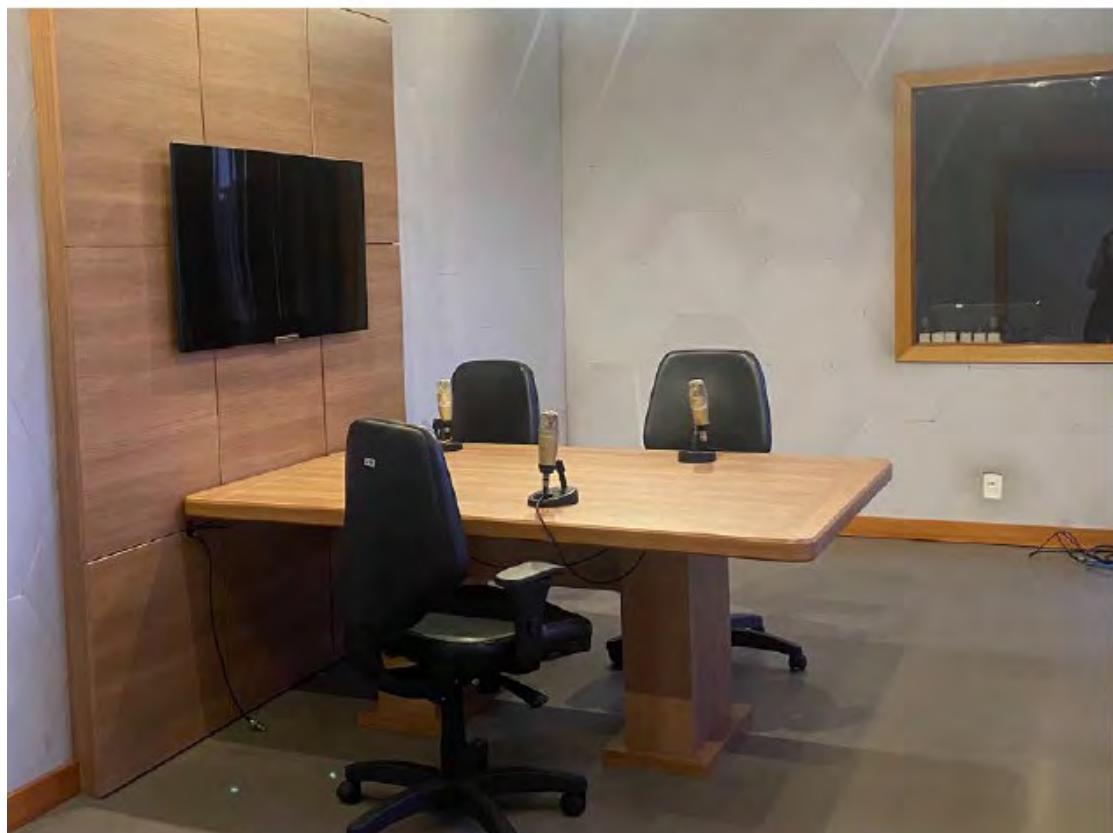


Leteiro Lâmina II

- Sala Íris – Projeto para a sala de Monitoramento da Presidência (Processo nº 2023-06028014 e 2023-06145456)



- Estúdio de Podcast



- Presidência do TJRJ



Antes da reforma

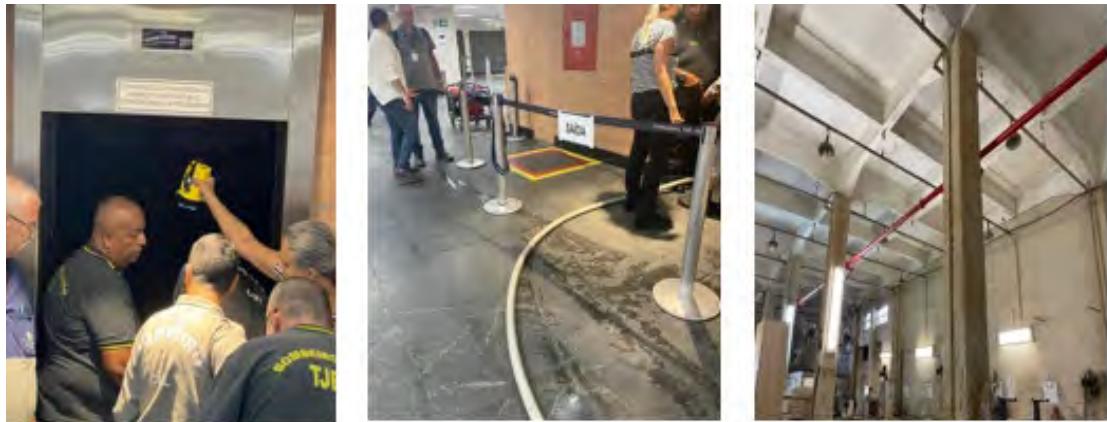


Depois da reforma

- Instalação do Sistema de Hidrante e Sinalização de Segurança



- Gestão de Eventos de Risco



- Projeto de Modernização da Galeria de Fotos dos Presidentes do TJ (Processo nº 2023-06037504)



- Projeto Controle de Acesso Hall da Lâmina III (Processo nº 2023-06113711)



- Projeto Museu da Justiça (Processo nº 2023-06049391)



Readequações:

- Juizados Especiais Fazendários (Processo nº 2023-06081469)
- DEMAG - Departamento Pessoal de Magistratura (Processo nº 2023-06052643)
- SGJUD - Secretaria Geral Judiciária (Processo nº 2023-06039677)
- ASMAJ - Assessoria às Comissões dos Concursos da Magistratura e Juízes Leigos (Processo nº 2023-06031702)
- Antigas Vídeo Conferências no 9º pavimento (Processo nº 2023-06031247)
- SGADM - Foram executados diversos layouts provisórios em diversos ambientes, para viabilizar o definitivo (Processo nº 2023-06013584)

- DECOI - Foram executados alguns layouts provisórios em alguns ambientes distintos, para viabilizar o definitivo (Processo nº 2023-06008069)
- Layout da Presidência (Processo nº 2023-06011401)
- Layout do Cerimonial da Presidência (Processo nº 2023-06018220)
- Layout do Departamento de Execução de Contratos de Prestação de Serviços (DECOP), em virtude da publicação em 07/02/2023 da Resolução OE nº 04/2023, que alterou a estrutura do DECOP, criando 02 (dois) novos serviços, 01 na DICON e 01 DICOV (Processo nº 2023-06021846)
- Estudos / levantamentos SGTEC - Secretaria Geral de Tecnologia da Informação (Processo nº 2023-06017830)
- Estudo de Readequação do Fórum de Magé buscando adaptá-lo às necessidades atuais. Sem apresentação e paralisado pela possibilidade de compra de novo terreno. Área Fórum Existente 1796,50 m² / Área Fórum Proposto 2.542,53 m²
 - Demolição do edifício anexo com construção de novo anexo
- Solicitação de estudo para instalação da Secretaria-Geral de Governança, Inovação e Compliance (Processo nº 2023-06011924)
- Modificação do layout do gabinete da 3^a Vara de Fazenda Pública (Processo nº 2023-06023763)
- Layout da Galeria de Retratos dos Segundos Vice-Presidentes (Processo nº 2023-06081099)
- Projeto de implantação do Salão Escola Beleza Solidária - SGSUS (Processo nº 2023-06105671)
- Realocação de quadros de resina, distribuídos em distintos locais do Complexo do Fórum Central da Capital para o Hall da Lâmina III (Processo nº 2023-06071102)
- Mudança de layout do gabinete do DEGAR - Centro Administrativo (Processo nº 2023-06065592)
- Projeto de Climatização das Centrais de Água Gelada - CAG (torres de arrefecimento) – Lâmina I.
- Projetos de Energia Solar dando continuidade ao Plano de Logística Sustentável 2021-2023 do TJRJ, foram desenvolvidos os processos para licitação de geração de energia solar dos seguintes Fóruns: Fórum de São João de Meriti, Fórum de Queimados, Fórum de Belford Roxo, Fórum de Madureira, Fórum de Jacarepaguá, Fórum de Itaboraí, Fórum da Ilha do Governador, Fórum de Macaé, Fórum de São Gonçalo, Arquivo Geral de Rio Bonito, Fórum de Rio Bonito, Fórum de Vila Inhomirim, e Fórum de Bangu, Fórum da Barra da Tijuca, Fórum de Duque de Caxias, Fórum de Nova Iguaçu, Fórum de Campos dos Goytacazes, Fórum de Santa Cruz, Lâmina I e II, Lâmina IV, Fórum do Almoxarifado de Niterói e Arquivo de São Cristóvão
- Projetos de Sistema de Prevenção e ao Combate ao Incêndio. Nos prédios do Fórum da Comarca de Sapucaia, do Fórum da Comarca de São Fidélis, do Fórum Regional da Ilha do Governador da Comarca da Capital e do Fórum Regional da Região Oceânica da Comarca de Niterói

- Projeto de Estudo de Viabilidade para a construção do novo Fórum da Comarca de Miguel Pereira
- Projeto para substituição das telhas e revisão da estrutura metálica - Polo 5º NUR
- Projeto de Instalações de Prevenção e Combate a Incêndio (extintores e sinalização de emergência) referente ao plano de abandono nos prédios do Fórum Regional do Méier e do Fórum Regional de Madureira
- Elaboração de 57 projetos e diagramas elétricos para diversas edificações do TJRJ Fórum Iguaba Grande, Fórum Cantagalo, Fórum de Itaguaí, Fórum de Sapucaí, Fórum de Sumidouro, Fórum de Duas Barras, Fórum de Miguel Pereira, Fórum de Rio das Flores, Fórum de Nova Friburgo, Fórum de São Fidélis, Fórum de São Francisco de Itabapoana, Fórum de Piraí, Fórum Engenheiro Paulo de Frontin, Fórum de Rio Claro, Fórum de Vassouras, Fórum Santa Maria Madalena, Fórum Trajano de Moraes, Fórum de Resende, Fórum Regional de Jacarepaguá, Fórum de Guapimirim, Fórum de Valença, Anexo de Valença, Secretarias de Niterói, Fórum Regional do Méier, Arquivo de Rio Bonito, Fórum de São Gonçalo, Fórum de Italva, Fórum de Laje do Muriaé, Fórum de Saquarema, Fórum de Porto Real, Fórum de Maricá, Oficina do DETRA (Santo Cristo), Vara da Infância (Praça Onze), Pinheiral, Paty do Alferes, Paraíba do Sul, Três Rios, São José do Vale do Rio Preto, Arquivo de São Cristóvão, Praça da Bandeira, Magé, Vila Inhomirim, Bom Jesus, São Sebastião do Alto, Vara da Infância Santo Cristo, Oficina do Estácio, Queimados, V JEC de Copacabana, I JECRIM de Botafogo, Fórum da Comarca de Silva Jardim, IV JECRIM do Leblon, VIII JEC da Tijuca, DETRA - Garagem do Santo Cristo, Fórum da Ilha do Governador e Seropédica
- Projeto de Instalação de equipamentos de monitoramento por vídeo (CFTV) nos interiores dos galpões destinados ao armazenamento de bens em estoque do Almoxarifado de Niterói
- Projeto de Sinalização de Segurança contra Incêndio e Pânico - Fórum de Campos dos Goytacazes
- Projeto de instalações hidrossanitárias para o sistema de tratamento de esgoto do Fórum de Paraty
- Projeto para Implantação de Sala Passiva no Foro Central
- Elaboração de Diagramas Unifilares de entrada de energia para os prédios de São João de Meriti, Vila Inhomirim, São Gonçalo, Ilha do Governador, Jacarepaguá, Arquivo Geral de Rio Bonito, Madureira, Bangu, Queimados, Belford Roxo, Itaboraí, Macaé e Rio Bonito

Projeto executivo de estruturas para:

- Contenção na fachada principal do Fórum de Rio das Flores (Processo nº 2021-0682385)
- Proteção contra inundações - novo muro da fachada principal do Fórum de Petrópolis (Processo nº 2022-06028400)

- Reforma do monta carga da Biblioteca - Lâmina III (Processo nº 2019-0615557)
- Guarita do Fórum de Vila Inhomirim (Processo nº 2023-06029867)

Projeto de alteração do layout:

- 28ª Câmara Cível (Capital - Lâmina III)
- Cerimonial (sala 1004 - Capital - Lâmina II)
- DGAPE (sala 716 - Capital - Lâmina I)
- Presidência

Projeto de readequação:

- Layout SGJUD
- Salas 911, 913, 915 e 917 - Videoconferências (Capital - Lâmina II)
- Instalação do Departamento de Comunicação Interna / Estúdio de Podcast (mezanino do 10º pavimento)
- Projeto Vídeo Wall - readequação (salas 1014, 1016 e 1018)
- Projeto de modernização da galeria de fotos dos Presidentes (Capital - Corredor da Presidência)

Projeto de instalação:

- Cartórios 1º, 2º, 3º, 4º e 9º Ofício de Distribuição Judicial (Capital - Rua do Carmo, nº 08)
- 2ª Vice-Presidência (sala 209 - Capital - Lâmina IV)
- Secretaria Geral de Governança, Inovação e Compliance (Capital - CATJ - T06)

Projetos e obras em andamento

- Reforma para modernização do sistema de refrigeração da Lâmina I do Fórum Central da Comarca da Capital



Torres de arrefecimento provisárias do Sistema de Refrigeração



Fase atual da montagem das novas Torres de Refrigeração de Água

- Reforma do Sistema da Estação de Tratamento de Esgoto do Fórum da Comarca de Rio das Ostras



Sistema de Tratamento: Tanque Séptico e Filtros Anaeróbios

- Reforma para intervenção corretiva nas fachadas da Escola de Magistratura do Estado do Rio de Janeiro (EMERJ)

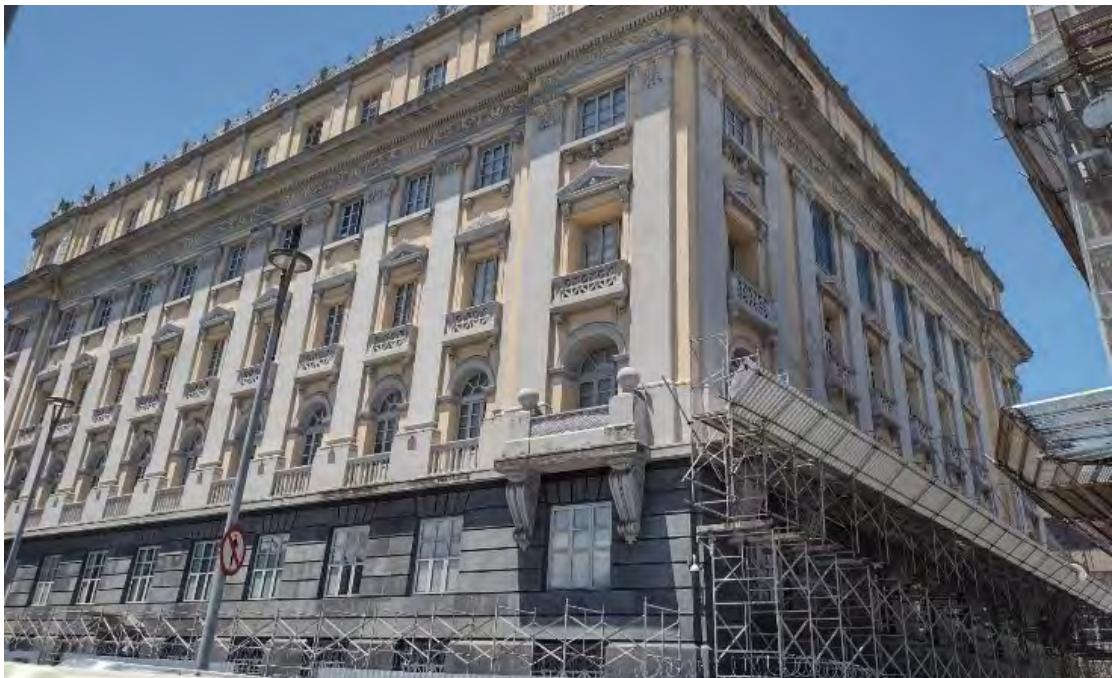


Fachada Alfred Agache Jacob do Bandolim



Fachada Dom Manuel - Beco da Torre

- Reforma para intervenção corretiva nas fachadas do Antigo Tribunal de Alçada Criminal (TACRIM)



Desmobilização da proteção para execução dos serviços de reforma

- Projeto de Reforma do Plenário, Foyer, Salão dos Desembargadores e Circulações – Fórum da Capital (Processo nº 2024-06055504)

O Projeto Executivo de Reforma do Plenário, Foyer, Salão dos Desembargadores e Circulações, visa a troca revestimento dos pisos, tetos, paredes e renovação das instalações prediais no 10º pavimento, além da modernização da cabine de áudio do 11º pavimento e troca dos equipamentos de ar condicionado sitos na área técnica do 12º pavimento da Lâmina I. Todo o projeto está dotado de melhorias tecnológicas que visam eficiência, economicidade, conforto, acessibilidade e sustentabilidade.



Perspectiva do Foyer

- Energia Solar – Lâmina IV
- Energia Solar – Campos dos Goytacazes



Placas fotovoltaicas instaladas

Fonte: Google Maps

- Energia Solar – Almoxarifado de Niterói
- Energia Solar – Complexo Central – Lâminas I e II
- Energia Solar – Arquivo de Rio de Bonito
- Energia Solar – São Gonçalo
- Energia Solar – Vila Inhomirim
- Energia Solar – Barra da Tijuca
- Energia Solar – Duque de Caxias
- Contratação de empresa especializada na locação, instalação e inspeção periódica de equipamentos de proteção coletiva das 4 (quatro) fachadas externas do edifício do Fórum da Comarca de Volta Redonda.



Fachada 1 - Rua Desembargador Ellis Hermydio Figueira

- Contratos rescindidos :
 - Energia Fotovoltaica – Fórum de Macaé
 - Energia Fotovoltaica – Fórum de Itaboraí
 - Energia Fotovoltaica – Fórum de Belford Roxo
 - Energia Fotovoltaica – Fórum de Bangu
 - Energia Fotovoltaica – Fórum de Jacarepaguá
 - Energia Fotovoltaica – Fórum de Queimados
 - Energia Fotovoltaica – Fórum da Ilha do Governador
 - Energia Fotovoltaica – Fórum de Madureira
 - Energia Fotovoltaica – Fórum de Santa Cruz
 - Energia Fotovoltaica – Fórum de São João de Meriti

- Projeto Executivo para Intervenção Corretiva nas Fachadas do Antigo Palácio da Justiça – TACRIM
- Reforma das Fachadas do Fórum Regional de Madureira (Processo nº 2023-06009838)
- Reforma das Fachadas do Fórum Regional de Itaipava (Processo nº 2020-0654355)
- Troca de Revestimentos das Fachadas e Impermeabilização da Cobertura – Comarca de Volta Redonda (Processo nº 2024-06026333)
- Instalação de telas de proteção coletivas - EMERJ (Processo nº 2022-06135050) e TACRIM (Processo nº 2022-06110279)
- Projeto de Substituição de 06 (seis) torres de resfriamento de água do sistema de ar-condicionado do prédio do Lâmina I do Complexo do Fórum Central da Comarca da Capital (Processo nº 2022-06043052).
- Atualização do orçamento para substituição de equipamento de ar-condicionado e construção de telhado (Processo nº 2020-0686546)
- Projeto Executivo para Intervenção Corretiva nas Fachadas da EMERJ (Processo nº 2022-06135050)
- Projeto de Estudo de Viabilidade para a construção do novo Fórum Comarca de Maricá (Processo nº 2020-0648821)
- Projeto de Segurança e Acessibilidade do Fórum e Prédio dos Juizados da Comarca de Duque de Caxias (Processo nº 2019-0615270)
- Projeto de Segurança do:
 - Fórum da Comarca de São Pedro da Aldeia (Processo nº 2021-0679411)
 - Fórum da Comarca de Saquarema (Processo nº 2021-0679001)
 - Fórum da Comarca de Cambuci (Processo nº 2021-0672621)
 - Depósito Geral - Praça da Bandeira
 - Instalação de plataformas elevatórias de acessibilidade – Prédio dos Juizados – Barra do Piraí (Processo nº 2019-0600488)
 - Estudo de viabilidade para instalação de elevador externo ou qualquer outra solução de acessibilidade no Fórum de São João Barra (Processo nº 2023-06112523)
 - Projeto de Segurança Institucional e Acessibilidade do Fórum Regional de Santa Cruz (Processo nº 2024-06036875)
 - Instalação de piso podotátil, a fim de facilitar o deslocamento de pessoas com deficiência visual que utilizam as dependências do Fórum (Processo nº 2023-06111908)
- Projeto para instalação de controle de acesso no:
 - Fórum de Porciúncula (Processo nº 2023-06042751)
 - Fórum de Laje de Muriaé (Processo nº 2023-06042747)
 - Fórum de Paty do Alferes (Processo nº 2023-06042761)
 - Fórum de Italva (Processo nº 2023-06042736)
 - Fórum de Itaocara (Processo nº 2023-06042748)
 - Fórum de Sumidouro (Processo nº 2023-06042758)
 - Fórum de Sapucaia (Processo nº 2023-06042757)

- Análise e avaliação do Laudo de Recuperação Estrutural do subsolo da Praça dos Expedicionários (Processo nº 202-0628829)
- Análise e avaliação do projeto de complementação do muro de divisa existente entre a Central de Audiência de Custódia de Benfica com a Comunidade do Arará (Processo nº 2022-06124744)
- Análise e avaliação dos projetos de montagem e fabricação das estruturas pré-moldadas dos prédios do:
 - DETRA (Processo nº 2023-06001134)
 - NAI (Processo nº 2023-06006233)
 - Justiça (Processo nº 2023-06000091)
- Projeto de Segurança do Fórum da Comarca de Armação dos Búzios (Processo nº 2021-0679351)
- Elaboração do Projeto Legal do Sistema de Prevenção e Combate a Incêndio para aprovação junto ao CBMERJ do Fórum da Comarca de São Pedro D'Aldeia (Processo nº 2022-06130664)
- Estudo da memória de cálculo de perda da CAG – Fórum da Comarca de Belford Roxo (Processo nº 2020-0676895)
- Reformas dos auditórios, readequação do hall de acesso e elevadores da EMERJ – Lâmina I (Processo nº 2023-06072752)
- Projeto Executivo para a Construção do Novo Fórum de Seropédica (Processo nº 2023-06104914)
- SGJUD – Remanejamento da equipe da SGJUD, ocupando as salas 1001 e 1003 da Lâmina II, para as salas 904, 906 e 910 (Processo nº 2023-06039677)
- SGSUS – Alteração de layout para as instalações da SGSUS – salas 911, 913 e 915 – Comarca da Capital – Lâmina I (Processo nº 2023-06044392)
- Projeto Salão Escola Beleza Solidária – Layout para ocupação da sala 117C - SG-SUS (Processo nº 2023-06105671)
- SGADM – Mudança de layout – Lâmina I (Processo nº 2023-06013584)
- Alteração de layout do I, II, III – Juizados Especiais Fazendários (Processo nº 2023-06081469)
- Elaboração de 14 projetos de instalações complementares para sistema de aterramento das entradas de energia dos seguintes Fóruns:
 - Arquivo de Rio Bonito (Processo nº 2021-0681264)
 - Fórum de Magé (Processo nº 2021-0681275)
 - Fórum de São Fidélis (Processo nº 2021-0662963)
 - Fórum de Porciúncula (Processo nº 2021-0681273)
 - Fórum da Comarca de Carapaus / Quissamã (Processo nº 2021-0661681)
 - Fórum da Comarca de Itaperuna (Processo nº 2021-0681265)
 - Fórum de Saquarema (Processo nº 2021-0681259)
 - Fórum da Comarca de Engenheiro Paulo de Frontin (Processo nº 2021-0681252)
 - Fórum de Japeri (Processo nº 2021-0681206)
 - Fórum da Comarca de Paracambi (Processo nº 2021-0681261)
 - Fórum da Comarca de Trajano de Moraes (Processo nº 2021-0661677)
 - Fórum de Nova Friburgo (Processo nº 2021-0662953)

- Fórum de Pavuna (Processo nº 2021-0681274)
- Fórum de Maricá (Processo nº 2021-0681200)
- Elaboração de novos projetos para bancos de capacidores visando à correção do fator de potência dos sistemas existentes. Edificações que apresentaram maiores valores de multas em função do consumo excedente de energia reativa, junto à concessionária de energia elétrica, sendo eles:
 - Fórums do Méier, Jacarepaguá, Região Oceânica e Museu da Justiça (Área I - Região Metropolitana) – Processo SEI nº 2024-06063380
 - Fórums de Resende, Porto Real, Barra Mansa, Volta Redonda (Área II - Região Oeste) – Processo SEI nº 2024-06063381
 - Fórums de Mangaratiba, Japeri, Paulo de Frontin, Petrópolis, Itaipava, Três Rios (Área III - Área Sul Serra) – Processo SEI nº 2024-06063384
 - Fórums de Nova Friburgo, Duas Barras, Cordeiro, Lajes do Muriaé, Italva, Porciúncula (Área IV - Região Norte) – Processo SEI nº 2024-06063386
- Elaboração de projeto do sistema de saneamento do Fórum da Comarca de Rio das Ostras (Processo nº 2020-0644264)
- Projeto para canteiro de obras das intervenções nas fachadas da EMERJ (Processo nº 2022-06135050)
- Regularização junto ao CBMERJ do remanejamento dos espaços ocupados pela equipe técnica e NUDECA do Fórum de São Fidélis (Processo nº 2022-06090729)

Projetos Legais de Prevenção e Combate a Incêndio junto ao CBMERJ:

- Fórum da Comarca de Laje do Muriaé (Processo nº 2020-0000080)
- Fórum da Comarca de Piraí (Processo nº 2020-0697160)
- Fórum da Comarca de Pinheiral (Processo nº 2020-0697158)
- Fórum da Comarca de Silva Jardim (Processo nº 2020-0697138)
- Fórum da Comarca de São José do Vale do Rio Preto (Processo nº 2020-0695145)
- Fórum da Comarca São Pedro da Aldeia (Processo nº 2022-06130664)
- Fórum da Comarca Itaguaí (Processo nº 2021-0663287)
- Fórum da Comarca de Itatiaia (Processo nº 2020-0695232)
- Fórum da Comarca Porciúncula (Processo nº 2020-0000083)
- Almoxarifado do TJRJ – Niterói (Processo nº 2020-0685764)
- Novo Fórum da Comarca de Seropédica (Processo nº 2023-006028351)
- Comarca da Capital - I JECRIM – Botafogo (Processo nº 2019-0623229)
- Fórum da Comarca de São João da Barra (Processo nº 2020-0695284)
- Fórum da Comarca de Duas Barras (Processo nº 2020-0697147)
- Projeto de Instalações do Sistema de Prevenção e Combate a Incêndio e Pânico – Fórum São Pedro da Aldeia (Processo nº 2022-06130664)
- Elaboração de projetos executivos de Instalações do Sistema de Prevenção e Combate a Incêndio e Pânico do sistema de segurança das edificações das Lâminas I, II e Fórum Central do Estado do Rio de Janeiro (Processo nº 2020-0670072)
- Solicitação de aprovação dos Projetos dos Cubículos (Processo nº 2023-06120769)

- Reforma das fachadas – 1^a e 2^a Vara da Infância, da Juventude e do Idoso – Praça XI (Processo nº 2023-06087982)
- Revisão do Projeto de Instalações Hidrossanitárias para reforma do sistema de tratamento de esgoto do Fórum da Comarca de Rio das Ostras (Processo nº 2020-0644264)
- Solicitação de Laudo de Exigências, Manual de Segurança e Plano de Escape do Prédio da Dom Manuel, nº 25 - EMERJ (Processo nº 2023-06096253)
- Aprovação dos Quadros Elétricos - Obra de reforma para modernização do Sistema de Refrigeração da Lâmina I do Fórum Central da Comarca da Capital (Processo nº 2023-06093193)
- Análise e Aprovação dos Projetos dos Quadros Elétricos DETRA, Justiça e NAI (Processo nº 2023-06037137)
- Readequação de Layout – Instituto Dara - Vara da Infância, Juventude e do Idoso (Processo nº 2022-06134541)
- Solicitação TRE: Informações acerca da existência de Laudo do Corpo de Bombeiros para distintas edificações (Processo nº 2023-06077115)
- Projeto de readequação das salas 401 e 402, localizadas no embasamento do Palácio da Justiça, com área de 303,85m², de forma a agrupar diversos serviços da SGTEC, em ambiente central no Palácio da Justiça. Foram acomodados 6 Diretores em ambientes individualizados e, em salão integrado, 9 Chefes de Serviço e 57 colaboradores (Processo nº 2024-06004738)
- Projeto para criação de um auditório com tablado para 111 ocupantes e uma sala de metodologia – ESAJ (Processo nº 2021-0680688)
- Remanejamento das Varas Cíveis, atualmente instaladas no Prédio das Secretarias para o Prédio do Fórum de Niterói (Processo nº 2023-06078813)
- Alteração de layout da sala 415 no gabinete do Des. Humberto Dalla Bernardina de Pinho - Lâmina IV (Processo nº 2024-06058707)
- Alteração do layout do Gabinete da Desembargadora Flávia Romano de Rezende - Lâmina IV (Processo nº 2024-06072748)
- Alteração de Layout do Núcleo de Depoimento Especial da Criança e do Adolescente – NUDECA - Fórum Regional de Itaipava (Processo nº 2024-06060358)
- Instalação do Núcleo de Depoimento Especial da Criança e do Adolescente – NUDECA - Fórum Regional da Barra da Tijuca (Processo nº 2024-06026570)
- Aquisição de vinil adesivo, material utilizado na sinalização visual dos gabinetes de desembargadores, juízes e órgãos da Administração Superior - Complexo do Fórum Central (Processo nº 2023-06125616)
- Expansão da Galeria de Fotos da 3^a Vice-Presidência - Lâmina I (Processo nº 2024-06010658)
- Melhorias na estrutura física da Unidade de Copeiragem do 1º andar, que atende aos Magistrados da 1^a Instância, de ordem da Excelentíssima Juíza Auxiliar da Presidência, Doutora Renata Guarino - Lâmina I (Processo nº 2024-06005217)

- Confecção de novos suportes expositores, no formato de cubos e totens de madeira, diante do processo amplo de modernização do Museu da Justiça, com reforma e adequação de salas para a criação de novos espaços expositivos e aquisição de equipamento multimídia – TACRIM (Processo nº 2024-06020366)
- Alteração de Layout da Sala do Gabinete da Des. Natacha Nascimento Gomes Tostes Gonçalves de Oliveira – Lâmina IV (Processo nº 2023-06109393)
- Criação de Gabinete do 1º Vice-Presidente Des. Caetano Ernesto da Fonseca Costa – Lâmina III (Processo nº 2024-06028844)
- Alteração de Layout da ASMAJ – Lâmina II (Processo nº 2024-06007695)
- Determinação da Administração Superior para Elaboração de Layout para acomodar 150 (cento e cinquenta) postos de trabalho para a Central de Cálculos - Lâmina I (Processo nº 2024-06015798)
- Fechamento das circulações do 5º, 6º e 9º pavimentos, visando a criação de ambientes na área do elevador da Presidência - Lâmina I (Processo nº 2023-06138210)
- Readequação de espaço físico para abrigar a Divisão de Administração do Foro Central – DIFOR – lâmina I (Processo nº 2023-06041785)
- Solicitação da SGADM para readequação do layout da sala do gabinete da Diretoria do Museu da Justiça – TACRIM (Processo nº 2024-06008910)
- Instalação do Núcleo de Depoimento Especial da Criança e do Adolescente – NUDECA - Fórum da Comarca de Piraí (Processo nº 2023-06081305)
- Instalação do Núcleo de Depoimento Especial da Criança e do Adolescente – NUDECA - Fórum da Comarca de Resende (Processo nº 2023-06072084)
- Instalação do Núcleo de Depoimento Especial da Criança e do Adolescente – NUDECA - Fórum da Comarca de Rio das Ostras (Processo nº 2023-06123111)
- Instalação do Núcleo de Depoimento Especial da Criança e do Adolescente – NUDECA - Fórum da Comarca de Magé (Processo nº 2024-06041386)
- Isolamento Acústico nas salas de atendimento 18, 19, 19A e 52 do Fórum de Três Rios e nas Salas 309 e 311 do Fórum Regional de Itaipava, do Núcleo de Depoimento Especial da Criança e do Adolescente – NUDECA. (Processo nº 2023-06141227)
- Fórum da Comarca de Silva Jardim - Instalação do Núcleo de Depoimento Especial da Criança e do Adolescente – NUDECA (Processo nº 2024-06030807)
- Alteração de Layout da Secretaria-geral de Segurança Institucional – SGSEI – Lâmina I (Processo nº 2023-06076636)
- Projeto para substituição das telhas e revisão da estrutura metálica - Polo 5º NUR – (Processo nº 2020-0609378)
- Cessão para a mútua dos magistrados do estado do Rio de Janeiro do espaço ou área correspondente ao 5º pavimento do prédio situado na rua Dom Manuel, nº 29, Centro, pertencente a esse egrégio Tribunal de Justiça, com o objetivo de instalar no local toda a parte administrativa, o Centro de Diagnóstico, Tratamento e Recuperação Física da mutua dos magistrados (Processo nº 2021-0619627)

- Estudo para individualização da entrada de energia do Centro de Audiência de Custódia de Volta Redonda (CAC) da Secretaria de Administração Penitenciária (SEAP) de Volta Redonda (Processo nº 2021-06114630)
- Projeto para Sistema de refrigeração do Fórum Regional de Jacarepaguá – (Processo nº 2020-0673838)
- Estudo de viabilidade para criação de copas molhadas nas unidades do Fórum de Nova Iguaçu (Processo nº 2021-0699344)
- Elaboração de Projetos de Instalações para Alteração Gabinete Juízo do fórum de Duas Barras (Processo nº 2021-06123003)
- Elaboração de projetos complementares para construção de guarita com cancela no Fórum da Comarca de Nova Iguaçu (Processo nº 2022-06020964)
- Elaboração de projetos complementares para construção de Estacionamento e Guarita, com acesso para entrada de veículos do SOE para à carceragem no Fórum da Comarca de Italva (Processo nº 2020-0670136)
- Estudo para individualização da entrada de energia do VI Juizado Especial da Gávea (Processo nº 2021-0695519)
- Sugestão para instalação de câmeras de monitoramento e registro na Lâmina Central (Processo nº 2020-0691048)
- Solicitação da 28ª Subseção da Ordem dos Advogados do Brasil - OAB para instalação de ar condicionado nos corredores do Fórum da Comarca de Araruama (Processo nº 2020-0681840)
- Projeto de Climatização para o Almoxarifado Central de Niterói (Processo nº 2022-06104287)
- Reforma do Telhado da Sede do 5º NUR - Volta Redonda (Processo nº 2020-0609378)
- Pavimentação do estacionamento do Fórum da Comarca de Saquarema (Processo nº 2023-06019668)
- Obra de Reforma do Sistema da Estação de Tratamento de Esgoto do Fórum da Comarca de Rio das Ostras (Processo nº 2024-06050662)
- Reforma da cozinha e copa da presidência - Fórum Central – Lâmina I – 10º pavimento (Processo nº 2024-06074423)
- Readequação de espaço no térreo do Museu do Tribunal de Justiça, para utilização do Bistrô pelo SENAC (Processo nº 2024-06071121)
- Projeto de implantação do Núcleo de Videoconferência - Cadeia Pública Franz de Castro Holzwarth Volta Redonda – RJ (Processo nº 2019-0615852)
- Revisão do Projeto de Pavimentação do Complexo NAI/JUSTIÇA/DETRA (Processo nº 2022-06057388)
- Novo Fórum da Comarca de Maricá (Processo nº 2020-0648821)
- Rompimento da Tubulação de Condensação da CAG do Prédio do Lâmina I (Processo nº 2024-06004684)
- Readequação do Layout do Departamento de Contratos e Atos Negociais (DECAN) – CONAB – 1º NUR (Processo nº 2024-06073348)

- Readequação de Layout do Gabinete do Des. Jean Albert de Souza Saadi - Lâmina III – 1º NUR (Processo nº 2024-06074771)
- Solicitação de Mobiliário Compatível com o Projeto de Reforma do Auditório Antônio Carlos Amorim – EMERJ – 1º NUR (Processo nº 2024-06075973)
- Alteração do Espaço Físico Utilizado pela ASPES na sala do GBPES - CONAB – 1º NUR (Processo nº 2023-06047070)
- Mudança de Layout do Gabinete da 4ª Vara Criminal da Capital (4º Tribunal do Júri) - Lâmina II – 1º NUR (Processo nº 2024-06077485)
- Adequação do Layout da Divisão de Fiscalização Extrajudicial – DIFEX - Lâmina I – 1º NUR (Processo nº 2024-06078382)
- Alteração de Layout da Sala 609 (I Juizado da Fazenda Pública) - Lâmina I (Processo nº 2024-06079613)
- Alteração de Layout da Secretaria Geral de Governança, Inovação e Compliance (SGIC – CONAB - 1º NUR (Processo nº 2024-06079439)
- Confecção da Galeria de Quadros com Fotos dos Coordenadores da CEJESP (Juizado do Torcedor e dos Grandes Eventos do Estádio Maracanã) (Processo nº 2024-06081318)
- Reforma da Copa Principal e Cozinha que Atendem aos Desembargadores e ao Presidente – Lâmina I – 1º NUR (Processo nº 2024-06080264)
- Estudo de Calorimetria Baseado na Psicologia das Cores para Pintura das Brinquedotecas das Casas de Família - Regional de Madureira - 12º NUR (Processo nº 2024-06037076)
- Alteração no layout da CEATE e do SEDES, tendo em vista os inícios das atividades da Central de Digitalização (CDA) – Arquivo de São Cristóvão – 1º NUR (Processo nº 2024-06027915)
- Colocação de 3 Retábulos Novos (Espaço Deocleciano) – Lâmina III – 1º NUR (Processo nº 2024-06081166)
- Readequação de Espaço no Térreo para Utilização de Bistrô (SENAC) – TACRIM – 1º NUR (Processo nº 2024-06071121)
- Implantação do Salão Escola Beleza Solidária (SGSUS) – Lâmina I – 1º NUR (Processo nº 2023-06105671)
- Layout da Sala 221B onde atualmente convivem o DETIC e DESEG – Lâmina I – 1º NUR (Processo nº 2024-06043516)
- Alteração de Layout da Sala 214D (SGTEC e DGETEC) - Palácio da Justiça – 1º NUR (Processo nº 2024-06036911)
- Disponibilidade de Local no 1º Pavimento, para funcionamento do setor da SGETC responsável pela montagem, configuração e guarda de equipamentos de rede – Lâmina I – 1º NUR (Processo nº 2024-06044636)
- Adequação dos Espaços Ocupados pela ETIC nos Fóruns da Comarca de Maricá, Centro e da Região Oceânica de Niterói – 2º NUR (Processo nº 2023-06090660)
- Adequações de Layout e Tratamento Acústico das Salas do ETIC – Comarca de Niterói – 2º NUR (Processo nº 2023-06121451)

- Ampliação da Divisão de Apoio Técnico Interdisciplinar (DIATI) – Lâmina I – 1º NUR (Processo nº 2024-06042473)
- Confecção de Nova Placa de Bronze para o Posto Avançado do Juizado do Torcedor e dos Grandes Eventos - Estádio Nilton Santos – 1º NUR (Processo nº 2024-06045481)
- Alteração da porta e Painel Localizados no Corredor do Auditório – EMERJ – 1º NUR (Processo nº 2024-06081527)
- Alteração das Especificações dos Letreiros a serem Instalados nos Auditórios – EMERJ – 1º NUR (Processo nº 2024-06087162)
- Alteração de Layout do Gabinete da Exma. Juíza Maria Paula Gouvêa Galharde - 4ª Vara da Fazenda Pública da Capital – Lâmina I – 1º NUR (Processo nº 2024-06086609)
- Alteração de Layout da Sala 303, 3º andar (SGCOL) – CONAB – 1º NUR (Processo nº 2023-06124553)
- Criação de Sala do NUDECA – Fórum da Comarca de Três Rios – 3º NUR (Processo nº 2024-06079872)
- Elaboração de Estudo para Alteração do Layout da Auditoria da Justiça Militar – lâmina II – 1º NUR (Processo nº 2024-06091634)
- Alteração de Layout do Departamento de Comunicação Interna (DECOI) – Lâmina I – 1º NUR (Processo nº 2024-06030378)
- Readequação de Layout da Divisão de Gestão Financeira (DIGEF) – CONAB – 1º NUR (Processo nº 2024-06055055)
- Aquisição de Equipamentos oriunda do GABPRES/DECEV/DICER, para equipar a cozinha e a copa que atendem as demandas do Gabinete da Presidência – 1º NUR (Processo nº 2024-06049236)
- Instalação de comporta para Contenção de Enchentes – Fórum da Comarca de Laje do Muriaé – 10º NUR (Processo nº 2023-06011872)
- Confecção da Placa de Inauguração da Obra de Reforma dos Auditórios e Hall de Acesso aos Elevadores – EMERJ – 1º NUR (Processo nº 2024-06093085)
- Instalação de 261 Pontos de Rede Lógica e de Elétrica em distintas salas ocupadas pela SGTEC – CNAB – 1º NUR (Processo nº 2024-06091216)
- Alteração Layout da Sala da Secretaria-Geral – EMERJ – 1º NUR (Processo nº 2024-06092896)
- Mudança do Layout das Salas 803/805 da DIGES-DIGEFAJ – Lâmina I – 1º NUR (Processo nº 2024-06093268)
- Elaboração de Layout para Espaço destinado a Instalação do Juizado do Torcedor e dos Grandes Eventos, no Evento Rock in Rio – 1º NUR (Processo nº 2024-06095566)
- Solicitação de Confecção de Projeto da Sala de Automação Predial – SAP – lâmina III – 1º NUR (Processo nº 2024-06095157)
- Alteração de Layout para Solicitação de Medidas de Segurança – Fórum de Rio das flores – 5º NUR (Processo nº 2023-06086075)

- Readequação de Layout do Gabinete e da Sala de Audiências (6^a Vara de Família) – LÂMINA I – 1º NUR (Processo nº 2024-06088759)
- Elaboração de Layout para a Central de Arquivamento do 1º NUR – Lâmina I (Processo nº 2024-06093327)
- Recuperação das Fachadas - Fórum da Comarca de São Gonçalo – 2º NUR (Processo nº 2023-06087224)
- Alteração de Layout VIII JECRIM – Lâmina I – 1º NUR (Processo nº 2024-06097179)
- Solicitação da SGTEC para instalação de 75 novos pontos de Rede Elétrica e Lógica na Sala 203 – Lâmina II – 1º NUR (Processo nº 2024-06097569)
- Readequação de Layout do Gabinete do Desembargador José Roberto Portugal Compasso – Lâmina IV – 1º NUR (Processo nº 2024-06099206)
- Instalação de 32 Stands a serem utilizados em Evento no 10º Pavimento do Foyer – Lâmina I – 1º NUR (Processo nº 2024-06100586)
- Confecção de Portas para Corredores dos Auditórios – EMERJ – 1º NUR (Processo nº 2024-06101040)
- Adequação do Layout da Divisão de Saúde Integrada (DISAU) – Lâmina I – 1º NUR (Processo nº 2024-06102019)
- Alteração de Layout - Departamento de Precatórios – Lâmina I – 1º NUR (Processo nº 2024-06102178)
- Implementação do Departamento de Precatórios Judiciais – Lâmina I – 1º NUR (Processo nº 2024-06058584)
- Alteração de Layout e pintura do Gabinete da Juíza e Sala das Secretárias da 25^a Vara Cível – Capital – 1º NUR (Processo nº 2024-06101766)
- Transferência da 6^a Vara de Órfãos e Sucessões para as Instalações da 7^a Vara de Órfãos e Sucessões, que será extinta – Lâmina II – 1º NUR (Processo nº 2024-06102818)
- Alteração de Layout da Sala do 2º andar para atender parte da equipe da DIPCO – CONAB – 1º NUR (Processo nº 2024-06108392)
- Layout (placa comemorativa e letreiro), visando nomear Edificação do Embasamento – “Desembargador Antônio Jayme Boente” – Lâmina I – 1º NUR (Processo nº 2024-06112269)
- Alteração de Layout do Gabinete da Exma. Des. Mônica Sardas - Lâmina IV – 1º NUR (Processo nº 2024-06112075)
- Confecção de Letreiro com o seguinte conteúdo: “Biblioteca EMERJ/TJRJ” - Biblioteca da EMERJ de Niterói – 2º NUR (Processo nº 2022-06115003)
- Elaboração de Layout para Confecção de Placa de Inauguração do Complexo NAI – 1º NUR (Processo nº 2024-06115129)
- Demarcação de Piso de Vaga de Idoso – EMERJ – 1º NUR (Processo nº 2023-06047742)
- Readequação de layout na sala do Cartório da Vara de Execuções de Penas e Medidas Alternativas (VEPEMA), para ampliação do refeitório e alteração de balcão de atendimento (Processo nº 2024-06092229)

- Instalação de Isolamento Acústico no Gabinete da Magistrada da 8ª Vara de Fazenda Pública (Processo nº 2024-06121288)
- Realização de Layout para os Novos Gabinetes, necessárias em razão da Nomeação dos Novos Desembargadores (Processo nº 2024-06117340)
- Alteração de Layout da Sala da Diretora do Departamento de Processos do Conselho da Magistratura (Processo nº 2024-06121624)
- Alterar Layout do Gabinete do Des. Fernando Fernandy Fernandes (Processo nº 2024-06122622)
- Confecção de base para impressora Gabinete do Des. Marcus da Costa Ferreira – Lâmina IV – 1º NUR (Processo nº 2024-06133650)
- Readequação de Layout do Gabinete com a Substituição do Mobiliário da 6ª Vara de Órfãos e Sucessões – Lâmina I – 1º NUR (Processo nº 2024-06134170)
- Mudança do Layout no Gabinete do Juízo da 29ª Vara Cível - Comarca da Capital – 1º NUR (Processo nº 2024-06133495)
- Criação de Gabinete para o Magistrado designado em auxílio na 7ª Vara Empresarial da Comarca da Capital – 1º NUR (Processo nº 2024-06132292)
- Readequação de Layout da Sala 111 corredor C (DETIC) – Lâmina I – 1º NUR – (Processo nº 2023-06125029)
- Readequação da área onde estão localizados os setores de controle de materiais e de sonorização do DETEL – Lâmina I (Processo nº 2024-06063536)
- Instalação de rampa mecanizada SEMOP – Depósito Praça da Bandeira – 1º NUR (Processo nº 2024-06105991)
- Instalação de isolamento Acústico nas Paredes do Plenário do I Tribunal do Júri da Capital – 1º NUR (Processo nº 2024-06134514)
- Aquisição de cortinas e rolôs para instalação no Plenário Desembargador Estênio Cantarino Cardozo e Foyer – 1ºNUR (Processo nº 2024-06129306)
- Aquisição de Poltronas para Instalação no Plenário Desembargador Estênio Cantarino Cardozo – 1º NUR (Processo nº 2024-06129286)
- Projeto para base do gerador na parte externa do Presídio - Comarca de Volta Redonda (Processo nº 2019-0615804)
- Projeto de reforço da estrutura existente no Polo de Manutenção - Fórum da Comarca de Nilópolis (Processo nº 2024-06004018)
- Projeto para reforma da cantina para abrigar o CEJUSC - Fórum da Comarca de Japeri (Processo nº 2023-06099526)
- Projeto do Novo Muro - Fórum da Comarca de São Francisco de Itabapoana (Processo nº 2023-06142892)
- Projeto bases para as evaporadoras - Instalação de Rooftop - Fórum Regional de Bangu (Processo nº 2023-06109231)
- Projeto de Recuperação parcial do Muro da Fachada Principal e Rampas de Acesso - Fórum da Comarca de Queimados (Processo nº 2020-0685716)

Garantia de Obras

- Energia Solar – Arquivo de São Cristóvão
Limpeza das placas de captação de energia solar.



Limpeza das placas fotovoltaicas responsáveis pela captação de energia solar.

Projetos básicos de obra e termos de referência de serviço de engenharia, instruídos:

- Serviço de modernização dos letreiros luminosos existentes na Lâmina I e no Embasamento do Complexo do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro (TJRJ);
- Laudo geotécnico, com vistas à avaliação da estabilidade do talude da margem direita do Rio Barra Mansa, no trecho contíguo à área da cantina do Fórum da Comarca de Barra Mansa;
- Laudo geotécnico, terreno onde será construído o novo Fórum de Seropédica;
- Laudo técnico das fachadas do prédio da Escola da Magistratura do Estado do Rio de Janeiro – EMERJ;
- Locação de contêineres, no total de 05 (cinco) unidades, a serem instalados em endereços do Grande Rio para abrigar efetivo da COMLURB;
- Serviço de Proteção de Fachada Antigo Palácio da Justiça (TACRIM);
- Serviço de Proteção da Fachada da Escola da Magistratura do Estado do Rio de Janeiro EMERJ;
- Serviço de Proteção da Fachada Fórum de Volta Redonda,
- Projeto Básico para licitar a reforma do sistema da estação de tratamento de esgoto do Fórum de Rio das Ostras;

- Projeto Básico para licitar a obra de reforma dos auditórios Antônio Carlos Amorim e Nelson Ribeiro Alves e do hall de acesso aos elevadores da EMERJ;
- Projeto Básico para licitar a obra de construção do Novo Fórum de Seropédica;
- Projeto Básico Obra de Reforma para a Intervenção Corretiva nas Fachadas da Escola de Magistratura do Estado do Rio de Janeiro - EMERJ;
- Projeto Básico para Obra de Reforma para a Intervenção Corretiva nas Fachadas do Antigo Palácio da Justiça - TACRIM;
- Projeto Básico para Obra de Reforma do Plenário, Foyer, Salão dos Desembargadores e Circulações do Órgão Especial, Lâmina I, Fórum Central;
- Projeto Básico Acessibilidade e Segurança institucional no Fórum Regional de Santa Cruz;
- Empresa especializada na Assinatura eletrônica do INFORMATIVO SBC – REVISSTA ELETRÔNICA
- Empresa especializada para ministrar treinamento do software volare
- Empresa especializada para ministrar o curso MS-PROJECT
- Empresa especializada para ministrar curso de acessibilidade
- Serviço de assinatura Sistema Banco de Preços
- Contratação de empresa especializada para implementar o Sistema Building Information Modeling (BIM)
- Contratação do software Solibri;
- Contratação do software Alto Qi;
- Aquisição e instalação de 20 banco de capacitores áreas: Metropolitana, oeste, sul-serrana e norte.

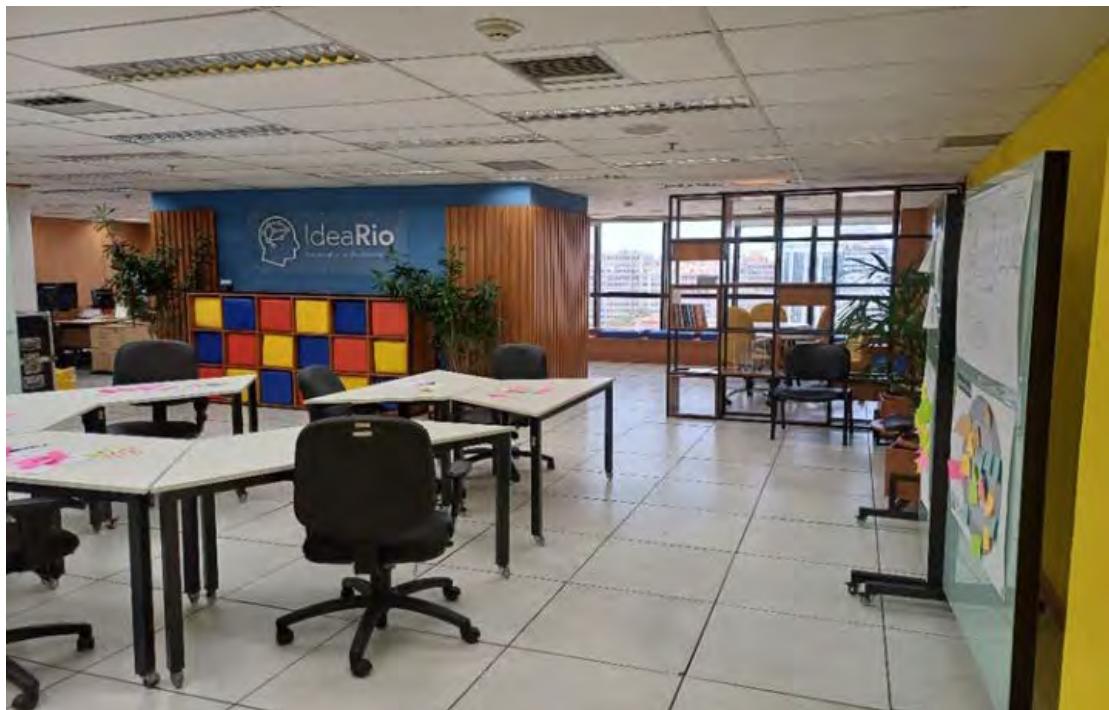
Processo 2023-06026431- Sistema fixo de proteção e combate a incêndio do Fórum de São João de Meriti



Processo 2023-06045568- Tubulação interligando HD12 e HD13 do Fórum de Rio Bonito



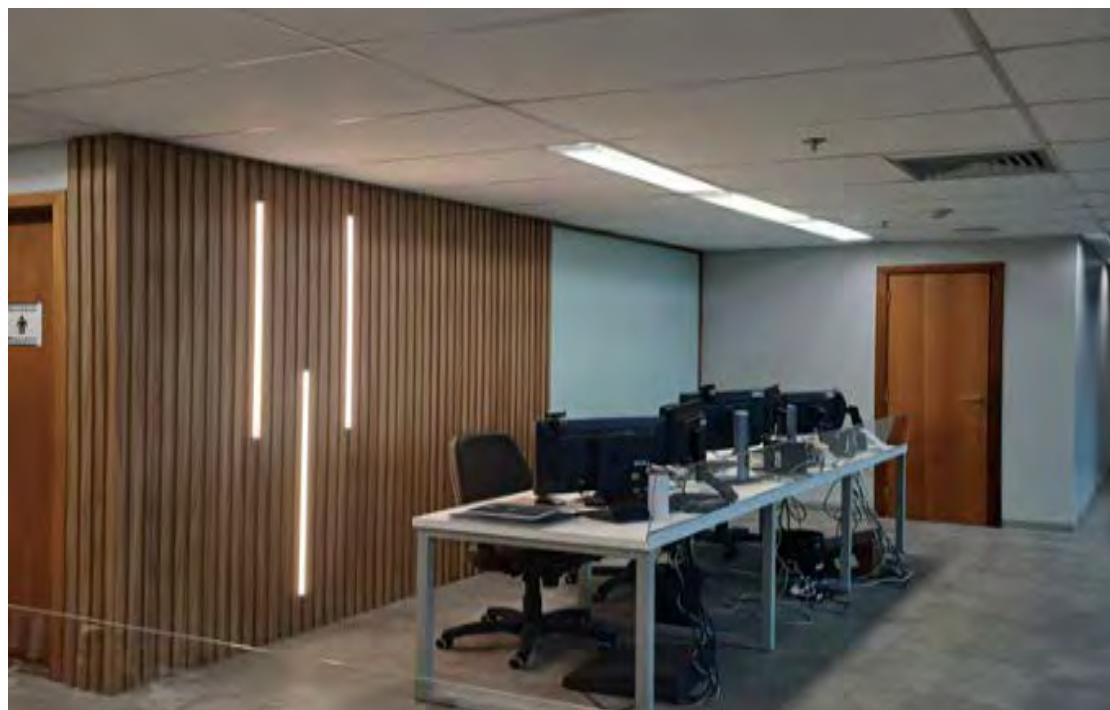
Processo 2023-06043595 - Laboratório de inovação- IDEA RIO da Lâmina II



Processo 2024-06060907 - 5^a Vara Cível do Fórum de Bangu



Processo 2023-06145456 - Sala Íris da Lâmina II



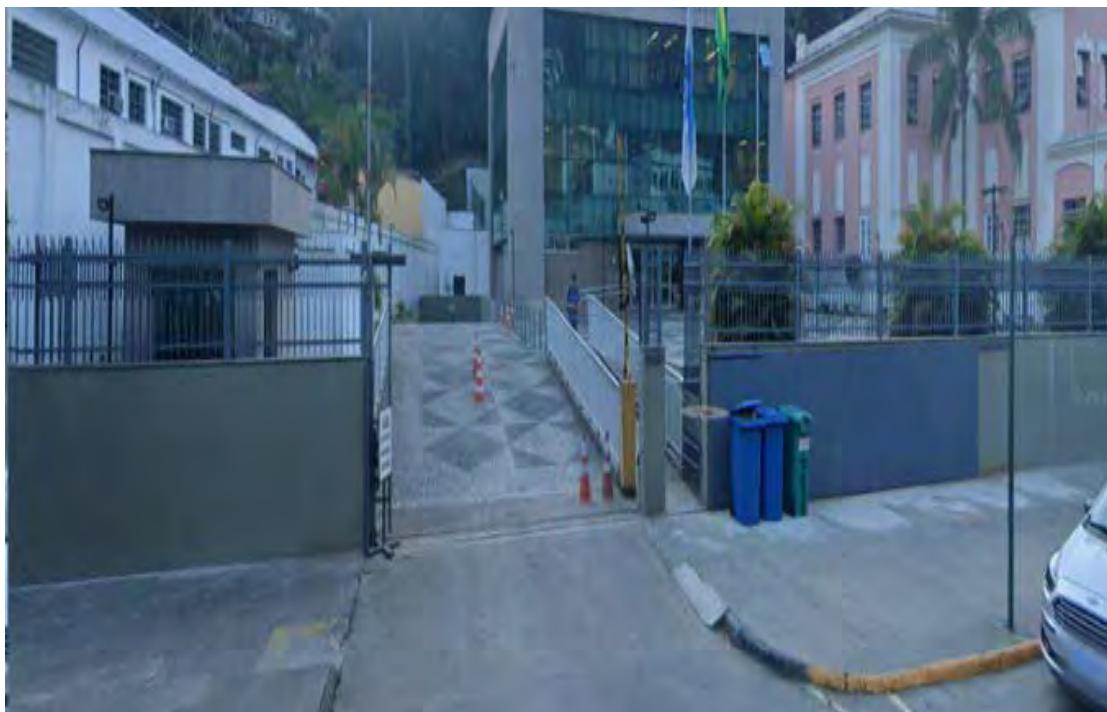
Processo 2023-06013584 - LAYOUT SGADM da Lâmina I



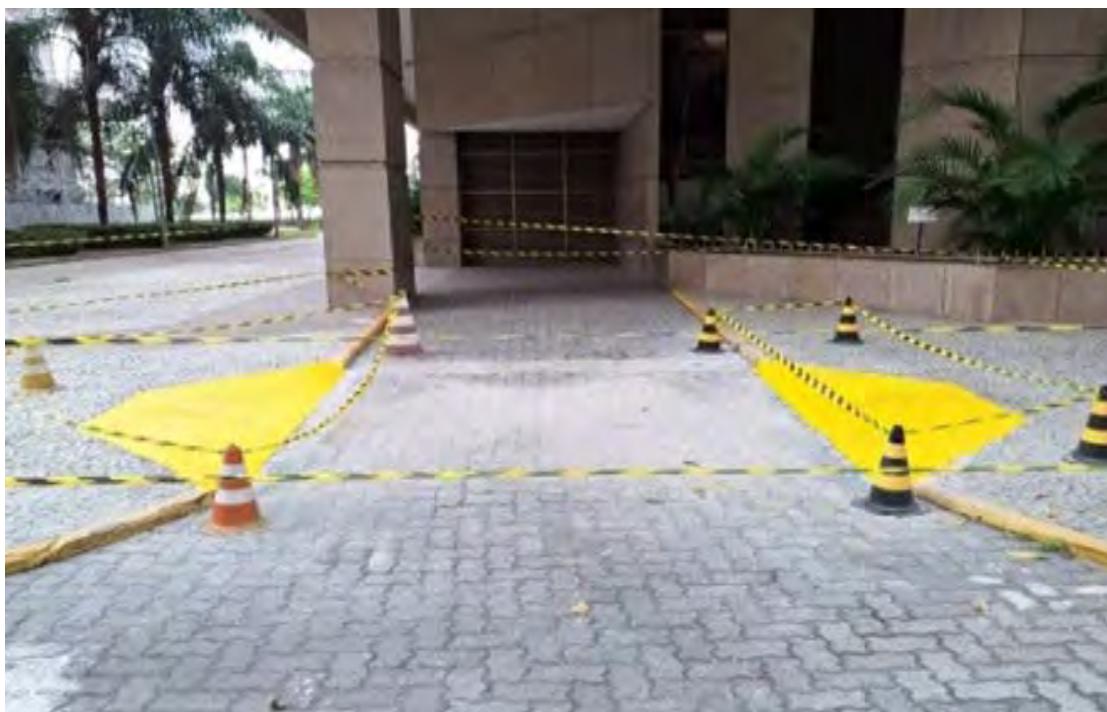
Processo 2023-06076636 - Layout SGSEI/SEIMOE da Lâmina I



Processo 2022-06028400 - Instalação da comporta para contenção de água da chuva do Fórum de Petrópolis



Processo 2024-06072926- Rebaixamento da calçada na entrada da garagem da Lâmina III



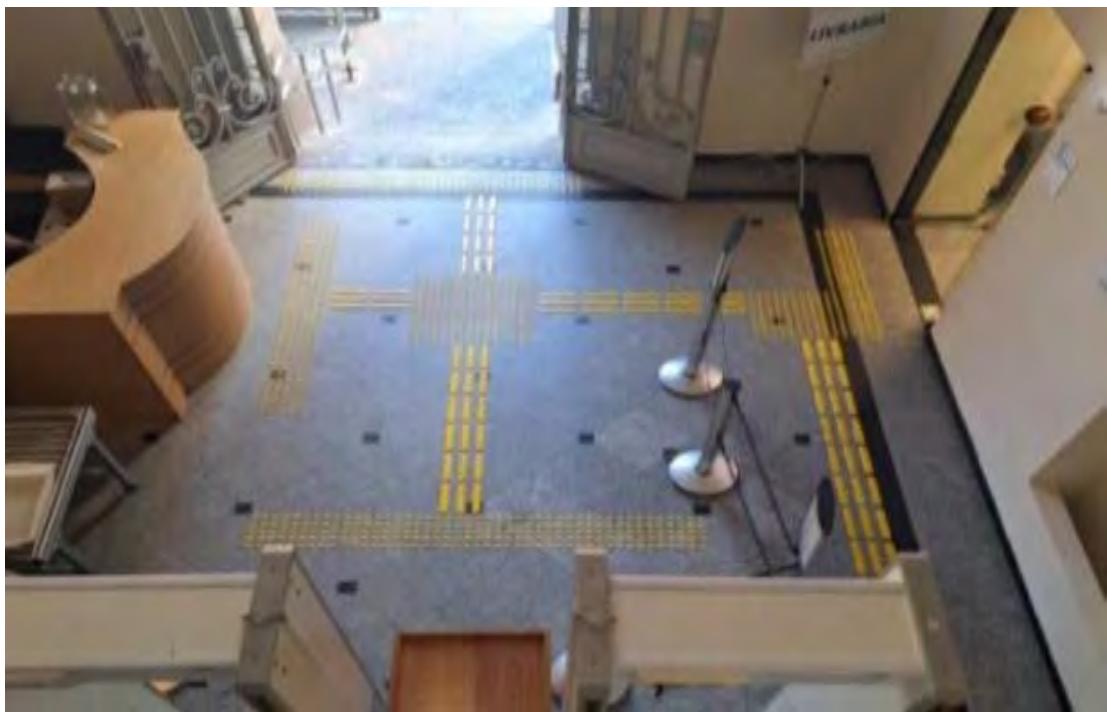
Processo 2024-06095840 - Rampa para acessibilidade no Tribunal Pleno do Museu da Justiça



Processo 2023-06029371 - NUDECA/VECA da Lâmina I



Processo 2019-0612860 - execução de Projeto de Acessibilidade do Prédio da EMERJ



Renovação parcial da frota de veículos

Aquisição e recebimento, em fevereiro de 2023, de 12 (doze) utilitários tipo furgão cargo (processo SEI n. 2022-06012649), e em julho de 2023, de 279 unidades do segmento hatch compacto (fiat argo), 3 unidades do segmento picape compacta (fiat strada) para renovação da frota de serviços, mediante a substituição dos veículos modelos Gol, Kombi e Saveiro (Processo SEI n. 2022-06012649), visando à redução do consumo de combustível e da emissão de gases poluentes a partir da introdução de tecnologia que propicia maior eficiência energética, de modo a atender às diretrizes estabelecidas no Plano de Logística Sustentável - PLS/TJRJ – 2021/2025. É importante ressaltar que os veículos VW GOL, motor 1.6, possuíam eficiência de 10 Km/l e idade entre 8 e 14 anos, foram substituídos por veículos FIAT Argo, motor 1.0, que apresentam eficiência de 14 Km/l e tecnologia mais moderna.

Aquisição em julho de 2024 por meio de locação de 35 (trinta e cinco) de veículos de representação Toyota/Corolla blindados, destinados a segurança de magistrados (Processo Adm. SEI 2023-06074575).

Objetivando medir a economia gerada pela renovação parcial da frota, foi efetuado um levantamento de consumo de gasolina no período de fevereiro a novembro de 2024, verificando-se o resultado na economia de R\$ 6.969,68 (seis mil, novecentos e sessenta e nove reais e sessenta e oito centavos).

Em decorrência da renovação parcial da frota, foram leiloados, 242 (duzentos e quarenta e dois) veículos, resultando no valor de R\$ 5.715.144,61 (cinco milhões, setecentos e quinze mil, cento e quarenta e quatro reais e sessenta e um centavos), em favor do Fundo Especial deste Tribunal de Justiça – FETJ.

Sistema para solicitação de transporte

Em fevereiro de 2023, foi implementado um módulo para atendimento às solicitações de transportes no SISTRANSPWEB.

O módulo permite aos usuários realizarem suas solicitações de transportes à distância, inclusive com a utilização de dispositivos móveis fora da rede interna, proporcionando mais celeridade e agilidade. Além disso, esse módulo fornece informações/relatórios importantes na construção de uma gestão cada vez mais eficiente.

Aquisição de Unidades Móveis para o Programa Justiça Itinerante

O Programa Justiça Itinerante surgiu de uma iniciativa pioneira do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro que se antecipou à “Reforma do Judiciário” (Emenda Constitucional nº 45 de 31/12/2004), que determinou aos tribunais de todo o país a obrigatoriedade de implantar referido programa com realização de audiências e demais funções da atividade jurisdicional nos limites territoriais da respectiva jurisdição, utilizando, para tal fim, equipamentos públicos e comunitários.

O Poder Judiciário Fluminense iniciou o projeto Justiça Itinerante no ano de 2004 no Município de Tanguá, interior do estado. Atualmente o programa dispõe de vinte e seis postos de atendimento no Estado do Rio de Janeiro.

Para atender às diferentes regiões do estado do Rio de Janeiro (interior, periferias da Baixada Fluminense e comunidades da Capital), o Tribunal de Justiça optou pela aquisição de ônibus, adaptando-os em unidades móveis para tal fim. Por serem mais funcionais, podem viajar pelas rodovias, como é o caso das Justiças Itinerantes de Macuco, Areal, Comendador Levy Gasparian, Campos dos Goytacazes, Varre-Sai, São Francisco do Itabapoana e Quatis. Além disso, há ainda a facilidade de estacionar em espaços pequenos nas comunidades atendidas, tais como: Vila Cruzeiro/Alemão, Rocinha, Cidade de Deus e Maré/Manguinhos, o que é impossível na hipótese de utilização de caminhões ou de veículos de maior porte.

Em setembro de 2023, foram entregues 2 (duas) unidades móveis adquiridas por intermédio do contrato nº 003/535/2022, formalizado no processo administrativo SEI 2020-0607037.

Tramita no processo SEI 2023-06113977, novo procedimento visando adquirir mais 2 (duas) novas unidades móveis para atender à Justiça Itinerante.

Convênio firmado entre o Tribunal de Justiça e a Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro

O Tribunal de Justiça, primando por uma prestação de serviços de excelência na segurança dos prédios, instalações de Foros, Varas e Juizados, Depósitos, Arquivos e demais Órgãos do Poder Judiciário, e das pessoas que lá transitam, por meio de emprego especial de proteção, celebrou convênio com a Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro.

Entre as ações previstas no Plano de Trabalho, merece especial atenção a recuperação de 5 (cinco) viaturas da PMERJ no período de janeiro 2023 a dezembro de 2024.

Novas metodologias no planejamento das contratações do PJERJ

No biênio 2023/2024, houve inúmeros esforços para a recepção completa e adequada da Nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos (NLLCA) no PJERJ, foco do projeto estratégico coordenado pela Secretaria-Geral de Contratos e Licitações (SGCOL). Nessa trajetória de regulamentações internas e estudos para a implantação das inovações trazidas pelo novo marco legal, a SGCOL identificou a necessidade de prestar auxílio direto às unidades requisitantes, de forma contínua, desde o início da identificação das demandas, coordenando e impulsionando as atividades dessa etapa das contratações.

A prática estabelecida incluiu a aplicação da metodologia SQUAD, como forma de desenvolvimento dos projetos de contratação, o que associado à comunicação diária por meio de chats criados para cada planejamento no Teams, permitiu uma tramitação processual dinâmica, ágil e efetiva na fase de planejamento das contratações prioritárias, reduzindo o tempo do ciclo processual da fase interna.

Padronização de documentos para contratações do PJERJ

Foram desenvolvidas minutas padronizadas, listas de verificação e atos normativos regulamentadores de artigos da Nova Lei de Licitações (14.133/2021), de forma a garantir agilidade, qualidade e segurança jurídica ao PJERJ em suas contratações:



- Documento de formalização da Demanda (DFD);
- Estudo Técnico Preliminar (ETP);
- Termos de referência (TR);
- Editais
- Contratos
- Listas de Verificação para todos os tipos de contratação
- Lista de Verificação para os Pregões

Plano Anual de Contratações elaborado no módulo PGC do sistema Compras.gov



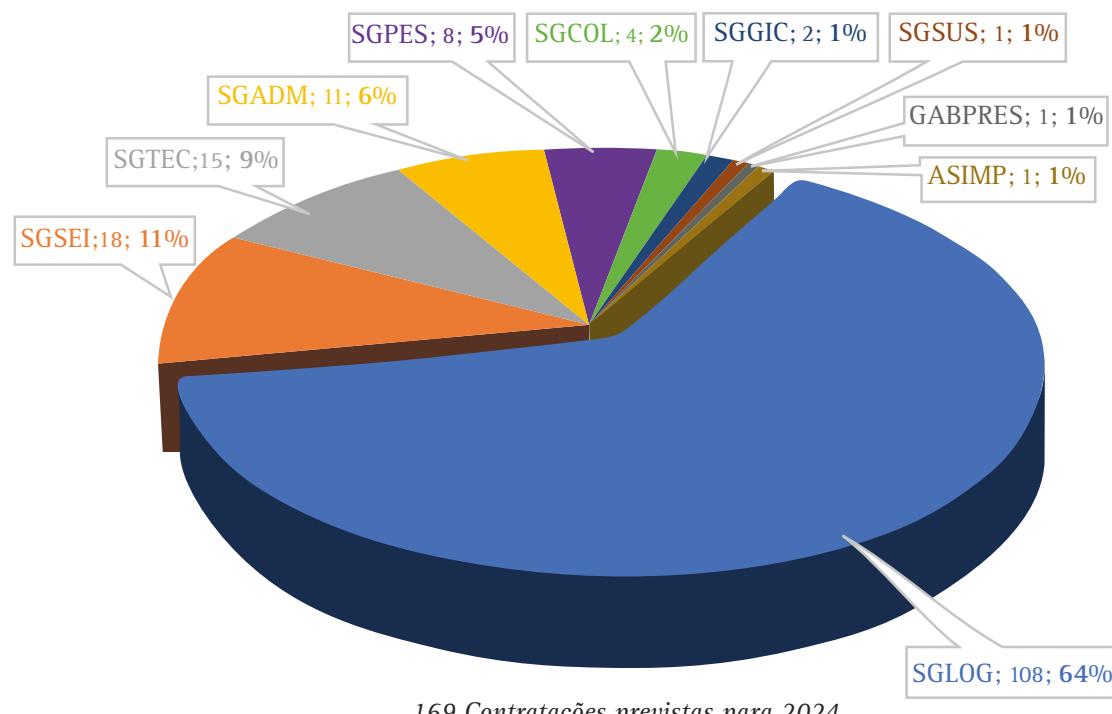
O Plano Anual de Contratações foi elaborado pela primeira vez com o uso do sistema Compras.gov, que possui um módulo de Planejamento e Gerenciamento das Contratações (PGC), por meio do qual é possível garantir a publicação automática no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) de forma ágil, organizada e transparente à sociedade.

A elaboração do PAC – 2024 e PAC-2025, que ocorreu ao longo do ano de 2023 e 2024 respectivamente, envolveu todas as unidades administrativas do PJERJ. Mais de duzentos profissionais que atuam no planejamento das contratações em toda a área administrativa do PJERJ participaram das reuniões orientativas por meio do Teams e seguem aderentes à nova forma de planejar suas contratações.

Os benefícios desse processo incluem a disponibilização de uma das principais ferramentas de governança das contratações, que se traduz no calendário das contratações do PJERJ para cada ano, com identificação das datas para o início do planejamento e para o fim da etapa de formalização dos contratos, permitindo uma maior previsibilidade às atividades nessa área.

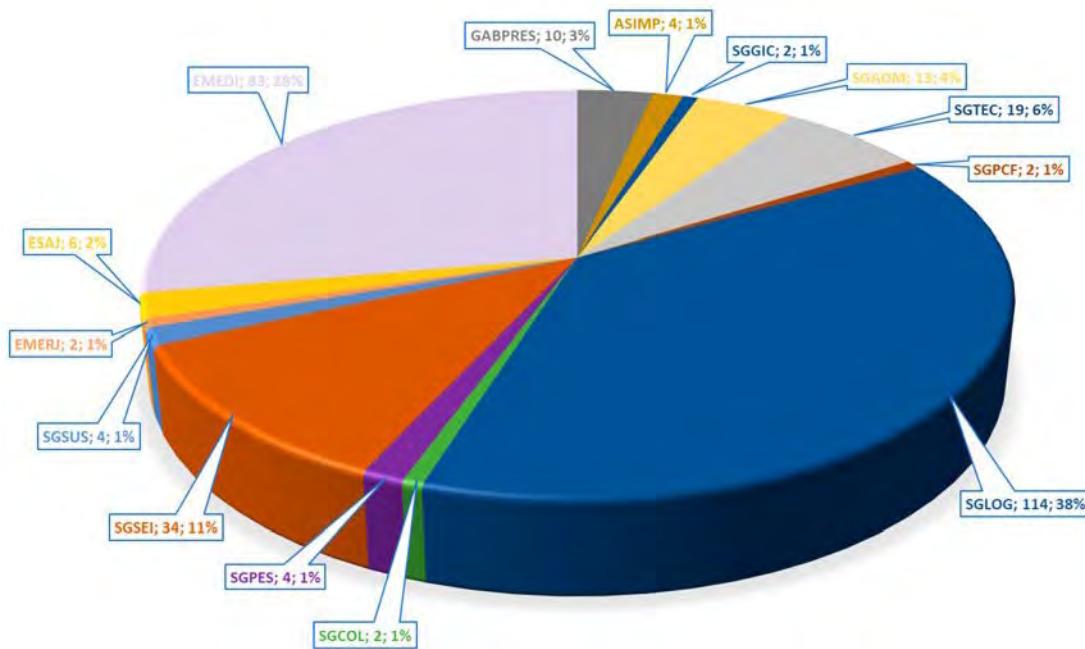
Além disso, o processo de construção do PAC fomenta a cultura do planejamento das contratações e auxilia a Instituição na definição de suas prioridades e estratégias de contratação.

Gráfico - PAC 2024 - Contratações Previstas



Nesse sentido, ao longo do biênio, foi possível observar o aumento da adesão a nova ferramenta, que se traduziu no maior número de unidades demandantes participantes no PAC 2025, assim como um maior número de contratações planejadas.

Gráfico - PAC 2025 - Contratações Previstas



299 Contratações previstas para 2025

Dispensas de licitação eletrônicas

Implantado o sistema de dispensas de licitação eletrônicas, que aumentam a transparência, competitividade, agilidade (com a pesquisa de preços concomitante à coleta de propostas), economicidade e ofertam maior dinamismo na participação dos fornecedores, que podem participar das disputas pelo celular, com uso do aplicativo Compras.gov.br



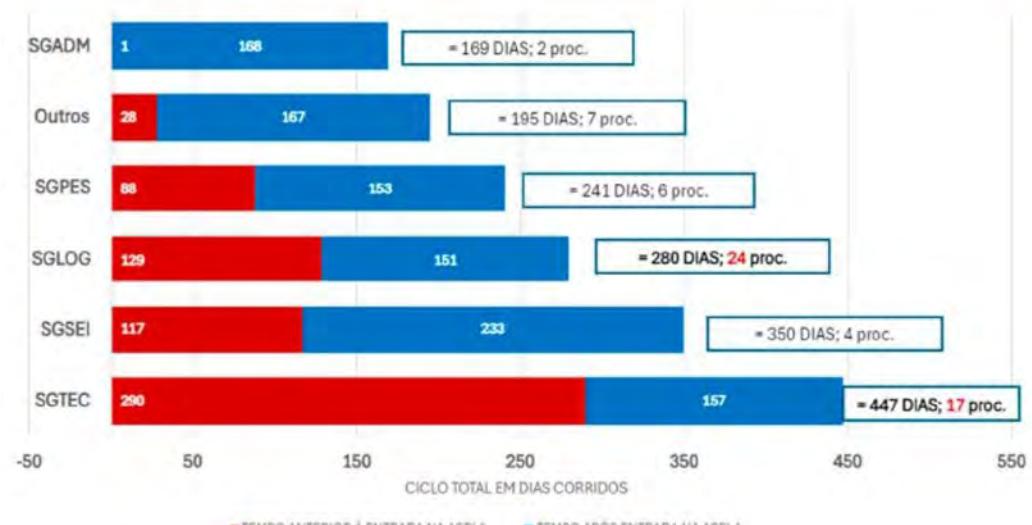
Criação da Assessoria de Planejamento das Contratações do PJERJ

O sucesso das novas metodologias implantadas culminou na criação da Assessoria de Planejamento das Contratações (ASPLA), que foi pensada para garantir uma equipe integralmente dedicada à fase de planejamento das contratações, que não apenas apoia, mas constrói junto com as unidades requisitantes todos os documentos necessários à contratação pretendida.

A ASPLA iniciou as suas atividades ao final do ano de 2023 e implantou e construiu seus procedimentos objetivando garantir que os processos de contratação do PJERJ tenham o seu ciclo de vida reduzido de forma significativa. Os dados do primeiro ano de atividade já demonstram que é possível alcançar excelentes

resultados nesse sentido, conforme abaixo. É preciso, no entanto, fortalecer a cultura de enviar os processos à SGCOL/ASPLA assim que autuados, como define a RAD-SGCOL-005, para que a equipe especializada possa orientar as unidades desde o início do planejamento.

Área	Total de processos	CICLO TOTAL MÉDIO C/ ASPLA	CONCLUSÃO DO CICLO APÓS ENTRADA NA ASPLA (média)
SGADM	2	169	168
Outros	7	195	167
SGPES	6	241	153
SGLOG	24	280	151
SGSEI	4	350	233
SGTEC	17	447	157
Total	60 processos	Média de 314 dias	Média de 161 dias



Fonte: Planilha ASPLA – Ciclo total e Média de dias antes e depois da entrada na ASPLA: resultado das 60 licitações concluídas em 2024 com método SQUAD

Reestruturação do Portal de Licitações e Contratos para atender ao modelo da ATRICON

O Portal de Licitações e Contratos foi completamente remodelado, com base nos requisitos estabelecidos pela ATRICON (Associação dos membros dos Tribunais de Contas), em seu Programa Nacional de Transparência Pública, aumentando consequentemente o grau de transparência institucional do PJERJ.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO | PÁGINA INICIAL | TRANSPARÊNCIA | TRANSPARÊNCIA INSTITUCIONAL | LICITAÇÕES E CONTRATOS

LICITAÇÕES E CONTRATOS

Atestado de Capacidade Técnica

Consulte nos ícones abaixo todas as licitações e contratos do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro realizadas pela Lei n.º 14.133/21:

Audiência e Consultas Públicas



Credenciamento Público



Cadastro de Fornecedores



Chamamento Público



Empenhos



Empresas Sancionadas

Você poderá encontrar os pregões eletrônicos pela [Lei Federal nº 14.133/2021](#) em qualquer etapa, basta digitar o número da nossa Unidade Compradora (30100). Caso queira uma consulta mais específica, basta refinar os parâmetros de pesquisa.

Guia Verde

Para visualizar a licitação no [Compras.gov.br](#), clique no ícone abaixo:

>



Nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos

>

Termos Contratuais, Aditivos e Demais Ajustes

Secretaria Geral de Contratos e Licitações (SGCOL)

Os Editais de Licitação, bem como seus principais documentos: Estudo Técnico Preliminar (ETP), Termo de Referência, Mapa Comparativo de Preços, além de pedidos de esclarecimentos e impugnações poderão ser acessados neste Portal ou diretamente no Compras.gov.br, plataforma utilizada pelo TJRJ para realizar suas licitações na forma eletrônica.

Já a íntegra do Procedimento Administrativo poderá ser consultada através do SEI (Sistema Eletrônico de Informações), que são de acesso público após a divulgação do Edital. A instrução processual, em sua íntegra, pode ser [consultada aqui >>>](#).

Todas as licitações, contratos, avisos de dispensa e contratações diretas são apresentadas em ordem cronológica e possuem diversos campos para aplicação de filtros específicos, facilitando a verificação e busca por informações.

Criação de diversos materiais em linguagem simples voltados para contratos e licitações

Foram disponibilizados no novo portal de licitações e Contratos diversos materiais em linguagem simples voltados para as equipes de planejamento, para fiscais, gestores de contrato e profissionais contratados, auxiliando no processo comunicacional com todos os profissionais envolvidos nas contratações do PJERJ.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO | PÁGINA INICIAL | TRANSPARÊNCIA | TRANSPARÊNCIA INSTITUCIONAL | LICITAÇÕES E CONTRATOS
| NOVA LEI DE LICITAÇÕES E CONTRATOS ADMINISTRATIVOS | CARTILHAS E INFORMES

NOVA LEI DE LICITAÇÕES E CONTRATOS ADMINISTRATIVOS

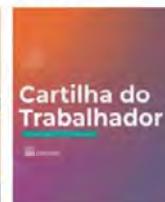
Regulamentos da NLLCA

Clique na imagem para acessá-las.

Modelos para Licitações e Contratos



Piano Anual de Contratações



Piano Anual de Capacitação



Cartilhas e Informes



Riscos nas Contratações



Criação de novos painéis para monitoramento de licitações e contratos

A Secretaria-Geral de Contratos e Licitações (SGCOL), em parceria com a Secretaria-Geral de Dados e Informações (SGDAI), criou novos painéis de BI utilizando dados dos sistemas de licitações (SISLIC) e do sistema de contratos e atos negociais (SISCAN) para auxiliar no aumento da governança das contratações, conforme determina a Resolução CNJ nº 347/2020.

Foram realizadas diversas melhorias nos sistemas, como a criação do novo módulo da fase de planejamento no SISLIC, para viabilizar o projeto.



Telefonia

Durante o período de janeiro de 2023 a dezembro de 2024 houve uma ampliação de 617 ramais na rede telefônica do TJRJ, considerando todas as comarcas, chegando a 13.321 ramais. O crescimento de 4,8% deve-se a criação de novas serventias e/ou novos serviços.

A quantidade de linhas telefônicas fixas passou de 3.193 para 3.164, correspondendo a uma redução de 0,9%, atendendo as 109 centrais telefônicas instaladas nos Fóruns, tanto da Capital quanto do Interior, como também aos acessos individuais à Internet.

No biênio 2023/2024 não ocorreram variações na quantidade de linhas móveis disponibilizadas para atender Magistrados, motoristas dos Desembargadores e área de segurança, no entanto, em novo contrato foram incluídas novas exigências de segurança dos aparelhos como Sim-card eletrônico (e-SIM) e sistema de gerenciamento e segurança MDM que permite a localização do aparelho em caso de roubo ou sequestro e bloqueio total do conteúdo. No mesmo contrato foram incluídas 1.000 unidades de mini-modens USB também para atender notebooks de Magistrados e 40 linhas de dados para atender ao sistema de gerenciamento dos sistemas fotovoltaicos instalados em diversos prédios do TJRJ.

Atendimento telefônico

Operação de atendimento telefônico por equipe de telefonistas no Complexo do Fórum Central, Fóruns Regionais e Fóruns do Interior de maior porte, transferindo a ligação para a serventia solicitada ou prestando informações dentro da sua alçada.

Total de ligações atendidas em 2023 no complexo da Capital em torno de 990.000 (novecentos e noventa mil) com taxa de atendimento de 99,99%.

Total de ligações atendidas em 2024 no complexo da Capital em torno de 962.000 (novecentos e sessenta e dois mil) com taxa de atendimento de 99,996%.

Segurança Eletrônica e telecomunicações – Indicadores

OS - Quantidade de Atendimentos por mês (2023)

Mês	Labo-ratório	CATV	Sonorizaçāo	CFTV	Alarme	Áudio e Vídeo	Núcleo de Segurança	Total
Jan.	92	27	558	450	458	273	106	1.964
Fev.	191	44	512	377	420	258	80	1.882
Mar.	234	82	805	765	789	371	139	3.185
Abr.	208	64	550	415	402	319	139	2.097
Mai.	283	43	660	599	475	552	152	2.764
Jun.	341	51	620	575	280	547	155	2.569
Jul.	267	51	722	544	500	555	178	2.817
Ago.	260	55	768	617	386	542	197	2.825
Set.	136	66	837	401	205	709	183	2.537
Out.	254	58	913	548	463	756	181	3.173
Nov.	159	54	726	482	191	506	172	2.290
Dez.	174	44	466	355	107	363	100	1.609
Total	2.425	639	8.137	6.128	4.676	5.751	1.782	29.712
%	8%	2%	27%	21%	16%	19%	6%	100%

OS - Quantidade de Atendimentos por mês (2024)

Mês	Labo-ratório	CATV	Sonoriza-ção	CFTV	Alarme	Áudio e Vídeo	Núcleo de Segurança	Total
Jan.	166	65	526	541	264	441	156	2.159
Fev.	127	39	701	642	188	287	162	2.146
Mar.	114	53	700	482	195	338	175	2.057
Abr.	71	50	686	393	176	495	194	2.065
Mai.	127	37	892	530	279	523	188	2.576
Jun.	128	41	731	649	362	560	182	2.653
Jul.	169	84	329	703	260	872	191	2.608
Ago.	186	88	290	580	212	928	204	2.488
Set.	132	106	239	618	275	906	151	2.427
Out.	178	60	262	407	354	1.160	164	2.585
Nov.	73	62	217	446	257	730	146	1.931
Dez.	67	47	188	316	358	779	73	1.828
Total	1.538	732	5.761	6.307	3.180	8.019	1.986	27.523
%	6%	3%	21%	23%	12%	29%	7%	100%

Levantamento: dezembro/24

CFTV	Total de câmeras	4.748
	Câmeras no sistema Verint - Fórum Central	626
	Câmeras no sistema DVR Fórum Central	435
	Câmeras no sistema DVR Fórum Demais Comarcas	3.152
	Câmeras no sistema DVR Carceragem	535
	Total de câmeras acessadas pelos supervisores do CISPJ	4.748
	Total de câmeras acessadas pelos operadores do CISPJ	4.614
	Monitoramento - quantidade de DVRs	251
	Edificações monitoradas	105

Alarme Presencial	Total	127
	Total das comarcas mais Central do Brasil (1)	127
	Comarcas com controle de acesso	88
Alarme Botão de Pânico	Total de alarmes	1.046
	Capital	187
	Demais comarcas	859
	Total de edificações com alarmes de pânico	47
	Capital + Regionais	8
	Demais comarcas	39
	Edificações sem elegibilidade para alarme de pânico	68
Reconhecimento Facial	Câmeras no sistema de reconhecimento facial	31
	Previsão de instalação de câmeras de reconhecimento facial	19

Total de Eventos Atendidos – 2023

2023	Quantidade de Eventos	Quantidade de Colaboradores Envolvidos	Média de colaboradores por evento
Jan./23	29	78	2,7
Fev./23	48	91	1,9
Mar./23	95	162	1,7
Abr./23	85	141	1,7
Mai./23	136	210	1,5
Jun./23	154	232	1,5
Jul./23	143	208	1,5
Ago./23	186	287	1,5
Set./23	159	236	1,5
Out./23	153	217	1,4
Nov./23	175	277	1,6
Dez./23	125	194	1,6
Total	1.488	2.333	1,6
Média mês	124		

Total de Eventos Atendidos - 2024

2024	Quantidade de Eventos	Quantidade de Colaboradores Envolvidos	Média de colaboradores por evento
Jan./24	72	116	1,6
Fev./24	115	195	1,7
Mar./24	190	281	1,5
Abr./24	209	340	1,6
Mai./24	190	302	1,6
Jun./24	171	252	1,5
Jul./24	267	371	1,4
Ago./24	279	387	1,4
Set./24	320	447	1,4
Out./24	247	357	1,4
Nov./24	214	292	1,4
Dez./24	220	302	1,4
Total	2.494	3.642	1,5
Média mês	227		

Escoltas e segurança institucional

Equipes de segurança formadas pelo efetivo do Departamento de Segurança Institucional e inteligência para atendimento a ministros e autoridades do Judiciário, atendimentos e escoltas em grandes eventos, escoltas de materiais e processos, entre outros.

Atendimentos e Escoltas

Atendimentos e escoltas	2023	2024	Total
Ministros e autoridades do judiciário	667	724	1.391
Eventos especiais	82	89	171
Justiça Itinerante	707	719	1.426
Audiências de custódia	1.092	913	2.005
Escoltas de materiais / processos	102	111	213

Cursos e Treinamentos

Durante o biênio, foram realizadas capacitações visando o aprimoramento e a atualização técnica do efetivo da SGSEI, assim como treinamentos e cursos destinados a magistrados, a servidores, a oficiais de justiça e a agentes de órgãos externos.

Programa de Proteção Feminina

Em 2023, a SGSEI deu início ao Programa de Proteção Feminina, com aulas teóricas e práticas, direcionado às magistradas e às servidoras do TJRJ.

O Programa, atualmente, faz parte da grade de cursos regulares da ESAJ e conta com instrutores do DESIN.

No biênio, foram 28 (vinte e oito) turmas com o total de 298 (duzentas e noventa e oito) alunas entre magistradas e servidoras do TJRJ. Também foram capacitadas as policiais que fazem parte do efetivo da SGSEI.

InSTRUÇÃO DE ATENDIMENTO PRÉ-HOSPITALAR (APH) TÁTICO

A instrução de APH teve como objetivo capacitar os agentes da SGSEI que atuam em escoltas de autoridades. Foram 17 (dezessete) agentes capacitados em 2023.

InSTRUÇÃO DE DIREÇÃO DEFENSIVA E EVASIVA

A instrução, teórica e prática, teve como objetivo capacitar os agentes da SGSEI a adotarem comportamentos para redução de riscos em deslocamentos motorizados. Foram 15 (quinze) agentes capacitados em 2024.

CURSO PARA OFICIAIS DE JUSTIÇA RECÉM-INGRESSOS NO TJRJ

No biênio, participaram do curso “Segurança e Negociação para Analista Judiciário”, ministrado por instrutores do DESIN, 26 (vinte e seis) Oficiais de Justiça Avaliadores recém-ingressos no TJRJ, divididos em 2 (duas) turmas.

CAPACITAÇÃO INTERNA DO EFETIVO DE SEGURANÇA

No biênio, foram formadas 22 (vinte e duas) turmas de instruções e treinamentos para nivelamento de 234 (duzentos e trinta e quatro) agentes da SGSEI.

CAPACITAÇÃO EXTERNA DO EFETIVO DE SEGURANÇA

No biênio, os agentes do DESIN participaram de 143 (cento e quarenta e três) cursos de capacitação e especialização em órgãos externos, entre eles: Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro (PMERJ), Secretaria Nacional de Segurança Pública (SENASP), Supremo Tribunal Federal (STF), Marinha do Brasil, Gabinete de Segurança Institucional do Governo do Estado do Rio de Janeiro (GSI/GOV RJ), Subsecretaria de Inteligência da Polícia Civil do Estado do Rio de Janeiro (SSINTE), Escola de Inteligência de Segurança Pública do Estado do Rio de Janeiro (ESISPERJ), Escola Nacional de Administração Pública (ENAP), Universidade Federal de Santa

Catarina (UFSC), Centro de Prevenção, Tratamento e Resposta a Incidentes Cibernéticos de Governo (CTIR), além de cursos na ESAJ e cursos e pós-graduações em unidades particulares de ensino.

Capacitação de Magistrados

No biênio, 20 (vinte) magistrados(as) participaram das capacitações de tiro e de Defesa Pessoal Feminina da SGSEI.

Capacitação para órgãos externos – Agentes de Segurança da Prefeitura do Rio de Janeiro

Em 2024, foi ministrado, por agentes do DESIN, o curso teórico e prático de Proteção de Autoridades direcionado aos agentes de segurança da Prefeitura do Rio de Janeiro. No total, foram 3 (três) turmas com 50 (cinquenta) alunos, entre eles 12 (doze) Policiais Militares e 38 (trinta e oito) Guardas Municipais.

Plantão e Atendimentos Contingenciais

Plantão SGSEI - Serviço de pronto atendimento, 24h, em todos os dias da semana.

- Serviço que oferece a magistrados e serventuários um canal para atendimentos contingenciais;
- Atendimentos emergenciais, mediante interface com órgãos públicos e privados;
- Ação imediata com emprego de equipes de segurança;
- Confecção de relatórios (Contingências) registrando cada atendimento.

Ações contingenciais/contingências	2023/2024
Contingências	1.050
Ações contingenciais/contingências	6.206

Ações Contingenciais – São todas as medidas adotadas desde a abertura da contingência até a total resolução da demanda.

Interação com Órgãos Externos

Com o intuito de facilitar a interação entre magistrados e serventuários com órgãos externos, o DESIN atuou como facilitador e promoveu, no biênio 2023/2024, 14.809 (catorze mil e oitocentos e nove) atendimentos.

Atos Processuais

Ações decorrentes das medidas protetivas e processos administrativos sigilosos instaurados pela Comissão de Segurança Institucional e Inteligência (COSEI) do PJERJ.

Atos processuais	
2023	10.622
2024	9.606
Total	20.228

Controle de acesso

O controle de acesso de usuários às unidades do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro, constitui-se em estratégia fundamental na garantia da segurança, uma vez que envolve a aplicação de tecnologias modernas visando coibir o ingresso de materiais que tragam riscos à integridade física dos Magistrados, serventuários e do público em geral.

Total de unidades judiciais	107	%
Controle de acesso implementado	83	77,57

Acautelamento e apreensões de materiais

No biênio (2023/2024), 60.349 (sessenta mil, trezentos e quarenta e nove) armas de fogo foram acauteladas e 113.696 (cento e treze mil, seiscentos e noventa e seis) objetos diversos (facas, tesouras, alicates, canivetes, estiletes) foram apreendidos.

Biênio (2023/2024)

Unidades	Objetos apreendidos	Armas de fogo acauteladas
Capital	9.374	14.242
Bangu	2.896	2.749
Barra da Tijuca	1.998	666
Campo Grande	627	522
Jacarepaguá	6.772	1.636
Leopoldina	2.828	1.044
Madureira	3.536	848
Méier	1.056	357
Comarcas do Interior	84.609	38.285
TOTAL	113.696	60.349

Atuação do policiamento externo

No policiamento da área externa do TJERJ, diga-se, entorno das Lâminas I, II, III, IV e V, Praça XV no trajeto ao Centro Administrativo e Praça dos Expedicionários, são usados como apoio logístico 4 (quatro) veículos elétricos, fornecidos pelo TJERJ.

Além disso, compõe o policiamento externo 4 (quatro) viaturas da polícia militar, durante o período de 24 horas, para atender as ocorrências de prisão geradas pelo efetivo policial da SGSEI e demais demandas inerentes ao PJERJ.

Viaturas cedidas ao convênio

Em 2024 foram distribuídas 09 (nove) viaturas operacionais da PMERJ, junto as unidades do PJERJ, conforme a Resolução Conjunta TJRJ/SEPM Nº 01, de 22 de março de 2021.

O baseamento das viaturas visa proporcionar maior sensação de segurança não só a Magistrados, servidores e jurisdicionados, como também para todos os que estejam no entorno das edificações do Tribunal de Justiça.

Ordem	OPM de origem	Comarca	NUR	Data
01	2ªCIPM	Paraty	8º	06/03/2023
02	30ºBPM	Teresópolis	7º	20/03/2023
03	26ºBPM	Itaipava	7º	10/04/2023
04	32ºBPM	Macaé	6º	16/05/2023
05	38º BPM	Três Rios	3º	09/04/2024
06	37º BPM	Resende	5º	08/05/2024
07	32º BPM	Rio das Ostras	11º	05/06/2024
08	11º BPM	Nova Friburgo	9º	27/06/2024
09	20º BPM	Nilópolis	4º	15/08/2024

Movimentação de Presos na Carceragem

Movimentação de Presos em dependências do TJRJ



Movimentação de Presos em Comarcas e Regionais do P杰RJ



Movimentação de Presos em Dependências do TJRJ



Movimentação de Presos em Comarcas e Regionais do P杰RJ



Ocorrências atendidas

Ocorrências Atendidas	
Tipo	Ano 2023/2024
Arrombamento	00
Aviso falso de ocorrência (aviso e/ou salvamento)	176
Auxílio Técnico	09
Desabamento	00
Escapamento de Gás	00
Falso aviso de ocorrência (trote)	00
Resgate em elevador	160
Prevenção	06
Salvamento em edificação	191
Salvamento em via pública	01
Incêndio	07
Outros	88
Total de Atendimentos	638

Combate a incêndio

Palestras e Exercícios Simulados de Abandono de Área			
Ano	Ato Executivo	Edificações Atendidas	Público Treinado
2023	08/2023	19	390
2024	249/2023	16	507

17. Aperfeiçoamento da Gestão Orçamentária e Financeira





17. Gestão Orçamentária e Financeira

Orçamento 2024

O orçamento autorizado para o exercício de 2024, Lei nº 10.277 de 09 de janeiro de 2024, foi estruturado em programas contemplando recursos específicos para a realização dos objetivos estratégicos definidos pelo Tribunal de Justiça, em consonância com o Plano de Ação Governamental, aprovado pela Resolução OE nº 16/2023, em conjunto com o Plano Estratégico do TJRJ e em alinhamento, portanto, ao estabelecido pela Resolução nº 325/2020 do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), que dispõe sobre a Estratégia Nacional do Poder Judiciário.

Receitas Orçamentárias (2024)

Unidade Orçamentária - UO 03010 - Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro

Execução da Receita - Exercício 2024		
Tabela - Fonte 1.501.230		
Fonte de Recurso 230	2024	
	Receitas	
	Correntes	
	Aplicações Financeiras	
	Capital	
	Total	

Fonte: Sistemas corporativos da SGPCF (Posição novembro de 2024)

Unidade Orçamentária - UO 03610 - Fundo Especial do Tribunal de Justiça

Execução da Receita - Exercício 2024		
Tabela - Fonte 1.501.230 e Fonte 1.760.232		
Fonte de Recurso 230	2024	
	Receitas	Prevista
	Correntes	1.071.699.000,00
	Aplicações Financeiras	-
	Capital	
	Total	1.071.699.000,00
		Realizada
		836.646.560,33
		30.332.809,61
		866.979.369,94

	2024		
	Receitas	Prevista	Realizada
Fonte de Recurso 232	Correntes	1.733.031.000,00	1.535.865.796,02
	Aplicações Financeiras	-	259.271.293,78
	Capital		
	Total	1.733.031.000,00	1.795.137.089,80

Fonte: Sistemas corporativos da SGPCF (Posição novembro de 2024)

Despesas Orçamentárias (2024)

1 - UO – UNIDADE ORÇAMENTÁRIA – TRIBUNAL DE JUSTIÇA, responsável pelas despesas com pessoal e encargos sociais e despesas com auxílios de magistrados e servidores. Fonte de recursos: fonte 1.500.100 (Tesouro) e fonte 1.501.230 (Recursos Próprios) – provenientes da remuneração dos Depósitos Judiciais:

Unidade Orçamentária – UO 03010 – TJRJ Execução de Despesa – Exercício 2024

Unidade Orçamentária - UO 03010 - Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro Execução da Despesa - Exercício 2024 (Posição Novembro)					
FR	Destinção	Dotação inicial	Dotação Atualizada	Despesa Empenhada	Despesa Liquidada
100	Pessoal e Encargos Sociais	5.247.407.647,00	5.247.407.647,00	4.710.652.421,24	4.710.652.421,24
	Outras Correntes	181.500.000,00	181.500.000,00	105.540.358,06	105.540.358,06
	Total	5.428.907.647,00	5.428.907.647,00	4.816.192.779,30	4.816.192.779,30

Fonte: Sistemas corporativos da SGPCF (Posição novembro de 2024)

2 - UO - FUNDO ESPECIAL DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA, responsável pelas despesas com custeio e investimentos do Poder Judiciário. Fonte de recursos 1.760.232 (custas, taxas judiciais e extrajudiciais etc.).

Unidade Orçamentária – UO 03610 – FETJ Execução de Despesa – Exercício 2024

Execução da Despesa - Exercício 2024 (Posição Novembro)					
FR	Destinção	Dotação inicial	Dotação Atualizada	Despesa Empenhada	Despesa Liquidada
230	Custeio	1.071.699.000,00	1.071.699.000,00	990.024.289,32	839.716.350,04
	Investimento	-	-	-	-
	Inversão	-	-	-	-
	Total	1.071.699.000,00	1.071.699.000,00	990.024.289,32	839.716.350,04
232	Custeio	1.386.425.000,00	1.386.425.000,00	1.210.619.315,38	924.323.392,11
	Investimento	346.106.000,00	346.106.000,00	190.851.074,31	130.819.032,43
	Inversão	500.000,00	500.000,00	-	-
	Total	1.733.031.000,00	1.733.031.000,00	1.401.470.389,69	1.055.142.424,54

Fonte: Sistemas corporativos da SGPCF (Posição novembro de 2024)

Despesas com Pessoal – Responsabilidade Fiscal

Exercício 2024 (até o 2º quadrimestre)

A Despesa Líquida com Pessoal Ativo do PJERJ apresentou uma elevação de 8,35%, na comparação do 2º quadrimestre de 2024 com o 3º quadrimestre de 2023. Esse resultado pode ser justificado, dentre outros motivos, pelo reajuste praticado no subsídio dos Magistrados, conforme Lei Federal 14.520 de 09 de janeiro de 2023, que fixa o subsídio de Ministro do Supremo Tribunal Federal, e na remuneração dos servidores, sendo este referente à última parcela do reajuste concedido conforme Lei Estadual 9.436, de 14 de outubro de 2021, que concedeu a recomposição salarial relativa ao período de setembro/2017 a dezembro/2021.

Além das medidas citadas no parágrafo precedente, outras realizações em prol dos servidores foram alcançadas, a exemplo da implementação de etapa constante do Novo Plano de Cargos, Carreiras e Salários – PCSS para os servidores, conforme Lei Estadual nº 9.748, de 29 de junho de 2022, como: (i) o Adicional de Qualificação em favor dos servidores ativos e inativos - cujo pagamento foi iniciado em dezembro de 2023; (ii) redução do interstício de promoções de 24 (vinte e quatro) para 18 (dezoito) meses, a partir de janeiro de 2024.

Registre-se, ainda, a concessão, no exercício de 2024, do direito à conversão em pecúnia do saldo de até 120 dias de férias, licença especial e plantão, período este superior ao concedido no exercício de 2023 (90 dias, limitado ao saldo de férias e licença especial).

Todas essas medidas foram antecedidas de estudo de impacto orçamentário e financeiro elaborados pela SGPCF, com vistas a subsidiar as decisões autorizativas da Egrégia Presidência do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, concretizando ações em prol da valorização dos servidores do PJERJ.

Já no que tange à Receita Corrente Líquida, esta vem apresentando sucessivos crescimentos desde o terceiro quadrimestre de 2023 tendo sido identificado, no comparativo do 2º quadrimestre de 2024 com o 3º quadrimestre de 2023, um aumento de 3,52%. Este resultado se deve ao aumento nas arrecadações do ICMS, em especial nas atividades de óleo e gás, comércio e energia elétrica, bem como dos Royalties do Petróleo, conforme informações colhidas no Portal de Notícias da Secretaria de Estado de Fazenda do Rio de Janeiro.

Sendo assim, o percentual de gastos com pessoal do PJERJ de 4,66%, alcançado no 2º quadrimestre de 2024, está dentro do estabelecido como meta para o ano de 2024, que é um resultado menor que 5,70% (Limite Prudencial - par. único, art. 22 da Lei de Responsabilidade Fiscal).

Cabe relembrar que, desde o 3º quadrimestre de 2021, a despesa com pessoal inativo do PJERJ passou a ser incorporada no cálculo para fins de apuração dos limites estabelecidos na Lei de Responsabilidade Fiscal. Entretanto, a partir do 3º quadrimestre de 2023 a referida despesa passou a ser integralmente compensada, deixando de repercutir no percentual de gastos com pessoal do PJERJ, em razão da adoção dos números informados pelo Rioprevidência, conforme determinação contida no Acórdão TCE nº 036236/2023.

No quadro abaixo, apresentamos a evolução da Receita Corrente Líquida, da Despesa Líquida com Pessoal e do percentual de gastos com pessoal do PJERJ nos quadrimestres que abrangem os exercícios de 2023 e 2024, com exceção do 3º quadrimestre de 2024, que ainda será objeto de elaboração e divulgação:

Tabela – Gestão Fiscal do PJERJ

Período	(a) Receita Corrente Líquida Acumulada – R\$	(b) Despesa de Pessoal Acumulada - R\$		% de (b) em relação a (a)
1º Quadrimestre 2023	88.124.953.386,50	Inativos	238.542.877,78	4,30%
		Ativos	3.554.834.002,01	
		TOTAL	3.793.376.879,79	
2º Quadrimestre 2023	84.873.412.855,17	Inativos	391.758.769,29	4,93%
		Ativos	3.788.392.341,67	
		TOTAL	4.180.151.110,96	
3º Quadrimestre 2023	88.174.564.730,41	Inativos	0,00	4,45%
		Ativos	3.921.943.702,58	
		TOTAL	3.921.943.702,58	
1º Quadrimestre 2024	89.354.294.233,53	Inativos	0,00	4,58%
		Ativos	4.094.344.251,28	
		TOTAL	4.094.344.251,28	
2º Quadrimestre 2024	91.274.590.655,81	Inativos	0,00	4,66%
		Ativos	4.249.587.431,72	
		TOTAL	4.249.587.431,72	

Fonte: Sistemas corporativos da SGPCF

Despesas com Benefícios – Ações

- Monitoramento e gestão contínua da despesa com benefícios pagos a magistrados e servidores, bem como da receita que financia os mesmos, objetivando a manutenção do equilíbrio financeiro da fonte de recursos correspondente;
- Monitoramento dos efeitos gerados pela tendência da Taxa Selic com as variações impostas pelo Comitê de Política Monetária e seus efeitos sobre a receita que financia o pagamento dos benefícios a Magistrados e Servidores, subsidiando a Alta Administração na tomada de decisão com relação à recomposição inflacionária dos benefícios recebidos por servidores e magistrados;

- Elaboração de estudos de impacto orçamentário e financeiro relativos à recomposição inflacionária dos benefícios recebidos por servidores e magistrados, subsidiando a Administração Superior no deferimento da medida.

Despesas a cargo do Fundo Especial do Tribunal de Justiça – FETJ (FONTE 1.760.232)

A experiência construída na Instituição quanto à análise de economicidade, desde maio/2016, sobre os processos de aquisição e de contratação de serviços, tem contribuído na adoção de práticas cada vez mais eficazes, que, em última análise, resultam em aquisições/contratações mais econômicas.

A atuação colaborativa com as mais diversas unidades demandantes, para tratativas e/ou ajustes de metodologias, tem sido importante para um melhor planejamento da despesa.

Em continuidade das ações para a melhoria da qualidade dos gastos do PJERJ, foi criado um grupo de trabalho para implementação de medidas de racionalização de custos em geral (GT-RAC), instituído pelo Ato Executivo TJ nº 183/2024 de 9 de agosto de 2024 que representa uma instância superior para analisar processos de contratação de serviços que necessitam de ajustes contratuais em relação aos aumentos de mão de obra e às execuções dos contratos.

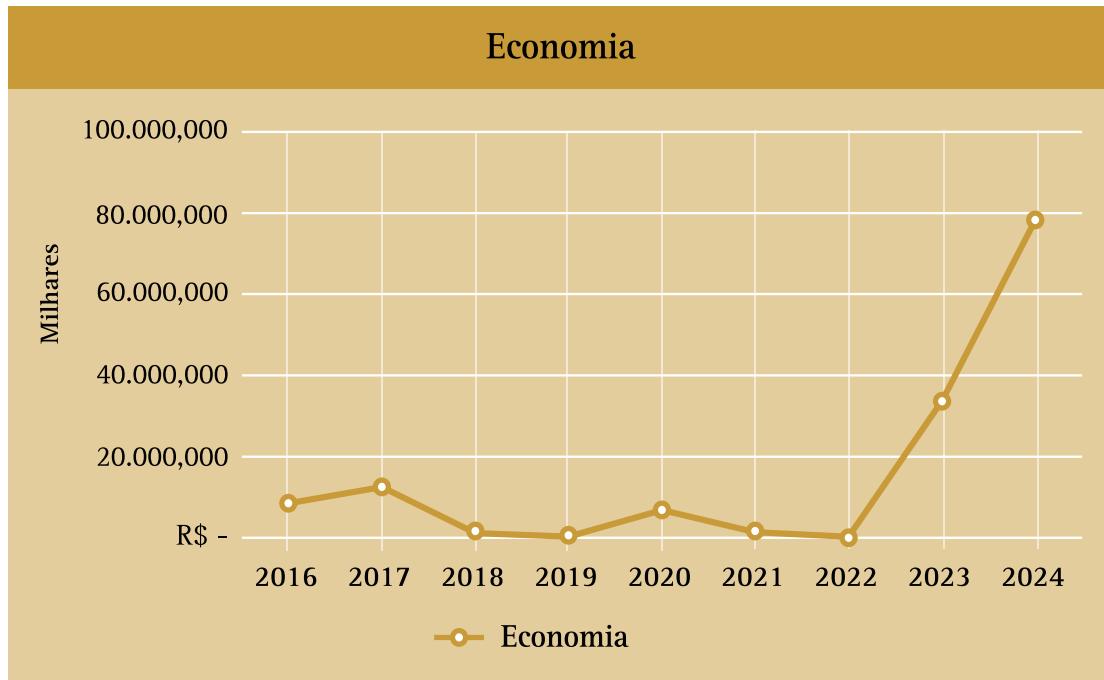
Como destaque de economicidade, seguem abaixo os resultados efetivos relacionados a este trabalho, a partir de levantamento da economia gerada em decorrência de diligências propostas em processos administrativos:

Tabela – Período 01/01/2024 a 30/11/2024

SGPCF-ASEAC Processos para análise de economicidade em 2024				
Período de 01 janeiro a 30 de novembro				
Diligências realizadas			Redução/Economia	
Quantidade de processos diligenciados*	Valor Agregado antes das diligências	Valor Agregado após as diligências	valor	%
21	R\$ 711.830.011,18	R\$ 633.525.059,55	R\$ 78.304.951,63	11%

* Diligências Concluídas

Quanto ao resultado alcançado a partir do início do trabalho de análise de economicidade em 2016, os exercícios de 2023 e 2024 se apresentam como destaque, conforme gráfico a seguir:



Da análise do gráfico a seguir, é possível observar que a quantidade de processos submetidos à avaliação e economicidade vem crescendo ao longo dos anos, com destaque para a variação de aumento do ano de 2022 para o ano de 2023, equivalente a 58,15%. A quantidade de processos analisados no ano de 2024 mantém a tendência de crescimento, uma vez que apresenta o quantitativo de 524 processos. (Posição de novembro)



Relatório de Acompanhamento de Custos

O novo Sistema de Gestão Fiscal da SGPCF (GRP- Government Resource Planning) contempla um módulo de custos, substituindo assim o antigo Sistema de Custos-RAC da SGPCF.

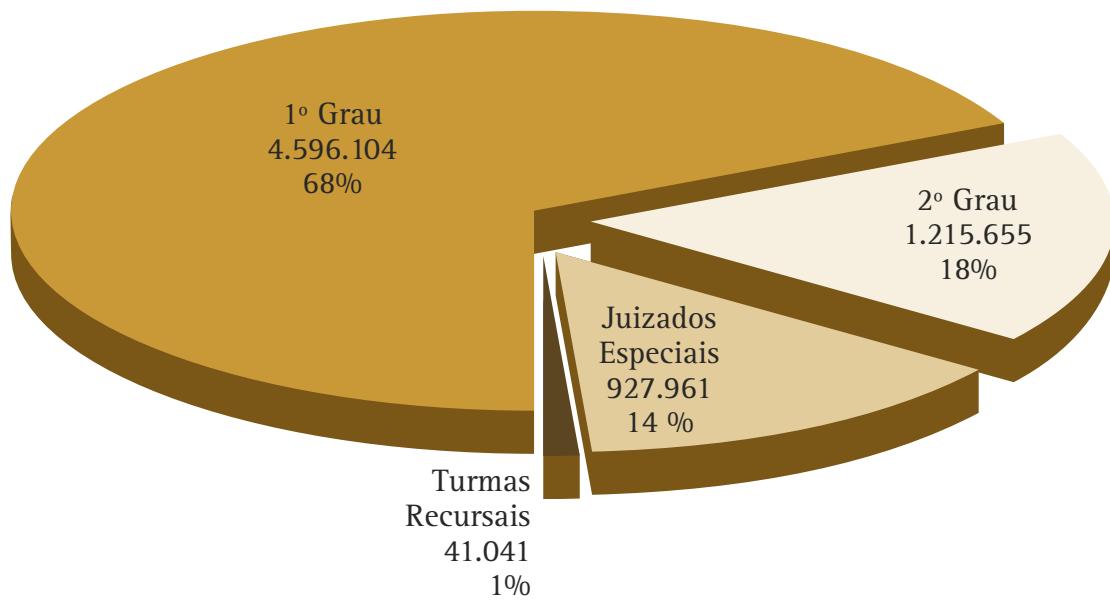
Com a publicação do Aviso TJ nº 38, entrou em produção o GRP da SGPCF, em 02 de maio de 2022, incluindo em suas funcionalidades o GRP-CUSTOS.

O GRP-CUSTOS atende à resolução CFC nº 1.366, de novembro de 2011, permitindo a efetiva mensuração dos objetos de custos, a partir de parametrizações, alocações, rateios, métricas, calculando o custo de forma automática, possibilitando o monitoramento, a confecção de indicadores e a emissão de relatórios gerenciais para auxílio à tomada de decisões do gestor.

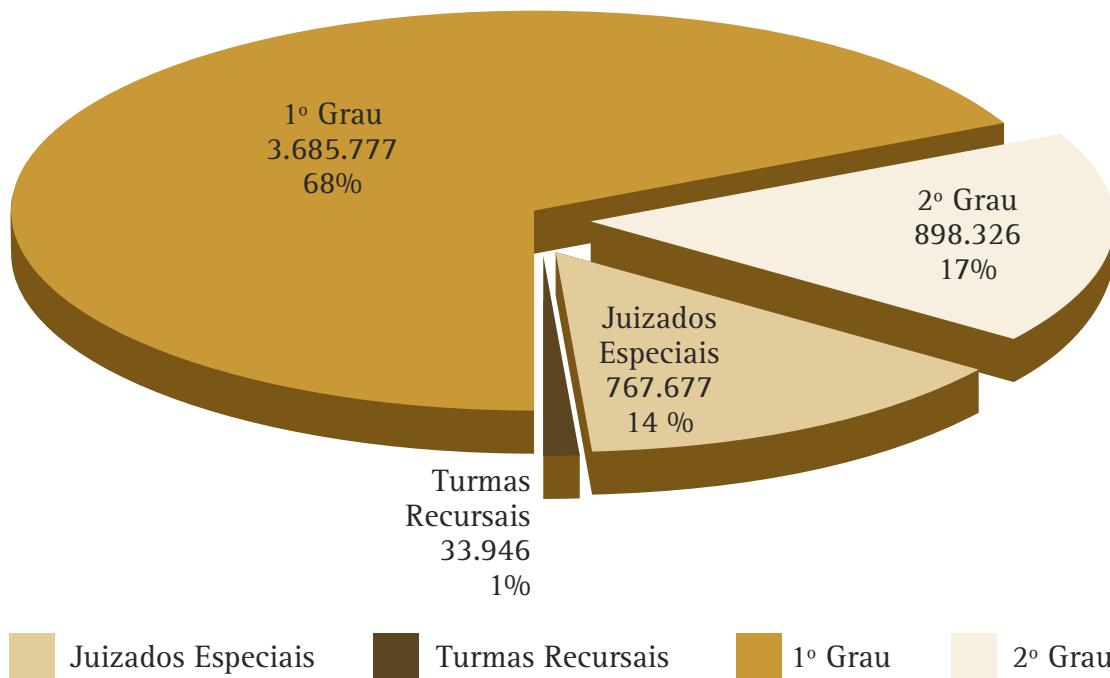
Com o início das operações do Novo Sistema de Custos (GRP-CUSTOS), seguem os primeiros resultados da retomada das apurações de custos das unidades organizacionais do PJERJ, em uma versão consolidada. Cabe ressaltar que, no que diz respeito ao custo da gestão administrativa (atividade meio), este foi absorvido pela atividade fim através de critério de rateio previamente estipulado.

Custo por exercício				
	2023 - Janeiro a Dezembro		2024 - Janeiro a Setembro	
Unidade	Custo Acumulado	% Participação no Total	Custo Acumulado	% Participação no Total
1ª Instância				
Juizados Especiais	927.961	13,69 %	767.677	14,25%
Turmas Recursais	41.041	0,61 %	33.946	0,63%
1º Grau	4.596.104	67,78 %	3.685.777	68,44%
Total 1ª Instância	5.565.105	82,07%	4.487.400	83,32%
2ª Instância				
2º Grau	1.215.655	17,93 %	898.326	16,68%
Total 2ª Instância	1.215.655	17,93 %	898.326	16,68%
Total PJERJ	6.780.760	100,00 %	5.385.726	100,00 %

Custo por Instância - 2023 (Jan a Dez)



Custo por Instância - 2024 (Jan a Set)



Das informações acima, é possível observar que a participação dos custos por instância não apresenta uma variação significativa de um exercício para o outro, representando, percentualmente, proporções similares.

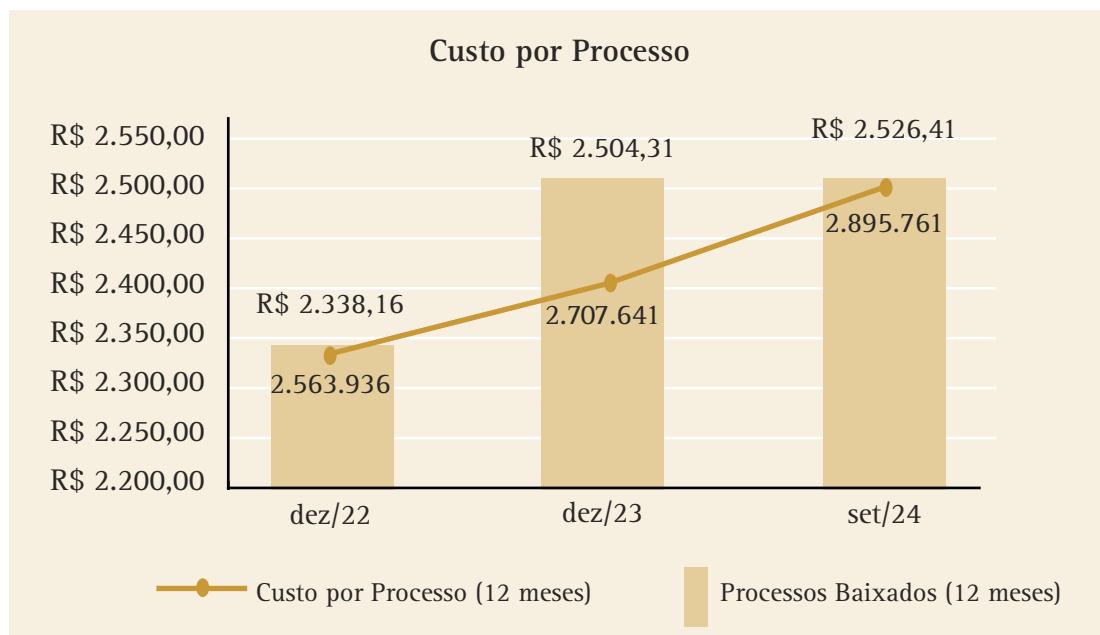
Os recursos consumidos pela 1ª Instância se mantêm em torno de 83%, o que representa aderência à realidade, haja vista que é o segmento que mais demanda a entrega da prestação jurisdicional, seja pelo atendimento via Juizados Especiais e Turmas Recursais, que representa aproximadamente 15% dos recursos, seja pelo 1º

Grau com os demais 68% dos recursos, distribuídos em suas 81 comarcas. A 2ª Instância consome em torno de 17% dos recursos e trata-se de uma justiça especializada por concentrar a atividade de âmbito recursal de todo Estado do Rio de Janeiro.

Custo da Prestação Jurisdicional do PJERJ

O indicador denominado “Custo por Processo” é uma forma de apurar o custo da prestação jurisdicional. Trata-se do custo unitário por processo, que considera a razão do custo total do PJERJ pela quantidade de processos judiciais baixados em um período de doze meses, contemplando o mês de referência e os onze imediatamente anteriores, com vistas a mitigar a sazonalidade da medição.

O gráfico e a tabela que se seguem demonstram a evolução do referido custo de forma pontual nos meses assinalados:



Período anterior x atual	dez/22	dez/23	*set/24	Variação 2023/2024	Variação 2022/2024
Custo Acumulado	5.994.885	6.780.760	7.315.868	7,89%	22,04%
Processos Baixados Acumulado	2.563.936	2.707.641	2.895.761	6,95%	12,94%
Custo por Processos	2.338,16	2.504,31	2.526,41	0,88%	8,05%

* Set/24 - outubro/23 a setembro/24.

O custo por processo apurado no mês de dezembro de 2023 em relação ao apurado em setembro de 2024 apresenta uma pequena variação de 0,88%. Isso se deve ao fato de que especificamente nesse recorte há um crescimento do custo acumulado (+7,89%) e da quantidade processos baixados acumulados (+6,95%), em proporções similares, o que provoca menor crescimento do indicador. Entretanto, se compararmos a posição de dezembro de 2022 em relação a setembro de 2024, a variação se torna mais significativa, e o indicador apresenta um crescimento de 8,05%, sensibilizado pelo aumento do custo acumulado. Tendo o referido aumento do custo acumulado fatores como o aumento no custo com pessoal, investimentos em tecnologia da informação, aumento nos contratos de terceirização, dentre outros.

Outras iniciativas de Arrecadação e Incrementos de Receitas

Arrecadação – Cobrança Administrativa

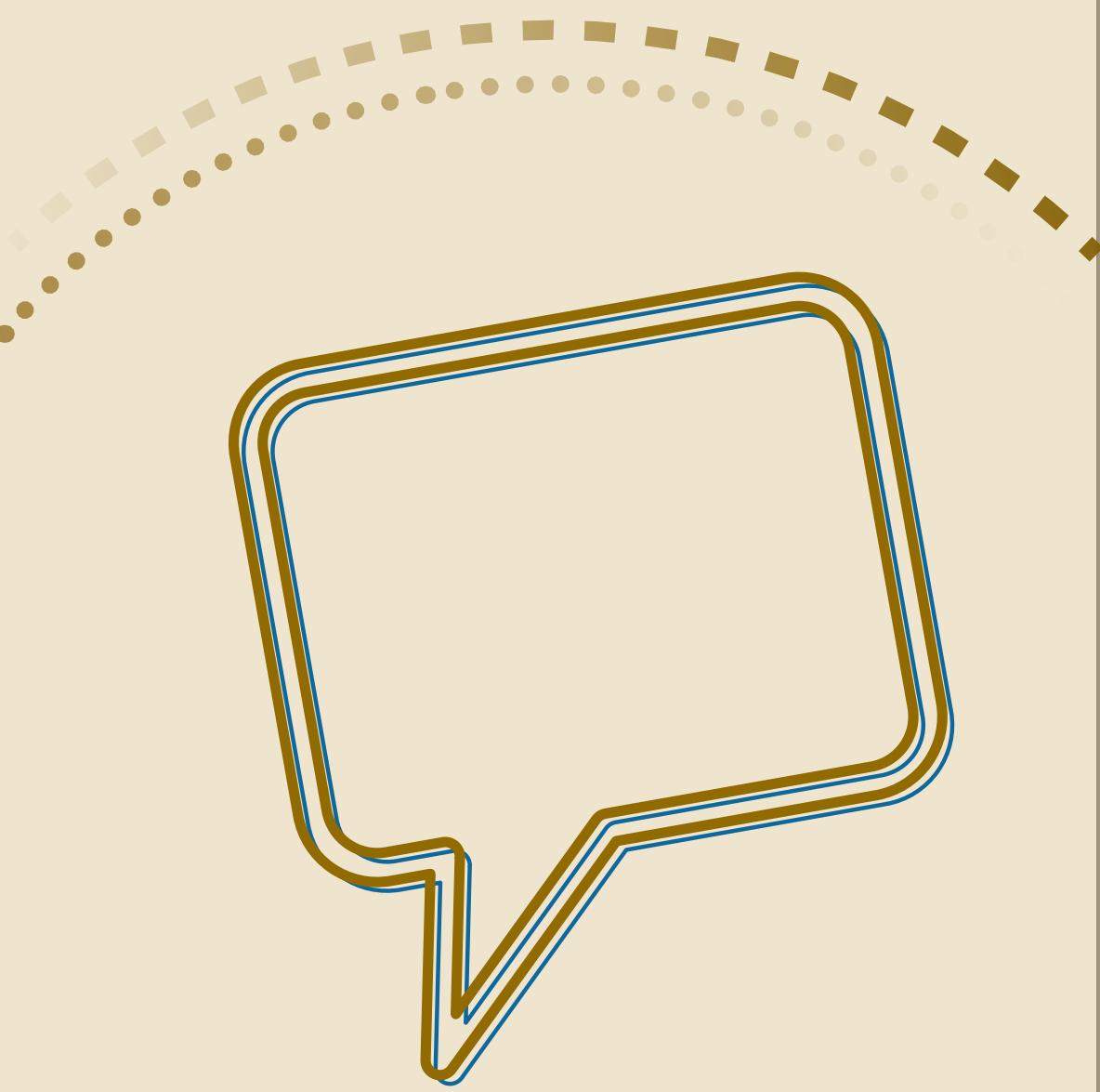
Tabela – Receita

Valores Recebidos Através de Cobrança Administrativa			
	2023	2024 (até novembro)	Variação %
Arrecadação - Judicial	39.405.228,45	66.925.547,17	69,84%
Arrecadação - Extrajudicial	3.449.914,08	4.406.871,13	27,74%
Total	42.855.142,53	71.332.418,30	66,45%

Fonte: Sistema de Arrecadação - DEGAR - Fonte de Recursos -232 Recursos próprios provenientes de Tributos (Posição novembro de 2024)

Nota: a variação percentual registrada é resultado de ação planejada, com vistas à redução do acervo da cobrança administrativa.--

18, Palavras Finais





18. Palavras Finais

Finalizo este Relatório das realizações do Judiciário fluminense no biênio 2023/2024 com profunda gratidão pelo apoio recebido de magistrados, servidores, colaboradores e demais operadores do Direito.

Empreguei as minhas forças para realizar uma gestão eficiente. Nesse sentido, apoiei o desenvolvimento de projetos estratégicos, incentivei o desenvolvimento de novas práticas de inovação no campo administrativo e tecnológico e, principalmente, busquei valorizar os recursos humanos do Tribunal.

Fui plenamente recompensado.

Diversos projetos estratégicos tiveram suas continuidades asseguradas, tais como o “Aprimoramento do Sistema de Pesquisa na Base de Dados de Jurisprudência”, visando melhorar mecanismos de celeridade jurisdicional, e a “Modernização da Gestão Fiscal”, em busca do aperfeiçoamento da governança financeira e orçamentária do Tribunal.

Outros projetos foram iniciados e concluídos ao longo da gestão. Como exemplo, posso citar, a “Aquisição e implantação de Infraestrutura de Nuvem (Cloud)”, para suportar o uso de sistemas em todas as unidades judiciais, a “Implementação e Execução de Política de Governança Institucional”, com objetivo de desburocratizar processos internos e adoção de práticas de gestão, e a “Implementação e Execução de Política de Inovações no PJERJ”, que permitiu a implementação do banco de boas práticas, simplificação de linguagem jurídica e outras iniciativas voltadas para a gestão de inovações na Instituição.

Destaco também as medidas para valorização dos recursos humanos do Judiciário, como a implementação do adicional de qualificação, reajustes nos benefícios, a conversão de saldo de férias e licença prêmio em pecúnia, bem como as promoções de servidores por temporalidade.

Além disso, a segurança de magistrados e servidores nas dependências das diversas edificações do Tribunal foi alvo de contínua atenção. O aprimoramento e monitoramento das ações de prevenção a incêndio e pânico e a implementação de sistema de controle de acesso e reconhecimento facial merecem destaque nesse particular.

Sublinho, ademais, as diversas ações voltadas à promoção da saúde e da educação continuada e ressalto o considerável avanço na área de tecnologia e segurança da informação, condição essencial ao alcance de maior efetividade da prestação juris-

dicional, seja pelo aprimoramento dos sistemas processuais eletrônicos, seja pela utilização de sistemas de inteligência artificial.

Por fim, renovo minhas palavras, ditas no Encontro de Gestores Judiciários do Tribunal, momento em que afirmei ser preciso aproveitar as novas técnicas de gestão para propiciar melhores resultados, tanto na área administrativa, reduzindo a burocracia, quanto na área judicial, proporcionando uma prestação da jurisdição mais célere e eficiente.

Dediquei a minha vida à magistratura e encerro esta fase de gestão administrativa do Judiciário fluminense com o sentimento do dever cumprido e convencido ainda mais da competência e comprometimento dos magistrados, servidores e colaboradores deste Tribunal. Os bons resultados obtidos são frutos desse esforço conjunto despendido. Tenho certeza que tamanho empenho permanecerá na gestão que se inicia.

Desembargador Ricardo Rodrigues Cardozo
PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

ELABORAÇÃO

Secretaria-Geral de Governança, Inovação e Compliance (SGGIC)

Departamento de Governança e Planejamento Estratégico (DEGEP)

PROJETO GRÁFICO

Departamento de Comunicação Interna (DECOL)

Divisão de Identidade Visual (DIVIS)



PODER JUDICIÁRIO
ESTADO DO RIO DE JANEIRO